

Chagas Rodrigues

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

Kenard Kruei

SENADO FEDERAL



Chagas Rodrigues

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2017 – 2018

Senador Eunício Oliveira
PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador José Pimentel
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Eduardo Amorim

Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre

Senador Cidinho Santos

Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Chagas Rodrigues

GRANDES VULTOS

QUE HONRARAM O SENADO

Kenard KrueI

Brasília – 2018

SENADO FEDERAL



Edição do Senado Federal
Diretora-Geral: Ilana Trombka
Secretário-Geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Impressa na Secretaria de Editoração e Publicações
Diretor: Fabrício Ferrão Araújo

Produzido na Coordenação de Edições Técnicas
Coordenador: Aloysio de Brito Vieira

Pesquisa, organização e autoria do texto: Kenard Krueel
Projeto gráfico: Lucas Santos
Revisão: Vilma de Sousa
Editoração eletrônica: Rejane Campos

Consultores políticos: Ciro Nogueira (em memória), Deoclécio Dantas (em memória),
Genu Moraes (em memória), Jesualdo Cavalcanti Barros, Kleber Montezuma, Lourival
Santos, Reginaldo Santos Furtado, Chico Wilson e Wilson Nunes Brandão.

K94c Krueel, Kenard
 Chagas Rodrigues : grandes vultos que honraram o Senado / Kenard Krueel.
 – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.
 412 p. : il. – (Grandes vultos que honraram o Senado)

Conteúdo: Parte 1: Quem foi Chagas Rodrigues – Parte 2: Primeira etapa da trajetória política – Parte 3: Segunda etapa da trajetória política – Parte 4: Chagas Rodrigues na imprensa piauiense – Parte 5: Chagas Rodrigues: depoimentos e estudos acadêmicos – Parte 6: Chagas Rodrigues na história do povo.

ISBN: 978-85-7018-966-0

1. Rodrigues, Chagas, 1922-2009, biografia. 2. Política e governo, Brasil.
3. Senador, biografia, Brasil. I. Título.

CDD 923.281

Coordenação de Edições Técnicas
Senado Federal, Bloco 08, Mezanino, Setor 011
CEP: 70165-900 – Brasília, DF
E-mail: livros@senado.leg.br

Alô Senado: 0800 61 2211

SUMÁRIO

Parte 1 – Quem foi Chagas Rodrigues

13 Solicitação oficial de publicação da obra

15 Chagas Rodrigues, o homem e sua história política

34 Notas biográficas

34 Nascimento e infância em Parnaíba

36 Formação jurídica e vocação política

47 Homenagens recebidas por Chagas Rodrigues

51 Notas de agradecimento da família

Parte 2 – Primeira etapa da trajetória política

55 Luta pela volta à normalidade democrática

57 Deposição de Getúlio Vargas e intervenção nos estados

60 Eleições de 1945 e a nova Constituição

62 Piauí: resultado do pleito de 1945

63 Eleições de 17 de janeiro de 1947

63 Antecedentes

63 Piauí: resultado do pleito de 1947

65 Governador Rocha Furtado

67 Eleições de 3 de outubro de 1950

67 Eleição para presidente

71 Eleição para o governo do Piauí

77 Eleição para a prefeitura de Teresina

78 Piauí: resultado do pleito de 1950

81 Chagas Rodrigues, deputado federal

84 Eleições de 3 de outubro de 1954

84 Rompimento com a UDN e ingresso no PTB

- 88 Resultados gerais das eleições de 1954
- 89 Piauí: resultado das eleições de 1954
- 91 Chagas Rodrigues, reeleito deputado federal

94 Eleição presidencial de 3 de outubro de 1955

- 94 Antecedentes
- 95 Vitória de Juscelino Kubitschek e tentativa de golpe
- 98 Inauguração da ponte sobre o rio Poti

103 Eleições de 3 de outubro de 1958

- 103 Situação e oposição: articulações no Piauí
- 114 Desastre rodoviário da Cruz do Cassaco
- 119 Candidatura de Chagas Rodrigues ao governo do Estado
- 129 Piauí: resultado das eleições de 1958

135 Governo Chagas Rodrigues

- 135 Embates iniciais
- 143 Marco na história político-administrativa do Piauí
- 149 Realizações do governo Chagas Rodrigues
- 158 A Assembleia Legislativa no governo Chagas Rodrigues

166 O fenômeno Petrônio Portella

171 Eleições de 7 de outubro de 1962

- 171 Renúncia de Chagas Rodrigues ao governo do Piauí
- 173 Articulações
- 176 Piauí: resultado das eleições de 1962

180 Eleições de 1966

- 180 Eleição indireta para o governo do Piauí
- 181 Piauí: resultado das eleições de 1966

184 Chagas Rodrigues, estrangeiro na própria pátria

- 184 O Ato Institucional nº 5
- 187 Cassação dos direitos políticos de Chagas Rodrigues

Parte 3 – Segunda etapa da trajetória política

195 O processo de abertura democrática

197 Eleições de 15 de novembro de 1982

- 197 Articulações políticas

- 201 Resultados gerais
- 203 Piauí: resultados do pleito de 1982
- 206 O movimento das *Diretas já*

220 Eleições de 15 de novembro de 1986

- 220 Assembleia Nacional Constituinte
- 220 Articulações políticas no Piauí
- 226 Piauí: resultados das eleições
- 230 Chagas Rodrigues, constituinte nota 10
- 231 Desligamento do PMDB e fundação do PSDB

236 União pelo Piauí

- 236 Crise financeira e política
- 237 Realizações do governo Alberto Silva

240 Eleições de 3 de outubro de 1994

- 240 Candidatos à presidência
- 240 Articulações políticas no Piauí
- 247 Piauí: resultados das eleições de 1994
- 251 Chagas Rodrigues: fim da carreira política

Parte 4 – Chagas Rodrigues na imprensa piauiense

257 *Inovação* entrevista o deputado Chagas Rodrigues

266 *TV Rádio Clube* entrevista Chagas Caldas Rodrigues: Chagas Caldas Rodrigues quer um governo austero para o Piauí

269 História e fatos de um tempo – A. Tito Filho

273 Porrada de Cego – Deoclécio Dantas

274 Boa Esperança completa 30 anos – Deoclécio Dantas

276 Chagas Rodrigues, um democrata ao extremo – Cláudio Barros

279 João Cláudio Moreno entrevista Chagas Rodrigues

290 A caderneta de Chagas – Carlos Augusto de Araújo Lima

- 291 Chagas Rodrigues é o primeiro político indenizado do Piauí – Luciano Coêlho
- 293 Neile Castelo Branco entrevista Chagas Rodrigues
- 295 Vai, Chagas! – Carlos Augusto de Araújo Lima
- 296 A doença de Chagas – Poncion Rodrigues
- 298 Chagas Rodrigues – Paes Landim, deputado federal
- 300 Governador Caldas Rodrigues – Fonseca Neto
- 302 Chagas Rodrigues: um marco histórico – Magno Pires Alves Filho

Parte 5 – Chagas Rodrigues: depoimentos e estudos acadêmicos

- 307 Eleições de 1958: um acontecimento que abalou o Piauí – José Gayoso Freitas
- 312 O populismo no poder – Raimundo Wall Ferraz
- 316 Significado das eleições de 1958 – Antônio José Medeiros
- 330 Um governo comunista – Marylu Alves de Oliveira
- 334 Quem tem medo da Revolução Camponesa? O anticomunismo piauiense e a questão agrária na década de 1960 – Marylu Alves de Oliveira
- 346 Lutas pela memória: a construção do ideal trabalhista no Piauí (1959-1962) – Flávia de Sousa Lima

Parte 6 – Chagas Rodrigues nas histórias do povo

- 357 Chumbo grosso em Chagas Rodrigues

- 358 No açude do Bezerra
- 359 O arroteo do coronel
- 360 Jacaré engomado
- 361 A volta de Chagas Rodrigues – Arcadio
- 374 A volta de Chagas Rodrigues – Pascoalino
- 380 Nos bastidores da política – Aluizio Costa Santiago

Anexos

- 389 Anexo 1 – Ginásio Parnaibano e Escola Normal da Parnaíba
- 391 Anexo 2 – PTB: de Chagas a João Vicente
- 397 Anexo 3 – Um triste episódio: Moraes Correia *versus* Casa Inglesa
- 401 Anexo 4 – *Rádio Difusora e Rádio Clube de Teresina*

Referências

- 411 Referências



Parte 1

Quem foi Chagas Rodrigues

Solicitação oficial de publicação da obra

OFÍCIO GDPL N° 059/2010
Brasília-DF, 5 de agosto de 2010.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Reitero o pedido feito a Vossa Excelência, em 10/12/2009, a respeito da minha sugestão para incluir, na coleção Perfis Parlamentares, o nome do ex-deputado Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, que adotou o nome parlamentar Chagas Rodrigues.

Chagas Rodrigues ilustrou nosso Estado nesta Casa, nas Legislaturas de 1951-1955, 1955-1959, 1963-1967 e 1967-1971, e o Senado Federal, na Legislatura de 1986-2004, além de ter governado o Piauí entre 1959 e 1962.

Como parlamentar, integrou a Comissão Constitucional que, em 1967, discutiu a proposta do Executivo de que resultou a Constituição de 1967. Nascido em 8 de novembro de 1922, na cidade de Parnaíba, fez os estudos básicos no Ginásio de sua cidade natal e transferiu-se para Recife, onde cursou o 1º ano de sua tradicional Faculdade de Direito, diplomando-se bacharel pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, para onde se mudou em 1941. Com a redemocratização, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou atividade profissional, filiando-se à União Democrática Nacional e, após aprovação em concurso público, tornou-se assistente jurídico do Ministério da Fazenda.

Em 1950, elegeu-se deputado federal pelo Piauí, na legenda da UDN e, em fevereiro do ano seguinte, aderiu à política nacionalista do presidente Vargas, empenhando-se na defesa do monopólio estatal do petróleo e na defesa da criação da Eletrobras.

Elegeu-se para a legislatura seguinte, filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro e, em 1955, apoiou o governo do presidente Juscelino Kubitschek e integrou a Frente Parlamentar Nacionalista, constituída em 1957. Em maio daquele ano, tornou-se vice-líder do PTB.

No ano seguinte, candidatou-se, simultaneamente, aos cargos de governador e deputado federal, pelas oposições coligadas, constituídas pela aliança entre UDN e seu partido. Elegendo-se nas duas postulações, optou por ocupar a chefia do governo do Estado. Em janeiro de 1959, concluiu o mandato na Câmara e assumiu o governo do Piauí, durante cujo exercício criou várias sociedades de economia mista, além da Comissão de Desenvolvimento Econômico

e o Serviço Social do Estado. Ao fim do mandato, foi eleito novamente deputado federal, tomando posse em janeiro de 1963, assumindo três meses depois o cargo de vice-líder da maioria e do PTB.

Com a extinção dos partidos existentes, em razão do AI-2, filiou-se ao MDB, do qual foi também vice-líder, a partir de maio de 1966, legenda pela qual foi reeleito em novembro do mesmo ano. Em 29 de abril de 1969, teve cassado o mandato que exercia e suspensos, por dez anos, os direitos políticos, em decorrência do Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968. Dedicou-se então à atividade de advogado e professor universitário, em Brasília. Quando expirou o prazo da punição de que foi vítima, em abril de 1979, filiou-se mais uma vez ao PMDB, cujo Diretório Nacional passou a integrar, em fevereiro de 1982. Por essa legenda, pleiteou uma vaga no Senado nas eleições de 1982, não logrando êxito. Em 1986, o povo do Piauí lhe fez justiça, o elegendo senador da República.

Depois de quatro décadas de profícua carreira política e de fecunda atividade parlamentar, seu legado bem justifica a homenagem que tenho a honra de pleitear do ilustre presidente, na convicção de que se trata de tributo a que faz jus nosso ex-colega Chagas Rodrigues, egresso da tradicional Universidade de São Paulo, como penhor de uma vida ilibada, dedicada ao aprimoramento dos costumes políticos do país.

Aproveito, também, para sugerir o nome do Professor Leonildes Alves da Silva Filho, presidente do Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento (INAD), ex-secretário de Planejamento do governo Chagas Rodrigues, para organizar a atividade legislativa do grande piauiense.

Atenciosamente,
Paes Landim – Deputado Federal.

Chagas Rodrigues, o homem e sua história política

Francisco Wilson Melo (Chico Wilson)

A vida de Chagas Rodrigues, como político progressista, íntegro, coerente e destemido, daqueles que não se vendem nem se rendem – por isso mesmo foi cassado – servirá de exemplo de dignidade pessoal e dedicação exclusiva à vida pública.

Reginaldo Santos Furtado, ex-secretário particular de Chagas Rodrigues.

Escrever sobre Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, o tio Chagas, como carinhosamente eu o chamava, pede-me você, meu caro Kenard Kruel. Depois de muito pensar, cheguei à conclusão de que o que de mais significativo sobre ele se pode dizer é que era um político diferente. Em momento algum, fez de sua vida pública um trampolim para interesses outros que não fossem os reais reclames de sua gente, notadamente a mais carente.

Em entrevista ao jornalista João Cláudio Moreno, no programa “EntreNomes”, da TV *Cidade Verde*, exibido nos finais de semana, Chagas Rodrigues soltou a seguinte pérola: “A política não é o local apropriado para quem quer enriquecer. Quem deseja ficar rico deve montar uma indústria ou mesmo um comércio. A política é o local apropriado para se servir aos semelhantes”.

Quanto a mim, vejo-o como um homem que conseguiu colocar-se à frente de seu tempo, seja pelo caráter desenvolvimentista que imprimiu ao seu governo (1959 a 1962), apesar de todas as dificuldades da época, seja porque em momento algum de sua vida pública se afastou, por pouco que fosse, de suas convicções de cunhos democrático e social.

Foi assim quando implementou toda a estrutura administrativa do Estado, até então inexistente; quando abrigou, em seu apartamento, em Brasília, Honestino Guimarães, líder estudantil foragido das forças de repressão; quando se manteve firme, não capitulando, a exemplo de outros políticos piauienses que “pularam a cerca”, passando a dar apoio ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, que mergulhou o país no período mais cruel de sua história.

Chagas Rodrigues tinha como marca o pioneirismo nas coisas que fazia. Ao se lançar candidato a deputado federal, em 1950, rompeu dois tabus. Primeiro, desde o Império, todos os políticos começavam como vereador, depois prefeito, depois deputado estadual, depois deputado federal, depois governador, depois senador. Essa era a sequência lógica, que ele quebrou. E, ao ser eleito, foi o primeiro deputado federal da Parnaíba. Governador, aos 36 anos de idade, em 1959, foi o primeiro governante do Piauí a conceder audiências públicas ao povo humilde na sede do governo. Todos os sábados, pela manhã, filas longas de pessoas se formavam nas calçadas do Palácio de Karnak para tratar com o governador sobre os mais diversos assuntos. Além disso, mantinha

o programa “Falando ao Povo”, às 7 horas da noite das quartas-feiras, na *Rádio Clube de Teresina*, idealizada por ele para dar conta das ações administrativas, políticas e sociais, em resposta aos anseios da população. Ninguém perdia aquele horário. Era sagrado. Todos ficavam contentes em ser atendidos pelo próprio governador. Ele, de maneira bem simples, inaugurava uma nova forma de governar, embasbacando os adversários e até mesmo os correligionários, que nunca tinham visto algo parecido.

De acordo com o jornalista Dantas (2008), o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 alcançou Teresina com um sistema de comunicação de massa formado por três emissoras de rádio – *Difusora*, *Clube* e *Pioneira* – e seis jornais – *Jornal do Piauí* e *Jornal do Comércio*, que circulavam às quintas-feiras e domingos; *O Dominical*, editado pela Arquidiocese, que circulava uma vez por semana nas principais igrejas, e *Folha da Manhã*, *Folha do Nordeste* e *O Dia*, os três últimos com engajamento político. *O Dia*, por exemplo, havia sido arrendado ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, de Chagas Rodrigues, em 1962. Mas, em abril de 1964, já era editado sob o comando do coronel do exército Octávio Miranda e tinha como diretor comercial o coronel da PM Joffre do Rêgo Castello Branco.

Das três emissoras, a *Rádio Pioneira*, inaugurada a 8 de setembro de 1962, com o olhar benevolente de dom Avelar Brandão Vilela, que exercia um poder paralelo no Piauí, oferecia cobertura aos movimentos populares, encarados como subversivos por grupos conservadores, na capital e no interior do estado, e pelos militares que aqui representavam o regime comandado pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco. O jornalista Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira – filho do poeta Carlos de Oliveira Neto, o Carlito, e apresentador do programa “Desperta, camponês” – foi preso por oficiais da Guarnição Federal de Teresina, fato que levou a direção da emissora a promover profundas mudanças na sua atuação junto aos movimentos populares.

Na *Rádio Clube de Teresina*, o programa *Almanaque do Ar*, de maior audiência no estado, foi censurado, tirado da grade da programação e seu apresentador, o jornalista Francisco Figueiredo de Mesquita, preso, porque criticava a falta de ação dos governantes para resolver os problemas sociais do estado.

Naquele tempo, as manchetes, editoriais e artigos dos jornais eram patrulhados por um capitão do exército, à disposição do qual, todas as noites, a partir das 21 horas, eram colocadas as cópias das páginas que comporiam as edições dos dias seguintes. A igual rotina se submetiam as emissoras de rádio da capital e do interior. Nestas, a censura era feita pela Polícia Federal, que fazia distribuir tirinhas de papel, sem carimbo e sem assinatura, dizendo o que podia ou não ser divulgado. Interessante que muitas vezes essas tirinhas traziam notícias de que nem mesmo os mais experientes jornalistas tinham conhecimento. Eram os chamados “furos” militares.

Quando das prisões de funcionários públicos, professores, estudantes, militares, advogados e outros desafortunados, a censura proibia comentários

sobre as circunstâncias em que eram realizadas. Do controle imposto às emisoras de rádios e aos jornais à cassação de mandatos eletivos foi um passo.

O primeiro político piauiense cassado em 1964, por ato federal, foi Clidenor de Freitas Santos, que presidiu o antigo IPASE, no governo de Goulart, e era dono do Hospital Meduna, em Teresina.

No âmbito municipal, não posso deixar de lembrar, aqui, a prisão do vereador Jesualdo Cavalcanti Barros, 24 anos, eleito para o período de 1963 a 1967, pela legenda do PTB, mesmo partido do então deputado federal Chagas Rodrigues.

No dia 4 de abril de 1964, o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros, após chegar à sua residência, depois de ter assistido à sessão matutina do sábado, no Cine Rex, foi levado, num jipe oficial, para o Comando da 26ª Circunscrição do Serviço Militar – CSM, localizada na Rua Teodoro Pacheco, onde funcionava a Guarnição Federal. Em seguida, na mesma tarde, foi levado para o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, que ficava num pequeno prédio, no canto direito da Praça Saraiva, que foi demolido para, no terreno, ser construída a nova sede da Secretaria da Segurança do Estado.

Na tarde do dia seguinte, o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros foi levado ao 25º Batalhão de Caçadores – 25º BC, na carroceria de um caminhão aberto, sob forte escolta militar, armada de fuzis e metralhadoras. Ao passar na diagonal da Praça Pedro II, como a frente do Cine Rex estava lotada para a sessão das 15 horas, o motorista do caminhão deu uma parada estratégica para que as pessoas pudessem contemplar aquela cena terrível, o vereador tratado como bicho, com seus algozes armados até os dentes.

No 25º BC, o vereador Jesualdo Cavalcanti Barros foi jogado numa fétida e exígua solitária, que mal o cabia deitado e onde penetrava uma pífia réstia de luz, e ali permaneceu por 48 horas. Dispunha, como ele relembra no livro *Tempo de Contar* (BARROS, 2006), apenas de uma lata vazia de manteiga para urinar, sempre prestigiado pela companhia de formigas e baratas. Só saiu dali para ser interrogado por um raivoso capitão. Depois do interrogatório, felizmente não voltou para a solitária. Foi levado para uma sala, transformada em quarto. Mas não se livrou da pressão psicológica e das ameaças que faziam, gritando lá fora: “Hoje à noite, nós vamos ajustar nossas contas. E será no Rio Poti”.

O vereador Jesualdo Cavalcanti Barros ficou preso, incomunicável, no 25º BC, por crime inafiançável, em “virtude de estar comprometido com movimento de caráter subversivo, que visava à queda do regime democrático”, conforme termos do Ofício nº 44/GU, de 9 de abril de 1964, assinado pelo coronel Francisco Mascarenhas Façanha, com destino ao presidente da Câmara de Teresina, professor Raimundo Wall Ferraz, na época com 31 anos de idade.

Enquanto isso, novas prisões eram efetuadas: Honorato Gomes Martins, José Pereira de Sousa (Zé Ceará), Átila Freitas Lira (depois deputado federal e secretário de Estado da Educação por duas vezes), José Ribamar Lopes, Pedro Marques Barbosa, Ulysses Alves dos Santos, Antônio Alves da Cunha, José

Esperidião Fernandes, Manoel Lopes Veloso (um dos maiores advogados da nossa OAB-PI), Roberto Ribeiro Martins, Osvaldino Medina da Silva, Clóvis Bezerra de Almeida, Deolindo da Silva Júnior, José Luiz Ribeiro González, José Sucupira Lima, Paulo de Tarso Rezende, Cantídio Gomes Martins, Cirilo Pereira do Nascimento, Francisco Peixoto da Mota, Basílio Carvalho Filho, José de Oliveira de Carvalho (Zezinho Machão), Celso Martins Cunha, Francisco de Sales Ribeiro, José Inaldo Godoy, Raimundo Nonato Lemos Rios, Samuel Dourado Guerra, Argemiro de Sousa Lima, sargento Virgílio Winkler, José Rodrigues da Silva, João Batista do Nascimento, Raimundo Nonato Santos, engenheiro Cícero Ferraz de Souza Martins, Silva Leitão (Chichico), Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira – que tinha pertencido à equipe de governo de Chagas Rodrigues, na área do Planejamento-, Antônio Francisco de Almeida Borges, Luiz Genésio de França, José Maria de Barros Pinho – recambiado para Fortaleza-, Fortunato Ferreira da Silva Batista e sargento José Benoni de Miranda, entre outros, alguns deles logo liberados.

Não obstante o número crescente de estudantes, trabalhadores e intelectuais que se amontoavam nos quartéis do 25º BC e do 2º BC, os militares, em suas pressões psicológicas, gritavam para todos ouvir: “Hoje são vocês, amanhã virão Petrônio Portella e dom Avelar Brandão Vilela”. Petrônio Portella era o governador do Estado e dom Avelar Brandão Vilela, o arcebispo de Teresina.

Nesse ínterim, novas prisões eram efetuadas em Teresina e no interior do estado. Em Campo Maior, por exemplo, prenderam Raimundo Antunes Ribeiro (Totó Ribeiro), Antônio Luiz Higino, Luís Ribamar Osório Lopes (Luís Edwiges, que seria presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, no Piauí, e seu presidente no período de 1981 a 1982), Antônio Damião de Sousa, Manoel Domingos Alves Cardoso e Martins Pereira de Abreu.

Quiseram prender Carlos Augusto Cavalcanti Barros, irmão de Jesualdo Cavalcanti Barros e secretário-geral da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que estava em Floriano, vindo do Rio de Janeiro, para participar do VII Congresso Estadual dos Estudantes Secundaristas, promovido pela UPES. Não o pegaram, mas prenderam o estudante baiano Roberto Ribeiro Martins, que estava hospedado na residência de Jesualdo Cavalcanti Barros, na Rua Arlindo Nogueira. Libertado, mas impedido de deixar Teresina, ficou como “hóspede” de Jesualdo Cavalcanti Barros por mais algum tempo.

No dia 11 de abril, o vereador Jesualdo Cavalcanti teve o mandato cassado pela Câmara de Teresina. O professor Wall Ferraz era presidente da Câmara, na condição de vice-prefeito, na gestão de Hugo Bastos (31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967). Como presidente daquele Poder, não precisava votar e não votou, e o vereador Paulo Rubens de Sousa Fontenele, do PTB, se absteve. Os vereadores que votaram a favor da cassação foram José da Costa e Silva (1º secretário), Álvaro Lebre (2º secretário), Raimundo Vieira e Silva (Vieira Toranga), Otávio Joaquim Braga, Joel da Cunha Mendes, João Rodrigues de Azevedo Filho, Abizail Leôncio de Sousa e Álvaro Monteiro. Triste momento esse da Câmara de Teresina.

No plano estadual, registro, ainda com base no livro *Marcas da Ditadura no Piauí* (DANTAS, 2008), que, no dia 8 de maio de 1964, às 10 horas da manhã, sob a presidência do vice-governador João Clímaco D’Almeida, a Assembleia Legislativa do Piauí viveu o pior momento de sua história.

Naquele tempo falava mais alto o Ato Institucional nº 1 – AI-1, de 9 de abril de 1964, instituído pelos três ministros militares, o general Arthur da Costa e Silva (Guerra), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o almirante Augusto Rademaker (Marinha), que se autoconcederam poderes para suspender direitos políticos, pelo prazo de dez anos, e cassar mandatos federais, estaduais e municipais, sem processo legal nem direito de defesa, excluindo tais atos de qualquer apreciação judicial. Além do mais, o AI-1 estabelecia eleição indireta para presidente da República, via Congresso Nacional, convertido em colégio eleitoral.

A Comissão de execução do AI-1, no Piauí, era formada por Dr. Darcy Fontenele de Araújo, coronel Francisco Batista Torres de Melo (comandante da Polícia Militar), José Ribamar dos Reis, Sebastião Leal (secretário de Estado da Segurança Pública) e Dr. Raimundo José Reis (diretor do Departamento de Administração Geral da Polícia Civil – DAG).

O processo de cassação tinha início na Guarnição Federal, onde também funcionava a Comissão Geral de Investigações. O comandante da Guarnição Federal, após investigação sumária, enviava ofício à Assembleia Legislativa do Estado com os nomes dos indigitados culpados. No Poder Legislativo, o presidente da Casa, João Clímaco D’Almeida, o popular Joqueira, vice-governador do Estado, recebia o ofício e o remetia à comissão competente, a qual designava um deputado para dar parecer que, conclusivo, era convertido em projeto de resolução, seguindo para votação em Plenário. Tudo na mais perfeita “ordem e legalidade”.

Naquela sessão ordinária, com as galerias lotadas, foram lidos dois ofícios assinados pelo coronel Francisco Mascarenhas Façanha, comandante da Guarnição Federal de Teresina. O primeiro, datado de 4 de maio, dizia que “Atendendo solicitação de V. Exa., informo que os deputados estaduais e suplentes abaixo relacionados se encontram enquadrados no artigo 10 do Ato Institucional. Deputados: Deusdedith Mendes Ribeiro, Themístocles Sampaio e José Alexandre Caldas Rodrigues. Suplentes: Honorato Gomes Martins, Antônio Ubiratan de Carvalho e José Francisco Paes Landim”.

Foram também cassados José Alexandre Caldas Rodrigues (ex-prefeito da Parnaíba, de 1959 a 1962, no mesmo período que o irmão Chagas Rodrigues foi governador do Estado; Themístocles de Sampaio Pereira, titular de um cartório em Teresina, e Deusdedith Mendes Ribeiro, ex-secretário de Estado no governo Chagas Rodrigues e combativo político da Capital. Este último, além de cassado, ficou preso, custodiado no prédio da Assembleia. Posteriormente, foi encaminhado ao 25º BC e à penitenciária de Teresina. Nesse vai e vem, ficou 73 dias preso. Era considerado o líder mais avançado da esquerda no Piauí.

Todos desconheciam o real motivo das cassações.

Um dia, conversando com o jornalista Deoclécio Dantas, uma das memórias vivas do nosso jornalismo, ele me contou que o meu tio José Alexandre de Caldas Rodrigues, quando informado de sua cassação, saiu do prédio da Assembleia Legislativa – na Praça da Bandeira ou Praça Marechal Deodoro, onde hoje é o Palácio da Cultura, que abriga a Secretaria da Cultura do Piauí – e foi até a Guarnição Federal, que ficava nas proximidades, na Rua Teodoro Pacheco, falar com o comandante coronel Francisco Mascarenhas Façanha. Ao ser recebido, teria dito: “Coronel, recebi agora o comunicado da minha cassação. Eu sou empresário, casado, pai de família, não cometi nenhum crime, não roubei, não matei e nem fugi das minhas obrigações públicas. Por que eu fui cassado?” O coronel Francisco Mascarenhas Façanha, meio sem jeito, pateticamente, lhe respondeu: “Meu caro deputado, eu também não sei por qual razão o senhor foi cassado. Só sei que está cassado e eu nada posso fazer”.

Na verdade, o coronel Francisco Mascarenhas Façanha, homem bonachão, no dizer do jornalista Deoclécio Dantas, nada apitava na Guarnição Federal. Quem mandava realmente ali, embora fosse o mais novo do time, era Carlos Alberto Teixeira Mendes. Outro que também tinha poder era o capitão Clidenor de Moura Lima.

Mas, como se vivia um tempo de perseguição, num outro ofício, datado de 6 do mesmo mês de maio, vinha mais um enquadramento político. O comandante da Guarnição Federal em Teresina, coronel Francisco Mascarenhas Façanha, revelava que, “complementando o ofício desta Guarnição, de 4 do corrente, informo a V. Exa. que o deputado estadual Celso Barros Coelho também está enquadrado no artigo 10 do Ato Institucional”.

Por ter criticado, na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado, o aumento de vencimentos concedido pelo governo federal aos militares, com exclusão dos civis, e por ter defendido o postulado da democracia brasileira, o deputado Celso Barros Coelho irritara a “linha dura” dos militares em Teresina. Vale salientar que Celso Barros Coelho, além de deputado estadual, era presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil no Piauí.

Naquela época eram 42 os deputados estaduais. Um, Deusdedith Mendes Ribeiro, estava preso. Cinco, embora informados do objetivo daquela sessão extraordinária da Assembleia Legislativa, a ela não compareceram: Aloísio Costa, Álvaro Melo, Benjamim Lustosa, Waldemar de Castro Macedo e Pedro Borges da Silva Filho, este último major do Exército, filho do ministro do Tribunal de Segurança Nacional Pedro Borges da Silva, da linha de frente no combate à quadrilha de falsários que, na noite do dia 18 de novembro de 1927, assassinara, em Teresina, a golpes de punhal, o juiz federal Lucrécio Dantas Avelino. Era neto do líder político Raimundo Borges da Silva, o Doca Borges, ex-prefeito de Floriano, deputado estadual e vice-governador de Miguel Rosa.

No dia 11 de maio, os suplentes José Gil Barbosa, Joaquim Gomes Calado e Milton Costa Cardoso assumiram três das quatro vagas decorrentes das cassações que, de forma melancólica, marcam a história da Assembleia Legislativa do Piauí.



Professora e jornalista Iracema Santos Rocha.

Com o passar do tempo, os militares passaram a não respeitar nem mesmo as mulheres. Várias prisões foram efetuadas, mas, de todas, a mais cruel e desumana foi a da professora e jornalista Iracema Santos Rocha da Silva, casada com o jornalista Maranhão Silva, que fora candidata a prefeita de Teresina, em 1962, pelo PTB, e era presidente da *Liga Feminina Trabalhista*. Às vésperas do Dia das Mães, a 12 de maio de 1964, com pecha de comunista, foi encarcerada no 25º BC. Ali, incomunicável e sem fiança, foi submetida a interrogatórios por atividades de subversão e ideologia marxista, e indiciada em dois inquéritos militares: um, na Guarnição Federal, onde foi interrogada, madrugada adentro, pelo capitão Clidenor de Moura Lima, sob as vistas do major Idalécio Wanderley; o outro, na Polícia Militar, onde foi interrogada no gabinete do secretário de Estado da Segurança, Sebastião da Rocha Leal, seu primo, que tudo fez para ajudá-la, inutilmente. Depois desses interrogatórios, a professora Iracema dos Santos Rocha e Silva foi sumariamente destituída das cátedras na Escola Normal Antonino Freire, adquiridas por Concurso Público de Provas e Títulos e Defesa de Tese. Professora vitalícia, foi posta em disponibilidade, pois não era conveniente uma comunista dar aulas à juventude, considerando

que inflamava a reação dos jovens contra a nova política do país. Na verdade, a professora Iracema dos Santos Rocha e Silva sofreu essa reação dos militares por ser membro da *Frente de Mobilização Popular*, comandada pelo deputado Sérgio Magalhães, por suas posições políticas a favor das Reformas de Base, propostas pelo presidente João Goulart, pelo apoio aos militares quando da greve da Polícia Militar do Piauí, por sua atuação como jornalista militante e, principalmente, pelo discurso inflamado feito no dia 1º de abril de 1964, condenando o golpe civil-militar brasileiro.

A sua prisão foi consequência do apoio que deu ao levante contra o governador Petrônio Portella, feito por um grupo de militares que reivindicava aumento de vencimento. Foram repelidos pelo governador, que disse que só iria examinar o memorial quando fosse tratar do reajuste geral do pessoal do Estado e depois de colocar todos os compromissos em dia.

A Polícia Militar declarou-se rebelde e lançou *ultimatum* ao governador por um imediato aumento de vencimentos.

A professora Iracema dos Santos Rocha e Silva rasgou o verbo na *Rádio Clube de Teresina*:

Como presidente da *Liga Feminina Trabalhista*, hipoteco solidariedade aos sargentos, cabos e soldados presos; presos porque mostraram a fome, a miséria, o abandono. E as elites não podiam ver maculados o seu prazer, o seu conforto, com os soluços e as lágrimas de fome dos pobres. Até quando o Piauí aguentaria essa situação de sofrimento? Era chegada a hora da revolta das massas. Nossa luta não terminou. Mesmo aqueles companheiros que não foram vitoriosos nas recentes eleições têm uma missão. E mesmo depois de nossa morte, nossas ideias continuam a caminhar e a se agigantar para um Piauí grande, próspero e feliz, debaixo da bandeira gloriosa do Partido Trabalhista Brasileiro.

Na manhã de terça-feira, 20 de agosto de 1964, a professora Iracema dos Santos Rocha e Silva foi ao quartel da Polícia Militar conversar com a tropa sitiada. Depois, ela e mais uma comissão de senhoras foram à *Rádio Pioneira* e retransmitiram suas palavras de solidariedade aos policiais e um pedido de boa vontade ao governador Petrônio Portella. Procuraram falar com o general comandante da 10ª Região Militar e não foram atendidas. Dirigiram-se, então, à *Rádio Clube de Teresina*, pedindo à sociedade água, comida e assistência médica para os militares sediados no quartel da PM-PI. A reação foi imediata. Caminhões começaram a chegar com água e mantimentos, num *frenesi* constante. Houve, nesse particular, interferência direta de dom Avelar Brandão Vilela que, discretamente, agia nos bastidores em apoio aos revoltosos. Era o chamado poder paralelo. Foram organizadas comissões para arrecadar fundos para os policiais se alimentarem com suas famílias.

Às 17h30 de terça-feira, 20 de agosto, foi celebrada missa no pátio do quartel da Polícia Militar. Os militares estavam barbudos, cansados e exaltados pelos acontecimentos. Choravam de revolta pelo absurdo do momento que viviam. Um dos piores da nossa história.

No dia seguinte, logo cedo pela manhã, a professora Iracema dos Santos Rocha e Silva organizou, com os militares e seus familiares, a “Passeata da Fome”. Foi o estopim. Depois da passeata, os acontecimentos se precipitaram. O governo estava nu.

O governador Petrônio Portella, sem alternativa, apelou para o Exército. O general Humberto de Alencar Castelo Branco, então comandante do IV Exército, 10ª Região Militar, que aqui estudara, no Liceu Piauiense, e conhecia bem o governador, mandou soldados e armas, sob a coordenação do oficial Francisco Batista Torres de Melo, para abafar e rebelião e dirigir a Polícia Militar até que tudo se normalizasse. Mas quem o ajudou, mais uma vez, foi o coronel Octávio Miranda, que juntou soldados do 25º BC, montou guarda no Palácio de Karnak e prendeu, em seguida, os cabeças do movimento, entre eles o major Carlos Alberto, os capitães Wilemar, Bonfim, Elesbão Soares, os tenentes Cância, Drumond, Kleber, Brasil e Campelo, que foram levados para o Quartel do 25º BC.

Em 24 horas, o quartel da Polícia Militar foi cercado, desde a Igreja de São Bendito até as adjacências da Guarda Civil, na Praça Saraiva, invadido e evacuado. As chaves do prédio foram entregues ao governador Petrônio Portella, que ficou senhor absoluto da situação.

No dia 22 de agosto, às 18 horas, todos os militares sediados se renderam à conclamação dos companheiros do Exército, e deu-se por encerrado o “Caso da Polícia Militar”, que tanto convulsionou o estado e ficou registrado nos anais da história política e militar do Piauí. Tudo isso está muito bem documentado nos livros *Marcas da Ditadura no Piauí*, do jornalista Deoclécio Dantas, e *Tempo de Contar*, de Jesualdo Cavalcanti Barros, e, meu caro Kenard Kruehl, no seu bem escrito e fundamentado *Djalma Veloso – o político e sua época*.

Chagas Rodrigues foi o primeiro político parnaibano cassado na área federal. Por ter pronunciado, na tribuna da Câmara Federal, discurso considerado ofensivo às Forças Armadas, foi atingido pelo famigerado AI-5, decretado, a 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Costa e Silva (1967 a 1969), culminando com sua cassação do cargo de deputado federal e perda dos direitos políticos por dez anos (1969 a 1979). Dessa forma, ficou impedido não apenas de continuar a luta política, mas também de ocupar qualquer cargo público. Foi um dos maiores baques de sua vida.

Por esse motivo, Chagas Rodrigues foi aposentado, compulsoriamente, do cargo de assessor jurídico no Ministério da Fazenda. Durante esse período extremamente difícil, voltou a advogar e passou a lecionar em uma instituição privada, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração, do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB (1970-1973).

Durantes as aulas, Chagas Rodrigues percebeu a presença de agentes do governo, infiltrados como alunos do CEUB, a lhe fazerem perguntas embaraçosas, que fugiam da disciplina, com o intuito claro de comprometê-lo, ao que ele respondia sorrindo: “nossa matéria é de Direito Comercial, e não de Direito Constitucional”. E assim fugia da “saia justa”.

Ao saber que a irmã, minha mãe Terezinha, residente em Teresina, encontrava-se chorosa e aflita, porque bastante preocupada com a sua situação política e, principalmente, financeira, fez chegar a ela uma carta de conforto, dizendo, em determinado trecho: “Tetezinha, não se preocupe comigo, essa cassação veio coroar toda a minha vida pública. Já estava com medo de que alguns dos companheiros pudessem vir a ter qualquer tipo de desconfiança em relação aos meus sinceros sentimentos em defesa dos interesses reais de liberdade da nação Brasileira, haja vista que muitos dos nossos já haviam sido cassados e eu vim a ser um dos últimos”.

Nessa carta, Chagas Rodrigues também faz alusão ao fato de estar sentindo vergonha da Câmara dos Deputados, pela submissão ao jugo dos militares. Ele chega a confessar que se sentia como um estranho no ninho. Mantinha, porém, o hábito de ir todos os dias ao Congresso Nacional e, anônimo, ficava na galeria presenciando as sessões parlamentares. Até que, um dia, conforme me contou meu tio, um segurança da Casa o chamou e lhe disse que, infelizmente, a partir daquele momento ele não poderia mais ficar ali. Sem nenhum gesto de censura, ele retirou-se e não mais voltou, enquanto não retornou à vida pública.

Nesse período dos anos de chumbo, falece, a 5 de agosto de 1978, Poncion Rodrigues, o pai de Chagas Rodrigues, que não compareceu ao velório nem ao enterro, porque ainda estava proibido de visitar o Piauí, seu estado sempre amado.

A mãe de Chagas Rodrigues, Ignésia Caldas Rodrigues, há muito estava doente. Quando seu estado se agravou, foi hospitalizada. Era um drama para o filho não poder ver a mãe nos últimos momentos de vida. Mas sempre há um anjo para ajudar num momento deste.

Era governador do Estado o Dr. Djalma Martins Veloso, seu antigo eleitor da Região Valenciana, de 14 municípios (Aroazes, Barra de Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhuma, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Santa Cruz dos Milagres, Várzea Grande e Valença) e ex-secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado. Vice-governador do Piauí, Dr. Djalma Martins Veloso assumiu a titularidade quando o governador Dirceu Arcoverde (15/3/1975 a 14/8/1978) renunciou para disputar vaga no Senado – logrou êxito, mas faleceu logo depois no cargo, em 16/3/1979, no Hospital dos Servidores da União, em Brasília.

O Dr. Djalma Martins Veloso, quando soube que a minha avó, Ignésia Caldas Rodrigues, estava hospitalizada, sem que o filho Chagas Rodrigues pudesse visitá-la, ligou e contou a situação para o general Sérgio de Ary Pires, comandante do 4º Exército, sediado em Recife, e perguntou como seria visto recebendo, no Piauí, o ex-governador Chagas Rodrigues. O general Sérgio de Ary Pires respondeu: “No meu mais alto conceito”. E pediu que o governador Djalma Martins Veloso comunicasse a Chagas Rodrigues que ele poderia vir tranquilo, ao Piauí, visitar a mãe, porque não haveria nenhuma retaliação dos militares.

Chagas Rodrigues veio ao Piauí. O Dr. Djalma Martins Veloso colocou toda a estrutura do governo à sua disposição, prontamente recusada por ele, sob a alegação de que não lhe queria criar nenhum embaraço. “Djalma, só esta atitude de interceder por mim, neste momento, já me basta para tê-lo no meu mais alto conceito. Não se preocupe, que me considero servido por seu governo, mesmo não podendo aceitar a estrutura que você está me colocando à disposição”, disse, visivelmente emocionado com o gesto do antigo auxiliar e amigo. Dr. Djalma era homem de alma boa.

Minha avó, Ignésia Caldas Rodrigues, veio a falecer no dia 30 de dezembro de 1980. O filho, sem qualquer tipo de importunação, participou de todos os seus últimos momentos, inclusive do enterro que aconteceu no cemitério de Parnaíba.

Ainda sobre o motivo da cassação de Chagas Rodrigues, além do aludido discurso na Câmara dos Deputados, não se pode deixar de considerar que, quando o general Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra, o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, ministro da Aeronáutica, e o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha, impuseram o nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para presidente da República e como vice-presidente o velho possedista José Maria Alkmin – deputado por Minas Gerais e ex-ministro da Fazenda do governo Juscelino Kubitschek – para ser votado pelo Congresso Nacional, somente dois dos parlamentares da bancada piauiense, cumprindo decisão superior do partido, abstiveram-se de votar: João Mendes Olímpio de Melo e Chagas Rodrigues, eleitos pelo PTB. Os demais, três senadores – Joaquim Santos Parente, UDN; José Cândido Ferraz, UDN; e Sigefredo Pacheco, PSD, com apoio da UDN – e oito deputados federais – Manoel de Sousa Santos, Heitor de Albuquerque Cavalcanti, Dyrno Jurandir Pires Ferreira, João de Moura Santos e Ezequias Gonçalves Costa, eleitos pela UDN/PSD/PDC, e Jacob Manoel Gayoso e Almendra, João Mendes Olímpio de Melo e Chagas Rodrigues, eleitos pelo PTB –, sufragaram a chapa oficial. A partir de então, os dois que não sufragaram a chapa oficial passaram a ter os passos e atos vigiados de perto pelos militares.

O jornalista Deoclécio Dantas, no capítulo “A ética punida”, do livro *Marcas da Ditadura no Piauí* (DANTAS, 2008), lembra que Chagas Rodrigues, quatro dias antes de renunciar ao cargo de governador para disputar vaga no Senado e na Câmara dos Deputados, contrariando interesses dos 32 deputados estaduais e de dezenas de suplentes, vetou o projeto de lei que elevava para 42 o número de deputados na Assembleia Legislativa do Piauí. O resultado foi que, além dos insultos, ofensas morais, discursos e artigos atingindo a sua administração, Chagas Rodrigues perdeu a eleição para o Senado para o pouco conhecido Sigefredo Pacheco; entretanto, conquistou uma das oito vagas na Câmara dos Deputados, ainda que na condição de segundo menos votado (13.054 votos).

Os velhos ressentidos desse tempo aguardaram o momento certo da vingança, sorvendo a sopa da podridão pelas beiradas. Esse momento chegou em

29 de abril de 1969, quando Chagas Rodrigues teve os direitos políticos suspensos por dez anos, ficou impedido de exercer qualquer cargo público e proibido de visitar o Piauí.

Não podendo visitar a terra natal, o que acontecia a outras lideranças políticas, todos amigos, como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola e Miguel Arraes, expressa seu estado de espírito no poema “Estrangeiro na própria pátria”, escrito em Brasília, em novembro de 1976:

Ouve, amiga
deve ser triste viver em terra alheia.
Longe da pátria,
longe da família,
longe dos amigos.
Porém, ainda mais triste,
é viver como estrangeiro
na própria pátria,
com o mandato eletivo cassado,
com os direitos políticos suspensos,
e proibido de rever
a cidade natal,
o Estado querido
e o povo amado.

Outro fato, também não noticiado pela imprensa, foi que, no período do golpe militar de 1964, o meu primo Eudócio Rodrigues de Abreu, engenheiro civil da Petrobras, filho de minha tia Inês, ficou preso, durante oito meses, em uma unidade da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sob acusação de agitação política, sem que Chagas Rodrigues nada pudesse fazer em favor do sobrinho querido. Mas, se nada conseguiu fazer pelo sobrinho, fez pelo líder estudantil Honestino Guimarães, abrigando-o em seu apartamento em Brasília, quando o estudante estava sendo perseguido pela polícia.

Durante o governo de Chagas Rodrigues, abateu-se sobre o Piauí uma das maiores enchentes de que se tem notícia na história. Diante daquele quadro desolador, o governador, por meio do conhecido Código Morse, pediu ajuda ao governo dos Estados Unidos, tendo sido prontamente atendido pelo presidente John Kennedy, que rapidamente enviou aviões da Força Aérea Americana, abarrotados de colchões, lençóis, mantimentos etc. Foi em homenagem ao presidente americano que uma das mais importantes avenidas da Zona Leste da nossa capital passou a se chamar Presidente Kennedy.

Lembro outra passagem, que diz respeito a uma viagem de avião que Chagas Rodrigues fez quando da instalação do município de Novo Oriente, desmembrado de Valença, no início da década de 60. Chagas Rodrigues viajou, gripado, num pequeno avião pertencente ao Aeroclube de Teresina. Reginaldo Santos Furtado, seu secretário particular, seguiu de carro. O então deputado Djalma Martins Veloso, líder político de Valença, era contrário à ideia da ins-

talação do município de Novo Oriente. O juiz Justino Inácio de Souza não estava no local para a solenidade. Reginaldo Furtado foi buscá-lo levando a Lei Orgânica e o Diário Oficial. Ao retornar a Teresina, o piloto errou a rota e pousou na cidade de Castelo. Depois de 30 horas sem nenhuma notícia do governador, Chagas Rodrigues voltou a Teresina de carro. Era a primeira viagem do governador a Novo Oriente. Trocou de veículo em Campo Maior.

Só para lembrar: nas eleições de 1958, Teresina deu uma grande quantidade de votos a Petrônio Portella, que se elegeu prefeito pela UDN, e um número maior ainda para Chagas Rodrigues, que se elegeu governador pelo PTB. Ambos estavam coligados.

Entretanto, Chagas Rodrigues e Petrônio Portella brigaram feio e romperam politicamente. Como o povo de Teresina não tomou conhecimento da briga deles, que era ferrenha, os dois foram consagrados nas urnas, mesmo sendo adversários.

Um fato que marca bem o sentido do governo progressista de Chagas Rodrigues é a raiva que provocou na oligarquia piauiense. Chagas Rodrigues era execrado pela imprensa. Isso ficou patente quando ele deixou o governo, a 6 de julho de 1962, para disputar os cargos de senador e de deputado federal, como a lei permitia. Passou a ser atacado de todos os modos, com ataques os mais grosseiros que se podem imaginar. Mas ele não baixava o nível. Era chamado de comunista, o que era de menos. Tentaram fazê-lo um político desonesto, mas não conseguiram. Abandonado por seu vice-governador, Tibério Nunes (UDN), que estava apoiando Petrônio Portella (UDN) à sua sucessão, Chagas Rodrigues não teve alternativa a não ser, com o seu PTB, dar apoio a Constantino Pereira, da ala dissidente do PSD.

Entre as muitas histórias da política piauiense que Chagas Rodrigues me contou, lembro-me de uma que mostra muito bem sua generosidade e falta de ambição. O fato se deu nas eleições de 1962. Ele me contou o seguinte, desta maneira:

Olha, meu filho, naquela eleição que disputei quando saí do governo, eu cheguei a Parnaíba e o Alberto Silva era candidato a deputado federal. Eu também era candidato a senador e a deputado federal, mas estava jogando mesmo era para senador. Então, eu mandei fechar as antenas da Rádio Educadora, que davam para fora, para ficar só em Parnaíba, e disse que eu era candidato a senador e a deputado federal, mas aqueles que não quisessem votar em mim para deputado federal e sim para senador, que votassem no outro filho da terra, que era Alberto Silva, um grande homem público, merecedor do voto dos parnaibanos.

Foram eleitos José Cândido Ferraz (UDN – 119.842 votos) e Sigfredo Pacheco (PSD – 99.770 votos). Chagas Rodrigues perdeu: teve 68.923 votos para o Senado, mas foi eleito para a Câmara Federal, com 13.054 votos. Foi o segundo do seu partido, o PTB, depois de João Mendes Olímpio de Melo (14.155 votos). O terceiro foi Jacob Manoel Gayoso e Almendra (12.707 votos). Já Alberto Silva, que disputava pela coligação UDN/PSD/PDC, ficou na quarta suplência, com 6.753 votos.

Da mesma forma como Chagas Rodrigues se desfez da *Rádio Clube de Teresina*, que ele ajudou a fundar em 1959, para se contrapor aos golpes que recebia da *Rádio Difusora de Teresina*, dirigida por elementos do PSD, como os irmãos Sigefredo Pacheco e Cláudio Pacheco Brasil, ele também se desfez da *Rádio Educadora da Parnaíba*. A *Rádio Clube de Teresina* acabou ficando para o seu ex-secretário do Interior, Justiça e Segurança pública, Valter Alencar, muito querido por ele. A *Rádio Educadora da Parnaíba* foi passada para a família Silva, sua adversária política naquela cidade. Quando indagado por que fez isso, respondeu: “Meu filho, como a *Rádio Educadora* não pode ficar em nossas mãos, a ditadura militar vai terminar fechando a rádio. Então, é muito melhor passar para João Silva Filho, que é parnaibano. Um aventureiro de fora chegar e pegar a nossa *Educadora*, isso eu não aceito”.

João Silva Filho, embora irmão de Alberto Silva, fazia oposição a ele. João Tavares de Carvalho e Silva, pai de Alberto e de João Silva Filho, era irmão de Esmerina Silva, casada com Luiz de Moraes Correia. Chagas Rodrigues era casado com Maria do Carmo Correia, filha de José de Moraes Correia, irmão de Almira de Moraes Correia, casada com João Silva Filho, irmão de Alberto Silva.

Sobre a desavença política entre Chagas Rodrigues e Alberto Silva, vou relatar um fato que mostra bem as personalidades dessas duas grandes figuras políticas, tão próximas e tão diferentes.

Estávamos no ano de 1986, e quatro ex-governadores do Piauí (Chagas Rodrigues, Helvídio Nunes, Alberto Silva e Lucídio Portella) se uniram para combater o que se convencionou chamar de oligarquia, um esquema político que há muitos anos vinha governando o Estado. Alberto Silva era candidato a governador pelo PMDB; Lucídio Portella, candidato a vice-governador pelo PDS, Chagas Rodrigues era candidato ao Senado pelo PMDB, e Helvídio Nunes pelo PDS. Disputavam contra Freitas Neto, candidato a governador pelo PFL; Deoclécio Dantas, candidato a vice-governador pelo PDT; Hugo Napoleão e Ciro Nogueira, candidatos ao Senado Federal pelo PFL.

Naquele ano se deu no Piauí a eleição mais equilibrada do Brasil, com Alberto Silva tendo sido eleito com uma maioria de pouco mais de 1% dos votos válidos. Para o Senado, foram eleitos, em primeiro lugar, Hugo Napoleão e, na segunda vaga, Chagas Rodrigues, sem nenhum grupo político lhe dando sustentação, haja vista que ficara por aproximadamente 20 anos fora da vida pública. Por isso mesmo, não se via na obrigação de ocupar grandes espaços na esfera administrativa do governo Alberto Silva.

O governador eleito Alberto Silva pediu, contudo, que o senador Chagas Rodrigues indicasse nomes para compor o governo. Foram indicados apenas dois: o de seu sobrinho e meu irmão, Dr. Poncion Queiroz Rodrigues, para a presidência da SUHEPI (Superintendência Hospitalar do Estado do Piauí), e o de seu fiel escudeiro e amigo de todas as horas, Raimundo Martins de Sousa, o popular Pereirinha, para a presidência do IAPEP (Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí).

Como não poderia ser diferente, Alberto Silva recebeu as indicações e prontamente se comprometeu a proceder com as devidas nomeações. Disse que tudo estaria a cargo do filho, Paulo Tavares Silva, que acabara de ser eleito deputado federal e fora nomeado pelo pai coordenador da equipe de formação do novo governo.

Um dia antes da posse, o senador Chagas Rodrigues deixou Brasília com destino a Teresina. Viajou no mesmo voo do deputado Paulo Tavares Silva. Trocaram cumprimentos. Bateram papo, mas não houve nenhuma conversa sobre convite para a posse às 10 horas do dia seguinte, nem sobre os cargos prometidos. À noite, estavam reunidos na casa de meus pais, Valdemar Felinto de Melo e Terezinha de Jesus Rodrigues de Melo, no Bairro Jóquei Clube, entre outras pessoas, o senhor Valdemar, dona Terezinha, dona Maria do Carmo, senhor Ferro Gomes, Dr. Luiz Darcy, dona Alexandra, Dr. Poncion, Dr. Raimundo Martins, senhor Mauro, o senador Chagas Rodrigues. Com o passar das horas, as pessoas presentes iam demonstrando indignação por aquilo que estava para se transformar em uma das grandes traições da história política de nosso Estado. Tinha eu apenas 22 anos de idade e já me encontrava encantado com a mística da política, algo que me envolveria por toda minha vida. Faltando vinte minutos para a meia-noite, o telefone tocou. Era Alberto Silva, querendo falar com o senador Chagas Rodrigues. Eu, de pronto, o acompanhei e testemunhei parte do diálogo que mais tarde meu tio completou:

Chagas – Mas Alberto, como você pode fazer uma coisa dessa comigo?

Alberto – Chagas, você já foi governador, sabe como essas coisas funcionam. As pressões são tantas que nem sempre a gente pode fazer o que realmente tem vontade.

Chagas – Exatamente por isso, Alberto, exatamente por ter sido governador é que não consigo compreender o seu comportamento.

Alberto – Chagas, tudo pode se resolver, tenha um pouco de calma. Olha, o seu sobrinho Poncion está confirmado na subsecretaria de Saúde. Quanto ao Pereirinha, a gente vê depois, com mais calma.

Nesse momento, o senador Chagas Rodrigues deixa o telefone por alguns minutos e se dirige à sala onde todos se encontravam e transmite para o meu irmão Poncion a fala de Alberto Silva, no que ele, sem meias-palavras, responde:

Tio Chagas, não estou precisando de dinheiro e muito menos de *status*; muito pelo contrário, graças a Deus, sou um médico muito realizado e vivo muito bem do meu trabalho. Diga ao governador Alberto Silva que não vou ficar escondido atrás de um contracheque e na sombra do secretário da Saúde do Estado escolhido por ele. Quando me foi oferecida a presidência da SUHEPI e aceitei, a minha intenção era que o senhor pudesse, com a minha indicação, se sentir representado num governo que o senhor ajudou a eleger, numa coalizão de forças e numa eleição quase empatada. Sem o seu e o apoio de outros, Alberto Silva não teria sido eleito governador.

Diante da resposta, o senador Chagas Rodrigues retomou a sua conversa com Alberto Silva: “Alberto, acabei de falar com Poncion, e ele não aceitou o cargo. Acho melhor pararmos por aqui”. “Tente convencê-lo, Chagas.” “Acho que não temos mais o que conversar. Boa noite”.

Desligado o telefone, o senador Chagas Rodrigues dirigiu-se novamente à sala maior, sentou-se ao lado de minha mãe, com o olhar no chão. Seguiram-se alguns segundos de puro silêncio. Ninguém ousava dar uma palavra. Depois de alguns momentos olhando para o chão, levantou o olhar, bateu com uma das mãos em uma das pernas de minha mãe e falou: “Tetêzinha, meu bem, eu vou embora, não tenho mais nada a fazer aqui”.

Dito isso, levantou-se, deu boa noite e, acompanhado de sua Maria do Carmo, dirigiu-se para o quarto, onde fez as malas para retornar a Brasília no dia seguinte pela manhã, bem cedo, sem participar da posse do governo que ajudara a eleger.

Para a presidência da SUHEPI, o governador Alberto Silva nomeou o médico Osvaldo Melo, da cidade de União, e para a presidência do IAPEP, o genro, Marcos Parente, na época casado com sua filha Susana Silva.

Pereirinha, sem que tenha sido por indicação direta do senador Chagas Rodrigues, veio a assumir a diretoria do Banco do Estado do Piauí, de nome BEPOUPAR, onde realizou excelente trabalho.

Chagas Rodrigues foi um homem que escreveu seu nome na história de nossa terra e de nossa gente de forma digna e indelével. Falar mais sobre ele, aqui, seria fazer outro livro. E você, Kenard Krueel, com essa grande iniciativa de nos presentear com esta maravilhosa obra sobre Chagas Rodrigues, será o responsável por dar a conhecer às gerações futuras a história de amor de um líder para com seu povo.

A minha mãe Terezinha, quando o recebeu e você lhe comunicou a ideia do livro, ficou emocionada e satisfeita com a iniciativa, porque o irmão Chagas Rodrigues era, para ela, como para todos nós da família, incluídos os amigos, um exemplo de vida.

Chagas Rodrigues era um homem de muitos amigos, entre os quais alguns se destacam por terem estado mais próximos dele em todos os momentos. Um deles foi o Dr. Reginaldo Santos Furtado, ex-presidente da OAB-PI e ex-conselheiro federal da OAB, seu secretário particular quando governador do Estado. Outro foi o Dr. Raimundo Martins de Sousa, o Pereirinha. Este, um dos maiores, senão o maior amigo de Chagas Rodrigues, foi seu oficial de gabinete e fiel escudeiro. No último mandato que Chagas Rodrigues exerceu como senador da República, Pereirinha foi superintendente da extinta LBA, por indicação sua. Recordo-me também do Dr. Nicolau Waquim, dono de uma verdadeira adoração por Chagas Rodrigues, que o convidou, ainda bem jovem e recém-formado em Direito, para sua equipe de governo. Dr. Nicolau Waquim, irmão do deputado federal Sétimo Waquim (MA), cunhado da ex-prefeita Socorro Waquim (Timon – MA), por um bom tempo respondeu por um órgão da Prefeitura de Timon, voltado para o atendimento jurídico gratuito à população carente.

Uma pessoa que ficou muito amiga de Chagas Rodrigues foi Dr. Lucídio Portella Nunes. Quando Chagas Rodrigues veio pela última vez ao Piauí, Dr. Lucídio Portella Nunes foi esperá-lo no Aeroporto de Teresina, numa deferência especial. Em *Política e outros temas*, Santos (1991, p. 452-453) afirma que Lucídio Portella Nunes incluía Chagas Rodrigues entre os melhores representantes brasileiros com assento no Senado. E conclui com o que ele lhe teria dito sobre o senador:

Atento aos seus deveres de senador, tem profundo conhecimento de todas as matérias que tramitam no parlamento; combativo e dinâmico, é um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair, realizando intenso trabalho nas comissões e no plenário, e fazendo-se respeitar pelos conhecimentos e pela palavra abalizada.

Entre os amigos de Chagas Rodrigues, podemos lembrar, ainda, o professor Kleber Montezuma; o vereador Acilino Ribeiro, que deu a ele o título de Cidadão Teresinense; o professor José Reis Pereira; o vereador Edson Melo; o ex-deputado federal Osmar Jr.; o professor Carlos Lôbo; e o professor Wall Ferraz, grande liderança política que ele trouxe para o PSDB.

Quanto à ideia de criar o Memorial Chagas Rodrigues, na Câmara de Teresina, que achei excelente, vou dar a minha contribuição, falando com os vereadores. A Câmara é um parlamento, e foi no parlamento que Chagas passou grande parte da vida servindo ao povo do Piauí. Não sem razão o prédio da Câmara se chama Palácio Senador Chagas Rodrigues – propositura do vereador Renato Berger, aprovada em plenário, com 19 votos favoráveis e 2 contra, das vereadoras Teresa Brito e Rosário Bezerra, que queriam que a homenagem fosse dada à imperatriz Teresa Cristina. Prevaleceu o argumento de que a imperatriz já recebera a maior de todas as homenagens, a de ter inspirado o nome de nossa amada cidade. Chagas Rodrigues se sentia um vocacionado para a política. Por amor à política, deixou o próspero Escritório Brasileiro de Advocacia – EBA, que dividia, na Avenida Graça Aranha, no centro do Rio de Janeiro, com, entre outros sócios, Dr. Aldir Passarinho, futuro ministro do Supremo Tribunal Federal (1972 a 1991), Dr. Israel Correia (irmão de Dr. Lauro Correia, um dos mais leais assessores de Chagas Rodrigues quando governador do Piauí, ambos filhos de Constantino Correia) e Dr. Hélio Bello Cavalcanti.

Os clientes, os amigos e, principalmente, a família, na pessoa da minha tia Maria do Carmo, não só o compreenderam como o ajudaram em sua longa caminhada política. Foi com esse apoio que Chagas Rodrigues conseguiu se elegeu deputado federal, governador do Piauí e senador da República.

Leitor compulsivo e sentindo-se já com a saúde abalada, Chagas Rodrigues fez a doação de mais de cinco mil livros para a biblioteca pública de Parnaíba. Como Monteiro Lobato, um dos escritores de sua predileção, Chagas Rodrigues também apostava que “um país se faz com homens e livros”.

A diretora do IPHAN (2004-2011), em Parnaíba, senhora Andréa Cruz, garantiu que, após a inauguração da Casa Grande da Parnaíba, que pertenceu aos Dias da Silva e foi reformada pelo órgão federal em parceria com a

Prefeitura local, instalaria ali, numa ampla sala, os documentos e os livros doados, ainda em vida, por Chagas Rodrigues à sua amada terra. O Memorial Chagas Rodrigues ficaria bem ao lado do Museu, do Arquivo, da Sala Simplício Dias da Silva e do escritório local do IPHAN. Até agora, porém, nada foi feito.

Eu espero que as duas iniciativas prosperem, pois, como dizia o saudoso poeta tropicalista piauiense Torquato Neto, “é louvando quem bem merece que vamos deixando o ruim de lado”.

Chagas Rodrigues e o engenheiro Leonel de Moura Brizola foram homenageados *in memoriam* em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, por terem sido os únicos governadores do Brasil que se insurgiram contra a tentativa de golpe para que João Goulart não assumisse o poder, quando da renúncia de Jânio Quadros à presidência do Brasil.

Chagas Rodrigues era um poeta inspirado. Foi membro da Academia Parnaibana de Letras, fundada a 28 de julho de 1983, por sugestão do jornalista parnaibano José Pinheiro de Carvalho, irmão do grande prefeito daquela cidade, Carlos Carvalho. Sei que você, Kenard Krueel, participou da fundação da Academia Parnaibana de Letras, na qualidade de repórter do *Jornal da manhã*. Não fez e nem faz parte, ainda, daquela nobre instituição, o que é uma injustiça. Mas logo isso será reparado, com certeza. Você, Kenard Krueel, é outro parnaibano da gema, muito mais do que muitos que nasceram ali e não sabem dar valor àquela aprazível cidade, que você, de quando em quando, destaca em suas belas páginas literárias.

Na Academia Parnaibana de Letras, Chagas Rodrigues tinha assento na cadeira nº 8, sob o patrocínio de Antônio Otávio Melo. Na imortalidade celeste, estão com ele hoje, entre outros, Maria da Penha Fontes e Silva, Renato Castelo Branco, Alberto Silva, Fonseca Mendes, João Nonon de Moura Fontes Ibiapina (Fontes Ibiapina), e o próprio fundador, José Pinheiro de Carvalho.

Um dos feitos de Chagas Rodrigues ligado às letras, de que poucas pessoas têm conhecimento, diz respeito ao mestre historiador Odilon Nunes. A exemplo do que fizera o governador Rocha Furtado, que o contratara como funcionário do Arquivo Público (Casa de Anísio Brito), a fim de que pudesse prosseguir de modo mais assíduo com as suas pesquisas históricas, o governador Chagas Rodrigues também o contratou para que ele escrevesse, sem quaisquer problemas financeiros, a história do Piauí. Quem quiser conferir, é só pegar a revista *Presença*, do Conselho Estadual de Cultura, e ler o artigo “Casos e cousas da historiografia piauiense” (NUNES, 1983).

Aproveito para lhe enviar um exemplar do meu primeiro livro, *Histórias que vivi*, em que conto histórias da política piauiense que presenciei. Nele, claro, há algumas narrações com Chagas Rodrigues, meu mentor político. A capa e a diagramação são de autoria do competente Paulo Moura, grande homem das artes gráficas do Estado.

Por fim, tenho a ousadia de incluir, aqui, o poema “O Palhaço”, que fiz há cerca de quinze anos, inspirado na história da vida política de Chagas Rodrigues, um homem de bem.

O palhaço
Maria está feia
João está com fome
Pedrinho no hospital
Já há dois dias não se come.
As portas fecharam-se de novo
O pesadelo voltou novamente
Emprego parece piada
Mesmo com reza nem tente.
Mas o tempo vai passando
E eis que uma falsa esperança desponta
São as eleições que estão próximas
E com elas o pobre se apronta
Se apronta não, se sujeita
A vender-se para viver
Pois ajuda a si próprio matar
Sem ao menos perceber
É O PALHAÇO
Eterno palhaço
Nas mãos dos “homens de bem”
Homens que já nem são gente
Pois nem consciências as têm.

Notas biográficas

Chagas Rodrigues foi um homem que escreveu seu nome na história de nossa terra e de nossa gente de forma digna e indelével.

Francisco Wilson Melo

Nascimento e infância em Parnaíba

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em Parnaíba, a 8 de novembro de 1922. Seu pai, Poncion Queiroz Rodrigues, nasceu em Santa Quitéria, no Maranhão, a 14 de dezembro de 1888, e faleceu a 5 de agosto de 1978, em Parnaíba. Era proprietário da firma Poncion Rodrigues & Cia. Ltda, fundada em 1915. Sua mãe, Ignésia Caldas Rodrigues, nasceu a 16 de agosto de 1898 e faleceu a 30 de dezembro de 1980. Francisco era o caçula dos seis filhos do casal: Maria da Conceição, José Alexandre, Inês, Terezinha, Paula e Francisco. Foram seus padrinhos Juvenal Galeno da Silva, dentista prático, e Maria Pereira da Silva.

Parece não ter sido obra do acaso Chagas Rodrigues ter nascido em 1922, ano de duas grandes revoluções ocorridas no país em campos com as quais ele viria a ter grande afinidade: o político e o cultural – a *Revolta de 1922* ou *Revolta do Forte de Copacabana*, no Rio de Janeiro, e a *Semana de Arte Moderna*, em São Paulo.

Chagas Rodrigues passou a infância nas casas da Rua Duque de Caxias e da Rua Conde D’Eu, em Parnaíba. Em depoimento ao autor, em 5 de janeiro de 2010, a irmã, Terezinha Rodrigues, conta: “Chagas era um menino muito ativo, muito inquieto, dava um trabalho danado, mas era, também, muito estudioso, muito perguntador, sempre pegado aos livros”.

O primário estudou com a prima Aldenora Rodrigues Candeira, dona Mimi Candeira, proprietária de uma escola localizada em uma rua que recebeu o nome de seu irmão (Alcenor Candeira) com a Avenida Presidente Vargas.

Cursou o ginásial no antigo Ginásio Parnaibano (1934 – 1938), pioneiro no ensino secundário naquela cidade, tendo sido escolhido, por mérito, o orador da turma.

O Ginásio Parnaibano e a Escola Normal da Parnaíba¹, fundados a 11 de junho de 1927, inicialmente funcionavam juntos. Mais tarde, em 1959, seriam estadualizados por Chagas Rodrigues, passando a oferecer ensino público gratuito.

Aos catorze anos de idade, Chagas Rodrigues escreveu os primeiros poemas e discursos, publicados, na época, no jornal escolar *O Ateneu*, do Centro Estudantil Parnaibano, que o tinha como orador. Eram versos, na maioria, de sentimentos líricos, românticos, porém com forte sentido social. Para não se

¹Sobre a história dessas instituições, ver o anexo 1, Ginásio Parnaibano e Escola Normal da Parnaíba.

deixar influenciar, pouco lia livros de poesia, mas sempre dedicava um tempinho para Castro Alves e Da Costa e Silva. A irmã Terezinha Rodrigues lembra:

Chagas Rodrigues lia muito e não perdia uma oportunidade para discursar. José Alexandre não gostava de andar com ele porque onde chegava fazia discurso. Uma vez, veio um time de futebol jogar em Parnaíba. Todo mundo já sabia o que ele queria fazer (e fez). Mal os jogadores começaram a descer, não sei de onde, ele conseguiu um banquinho, subiu e passou a dar as boas-vindas aos jogadores e a conclamar que as pessoas fossem ao estádio prestigiar aquele grande acontecimento na cidade. José Alexandre, como sempre, saiu correndo do local, mas Chagas Rodrigues foi muito aplaudido.



Chagas Rodrigues, aluno do Ginásio Parnaibano, em 1934.

Nas solenidades em homenagem a Humberto de Campos², considerado filho da Parnaíba, por ali ter passado parte da infância, Chagas Rodrigues era sempre um dos oradores, representando o Centro Estudantil Parnaibano.

Em suas *Memórias*, sob o título “Meu amigo de infância”, o escritor Humberto de Campos conta a história do cajueiro que plantou no quintal de sua casa em 1896. Plantou e o cajueiro foi crescendo com ele. Ao se mudar para o Maranhão, Humberto lamenta ter de deixá-lo:

Abraçando-me ao seu tronco, aperto-o de encontro ao meu peito. A resina transparente e cheirosa corre-lhe do caule ferido. Na ponta dos ramos mais altos abotoam os primeiros cachos de flores miúdas e arroxeadas como pequeninas unhas de crianças com frio. Adeus, meu cajueiro! Até a volta! (CAMPOS, 2009, p. 135-137).

O famoso cajueiro fica na Rua Coronel José Narciso. No centro do jardim está a herma do escritor. Muito bem cuidada.

Formação jurídica e vocação política

Em 1938, aos 16 anos de idade, Chagas Rodrigues cursou o pré-jurídico no Colégio Oswaldo Cruz, em Recife (1939-1940). Em 1941, aprovado no vestibular, com excelente colocação, ingressou na tradicional Faculdade de Direito do Recife, elegendo-se, sempre, representante de turma no Centro Acadêmico XI de Agosto. Em 1943, no terceiro ano, transferiu-se para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde só entrava quem era rico, bem recomendado ou tivesse notas altíssimas. Chagas Rodrigues ingressou pelas notas. Nessa instituição, reduto de grandes agitações políticas e culturais, Chagas Rodrigues participou ativamente do movimento estudantil e da luta pela redemocratização do país.

Na época, existiam três grandes partidos: o Conservador; a Frente Acadêmica, mais radical; e o Libertador, de massa, o mais forte deles. Chagas Rodrigues ingressou no Libertador e, por ele, concorreu à indicação para orador do centro acadêmico, mas perdeu porque passou três meses fazendo estágio em Londrina. Mais tarde foi nomeado diretor do Departamento Pan-americano do centro acadêmico. Em 25 de agosto de 1944, nas comemorações pela libertação de Paris, foi designado para falar pelo presidente do Centro Acadêmico 11 de Agosto na sacada da Faculdade de Direito de São Paulo.

No dia 20 de novembro de 1945, formou-se, com louvor, recebendo o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Nesse mesmo ano, concluiu ainda o curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, iniciado em Recife, sendo promovido ao posto de 2^o tenente da reserva de 2^a classe, na arma de Infantaria.

²Humberto de Campos Vêras nasceu em Miritiba (MA), em 25 de outubro de 1886, e faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1934. Parte da infância e adolescência passou em Parnaíba.

Após concluir o curso de Direito e o estágio no serviço militar (CPOR), Chagas Rodrigues retornou à terra natal. O pai, Poncion Rodrigues, ofereceu-lhe todas as condições para que fizesse pós-graduação na Europa ou nos Estados Unidos, mas não aceitou, porque já estava comprometido com a política partidária. Convidou-o também para trabalhar em sua empresa, em Parnaíba. Não aceitou. O futuro sogro, Zeca Correia, quis fazê-lo sócio numa grande indústria na Guanabara. Também não aceitou. Queria ser político, só político. Com esse pensamento, saiu de Parnaíba e se estabeleceu no Rio de Janeiro, onde começou a advogar e a preparar-se para concursos públicos, objetivando estabilidade financeira.



Chagas Rodrigues colando grau em Direito, em 20 de novembro de 1942.

Em 1947, foi aprovado em segundo lugar para o cargo de assistente jurídico do Ministério da Fazenda. Embora só tenha sido nomeado em 1949, ao passar no concurso, Chagas Rodrigues sentiu-se seguro para casar-se com aquela que seria sua companheira para o resto da vida, Maria do Carmo Correia, filha de um importante industrial de Parnaíba, José de Moraes Correia e neta de um dos mais queridos e admirados médicos da região, Dr. João Maria Marques Basto.

Retorna, então, Chagas Rodrigues a Parnaíba e, no dia 6 de janeiro de 1948, casa-se com Maria do Carmo. Dessa união nasceram os filhos Teresinha de Jesus (1949), Almira (1953), Maria da Conceição (1955) e José Alexandre Caldas Rodrigues (1957).



Casamento com Maria do Carmo, em 6 de janeiro de 1948.

Em 1950, Chagas Rodrigues começa sua carreira política em cargos eletivos. Saltando etapas, elege-se deputado federal para o mandato de 1951 a 1954. Reelege-se em 1954 e 1958, mas nesta última legislatura não assume o cargo. Como se candidatara a deputado federal e a governador, opta por assumir o governo do Piauí.

Em 1962, conforme exigência da legislação, renuncia ao cargo de governador e candidata-se simultaneamente aos cargos de deputado e de senador. Perde

para o Senado, mas ganha uma cadeira na Câmara Federal para o mandato de 1963 a 1966. Reelege-se mais uma vez, mas sua carreira é interrompida: em 30 de abril de 1969, por força do AI-5, Chagas Rodrigues teve seu mandato eletivo cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Durante esse período, foi proibido de visitar seu estado natal e até de entrar nas dependências do Congresso para assistir às sessões.

Em 7 de novembro de 2012, em depoimento ao autor, o ex-vereador de Teresina pelo PSDB, Chico Wilson, filho de Terezinha Rodrigues, conta que Chagas Rodrigues, ao saber que sua irmã, residente em Teresina, estava aflita, muito chorosa e bastante preocupada com a sua situação política e, principalmente, financeira, fez chegar a ela uma carta de conforto, dizendo, em determinado trecho: “Tetezinha não se preocupe comigo, essa cassação veio coroar toda a minha vida pública. Já estava com medo de que alguns dos companheiros pudessem vir a ter qualquer tipo de desconfiança em relação aos meus sinceros sentimentos em defesa dos interesses reais de liberdade da nação brasileira, haja vista que muitos dos nossos já haviam sido cassados e eu vim a ser um dos últimos”.

Sem mandato, excluído da vida pública, impedido de reassumir o cargo que conquistara por concurso público, Chagas Rodrigues passou a dar aulas de Direito Comercial em uma faculdade particular de Brasília, o Centro Universitário de Brasília.

Em 1978, Chagas Rodrigues perde o pai, Poncion Rodrigues, falecido em Parnaíba. Proibido de ir ao Piauí, não foi ao enterro. Pouco depois, sua mãe, Ignésia Rodrigues, adoece gravemente, e Chagas Rodrigues só pôde visitá-la porque o Dr. Djalma Veloso, que havia sido seu secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública e era governador do Piauí na época, intercedeu por ele ao general Sérgio de Ary Pires.

Em 2002, Chagas Rodrigues comemorou oitenta anos, junto com a família, inclusive as irmãs, em Brasília. Lançou o livro *Poesias*, reunindo poemas escritos desde sua adolescência. Foi também o ano em que alguns problemas de saúde apareceram e outros se agravaram. Em novembro desse mesmo ano, em entrevista concedida a João Cláudio Moreno no programa “EntreNomes”, da *TV Cidade Verde*, Chagas Rodrigues revela que a decisão de deixar a política em 1996 foi por conta do estado de saúde e que aceitou bem o fato, notadamente porque estava com a consciência do dever cumprido.

Em 2004, com sinais de insuficiência cardiológica, Chagas Rodrigues colocou um marca-passos. A partir de 2005, começou a apresentar sinais de Alzheimer. Em 1º de abril de 2006, teve o primeiro AVC hemorrágico, foi operado, passou um mês internado no hospital e retornou para casa em cadeira de rodas. Em seis meses, estava praticamente recuperado; no entanto, teve um agravamento do mal de Alzheimer. Nessas condições, acompanhou a doença da esposa Maria do Carmo – um câncer de cérebro descoberto em junho, que se agravou a partir de agosto, vindo ela a falecer em 12 de novembro de 2006, o que o deixou mais abalado ainda.

Na mesma entrevista concedida a João Cláudio Moreno em 2002, Chagas Rodrigues fala da esposa, com amor e gratidão:

Maria do Carmo, uma pessoa extraordinária, teve uma grande importância na minha vida. Ela antes, na empresa do pai, já era responsável pelo setor social, pela assistência social. Quando governador, nós criamos o Serviço Social do Estado. Ela foi a primeira esposa de governador a presidi-lo. Continua com o mesmo nome e a mesma tradição. Maria do Carmo trabalhou e fez questão de não receber nenhuma remuneração dizendo que aquele dinheiro era para, mais ainda, ajudar os pobres. Então, ela me ajudou muito, em todos os meus cargos. Na Câmara e no Senado, ela ia diariamente. No governo, e assim por diante. Devo muito a ela.

Os filhos, quando do falecimento da mãe, a 12 de novembro de 2006, escreveram:

Maria do Carmo, mãe querida. De seu pai, José de Moraes Correia, você guardou o espírito empreendedor, a objetividade no enfrentamento das dificuldades, a disposição para a luta de todos os dias. De sua mãe, Almira Bastos Correia, a doçura, a disponibilidade constante, a generosidade infinita. E você, mãe, cuidou muito bem dessa herança preciosa, deu o seu toque, a fez crescer e nos deu em vida o maior bem – a capacidade de amar, na expressão mais vital do amor – criar, construir, consertar, cuidar, ter ânimo, amor à vida. É essa a nossa lembrança mais nítida, mãe. A sua capacidade de se envolver conosco em nossos projetos, aliás, não só nos nossos; quantas pessoas receberam de você atenção e ajuda! Você se sensibilizava com a dor e a miséria, mas não ficava apenas sofrendo junto. Agia! E como sabia mobilizar a todos, organizar, administrar, liderar. Você sabia fazer as coisas acontecerem! Queremos homenageá-la e compartilhar, com os amigos queridos, o profundo sentimento de amor e gratidão por você ter sido essa pessoa tão especial: solidária, combativa, generosa, amiga incansável. Um belo exemplo de mãe, mulher e cidadã.

Com amor e saudade, de seus filhos, Teresa, Almira, Conceição e José Alexandre.

Brasília, 17 de novembro de 2006.

Conforme a vontade de Maria do Carmo, seu corpo foi cremado e as cinzas lançadas ao Lago Paranoá, em Brasília.

Para a esposa amada, em 1975, Chagas Rodrigues dedicara este poema:

Meu pensamento

Onde quer que estejas, Amada,

Aí está meu pensamento.

Onde quer que tenhas estado,

Aí esteve o meu pensamento.

Onde quer que venhas a estar,

Aí estará meu pensamento.

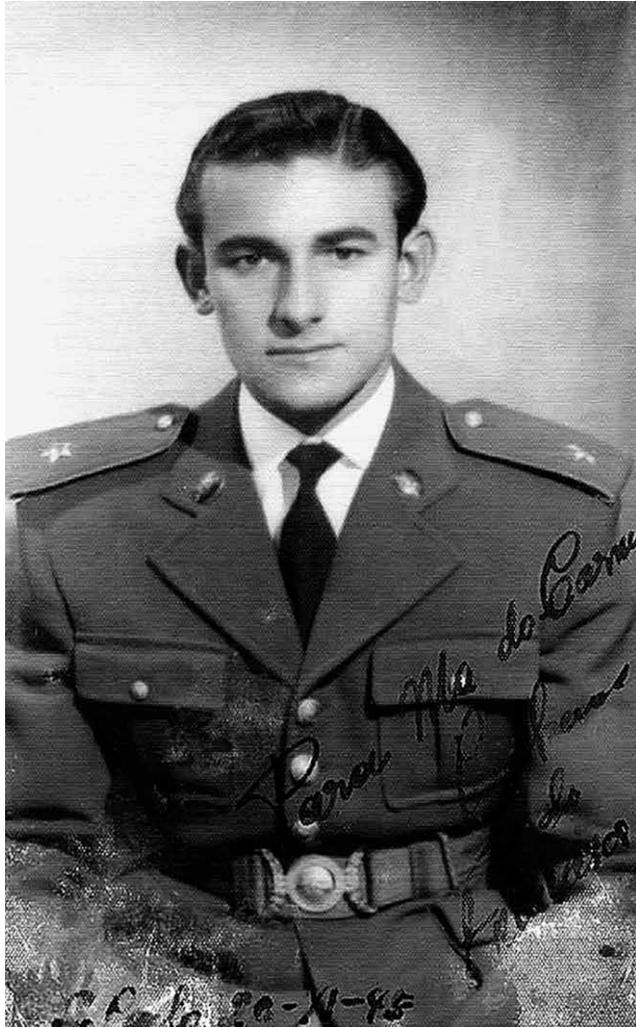
Nos momentos todos em que sorriste,

Meu pensamento também sorriu,

E quando a Morte arrebatou-me a Vida,

Meu pensamento há de viver contigo.

Brasília, março de 1975.



Chagas Rodrigues, CPOR, São Paulo, 20/11/1945.

Chagas Rodrigues, leitor inveterado, sentindo-se já com a saúde abalada, fez a doação de todos os seus livros para a biblioteca pública de Parnaíba, cidade que ele tanto amou, com o objetivo de que fossem disponibilizados para a comunidade. O acervo contempla 5.400 títulos, adquiridos desde os anos 1940, indexados e classificados por assuntos, entre os quais se destacam Administração, Direito, Economia, Filosofia, História, Literatura, Política e Sociologia. O trabalho de registro foi realizado por bibliotecárias, sob a responsabilidade e patrocínio dos filhos (Teresa, Almira, Maria da Conceição e

José Alexandre). A Prefeitura de Parnaíba, na pessoa do prefeito José Hamilton Castelo Branco, arcou com os custos de transporte dos livros de Brasília para Parnaíba e responsabilizou-se pelo projeto de criar um espaço físico adequado ao funcionamento da biblioteca, comprometendo-se com o cuidado, a manutenção e o acesso público ao acervo.

Em 2007, depois de Chagas Rodrigues expressar várias vezes vontade de retornar ao Piauí, a família o atendeu. Em entrevista concedida ao autor do livro, em 2 de novembro de 2011, Almira Rodrigues lembra:

Esta viagem foi muito emocionante. Acho que ele pressentia que seria a despedida de sua terra. Fomos eu, minha irmã Conceição e a enfermeira. A viagem foi de 26 de julho a 6 de agosto de 2007. O pai inspirava cuidados, andava com dificuldade e sentia muitas dores no corpo. Já tinha sequelas de um primeiro AVC. Passamos quatro dias em Teresina, na casa de sua irmã Tereza, e sete dias em Parnaíba. Ele reviu vários lugares de suas lembranças. Em Teresina, Chagas Rodrigues deu sua última entrevista, ao vivo, ao jornalista Neile Castelo Branco, da TV Assembleia Legislativa (canal 16), inúmeras vezes retransmitida a pedido dos amigos. Superou as dificuldades de saúde e se expressou com clareza, coerência e firmeza política. Pôde falar ao povo do Piauí e colocar de novo a importância do político e de sua função pública.

Ainda em 2007, Chagas Rodrigues recebeu indenização pelas perseguições sofridas durante o período militar, conforme decisão da Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Em abril de 2008, ele teve um segundo AVC, que o deixou bastante comprometido. Em agosto, sofreu o terceiro AVC, do qual não se recuperou mais. Veio a falecer, em virtude de uma parada cardiorrespiratória, aos 87 anos de idade, em 7 de fevereiro de 2009, no Hospital Santa Lúcia, em Brasília. O enterro foi no dia seguinte, no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília. Deixou quatro filhos: Almira, Conceição, Teresa e José Alexandre.

Em 2 de novembro de 2011, ainda sob o impacto da perda do pai, Almira Rodrigues prestou o seguinte depoimento ao autor:

A política tinha um significado profundo para o meu pai, um significado de vida. Ele sempre atuou politicamente com entusiasmo e vitalidade. Sua energia e disposição para pensar os problemas do país e as suas soluções para realizar articulações e alianças visando a promover mudanças sociais eram infundáveis. Tinha paixão pelo seu trabalho e considerava a atividade política como uma das mais nobres, senão a mais nobre que o ser humano podia desempenhar – trabalhar pelo bem de todos, pois era assim que entendia a ação política. Em sua vida pessoal, o momento mais difícil com certeza foi o de sua cassação e suspensão dos direitos políticos por 10 anos pelos militares. Esta violência o abateu profundamente, mas pôde esperar e fazer o seu retorno à política como senador da República, no período da Constituinte, com grande atuação e reconhecimento, principalmente dos segmentos por que ele tinha especial consideração, os trabalhadores. No final de sua vida, tinha claro o sentimento de gratidão por ter se dedicado a esta função pública e sentia-se um homem pleno por tudo o que tinha vivido. Meu pai tinha como

valores maiores a defesa da liberdade de pensamento, de expressão e de organização política, e a defesa da justiça social e de melhores condições de vida para o povo. Fazia política afirmando estes valores. Combatia as ideias de adversários que se colocavam contra os valores humanistas e democráticos. Era profundamente contrário a retaliações e perseguições políticas. Abominava o exercício da política como espaço de abuso de poder, utilizado para liquidar e aniquilar inimigos, termos que ele não usava jamais. Meu pai também abominava a utilização da política como espaço de enriquecimento pessoal, em que os recursos públicos são utilizados em benefício privado. Recursos públicos eram para ser integralmente utilizados em políticas públicas, em programas e projetos que visassem à melhoria da população, em particular dos mais necessitados.

José de Moraes Correia

José de Moraes Correia, filho de Jozias Benedicto de Moraes Correia e de Joana Rita de Moraes Correia, nasceu em Parnaíba, no dia 19 de março de 1885. Iniciou os estudos na terra natal, tendo como professora dona Marocas Lima, a mesma mestra de Humberto de Campos, Berilo Neves, João de Deus Pires Leal (Joca Pires) e de outros que se tornariam grandes vultos da história do Piauí. Depois seguiu para Recife, onde estudou, de 1906 a 1907, no tradicional Instituto Ayres Gama, assim como Waldemar de Oliveira, diretor, autor, tradutor, compositor, arranjador, regente, crítico, ator e cenógrafo, fundador do Teatro de Amadores de Pernambuco e do Teatro do Estudante do Brasil.

No ano seguinte, a família o envia a Portugal para, em Lisboa, fazer o curso comercial. Em 1910, vai para a Inglaterra, fixando-se, por pouco tempo, na cidade de Ilkley, em Yorkshire, tendo, lá, aperfeiçoado as técnicas comerciais e o conhecimento da língua inglesa. Por meio de acordos firmados entre a empresa do pai, naquela época denominada Ribeiro, Moraes & Santos, trabalhou, nos anos de 1911 e 1912, para a Camberlain Deaner & Co., a mesma que ofertou à família Clark a parceria comercial no Brasil para aquela que teria sido a primeira bola de futebol do Piauí.

De volta a Parnaíba, a partir de 10 de fevereiro de 1913, assume o posto de auxiliar de escritório na firma Moraes, Santos & Cia. Com o falecimento do sócio Antônio Martins Ribeiro, a firma, fundada em 1904, teve transformada a sua razão social, em 1912, para Moraes, Santos & Cia. Em 1916, José de Moraes Correia passou a sócio solidário de Moraes, Santos e Cia., que logo, em 1916, por aposentadoria do sócio Fernando José dos Santos, tornou-se Moraes & Cia. De 1930 a 2 de abril de 1978, sob o comando de José de Moraes Correia, a empresa tornou-se o maior complexo industrial do Estado, pioneiro na comercialização e exportação dos sabonetes Glicerol e Moraes, cera de carnaúba, centrífugas, óleo de oiticica, silicato de sódio, entre outros produtos. Para maior desenvolvimento dos negócios, José de Moraes Correia fundou a Empresa Moraes de Navegação Costeira S.A., cujo navio *Jozias Moraes* fazia linha de Luiz Correia ao Rio de Janeiro, com escala em Recife, com capacidade para 700 toneladas.

José de Moraes Correia foi presidente da Associação Comercial da Parnaíba, presidente do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Piauí, diretor regional do SESI (1955-1966), presidente do Conselho Regional do SENAI (1955-1966), membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria e sócio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Parnaíba, depois incorporado ao Sindicato dos Jornalistas do Piauí, criado em 15 de outubro de 1959. “O coronel Zeca Correia penetrou em todos os setores da vida parnaibana, no louvável intuito de bem servir à sua terra natal e ao Piauí”, ressalta Caio Passos, um de seus biógrafos.

Foi Moraes Correia que trouxe o primeiro automóvel para o Piauí, introduziu o primeiro rádio receptor no estado, construiu usina elétrica para iluminar Amarante. Sob sua inspiração e orientação, foi construído, pela Associação Comercial da Parnaíba, da qual era presidente, o Canal de São José, entre outras importantes campanhas cívicas em favor de Parnaíba, como a manutenção da ortografia original no nome da cidade (Parnahyba) e a campanha em defesa do SESC. Exímio jogador, deu todo apoio à fundação do *Parnahyba Sport Club*, cujo estádio foi construído sob sua direção.

José de Moraes Correia casou-se, em 1916, com Almira Basto Correia, filha do primeiro médico parnaibano formado, João Maria Marques Basto, e com ela teve nove filhos: Maria, João, Adélia, José, Maria do Carmo, Joana Rita, Luiz, Vanda e Francisco.

Próximo aos portões que descerram a entrada principal da Federação das Indústrias do Piauí, na Rua Riachuelo, há um busto que simboliza a justa homenagem dos industriais piauienses a José de Moraes Correia, uma das mais notáveis personalidades parnaibanas, fundador e primeiro presidente da FIEPI – Federação das Indústrias no Estado do Piauí (1955-1956). Além do busto, Parnaíba homenageou José de Moraes Correia emprestando seu nome a uma avenida, que se inicia na Avenida Princesa Isabel e segue até o fim do Bairro Santa Luzia.

José de Moraes Correia faleceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de abril de 1978.

Dr. João Maria Marques Basto³

João Maria Marques Basto (Joca Basto), filho de Paulino José Coelho Basto e Josefa Rita Marques Basto, nasceu a 8 de novembro de 1859, em Parnaíba, onde iniciou o aprendizado das primeiras letras. Seguiu, depois, para Salvador, onde se formou pela Faculdade de Medicina da Bahia, no dia 23 de dezembro de 1885, aos 26 anos de idade. Na Faculdade, foi o mais brilhante acadêmico, merecendo o respeito e admiração de mestres e colegas.

Após formar-se, João Maria Marques Basto casou-se, em Salvador, com Adélia Câmara, nascida a 10 de junho de 1864, de importante família portuguesa radicada na Bahia. Era filha de Silvestre Carvalho Câmara e Josefina da

³Texto escrito por Renato Neves Marques em Teresina (PI), em 4 de novembro de 2009, com algumas alterações do autor.

Silva Câmara. Após o ato religioso, o casal viajou para Parnaíba. Dez anos depois, Adélia recebeu a visita de uma tia e pôde matar um pouco da saudade dos familiares, uma vez que nunca mais retornou à sua cidade.

Do casamento de João Maria Marques Basto com Adélia Câmara Basto nasceram os filhos Aldira Basto Santos, casada com o Dr. Samuel Antônio Santos, engenheiro civil, ex-prefeito da Parnaíba e ex-diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil; Alita Basto Ribeiro, casada com o comerciante Gentil Ribeiro, filho do português coronel Antônio Martins Ribeiro, um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia da Parnaíba, sócio-fundador da firma Ribeiro, Moraes & Santos – atual Moraes S. A. Ind. e Com. – e membro da loja maçônica União Parnaibana, atual Fraternidade Parnaibana; Almira Basto Correia, casada, em 1916, em Parnaíba, com José de Moraes Correia – Zeca Correia⁴, industrial, presidente da Associação Comercial de Parnaíba – ACP, fundador e 1º presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí – FIEPI, presidente do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Piauí, diretor regional do SESI, presidente do Conselho Regional do SENAI, membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria, sócio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Parnaíba; Lila Basto Marques, casada com o comerciante Celso da Cunha Marques, um dos fundadores da União Caixeiral e da Cia. Luz e Força da Parnaíba, tesoureiro da Associação Comercial de Parnaíba, primeiro a fundar uma fábrica de gelo e o pioneiro em várias obras públicas; Maria Basto Pires, casada com o Dr. Genésio Pires Rebelo, farmacêutico, com relevantes serviços prestados a Parnaíba.

O Dr. Marques Basto foi o primeiro médico formado da Parnaíba. Quando ali chegou, já exercia a medicina, de forma precária, o senhor Joaquim Eduardo da Costa Sampaio, o Dr. Sampaio, como ficou conhecido.

Dr. Marques Basto era alto, de porte atlético, fisionomia serena; usava bigode, gostava de um fraque de colarinho branco completado com uma gravata borboleta, usava chapéu-coco e anel no dedo indicador. Apreciava os melhores perfumes e tinha um forte carisma: a todos impressionava com sua presença, inteligência, higiene, dedicação aos pacientes. Bastava sua presença para que o doente sentisse melhora. Soube impor-se ao respeito no exercício da medicina e ao acatamento dos que o conheceram.

Iniciou a higienização de Parnaíba, criou postos de saúde, foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (fundada a 16 de abril de 1886), cuja direção assumiu em 1902. Exerceu com dignidade os cargos de médico da municipalidade, delegado estadual de Saúde Pública, inspetor de saúde da Capitania dos Portos, médico sanitário. Como médico da Capitania

⁴ Almira e Zeca Correia tiveram os seguintes filhos: Maria, que faleceu ao nascer; João Basto Correia, nascido em 24 de maio de 1919; Adélia Correia Rebelo, nascida em 6 de janeiro de 1921; José Basto Correia, nascido em 23 de dezembro de 1923; Maria do Carmo Correia Rodrigues, nascida em 28 de março de 1924; Joana Rita Correia Vianna, nascida em 23 de fevereiro de 1926; Luiz Basto Correia, nascido em 25 de janeiro de 1929; Vanda Basto Correia, nascida em 1º de fevereiro de 1934; e Francisco Basto Correia, nascido em 20 de março de 1940. Maria do Carmo, falecida em 12 de novembro de 2006, em Brasília, casou-se com Chagas Rodrigues.

dos Portos, ia para Amarração (atual Luiz Correia) em escaler remado por marinheiros, a fim de fazer inspeção médica nos navios que lá ancoravam. Sobre uma dessas visitas, Humberto de Campos, ao relatar sua chegada a Parnaíba, em 1902, escreveu:

Cerca de duas horas depois de visitado pelo Dr. Joca Basto, médico da saúde de Porto, vindo de Parnaíba, com seu fraque e o seu chapéu-coco, em um escaler impellido por quatro vogais, passava-me eu, com o meu caixote e a minha mala, para uma pequena canoa a remos (CAMPOS, 2009, p. 135).

Prestou também serviços a empresas particulares, como a Companhia de Seguros de Vida Vera Cruz, e exerceu ainda o magistério, levando a luz do saber ao povo, plasmando personalidades, educando gerações.

A primeira residência de Dr. Marques Basto foi na Rua Grande (atual Presidente Vargas), onde foi construído o Palace Hotel. A segunda foi construída na mesma Rua Grande, nº 799, que depois foi casa de seu neto, Waldinar Basto Marques, e atualmente pertence à Pró-Médica. A sala onde a Dra. Tereza Maria de Senna Pereira Ibiapina atende os pacientes era a sala de espera dos clientes de Dr. Marques Basto, cuja porta de entrada dava para a Rua Grande; a sala anexa era onde ele atendia os clientes; a área entre esta e a sala administrativa era a enfermaria e o laboratório, onde preparava os remédios. A atual sala de espera era a sala de estar; o local onde hoje a atendente recepciona os clientes da Dra. Tereza era o terraço da casa; o primeiro compartimento de leitos (do lado direito do corredor), que serve de consultório cardiológico, era o dormitório do Dr. Marques Basto. As árvores frutíferas, centenárias, foram por ele plantadas.

Em 1937, Dr. Mirócles Vêras deu início a uma maternidade, inaugurada em 31 de março de 1940 com o nome de Maternidade Dr. Marques Basto, em homenagem ao grande amigo. O ato inaugural contou com a presença do Interventor federal no Piauí, Leônidas Mello, e outras personalidades da administração estadual. O orador oficial foi o ilustre professor e historiador Benedito Jonas de Moraes Correia, também amigo do homenageado e da família.

No dia 13 de outubro de 1940, faleceu a esposa do Dr. Marques Basto, Adélia Câmara Basto, com 76 anos de idade, deixando profunda saudade ao marido e demais familiares.

No dia 13 de outubro de 1944, uma triste notícia, com a velocidade do raio, correu a cidade: faleceu o maior médico da Parnaíba, um dos maiores homens do Piauí, Dr. João Maria Marques Basto. A *Rádio Educadora* encarregou-se de transmitir a notícia. A cidade parou, o comércio e os colégios fecharam as portas imediatamente. A tristeza foi geral. Recolheu-se à Casa do Pai o esposo, o pai, o professor, o médico amigo e batalhador, deixando a todos um exemplo de vida. Faleceu em plena comemoração do centenário de Parnaíba, cujas festividades foram canceladas.

O ofício fúnebre foi celebrado pelo monsenhor Roberto Lopes, que não podia deixar de encomendar o corpo do grande amigo. O sepultamento aconteceu às 7 horas do dia seguinte. Compareceram autoridades, associações de

classes, comerciantes, comerciários, estudantes, pessoas gratas, gente vinda do interior para se despedir daquele que muito os ajudou. À beira do túmulo, no Cemitério da Igualdade, discursaram o estimado amigo, Dr. Mirócles Campos Vêras, e Alarico da Cunha.

Dr. João Maria Marques Basto é patrono da cadeira nº 34 da Academia Parnaibana de Letras (APAL). Em sua homenagem, uma rua de Parnaíba, que vai da Praça Santo Antônio à Rua Dom Pedro II, no centro, recebeu seu nome.

Homenagens recebidas por Chagas Rodrigues

Medalhas de mérito

Medalha do Mérito Tamandaré; Medalha da Ordem do Mérito de Brasília, no Grau de Grande Oficial; Medalha do Sesquicentenário do Poder Legislativo – Piauí; Medalha da Ordem Legislativa, da Câmara dos Deputados, por sua contribuição em defesa da Petrobras, por ocasião do Cinquentenário da Petrobras (Brasília, 1º de outubro de 2003).

Nomeação de prédios públicos

O prédio do DER-PI, na esquina das avenidas Miguel Rosa e Frei Serafim, recebeu a denominação de Edifício Chagas Rodrigues. A Câmara de Teresina, na gestão do vereador Renato Berger, quando foi construída a nova sede do Poder, na Avenida Marechal Castelo Branco, próxima à Assembleia Legislativa do estado, deu a ela o nome de Edifício Senador Chagas Rodrigues.

Luto oficial

Sob o título “W. Dias, Sílvio e Hamilton decretam luto: Morte de Chagas Rodrigues”, o *Jornal 180 Graus* (2009), publicou a seguinte matéria:

O Governo do Piauí e as Prefeituras de Teresina e Parnaíba decretaram luto oficial de três dias por conta da morte do ex-governador Chagas Rodrigues. Veja cada uma das notas:

LUTO OFICIAL NO PIAUÍ

O Governo do Estado lamenta o falecimento do ex-governador do Piauí Chagas Rodrigues. Deputado Federal por 4 mandatos, seu nome é uma legenda inscrita no rol dos maiores políticos brasileiros.

Foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, ao qual pertenceu e elegeu-se Senador da República. A assessoria de imprensa do governador Wellington Dias (PT) encaminhou nota infirmando que solidariza-se com a família enlutada e declara luto oficial pelo prazo de três dias.

Ex-governador, ex-senador e ex-deputado, Chagas Rodrigues morreu aos 87 anos, na madrugada deste sábado, vítima de falência múltipla dos órgãos. Seu sepultamento ocorre neste domingo em Brasília-DF.

LUTO OFICIAL EM TERESINA

A Prefeitura de Teresina decretou três dias de luto oficial pela morte do ex-senador e ex-governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues ocorrido ontem, dia 7, em Brasília.

O prefeito Silvio Mendes lamentou a morte e se solidarizou com a família Caldas Rodrigues, lembrando da trajetória do homem público que se notabilizou pelo comprometimento em defesa do desenvolvimento do Piauí.

Chagas Rodrigues era parnaibano, formado em Direito pela Universidade de São Paulo e foi deputado federal por 4 mandatos, senador e governador do Piauí. Foi também um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, por onde se elegeu senador da República. Na sua vida pública, exerceu vários outros cargos, como assessor jurídico do Ministério da Fazenda, professor do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB e assessor do governo do DF.

“É com grande pesar que Teresina e o Piauí recebem a notícia do falecimento do ex-senador e ex-governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Em mais de cinco décadas de atuação política, Chagas Rodrigues se notabilizou como um modelo de homem público, comprometido com seu Estado e extremamente reto no trato da coisa pública. A Prefeitura de Teresina lamenta tão significativa perda e se solidariza com a família Caldas Rodrigues, ao tempo em que decreta luto oficial de três dias”, diz a nota de Silvio Mendes.

LUTO OFICIAL EM PARNAÍBA

O prefeito José Hamilton compareceu, na companhia do vice-prefeito da Parnaíba, ao sepultamento do ex-governador Chagas Rodrigues, em Brasília, neste domingo. Na oportunidade, o prefeito levou à família a solidariedade do povo parnaibano, que perdeu um dos maiores ícones de sua história política. José Hamilton decretou luto oficial por três dias, em reconhecimento ao trabalho de Chagas Rodrigues em favor do Estado do Piauí, oportunidade em que exaltou o compromisso ético do ex-governador.

No sepultamento, o governador Wellington Dias fez um pronunciamento, em que afirmou ter acompanhado a trajetória de Chagas Rodrigues desde a sua infância e reconheceu que o Piauí perdeu um dos seus maiores políticos, homem que pautou sua vida nos valores da ética e do amor a sua terra.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues era piauiense, nascido em Parnaíba no ano de 1922. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Oficial da Reserva do Exército Brasileiro. Foi assessor jurídico do Ministério da Fazenda e professor do CEUB. Cassado pelo AI-5, foi assessor do governo do Distrito Federal. Deputado federal de manifestações contrárias ao regime da época, Chagas Rodrigues foi um fiel defensor das entidades e das manifestações democráticas brasileiras. Considerado um dos grandes vultos da história desenvolvimentista piauiense, o então governador foi alçado ao plano dos cidadãos que comungavam o progresso e a emancipação do

Estado. Construiu e abriu as fronteiras para o progresso, defendendo uma justa política de engrandecimento e de investimento.

Manifestação de pesar do deputado federal Osmar Júnior⁵

Sr. presidente, sras. e srs. deputados, com tristeza neste momento, na tribuna desta Casa, registro o falecimento do Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.

Nestas breves palavras, falo do político que foi deputado federal, foi senador, governou meu estado. Mas falo, sobretudo, do homem que teve a capacidade e a coragem de enfrentar os desafios de seu tempo. Ele soube lutar contra a pobreza e as desigualdades regionais; soube, sobretudo, lutar pela democracia, enfrentar a ditadura – e por essa luta também pagou junto a seus algozes.

Hoje, o Piauí está mais triste e, acredito, também o Brasil, pela perda do Dr. Chagas Rodrigues. Quando governador, foi o primeiro a tirar da figura do chefe do Executivo aquela áurea de imperador que, infelizmente, sempre esteve presente na postura, nos gestos e nas atitudes daqueles que até então governavam nosso Estado.

O Dr. Chagas Rodrigues foi um homem que soube abrir as portas do palácio, soube criar possibilidades para que a voz da população mais pobre fosse ouvida, soube introduzir a modernização na administração pública estadual do Piauí.

Depois, já deputado federal, na época da ditadura, na época do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, ele aqui, desta tribuna, foi um dos que levantaram a voz em defesa da democracia e que, por isso mesmo, teve o mandato cassado. Foi perseguido, o que em nenhum momento o impediu não só de manter suas convicções como também de continuar trabalhando, continuar lutando pelo retorno da democracia.

Faço aqui o registro de que nosso querido Chagas Rodrigues, numa demonstração de seu compromisso e de sua coragem, fez do seu apartamento um dos últimos refúgios do grande líder da juventude brasileira, Honestino Guimarães, que, logo depois, perseguido pela ditadura, seria torturado e morto.

Depois da redemocratização do país, o Dr. Chagas voltou ao Piauí e candidatou-se ao Senado Federal. Não logrou êxito na primeira disputa, mas foi eleito senador, em 1986. Veio então para este Congresso, onde lutou por uma Constituição democrática, uma Constituição que representasse o desejo do povo brasileiro por democracia, por igualdade e, sobretudo, por justiça social.

Por isso, no momento em que faço este registro, eu, que tive a oportunidade de militar e de combater o bom combate a seu lado, faço-lhe uma homena-

⁵ Osmar Ribeiro de Almeida Júnior foi eleito vereador em Teresina pelo PMDB em 1981. Em 1985, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil e, por essa legenda, foi segundo suplente de vereador de Teresina em 1988 e segundo suplente de deputado estadual em 1990. Foi vice-governador do Piauí de 1999 a 2001 (governo de Mão Santa) e de 2003 a 2007 (governo de Wellington Dias). Foi eleito deputado federal em 2006, reeleito em 2010 e ficou com a suplência em 2014.

gem, lendo versos escritos por ele, ainda na época da ditadura, falando do sofrimento, quando não podia retomar a sua terra querida, o nosso Piauí.

Ouve, amiga
 Deve ser triste viver em terra alheia
 Longe da pátria
 Longe da família
 Longe dos amigos
 Porém é ainda mais triste
 Viver como estrangeiro na própria pátria
 Com o mandato eletivo cassado
 Com os direitos políticos suspensos
 E proibido de rever a cidade natal
 O Estado querido e o povo amado.

Deixo aqui o registro da nossa homenagem a um homem simples, lutador, coerente, que soube, ao longo de sua vida, não só viver ao lado dos seus, mas também ajudar a construir um Brasil melhor.⁶

Deputado federal Osmar Júnior

Fala da neta de Chagas Rodrigues, Júlia Rodrigues Lírio, durante a missa de Sétimo Dia do avô

Presença do meu avô⁷

Neste momento de tanta saudade, eu vou falar sobre a presença do meu avô, sobre as lembranças que eu tenho dele.

Sempre associei meu avô a certos objetos ou situações. Jornal com marca texto ao lado, dicionários e sobretudo estórias. Muitas estórias. Minhas preferidas eram as de João Goulart, pouco antes do golpe, as do tempo de solteiro, em São Paulo, e as do namoro com a minha avó, Maria do Carmo.

Fossem sobre fatos históricos ou sobre a vida pessoal, essas estórias eram sempre contadas com o mesmo romantismo e idealismo. Os finais eram grandiosos, porque ele sabia como começar e terminar cada uma.

No dia a dia, penso que ele era uma mistura de política e poesia.

Indignava-se com a miséria, apreciava a literatura, e usava galanteios como forma de demonstrar afeto e evitar conflitos.

A honestidade e a generosidade eram valores absolutos. O foco era o bem que cada um poderia fazer ao próximo. Havia nisso uma sincera entrega, e por vezes me perguntei o quanto de ingenuidade, de utopia, havia nessa postura... Mas era uma característica dele, e tão marcante que ficou presente nos filhos e netos, sem exceção.

⁶Manifestação de pesar proferida pelo ex-deputado federal Osmar Júnior na Tribuna da Câmara, no dia 9 de fevereiro de 2009.

⁷Texto-base da fala de Júlia Rodrigues Lírio durante a missa.

De forma que hoje eu só posso agradecer-lhe por estar cercada de uma família tão feliz e unida e por ter tantas boas histórias para contar sobre a vida do meu querido avô.

Brasília, Missa de Sétimo dia, 13 de fevereiro de 2009.

Notas de agradecimento da família

Agradecemos aos piauienses as manifestações de pesar recebidas pelo falecimento de nosso pai, Francisco das Chagas Rodrigues, ocorrido em 7 de fevereiro de 2009, em Brasília.

Agradecemos as homenagens prestadas à memória de Chagas Rodrigues por seus colegas políticos no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e nas Câmaras de Vereadores, bem como pelo Governo Estadual do Piauí e pelas Prefeituras de Teresina e de Parnaíba.

Agradecemos ao governador do Piauí, Sr. Wellington Dias, ao prefeito de Parnaíba, Sr. José Hamilton Castelo Branco, ao vice-prefeito de Parnaíba, Sr. Florentino Neto, e ao senador Mão Santa, que representaram o povo do Piauí nas cerimônias de sepultamento e na Missa de Sétimo Dia de Chagas Rodrigues.

Agradecemos, ainda, aos veículos de comunicação – jornais, TVs, rádios e mídia eletrônica – e, em especial, a cada jornalista, pelo carinho no resgate da história de lutas e conquistas e dos compromissos de Chagas Rodrigues com o Piauí e seu povo.

Aos familiares e a todos os amigos que compartilharam conosco a dor e a saudade pelo falecimento de nosso pai, enviamos um afetuoso abraço.

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.

Teresa, Almira, Conceição e José Alexandre

Prezadas senhoras, prezados senhores,

Agradecemos a homenagem prestada pela Câmara Municipal de Teresina a Chagas Rodrigues, ao dar seu nome ao novo prédio da Instituição. Esta homenagem se junta a muitas outras recebidas desde o dia em que ele faleceu, em 7 de fevereiro deste ano, em Brasília. Nós, da família, nos sentimos comovidos com o carinho manifestado pelos amigos, colegas e pelos piauienses, em especial. Também forte foi a ligação de Chagas Rodrigues com o seu Estado e a sua cidade natal.

O gesto dos vereadores desta Casa diz do quanto valorizam os princípios éticos que marcaram a trajetória de Chagas Rodrigues como representante político do povo e do estado piauiense. Gratifica-nos ver essa afinidade.

Com muita satisfação registramos, também, o reconhecimento expresso nos pronunciamentos e nos artigos publicados de que Chagas exerceu seus mandatos de deputado federal, governador do Estado e senador da República com honradez, elevada dedicação à coisa pública e visão política democrática e progressista.

Com sua formação jurídica, Chagas pensava na possibilidade de leis mais justas e inclusivas. No entanto, muito cedo entendeu que a mudança social exigia a luta política, pela qual novos acordos sociais podem ser estabelecidos. Ou seja, só a prática política poderia produzir novas leis que disciplinassem relações e cenários sociais de novo tipo, mais humanos e fraternos. Chagas Rodrigues exerceu sua prática política pautada no diálogo e na busca do entendimento, sem abrir mão de uma visão crítica e de um vasto horizonte.

Pensamos no que ele mais gostaria de dizer aos vereadores de Teresina que, de forma tão elogiosa, prestam-lhe hoje esta homenagem. Achamos que ele reafirmaria os valores e ideais de justiça, democracia e solidariedade. Diria também de sua alegria em estar presente, unido aos colegas no exercício da função pública em sua acepção mais profunda, de dedicação ao bem comum, ao bem de todos, o que configura a possibilidade da política como uma das práticas mais nobres da civilização.

A lembrança de nosso pai, juntamente com a de nossa mãe, Maria do Carmo, é de uma profunda indignação com a miséria e a marginalização social, e, paralelamente, de uma intensa celebração da vida, em suas lutas, conquistas, esperanças e sonhos de um Piauí cada vez mais desenvolvido, de um Brasil digno e de um mundo de paz e acolhimento.

Nós, os filhos – Almira, Teresa, Conceição e Alexandre – nos sentimos honrados e gratos pela homenagem aqui prestada ao nosso pai querido Chagas Rodrigues.

Um afetuoso abraço a todos.

Teresina – Piauí, 31 de agosto de 2009.



Parte 2

Primeira etapa da trajetória política

Luta pela volta à normalidade democrática

Quando Chagas Rodrigues retornou ao Piauí em 1946, após a formatura na Faculdade de Direito de São Paulo, o país respirava o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) e da ditadura Vargas, acobertada pelo chamado *Estado Novo* (1937 a 1945). A entrada do Brasil na guerra contra os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão), como parte dos Aliados (Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos), deu margem ao crescimento da oposição ao governo Vargas. A opinião pública denunciava o fato de muitos brasileiros terem morrido nos campos de batalha, na Europa, lutando em defesa da democracia, enquanto no Brasil continuava o governo ditatorial de Vargas.

Intelectuais de expressão, como Jorge Amado, Paulo Emílio Salles Gomes, Astrojildo Pereira, Caio Prado Jr., Moacir Werneck de Castro, Antônio Cândido, Mário Schenberg, Sérgio Milliet e Aníbal Machado, por meio da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), fundada em 1942, no Rio, realizaram, de 22 a 26 de janeiro de 1945, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Escritores. Ao final, produziram um manifesto, apontado como primeira manifestação pública feita de viva voz, para cerca de duas mil pessoas, contra a ditadura Vargas. Pregavam liberdade de expressão e de culto, eleição direta para um novo governo e cooperação entre os povos. Houve censura prévia ao noticiário do evento, mas, mesmo assim, o Brasil ficou sabendo que havia resistência à situação vigente no país.

José Américo de Almeida, candidato situacionista à eleição de 1938, em entrevista a Carlos Lacerda, publicada no *Correio da Manhã*, a 22 de fevereiro de 1945, afirmava que o Estado Novo era um fiasco, uma brutalidade, irresponsabilidade, e defendia a legalidade democrática. Foi o estopim para a liquidação do entulho autoritário. A conjuntura há muito apontava para esse caminho. O Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo – DIP já não conseguia manter o controle dos meios de comunicação. Até mesmo o general Góes Monteiro virou a casaca, propondo o restabelecimento da ordem constitucional.

Sentindo a onda liberal que se difundia de ponta a ponta do país, Vargas procurou liderar a abertura democrática, como forma de permanecer no poder. Em fevereiro de 1945, fixou prazo para a eleição presidencial – 2 de dezembro de 1945 –, concedeu anistia ampla a todos os condenados políticos, libertou os comunistas presos, entre os quais Luís Carlos Prestes, e permitiu a volta dos exilados.

Nesse clima de abertura democrática, foram organizados e reorganizados diversos partidos políticos, como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Libertador (PL) e o Partido Social

Trabalhista (PST). Foi permitida a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922, que vivia na clandestinidade. O PCB tinha forte penetração no meio intelectual e influência na área sindical.

O PSD foi criado sob a supervisão de Getúlio Vargas e do governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, que se elegeu presidente nacional do novo partido e convocou os colegas interventores nos estados para as presidências das seções estaduais, e os prefeitos para os diretórios municipais. Getúlio Vargas, escolhido pelos fundadores do partido como primeiro presidente do diretório nacional, nunca assumiu o cargo. Indicou João Vieira de Macedo para ocupar o cargo como representante do Rio Grande do Sul, tendo o primeiro vice-presidente, Benedito Valadares, assumido, interinamente, a presidência.

A UDN, composta por opositores liberais, era ligada aos grandes interesses econômicos, que condenavam tanto o comunismo quanto o totalitarismo de Getúlio Vargas, e simpatizava com a ideia de uma maior aproximação dos Estados Unidos.

O PTB foi criado no departamento do Ministério do Trabalho que coordenava a massa sindical. Era um partido de força nos grandes centros, nas áreas industriais. Tinha o apoio de alguns empresários e também de alguns nomes da área rural. Era a chamada esquerda trabalhista. Com o PTB, Getúlio Vargas buscava institucionalizar sua popularidade entre os trabalhadores, que decorria de uma série de medidas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que melhorara a vida deles e, ao mesmo tempo, impedir o avanço comunista no meio sindical.

O PSP, de forte expressão em São Paulo, tinha como líder o governador Adhemar de Barros.

O PRP era chefiado por Plínio Salgado, simpatizante do fascismo, e tinha algum apoio da classe média.

Vieram as convenções, realizadas no Rio de Janeiro.

O PSD escolheu o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. E compareceria à eleição como o único partido com diretórios em todo o país.

A UDN escolheu o brigadeiro Eduardo Gomes.

O PCB apresentou o engenheiro civil e ex-prefeito de Petrópolis Yeddo Fiúza, a 15 de novembro, cinco dias depois de seu registro oficial como partido político. Luís Carlos Prestes, secretário-geral e líder máximo do partido, resolveu não arriscar.

O PTB custou a legalizar-se e não fez a convenção. Era tido, entretanto, como simpatizante do general Dutra.

O Partido Agrário apresentou o nome de Rolim Teles.

Deposição de Getúlio Vargas e intervenção nos estados

Chagas Rodrigues, que sempre se considerou um esquerdista moderado, um socialista democrata, pertencia aos quadros do Partido Libertador, um partido de massa. Era um exaltado lutador contra a ditadura Vargas, como, aliás, lutava contra qualquer ditadura, de direita ou de esquerda. Entusiasmado pela campanha da UDN em torno do brigadeiro Eduardo Gomes, filiou-se ao partido, que era chefiado no Piauí pelos ex-governadores Matias Olímpio de Melo e Eurípedes de Aguiar, adversários políticos que se uniram contra o sistema ditatorial e a favor da restauração da democracia. Na linha de frente da UDN estavam, também, o deputado federal José Cândido Ferraz e os desembargadores Arimathéa Tito, Esmaragdo de Freitas e Simplício de Sousa Mendes – o núcleo de resistência democrática do Estado –, que haviam sido aposentados pelo interventor Leônidas Mello, por se recusarem a votar no irmão dele, o juiz Eurípedes de Castro Mello, para ocupar a vaga do desembargador Cristino Castello Branco, que se aposentara, em setembro de 1939. Eurípedes foi feito desembargador.

A campanha do general Dutra ficou a cargo do PSD, que tinha como presidente Leônidas Mello, apoiado por Sigefredo Pacheco, pelos deputados estaduais Antônio dos Santos Rocha, Valdemar Leal e outros, além das famílias Gayoso e Almendra, Castelo Branco e de simpatizantes do período intervencionista.

Getúlio Vargas não queria sair do governo. Usou, para tanto, de todas as manobras possíveis. O PCB, por conta das posições nacionais que ele defendia, iniciou a campanha “Constituinte com Getúlio”. O PTB, por sua vez, lançou “Queremos Getúlio”. As duas campanhas acabaram fundidas numa só, conhecida por “Queremismo”, defendendo que Getúlio Vargas continuasse no governo, comandando o processo de redemocratização do Brasil.

O “Queremismo” acendeu a luz no final do túnel, mostrando que Getúlio Vargas buscava manipular as eleições de modo a continuar no poder. A gota d’água que faltava foi a nomeação do seu irmão Benjamin Vargas, o Beja, para a chefia de Polícia do Distrito Federal, em substituição a João Alberto. A essa altura, os militares, insatisfeitos com a aproximação de Getúlio Vargas com a esquerda, já não davam sustentação ao governo.

No dia 29 de outubro de 1945, os chefes militares, tendo à frente o general Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, cercaram o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, e depuseram o presidente Getúlio Vargas. A Presidência foi entregue, temporariamente, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que ficou no cargo até 31 de janeiro de 1946. Foi o primeiro cearense presidente do Brasil.

Os jornais divulgavam que os presidentes dos Tribunais de Justiça seriam os interventores nos Estados, e os juizes de direito ocupariam as Prefeituras do país. Nada disso, contudo, aconteceu. Empossado no cargo de presidente da República em 30 de outubro de 1945, o ministro José Linhares deixa a presidência do Supremo Tribunal Federal para assumir a presidência da República e compõe o governo com a participação conjunta do general Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes.

Os pedessistas, apoiados no prestígio militar do general Dutra, nome mais cotado para substituir José Linhares no comando do país, nomearam interventores nos grandes estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia), deixando os menores, como o Piauí, com a UDN. O deputado federal piauiense José Cândido Ferraz, amigo do general Eurico Gaspar Dutra, mas muito mais ainda do brigadeiro Eduardo Gomes, conseguiu deste a nomeação de seu primo, o coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz¹, para o cargo de interventor federal no Piauí.

O até então interventor federal no Piauí, Leônidas Mello, fez questão de passar o cargo, no Palácio de Karnak, para o coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz. Ao sair, foi bastante hostilizado, vaiado e achincalhado por seus adversários, que gritavam, em coro: “Morreu o bode melado!”

Julinha Almeida, esposa do Dr. Agenor Barbosa de Almeida, que tivera o irmão Clemente Pires Ferreira preso por questões políticas no governo de Leônidas Mello, era a mais exaltada dos manifestantes e dizem que deu um chute no traseiro do ex-interventor, quando ele passou perto dela. O Dr. Agenor Barbosa de Almeida, ressentido porque não tomara conhecimento da prisão do cunhado, na ocasião exonerou-se do cargo de diretor do Hospital Getúlio Vargas e rompeu, em definitivo, com Leônidas Mello.

Após prestar compromisso de posse junto ao Ministério da Justiça, a 5 de novembro de 1945, o novo interventor federal no Piauí, Antônio Leôncio Pereira Ferraz, convidou para a Secretaria Geral do Estado o engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves², seu antigo professor, que declinou, indicando o amigo Benedito Martins Napoleão do Rêgo, irmão de Hugo Napoleão do Rêgo.

Antônio Leôncio Pereira Ferraz assumiu a interventoria federal a 9 de novembro, em solenidade no Palácio de Karnak, e passou pouco tempo no car-

¹ Antônio Leôncio Pereira Ferraz nasceu no dia 17 de dezembro de 1898. Ingressou no Exército em 1919, cursando a Escola Militar do Realengo, no antigo Distrito Federal. Declarado aspirante em 1930, atingiu no Exército o posto de coronel. Teve uma rápida passagem pela política, depois do golpe de outubro de 1930, como candidato à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Constitucionalista de Mato Grosso, elegendo-se segundo suplente.

² Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves dirigira, entre 1917 e 1939, a Secretaria de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas do Estado (governos Eurípides de Aguiar, João Luís Ferreira – neste último, ocupou também a Secretaria da Fazenda –, Matias Olímpio de Melo, João de Deus Pires Leal, Humberto de Arêa Leão, desembargador Joaquim Vaz da Costa, Joaquim Lemos Cunha, Landri Sales Gonçalves, cabo Amador e Leônidas de Castro Mello). Quando do convite, era secretário-geral do Departamento dos Correios e Telégrafos – DCT, na administração de Landri Sales (25/7/1939 a 8/11/1945).

go. Pressionado pelos udenistas locais, demitiu todos os prefeitos pessedistas, substituindo-os por pessoas do partido. Foi um grande erro, porque os chefes políticos, ligados ao esquema de Dutra, passaram a conspirar contra ele, enviando informações diretas ao centro do poder.

No dia 19 de novembro, o interventor Antônio Leôncio Pereira Ferraz passou, interinamente, o cargo para o secretário-geral, professor Benedito Martins Napoleão, e viajou para o Rio de Janeiro, a pretexto de tratar de assuntos de interesse do governo e, também, fazer exames médicos. Na verdade, foi chamado às pressas pelo primo José Cândido Ferraz, que o queria longe da politicagem do Piauí e buscava segurá-lo no cargo, fazendo média com o brigadeiro Eduardo Gomes e, principalmente, com o general Dutra, candidato favorito das eleições.

Eleições de 1945 e a nova Constituição

A 2 de dezembro de 1945, realizaram-se as eleições federais: foram eleitos o presidente da República e os representantes de todos os estados à Câmara dos Deputados e ao Senado, órgãos que, de início, funcionaram em conjunto, formando a Assembleia Constituinte que iria elaborar a nova Constituição da República.

O Brasil tinha, então, 7.459.849 de eleitores. Votaram 6.200.805 (83.12%), e a abstenção foi de 16.88% (1.259.044). Venceu, nacionalmente, o general Dutra, apoiado pelo PTB, de acordo com ordens recebidas do presidente deposto Getúlio Vargas, que deu apoio público a ele.

O general Dutra obteve 3.251.507 votos (55%), o brigadeiro Eduardo Gomes, 2.039.341 (35%), Yedo Fiúza, 569.818 (10%) e Rolim Teles 10.001 (0,17%). A escolha do vice-presidente recaiu sobre o político catarinense Nereu Ramos, também do PSD, eleito pela Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

O Piauí, em 1945, tinha 132.455 habitantes. Na eleição, houve 113.831 votantes (85.94%) e abstenção de 18.624 (14.06%). Abertas as urnas, no dia 2 de dezembro, as eleições foram vencidas, no Estado, pelo brigadeiro Eduardo Gomes, (UDN), com 58.739 votos. O general Dutra (PSD) obteve 51.229 votos, Yedo Fiúza (PCB), 480 votos, e Rolim Telles (Partido Agrário), 1 voto.

A posse dos eleitos se deu a 31 de janeiro de 1946, juntamente com a abertura dos trabalhos da Assembleia, instalada em fevereiro de 1946, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, para um período quinquenal, que terminaria no dia 31 de janeiro 1951. Melo Viana foi eleito presidente e Otávio Mangabeira, vice. Ambos eram políticos da República Velha.

Para compor a Assembleia Constituinte, foram eleitos 42 senadores (dois por estado e pelo Distrito Federal) e 286 deputados, perfazendo um total de 328 constituintes. Entre os senadores, além de Getúlio Vargas, foram eleitos dez antigos interventores nomeados por ele.

O PSD alcançou o maior número de deputados e senadores, com 54% dos membros. Em segundo lugar, ficou a UDN, englobando, nesse primeiro pleito, os candidatos do PR, chefiados pelo ex-presidente Artur Bernardes, e os da Esquerda Democrática, futuro Partido Socialista que, chefiado por João Mangabeira, elegeu os deputados Hermes Lima e Domingos Valesco. Em terceiro lugar, ficou o PTB. Mas havia partidos menores, como o Comunista, com 15 eleitos (14 deputados federais e um senador, Luís Carlos Prestes), o Social Progressista, chefiado por Adhemar de Barros, e o Democrata Cristão.

No Piauí, foram eleitos para o Senado Federal os udenistas Esmaragdo de Freitas e Sousa e Matias Olímpio de Melo, que derrotaram os pessedistas Leônidas de Castro Mello e Francisco Pires Gayoso e Almendra, além do monsenhor Cícero Portella Nunes e do desembargador Joaquim Vaz da Costa, que concorriam pelo Partido Libertador.

José Cândido Ferraz, da UDN, foi o campeão de votos para a Câmara dos Deputados, alcançando 3.302 só em Teresina (mais do que o próprio general Dutra para presidente) e 27.433 em todo o Estado, e metade dos conquistados por um senador eleito. Do PSD, o mais votado foi o genro de Dutra, senhor Mauro Renault Leite, que obteve 9.262 votos sem nunca ter pisado no Piauí. Naquele tempo não havia a obrigatoriedade de comprovação de domicílio eleitoral. E mandava quem podia, obedecia quem tinha juízo. O que pouco mudou, nos dias de hoje.

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte prolongaram-se até 18 de setembro de 1946, data em que foi promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, consagrando as liberdades expressas na Constituição de 1934, que haviam sido retiradas em 1937.

Foram dispositivos básicos regulados pela carta de 1946: igualdade de todos perante a lei; liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; inviolabilidade do sigilo de correspondência; liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; liberdade de associação para fins lícitos; inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo; prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente e garantia ampla de defesa do acusado; extinção da pena de morte; separação dos Três Poderes.

Gustavo Capanema, jurista e político mineiro, Luís Viana Filho, historiador e político baiano, Aliomar Baleeiro, jurista e político baiano, Clodomir Cardoso, jurista, escritor e político maranhense, Gilberto Freire, escritor e sociólogo pernambucano, e Barbosa Lima Sobrinho, escritor, jornalista e político pernambucano, são algumas das personalidades que integraram a Assembleia Constituinte que elaborou e promulgou a Constituição de 1946, que constituiu um avanço da democracia e das liberdades individuais do cidadão.

O presidente Dutra não teve dúvida em nomear interventor federal no Piauí o major mineiro José Vitorino Correia, que fizera campanha para ele, era do seu círculo militar e atendia pedido do genro Mauro Renault Leite. O professor Benedito Martins Napoleão do Rêgo passou-lhe o cargo no dia 20 de março de 1946.

O major Vitorino Correia passou o cargo, interinamente, ao Dr. Valter Alencar, a 8 de julho de 1946. Este o transmitiu, a 3 de setembro de 1946, ao Dr. Manuel Sotero Vaz da Silveira, que o passou, a 11 de outubro de 1946, ao Dr. Teodoro Ferreira Sobral, político de prestígio em Floriano e com renome em todo o Piauí. A 9 de novembro de 1946, o poder foi transferido ao Dr. Raimundo de Brito Melo, secretário-geral do governo. Reassumindo o cargo, a 9 de dezembro de 1946, o Dr. Teodoro Sobral passou as funções, a 23 de março de 1947, ao professor Waldir de Figueiredo Gonçalves. Enquanto isso, o governador Rocha Furtado, eleito pelo povo, a 19 de janeiro de 1947, aguardava o dia 28 de abril para tomar posse na chefia do Executivo Estadual.

Piauí: resultado do pleito de 1945

Senadores	
Candidatos	Votos
Esmaragdo de Freitas e Sousa (UDN) – eleito	55.849
Matias Olímpio de Melo (UDN) – eleito	55.724
Francisco Pires de Gayoso Almendra (PSD)	49.944
Leônidas de Castro Mello (PSD)	49.772
Joaquim Vaz da Costa (PL)	3.185
Mons. Cícero Portela Nunes (PL)	3.098
Deputados federais eleitos – UDN (4)	
José Cândido Ferraz	27.443 votos
Helvécio Coelho Rodrigues	8.345 votos
Antônio Maria de Rezende Correia	5.144 votos
Adelmar Soares da Rocha	4.046 votos
Suplentes de deputados federais – UDN (3)	
Osias de Moraes Correia	3.711 votos
Dario Fortes do Rêgo	3.034 votos
Demerval Lobão Vêras	2.523 votos
Deputados federais eleitos – PSD (3)	
Mauro Renault Leite	9.262 votos
Raimundo de Arêa Leão	8.964 votos
Sigefredo Pacheco	8.600 votos
Suplentes de deputados federais eleitos – PSD (4)	
Teodoro Ferreira Sobral	7.271 votos
Mirócles de Campos Vêra	6.129 votos
Lindolfo do Rêgo Monteiro	5.328 votos
Francisco Luís de Almeida	4.993 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Eleições de 17 de janeiro de 1947

Antecedentes

Na esteira do processo de redemocratização do país, em 19 de janeiro de 1947 foram eleitos, por voto direto, vinte governadores de estado, um terço dos senadores, membros suplementares para o Senado e para a Câmara dos Deputados. Além disso, foi realizada eleição para deputado estadual e, na capital do país, para vereadores.

Por indicação de Eurípides de Aguiar, maior líder udenista do Estado, e de Matias Olímpio de Melo, José da Rocha Furtado³ concorreu pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição às forças mais conservadoras do Estado, dominadas pelos coronéis de origem rural. Contando com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, do Partido Libertador e do Partido Trabalhista Brasileiro, obteve 55.650 votos contra os 51.183 dados a Jacob Manoel Gayoso e Almendra, do PSD.

Foram eleitos senadores pelo Piauí Joaquim de Lima Pires Ferreira, com 55.010 votos, e Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, com 51.918 votos, para mandato de quatro anos.

O PSD, contando com 17 deputados, contra 14 da UDN e 1 do PTB, fez o presidente da Casa, deputado Tertuliano Milton Brandão. Depois, criou-se o cargo de vice-governador, eleito pela Assembleia Legislativa, com as funções de presidente do Poder Legislativo. O Dr. Osvaldo da Costa e Silva, vice-governador do Estado, foi elevado ao cargo de presidente do Poder Legislativo.

Piauí: resultado do pleito de 1947

Governador	
José da Rocha Furtado (UDN) – eleito	55.650 votos
Jacob Manoel Gayoso e Almendra (PSD)	51.183 votos
Senadores	
Joaquim Pires (UDN) – eleito	52.010 votos
Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves – eleito	51.918 votos
Mirócles Vêras (UDN)	50.256 votos
Hugo Napoleão do Rêgo	46.860 votos

³ José da Rocha Furtado, filho de Marcos Furtado e Maria da Rocha Furtado, nasceu em União, a 24 de fevereiro de 1909. Estudou no Colégio 24 de Fevereiro, em Floriano, dirigido pelo monsenhor Lindolfo Rodrigues Uchôa. Fez os preparatórios no Liceu Piauiense. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil em 1932, veio para Teresina em 1933, onde organizou e dirigiu o Pronto-Socorro do Hospital Getúlio Vargas, no governo Leônidas de Castro Mello (1930 a 1945).

Deputados estaduais eleitos – PSD (17)	
João de Moura Santos	3.118 votos
Constantino Pereira de Sousa	2.749 votos
Antônio Félix de Carvalho	2.545 votos
Edson Dias Ferreira	2.505 votos
Tertuliano Milton Brandão	2.270 votos
Alcides Martins Nunes	2.208 votos
Miguel Pereira de Oliveira	2.125 votos
Alberto de Moura Monteiro	1.950 votos
Epaminondas Castelo Branco	1.850 votos
Augusto Nogueira Paranaçuá	1.848 votos
Octávio Costa	1.877 votos
Antônio dos Santos Rocha	1.685 votos
Antônio José de Sousa	1.657 votos
Humberto Reis da Silveira	1.563 votos
Miguel de Arêa Leão	1.532 votos
Valdemar Ramos Leal	1.481 votos
José Burlamaqui Auto de Abreu	1.368 votos
Suplente deputado estadual – PSD (1)	
Edgard Nogueira – efetivado em virtude da renúncia de José Burlamaqui de Abreu	1.358 votos
Deputados estaduais eleitos – UDN (14)	
Antenor Martins Neiva	3.744 votos
Agenor Barbosa de Almeida	3.352 votos
Agenor Portela Veloso	2.208 votos
Joaquim Lustosa Sobrinho	2.136 votos
Hélio das Chagas Leitão	2.131 votos
João Ribeiro de Carvalho	2.019 votos
Francisco Antônio Paes Landim Neto	1.977 votos
Orlando Barbosa de Carvalho	1.823 votos
José Mendes de Moraes	1.747 votos
Mário Raulino	1.706 votos
Venceslau de Sampaio	1.598 votos
Paulo Salgado	1.596 votos
Milton Costa Cardoso	1.589 votos
Cícero Rodrigues Luz	1.582 votos
Suplente deputado estadual – UDN (1)	
Tasso Fortes do Rêgo – efetivado em virtude da anulação de urnas, o que prejudicou, sobretudo, Milton Costa Cardoso	1.572 votos
Deputado estadual eleito – PTB (1)	
Elias de Carvalho Magalhães	941 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral – TRE-PI.

Governador Rocha Furtado

Rocha Furtado assumiu o governo na tarde do dia 28 de abril de 1947, numa festa cívica de grande importância para o Estado. Em depoimento concedido ao autor em 2005, Genu Moraes lembra que “a vitória de Rocha Furtado foi o melhor presente de aniversário que o meu pai, Eurípides de Aguiar, recebeu em toda a sua vida (ele é de 19 de janeiro). Do seu governo, meu pai participou como chefe de Polícia (hoje Secretário da Segurança) e como secretário-geral (hoje Secretário de Governo)”.

O novo governador enfrentou um dos períodos mais tumultuados da história política do Piauí. As paixões desenfreadas, os ódios acumulados, a linguagem baixa e infamante usada na campanha eleitoral repetiram-se no seu governo entre os litigantes dos dois maiores partidos do Estado. Ele sentiu que a UDN queria manipulá-lo. Reagiu e passou a ser hostilizado pelos membros do partido. Para colocá-lo em situação de vexame, passaram a promover perseguições políticas, transferindo servidores para cidades distantes dos respectivos domicílios. Além de enfrentar essas resistências internas, o PSD não lhe dava trégua na Assembleia Legislativa. Praticamente redigiu a Constituição do Estado, promulgada a 22 de agosto, com uma série de compadrios, vantagens, benefícios e privilégios indevidos, que levaram o governo praticamente à ingovernabilidade.

O jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de outubro de 1947, registra:

São inquietadoras as notícias procedentes de Teresina. A atitude do PSD, no Piauí, já não é mais de simples oposição ao governador Rocha Furtado, eleito pela legenda da UDN. Assumiu um caráter francamente revolucionário. Tendo a seu favor a maioria de um deputado na Assembleia Legislativa, os pessedistas tudo fazem para desmoralizar o chefe do Executivo Estadual. O jornal do PSD publica, diariamente, os mais pesados insultos ao governador, visando a implantar a intranquilidade na população, com a ameaça do *impeachment* e a intervenção do governo federal. O mais grave em tudo isso é que o orientador da política do PSD piauiense é o deputado Mauro Renault Leite, genro do presidente da República.

Rocha Furtado estava atado pelos pés e pelas mãos. A oposição chegou ao ponto de aprovar atos institucionais que restringiam os poderes do governador. Essas alterações constitucionais acrescentaram dificuldades administrativas que levaram a um atraso salarial de até oito meses para algumas categorias profissionais do Estado.

As sessões da Assembleia Legislativa tornaram-se notáveis pela fulgurância e inteligência dos debates políticos, comandados pelos deputados Antônio dos Santos Rocha, líder do PSD, e Lustosa Sobrinho, da UDN. Outra crise conjuntural se somou aos problemas político-administrativos do então governador: a cera de carnaúba entrou em declínio no mercado internacional, o que levou o Estado a ter grandes perdas de receita. Entretanto, apesar de todas as tentativas frustradas de intervenção federal ou de *impeachment*, Rocha Furtado permaneceu no governo até o final, a 31 de janeiro de 1951.

Em entrevista aos jornalistas Zózimo Tavares e Carlos Augusto de Araújo Lima, em 1990, para o programa “A palavra é sua”, da *TV Clube*, Rocha Furtado contou ter governado contra o Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a maioria da Assembleia Legislativa, dos oficiais da Polícia Militar e grande parte do funcionalismo público, remanescente da ditadura getulista. “Todos me sabotavam sistematicamente”, contou o ex-governador.

No governo Rocha Furtado, registram-se os seguintes fatos: promulgação da Constituição Estadual (22 de agosto de 1947); criação do cargo de vice-governador, eleito pela Assembleia Legislativa, com as funções de presidente do Poder Legislativo; inauguração das turbinas termoelétricas de Teresina, adquiridas e instaladas no governo do coronel José Vitorino Correia; criação de cursos noturnos de extensão cultural; mudança da denominação da Escola Normal oficial da capital para Escola Normal Antonino Freire; instalação da *Rádio Difusora de Teresina* (18 de julho de 1948).

Concluído o período de governo, Rocha Furtado transferiu residência e domicílio para Fortaleza, onde voltou à clínica médica. Renomado cirurgião, por insistência do governador Plácido Castelo (1967 a 1971), foi secretário da Saúde do Ceará, onde, por unanimidade da Assembleia Legislativa daquele Estado, recebeu o título de Cidadão Cearense. Membro das Academias Brasileira de Medicina Militar e Cearense de Medicina, encerrou as atividades médicas em 1988, voltando à tranquilidade, ao conforto e à admiração dos amigos e parentes.⁴

⁴Rocha Furtado faleceu em Fortaleza, em sua residência, vítima de parada cardíaca, a 27 de fevereiro de 2005, aos 96 anos de idade. Deixou cinco filhos: Silvio (médico), Marcos (advogado), Adolfo (assessor parlamentar da Câmara dos Deputados), José (arquiteto) e Antônio (diretor do FMI). Uma das grandes emoções que teve foi saber da existência de uma escola pública com seu nome, em Piripiri. A homenagem fora relatada pelo filho Marcos, que encontrara a escola durante uma de suas viagens pelo Piauí.

Eleições de 3 de outubro de 1950

Eleição para presidente

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, segunda eleição presidencial após o fim do Estado Novo, os eleitores iriam escolher, além do presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, governadores e vereadores, em pleito regulado na forma da Resolução nº 3.532 do Tribunal Superior Eleitoral, de 4 de agosto de 1950.

A aliança UDN/PSD, estabelecida por Dutra, não se manteve nessa eleição. A UDN lançou novamente Eduardo Gomes (e Odilon Braga). O PSD lançou o mineiro Cristiano Machado (e Altino Arantes), e o PSB, o baiano João Mangabeira (e Alípio Correia Neto). Com os conservadores divididos, o PTB coliga-se com o PSB e lança a chapa Getúlio Vargas – Café Filho, de forte apelo popular. Percebendo a força eleitoral da coligação, dirigentes do PSD, para manter os privilégios e as posições conquistadas no governo Dutra, passam a apoiá-la, o que gerou a expressão “cristianizar” – lançar candidato e apoiar outro de partido diferente.

A unanimidade de Getúlio Vargas só era relativamente ameaçada pela carismática e paternalista figura de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo e liderança principal do PSP. Getúlio Vargas logo tratou de negociar seu apoio naquele forte colégio eleitoral. Em troca o apoiaria nas eleições presidenciais seguintes.

Em 22 de agosto de 1950, o brigadeiro Eduardo Gomes veio a Teresina, onde a UDN tinha forte apelo popular. Foi recebido por uma multidão de admiradores, que o conduziram até a residência de Luiz Batista sob os gritos de “brigadeiro!, brigadeiro!, brigadeiro!”. Fez comício na Praça Pedro II. Falaram, além dele, o governador Rocha Furtado, Eurípedes de Aguiar, candidato a governador do Estado, desembargador Simplício de Sousa Mendes, Matias Olímpio de Melo, Leopoldo Cunha, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, José Cândido Ferraz, entre outras lideranças ligadas ao partido. Depois, no Palácio de Karnak, Eduardo Dutra foi brindado com concorrido banquete. Ainda no Piauí, fez comícios em Floriano, Picos, Campo Maior e Parnaíba.

Getúlio Vargas também veio a Teresina no dia 22 de agosto de 1950. Foi recepcionado no aeroporto, entre outros, pelos petebistas João Emílio Falcão Costa, Jorge Azar Chaib, Inácio Soares da Silva, Raimundo Basílio, Cornélio Evangelista da Costa (o seu Cornélio do pãozinho de queijo da Praça Pedro II), José de Freitas Filho (China Freitas, filho do candidato a governador Pedro Freitas, do PSD), que o hospedou na residência, na Avenida Frei Serafim. Vieram com ele, além de reforçada segurança, 15 homens chefiados por Benjamin Vargas, irmão de Getúlio, e os amigos Rui Miranda, Amaral Gurgel e Batista Luzardo, político gaúcho, chefe do Departamento Nacional

da Coordenação Política, que tinha como objetivo a organização das diretrizes políticas da campanha em perfeita articulação com os setores estaduais e com o pensamento do candidato.

Sobre a visita de Getúlio Vargas a Teresina, em *Bon Marché*, no capítulo “Ainda no curso da vida”, Chaib (2003) conta a história com detalhes:

Getúlio percorreu todos os Estados da federação, realizando comício em todas as capitais. Chegou a Teresina uma equipe precursora, comandada pelo Batista Luzardo, famoso caudilho gaúcho.

Reunimo-nos num salão que estava desocupado, no prédio situado na esquina da Rua Paissandu com Simplicio Mendes, construção (em acabamento) de meu pai.

Avisados do dia da chegada do ‘velhinho’, como era chamado popularmente, procuramos, eu e outros, a polícia, para comunicar que desejaríamos realizar o comício na Praça Pedro II. A polícia negou a autorização, alegando que nesta mesma data a UDN já havia requisitado a praça para comício do seu candidato, brigadeiro Eduardo Gomes. Apelamos para a Praça Rio Branco. Negativo, a polícia não permitiu.

Ficamos desesperados. Onde realizar o comício? Espaço aberto no centro da cidade só se fosse ao lado da Igreja de São Benedito, do lado esquerdo, onde tinha uma área aberta e descampada, própria para se armar um palanque (nessa área, hoje funciona o Posto Mercury).

Procuramos rapidamente armar o palanque e aguardar a chegada da equipe de campanha do PTB. Comício marcado para as seis da tarde, na mesma hora do comício do brigadeiro. Era o jeito, não tinha saída.

Getúlio chegou cedo, ao meio-dia de 22 de agosto, e foi para a casa de China Freitas, com o guarda-costas Gregório. A turma da segurança ficou na minha casa. Eram uns 15 homens, chefiados por um tal Benjamin, com um verdadeiro arsenal: armas e metralhadoras. Todos gaúchos. Minha casa estava desocupada. Era um casarão na Rua Paissandu, daquelas construções antigas, com uma varanda enorme, que dava para abrigar até mais de vinte pessoas.

Tratei de arranjar comida e bebida para todos e fiquei com eles até quando me pediram para eu lhes mostrar o local do comício. Precisavam conhecer com antecedência, para montar o plano de segurança do ‘velhinho’.

A minha aflição aumentou quando chegou a hora do comício. Quase ninguém no local, ao lado da Igreja de São Benedito, enquanto na Praça Pedro II os tambores, as cantorias e as batucadas animavam uma multidão de ouvintes. Batista Luzardo foi o primeiro a falar, para ver se atraía mais gente ao comício. Nunca tinha ouvido um orador tão vibrante, com aquela voz tonitruante, impostada, de quem já era habituado a comício e a empolgar plateias. Não adiantou nada, não atraiu quase ninguém.

Estava eu decepcionado. Aproximei-me do Getúlio e sussurrei-lhe: presidente, Teresina é udenista, rebelde e hostil ao PTB. Até o candidato do PSD, Cristiano Machado, está cristianizado. O PSD vota com a UDN, aqui. Tentava justificar o fracasso do comício. O presidente olhou-me e esboçou um ligeiro sorriso, mas não disse nada. Parecia uma esfinge egípcia. Indecifrável.

Terminado o discurso do Batista Luzardo, o Dr. João Emílio pediu-me para falar. “Eu? Deus me livre, depois de um orador primoroso, tudo o que eu disser soa besteira. É melhor acabar logo com isso. Peça ao Getúlio para dizer o que tem a dizer e vamos embora – respondi-lhe”.

Getúlio Vargas posicionou-se em frente ao microfone e, com aquela voz já conhecida, proclamou: “Trabalhadores do Brasil!” O som ecoou pelo espaço e as palavras varreram os céus da Praça Pedro II.

Ouviu-se um grito de alguém: “O Getúlio está falando! O Getúlio está falando!”

De repente, como o estouro da boiada, a multidão acorreu para o nosso comício e eu só vi aquela gente toda vindo correndo em nossa direção.

Segurei, instintivamente, o braço do presidente.

Ele repetiu: “Trabalhadores do Brasil!”

Parecia que ele já esperava por essa reação do povo.

Começou o discurso, entrecortado de palmas, vivas, queremos Getúlio, aplausos, uma verdadeira apoteose.

Soube depois que não houve o comício do brigadeiro porque só restaram na Praça os que estavam no palanque.

Terminou o comício, e o povo não dispersava, só aclamando, gritando, uma verdadeira loucura.

Retiramo-nos, protegidos pelo cordão de isolamento dos seguranças. O presidente foi para a casa do China Freitas e eu, com os seguranças, para a nossa casa.

Pela manhã cedo, viajaram para São Luís, no Maranhão.

A eleição foi uma babada. Getúlio tomou posse, no cargo de presidente da República, no dia 31 de janeiro de 1951.

Em Teresina, o tom geral do discurso de Getúlio Vargas foi de intimismo. Tratando os piauienses como “velhos amigos”, tomou as dores do eleitorado, comprometeu-se a desenvolver a região e disse que, mesmo com as grandes possibilidades do solo fértil, dos vastos campos de pastagens, o Estado não tinha o apoio da União, apesar de esta ter a obrigação de ajudar as unidades mais fracas da Federação – mais uma vez, atacava o governo Dutra. No Piauí, sustentava Getúlio Vargas, era preciso ampliar as bases da economia: estudar possibilidades de aproveitamento dos vales do Parnaíba, garantir financiamento público para a agricultura, promover a extensão das plantações, melhorar a qualidade dos rebanhos. E, mais uma vez, o velho caudilho falou sobre melhorarias no sistema de transportes – rodoviário e fluvial – com a abertura de escolas profissionais e com o aparelhamento do Porto de Amarração, hoje Porto de Luiz Correia. Segundo ele, obras que realmente contribuam para impulsionar o progresso, criar riqueza e estender a todos os benefícios da civilização. Propôs também implantar a industrialização da carnaúba, do babaçu e

do buriti extraídos na região, com o objetivo de impulsionar a economia do Estado. De seu primeiro governo, lembrou que tinham sido concluídas as obras da rodovia Teresina – Fortaleza e também que fora criada a Colônia Agrícola Nacional do Piauí, órgão cujo objetivo era prestar assistência técnica aos trabalhadores rurais, além do fornecimento de sementes e material de trabalho, e da doação de lotes para as famílias do campo.

De Teresina partiu no dia seguinte, 23, para Parnaíba, onde foi apoiar o médico petebista João Orlando de Moraes Correia, que o hospedou, em disputa contra o udenista Acrísio de Paiva Furtado, apoiado pelo prefeito Alberto Silva, do mesmo partido, a UDN. A vitória foi de Dr. João Orlando de Moraes Correia, que governou a cidade de 1951 a 1954.

No discurso de Getúlio Vargas, no Coreto da Praça da Graça, às 10 horas, o foco foi o “problema da carnaúba”, que era a base da economia do Estado e que deveria ser vista com “carinho especial” pela União:

o amparo da carnaúba e dos que vivem da sua extração e do seu comércio constitui ponto destacado do meu programa. Defender o produto contra os sucedâneos e contra as tentativas de cultura em outros territórios, aperfeiçoar a técnica extrativa, favorecer a industrialização, facilitar os financiamentos, conquistar novos mercados – são questões essenciais a considerar, sem perder de vista, em plano paralelo, o trabalhador que, no seu labor diuturno, colabora na colheita do produto e no seu tratamento posterior.

Diante da população parnaibana, Getúlio Vargas afirmou que o Brasil tinha uma dívida com o Piauí que precisava ser saldada. Falou novamente sobre a possibilidade de industrialização da carnaúba na própria região. Também se comprometeu com a melhoria da infraestrutura do Porto de Luiz Correia, que, na sua visão,

é velho anseio do povo desta terra, anseio justo e legítimo, que deverá ser satisfeito por quem assuma o governo da União. Neste sentido, espero poder contribuir, decisivamente, e dotar esta cidade desse instrumento essencial à consecução do seu destino histórico.

Na sua despedida, afirmando que projetava uma Parnaíba desenvolvida, de que seus habitantes pudessem se orgulhar, disse, conforme Josenias Silva, colunista do *site Parnaíba Criativa*:

Recebi de vós, como de tantos outros pontos distantes do país, apelos para lançar-me nesta campanha que mobiliza o povo brasileiro na defesa dos direitos à liberdade e à vida! [...] Partindo deste solo hospitaleiro, levo comigo uma visão de futuro. Vejo uma grande cidade, dotada de um amplo cais, onde se empilham produtos de todo Piauí e, nas docas e ruas adjacentes, os trabalhadores ao lado das classes produtoras. Todos, com um sorriso feliz nos lábios, bendizem a terra em que nasceram e cantam hosiânas ao Brasil.

Saindo de Parnaíba, acompanhado de enorme multidão, Getúlio Vargas foi à Fortaleza, capital do Ceará.

Abertas as urnas, o brigadeiro Eduardo Gomes ganhou as eleições no Piauí. Getúlio Vargas perdeu também para Cristiano Machado (PSD), ficando à frente apenas do inexpressivo João Mangabeira (PSB). Mas o resultado geral no Brasil foi outro: Getúlio Vargas, 38.490.40 (48,7%), Eduardo Gomes, 23.423.84 (29,7%), Cristiano Machado, 16.971.73 (21,5%), João Mangabeira, 9.466 (0,1%). Getúlio Vargas ganhou em 18 das 24 unidades da Federação e voltou à presidência da República embalado na marchinha de Haroldo Lobo e Mariano Pinto: “Bota o retrato do velho outra vez, bota no mesmo lugar, o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”.

Eleição para o governo do Piauí

Disputas internas da UDN

No Piauí, a UDN encontrava-se sem consenso para a escolha do candidato ao governo estadual. Agenor Barbosa de Almeida, conhecido como o “homem do sapatinho branco”, pleiteou a indicação.

No dia 25 de dezembro de 1949, foi realizado comício bancado pelo movimento Pró Agenor Barbosa de Almeida ao Governo do Estado, pela UDN. No início de janeiro de 1950, grande número de adeptos da causa lança manifesto intitulado “Candidato da classe operária e do povo em geral”, sob responsabilidade da organização operária udenista, diretora do movimento. O povo é convidado a cerrar fileiras em torno de seu nome, com vistas à Convenção do partido. Encerra o manifesto a seguinte frase “para frente com o Dr. Agenor Barbosa de Almeida, candidato à sucessão governamental de 1950, pela UDN”.

O *Jornal do Comércio*, na primeira página da edição do dia 20 de maio de 1950, apresenta chapa da UDN assim formada: Governador – senador Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves; vice-governador – Ocílio Lago; senador – Demerval Lobão; deputados federais – José Cândido Ferraz, Antônio Maria de Rezende Correia, Helvécio Coelho Rodrigues, Ademar Soares da Rocha e João Mendes Olímpio de Melo.

Entretanto, na edição de 31 de maio, em primeira página, o mesmo jornal publica nota dando conta de que nada menos do que sete nomes iriam disputar a indicação para candidatura ao governo do Estado: Demerval Lobão, Eurípedes de Aguiar, Matias Olímpio de Melo, Helvécio Coelho Rodrigues, Ademar Soares da Rocha, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves e Agenor Barbosa de Almeida.

Demerval Lobão se mostrava confiante na indicação de seu nome como candidato ao governo do Estado na convenção seguinte e dava, inclusive, a certeza de contar com o apoio da maioria dos diretórios municipais e a solidariedade do governador Rocha Furtado e do senador Matias Olímpio de Melo, presidente da UDN.

O deputado federal Helvécio Coelho Rodrigues era outro que também acreditava que seria indicado e se movimentava, pelo telégrafo, comunicando aos correligionários do interior a sua candidatura ao governo do Estado.

Quanto ao cargo de vice-governador, dois nomes se projetavam dentro do partido: o de Ocílio Pereira do Lago e o do desembargador Simplicio de Sousa Mendes.

No início de junho, os comentários giravam em torno dos nomes do deputado estadual Agenor Barbosa de Almeida, do deputado federal Helvécio Coelho Rodrigues, de Demerval Lobão e do senador Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, sendo este apontado pela maioria como o candidato de conciliação.

O deputado estadual Agenor Barbosa de Almeida mostrava-se incansável na busca da vaga na Convenção da UDN, marcada para o dia 2 de julho, com a presença de todos os diretórios do partido para escolha e homologação dos nomes que participariam da chapa para governador, senador e deputados federais e estaduais.

No dia 4 de junho de 1950, houve comício pró-candidatura de Agenor Barbosa de Almeida. Terminado o comício, uma multidão dirigiu-se ao Palácio de Karnak, onde a recebeu friamente o governador Rocha Furtado, que disse não concordar absolutamente com aquela insinuação, uma vez que as negociações ainda estavam se processando e que à Convenção caberia, em última instância, decidir a parada da sucessão. Os partidários de Agenor Barbosa de Almeida voltaram com os rabos entre as pernas e, da janela de seu casarão, na hoje Avenida Antonino Freire, 1.371, Eurípides de Aguiar e seus mais chegados dobravam bonitas e gostosas gargalhadas.

Em entrevista concedida às 21 horas do dia 29 de maio, mas só publicada no dia 7 de junho de 1950, na primeira página do *Jornal do Comércio*, o deputado federal Helvécio Coelho Rodrigues, muito magoado, dizia que tinha sido ferido nas costas e que o seu eleitorado havia sido repartido.

Os Coelhos de outrora estão pintados de Pires. A intenção de prejudicar-me foi premeditada. Todos sabiam de minha candidatura. Ela não vem de agora. Em 1945, eu fui convidado pelo partido e recusei a escolha daquela época em favor de Rocha Furtado, ficando, já, o compromisso de minha candidatura à sua sucessão. O partido marchará dividido. Não recuarei. Irei para a luta com possibilidade de vencer. Sou candidato sem parentes. E neste ponto levo vantagens sobre muitos.

Na mesma edição, na primeira página, o *Jornal do Comércio* estampava:

Será feita, hoje, oficialmente, a indicação dos candidatos da UDN: embora tendo sido vetada pelo deputado Agenor Almeida, que, provavelmente, romperá com o partido. Em reunião do diretório estadual da UDN local, será indicada, hoje, oficialmente, a chapa governamental que está assim constituída: para governador, Eurípides de Aguiar; para vice-governador, Cândido de Athayde. A chapa udenista está, definitivamente, assentada e, segundo nos declarou um prócer daquele partido, não sofrerá mais nenhuma alteração, o que importa dizer: quem não se conformar, que fique de fora.

O senador Matias Olímpio de Melo lutou até o fim pela candidatura de Demerval Lobão, o que para ele já era questão de capricho. Não obtendo êxito, declarou que era acostumado a militar na oposição e que para ele era indiferente a luta que se vinha travando à sua revelia. Argumentou que, na eleição anterior, o então candidato Rocha Furtado fora apresentado por Eurípides de Aguiar sem que ele tivesse feito qualquer interferência.

O deputado federal Helvécio Coelho Rodrigues rompeu com o partido, tomou um avião e seguiu para a capital federal à procura de uma legenda com que pretendia disputar o páreo eleitoral.

O deputado estadual Agenor Barbosa de Almeida, em discurso na Assembleia Legislativa e depois em comício na Praça Rio Branco, anunciou o rompimento com o partido e passou a se apresentar como candidato suprapartidário. Porém, continuaria a apoiar o governador Rocha Furtado, que havia lhe garantido não promover qualquer perseguição aos seus companheiros de jornada, ou seja, não iria demitir nem remover os seus correligionários, e também não deixaria as fileiras da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, ao qual se comparava como candidato acima das injunções políticas. Por fim, declarou que a sua mágoa se voltava apenas para o senador Matias Olímpio de Melo porque, apesar de sempre lhe haver dispensado as maiores considerações, havia ele, como presidente da UDN, hostilizado a sua pessoa sem justa causa.

Agenor Barbosa de Almeida ainda tentou, diplomaticamente, negociar a sua permanência no partido. Pediu para ser o vice-governador, ter três vagas na Assembleia Legislativa e uma na Câmara dos Vereadores. Como tudo lhe foi negado, ingressa no PSP e disputa os cargos de deputado estadual e de governador do Estado, tendo como vice Agenor de Moraes Menezes, também do PSP.

Assim, com estas defecções de importantes líderes do seu partido, o velho líder Eurípides de Aguiar, 70 anos, já bastante adoentado, partiu para a luta. Os adversários, tão logo souberam de sua candidatura, passaram a atacá-lo. Numa edição de agosto de 1950, um redator do *Jornal do Piauí* se referia a ele como “caluniador da morte”, “um homem vil”, “indigno de ser indigno”. Atacar, de forma dura, os adversários políticos era comum naquele tempo.

Disputas internas do PSD

O PSD, também dividido, encontrou dificuldades para lançar candidato ao governo do Estado. Dizendo-se prestigiado pelo governo federal, o presidente do partido contava com vários nomes na disputa: Firmino Paz, Pedro Borges da Silva, Francisco Rêgo, Landri Sales, Epaminondas Castelo Branco, Correia Lima, Osvaldo da Costa e Silva, Sigefredo Pacheco e o deputado federal Raimundo de Arêa Leão. Todos apoiados pelos vários blocos partidários a que pertenciam ou estavam ligados por laços de estreito parentesco.

Na verdade, três grupos dominavam o partido: (1) o do ex-governador Leônidas de Castro Mello, com muita influência na política do Piauí; (2) o dos

Pacheco – os irmãos Cláudio e Sigefredo, e o cunhado Valdemar Leal; e (3) o dos Gayoso e Freitas. As forças equiparavam-se. E cada corrente queria candidatar um político das próprias hostes, para não fortalecer os demais correligionários.

O nome de Antônio Freitas foi sugerido. Leônidas de Castro Mello o recebeu bem, mas a sua preferência era pelo parnaibano Ranulpho Torres Raposo, comerciante ativo, que estava transmitindo à sua cidade, com o impulso dos seus negócios bem-sucedidos, um surto de progresso que se refletia em todos os setores da sociedade, mas lembrou-se de que, num de seus muitos momentos de apertos financeiros, o também comerciante Pedro Freitas, irmão de Antônio Freitas, o socorreu, emprestando-lhe dinheiro. Fixou-se no seu nome e defendeu que somente ele poderia unir o partido, que, contudo, insistia em não aceitar a indicação de seu nome.

No início de junho de 1950, era voz corrente na imprensa de Teresina a candidatura do deputado federal Raimundo de Arêa Leão ao governo do Estado, pelo PSD. No final do mês, o deputado Milton Brandão, o Dr. Valter Alencar, o vereador Álvaro Monteiro, a senhorita Izaura Monteiro, Raimundo Ney Baumann, presidente do subdiretório do PTB da Vila Operária e representante credenciado da executiva do PSD, usaram o microfone da *Rádio Difusora de Teresina* reiterando apoio à sua candidatura. Diziam que, se o PSD não aceitasse a indicação de seu nome, o deputado federal Raimundo de Arêa Leão deixaria o partido em busca de outro que o bancasse.

Neste momento entra em campo Hugo Napoleão do Rêgo, que envia longo telegrama ao cunhado Pedro Freitas apelando para que ele aceitasse a indicação, já que era o único nome que todos os grupos aceitavam e tinha real possibilidade de vencer. Inicialmente, Freitas reluta à indicação, alegando que a política iria lhe trazer inúmeros prejuízos econômicos e pessoais, mas, por fim, cede. O deputado Raimundo de Arêa Leão vem a público dizer que, para evitar desagregamento de forças, estava abrindo mão de sua candidatura para aceitar e abraçar, como todos os outros próceres do partido, o nome de Pedro Freitas, confirmado na Convenção realizada no dia 1º de julho, no Theatro 4 de Setembro, tendo como companheiro de chapa o deputado Milton Brandão.

Pedro Freitas logo comprou um jipe e, sem descanso, enfrentou muitos quilômetros de estradas carroçáveis. Gastou seiscentos e tantos contos na campanha, conforme declaração à Justiça Eleitoral.

Comerciante de grande influência econômica e política no Estado, Pedro Freitas residia em Teresina desde 1937, quando veio dirigir uma filial de sua empresa. Não tinha arestas com ninguém e pertencia a um dos grupos mais fortes – o dos Gayosos e Freitas. Fora presidente da Câmara de José de Freitas em várias legislaturas. Carregava na bagagem, ainda, a presidência da Associação Comercial Piauiense (1944 a 1945) e a participação, em 1946, no Conselho Administrativo do Estado, colegiado que presidiu, como também presidiu o *Clube dos Diários* e o *Rotary Club*.

Vitória de Pedro Freitas



Pedro Freitas

O resultado das urnas foi o seguinte: governador: Pedro Freitas – PSD, 74.768 votos; Eurípides de Aguiar – UDN, 73.429; Agenor Almeida, – PSP, 10.272. Vice-governador: Tertuliano Milton Brandão – PSD, 80.745 votos, Cândido de Almeida Athayde – UDN, 74.389; Agenor de Moraes Menezes – PSP, 278. A maioria de 1.330 votos não garantiu a vitória de Pedro Freitas sem contes-

tação. Acusações de fraude foram feitas por integrantes do grupo de Eurípides de Aguiar. Falaram em urnas achadas boiando nos rios Parnaíba e Poti.

Um membro da família Gayoso e Almendra, que não quis se identificar, contou que, “logo após o fechamento das urnas, o desembargador Adalberto Cícero Correia Lima tomou um carro de praça e dirigiu-se para Barras, onde se encontrava Leônidas Mello. Ao chegar lá, disse: ‘O Euripão ganhou a eleição, mas aqui, com este Mapa Eleitoral, podemos dar um jeito de virar o jogo. O que eu faço?’ Leônidas Mello respondeu: ‘Faça o que for preciso, mas derrote este homem. Agora, antes de retornar a Teresina, passe em José de Freitas e veja o que diz Hugo Napoleão’. Este, consultado, foi categórico: ‘Tome as eleições’. Ele queria retornar a Teresina no mesmo carro com o desembargador Adalberto Cícero Correia Lima, mas este observou que seria dia claro quando entrassem na cidade e que não ficaria bem os dois serem vistos juntos naquele momento. Assim, o elegante Hugo Napoleão, todo de terno, veio para Teresina na boleia de um caminhão da Casa Almendra, do sogro José de Freitas. De Teresina, Hugo Napoleão foi ao Rio de Janeiro conversar com Getúlio Vargas, que tinha sido eleito, mas não havia tomado posse. Este, após ouvi-lo, pediu que fosse falar com Amaral Peixoto, que era seu genro e tinha acesso aos Tribunais de Justiça. Não deu outra: Pedro Freitas foi empossado governador do Piauí. Agora, uma coisa que nunca existiu foi essa história de dizer que várias urnas foram encontradas boiando nos Rios Parnaíba e Poti e que, ao serem abertas, traziam votos que dariam maioria para Eurípides de Aguiar. Não, não houve isso! A fraude foi feita na ponta do lápis. Foi o mapismo mesmo que prevaleceu. Interessante que, em 1916, na eleição contra o desembargador Antônio Costa, apoiado por Miguel Rosa, a família Freitas apoiou Eurípides de Aguiar, que foi o vencedor. Agora, Pedro Freitas, genro do desembargador Antônio José da Costa, derrotava Eurípides de Aguiar”.

Eurípides de Aguiar ainda quis ajuizar ação para recontagem de voto. Procurou os correligionários, mas os deputados eleitos pela UDN, temendo perder os mandatos já conquistados, fizeram corpo mole e o deixaram na mão.

Não havia para onde recorrer. A situação política e jurídica do Estado era desfavorável a Eurípides de Aguiar. Compunham o Tribunal de Justiça: Adalberto Correia Lima⁵, presidente da Corte e seu pior inimigo; Eurípides de Castro Mello, irmão de Leônidas de Castro Mello; João José Pereira da Silva⁶, além de amigo íntimo de Leônidas de Castro Mello, a quem devia seu ingresso no Tribunal, era pai de Agnelo Nogueira Pereira da Silva, secretário do Tribunal

⁵ Adalberto Correia Lima era sogro de Francisco Pires Gayoso e Almendra (ex-presidente do Conselho Administrativo do Estado), que era irmão de Jacob Manoel Gayoso e Almendra (ex-chefe de Polícia, de 1924 a 1926; ex-presidente da Assembleia Legislativa em 1935) e do major João Henrique Gayoso e Almendra, comandante da Guarnição Federal do Piauí. Pedro Freitas era cunhado de Francisco, Jacob e de João Henrique, pois casou-se, em primeiras núpcias, com a irmã deles, Carolina Pires Gayoso Almendra Freitas.

⁶ João José Pereira da Silva ingressou no Tribunal em virtude da aposentadoria violenta dos desembargadores Esmaragdo de Freitas e Sousa, José de Arimathéa Tito e Simplício de Sousa Mendes, em 27 de novembro de 1936.

e noivo da filha do coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra; Manoel Castelo Branco, o Mano Castelo Branco, casado com Lina Leonor (Linoca), irmã de Francisco, Jacob Manoel e João Henrique Pires Gayoso e Almendra, e irmão do deputado pessedista Epaminondas Castelo Branco, ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado; Odorico Jaime de Albuquerque Rosa, juiz de Direito em Altos (1920 a 1930), União, Floriano, Parnaíba (1935) e Teresina, que, como desembargador, votou como relator pela concessão do *Habeas Corpus* requerido em benefício de José Cândido Ferraz⁷, preso sob acusação de mandante de incêndio em casas de palha de Teresina, e seu voto prevaleceu; Flávio José Furtado de Mendonça, magistrado de carreira, procurador-geral do Estado (substituto) e deputado provincial.

Integravam o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí os seguintes juizes: desembargador Adalberto Correia Lima (vice-presidente); desembargador Eurípedes de Castro Mello; o juiz Cláudio Pacheco, irmão do deputado federal Sigefredo Pacheco, este último membro da Comissão Executiva Estadual do PSD; o juiz Milcíades Lopes; o desembargador Odorico Jaime de Albuquerque Rosa e o juiz João Martins de Moraes.

O juiz José de Sales Lopes, afastado por ser considerado incompatível com a função, era amigo íntimo de Leônidas Mello, a quem deveu o seu retorno à magistratura, e inimigo capital de Eurípedes de Aguiar, contra quem movia processo por delito de imprensa.

O juiz Milcíades Lopes era inimigo capital de Eurípedes de Aguiar e de Demerval Lobão Vêras, este último secretário-geral da UDN em exercício e diretor geral do Departamento da Fazenda. O juiz Milcíades Lopes tornou-se um dos mais exaltados adversários do governador Rocha Furtado. Aposentado por haver ultrapassado a idade legal, insurgiu-se contra a aposentadoria, que conseguiu anular mediante mandado de segurança, com falsa documentação, fácil e ostensivamente acolhida pelo Tribunal de Justiça.

Pedro Freitas assumiu o governo, ao lado do vice Tertuliano Milton Brandão, no dia 31 de janeiro de 1951.

Eleição para a prefeitura de Teresina

João Mendes Olímpio de Melo⁸, pela legenda da UDN, ganhou, em pleito bastante acirrado, a eleição para a Prefeitura de Teresina, concorrendo com o

⁷ José Cândido Ferraz foi preso por ordem do juiz Pedro Conde, durante o governo de Leônidas Mello (1935-1945). Na época, o comandante de Polícia Militar era o linha dura Evilásio Gonçalves Vilanova.

⁸ Filho de Matias Olímpio de Melo e Maria José Mendes de Melo, João Mendes Olímpio de Melo nasceu a 16 de dezembro de 1917, em Tarauacá, no Acre, quando seu pai era juiz de direito no estado. Era engenheiro agrônomo formado pela Escola de Agronomia da Bahia, em 1937, com especializações na *Arizona State University*, em Tucson, e no *College of Agriculture*, em Ames, no Estado de Iowa. Em 1949, concluiu o curso de Zootecnia da Universidade Rural do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Chegou a exercer a presidência da Federação Nacional dos Engenheiros

industrial José Camilo da Silveira, do PSD. Ficou no poder de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955. Durante seu mandato, ocorreu o centenário da fundação de Teresina (1852 – 1952) e, como prefeito, foi, em companhia do pai, o então senador Matias Olímpio de Melo, ao presidente Getúlio Vargas em busca de recursos para a festa da cidade. O Dr. Matias Olímpio de Melo foi juiz de Direito no Acre, governador do Piauí entre 1924 e 1928, e senador pela UDN em 1947 e 1954.

O presidente mandou dar ao Dr. Matias Olímpio de Melo, a fundo perdido, 5 milhões de cruzeiros. João Mendes Olímpio de Melo nomeou, então, uma comissão de notáveis para decidir como empregar o valor. Após as festividades, como ainda havia sobrado dinheiro, ele sugeriu à comissão que a quantia fosse doada ao Dr. Clidenor de Freitas Santos para ajudar na construção do Meduna, hospital psiquiátrico que funcionou até 2010.

Piauí: resultado do pleito de 1950

Governador	
Candidatos	Votos
Pedro de Almendra Freitas (PSD) – eleito	74.768
Eurípides Clementino de Aguiar (UDN)	73.429
Agenor Barbosa de Almeida (PSP)	10.272
Vice-governador	
Candidatos	Votos
Tertuliano Milton Brandão (PSD) – eleito	80.745
Cândido de Almeida Athayde (UDN)	74.389
Agenor de Moraes Menezes (PSP)	278 votos
Senador	
Raimundo Melo de Arêa Leão (PSD) – eleito	78.039 votos
Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves (UDN)	76.729 votos
Suplente de senador	
Waldemar de Moura Santos (PSD)	77.932 votos
Celso Eulálio (UDN)	75.806 votos

Agrônomo. Foi assessor do Ministério da Agricultura e depois secretário de Agricultura, secretário de Educação e secretário de Saúde no governo de Jacob Manoel Gayoso e Almendra. Foi senador, em decorrência de licença do titular, seu pai; foi deputado federal, eleito, em 1962, pelo PTB, tendo migrado para o MDB após a instauração do Regime Militar de 1964. Em 1969, após a cassação de Chagas Rodrigues, João Mendes Olímpio de Melo, como primeiro suplente, assumiu o mandato de deputado federal. João Mendes Olímpio de Melo foi casado com Mariza Olímpio de Melo, com quem teve Guilherme Melo, deputado estadual em 1986, vice-governador em 1990 e governador do Piauí em 1994, após a renúncia do titular Freitas Neto, que saiu para disputar vaga no Senado, pelo PFL. Faleceu, em Teresina, em 1º de agosto de 1979.

Deputados federais eleitos – UDN (4)	
José Cândido Ferraz	16.262 votos
Demerval Lobão Vêras	13.104 votos
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	11.120 votos
Antônio Maria de Rezende Correia	9.265 votos
Suplentes de deputados federais – UDN (4)	
Joaquim Lustosa Sobrinho	8.576 votos
Adelmar Soares da Rocha	7.361 votos
Francisco Alves Cavalcanti	5.821 votos
Simplicio de Sousa Mendes	2.111 votos
Deputados federais eleitos – PSD (5)	
Leônidas de Castro Mello	17.656 votos
José Vitorino Correia	15.959 votos
Sigefredo Pacheco	15.066 votos
Antônio de Pádua Martins Brito	1.708 votos
Antônio Bugija de Sousa Brito	615 votos
Suplentes de deputados federais – PSD (3)	
Mirócles de Campos Vêra	7.868 votos
Sebastião Martins de Araújo Costa	5.358 votos
Francisco Pires de Gayoso e Almendra	4.886 votos
Deputados estaduais eleitos – UDN (15)	
Alberto Tavares Silva	3.317 votos
Milton de Aguiar	3.214 votos
José Ribamar de Castro Lima	3.203 votos
João Ribeiro de Carvalho	3.020 votos
Mário José de Andrade	2.893 votos
Joaquim Gomes Calado	2.864 votos
Alberto Bessa Luz	2.753 votos
Francisco Ferreira de Castro	2.589 votos
Raimundo Vaz da Costa Neto	2.542 votos
Manoel Nogueira Lima	2.530 votos
Gumercindo P. Saraiva Ribeiro	2.447 votos
Antenor Martins Neiva	2.411 votos
Wenceslau de Sampaio	2.364 votos
Ezequias Gonçalves Costa	2.336 votos
Orlando Barbosa de Carvalho	2.200 votos
Suplentes de deputados estaduais – UDN (5)	
Hélio das Chagas Leitão	2.086 votos
Clovis Lopes dos Reis	2.006 votos
Petrônio Portella Nunes	1.993 votos

José Severiano da Costa Andrade	1.954 votos
Heitor de Albuquerque Cavalcanti	1.954 votos
Deputados estaduais eleitos – PSD (14)	
Constantino Pereira dos Santos	3.666 votos
Edison Dias Ferreira	3.605 votos
Edgar Nogueira	3.244 votos
Antônio dos Santos Rocha	2.616 votos
Antônio Félix de Carvalho	2.591 votos
Adalberto de Moura Santos	2.582 votos
Octávio Miranda	2.547 votos
Alcides Martins Nunes	2.432 votos
Caio Coelho Damasceno	2.233 votos
Epaminondas Castelo Branco	2.225 votos
João Clímaco D’Almeida	2.213 votos
Augusto Rocha Neto	2.144 votos
Waldemar Ramos Leal	2.090 votos
Clóvis Melo	2.056 votos
Suplentes de deputados estaduais – PSD (5)	
Alberto de Moura Monteiro	2.020 votos
Miguel de Arêa Leão	2.004 votos
Augusto Nogueira Paranaguá	1.917 votos
José Pires Gayoso de Almendra Freitas	1.856 votos
Francisco Ayres Cavalcante	1.844 votos
Deputados estaduais eleitos – PTB (2)	
Darcy Fontenele de Araújo	4.762 votos
Inácio Soares da Silva	1.313 votos
Suplentes de deputados estaduais – PTB (5)	
Antônio Tito Castelo Branco	1.163 votos
Themístocles de Sampaio Pereira	835 votos
Manoel Sobral Neto	806 votos
Antônio da Costa Carvalho	524 votos
Benedito Alves da Luz	493 votos
Deputado estadual eleito – PSP (1)	
Agenor Barbosa de Almeida	1.975 votos
Suplentes de deputados estaduais – PSP (5)	
Alfredo Alberto Leal Nunes	1.324 votos
Leto Leitão Ferreira	1.006 votos
Clemente Pires Ferreira Neto	920 votos
Osório Barbosa Batista	351 votos
José de Araújo Mendonça	161 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Chagas Rodrigues, deputado federal



Chagas Rodrigues

A prática da política estudantil desde o Ginásio Parnaibano, em sua cidade natal, e, mais tarde, nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, o cultivo de ideais éticos e humanistas, a vontade de trabalhar pelo desenvolvimento do seu Estado a fim de melhorar a vida do seu povo, levavam cada vez mais Chagas Rodrigues a pensar em se lançar candidato.

Na Constituinte convocada em 1946, quase deu o primeiro passo, mas estava deixando a Faculdade de Direito de São Paulo e, em vias de casamento com a noiva, Maria do Carmo; era preciso, primeiro, organizar a vida.

Consolidado o casamento, a 6 de janeiro de 1948, e já estabelecido no Escritório Brasileiro de Advocacia – EBA, na Avenida Graça Aranha, no centro do Rio de Janeiro, no qual trabalhava, entre outros sócios, com Aldir Guimarães Passarinho – piauiense, futuro ministro do Supremo Tribunal Federal de 1972 a 1991-, Israel Correia – parnaibano, filho de Consuelo e Constantino Correia -, Hélio Bello Cavalcanti, recebeu convite da direção da UDN para candidatar-se à Câmara dos Deputados. Era tudo o que queria e, agora, podia realizar sua verdadeira vocação.

Sentindo-se um vocacionado, Chagas Rodrigues procurou, na medida do possível, fazer da vida pública um sacerdócio, com todas as suas chagas, mas também com toda a sua fé, esperança e amor, como nos fala o apóstolo Paulo de Tarso.

Chagas Rodrigues dizia sempre que o político pode ser levado à política por vários motivos. No seu caso, o ingresso se deu por gostar da vida pública, querer defender os interesses nacionais e os interesses do povo, das camadas mais necessitadas, diferentemente dos que vão para a política em busca de ter poder. E mais diferente ainda daqueles que entram na política para conquistar fortuna.

Em entrevista concedida a João Cláudio Moreno no programa “EntreNomes”, da *TV Cidade Verde*, em novembro de 2002, Chagas Rodrigues declarou que, quando entrou na política partidária, aos 28 anos de idade, rompeu duas tradições: diferentemente do que acontecia desde o Império, começou candidato a deputado federal, e não candidato a deputado estadual ou a prefeito; e foi o primeiro parnaibano a se eleger deputado federal.

Chagas Rodrigues candidata-se, tendo, entre outras bandeiras, a construção da Barragem da Boa Esperança e a do Porto de Luiz Correia, sonho de muitos anos ainda hoje acalentado pelos piauienses.

Getúlio Vargas, em campanha, esteve em Parnaíba, em 13 de agosto de 1950, tendo se hospedado na casa do prefeito João Orlando. Nessa ocasião, foi pressionado por Chagas Rodrigues e por outros parnaibanos a tomar uma atitude com relação ao Porto de Luiz Correia. Já presidente da República, Vargas cumpriu a promessa: mandou, em 1953, tocar as obras.

Eleito deputado federal, com mandato de 1951 a 1955, e disposto a se dedicar totalmente à política, Chagas Rodrigues deixou o escritório de advocacia. A esposa Maria do Carmo o apoiou na decisão e organizou sua vida de maneira a acompanhar o marido em todos os seus passos, dando a ele todo o suporte necessário para que nada o afastasse de seu ideal.

Foi durante esse primeiro mandato de Chagas Rodrigues como deputado que ocorreu um triste episódio⁹ em Parnaíba, envolvendo a empresa de José de Moraes Correia, pai de dona Maria do Carmo, esposa de Chagas Rodrigues.

⁹Relato detalhado dos fatos no anexo 2, “Um triste episódio: Moraes Correia *versus* Casa Inglesa”.

Homem obstinado, de convicção, não fazia concessão para obter vantagens ou mesmo se safar de situações difíceis. Sem perder a compostura e sem agressividade gratuita, defendia suas ideias com unhas e dentes. Tal atitude carrou para si o respeito dos amigos e mesmo dos adversários, que o tinham como opositor leal, daqueles que combatem o bom combate.

Em sua atuação parlamentar, Chagas Rodrigues logo se destacou na defesa dos Direitos Humanos, da Democracia e da Justiça Social, a tônica de suas lutas pela vida inteira.

Eleições de 3 de outubro de 1954

Rompimento com a UDN e ingresso no PTB

No início de 1953, o senador Matias Olímpio de Melo deixou a União Democrática Nacional – UDN, porque a discordância com Eurípides de Aguiar chegara ao ponto máximo. O filho, João Mendes Olímpio de Melo, Demerval Lobão, Chagas Rodrigues, Clidenor de Freitas Santos, José de Ribamar Castro Lima, Joaquim Gomes Calado, João Ribeiro de Carvalho (João Pinga) e outras lideranças estaduais o acompanharam. No dia 2 de março de 1953, por ironia do destino, Eurípides de Aguiar falece em Teresina. Todos eles passaram um ano sem partido, até que, em 1954, o senador Matias Olímpio de Melo recebeu convite do presidente Getúlio Vargas para liderar, no Piauí, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB¹⁰, que desde 1945 estava sob o comando de Dr. João Emílio Falcão Costa. Aceitou e levou os correligionários com ele. A saída do senador Matias Olímpio de Melo, então presidente da UDN, se deu em 1953. Além dos nomes já citados, acompanharam-no, entre outros, o filho, João Mendes Olímpio de Melo, prefeito de Teresina; José Ribamar de Castro Lima, ex-prefeito de Teresina (13/6/1948 a 31/1/1951); Manoel Nogueira Lima, representante de Pedro II; Joaquim Gomes Calado, liderança de São Pedro do Piauí; João Ribeiro de Carvalho (João Pinga), liderança de Amarante; coronel Mundico Castro, um dos mais acatados e prestigiados chefes políticos de Floriano; os Pereira e os Paulo, de São João do Piauí; os Eulálio, de Picos; e, também, o deputado federal Chagas Rodrigues, liderança da Parnaíba. Ficaram sem partido durante mais de um ano. Depois, seduzidos por João Goulart, entraram no PTB.

Chaib (2003, p. 84-90), no capítulo “As tramas do destino”, do livro *Bon Marché*, revela os pormenores do rompimento do presidente da UDN, senador Matias Olímpio, com o partido e seu ingresso no PTB.

Getúlio Vargas assumiu a presidência em 1951 e governou até o fatídico dia de 24 de agosto de 1954, quando se suicidou, deixando a carta-testamento, que mudou, completamente, os rumos da política nacional.

Jango, como ministro do Trabalho de Getúlio, procurou fortalecer o PTB, consolidando a sua sustentação política, como presidente do terceiro maior partido do Brasil.

O senador Matias Olímpio rompeu com a UDN de Petrônio Portella e de Zé Cândido Ferraz e foi imediatamente aliciado pelo Jango para ingressar no PTB, dominante na política nacional.

¹⁰ Sobre a atuação do PTB no Piauí e o papel de Chagas Rodrigues no partido, ver, no anexo 3, a série de cinco artigos intitulados “PTB: de Chagas a João Vicente”, publicados pelo jornalista Deoclécio Dantas no jornal *Diário do Povo*.

Surgiu, então, um impasse. O senador só aceitaria ingressar no PTB se fosse para assumir a sua presidência no Piauí, já que, como senador, tinha forte densidade eleitoral, com grande contingente de prefeitos e vereadores que o seguiam na política e que, por certo, iriam fortalecer as hostes do PTB.

Mas o Dr. João Emílio recusava renunciar à presidência, mesmo com a promessa de Jango de lançá-lo deputado federal, custeando-lhe as despesas do pleito.

Nós procurávamos convencer o Dr. João Emílio a renunciar e ganhar uma cadeira na Câmara Federal, que era sem dúvida muito mais vantajoso para ele, já que tinha pretensão de mudar-se para o Rio, onde comprara um apartamento na Rua Barata Ribeiro, esquina com a República do Peru. Ele, porém, não admitia renúncia. Jango, então, resolveu vir a Teresina para resolver o impasse.

Marcou uma reunião na minha casa, onde deveriam comparecer o Dr. Demerval Lobão, o Dr. Clidenor de Freitas Santos e João Mendes Olímpio de Melo, como representantes do senador Matias Olímpio, e a nossa Executiva. O Dr. João Emílio não compareceu, deixando a cargo de seus representantes decidirem.

Depois de muita conversa sobre a política nacional, resolvemos concordar com a presidência para o senador Matias, porque seria uma incoerência rejeitar um político de tradição, com um passado exemplar, ex-governador do Estado, de reconhecida experiência e indiscutível respeitabilidade nacional. Essa decisão levou o Dr. João Emílio a afastar-se do partido e viajar para o Rio, pois já estava com a saúde abalada por pertinaz doença.

Ficamos conversando um bom papo, regado a uísque, quando o Jango virou-se para a minha esposa, Teresinha, e falou: – D. Teresinha, vou lhe dar um presente. Vou fazer de seu marido, o Jorge, meu amigo, a quem quero muito bem, deputado federal.

– Deus me livre – respondeu ela. Se ele for candidato, a minha casa vai encher-se de vagabundos e forasteiros, cuspiendo e sujando tudo, como eu vejo na casa dos candidatos, aqui em Teresina.

– Mas, dona Teresinha, é só abrir um escritório eleitoral, onde seus eleitores serão recebidos e não receber ninguém em sua casa. Quem chegar, mande se dirigir ao escritório. E deixe um coordenador da campanha.

– Olha, Jango, eu não tenho dinheiro para gastar em eleições, ainda arriscando a não ser eleito. Não entendo de política e não quero entender.

Eu fiquei calado. Conhecendo como conheço minha mulher, a minha interferência só iria piorar o diálogo. Mesmo porque eu não estava interessado no assunto.

– Olha, dona Teresinha, eu vou fazer o seu marido deputado federal. A senhora não vai gastar nem um tostão. Todas as despesas da campanha serão pagas por mim. Além disso, vou negociar com o senador Matias Olímpio apoio à candidatura dele. O Dr. João Mendes, filho do senador, aqui presente, assegurou em nome de seu pai que daria ao seu diletto amigo Jorge alguns colégios eleitorais suficientes para garantir-lhe a eleição.

Agora, sim, fiquei preocupado. Lá vou eu sair deputado federal, mudar para o Rio e seguir outro rumo de vida.

A insistência de Jango e agora com o apoio do senador e a garantia das despesas custeadas pelo presidente do Partido Nacional do PTB, estaria assegurada a vitória.

- Não, não e não, Jango. Desculpe-me, mas não desejo fazer carreira política com meu marido. Se ele quiser, que vá só. Eu fico aqui na minha casa.

Aí eu interferi: - Não Jango, não leve a mal essa reação da Teresinha. É que ela já está com a vida assentada aqui e não quer mudar. Você sabe, as mulheres são mais conservadoras e temem as mudanças, as aventuras. Nós, homens, somos mais aventureiros e gostamos do desconhecido. Por favor, não tome como grosseria, mas receio de que eu aceite o seu generoso oferecimento. Sou-lhe muito agradecido por esse gesto de grandeza moral e sincera amizade.

Mal eu acabara de declinar do oferecimento de Jango, Clidenor de Freitas Santos, que estava sentado ao meu lado, falou-me ao ouvido:

- Jorge, lance a minha candidatura a deputado federal. Diga ao Jango que você preferiria que eu fosse deputado federal, como seu amigo.

Eu, querendo me sair dessa, atendi o pedido do Dr. Clidenor e falei:

- Jango, eu cedo o meu lugar para o Dr. Clidenor, meu amigo e médico competente que, lhe asseguro, honrará o mandato. É deveras divertido.

Não pensei que tivesse a menor repercussão o meu pedido. Qual, porém, não foi minha surpresa. Jango concordou e lançou o Dr. Clidenor para deputado federal, nas eleições seguintes. E ele foi eleito. Só que o destino lhe reservara outra surpresa. Clidenor fora nomeado presidente do IPASE e, com a queda do Jango pelo golpe militar de 1964, foi cassado e refugiou-se no exterior. Teria sido este o meu destino, se tivesse aceitado o mandato?

O senador Matias Olímpio assumiu a presidência do PTB e recebeu todo o prestígio federal. Obteve a nomeação de seu parente, Humberto Arêa Leão, para procurador do IAPC, e de Dr. Demerval Lobão para delegado do IAPI. Eu fiquei satisfeito com a presença do Demerval no IAPI. Ele era meu amigo e eu era o chefe da Procuradoria do IAPI, em Teresina. Assim, passamos a trabalhar juntos. Alugamos a casa do engenheiro Dr. Cícero Martins, na Avenida Frei Serafim, e para lá nos mudamos.

A seu pedido, fui designado substituto automático do delegado, nas suas ausências ou impedimentos.

Em novembro de 2002, em entrevista a João Cláudio Moreno no programa "EntreNomes", da *TV Cidade Verde*, Chagas Rodrigues dá a sua explicação para essa adesão ao PTB:

Nós éramos da UDN porque a UDN se formou para lutar pela restauração da democracia. Restaurada a democracia, então os partidos tinham que ter as suas tendências. Matias Olímpio era um homem da esquerda, Demerval Lobão também, eu. Nós não podíamos continuar num partido onde a metade era a favor da reforma agrária e a metade era contra. Então a UDN

cumprira a sua missão e tínhamos que procurar um partido de esquerda. Nós não podíamos ir para o Partido Comunista porque ainda tinha muita influência stalinista. O Socialismo espantava muita gente. Então, o senador Matias e os outros companheiros acharam que devíamos ir para o Partido Trabalhista, tendo em vista que o Partido Trabalhista, através de Getúlio, fora o responsável pela implantação da legislação trabalhista de Getúlio no Brasil. Eu até ponderei: mas como? Eu era contra a ditadura de Vargas o tempo todo. 'Não, você foi contra a ditadura. Getúlio Vargas, hoje presidente constitucional, está nos convidando. Todos os partidos estão nos convidando, e Getúlio passa. O trabalhismo continua na Inglaterra. A social-democracia continua, na Alemanha.' Então, fui com ele, e com Demerval Lobão, para o Partido Trabalhista.

A UDN havia perdido um de seus principais líderes no Piauí, o ex-prefeito de Floriano, ex-governador, ex-deputado federal e ex-senador, Eurípides de Aguiar, falecido a 2 de março de 1953.

O PSD também enfrentava problemas. Na sessão de 15 de julho de 1954, o deputado Alberto Monteiro comunicou à Mesa da Assembleia Legislativa, por meio de ofício, a sua desfiliação do PSD para se filiar ao PSP – Partido Social Progressista – e declarou que a mesma atitude fora tomada pelo vice-governador e presidente da Casa, Milton Brandão. Por último, exibiu documentos fornecidos pelo PSP para organizar diretórios do partido no Sul do Estado. Milton Brandão, ao usar a tribuna para comunicar a adesão ao PSP, declarou:

Neste momento não é possível esquecer que fui um dos fundadores do PSD, ao qual servi com lealdade e dedicação. Todavia, após a vitória de 3 de outubro e a posse do sr. Pedro Freitas, o Poder Legislativo, representado na minha pessoa, começou a sentir os efeitos da hostilidade do governo estadual, eleito em memorável pleito em que dei todo o meu esforço, todo o meu trabalho, sem medir sacrifícios. A minha vitória foi a vitória do próprio povo. Dispensando a modéstia, obtive naquela eleição uma votação bem superior à de todos os candidatos a cargos majoritários, principalmente à do meu companheiro de chapa, S. Exa., o sr. Governador Pedro Freitas. Talvez essa circunstância tenha sido a causa do ostracismo que me foi dado enfrentar posteriormente.

Os dois foram saudados pelo deputado Agenor Barbosa de Almeida (PSP), que manifestou satisfação pelas adesões de duas ilustres figuras.

Na disputa majoritária, a *Aliança Democrática* Progressista (UDN/PSP/PL) apresentou como candidato a governador o deputado estadual Joaquim Lustosa Sobrinho (UDN – 1947-1951), natural de Gilbués; a vice-governador o médico Antônio Chrysippo de Aguiar (UDN), e ao Senado Ademar Soares da Rocha (UDN) e Joaquim de Lima Pires Ferreira (UDN), que estava concluindo mandato e com quase 90 anos de idade. A Coligação Democrática Trabalhista (PSD/PTB) apresentou como candidato a governador o coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra (PDS); a vice-governador Francisco Ferreira de Castro (PTB), do Sul do Estado; e ao Senado Matias Olímpio de Melo (PTB), que tentava a reeleição, e Leônidas de Castro Mello (PSD), à época deputado federal.

Resultados gerais das eleições de 1954

Dos governos estaduais, a UDN fez apenas 6 governadores: 1) Ceará, com Paulo Sarasate Ferreira Lopes (vice, Flávio Portela Marcílio); 2) Paraíba, com Flávio Ribeiro (vice, Pedro Gondim); 3) Paraná, com Moisés Lupion; 4) Rio Grande do Norte, com Dinarte de Medeiros Mariz (vice, José Augusto Varella); 5) Santa Catarina, com Jorge Lacerda (vice, Heriberto Hulse) e 6) Sergipe, com Leandro Maynard Maciel (vice, José Machado de Sousa).

Os demais governos ficaram assim distribuídos: Alagoas, com Sebastião Marinho Muniz Falcão, PSP (vice, Sizenando Nabuco de Melo); Amazonas, com Plínio Coelho, PTB; Bahia, com Antônio Balbino de Carvalho Filho, PTB; Espírito Santo, com Francisco Lacerda de Aguiar, PTB (vice, Adwalter Ribeiro Soares); Goiás, com José Ludovico de Almeida, PSD (vice, Bernardo Sayão Carvalho de Araújo); Maranhão, com José de Matos Carvalho, PSD; Mato Grosso, com João Ponce de Arruda, PSD (vice, Henrique José Vieira Neto); Minas Gerais, com José Francisco Bias Fortes, PSD (vice, Arthur Bernardes Filho); Pará, com Magalhães Barata, PSD (vice, Moura Carvalho); Pernambuco, com Osvaldo Cordeiro de Farias, PSD (vice, Otávio Araújo); Piauí, com Jacob Manoel Gayoso e Almendra, PSD (vice, Francisco Ferreira de Castro, PTB); Rio de Janeiro, com Miguel Couto Filho, PTB (vice, Roberto Teixeira da Silveira); Rio Grande do Sul, com Ildo Meneghetti, PSD, e São Paulo, com Jânio da Silva Quadros (vice, José Porfírio da Paz).

No Senado, o PSD ficou com 20 cadeiras, a UDN com 11, o PTB com 7, o PSP com 3, e o PTN com 1, no total de 42 parlamentares.

No Piauí, Leônidas de Castro Mello foi o mais bem votado para o Senado: obteve 97.612 votos para mandato de janeiro de 1955 a janeiro de 1963. José Mendonça Clark recebeu 95.674 votos. Como não dispunha de recursos suficientes para a sua campanha, Leônidas Mello propôs ao empresário parnaibano da tradicional Casa Inglesa, José de Mendonça Clark, residente no Rio, fazê-lo seu suplente, comprometendo-se a dar-lhe anualmente três meses de exercício. “José de Mendonça Clark aceitou e contribuiu com cem contos de réis, que foram distribuídos por dez municípios, cujas cotas foram entregues, pessoalmente, por ele próprio aos respectivos chefes municipais” (MELLO, 1976, p. 441). José de Moraes Correia, da tradicional casa Moraes, inimigo pessoal de José de Mendonça Clark, usou sua fortuna e influência para derrotá-los, sem êxito.

A “precariedade” da saúde de Leônidas Mello favoreceu o suplente José de Mendonça Clark. Segundo Mello (1976, p. 441), “muitas vezes eu era forçado a dar-lhe quatro, cinco e até seis meses de exercício. Ele, aliás, era um homem inteligente, viajado, bom piauiense, e sua presença no Senado foi proveitosa ao Estado”. O senador integrou as Comissões de Saúde Pública e de Economia do Senado.

Matias Olímpio de Melo, reeleito para o Senado (janeiro de 1955 a janeiro de 1963) pela coligação PTB/PSD, exerceu os cargos de suplente da Comissão Diretora do Senado (1958-1959), quarto-secretário (1961) e novamente su-

plente (1962). O suplente de Matias Olímpio de Melo era o filho, João Mendes Olímpio de Melo (prefeito de Teresina, de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955), que substituiu o pai em três oportunidades: de fevereiro a setembro de 1957; de março a setembro de 1959, e de junho a setembro de 1961. Foi membro das Comissões de Serviço Público e de Finanças. Tendo concluído o mandato aos oitenta anos de idade, Matias Olímpio de Melo não mais se candidatou.

Na Câmara dos Deputados, o PSD ficou com 114 cadeiras, a UDN com 74, o PTB com 56, o PSP com 32, o PR com 19, o PL com 8, o PTN com 6, outros partidos com 11, no total de 320 parlamentares.

Pelo Piauí, foram eleitos pelo PSD/PTB: Sigefredo Pacheco, que renovava mandato; Hugo Napoleão do Rêgo, que já havia exercido os mandatos de deputado estadual (1922 a 1928) e de deputado federal (1928 a 1930 e 1933 a 1934); Chagas Rodrigues e José Vitorino Correia, que renovavam mandato. Pela UDN/PSP/PL: José Cândido Ferraz, que renovava mandato, Marcos Parente e Tertuliano Milton Brandão, ambos em seus primeiros mandatos.

Na Assembleia Legislativa, o PTB cresceu e a UDN declinou.

Na prefeitura de Teresina, o pesepista Agenor Barbosa de Almeida, apoiado pela UDN, derrotou o petebista Clidenor de Freitas Santos, lançado candidato sob as bênçãos do PSD e com o apoio do prefeito João Mendes Olímpio de Melo. Em Parnaíba, o segundo maior colégio eleitoral do Estado, Alberto Silva, que já havia exercido o cargo em 1948, derrotou o empresário José Alexandre Caldas Rodrigues, irmão de Chagas Rodrigues.

Piauí: resultado das eleições de 1954

Governador	
Gayoso e Almendra (PSD) – eleito	101.689
Joaquim Lustosa Sobrinho (UDN)	76.119
Vice-governador	
Francisco Ferreira de Castro (PTB) – eleito	99.016
Antônio Chrysippo de Aguiar (UDN)	75.456
Senadores	
Leônidas de Castro Mello (PSD) – eleito	97.612 votos
Matias Olímpio de Melo (PTB) – eleito	87.488 votos
Aldemar Soares da Rocha (UDN)	72.345 votos
Joaquim Pires Ferreira (UDN)	67.358 votos
Suplentes de senadores	
José de Mendonça Clark (PSD/PTB)	95.674 votos

João Mendes Olímpio de Melo (PTB)	87.488 votos
Valter Alencar (UDN/PSP/PL)	30.284 votos
Manoel Nogueira Lima (UDN/PSP/PL)	29.246 votos
Deputados federais eleitos – PSD/PTB (4)	
Sigefredo Pacheco (PSD)	22.696 votos
Hugo Napoleão do Rêgo (PSD)	20.538 votos
Chagas Rodrigues (PTB)	20.206 votos
José Vitorino Correia (PSD)	16.444 votos
Suplentes de deputados federais – PSD/PTB (3)	
João de Moura Santos	10.605 votos
Mirócles de Campos Vêras (PSD)	9.457 votos
Demerval Lobão Vêras	9.449 votos
Deputados federais eleitos – UDN/PSP/PL (3)	
José Cândido Ferraz (UDN)	19.104 votos
Marcos Parente (UDN)	16.875 votos
Tertuliano Milton Brandão (PSP)	11.035 votos
Suplentes de deputados federais – UDN/PSP/PL (2)	
Raimundo Barbosa de Carvalho Neto	9.440 votos
João Emílio Falcão Costa	7.070 votos
Deputados estaduais eleitos – PSD/PTB (15)	
Laurentino Pereira de Sousa (PSD)	5.388 votos
Constantino Pereira de Sousa (PSD)	4.396 votos
Edison Dias Ferreira (PSD)	4.212 votos
José Pires Gayoso de Almendra Freitas (PSD)	4.174 votos
Epaminondas Castelo Branco (PSD)	3.841 votos
Clóvis Melo (PSD)	3.838 votos
Antônio Manoel Gayoso de A. C. Branco (PSD)	3.686 votos
Antônio dos Santos Rocha (PSD)	3.423 votos
João Clímaco D'Almeida (PSD)	3.387 votos
Cleanto Jales de Carvalho (PSD)	3.188 votos
Milton Lima (PSD)	3.140 votos
Alcides Nunes Martins (PSD)	3.023 votos
Augusto Nogueira Paranaguá (PSD)	2.831 votos
Waldeck Bona (PSD)	2.820 votos
Waldemar Ramos Leal (PSD)	2.770 votos
Suplentes de estaduais – PSD/PTB convocados (3)	
Caio Coelho Damasceno	2.670 votos
Gonçalo de Castro Lima	2.600 votos
Alfredo Alberto Leal Nunes	2.549 votos

Deputados estaduais eleitos – UDN/PSP/PL (13)	
Cândido Fernandes de Oliveira (PSP)	4.451 votos
Ezequias Gonçalves Costa (UDN)	4.133 votos
Tibério Barbosa Nunes (UDN)	3.417 votos
Wenceslau de Sampaio (UDN)	3.087 votos
Milton de Aguiar (UDN)	3.062 votos
José Severiano da Costa Andrade (UDN)	2.882 votos
Heitor de Albuquerque Cavalcanti (UDN)	2.705 votos
Paulo da Silva Ferraz (UDN)	2.650 votos
Petrônio Portella Nunes (UDN)	2.641 votos
Waldemar de Castro Macedo (UDN)	2.625 votos
Raimundo Vaz da Costa Neto	2.583 votos
José Lourenço de Araújo Mourão (PSP)	2.489 votos
Raimundo da Silva Ribeiro	2.329 votos
Suplentes de deputados estaduais – UDN/PSP/PL convocados (3)	
Alberto de Moura Monteiro	2.325 votos
Djalma Martins Veloso	2.242 votos
Osório Barbosa Batista	2.047 votos
Deputados estaduais eleitos – PTB (4)	
João Ribeiro de Carvalho	3.403 votos
Alberto Bessa Luz	2.892 votos
Filadelfo Freire de Castro	2.855 votos
Samuel Tupinambá	2.022 votos
Suplentes de deputados estaduais – PTB convocados (3)	
Themístocles de Sampaio Pereira	1.997 votos
Joaquim Gomes Calado	1.970 votos
Thiago José da Silva	1.750 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Chagas Rodrigues, reeleito deputado federal

Adesão à Frente Nacionalista

Chagas Rodrigues passou a fazer parte da Frente Nacionalista, embrião da Frente Parlamentar Nacionalista, organização interpartidária criada em 1956 no Congresso Nacional. Funcionava como um grupo de pressão que condenava o imperialismo em geral e a ação do capital estrangeiro em particular, e reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos.

Além de Chagas Rodrigues, do Piauí, dela participavam Oswaldo Lima Filho (PE) e Neiva Moreira (MA) pelo PSP, Armando Monteiro Filho e José Joffily, ambos do PSD, os deputados petebistas Abguar Bastos (SP), Josué de Castro (PE), Sérgio Magalhães (DF), Nelson Omegna (SP), Ramos de Oliveira (ES), Onírio Machado (RS) e Fernando Ferrari (RS), líder do PTB, Frota Moreira (SP), secretário-geral deste partido, Almino Affonso (SP) e mais os udenistas Gabriel Passos (MG), Seixas Dória (SE) e Adahil Barreto (CE). Pelo PSB, Domingos Velasco (GO), Aurélio Viana (AL) e Rogê Ferreira (SP). Pelo Partido Republicano, Bento Gonçalves (MG).

Eram 11 objetivos expostos no documento da Frente Parlamentar Nacionalista, que Oswaldo Lima Filho fez questão de relembrar um por um, em suas memórias: 1 – Revisão de tratados que impeçam o acesso da produção brasileira ao mercado mundial; 2 – Legislação adequada para impedir “a supérflua drenagem para o exterior do dinheiro nacional”; 3 – Defesa intransigente dos estoques das reservas minerais do País; 4 – Defesa da indústria brasileira contra opressão ou sabotagem das empresas cujos lucros são remetidos ao exterior; 5 – Defesa contra proposital esgotamento de fontes de matéria-prima nacional; 6 – Defesa das organizações estatais de monopólio já constituídas (Petrobras, por exemplo); 7- Legislação que permita a melhoria da frota nacional de longo curso; 8 – Estímulo ao desenvolvimento da eletrificação e melhoria dos transportes; 9 – Estímulo ao estudo e aplicação da energia atômica para fins pacíficos; 10 – Estímulo à desobstrução de rios que sirvam como vias de comunicação; 11 – Defesa da cultura brasileira, com divulgação de documentos que valorizem a cultura do povo brasileiro.

A Frente Parlamentar Nacionalista acabou sendo extinta em abril de 1964, em função da cassação da maioria de seus membros pelo regime militar recém-implantado.

Luta pela construção da Hidrelétrica de Boa Esperança

Motivado pela Frente nacionalista, Chagas Rodrigues inicia a luta pela construção da Barragem de Boa Esperança. Em entrevista ao jornal parnaibano *Inovação*, em 31 de janeiro de 1979, ele reivindicou ter sido o primeiro candidato a cargo eletivo a falar em Boa Esperança:

Alguém diz: “secular aspiração”. Secular coisa alguma. Eu fui o primeiro candidato a governador que falou em Boa Esperança. Eu fui o primeiro governador que falou em barrar o Parnaíba. Eu fui o primeiro governador, nas mensagens, a tratar disso. Muita gente achava que era uma loucura. Na Comissão de Orçamento na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro ainda, eu fui o primeiro deputado a apresentar emenda para estudos e início de obras de barragem do Parnaíba. No orçamento de 1957. Depois outros deputados batalharam e eu vim para o governo, inclusive Milton Brandão trabalhou muito. Mas, nas minhas mensagens, nos meus estudos, eu sempre trabalhei por isso.

Em matéria publicada no jornal *Diário do Povo*, em 12 de março de 2009, com o título “Chagas Rodrigues – um marco na história político-administrativa

do Piauí”, Reginaldo Furtado relata que Chagas Rodrigues conseguiu a aprovação da Emenda nº 496 para o orçamento de 1957, no valor de CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), pioneiramente, para estudo, projeto e início da construção de grande represa no Parnaíba, entre o Piauí e Maranhão, para aproveitamento da energia hidrelétrica pelos dois Estados e regularização do regime do rio. No ano de 1957, conseguiu novamente a aprovação de CR\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) por meio da Emenda nº 175, para aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Parnaíba (Piauí e Maranhão), incluídos estudos, projetos e início da construção de barragens.

Localizada em Guadalupe, a 380 km de Teresina, a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, antes denominada *Usina Hidrelétrica Marechal Castelo Branco*, teve a primeira unidade geradora inaugurada a 7 de abril de 1970 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Era então governador do Piauí Helvídio Nunes de Barros (12 de setembro de 1966 a 14 de maio de 1970). Chagas Rodrigues, com os direitos políticos cassados por força do AI-5 e proibido de visitar o Estado, não foi sequer citado na solenidade de inauguração da obra que ele tanto se empenhou para ver executada. Em artigo publicado no jornal *Diário do Povo*, 7 de abril de 2000, com o título “Boa Esperança completa 30 anos”, Deoclécio Dantas lembra: “Mas não perde a condição de autor das primeiras medidas concretas que transformaram em realidade esse empreendimento que nos libertou das usinas que queimavam óleo e lenha no precário fornecimento de energia elétrica no Piauí”.

A instalação Hidrelétrica de Boa Esperança foi, realmente, a solução do problema energético do estado, que até então dependia dos precários sistemas geradores instalados pelas prefeituras e que, na maioria das vezes, não atendiam à demanda. As cidades praticamente viviam às escuras, sem a menor perspectiva de desenvolvimento.

Eleição presidencial de 3 de outubro de 1955

Antecedentes

O ano de 1954 foi marcado pelo inesperado suicídio de Getúlio Vargas, a 24 de agosto. Com a morte do “pai dos pobres”, assume o vice-presidente Café Filho, cujo trabalho, nos meses que se seguem, se caracterizou pela preocupação de aplacar os ódios desencadeados e que se prolongaram na campanha eleitoral que então se achava em meio, ao mesmo tempo em que procurou o equilíbrio na administração.

O grande problema econômico da época (inflação e *deficit* da balança comercial) foi combatido com limitação do crédito, redução das despesas públicas, criação de uma taxa única de energia elétrica e retenção automática do imposto de renda sobre os salários. A equipe de governo era composta por militares, empresários e políticos de oposição ao ex-presidente Getúlio Vargas. Com isso, ficava claro que Café Filho compartilhava das opiniões desses setores e se mantinha longe da política varguista. Contudo, os partidos getulistas (PTB e PSD), em meio à comoção provocada pelo suicídio, justificado pela ameaça de seus oponentes, acabou se refletindo nas urnas: a UDN assistiu à expansão dos partidos getulistas (PTB e PSD) e à consequente derrocada nas eleições de 3 de outubro, quando se renovaram onze governos estaduais, dois terços do Senado Federal, toda a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas dos Estados.

No dia 18 de dezembro de 1954, Juscelino Kubitschek desembarcou no acanhado aeroporto de Teresina, então chamado Santos Dumont e atualmente Petrônio Portella. Os principais líderes políticos ligados ao governador Pedro Freitas estavam presentes, entre eles o governador eleito, coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra; o prefeito da capital, João Mendes Olímpio de Melo; e o deputado estadual, Antônio dos Santos Rocha.

Juscelino Kubitschek veio acompanhado dos senadores Magalhães Barata e Vitorino Freire e dos deputados federais Coaraci Nunes, Renato Archer, Lameira Bittencourt, Hugo Napoleão do Rêgo e Sigefredo Pacheco, entre outras lideranças políticas, para comício, que se realizou no vestíbulo do Palácio de Karnak.

O deputado federal Hugo Napoleão do Rêgo, em vibrante oração, saudou-o, em nome do povo piauiense. Juscelino Kubitschek respondeu com um improvisado discurso que seria apenas o inicial de uma série infundável com que, por dez meses, iria granjear, perante os brasileiros do interior, a reputação de ser um dos maiores oradores da língua portuguesa.

O governador Pedro Freitas manifestou apoio incondicional a Juscelino Kubitschek muito antes de seu nome ser escolhido candidato à presidência, o que só seria feito, a 25 de dezembro, pelo Diretório Nacional do PSD. Foi,

por certo, influenciado pelo cunhado, Hugo Napoleão do Rêgo, amigo de Juscelino Kubitschek desde o tempo em que haviam sido constituintes, em 1933.

A homologação de seu nome se daria a 10 de fevereiro de 1955, na VI Convenção Nacional do PDS, quando ele recebeu 1.646 votos, 279 abstenções e nenhum contra. O deputado federal Hugo Napoleão do Rêgo foi um dos que votaram em Juscelino Kubitschek.

A vice-presidência foi entregue ao PTB, que exigiu a manutenção e expansão da legislação trabalhista, respeito pela solidariedade sindical, liberdade de eleição para os líderes sindicais, equalização dos benefícios do Instituto de Previdência, reajuste da lei do salário mínimo e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A escolha do nome recaiu em João Goulart, que ainda pediu apoio para a Petrobras e para a reforma agrária. Tiveram o apoio do PR, PTN, PST e do PRT (Partido Republicano Trabalhista).

No outro lado, mesmo com visível enfraquecimento político, os udenistas participaram da eleição, com a indicação do ex-tenentista Juarez Távora e de seu vice, Milton Campos. Tiveram apoio de dissidentes do PSD, PDC, PSB e PL.

Adhemar de Barros se candidatou, tendo como vice-presidente Danton Coelho. Receberam o apoio do PSP e dissidentes do PTB.

Plínio Salgado também se candidatou, pelo PRP.

Era um elenco amplo, oferecendo praticamente todas as opções ideológicas para a classe média emergente.

No curso da campanha, o deputado federal Hugo Napoleão do Rêgo vem a Teresina, em setembro de 1955, para participar dos comícios em favor de Juscelino Kubitschek. Já assumira o governo do Piauí o coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra, que recebe do presidente nacional do PSD, almirante Ernani do Amaral Peixoto, datado do dia 16, o seguinte telegrama: “Cooperação valiosa Hugo Napoleão facilitará atendimento valorosos correlegionários Piauí. Faça votos grande vitória”.

Vitória de Juscelino Kubitschek e tentativa de golpe

A vitória se deu. Refletindo a herança política deixada por Getúlio Vargas, a maioria da população acabou escolhendo Juscelino Kubitschek como novo presidente no Brasil, nas eleições de 3 de outubro de 1955.

De um eleitorado de 15.343.450 pessoas, compareceram às urnas 9.097.014 eleitores (59,3% do total).

O Piauí tinha 304.472 habitantes. Votaram 134.558 eleitores.

Na apuração nacional, Juscelino Kubitschek ficou com 3.077.411 votos, vencendo em 15 estados; Juarez Távora com 2.610.462, vencendo em 5 estados; e Adhemar de Barros com 2.222.725, vencendo em 4 estados e no Distrito Federal.

Inconformados com a derrota, alguns membros da UDN procuraram fortalecer a tentativa de um golpe militar depois que o presidente Café Filho se internou no hospital do IPASE, por ter sofrido um acidente cardiovascular.

O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, com base na Constituição de 1946, assumiu, interinamente, a presidência da República, a 8 de novembro de 1955.

Para justificar a ação golpista, muitos udenistas argumentavam que a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart não era legítima, porque a chapa não tivera a maioria absoluta dos votos.

Em suas memórias, Juscelino Kubitschek registra sua perplexidade: “A tese da maioria absoluta – não prevista na Constituição e já repelida em 1950, por ocasião da eleição de Getúlio Vargas – era uma reivindicação absurda, apresentada depois de conhecidos os resultados do pleito e tendo por finalidade exclusiva tornar sem efeito esses mesmos resultados” (KUBITSCHEK, 2014).

No meio dessa celeuma, instalou-se, nos meios militares, uma crise de alta proporção. No dia 31 de outubro, havia falecido o general Canrobert Pereira da Costa. Na presidência do Clube Militar, ex-ministro da Guerra de Dutra, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o general Canrobert Pereira da Costa havia sido um fervoroso anticomunista.

No enterro, finda a cerimônia, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede, após a fala de alguns militares, entre eles o ministro da Guerra, general Lott, se pronunciou, aproveitando a ocasião para fazer um balanço da política no momento. Ao final do discurso, foi cumprimentado efusivamente pelo presidente Carlos Luz, mas repreendido pelo general Lott, que o achou inoportuno e inadequado.

A reação imediata do general Lott foi a de prendê-lo ali, mas isso iria causar constrangimento. Depois, em consulta aos regimentos militares, verificou que, embora pudesse puni-lo com base no art. 10 do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), a que todos os militares da ativa estavam sujeitos, combinado com o art. 37, era da competência do ministro da Guerra aplicar penas a todas as pessoas sujeitas ao RDE, achou melhor seguir outra via. É que o coronel Jurandir de Bizarria Mamede estava na Escola Superior de Guerra, subordinada diretamente ao presidente da República.

Foi ao presidente Carlos Luz, que se negou a punir o coronel Jurandir de Bizarria Mamede. Irritado, o general Lott perguntou a quem passaria o cargo e queria que a transmissão fosse imediata. Em cima das buchas, o presidente Carlos Luz disse que ao general Fiúza de Castro, que se encontrava na sala e ouvira a história. Confusão armada, o general Lott e outros militares de vertente liberal depuseram o presidente Carlos Luz e chamaram para assumir a presidência Nereu de Oliveira Ramos, presidente do Senado, que disse que só assumiria se fosse declarada a vacância do cargo.

No dia 11 de novembro, na Câmara dos Deputados, 185 deputados, contra 72, declararam Carlos Luz impedido de exercer a presidência da República. O relógio da Câmara marcava 15 horas e 30 minutos. Carlos Luz refugiou-se no cruzador Tamandaré, cujo comandante-chefe da esquadra era Carlos Penna

Botto (1893 – 1973), que havia sido capitão dos Portos em Parnaíba, nos idos de 1929 e 1930. Ele pretendia pôr o presidente Carlos Luz a salvo tempo suficiente para um possível desembarque, debaixo de aplausos de um contragolpe. Contudo, o general Lott, que se dizia defensor do mandato do presidente eleito Juscelino Kubitschek, ameaçado por uma trama palaciana, tornou-se senhor da situação, e a epopeia do Cruzador Tamandaré acabou numa viagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo. O impedimento do presidente Carlos Luz foi confirmado no Senado por 44 votos a 9. Às 18 horas e 30 minutos, o senador Nereu Ramos assumiu o cargo de presidente da República, na presença do general Lott. Foi decretado estado de sítio por 30 dias, período máximo permitido pela Constituição. Após, teria de ser renovado.

No dia 15 de novembro, data em que o general Lott concedeu histórica entrevista a Otto Lara Resende, publicada na revista *Manchete*, sob o título “O depoimento de Lott”, o presidente Café Filho subitamente trocou o Hospital dos Servidores pela Casa de Saúde de São Vicente, na Gávea, que era particular e de difícil acesso. Dias depois, uma junta médica assegurou o seu completo restabelecimento. Ao saber disso, o general Lott foi até a Gávea e disse ao presidente Café Filho que os militares julgavam inconveniente sua volta ao governo, capaz de “reacender paixões, produzindo novas agitações e desentendimentos”. Café Filho argumentou que era presidente constitucional, que fora ele que os fizera ministros e que não admitia ser deposto por seu ministro da Guerra.

No dia 21 de novembro, o presidente Café Filho endereçou cartas ao presidente Nereu Ramos, ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional, comunicando que reassumia o cargo a partir daquele momento. Às duas da tarde, saiu da Casa de Saúde de São Vicente para seu apartamento, na esquina da Rua Joaquim Nabuco com Avenida Nossa Senhora da Copacabana, acompanhado por longo cortejo de automóveis, no qual estavam Eduardo Gomes, Amorim do Vale, Munhoz da Rocha, Prado Kelly e Alencastro Guimarães. Tropas do Exército, contudo, cercaram o quartelão. Os acompanhantes tiveram que ficar no apartamento, com o telefone cortado. À noite, foi votada, no Congresso Nacional, moção propondo o seu impedimento, aprovada por 178 votos a 91. Em seguida, foi aprovado o estado de sítio, pelo prazo de 30 dias, renovado no final do mês, até o dia da posse do presidente eleito. Café Filho ainda tentou um *habeas corpus* no STF, sem êxito.

Na manhã do dia 22 de novembro, Juscelino Kubitschek soube do impedimento do presidente Café Filho. Deixou o Palácio da Liberdade e foi para casa descansar. Em suas memórias, no volume 2, *Meu caminho para Brasília*, Kubitschek (2014) anotou:

Estava exausto, mas sereno. Tinha a consciência tranquila, mas não me iludia sobre as enormes responsabilidades que me pesavam nos ombros. Daí porque, ao me deitar, lembrei-me das palavras do governador Clovis Salgado, pronunciadas quando o rádio havia anunciado aquele impedimento: “Juscelino, isto é o fim. Agora, sua posse está garantida”. Ajeitando o travesseiro, recordei a frase e instintivamente acrescentei, falando para mim mesmo: “O fim, não, o começo”. Segundos depois, estava dormindo.

No dia 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek recebeu, de Nereu Ramos, a faixa presidencial.

Na presidência, Juscelino Kubitschek manteve permanente diálogo com o deputado federal Hugo Napoleão do Rêgo, vice-líder da maioria na Câmara dos Deputados e responsável pelo projeto do primeiro estudo para a navegação do Rio Parnaíba, apresentado inicialmente em 1928, mas só a 11 de junho de 1956 foi constituído pelo presidente Juscelino Kubitschek o grupo de trabalho, sob presidência de Ewaldo Correia Lima, incumbido de estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do Parnaíba. O projeto foi incorporado ao Plano da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Inauguração da ponte sobre o rio Poti

O presidente Juscelino Kubitschek veio novamente a Teresina, no dia 14 de janeiro de 1957, para a inauguração da ponte sobre o Rio Poti, que liga as Avenidas Frei Serafim e João XXIII. Desembarcou, às 10 horas, no Aeroporto Santos Dumont, hoje, Senador Petrônio Portella, acompanhado pelo piauiense Aluizio Napoleão, chefe do cerimonial da Presidência; pelo almirante Lúcio Meira, ministro da Viação e Obras Públicas; pelo Dr. Parsifal Barroso, ministro do Trabalho; pelo general Nelson de Melo, chefe militar da Presidência; pelo Dr. José Cândido de Castro Parente Pessoa, diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; pelo Dr. Valdir Magno, assistente jurídico do DNOCS; pelo Dr. Carlos Bastos Tigre; pelo chefe do Serviço de Piscicultura do DNOCS; pelo Dr. Antônio Alves de Noronha, engenheiro piauiense; por Odair Grilo, professor da Escola Politécnica de São Paulo; pelo general Euclides Wicar de Castro Parente Paula Pessoa, além de oficiais, ajudantes de ordem e 16 jornalistas, comandados por José Moraes, chefe de imprensa do Catete. Entre os jornalistas, estavam Alberto Hômicé, do jornal *O Globo*; Elias de Oliveira Júnior, da *Rádio Nacional*; Sidney Vale, da *Televisão Tupi*; Arnaldo Ramos, da *Asapress*; Teófilo Vasconcelos e Francisco Magalhães Barros, da *Agência Nacional*; Aucir Maurício, da televisão paulista, e ainda fotógrafos, cinegrafistas e técnicos de rádio.

Em discurso, o presidente Juscelino Kubitschek disse que a ponte sobre o Rio Poti estava sendo inaugurada pela segunda vez. Na verdade, a primeira ponte era a de madeira, inaugurada em 1936, no governo Leônidas Mello no Bairro Ilhotas, onde fica hoje a Ponte Wall Ferraz. Projetada pelo então diretor de Obras, engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, ela ruiu no grande inverno que se abateu sobre Teresina, no governo Rocha Furtado (1947 – 1951).

A ponte que Juscelino Kubitschek estava inaugurando fora construída em concreto armado. Projeto do engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves e execução do engenheiro Cícero Ferraz de Souza Martins, passou a ser trafegada em dezembro de 1953 ou janeiro de 1954, no governo Pedro Freitas, mas só no dia 14 de janeiro de 1957, no governo Jacob Manoel Gayoso e Almendra, deu-se a sua inauguração, com as presenças do governador e do presidente.

O ministro da Viação e Obras Públicas, almirante Lucio Meira, pronunciou o seguinte discurso:

A inauguração, em todo o país, das numerosas obras de V. Exa., senhor presidente da República, que ao Ministério da Viação e Obras Públicas coube, em grande parte, realizar em 1956, traz-nos hoje à bucólica e simpática cidade de Teresina, capital de um dos Estados mais representativos da diversidade econômica e geográfica do Brasil, em que confluência das influências da Zona Semiárida do Nordeste, da Mesopotâmia Amazônica e do Planalto Central brasileiro, criando tipos e fenômenos os mais variados, bem podemos daqui descortinar, numa visão de conjunto, a própria síntese dos problemas nacionais.

Problemas que, na sua complexidade, estão sendo enfrentados vigorosamente por V. Exa., na sua determinação de impulsionar, saltando etapas, o desenvolvimento do país, inclusive nessas regiões, que poderíamos chamar de subdesenvolvidas, e que precisam ser rapidamente integradas à economia brasileira.

Teve V. Exa., nos Estados do Sul, a oportunidade de inaugurar obras ligadas diretamente ao sistema de portos e da navegação, e ao plano de eletrificação, de que tanto depende a prosperidade de nossa pátria. Embora distante deste rincão piauiense, de notável potencialidade, os cais e armazéns portuários, as barragens e as obras de drenagem e irrigação, os trechos ferroviários que V. Exa. inaugurou há poucos dias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, interessam, também, a esse Estado, certo, como é, que o progresso do país é resultante do progresso de cada uma das suas unidades competentes.

A obra que V. Exa. hoje inaugura, em Teresina, pertence ao sistema de transportes terrestres: o viaduto sobre o Rio Poti, na rodovia que se estende de Fortaleza a essa cidade, e que liga a capital do Piauí às fronteiras meridionais do Brasil, através da transnordestina, do Rio, Bahia e das rodovias que do Rio de Janeiro se projetam em direção ao Rio Grande do Sul.

Bem maior do que pode parecer, à primeira vista, portanto, é a importância do viaduto do Poti, obra que coube ao governo de V. Exa. terminar e em que foram gastos cerca de 10 milhões de cruzeiros. A ponte, que é uma estrutura de concreto armado, mede 7,20 m de largura útil, e é constituída por três arcos triangulares iguais, com 7,50 m de flecha e 60,00 m de vão livre, cobrindo, entre os encontros, uma extensão de 202,00 m. O acesso a essa ponte é feito por intermédio do viaduto a que já nos referimos, cuja construção se impunha em face de planos urbanísticos locais. É, também, o viaduto, uma estrutura de concreto armado em vigas contínuas elasticamente engatadas, e sua fundação é toda em estacas pré-moldadas de concreto armado, de 14,00 m de comprimento. A tensão máxima nos arcos atinge a 100 kg/cm², o que evidencia o alto padrão técnico da obra, projetada e construída pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Outras obras do Ministério que hoje V. Exa. pode declinar inauguradas, no Piauí, representam também importantes realizações do seu governo nesta região. Em primeiro lugar, na rodovia Teresina – Valença do Piauí – Picos – Jaicós, o trecho final de 45 km, entre Picos e Jaicós, que foi concluído em 1956. E, além disso, a perfuração de 44 poços tubulares, com a profundidade total de 3,80 m e a vazão de 202.000 litros por hora.

Em construção, neste Estado, temos, atualmente, 4 açudes em cooperação, e, somente no que diz respeito diretamente às obras contra as secas, as dotações orçamentárias para o Piauí, em 1957, somam mais de 216 milhões de cruzeiros, destinados à construção de açudes, barragens, obras de represamento d'água, derivação e captação de energia hidrelétrica e rodovias. Dentre essas obras, destacam-se a irrigação das várzeas do Rio Parnaíba, obras de açudagem nos Rios Poti e Longá para irrigação e captação de energia hidrelétrica, construção da rodovia Vereda Grande, no trecho Floriano – Itaueira – Canto do Buriti – São Raimundo Nonato e das rodovias São Raimundo Nonato – Carocal – Santa Lúcia – Bom Jesus – Floriano – Jerumenha – Bom Jesus e, na rodovia central do Piauí, do trecho Oeiras – Floriano.

Estão previstas, também, obras de saneamento neste Estado, entre as quais as de drenagem e endicamento ao Rio Gurgueia e as de construção da barragem do Rio Longá, no Bairro Quarenta, em Parnaíba, em Teresina, Floriano, Picos e Campo Maior, reservando-se só para estas últimas uma verba de 9 milhões de cruzeiros. Às obras no setor postal telegráfico para a construção de prédios e lançamentos de linhas, foram destinados cerca de 5 milhões de cruzeiros.

No setor dos portos, rios e canais, foi dado prosseguimento às obras dos portos de Amarração, Teresina, Parnaíba e Floriano, bem como os serviços de fixação das dunas de Amarração. Além disso, o Ministério da Viação e Obras Públicas está contemplando a execução das obras para melhoria da navegabilidade do Rio Parnaíba, nos cursos superior e inferior, para o que já conta com a dotação orçamentária de 10 milhões de cruzeiros. Serão feitas, também, as obras de acostagem e estudada a padronização dos tipos de embarcações mais adequadas à navegação desse rio. Diversos outros trabalhos, no território deste Estado, e, principalmente, no Vale do Parnaíba, cuja valorização constitui constante preocupação do Ministério da Viação e Obras Públicas, absorverão recursos da ordem de 29 milhões de cruzeiros.

No tocante aos serviços ferroviários, consta dos nossos planos quinquenais a execução dos trechos Teresina – Piri-piri contemplados, este ano, com a dotação de 69 milhões de cruzeiros, e trecho Campo Maior – Oiticica, com 35 milhões de cruzeiros, ambos de integração da rede ferroviária federal. Os trechos Teresina – Piri-piri e Campo Maior – Oiticica permitirão a reunião, em rede ferroviária, única, das estradas de São Luís a Teresina, central do Piauí, e rede de viação cearense, integrando a rede ferroviária do Norte.

No plano rodoviário, de tão fundamental importância para os estados do Norte e Nordeste, os programas estabelecidos preveem a conclusão na BR22, Fortaleza – Belém, do trecho Peritoró – Teresina, com 46 quilômetros, exigindo cerca de 50 milhões de cruzeiros, e BR 23, João Pessoa – Luiz Correia, com 19 quilômetros, em que se gastarão cerca de 26 milhões de cruzeiros. Mais relevante, sem dúvida, é o primeiro trecho citado, que permitirá a ligação de São Luís a Teresina.

Entre os planos de maior envergadura, elaborados pelo governo federal, no setor do Ministério da Viação e Obras Públicas, não queremos deixar de mencionar os que se destinam ao reaparelhamento e à expansão da frota mercante do país e à implantação da indústria brasileira de construção naval e de grandes reparos, e ao melhoramento dos portos e das vias navegáveis nacionais. Esses planos, acompanhados dos respectivos projetos de leis,

que visam a criar o fundo portuário nacional, já se acham em estudos no Congresso, e ensejarão, estamos certos, o soerguimento da marinha mercante brasileira, de tanto interesse para o Piauí, como para todos os estados da Federação. Entre as obras previstas no projeto de melhoramento dos portos está a construção do Porto de Amarração, que é um dos escoadouros da produção piauiense.

Esta, em síntese, a relação de obras executadas neste Estado, através do Ministério, que temos a honra de dirigir, e dos planos e projetos que mais de perto interessam ao desenvolvimento econômico desta unidade da Federação.

Numa terra como esta, em que as ligações rodoviárias desempenham função econômica e social das mais relevantes, deve constituir motivo de justificada satisfação para V. Exa., senhor presidente Juscelino Kubitschek, inaugurar, neste momento, a ponte e o viaduto sobre o Rio Poti.

Nos pródornos da colonização, os pastores atravessaram estas glebas tangendo os seus rebanhos, e, com eles, penetraram sertão a dentro, na tarefa de alargar as fronteiras econômicas do Brasil, que surgia.

As 'estradas de boiadas' por onde ontem rolou o povoamento, semeando pousadas, vilas e aldeias, são hoje as magníficas estradas-troncos que o governo federal vem rasgando no território pátrio. Estas, sim, são os caminhos definitivos para a conquista e a expansão econômica do Brasil uno e engrandecido.

Elas, as pontes, como essa que se lança sobre o Rio Poti, substituem os vãos por onde transitaram, na epopeia do primeiro século, aqueles homens rudes e bravos que plasmaram a nacionalidade a que nós, e sobretudo a V. Exa., senhor presidente, nos cumpre revigorar nesta esplêndida fase de promissor dinamismo da economia e da cultura brasileiras.

No final da solenidade, o governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra entregou ao presidente Juscelino Kubitschek um memorial em que solicitava, à conta da reserva especial de que trata o art. 2º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, a realização, por meio órgão competente – DNOCS ou delegação, dos serviços de reforma da rede elétrica e a criação da rede de esgotos de Teresina.

O prefeito de Floriano, Herbrant Ribeiro Gonçalves (PTB), acompanhado pelo deputado estadual Filadelfo Freire de Castro (PTB), pelos vereadores Defala Atém (PSD), Viana Carvalho (PTB) e Fauzer Bucar (presidente do PSP, em Floriano), e pelo senhor José Luiz Albuquerque, presidente da Associação Comercial de Floriano, pleiteou a realização de serviços em sua cidade.

O presidente Juscelino Kubitschek, ao lembrar ter sido Teresina a primeira cidade por ele visitada ao iniciar a campanha rumo ao Catete, em dezembro de 1954, prometeu atender à solicitação do governador e determinou a ida, a Floriano, do diretor-geral do DNOCS, Dr. José Cândido Pessoa, acompanhado do engenheiro Antônio Alves de Noronha, para verificar as providências para o reinício das obras do açude Vereda Grande e de uma ponte sobre o Rio Itaueira.

O engenheiro Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, indignado com a notícia de que a ponte sobre o Rio Poti era dada como uma das realizações do presidente Juscelino Kubitschek, foi à imprensa, no Rio de Janeiro, e disse que ela fora construída graças ao empenho do amigo José Américo de Almeida, ministro da Viação e Obras Públicas do governo Getúlio Vargas, quando ele, Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, era diretor-geral do DNOCS, no governo Vargas. O diretor regional era João Martins do Rêgo (1943 a 1964), e o mestre de obras Sérgio Filatoff.

Eleições de 3 de outubro de 1958

Situação e oposição: articulações no Piauí

Em 1958, governava o Estado o coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra (31/1/1955 a 31/1/1959). Latifundiário, criador de gado, dono de grandes plantações de laranja e proprietário de uma cerâmica, era visto como um tradicionalista dotado de vasta leitura e boa formação intelectual, mas que, no governo, atuava como um homem totalmente manietado pela conjuntura, o que lhe anulava o espírito criativo, de grandes iniciativas no setor privado. Ao fim do seu governo, inicia-se o processo da sucessão.

Sob o título “O sr. Pires Gayoso e a política piauiense”, o *Jornal do Piauí*, edição de 17 de fevereiro de 1957, primeira e última páginas, apresenta a seguinte matéria:

O jornalista Araújo Mesquita, correspondente da Agência Meridional no Piauí, prosseguindo numa série de entrevistas que vem realizando com altos próceres a propósito da política piauiense, ouviu o Dr. Francisco Pires de Gayoso e Almendra, presidente do (Diretório Regional) PSD, a respeito da posição desse partido no cenário político estadual, notadamente no que se refere ao acordo PTB – PSD.

Inicialmente, o Dr. Pires Gayoso declarou que o acordo entre o PSD e o PTB, no Piauí, foi firmado para as últimas eleições estaduais, sem que isso importe em compromisso para pleitos futuros. Acrescentou que essa composição não impedirá nova aliança com o próprio PTB ou com outro partido, visando ao pleito de 1958. Prosseguindo, disse o presidente do Partido Social Democrático que, sendo o PSD um partido de espírito essencialmente conservador e de equilíbrio, coligou-se com o PTB, nas eleições estaduais de 1954, preocupado que estava em evitar grandes agitações no seio da política regional e, presentemente, dentro da mesma preocupação, e convencido de que a administração passada, como a atual, tem assegurado ao estado clima de tranquilidade, compreensão e prosperidade, procurará, naturalmente, nas suas hostes, elemento capaz de assegurar a continuidade dessa obra administrativa, o que – repetiu – não impede o PSD de entrar em composição com qualquer outro partido que esteja imbuído do mesmo espírito de concórdia e com penetração política altamente patriótica.

Interpelado como o PSD recebeu as declarações de Dr. Demerval Lobão, secretário geral do Diretório do PTB, segundo as quais o acordo PTB – PSD foi anunciado quando o governador Gayoso e Almendra se recusou a transmitir a chefia do Executivo ao vice-governador Ferreira de Castro, por ocasião de uma de suas viagens à capital da república, respondeu o Dr. Pires Gayoso: “acredito que as declarações do secretário-geral do PTB, no Piauí, tenham sido de ordem temperamental, traduzindo ponto de vista meramente pessoal, pois existe uma comissão constituída de elementos do PSD e do PTB, a qual, até o momento, não recebeu qualquer comunicação oficial denunciando o acordo. Por outro lado, as declarações do secretário-geral do PTB pi-

auiense contrariam as que foram formuladas pelo vice-governador na última solenidade de transmissão do governo ao general Gayoso e Almendra. Nessa ocasião, o Dr. Ferreira de Castro afirmou existir perfeita identidade entre o vice-governador e o governador, duas personalidades realmente habilitadas a falar sobre a execução do acordo PSD – PTB”.

Concluindo as declarações ao correspondente da Agência Meridional, o presidente do Partido Social Democrático afirmou considerar as atuais manifestações políticas uma precipitação, que pode criar atmosfera de intranquilidade, como sói acontecer, entre nós, nos períodos de campanha eleitoral, antecipando, assim, assunto que lhe parece inoportuno em época como a presente, em que devemos preocupar-nos com os problemas econômicos e administrativos do Piauí, dando demonstração de melhor politização.

No dia 2 de março de 1957, o deputado João Clímaco D’Almeida se pronuncia sobre o assunto em entrevista ao “Jornal Q-3”, da *Rádio Difusora*:

- O que nos diz sobre candidatos ao governo do Estado?

Entre os próceres políticos do Piauí, no Rio de Janeiro, não se pode colher quem seja positivamente o futuro candidato a governador, mesmo porque parece existir, desta vez, melhor compreensão entre os chefes possedistas que se inclinam à escolha do candidato aqui, em Teresina, em reunião do Diretório Regional e da bancada na Assembleia Legislativa, e com a imprescindível audiência dos Diretórios Municipais, desapareça o candidato em geral tirado do “bolso do colete.

- Acredita no propalado acordo UDN – PTB para as futuras eleições?

Acredito, mas acho que não contará com o apoio integral do PTB. Também tenho a impressão de que nem toda a UDN ficará localizada dentro desse provável acordo ou aliança, abrindo, deste modo, fortes dissidências nos dois partidos. A propósito, entendo que o assunto deve ser imediatamente estudado e debatido pelo PSD, para que possa balancear as forças de que dispõe não só como base de apoio ao governador Gayoso e Almendra na Assembleia mas também como base para enfrentar as eleições de 1958.

O certo é que, até final de abril de 1958, o governador Gayoso e Almendra ainda não havia escolhido o sucessor. O tempo estava embaraçado para seu lado. A coligação que o elegera, formada pelo PSD e PTB, estava desfeita. Duas das principais lideranças do PSD, Leônidas Mello e Sigefredo Pacheco, buscavam ser o candidato do partido ao governo, mas, pelas divergências constantes, estavam desgastados e não eram da preferência do governador, que via com bons olhos o nome do desembargador Edgard Nogueira, político de atuação antes de ingressar na magistratura, e que preferiu continuar na magistratura. Fez, então, sondagens junto aos diretórios e às lideranças políticas, que apontaram o deputado estadual José Pires Gayoso de Almendra Freitas, filho do ex-governador Pedro Freitas (31/1/1951 a 31/1/1955) e sobrinho do governador, como o nome de maior receptividade, em todas as áreas, para ser o candidato. O difícil era fazê-lo aceitar a candidatura, já que se preparava para a reeleição à Assembleia Legislativa.

O deputado federal Hugo Napoleão do Rêgo, que pretendia disputar uma vaga no Senado, era visto, até pelos adversários, como candidato natural ao cargo. Em 1954, ele quis se candidatar ao Senado, mas o fato de ser cunhado do governador Pedro Freitas o impediu, por imperativos constitucionais. Concorreu, assim, à Câmara dos Deputados, por já ter ocupado idêntico cargo em legislaturas passadas. Desde logo, ficou combinado que a vaga na eleição seguinte seria sua. Acontece que o governador alimentava a pretensão de renunciar para se candidatar ao Senado.

Em reunião no Palácio de Karnak, ainda em janeiro de 1958, Leônidas Mello, percebendo isso, saiu de sua habitual mansidão e foi incisivo ao lembrar aos seus correligionários o compromisso assumido de dar a Hugo Napoleão do Rêgo o direito natural de disputar vaga no Senado nas eleições que se avizinhavam. O governador Gayoso e Almendra engoliu em seco, mas mais tarde daria o troco. Dois ou três meses depois daquela reunião em Karnak, Hugo Napoleão do Rêgo recebeu telegrama comunicando a candidatura do sobrinho José Pires Gayoso de Almendra Freitas ao governo do Estado, a informação de que a indicação ao Senado seria dada a um correligionário e a sugestão de que ele aceitasse a reeleição à Câmara dos Deputados. A justificativa era de que seria demais um mesmo grupo político, numa mesma família, pleitear a eleição dos dois únicos cargos majoritários, o Senado e o governo do Estado.

Também por telegrama, Hugo Napoleão do Rêgo disse que estava contente com a indicação do nome do sobrinho José Pires Gayoso de Almendra Freitas ao governo do Estado e que abria mão da candidatura ao Senado Federal em favor de outro correligionário, mas se recusava a se candidatar à Câmara dos Deputados.

Informado dessas decisões, José Pires Gayoso de Almendra Freitas, que vinha ocupando a presidência do Diretório Regional do PSD, resolveu deixar o cargo. Apurou-se depois que ele acalentava a ideia de se candidatar à vaga de Hugo Napoleão do Rêgo, na sua saída da Câmara dos Deputados para o Senado Federal.

Nesse ínterim, corria a informação de que o candidato ao Senado seria Sigefredo Pacheco, que tenta jogar pano morno na situação, abrindo mão de seu nome em torno de um candidato de consenso. A senatoria e a vice governadoria seriam dadas aos partidos coligados. Esta foi oferecida ao deputado estadual João Clímaco D'Almeida, 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa, que não aceitou, preferindo a reeleição.

No dia 8 de maio de 1958, houve uma reunião no restaurante da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, capital do país, em que tomaram parte os deputados federais José Cândido Ferraz e Marcos Parente, da UDN, Hugo Napoleão do Rêgo, do PSD, Milton Brandão, do PSP, e Chagas Rodrigues, do PTB, com a finalidade de pacificar a política do Piauí, com a formação de uma chapa única ao governo do Estado e ao Senado Federal.

Os pontos principais, de início aceitos por todos, consistiam na distribuição proporcional aos diversos partidos dos nove lugares da chapa. O PSD daria o governador; a UDN, o senador; o PTB e o PSD, o vice-governador e o suplen-

te de senador. O acordo, contudo, não vingou. No dia 10 de maio, as lideranças mais expressivas do PSD, PR e PL, reunidas na casa do governador, formaram chapa composta por José Pires Gayoso de Almendra Freitas (PSD), governador; Agenor Barbosa de Almeida (PSD), vice-governador; José de Mendonça Clark (PR), senador; Sigefredo Pacheco (PSD), suplente de senador. Depois da reunião, acompanhados de Pedro de Almendra Freitas, Antônio de Almendra Freitas, Antônio Santos Rocha, Clóvis Melo, Constantino Pereira, Gonçalves Nunes, José Patrício Franco, José Severiano da Costa Andrade, entre outros, foram à residência de José Pires Gayoso de Almendra Freitas convencê-lo a aceitar a candidatura ao governo do Estado.

Hugo Napoleão do Rêgo foi, ainda, insistentemente convidado pela UDN para sair candidato a deputado federal pelas oposições, mantendo-se no PSD. O convite não foi aceito porque ele não queria tornar a situação do sobrinho ainda mais complicada. Mas o fogo amigo não se apagava. Leônidas Mello, por se sentir atingido com a transferência de um soldado de polícia de Barras, sua cidade natal, a pedido de Sigefredo Pacheco, rompe com o governador. José Vitorino Correia, preterido na sua postulação ao governo ou mesmo ao Senado, vai para a oposição, como suplente de senador.

No dia 2 de julho, o governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra e o deputado estadual João Clímaco D'Almeida passaram telegrama para Hugo Napoleão do Rêgo comunicando a deliberação do PSD em incluí-lo na chapa de deputado federal, já que a retirada da candidatura de José Mendonça Clark ao Senado, para a inclusão de seu nome, não seria possível.

No dia 4 de julho, Hugo Napoleão do Rêgo passou telegrama, em resposta, dizendo: “Extensivo Joqueira. Renovando agradecimentos Diretórios bancada lamento informar comunicação ser-me impossível aceitar candidatura sem revisão acordo existente” (NAPOLEÃO, 1992, p. 251).

Era o basta definitivo. Rompido com a família Freitas, Hugo Napoleão do Rêgo afastou-se da política, retornando à advocacia.

Na sessão de 8 de julho, na Assembleia Legislativa, o deputado José Severiano da Costa Andrade (ADP, coligação UDN/PSP) pronunciou-se a respeito da coligação de PSD, PR, PL, PSP, PRP e dissidentes da UDN e PTB na convenção realizada a 5 de julho, no *Theatro 4 de Setembro*, em Teresina. Segundo o parlamentar, foi um grande acontecimento político na história do Piauí, pois foram homologadas as seguintes candidaturas: governador do Estado, deputado José Pires Gayoso de Almendra Freitas¹¹; vice-governador, Agenor Barbosa de Almeida; senador, José de Mendonça Clark, além de deputados federais e estaduais, prefeito e vice-prefeito da Capital.

¹¹ José Pires Gayoso de Almendra Freitas, filho de Pedro de Almendra Freitas e de Carolina Pires Gayoso, nasceu em José de Freitas, a 13 de abril de 1919. Era uma figura pacata, bastante educado, de cultura elevada, fluente em inglês. Jornalista de mérito, dirigiu, por anos, o *Jornal do Piauí*, órgão possedista. Participou do grupo de implantação da Sociedade Piauiense de Combate ao Câncer, no Piauí, no ano de 1954. Na legislatura de 1955 a 1959, foi líder do PSD na Assembleia Legislativa do Estado.

No governo do pai, Pedro Freitas, José Freitas foi seu secretário particular. Em sua campanha ao governo do Estado, procurou focalizar temas relacionados ao desenvolvimento econômico, apontando projetos já iniciados no governo do seu tio Jacob Manoel Gayoso e Almendra, como o Banco do Estado, o Frigorífico do Piauí, o problema energético etc. O candidato falava de seu bom relacionamento político e de sua experiência para promover convergências de ações em torno de tais projetos, que dependiam de decisões mais firmes do governo federal.

Agenor Barbosa de Almeida, eleito deputado estadual nas eleições de 2 de dezembro de 1945, pela UDN, com 3.352 votos, foi convidado pelo governador Rocha Furtado para ocupar a Secretaria de Governo, uma das mais importantes pastas da administração estadual, depois ocupada por Eurípedes de Aguiar, quando este teve que deixar a chefia de Polícia por ser formado em Medicina, e não bacharel em Direito ou oficial das Forças Armadas, de acordo com lei aprovada pela Assembleia Legislativa, com maioria do PSD, que o queria fora do cargo, por considerá-lo perigoso demais com poder de polícia. Nas eleições de 3 de outubro de 1950, além de disputar a reeleição, Agenor Barbosa de Almeida queria ser escolhido para o governo do Estado. O jornal *O Piauí*, na edição de sábado, dia 24, sob o título “Comício pró-candidatura Agenor Almeida”, publicou, na primeira página, o convite:

Continuando a série de comícios de preparação à candidatura de Agenor Barbosa de Almeida, para governador e deputado estadual, os amigos e admiradores promoverão amanhã, domingo, dia 25, no Bairro Piçarra, um grande comício de propaganda do ilustre médico à sucessão estadual. Convida-se o povo em geral para essa grande e monumental concentração popular, onde falarão vários oradores, inclusive o Dr. Agenor Barbosa de Almeida, candidato de todos os piauienses livres e conscientes.

Preterido, ele – que no pleito anterior tinha sido o segundo mais votado entre todos os candidatos (3.352 votos), perdendo apenas para Antenor Martins Neiva (3.744 votos), da UDN – solicitou desfiliação do partido, ingressando no PPS – Partido Social Progressista, liderado pelo paulista populista Adhemar de Barros, que fora interventor e governador de São Paulo, associado ao estranho e folclórico *slogan* de “Rouba, mas faz”.

Para prestigiar o correligionário, Adhemar de Barros veio, em agosto, a Teresina, em avião particular, sendo recepcionado, no Aeroporto Santos Dumont, por Correntino Nogueira Paranaguá, Elias de Oliveira, Raldir Bastos, Antilhon Ribeiro Soares e, é claro, pelo próprio Agenor Barbosa de Almeida. Em Teresina, Adhemar de Barros participou de um coquetel, em sua homenagem, na sede do *River Atlético Clube*. O *Jornal de Notícias*, que se intitulava “Órgão independente e noticioso”, fez a cobertura de sua estada na cidade. Com 1.975 votos, Agenor Barbosa de Almeida foi reeleito. Eleito vice-presidente da Assembleia Legislativa e, estando na presidência, constitucionalmente, substituiu o governador Pedro Freitas, que tinha como vice-governador Tertuliano Milton Brandão, primo de sua esposa Julieta Pires Ferreira.

O jornal *O Dia*, edição do dia 25 de julho de 1954, noticiava: “A candidatura de Agenor Almeida ao cargo de prefeito de Teresina será homologada em convenção, na praça pública, pelas oposições coligadas”. Agenor Barbosa de Almeida derrotou Clidenor de Freitas Santos, candidato da UDN/PTB, elegendo-se prefeito, tendo como vice-prefeito o primo Antilhon Ribeiro Soares (31/1/1955 a 31/1/1959). Em 1958, Agenor Barbosa de Almeida foi convidado para ser vice-governador de José Pires Gayoso de Almendra Freitas. Pesou, entre outras razões para essa escolha, o fato de sua esposa, Julieta Pires Ferreira, ser ligada ao grupo político de José de Freitas (Pedro Freitas e Jacob Manoel Gayoso e Almendra) por laços de parentesco. A coligação PSP/PSD, porém, não foi bem aceita por muitos dos correligionários e eleitores independentes de Teresina, nem mesmo por familiares do candidato a vice-governador. Raimundo Barbosa de Almeida (Mundico Almeida), seu tio, até então sempre presente nas administrações tanto do Hospital Getúlio Vargas, onde foi seu secretário, quanto da Prefeitura da capital, onde foi seu chefe de gabinete, manifestou desacordo e previu que seriam derrotados. O primo-irmão Alcenor Barbosa de Almeida, mais otimista, previu que só perderiam em Teresina, mas perder na capital, do ponto de vista de Agenor Barbosa de Almeida, seria improvável devido a sua extraordinária aceitação junto ao eleitorado livre e consciente da cidade. Ele, que vinha de uma excelente administração na Prefeitura de Teresina, estava certo de puxar muitos votos, o que daria vitória folgada à sua chapa.

Apesar de um início tumultuado e destas manifestações pessimistas, tudo ia se ajustando. Os candidatos, dia e noite, percorriam o Estado, em busca de voto. Até o mês de agosto, tudo transcorria normalmente. Todos da coligação *Pacificação política e desenvolvimento econômico*, formada pelo PSD/PSP/PR/PL/PRP e dissidentes da UDN e do PTB, achavam que a vitória se avizinhava. Era só questão de tempo.

Enquanto isso, os candidatos da coligação *Oposições Coligadas* (UDN/PTB) teciam uma forma de livrar o Piauí do domínio da oligarquia pedessista, que já marchava para o terceiro Freitas no governo. Chegaram, inclusive, a pensar em lançar o nome de Dr. José Auto de Abreu, ex-deputado, sobrinho do ex-governador Areolino de Abreu e filho do ex-governador Anísio Auto de Abreu, ao governo do Estado, conforme se lê na carta de Dr. José de Abreu, endereçada ao deputado federal udenista Marcos Parente e publicada na primeira página do *Jornal do Piauí*, em 24 de janeiro de 1957.

Rio, 16 de janeiro de 1957

Prezado e ilustre conterrâneo e deputado, Dr. Marcos Parente,

O nosso comum amigo, deputado estadual Heitor Cavalcanti, numa conversa cordial, despreocupada e sem testemunhas, me informou que o nobre deputado estaria promovendo a articulação de meu nome para candidato ao governo do nosso Estado, inicialmente numa coligação uden-petebista que, no decurso das *démarches*, seria certamente fortalecida pelo apoio de elementos de outros partidos, onde o meu nome contaria com notória receptividade.

Que o acordo, entretanto, deveria ser concretizado ou firmado nestas bases:

a) a minha candidatura, apesar de apresentada em coligação, e não estar eu filiado a nenhum partido político no Piauí, deveria ser considerada “udenista”, a fim de, na composição, caber a senatoria ao deputado petebista Chagas Rodrigues;

b) eu me comprometeria a, se eleito, apoiar a candidatura a senador, em 1962, do prezado deputado Marcos Parente, e a reeleição do senador Matias Olímpio.

De há muito e, ultimamente, mais amiúde, como bem o sabe o ilustre deputado, a “mosca azul” zumbe e voeja em torno de mim, qual varejista impertinente, tentando-me e procurando perturbar-me, perder-me e tirar-me da feliz obscuridade, para lançar-me novamente no lodaçal da política piauiense, de onde saí sem saudade, emergindo, desse pantanal, de consciência tranquila, são moral, física e espiritualmente, e de mãos limpas.

Tão honrosa seria a investidura, tão séria e grave a determinação de aceitá-la ou mesmo recusá-la de modo peremptório, que jamais me permiti a mim mesmo considerá-la merecedora de uma reação mais viva ou acentuada para uma afirmativa ou negativa da minha parte, junto àqueles que do assunto já trataram mais objetivamente uns, e em cogitações e simples insinuações, outros.

E assim vinha procedendo, em parte, também, por me parecer ridículo o *pavonear-me* tão afoitamente, sem o aconselhável cuidado de antes verificar se procuravam maliciosa e perfidamente deixar-me, apenas, na desprezível situação da velha gralha...

Já agora, porém, parece-me oportuno falar franca, sincera e despretensiosamente, e, para isto, aproveito-me do ensejo que m'ò deu a “conversa” do deputado Heitor, para fazê-lo aqui, por este intermédio. Sem jamais me insinuarem quaisquer condições, antes procurando pôr em termos altos o problema da sucessão governamental piauiense, e por lhes parecer que com o meu nome poderiam equacionar um esquema para se resolver, se possível, como candidatura única ou, pelo menos, como candidato que polarizasse uma convincente maioria dos elementos políticos da nossa terra, e sensibilizasse a opinião pública piauiense, os deputados Chagas Rodrigues (PTB) e Cândido Ferraz (UDN) trataram, individual e separadamente comigo, do assunto, espontaneamente, e em voz alta, pois que ambos não fazem segredo dessa opinião pessoal, parecendo-lhes que no seio das suas agremiações partidárias, onde sabem contar eu com honrosas e sinceras amizades e simpatias, o meu humilde nome teria a melhor acolhida.

Ainda diversos deputados estaduais, prefeitos municipais e elementos outros preponderantes na política do nosso Estado, inclusive do PSD, partido no qual, para honra e satisfação minhas, conto com desinteressados, bons, prezados e velhos amigos simpatizantes, tiveram ocasião de se manifestar, também em voz alta, francos e sem cochicho, sobre a possibilidade da candidatura única com meu nome, na minha recente estada em Teresina.

E até mesmo o prezado deputado Marcos Parente, reiteradamente e sem que eu solicitasse, por conta própria, e assim creio que sinceramente e de boa-fé, honrou-me com a sua preferência verbal pelo meu obscuro nome, sem, digamos a verdade, propor-me ou insinuar-me condições, nem mesmo a de considerar “udenista” a minha candidatura, caso ela vingasse.

Estranhei, portanto, mas calei-me convenientemente no momento da inesperada revelação do deputado Heitor Cavalcanti, que tão sério assunto estivesse sendo tratado levemente, procurando se estabelecer, inclusive, até compromissos em torno da situação de terceiros, como seria o da longínqua reeleição do senador Matias Olímpio que, tenho certeza, até este instante não se comprometeu com ninguém sobre o problema da sucessão piauiense, nem a ninguém autorizou tratar em seu nome.

Agora, meu caro deputado Marcos Parente, sou eu que l'ho digo, somente para argumentar e para definição de princípios: condições teria eu a apresentar se, para desventura minha, fosse escolhido candidato único e, se porventura, eu aceitasse a magnificente investidura. E aqui vão apenas duas de ordem política, precisa e justamente contrárias às dos informes do deputado Heitor Cavalcanti: terminado o mandato, voltaria à planície, sem me candidatar ou consentir que me candidatassem a nada; não teria candidato próprio à sucessão, nem patrocínia ou insinúria, sequer, qualquer nome a qualquer posto eletivo. Os partidos que o fizessem.

Vê, pois, o distinto deputado que, com ou sem condições, com ou sem compromissos, não sou candidato, nem autorizo que me candidatem. Digo-o, creia-me, com a mesma irrevogável decisão que me levou a recusar, definitivamente, a presidência do Centro Piauiense, no Rio, quando procurado, insistente e reiteradamente, em seu nome, por jovem conterrâneo, que me *perseguiu* com a impertinente varejista de que lhe falei noutro trecho desta carta, para aceitá-la e, depois, pessoalmente, ao próprio e digno representante piauiense, na presença ocasional do deputado Milton Brandão, quando me ratificou o honroso convite.

O nosso Piauí, penso como vocês, que se lembraram de mim, só teria a lucrar se nas próximas eleições pudesse apresentar candidato único ou um nome que reunisse, efetivamente, as qualidades inspiradoras da confiança dos piauienses pela soma de atributos positivos que o recomendasse ao governo do Estado.

Nomes assim nós os temos, felizmente, dentro e fora dos partidos. Não os enumero aqui receoso de cometer injustiças com omissões inevitáveis, ainda que involuntárias.

Quanto a mim, sinto-me plenamente satisfeito com o que a política do meu Estado, sempre generosa e dadivosa para comigo, já m'ò deu, confortando-me a certeza de que jamais desmenti a confiança dos piauienses, ante as reiteradas e comoventes expansões e manifestações de simpatia e consideração quando já em idade propecta, na obscuridade e de mãos vazias, sem nada para lhes dar em retribuição, a não ser o coração de piauiense, amante da sua terra e da sua gente.

Sem mais, cordial e atenciosamente,

José Auto de Abreu.

A figura central do movimento oposicionista era Demerval Lobão Vêras¹² (PTB), que tinha sido eleito deputado federal (1951-1955) e suplente em 1954.

¹² Filho de Pergentino de Lobão Vêras, fazendeiro e líder político, e de Lina Fortes Lobão, Demerval Lobão Vêras nasceu a 17 de fevereiro de 1915, em Campo Maior, onde fez o curso pri-

Em entrevista concedida ao autor em 2005, Djalma Martins Veloso esclarece: “Demerval Lobão era um bom homem, de muitas qualidades, muitas virtudes. Conhecido pela retidão do caráter e por fazer política com o pé no chão. Politicamente, era fiel seguidor do senador Matias Olímpio de Melo, que era quem dava as cartas naquele momento. Por isso, foi escolhido candidato a governador das Oposições Coligadas”.

O candidato a vice-governador era Tibério Barbosa Nunes¹³ (UDN), cuja carreira política começou pelas mãos do governador Rocha Furtado, que o nomeou diretor do Hospital Miguel Couto, de Floriano. Prefeito de Floriano, de 1951 a 1955, foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1955 a 1958.

O candidato a senador era Marcos Parente¹⁴ (UDN), eleito deputado em 1954 e de destacada atuação na Câmara Federal. Em 1958, fundou o jornal *Folha da Manhã*¹⁵.

mário, de 1922 a 1926. Em 1927, ingressou no Ginásio São Francisco de Sales, concluindo o curso em 1931, no Liceu Piauiense. Em 1932, em São Luís, matriculou-se no curso superior de Direito, transferindo-se, no ano seguinte, para a Faculdade de Direito da Bahia. Formado a 8 de dezembro de 1936, iniciou carreira profissional naquele Estado, onde ficou até 1938, quando foi nomeado inspetor de Ensino Secundário no Liceu Piauiense. Em 1939, exerceu o cargo de diretor do Liceu Piauiense, ao mesmo tempo em que lecionava História da Civilização. Em 1940, foi nomeado delegado regional do Serviço Nacional de Recenseamento e eleito presidente da OAB-PI (ficou na presidência até 1950). Em 1946, passou a exercer o cargo de juiz do Tribunal de Contas do Estado. Em 1947, por indicação de Matias Olímpio de Melo, ocupou o cargo de diretor do Departamento da Fazenda do Estado. Deixou-o em 1950, quando foi eleito deputado federal. Na Câmara dos Deputados (1951 a 1955) foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Legislação Social. Em 1956, foi nomeado diretor do Departamento de Acidentes do Trabalho do IAPTEC – Instituto de Aposentadoria dos Empregados em Transportes de Cargas, no Rio de Janeiro. Em seguida, foi nomeado delegado do IAPI, em Teresina. Foi ainda delegado governamental da Comissão do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura; sócio efetivo da Associação Piauiense de Imprensa (API); sócio benemérito da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí e secretário-geral do Partido Trabalhista Brasileiro – Secção do Piauí.

¹³Filho de Maria Benedita e de Benedito de Moura, Tibério Barbosa Nunes nasceu em Oeiras, a 18 de setembro de 1922. Líder estudantil no Rio de Janeiro, foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo presidido a entidade em diversas ocasiões. Foi redator dos jornais *A Pua*, *Língua de Sogra* e *Libertação*, de grande circulação entre os piauienses residentes no Rio de Janeiro. Formou-se em Medicina a 17 de dezembro de 1948.

¹⁴Filho de Odilon Parente e de Raimunda Parente (Mundica), Marcos Parente nasceu em Bom Jesus do Gurgueia, a 5 de maio de 1921. Mudou-se para o Rio de Janeiro, com outros familiares. Formou-se em Engenharia, em 1945, na UFRJ. Era doutor em Ciências Matemáticas pela Faculdade Nacional de Filosofia, onde foi professor da disciplina. Casou-se, em 1950, com Maria do Amparo de Medeiros.

¹⁵O jornal *Folha da Manhã* foi instalado na Rua Lizandro Nogueira, onde depois passou a funcionar o Cartório Themistocles Sampaio Pereira. De bom feito gráfico e grande circulação, o jornal tinha na direção José de Araújo Mesquita, fundador do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí e seu presidente, e como principais redatores os professores Álvaro Ferreira e A. Tito Filho, editorialistas. Atuavam, ainda, na redação o desembargador Simplicio de Sousa Mendes com a coluna *Televisão*, Cunha e Silva Marcos, J. Vieira, Francisco Bento Ribeiro e Solfiere Araripe (os dois últimos, advogados militantes). Solfiere Araripe morreu tragicamente na redação em consequência de um tiro acidental de uma pistola de sua propriedade, diante de J. Vieira e do revisor Olímpio Guilherme Batista Lustosa.

O candidato a suplente de senador era José Vitorino Correia¹⁶ (PTB), que tinha sido interventor federal no Piauí (1943 – 1945) e deputado federal eleito em 1950 e 1954.

Demerval Lobão, como candidato ao governo do Estado, conseguiu a união dos petebistas do ex-governador Matias Olímpio de Melo, que até bem pouco apoiavam o governo, com os udenistas, à frente José Cândido Ferraz. Os dois partidos, antagônicos no contexto nacional, faziam coligações nos estados mais atrasados onde o problema de posições ideológicas ou convicções políticas costuma ser esquecido na hora da disputa pelos cargos. Ele conseguiu também atrair o PL, que era dirigido pelo médico João Emílio Falcão Costa¹⁷, ex-presidente do PTB.

E mais: Demerval Lobão trouxe também para o seu lado o deputado estadual Petrônio Portella¹⁸, genro do ex-governador Pedro Freitas, pai de Iracema e do candidato a governador José Gayoso de Almendra Freitas, tudo porque, desdenhando dos adversários, o esquema governista fez pouco de sua candidatura à Prefeitura de Teresina. O jornal *O Dia*, em 26 de junho de 1958, na página 6, sob o título “Petrônio sonha querendo”, publica:

Petrônio é uma graça, perde a noção do ridículo, obedece cegamente a seus mentores. Pois não é que o lambisgoia quer mesmo ser prefeito!... procura operar milagres... caminha e corre pelos subúrbios, grita, canta e chora, desesperadamente, rumo aos sertões de Valença, para pedir votos. Em Teresina, o galo é duro.

A 20 de julho, na primeira página, sob o título “O exaustivo Petrônio”, o mesmo jornal *O Dia* ataca:

Magricelo e amareloso, Petrônio aparece como candidato a prefeito de Teresina. Dessa vez, ele acordou cedo para agarrar-se a qualquer oportunidade eleitoralista, na suposição de que esteja prestando serviços ao seu partido, quando a indicação de seu nome obedeceu ao plano indisfarçável de medir o seu desajustamento político. Inteiramente desconhecido nesta Capital, sem aproximação do eleitorado, Petrônio nunca demonstrou qualidades suficientes com que possa dirigir a coisa pública, nem cumpriu seu mandato com eficiência, pois, como líder de sua bancada na Assembleia, defendeu a ideia

¹⁶ José Vitorino Correia nasceu em Itapeverica (Minas Gerais), a 3 de setembro de 1910. Ingressou, em 1921, na Escola Militar do Realengo, da qual foi desligado por tomar parte na Revolução de 1922. Foi funcionário do Banco do Brasil. Anistiado, retornou ao Exército em 1930 como tenente; passou a capitão em 1934, a major em 1943, a coronel em 1952 e foi reformado como general de divisão. Foi chefe de Polícia e comandante da Polícia Militar do Piauí (de 12 de dezembro de 1943 a 15 de março de 1945), interventor federal no Piauí (de 20 de março a 3 de setembro de 1946), em cuja administração foi organizado o Tribunal de Contas do Estado e adquiridas as turbinas da usina termoeétrica de Teresina. Homem de confiança do presidente Dutra, diretor do IPASE, no Rio de Janeiro, elegeu-se deputado federal em 1950 e 1954.

¹⁷ João Emílio Falcão Costa nasceu em Flores, hoje Timon – MA, em 1903. Renomado ginecologista, foi diretor do Hospital Getúlio Vargas e do Centro de Saúde de Teresina e professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito do Piauí. Foi constituinte em 1935 e suplente de deputado federal em 1954, tendo exercido o mandato no período de 24 de julho a 6 de agosto de 1957. Era estimado pela população, que o considerava um apóstolo da Medicina.

¹⁸ Biografia e trajetória do político no anexo Petrônio Portella.

de não fazer oposição ao governador do Estado, atitude essa que causou esmorecimento e decepção aos correligionários.

Em 31 de julho, sob o título “Petrônio – Viola Desafinada”, sai no mesmo jornal *O Dia*:

Petrônio dorme cedo e acorda tarde. Sonha demasiadamente, traça planos mirabolantes, nega o que está vendo como realizações administrativas, emagrece de raiva, cada vez mais percorre os subúrbios com a cabeleira desgrenhada, grita como um doido, e nada de aplausos, o Petrônio não enxergou o abismo de sua desventura política.

Eis a opinião de pessedista à imprensa local: “Petrônio como prefeito de Teresina! Era só o que faltava! Mas a notícia está correndo mundo e é provável que se transforme em realidade, no terreno somente da candidatura, porque, eleitoralmente, nem por hipótese. Petrônio não tem lastro político nem receptividade para concorrer ao pleito da sucessão municipal”.

Petrônio Portella era chamado de “viola furada”, “tetéu”, “rede furada”, porque dormia até quase o meio-dia. Ele sempre comentava que uma das pessoas a quem ele mais agradecia era o Dr. Agenor Barbosa de Almeida, que fez com que ele se curasse desse mal.

Em depoimento ao autor em 10 de julho de 2011, lembra Afrânio Nunes:

Petrônio dormia até quase o meio-dia. Passava a noite em claro, lendo de tudo. Tinha insônia. Além do mais, era sonâmbulo. Ele, no internato do Colégio Diocesano, antes de se deitar pedia aos amigos mais chegados que o amarrassem com corda na cama. Com muita força de vontade, passou a se deitar cedo e acordar também mais cedo. Assim, se transformou numa máquina de trabalhar, chegando a ser tudo na política. Foi um dos políticos mais influentes de seu tempo. E por pouco não ocupa o seu lugar de merecimento, que era a presidência da República. Faleceu, entretanto, em Brasília, a 6 de janeiro de 1980, vítima de infarto, no meio do caminho, quando ministro da Justiça.

O general Golbery do Couto e Silva, que o tinha na mais alta conta, também é da mesma opinião:

A Petrônio Portella não foi dado alcançar tais culminâncias. Tinha tudo para isto e o sentimento bem generalizado no país é o de que a morte lhe ceifou, inexorável, a plena marcha ascensional à suprema magistratura da nação. No final de sua tão longa ascensão, mas brilhante carreira, Petrônio Portella foi consultor acatado de dois presidentes da República nas mais importantes e difíceis decisões, mesmo que desbordantes largamente do campo propriamente político.¹⁹

No dia 2 agosto de 1958, o jornal *Folha da Manhã* publica telegrama do ex-governador Leônidas Mello a Demerval Lobão, vazado nos seguintes termos:

¹⁹ SILVA, Golbery do Couto e. In: BRANCO FILHO, Heitor Castelo. *Petrônio – uma vocação*. Teresina, UFPI, 1992, p. 16.

Dr. Demerval Lobão – Teresina – Rio de Janeiro. Reafirmando meu apoio sua candidatura, venho comunicar-lhe que estou recomendando aos meus amigos que votem no seu nome e trabalhem por sua vitória. Estou certo de que assim fazendo atendo aos interesses do Piauí e correspondo aos anseios democráticos da maioria dos piauienses. Abraços. Leônidas Mello.

No dia 7, o vice-presidente João Goulart passa o seguinte telegrama ao diretório estadual do PTB no Piauí:

Do Rio – GVP t – 9047 – 7/8/58.

Tenho prazer comunicar dignos companheiros pretendo ir essa cidade dia quinze do corrente, a fim de levar minha solidariedade valorosos candidatos Coligação pleito 3 de outubro. Espero chegar essa cidade à tarde, em avião especial VARIG, procedendo Parnaíba, permanecendo aí até a manhã do dia dezesseis, quando prosseguirei Recife. João Goulart.²⁰

No dia 14, o senador Matias Olímpio de Melo, presidente do diretório estadual do PTB, chega do Rio para recepcionar João Goulart. O jornal *Folha da Manhã*, edição do dia 15, sob o título “Chega, hoje, o vice-presidente da República”, informa: “Expressivas homenagens serão prestadas ao Dr. João Goulart. Recepção no aeroporto às 17:30h. Jantar íntimo das direções partidárias do PTB e UDN. Grandioso comício na Praça Pedro II”. E mais: “Vem a nosso Estado prestigiar, com sua honrosa solidariedade, a cruzada de redenção do Piauí, vitoriosamente encetada pelas Oposições Coligadas. Será hóspede do Dr. Clidenor de Freitas Santos, com jantar íntimo na residência do Dr. Jorge Chaib. Às 20 horas, na Praça Pedro II, o vice-presidente falará ao povo teresinense.

Desastre rodoviário da Cruz do Cassaco

Piauienses, aqui estou eu, se me chamastes tinha de atender ao vosso apelo. Vim para servir-vos e servirei! Não é mais possível permitir-se o desgaste das fontes de nossa economia. Se ainda não podemos prospectar as riquezas do subsolo para pô-las a serviço da independência econômica, cumpre-nos dinamizar a indústria extrativa que, embora continue em fase predatória, ainda é a expressão de nossa riqueza presente.

Essas palavras foram reproduzidas oralmente pelo Dr. Clidenor de Freitas Santos em entrevista concedida a mim em 30 de julho de 1989.

Demerval Lobão repassava para assessores, familiares, simpatizantes e curiosos, reunidos na Praça Rio Branco, o discurso que iria fazer dali a algumas horas em Morrinhos, Água Branca e São Pedro, estas duas últimas no Médio Parnaíba, em busca de votos para sua candidatura a governador do Piauí, em

²⁰ Cópia do telegrama encontrada nas pastas de documentos do senador Matias Olímpio de Melo.

companhia de Marcos Parente, candidato ao Senado; Chagas Rodrigues, candidato a deputado federal; Joaquim Gomes Calado, candidato a deputado estadual; de Clidenor de Freitas Santos, do coronel Diogo Lustosa, de Raimundo Carvalho, Adaulino Barbosa Lopes, Jorge Chaib, do renomado pediatra carioca Rubens Perlingeiro, que viera para dar apoio à campanha do amigo Demerval Lobão, e de Edson Parente, primo de Marcos Parente, que seria o motorista de Demerval Lobão.

Marcos Parente apontou para Demerval Lobão o veículo que chegava para conduzi-los àquela que seria a última viagem da campanha. Para surpresa de todos, quem desceu do carro foi o motorista de praça José Raimundo Gomes, negro, alto, com um chapéu de massa na cabeça, que foi logo justificando: “O amigo Edson Parente me pediu que o substituísse na viagem porque apareceu uns assuntos para ele resolver com urgência, mas estou pronto, Dr. Demerval Lobão, só aguardo as suas ordens para partirmos”. “Tudo bem. Vamos só tomar um cafezinho. Ainda temos tempo. Chagas Rodrigues deve estar chegando, Clidenor de Freitas Santos também. Depois, passaremos na casa de Jorge Chaib para pegá-lo, conforme combinado”, respondeu Demerval Lobão.

Como Chagas Rodrigues e Clidenor de Freitas Santos não apareciam, Demerval Lobão, britânico, deu ordem de partida. Acenando em despedida aos que ficavam, sorria, afirmando-lhes: “Voltaremos já! É um pulo só! Queremos, muito, festejar, com vocês, meus amigos, a vitória que se aproxima. Nos aguardem, que teremos muito o que comemorar! Eu confio e conto com todos vocês!”

Passaram na casa do Dr. Jorge Chaib, mas ele não se encontrava. Foram ainda à residência do jornalista Josípio Lustosa, que alegou compromissos já assumidos e disse não poder ir.

José Ribamar Pacheco²¹, vindo do Mercado Central, também conhecido como Mercado Velho, encontrou o grupo em frente ao Hotel Piauí, que o convidou para a viagem. Ele alegou tarefas a fazer, porém foi convencido. Na saída, passaram na residência dele, na Rua Primeiro de Maio, 117, Norte, para que trocasse de roupa. A esposa Lisette de Oliveira Pacheco ainda tentou demovê-lo de ir, porém os amigos insistiram e ele foi.

Era uma bela manhã do dia 4 de setembro de 1958 quando a caravana política saiu de Teresina rumo a Morrinhos, Água Branca e São Pedro, conforme o plano traçado. A população desses três municípios aguardava, animada, a presença dos candidatos. A caravana era formada por três veículos: um Ford Mercury vermelho, dirigido por José Raimundo Gomes, com Demerval Lobão, Marcos Parente, Rubens Perlingeiro e José Ribamar Pacheco; uma camioneta Ford, dirigida por Miguel, com o coronel Diogo Lustosa, Joaquim Gomes Calado, Raimundo Carvalho e Adaulino Barbosa Lopes; e um Jeep Willys, com

²¹ José Ribamar Pacheco nasceu em Floriano (Princesa do Sul), a 29 de junho de 1926. Era filho de Palmério Pacheco Soares e Raimunda Onofre Pacheco, mas foi criado pelos tios Inácio e Hilda Carvalho e pela avó Emília Pacheco. Teve duas filhas: Marília Potiguara D'Oliveira Pacheco e Marysette Pacheco Alves de Oliveira.

outros participantes. Estavam todos exaustos. Tinham viajado muito, realizado inúmeros comícios, em situações precárias. Todos só pensavam em retornar logo a Teresina para repousar e se preparar para o dia da verdade das urnas – 3 de outubro de 1958. Embora confiantes, como os candidatos precisam se mostrar nesta hora, sabiam que a parada seria dura.

A BR-316, a mais importante ligação da capital com o sul do estado, estava em fase de construção. Naquela época, a malha rodoviária do Piauí não contava com muitas estradas piçarradas, e o asfalto ainda estava no plano das cogitações oficiais.

O relógio marcava 10 horas. Até então tudo transcorria normalmente. Nada indicava que haveria algum tipo de problema na viagem. De repente, no KM 14, em Escalvado Grande, um caminhão passou em grande velocidade, levantando espessa e densa nuvem de poeira, cobrindo toda a estrada e impedindo, totalmente, a visibilidade. Nisto, vem um outro caminhão Ford, do DER, que transportava trabalhadores e material para a obra, e bate de frente com o Mercury, matando, na hora, o motorista José Raimundo Gomes, Demerval Lobão, Marcos Parente, José Ribamar Pacheco, Rubens Perlingeiro e os operários Manoel Paulino de Aguiar, Francisco Fernandes, Valdemar da Silva, José Marques Cardoso, João Francisco da Silva e José Mendes da Silva. Outros ficaram bastante feridos.



Desastre rodoviário, 1958.

Quando os corpos foram trazidos para o Hospital Getúlio Vargas, em Teresina, a cidade enlutou-se.

Em depoimento ao autor, em 7 de novembro de 2011, o Dr. Franquimar Freire de Farias, hoje advogado de renome em Teresina, na época “espoleta” da Casa Almendra, ao passar em frente ao relógio da Praça Rio Branco, indo para o Banco do Brasil, encontrou o Dr. Clidenor de Freitas Santos, aos prantos, dirigindo-se, apressado, para o Bar Carnaúba, um dos principais pontos de encontro da cidade, localizado ao lado do *Theatro 4 de Setembro*, na Praça Pedro II. Perguntou: “O que aconteceu, Dr. Clidenor?” “Um grande desastre, vitimando Demerval Lobão, Marcos Parente, Jorge Chaib e outros. Não escapou ninguém”.

O Dr. Jorge Chaib deveria ter ido com Demerval Lobão e os demais membros da caravana. Acordou bem cedo, como de costume e, como morava, na época, próximo ao Grande Hotel, localizado na esquina das Ruas Álvaro Mendes com Firmino Pires, foi ali comprar cigarros e tomar café com Nascimento, o dono do estabelecimento, como fazia quase que diariamente. Eram grandes amigos. Prosa solta, não se deu conta do tempo e, quando se lembrou do compromisso, correu para casa, mas o grupo já havia saído, britanicamente. O Dr. Jorge Chaib resolveu tirar mais um cochilo. Horas depois, a esposa Tereza Chaib começou a receber visitas, em sua residência. Dezenas de pessoas, algumas chorando a morte de seu marido, que, com o barulho, levantou-se e foi ver o que estava acontecendo. Soube do ocorrido e, espirituoso, se disse “bem vivo, para o desgosto dos adversários”. Porém, lamentou pelos outros.

No livro *Bon Marché*, no capítulo “As tramas do destino”, Chaib (2003, p. 105-109) conta, com mais detalhes, o ocorrido naquele dia fatídico. Leiaamos o seu relato:

Aproximavam-se as eleições de 3 de outubro de 1958.

Na Convenção do PTB, Demerval Lobão foi eleito candidato ao governo do Estado do Piauí. Teve que se afastar do cargo de delegado do IAPI e, como substituto automático, assumi o cargo.

No dia 3 de setembro de 1958, Demerval me chamou e disse:

- Prepare-se. Amanhã nós vamos com Marcos Parente e Perlingeiro (um amigo que veio do Rio de Janeiro para participar da campanha de Demerval) a Morrinhos, Natal e São Pedro fazer comício. Vamos sair às seis horas em ponto. Nem um minuto a mais, nem a menos. Horário de inglês. Esteja na porta de sua casa nesta justa hora. Se você não o estiver, o *jeep* passa na porta e seguirá viagem, sem você. Não podemos perder tempo, pois já está tudo programado.

- Não se preocupe, às seis horas estarei na porta, esperando.

No dia seguinte, aos dez minutos para as seis horas, já estava na porta de casa. Eu morava na Rua Bela (Senador Teodoro Pacheco), bem próximo da CR. Resolvi ir até o Teresina Hotel, na esquina da Rua Grande. Dava tempo de sobra. Quando acabei de comprar o cigarro, Nascimento, dono do Hotel, me disse que o café já estava passado, esperando por mim. Aliás, eu tinha o hábito de, todos os dias, tomar esse cafezinho, nesse horário, com Nascimento.

Consultei o relógio. Dava tempo. Faltavam ainda cinco minutos. Tomei calmamente o cafezinho, conversando com Nascimento e, em seguida, voltei para casa. Cheguei à porta e Tereza estava lá. Avisou-me que Demerval passou e disse-lhe que, de acordo com o combinado, eu não estava e ele não podia esperar. Iria buscar o Pacheco, para me substituir na viagem. Pelo meu relógio, não estava passando nem um minuto completo. Isso é demais. Não custava nada ao Demerval esperar por mim meio minuto.

- Tereza, você não disse ao Demerval que eu estava no Hotel e não demorava nada?

- Disse, mas ele não quis esperar.

Agora, não tinha mais jeito. Voltei para tirar mais um cochilo. Às oito horas, entra em casa, de porta adentro, o Dr. Clidenor, gritando pela Terezinha.

- Que coisa horrível, Tereza. Coitado de Jorge. Foi um desastre horrível. Não escapou ninguém. Soube que os cadáveres estão no Pronto-Socorro do Hospital Getúlio Vargas. Eu vim buscá-la, para levá-la até lá.

A Terezinha saiu correndo, perguntando, já aflita! - Que desastre, Dr. Clidenor?

- Do Dr. Demerval, que levava Marcos Parente e Jorge.

- Mas Jorge não foi. Perdeu a viagem.

Nisso, eu saí do quarto e abracei-me com Clidenor.

- Quero ir ao hospital, ver o que aconteceu. Vamos lá.

Clidenor tomou um susto enorme quando me viu. Ele estava presente quando combinávamos a viagem, por isso pensara que eu estava no *jeep* do desastre. Chegamos ao hospital. No necrotério, estavam os cadáveres de Demerval, Marcos Parente, Pacheco, recém-formado em Direito, e o de Perlingeiro. Todos com as cabeças esmagadas.

Contaram-me depois que o desastre ocorrera perto de Morrinhos. A estrada era carroçável, de forma que levantava muita poeira. O *jeep* vinha atrás de um ônibus, comendo poeira. O motorista resolveu fazer a ultrapassagem pela esquerda, só que vinha, em sentido contrário, um carregamento de madeira, que se chocou de frente com o *jeep*. Com o choque, a madeira foi violentamente atirada para frente, pegando a cabeça de todos os tripulantes do *jeep*. Dia fatídico: 4 de setembro de 1958. As eleições estavam marcadas para 3 de outubro de 1958. Faltavam vinte e nove dias para o pleito.

Zuíla Torres de Santana Parente passou mal e desmaiou ao tomar conhecimento do acidente, por achar que o marido, Edson Parente, estava dirigindo o veículo. Edson Parente era irmão do padre Manuel Lira Parente.

O jornalista J. Vieira, repórter do jornal *Folha da Manhã*, foi escalado pelo diretor, José de Araújo Mesquita, para cobrir os comícios, porém, por motivos particulares, não foi. Ao saber do acidente, dirigiu-se ao local, fez várias fotos, mas o diretor Mesquitinha não as publicou, por serem chocantes. O rolo de filme foi entregue a Joaquim Parente, irmão de Marcos Parente. Um perito da Polícia Civil fez fotos do local, que deveriam estar nos arquivos da Polícia Civil;

entretanto, nas pesquisas realizadas para a publicação desta obra, não foram encontradas.

Outro que deveria ter viajado e não viajou: João Evangelista Sousa, o Mão Cheinha, pai de sete filhos, piadista, contador de causos, muito amigo de Demerval Lobão e Marcos Parente. Na última hora, Demerval Lobão pediu que ele resolvesse uns assuntos dele em Teresina, o que incluía o conserto de seus óculos, objeto que ainda hoje se encontra com a família de Mão Cheinha.

Chagas Rodrigues, no dia anterior ao acidente, tinha participado de comício em Valença e, como havia terminado muito tarde, resolveu dormir por lá mesmo. Bem cedo, tomou banho, vestiu, como sempre, um terno branco muito bem passado, fez uma ligeira refeição, fretou um carro e se dirigiu para Teresina. Quando chegou nas proximidades de Morrinhos, soube de um acidente na estrada. Seguiu em frente. Ao ver os veículos, reconheceu o Mercury. Desceu e foi ao local, tomado já de curiosos, e inteirou-se da tragédia com os companheiros de campanha. Naquele momento, com a morte de Demerval Lobão e demais membros da comitiva, no que a história registra como “Desastre rodoviário da Cruz do Cassaco”, o destino mudaria o rumo de sua vida. O nome *cassaco* deve-se ao fato de os trabalhadores transitarem na estrada de piçarra em cima de mulas, sob o sol, com a poeira do barro vermelho pregando em suas roupas e em seus corpos que, de longe, parecem tochas humanas. Cassaco é o nome popular de um gambá, cujo pelo é avermelhado.

A notícia do acidente caiu como uma bomba nos meios políticos piauienses. De um lado, desfalcava a oposição de seus principais trunfos na luta contra a oligarquia pedessista, comandada pela família Freitas. Do outro, o impacto emocional, que se espalhou pelo Piauí inteiro, transcendendo as fronteiras partidárias, abrangendo a população toda em cerimônias de velórios, enterros, missas de sétimo dia, transbordou, naturalmente, para a campanha eleitoral, prejudicando, sobremaneira, os candidatos situacionistas. Mais tarde, em 1985, em matéria publicada no *Almanaque da Parnaíba*, José Pires Gayoso de Almendra Freitas diria: “O acidente tornou-se (infelizmente) tema da oratória política”.

A oposição teria que buscar nomes que pudessem preencher o vazio deixado pelos mortos. A situação precisava superar o desânimo criado por conta da onda emocional, que se avolumava no Estado, em favor do lado contrário. As eleições se dariam no mês seguinte, a 3 de outubro de 1958. Era uma corrida contra o tempo.

Candidatura de Chagas Rodrigues ao governo do Estado

Djalma Martins Veloso, eleitor nato de Chagas Rodrigues nas eleições de 1950 e 1954 para deputado federal, assim como o pai, Cinéas de Castro Veloso, líder da UDN na região valenciana (Valença, Pimenteiras, Elesbão Veloso, Aroazes, Inhuma, Novo Oriente, Francinópolis, São Félix, Prata e Várzea

Grande), foi um dos primeiros a lançá-lo ao governo do Piauí. Em 2005, Veloso deu o seguinte depoimento ao autor:

Nas eleições de 1958, fui procurado, novamente, pelo Chagas Rodrigues e por José Cândido Ferraz, mas eu disse que, naquele pleito, estaria comprometido com a candidatura de Ezequias Costa para deputado federal. Essa decisão não foi fácil de tomar. Eu era muito ligado a José Cândido Ferraz e à sua família. A Chagas Rodrigues eu me ligara ainda mais pela amizade que meu pai devotava a ele, um homem de bem em todos os aspectos. Porém, não podia faltar a meu compromisso com Ezequias Costa. Eu tinha razões de sobra para estar com ele, naquele momento. Então, houve o acidente que vitimou Demerval Lobão, mudando tudo. Era necessário encontrar um candidato a governador, à altura de substituí-lo, o que não era tarefa fácil. Demerval Lobão era grande amigo de João Mendes Olímpio de Melo, filho do Matias Olímpio de Melo, que o tinha como da família, tanto que o acolheu em sua casa durante muitos anos. Demerval Lobão era amicíssimo, também, da família do ex-governador Eurípides Aguiar, que, embora já falecido (2 de março de 1953), tinha como herdeiro político o filho, deputado estadual Milton de Aguiar, destacada figura pública. Todos sabemos que Matias Olímpio de Melo andava às turras com Eurípides de Aguiar, como água e óleo. Estavam juntos na necessidade política, mas não se misturavam. Mas os filhos, não. Genu Moraes, por exemplo, filha de Eurípides de Aguiar, namorou, noivou e quase casou com João Mendes Olímpio de Melo, filho de Matias Olímpio de Melo. Milton de Aguiar prezava muito o velho Matias Olímpio de Melo e os filhos, João e José Olímpio de Melo. Então, era preciso que o escolhido tivesse ligação e bom trânsito com esses dois grupos políticos. Havia uma ligação política muito forte de Chagas Rodrigues com Matias Olímpio de Melo. Chagas Rodrigues era do PTB de Matias Olímpio de Melo. Quando este rompeu com a UDN e foi para o PTB, Chagas Rodrigues foi um dos que foi com ele. Havia também uma ligação familiar de Chagas Rodrigues com Eurípides de Aguiar. A filha de Eurípides de Aguiar, Genu Moraes, era casada com Antônio de Moraes Correia, irmão de José de Moraes Correia, o Zeca Correia, pai de Maria do Carmo, casada com Chagas Rodrigues. Além do mais, o candidato teria que ter respaldo financeiro, por conta das despesas com viagens, propaganda, concentrações públicas, entre outras atividades, porque era necessário divulgar, em pouquíssimo tempo, o nome dos novos candidatos. E estava todo mundo com orçamento estourado. Naquela época, com estradas precárias, sem muitos meios de comunicação, as eleições eram difíceis e caras. Chagas Rodrigues era representante de duas das mais tradicionais, ricas e poderosas famílias da Parnaíba – Poncion Rodrigues, de seu pai, Poncion Rodrigues, e Moraes Correia, de seu sogro, Zeca Correia; mantinha, por estes vínculos, ligações com famílias bem situadas no comércio e na indústria do Piauí, que representariam o suporte financeiro necessário para bancar o final da campanha eleitoral. O certo é que, numa reunião na casa do ex-governador Eurípides de Aguiar, comandada por Milton de Aguiar e pelo desembargador Simplício Mendes, com as presenças de Acrísio Furtado, Doca Ribeiro, Afrânio Nunes, entre outros líderes, lancei o nome de Chagas Rodrigues. E fiz a defesa do seu nome dizendo que Chagas Rodrigues representava, paradoxalmente, a possibilidade de alinhamento ou realinhamento de forças, porque tinha o apoio dos ricos e o respaldo dos pobres. Por quê? Chagas Rodrigues, como já explicado, representava duas

das mais ricas e tradicionais famílias do Piauí e, nas duas legislaturas como deputado federal, havia se destacado na defesa dos Direitos Humanos, da Democracia e da Justiça Social. Defendia temas, por exemplo, que poucos tinham coragem de defender, como a reforma agrária, a organização e a defesa dos trabalhadores, o que dava a ele uma imagem renovadora diante do quadro oligárquico, nepotista ou de familismo, como se dizia naquele tempo, representado pelo candidato palaciano, sobrinho do governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra e filho do ex-governador Pedro Freitas. A atuação de Chagas Rodrigues deu a ele um respaldo popular de elevada aceitação no Estado inteiro, notadamente nas camadas mais carentes. Chagas Rodrigues, além do mais, tratava a todos com muita distinção, respeito e solidariedade. Era um jovem, com toda a sua força e energia a serviço das boas causas, a serviço do povo e do seu Piauí. Era um político que fazia política para bem servir e não para ser servido. No final da minha explanação, o nome de Chagas Rodrigues foi aceito sem qualquer contestação. Ainda naquela reunião, o desembargador Simplício de Sousa Mendes foi indicado para substituir Marcos Parente como candidato a senador, mas não aceitou, justificando que o substituto deveria ser alguém da família de Marcos Parente, que havia feito exaustiva, acidentada e perigosa campanha, que terminara custando-lhe a vida. Além do mais, havia despendido uma fortuna em sua caminhada política rumo ao Senado Federal. De forma que, se aceitasse a vaga e fosse eleito, não seria apenas o herdeiro de Marcos Parente no cargo de senador; seria herdeiro, também, do dinheiro que ele despendera com as despesas. E apresentou, ali, num gesto muito nobre, a candidatura de Joaquim Santos Parente, irmão de Marcos Parente, também aceita, de imediato, diante das razões apresentadas. O comunicado foi feito por telegrama ao irmão Milton Ferreira de Carvalho, grande corretor de imóveis no Rio de Janeiro. Foi ele quem comprou, por meio de sua imobiliária, o Edifício Martinelli de São Paulo, belíssima construção com 25 andares e 100 metros de altura, projetada pelo italiano Giuseppe Martinelli, iniciada em 1922 e finalizada em 1930. O sucesso do Edifício Martinelli era tal, que celebridades internacionais vieram ao Brasil para conhecê-lo. O Martinelli foi, durante muitos anos, o símbolo da pujança paulistana e o mais alto da cidade, tendo perdido o título só bem mais tarde para o Edifício Banespa, de 36 andares. Joaquim Santos Parente saíra jovem ainda do Piauí para trabalhar no setor privado no Rio de Janeiro. Como era proprietário de uma loja de tintas, ficou conhecido por Joaquim Tintureiro. Depois de conversar com o irmão Milton Ferreira de Carvalho, que lhe afiançou que ele iria ter todo o apoio para a candidatura, Joaquim Santos Parente aceitou o convite. Então, só tivemos que ir ao Cartório Eleitoral dar entrada na papelada de substituição dos nomes, confeccionar novo material de campanha e correr contra o tempo. As eleições estavam marcadas para o dia 3 de outubro de 1958.

Em depoimento dado ao autor em 10 de julho de 2011, o empresário Magalhães Ribeiro lembra que o pai, Doca Ribeiro, então prefeito de Piracuruca, na reunião referida pelo Dr. Djalma Veloso, ao ouvir o nome de Chagas Rodrigues, levantou-se e disse: “Isto mesmo, não podemos mais perder tempo, vamos procurar logo esse menino do Poncion Rodrigues. Ele anda todo enfatiotado, fazendo o maior sucesso por onde passa, com sua oratória vibrante e falando de temas que agradam o nosso povo”.

Após a reunião, as lideranças da UDN, representadas pelo deputado federal José Cândido Ferraz, fecharam acordo com o PTB, comandado pelo ex-governador Matias Olímpio de Melo.

A chapa oposicionista ficou assim composta: governador – Chagas Rodrigues, PTB; vice-governador – Tibério Nunes, UDN; Senador – Joaquim Santos Parente, UDN; suplente de senador – José Vitorino Correia, PTB; prefeito de Teresina – Petrônio Portella, UDN; vice-prefeito – Inácio Soares da Silva, PL. A Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública ficaria com o PTB. A Secretaria da Educação e Saúde, com a UDN, que era o partido majoritário e tinha respaldo para fazer essas exigências.

A partir do momento em que teve o nome homologado, Chagas Rodrigues passou a ser alvo de ataques brutais de opositores. Em 28 de setembro de 1958, o jornal *O Dia*, sob o título “A candidatura de Chagas”, publicou, na página 4, que ele era “promovente e recebedor de verbas federais para instituições fantasma”, acrescentando, ainda, que “políticos responsáveis não indicariam um elemento como Chagas ao sufrágio popular... Os oposicionistas conseguiram dois milionários para pagar suas explorações... Mas, o Chagas, Chaguinha ou Chagão, Chico, Chiquinho ou Chicão, com esperteza de melhorar sua candidatura a deputado federal, aceitou a incumbência de figurar como candidato a governador do Piauí... Com as duas candidaturas, o deputado Chagas Rodrigues será beneficiado em uma delas... Nunca se viu um acusado de falcatruas aparecer como candidato a cargo eletivo. Chagas Rodrigues é o primeiro, com a conveniência dos udeno-trabalhistas.”

As tintas pesadas também foram descarregadas, com gosto, no até então aliado, Petrônio Portella. A 20 de julho de 1958, na primeira página, sob o título “O exaustivo Petrônio”, o mesmo jornal *O Dia* ataca:

Magricelo e amareloso, Petrônio aparece como candidato a prefeito de Teresina. Dessa vez, ele acordou cedo para agarrar-se a qualquer oportunidade eleitoralista, na suposição de que esteja prestando serviços ao seu partido, quando a indicação de seu nome obedeceu ao plano indisfarçável de medir o seu desajustamento político. Inteiramente desconhecido nesta Capital, sem aproximação do eleitorado, Petrônio nunca demonstrou qualidades suficientes com que possa dirigir a coisa pública, nem cumpriu seu mandato com eficiência, pois, como líder de sua bancada na Assembleia, defendeu a ideia de não fazer oposição ao governador do Estado, atitude essa que causou esmorecimento e decepção aos correligionários.

Combinada ao tom emocional que passou a dominar a campanha eleitoral por parte da oposição, uma série de erros primários provocou a derrota de José Gayoso de Almendra Freitas, conforme anota o historiador Wilson Nunes Brandão na matéria “1958 – Pleito Confuso”, publicada no jornal *Diário do Povo*, em 8 de maio de 2005.

No pleito de 58, as disputas internas, as ambições pessoais e familiares, a incompetência administrativa, a confiança demasiada e a perda do principal aliado – o PTB, levaram o PSD à derrota. Além dos fatores citados, é impor-

tante ressaltar o “acidente da Cruz do Cassaco”, que julgo ter sido o grande indutor da vitória oposicionista. Como já foi ressaltado, o PTB tornara-se um partido representativo e decisivo nas eleições estaduais do Piauí. Uma espécie de “fiel da balança”; estava sob o comando do senador Matias Olímpio e com perspectivas reais de crescimento, sendo, por conseguinte, bastante cortejado. Os acontecimentos se sucederam de forma tal que as oposições conseguiram formar uma chapa competitiva para a eleição. Os fatos revelam o total descontrole nas hostes pessedistas. O PTB, aliado de 1954, rompeu e coligou-se com a UDN. O deputado federal Sigefredo Pacheco não conseguiu se entender com o senador Leônidas Mello, pois ambos aspiravam à candidatura ao governo do Estado. Daí resulta a saída do senador, por discordar da orientação política da cúpula partidária e, em consequência, o seu imediato ingresso no PTB. O deputado federal Hugo Napoleão, que cobrava para si a candidatura ao Senado, e não lhe foi dada, afasta-se da família Freitas e resolve abandonar a política. Pedro Freitas pretendia eleger o filho governador, o ilustre José Pires Gayoso de Almendra Freitas, conhecido como Dedé Gayoso. A administração do general Gayoso e Almendra, primo e cunhado de Pedro Freitas, não era simpática aos olhos dos piauienses, pois frustrara as expectativas delineadas na campanha. O deputado estadual Petrônio Portella, genro de Pedro Freitas, candidatou-se e foi eleito prefeito de Teresina, pela UDN, coligado com o PTB, ficando contra o próprio cunhado. O Partido Libertador – PL que, em princípio, apoiaria a *Coligação Democrática Piauiense*, formada pelo PSD/PR/PSP/PRP e dissidentes do PTB e UDN, retirou-se da coligação, através de seu presidente João Emílio Falcão Costa, e passou a apoiar o candidato das *Oposições Coligadas*, formada pelo PTB/UDN. Na verdade, o esquema situacionista desdenhou dos adversários.

A pá de cal para o sepultamento da candidatura de José Pires Gayoso de Almendra Freitas foi a indisposição do ex-governador e fundador do PSD, Leônidas de Castro Mello, com o governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra por causa da transferência de um soldado de Barras, a pedido de Sigefredo Pacheco, sem a sua concordância. Pelo contrário, lutou o quanto pôde para mantê-lo na cidade. Barras era o torrão natal e principal base política de Leônidas Mello, ao passo que Sigefredo Pacheco era de Campo Maior. Sentindo-se desprestigiado, Leônidas Mello passou para o outro lado. A adesão foi comemorada, com muitos vivas, até altas horas da noite de 17 de setembro de 1958, no Bar Carnaúba, localizado ao lado do *Theatro 4 de Setembro*, na Praça Pedro II.

O jornal *Folha da Manhã*, nº 282, de 21 de setembro, publicou o discurso de adesão de Leônidas Mello, com os comentários reproduzidos no livro *Trechos do meu Caminho*, de sua autoria, e transcritos aqui, na íntegra:

MONUMENTAL DISCURSO PROFERIDO PELO EMINENTE SENADOR LEÔNIDAS MELLO NO COMÍCIO DA PRAÇA PEDRO II PROMOVIDO PELAS OPOSIÇÕES COLIGADAS NA NOITE DE 17 DO CORRENTE.

SABE DEUS DA EMOÇÃO COM QUE ABANDONEI O PSD. MAS ABANDONEI-O DECIDIDAMENTE. ABANDONEI-O PARA SEMPRE.

Piauienses!

Esta chuva é uma bênção de DEUS caindo sobre o povo piauiense que, neste instante de vibração cívica, se reúne em praça pública visando a decidir os seus altos destinos.

Com estas palavras iniciou o seu monumental discurso o eminente senador Leônidas Mello, que, prosseguindo, disse:

Quero que, neste momento, sejam as minhas primeiras palavras proferidas em homenagem a todas as vítimas do pavoroso desastre rodoviário de quatro de setembro, e que traduzam especialmente a imensa tristeza, o meu profundo pesar pelo prematuro desaparecimento de Demerval Lobão e Marcos Parente, que encheu de consternação a alma do povo piauiense.

Na história política do Piauí – continuou o senador Leônidas Mello –, a morte de Demerval e Marcos Parente será uma página de dor, mas será também uma página gloriosa de civismo. Morreram defendendo as suas convicções partidárias. Tombaram na trincheira da luta, defendendo os seus ideais. Derramaram o sangue pela emancipação política do Piauí, lutando, batilhando bravamente para que este Estado tenha um governo que represente realmente a vontade soberana do Povo”.

E aduziu:

Por isso mesmo, estão eles vivos, bem vivos em nossa lembrança e em nossa saudade. Demerval e Marcos – vivos na lembrança e na saudade do povo piauiense – estão do outro lado da vida, no além-túmulo, como que a nos dizer que a melhor maneira de honrar sua memória é continuarmos intrepidamente esta luta que lhes roubou a vida; é levantarmos bem alto a vitoriosa bandeira que só a morte pôde arrebatá-las das suas mãos.

Meus Conterrâneos!

Ao falar-vos neste momento, eu vos devo uma explicação.

Antes de embarcar para o Piauí, eu recebia no Rio de Janeiro telegramas das *Oposições Coligadas*, de numerosos correligionários, de muitos amigos que me pediam viesse até aqui para participar convosco desta jornada cívica que trará a independência do Piauí. Desejavam viesse eu tomar parte ativa nesta campanha memorável, e eu lhes respondia que, apesar de integrando a nobre e grande causa, por imperativos de consciência e por convicções democráticas, lamentava que a precariedade de minha saúde não permitisse atender os honrosos apelos. Mas – povo de minha terra – o golpe que a fatalidade desfechou no Piauí, roubando no mesmo instante, na mesma hora, dois grandes generais desta campanha, esse golpe – repito – repercutiu dolorosamente no meu coração, vibrou intensamente na minha consciência cívica, mandando, imperativamente, como que ditando uma ordem soberana à qual só me cabia o direito de cumprir, como dever sagrado:

Vir ao Piauí, sem atentar para o meu estado de saúde, e não faltar a este Povo, que tantas vezes me tem honrado com a sua confiança e, agora, levanta-se, altivo e forte, decidido e intrépido, defendendo um dos mais legítimos dos seus direitos – o direito de construir um governo que traduza os seus anseios e aspirações; um Governo efetivamente integrado nas normas do regime republicano; um governo essencialmente democrático.

Permiti que divida a minha oração em duas partes.

Com a primeira quero explicar ao povo de minha terra os motivos que me levaram a abandonar o Partido Social Democrático. Com a segunda desejo expor ao povo do meu Estado as razões por que todos os piauienses devem dar preferência ao nome de Chagas Rodrigues para governador do Piauí.

Como sabem meus conterrâneos, fui o fundador, no Piauí, do Partido Social Democrático. A essa agremiação política dei o melhor das minhas energias. Em suas fileiras, vivi quase toda a minha vida pública, e, nos dias de tristeza, nas dificuldades e aflições, sempre me portei corajosamente, suportando os ônus das amarguras.

Chefiando corajosamente esse Partido, o conduzi, por repetidas vezes, a grandes vitórias. E só DEUS, que está presente em nosso íntimo a todas as horas, a todos os instantes, sabe da emoção com que abandonei o PSD. Mas abandonei-o decididamente. Abandonei-o para sempre. Abandonei-o de uma vez por todas.

(Ao proferir essas palavras, o senador Leônidas Mello foi alvo de delirantes e prolongados aplausos. A grande massa popular, que se espalhava por todos os ângulos da Praça Pedro II, parecia ter sido, na oportunidade, dominada por um entusiasmo indescritível. Daí por diante, o orador que vinha, desde o início, sendo vivamente ovacionado, frequentemente, foi compelido a interromper as palavras, enquanto cessavam as vibrantes manifestações, que valiam por uma autêntica consagração popular).

Retomando o curso do seu histórico e brilhante discurso, declarou o senador Leônidas Mello:

“Por duas razões abandonei o PSD: a primeira, decorrente do fato de vir S. Exa., o senhor governador, criando, propositadamente, dentro do Partido, situação que me era constrangedora, incompatível com a consideração a que me julgava com direito. Logo, de simples atos de despreço pessoal passei a receber atos sucessivos de clara hostilidade. E, por fim, vinha S. Exa. pondo em execução completo plano para o meu aniquilamento político. Em cada município tido como meu colégio eleitoral, S. Exa. organizava e montava um grupo, sob sua orientação, com o fim especial de hostilizar aqueles que eram meus velhos e leais amigos. Assim aconteceu em Luzilândia; em Porto; em Batalha; em Amarante; em Uruçuí e vários outros. E, ultimamente, até em minha própria terra natal, a cidade de Barras, surgiu um grupo com a finalidade de desprestigiar meus amigos e até parentes próximos. Era um evidente propósito de aniquilar-me e destruir-me, que já passara ao conhecimento de todos.

Às razões que acabo de expor, por si já fortes demais, uma outra se veio juntar: minha discordância da orientação imposta ao Partido por S. Exa., o senhor governador, na organização da chapa às próximas eleições.

Aí estão, meus conterrâneos, resumidamente, os motivos que me levaram a deixar o PSD piauiense.

E agora, para terminar essa primeira parte, uma pequena explicação: um dos jornais que defendem o governo, comentando o meu desligamento do Partido Social Democrático, afirmou que o fato careceu de significação porque tinha eu saído, porém deixara a bagagem. Quero dizer ao ingênuo cro-

nista que a bagagem a que ele se refere pouco importa no caso. Para compensar eleitores que lá ficam há sempre eleitores que de lá saem.

A bagagem que me interessa, essa eu a trouxe comigo, completa, integral. É a bagagem que representa o meu patrimônio moral, que eu levei anos e anos a construir: a minha dignidade política; o meu nome limpo, que lá não poderiam ficar porque, se lá houvessem ficado, teriam apodrecido.

Meus Conterrâneos!

Passemos à segunda parte do meu discurso.

O povo piauiense vive a hora decisiva na qual em pleito livre vai decidir o seu destino político. Tem dois candidatos à sua escolha: Chagas Rodrigues e José Gayoso Freitas. Como cidadãos, como homens de sociedade, como chefes de família, ambos são igualmente dignos, ambos têm virtudes incontestáveis, ambos são merecedores do meu maior apreço. Mas, meus conterrâneos, aqui não estamos reunidos, nesta noite memorável e histórica, para apreciarmos méritos, virtudes ou predicados de cidadãos. Aqui estamos reunidos para julgarmos merecimento e condições de candidatos em face dos interesses do Estado, dos interesses da coletividade. E, colocados os dois sob esse prisma, ninguém poderá ter dúvida porque, logo à primeira vista, ressalta que devemos preferir a Chagas Rodrigues e nele devemos votar. Muitas são as razões: a Constituição Federal, a Lei Magna, que regula a vida política da Nação, contém dispositivos expressos que privam terminantemente a eleição de parentes dos governantes. E, meus conterrâneos, quando o legislador assim procedeu, quando a Constituição recebeu esses dispositivos, não foi, é claro, porque os legisladores admitissem que todos os parentes de todos os governadores sejam inaptos ou incapazes. Ao contrário disso, todos sabiam, como o sabemos nós, que todos os governadores, inclusive o nosso, têm parentes perfeitamente aptos, dignos, capazes para o desempenho das mais altas funções políticas. Meus conterrâneos, o que o legislador visou, o que a Constituição quis com esses dispositivos foi proibir que nos Estados se instalem as oligarquias que, estas sim, são altamente nocivas à coletividade, nocivas ao Estado. Nocivas, porque o continuísmo vai, aos poucos, formando no subconsciente do governante a convicção de que o poder que detêm não lhe veio originário da vontade soberana do povo, mas lhe coube por um direito de sucessão familiar; nocivas, porque se vai formando, no subconsciente do governante, o pressuposto de que o Estado é um feudo que lhe coube e do qual é senhor absoluto.

Ora, meus conterrâneos, quem como nós conhece a história da política piauiense; quem como nós conhece a história dos governantes piauienses, sabe precisamente que, se o candidato pelo Governo fosse eleito, aqui se instalaria uma oligarquia com todas as suas características e todos os seus inconvenientes. Aí está uma das razões, e forte, e incontestável, e irremovível, por que o povo piauiense deve votar em Chagas Rodrigues.

Meus Conterrâneos:

Em todos os pleitos eleitorais, como o próximo a realizar-se, a candidatura a governador do Estado é a que mais de perto, mais diretamente, interessa ao povo. E nem podia deixar de ser assim porque os outros candidatos, uma vez eleitos, vão para o Congresso Nacional integrar Assembleias que deliberam coletivamente, nas quais as decisões representam não a vontade de um, mas a

vontade das maiorias. O governador, entretanto, este ficará aqui, com a obrigação de a todos ouvir, de a todos receber e escutar, porém com a liberdade de receber apenas os que forem do seu agrado e de decidir, por si mesmo, como de justiça lhe pareça ou como seja da sua vontade. Por isso mesmo, meus conterrâneos, se a candidatura a governador é a que mais interessa ao povo, os Partidos têm a obrigação precípua, de antes de escolher o candidato, auscultar a vontade popular; procurar sentir as suas afinidades, as suas preferências por este ou aquele nome. Ora, meus conterrâneos, todos nós sabemos que o candidato do governo foi escolhido em reunião de poucos líderes, realizada no gabinete do governador, na qual foram levados em conta apenas interesses políticos pessoais e o desejo de agradar e obedecer à vontade do governador. Ninguém cuidou ou pensou no Estado, ninguém se lembrou do povo. Ninguém, sequer, procurou saber se o escolhido gozava da estima popular. Assim surgiu o candidato. Uma legítima candidatura de “bolso de colete”; mais que isso, uma candidatura familiar. Por isso mesmo, não tenho dúvidas que será um candidato natimorto: aí está outra razão, também forte e incontestável, para que o povo piauiense prefira Chagas Rodrigues.

Meus Conterrâneos!

O candidato ao governo deve ser um cidadão que, se eleito, tenha condições de assumir a Chefia do Estado, sem qualquer dependência, sem qualquer subordinação a esta ou àquela pessoa, a este ou àquele grupo. Só assim poderá agir com liberdade, traçar orientação própria, assumir a plena responsabilidade dos seus atos. Ora, meus conterrâneos, todos nós sabemos que se o candidato do governo fosse eleito jamais poderia libertar-se da Influência do seu antecessor, que é seu tio, e do antecessor deste, que é seu pai. O Piauí iria ter não um governador, mas, na realidade, uma Junta Governativa, composta do pai, do filho e do tio. Aí está outra razão, e também forte, também incontestável, também irresistível, para que o povo piauiense vote em Chagas Rodrigues.

Meus Conterrâneos,

Chagas Rodrigues já duas vezes foi eleito deputado federal. Cada eleição mostra a preferência que lhe dá o eleitorado. Cada vitória é o resultado de uma luta em que ele mais se identifica com o povo; cada vitória é uma expressão da vontade popular. Mas a isso se poderia objetar que o candidato do governo também duas vezes desempenhou mandatos eletivos estaduais. É preciso, porém, lembrar que sua eleição não decorre de nenhum esforço. Elege-se só com o eleitorado de José de Freitas, a cidade onde sua digna família – merecedora, aliás, da minha maior estima, do meu maior respeito e acatamento – é influência eleitoral preponderante. A sua eleição é sempre, tranquila como um deslizar de cisnes brancos sobre lagos azuis e serenos. Meus conterrâneos, Chagas Rodrigues é candidato das grandes forças partidárias do Estado. Seu nome, fora de dúvida, merece a preferência do eleitorado porque as raízes da sua candidatura se aprofundam no seio do povo que o apoia. Ao contrário disso, o candidato do governo se apoia na força de grupos econômicos organizados especialmente para se apoderarem do Estado. Já pensaram, meus conterrâneos, quantos milionários o Governo reuniu para apoiarem seu candidato? E nada é mais prejudicial ao Estado que a influência política de grupos econômicos. É um tremendo agente de corrupção, que deve ser evitado. Em face de tantos milionários reunidos para a disputa do Poder, se o candidato do Governo fosse eleito nunca mais um

piauiense pobre, maior que fosse o seu mérito, alcançaria qualquer posição de destaque na vida pública do Estado. Pensem nisso, meus conterrâneos. É mais uma razão, e também forte, e também incontestável, para que o povo piauiense prefira votar em Chagas Rodrigues.

Piauienses!

Contem comigo. Vim para essa grande peleja cívica combater convosco ao lado de Matias Olímpio. E quando digo que venho combater a seu lado peço vossa atenção para o passado de nossa vida pública, de nós ambos. Um longo passado, todo ele dedicado ao bem-estar público, sem manchas e sem negociatas e que, por isso mesmo, nos confere a ambos autoridade moral para podermos indicar ao povo piauiense os rumos a seguir, os caminhos que conduzirão nosso Estado à sua felicidade e à felicidade de todos.

Meus Conterrâneos!

Ao nosso lado estão Joaquim Parente e Vitorino Correia. Nas veias do primeiro corre o mesmo sangue que corria nas veias e pulsava no coração de Marcos Parente. Joaquim Parente é, como era Marcos, filho da nossa terra, conhecedor dos nossos problemas, tendo vivido toda a infância e parte da mocidade em pleno sertão piauiense. Guarda na alma a lembrança viva desta terra a que ele, como Marcos, está disposto a servir com toda a dedicação. É por isso mesmo que a todos que me ouvem neste grande comício, a todos os que me ouvem de todos os recantos do estado, peço que votem em Joaquim Parente. Se assim o fizerdes, estareis honrando a memória de Marcos Parente e ainda elegendo um cidadão digno e mostrando à nação o alto sentimento de justiça dos piauienses, que sabem também honrar os seus compromissos.

De Vitorino Correia pouco preciso dizer. Não necessita de apresentação, que vós o conheceis de sobra. É o homem que já governou o Piauí com honestidade, compostura, dignidade e eficiência. É o homem a quem, na capital da República, ninguém excede em solicitude quando atende aos piauienses, quando trata de interesses do Piauí. É o mineiro que se fez piauiense pelo coração. É o companheiro de lutas anteriores, dedicado, sincero, firme ao nosso lado. Peço atenção para uma circunstância especial, exigência da lei eleitoral: na votação para senadores, é preciso votar na chapa completa, nos dois nomes. Votar só em Vitorino será perder o voto.

Conterrâneos!

Votai também em Tibério Nunes para vice-governador. Perguntai ao povo de Floriano quem é Tibério Nunes, e ele vos responderá: é médico simples, digno, humanitário, culto, que vive em nossos corações pelo bem que faz a todos.

Quero ainda fazer-vos um pedido: para prefeito e vice-prefeito, votai em Petrônio Portella e Inácio Soares. Eu vos afirmo que estareis votando acertadamente. São homens de atitudes impecáveis, homens de ação e trabalho capazes de promover o progresso de nossa capital.

Meus conterrâneos!

Tantas são as razões pelas quais deveis votar com as oposições coligadas que, para expô-las, eu vos poderia falar a noite inteira. Mas vou terminar o meu discurso, porque há outros oradores que muito têm a dizer-vos e aos

quais deveis ouvir, porque todos defendem a mesma causa, que é a causa do nosso Piauí. Não quero, porém, encerrar as minhas palavras sem dirigir-me a Parnaíba, que me escuta distante. Parnaíba de tradições gloriosas. Parnaíba de Simplicio Dias, Parnaíba centro de progresso, civilização e cultura. Parnaíba, pedaço de terra de onde subiu aos céus piauienses o primeiro brado de liberdade. Parnaíba, recebe a homenagem que te presta o povo piauiense na escolha de um ilustre filho teu para governador do nosso Estado. Recebe-a e movimenta o teu civismo histórico. Convoca a tua gente, homens e mulheres, moços e velhos, adultos e crianças. Convoca-os a todos e faz das suas vozes uma clarinada estridente de civismo e de liberdade que ressoe por todas as cidades, por todas as vilas, por todos os povoados, por todos os chapadões, por todas as matas, por todas as serras, por todos os recantos da terra piauiense, anunciando a todos e a tudo que a 3 de outubro teremos jogado ao chão a última das oligarquias brasileiras e nossa bandeira tremulará vitoriosa porque Chagas Rodrigues estará eleito governador do Piauí.

Dirijo-me também a Picos, invoco a lealdade de Francisco Santos. Ao senador Valdemar Santos, a Josué Santos, a João de Moura Santos, apelo para que organizem as suas forças e fortaleçam a grande jornada de libertação do Piauí.

Dirijo-me a todos os piauienses, de todos os pontos, dos mais próximos aos mais longínquos: votai nos candidatos das oposições coligadas e estareis colaborando na mais nobre de todas as causas, que é a defesa do bem-estar e da felicidade da nossa terra (MELLO, 1976, p. 441).

Piauí: resultado das eleições de 1958

As eleições do dia 3 de outubro de 1958 foram marcadas por surpresas e imprevistos. Da mesma forma que o candidato a governador foi mudado de última hora, entrando Chagas Rodrigues por conta do falecimento de Demerval Lobão, houve mudança, também, na candidatura a prefeito de Teresina. De última hora, Petrônio Portella surge candidato à sucessão de Agenor Barbosa de Almeida, do PSD, em razão da desistência de Valter Alencar, que exercia a função de professor interino da Faculdade de Direito do Piauí, e a legislação não permitia que se afastasse com as vantagens do cargo. Perdê-las seria sacrificar a renda familiar. Por isso, não se candidatou.

Petrônio Portella tomou posse no cargo de prefeito de Teresina, dia 31 de janeiro de 1959, levado pelo amigo Afrânio Nunes, num Chevrolet C 10. Era seu vice Inácio Soares da Silva.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues elegeu-se deputado federal e governador do estado (PTB, 101.523 votos), derrotando José Pires Gayoso de Almendra Freitas (PSD, 82.647 votos).

Tibério Barbosa Nunes elegeu-se vice-governador (UDN, 96.440 votos), derrotando Agenor Barbosa de Almeida, (PSD, 91.071 votos). Tibério Nunes, apesar de oirense, gabava-se de ser o maior chefe político de Floriano, ganhador de todas as eleições em sua nova terra, em disputa própria ou de al-

guém apoiado por ele. De âmbito municipal, essa pata de coelho deu sorte em nível estadual. Sua candidatura a vice-governador deveu-se, em grande parte à sua liderança no Sul do Estado, notadamente na cidade de Floriano, onde foi prefeito, presidente da UDN, e conseguiu votação necessária para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa, chegando à presidência da Casa. Pesou também a fidelidade à UDN. Tibério Nunes era homem de partido. E muito espeitado por isso.

Joaquim Santos Parente (UDN, 103.597 votos) elegeu-se senador, derrotando José de Mendonça Clark (PSD, 79.963 votos) e Ademar Soares da Rocha (PST, 3.525 votos). José Vitorino Correia (PTB, 97.654 votos) ficou na suplência de senador, em disputa com Sigefredo Pacheco (PSD, 80.183). Petrônio Portella foi eleito prefeito de Teresina (UDN, 15.551 votos), derrotando Antônio Chrysippo de Aguiar (PR, 4.691 votos). Petrônio Portella conseguiu romper a coligação existente no Piauí entre o PSD e o PTB, atraindo o PTB para uma aliança com a UDN, a qual garantiria, também, a eleição de Chagas Rodrigues, do PTB, para o governo do Piauí, contra a candidatura do seu próprio cunhado, José Gayoso de Almendra Freitas, do PSD. Inácio Soares da Silva, advogado, ex-vereador, ex-deputado estadual, ex-diretor do Banco do Estado do Piauí, foi eleito vice-prefeito (PL, 14.109 votos), derrotando Antônio Francisco do Vale Mendes, 5.611 votos.

A chapa vitoriosa elegeu sete dos 11 vereadores. UDN (4): Gil Andrade (1.244 votos), Raimundo Wall Ferraz (777 votos), Edson Pires Frazão (727 votos) e Demóstenes Fonseca Maranhão (685 votos). PTB (3): José da Costa e Silva (765 votos), Manoel Felício de Carvalho (405 votos) e José Carlos Olímpio de Melo (393 votos). PSD (2): Arthur de Araújo Passos (646 votos) e José Patrício Franco (407 votos). PR (1): Genez Moura Lima (333 votos). PSP (1): Luiz Vasconcelos de Carvalho (300 votos).

Em entrevista ao historiador Manuel Domingos Neto, Pedro Freitas dá sua versão sobre a derrota para Chagas Rodrigues:

MDN – Vamos falar da eleição de Chagas Rodrigues... Por que o senhor perdeu a eleição?

PF – A campanha de Chagas Rodrigues foi bem feita. Eu já vinha governando, depois foi o general Gayoso, que era meu cunhado (a minha primeira esposa, Carolina, era irmã dele) e, contra a minha opinião, apresentaram meu filho, José Gayoso Freitas, para governador. Seria uma ditadura de três mandatos. Essa foi uma das principais razões. A outra foi a morte, por acidente, de Demerval Lobão (candidato a governador pela UDN) e do deputado Parente. Isso abalou muito a opinião pública em favor dele. Meu filho terminou perdendo a eleição. Sigefredo Pacheco brigou com Leônidas e fez uma imposição ao governo Gayoso. Leônidas se zangou e passou para a oposição.

MDN – Que tipo de pedido Leônidas fez?

PF – Foi a briga de um soldado em Barras. Sigefredo disse que o soldado estava ameaçando matar o médico de lá, doutor Lages, amigo de Sigefredo. Leônidas disse que o soldado não tinha coisa nenhuma, nem tinha espírito

mau. Gayoso terminou retirando-o, a pedido de Sigefredo, contra a vontade de Leônidas. Ele, que tinha fundado o PSD, não teve força para manter um soldado de polícia!, e passou para o outro lado, e meu filho perdeu a eleição. A causa essencial foi Sigefredo, com essa briga com Leônidas.

MDN – Como foi a escolha de seu filho para candidato?

PF – A grande maioria – eu também não queria – preferia um nome que não tivesse nem Gayoso nem Freitas, para não se dizer que era oligarquia. Mas o partido o escolheu.

MDN – Qual a opinião do senhor a respeito do ex-governador Chagas Rodrigues?

PF – É um grande conversador, mas não é um bom administrador. É um politiquês, que quer oposição. Tudo dele era interesse político, não tinha negócio de solidariedade não. Era interesse político pessoal dele. Não tinha popularidade. Mas, como administrador, não demonstrou capacidade. Agora, Poncion Rodrigues, o pai dele, era homem muito bom e muito meu amigo. Também, ele era parnaibano. Aqui sempre houve, assim, uma coisa do povo de Parnaíba com o povo de Teresina. Uma rivalidade, sempre! Já foi muito grande, mas hoje ainda se nota. O que é fato é que, para apoiar Petrônio, todo mundo foi solidário.²²

MDN – Chagas Rodrigues, governador, chegou a prejudicar a influência política do senhor?

PF – Pouco, pouco. Não consegui. Ele apoiou e prestigiou os correligionários dele. Meus correligionários foram todos demitidos e substituídos pelo pessoal dele. Ranulpho Raposo falava que ele se deu bem com o pessoal do PSD... Perseguição forte, bem hostil, não. Não vivia hostilizando. Mas ele não prestigiava o PSD. Nunca prestigiou. Aqui (em Teresina), ele traiu. De Parnaíba, eu não dou notícia. É a terra dele. Mas o fato é que o Chagas nunca mereceu muita confiança política (DOMINGOS NETO, 2010, p. 192-193).

Nas eleições de 1958, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), do qual Leonel Brizola foi um dos fundadores em 1945, saiu-se bem em todos os níveis. Além de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, deu a vitória a outros quatro candidatos a governador — Gilberto Mestrinho (Amazonas), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (Piauí), José Parcifal Barroso (Ceará) e Roberto Silveira (Rio de Janeiro). Para a Câmara Federal, elegeu 66 dos 326 deputados. E entre 21 senadores, consagrou cinco nas urnas: Vivaldo Lima Filho, Amazonas – AM, suplente Josué de Sousa; Menezes Pimentel, Ceará – CE, suplente Valdemar Alcântara; Barros Carvalho, Pernambuco – PE, suplente Antônio Baltar; Miguel Couto Filho, Rio de Janeiro – RJ, suplente Bandeira Vaughan; Guido Mondin, Rio Grande do Sul – RS, suplente Geraldo Lindgren.

²²Segundo Domingos Neto (2010, p. 193), “a comparação entre as candidaturas de Chagas Rodrigues e de Petrônio Portella justifica-se pelo fato de ambas serem de partidos contrários aos Freitas. O primeiro, como parnaibano, teria sofrido objeções de teresinenses. O segundo, de um município do interior, Valença, já havia assegurado importante apoio na Capital, onde foi prefeito”.

Na tabela a seguir, o resultado detalhado das eleições de 1958 no Piauí.

Governador	
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (PTB) – eleito	101.525 votos
José Pires Gayoso de Almendra Freitas (PSD)	82.647 votos
Vice-governador	
Tibério Nunes (UDN)	96.440 votos
Agenor Barbosa de Almeida (PSD)	91.071 votos
Senadores	
Joaquim Santos Parente (UDN) – eleito	103.597 votos
José de Mendonça Clark (PSD)	79.963 votos
Adelmar Soares da Rocha (PST)	3.525 votos
Suplentes de senadores	
José Vitorino Correia (PTB)	97.654
Sigefredo Pacheco (PSD)	80.183 votos
Joaquim Nelson de Carvalho (PST)	3.348 votos
Deputados federais eleitos – PTB/UDN (4)	
Clidenor de Freitas Santos (PTB)	19.444 votos
Joaquim Lustosa Sobrinho (UDN)	17.205 votos
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (PTB)	17.055 votos
José Cândido Ferraz (UDN)	15.676 votos
Suplentes de deputados federais – PTB/UDN (3)	
Heitor Cavalcanti (UDN) – efetivado	13.738 votos
Ezequias Gonçalves Costa (UDN)	10.470 votos
Francisco Ferreira de Castro (PTB)	5.712 votos
Deputados federais eleitos – PSD/PR/PSP/PRP (3)	
Tertuliano Milton Brandão (PSP)	17.136 votos
Dyrno Jurandir Pires Ferreira (PSD)	16.233 votos
Laurentino Pereira Neto (PSD)	14.482 votos
Suplentes de deputados federais – PSD/PR/PSP/PRP (4)	
João de Moura Santos	12.837 votos
Edison Dias Ferreira	12.620 votos
Mirócles de Campos Vêras	12.536 votos
Francisco Pires de Gayoso e Almendra	10.989 votos
Deputados estaduais eleitos – PSD (12)	
João Clímaco D’Almeida	5.143 votos
Antônio Barroso de Carvalho	4.644 votos
Antônio Manoel Gayoso de A. C. Branco	4.176 votos

Benoni Portela Leal	4.106 votos
Manoel da Silva Dias	4.076 votos
Alfredo Leal Nunes	3.831 votos
Clóvis Melo	3.739 votos
Sebastião da Rocha Leal	3.650 votos
Humberto Reis da Silveira	3.627 votos
Aristeu Tupinambá de Sousa	3.592 votos
Constantino Pereira de Sousa	3.574 votos
Waldeck Bona	3.528 votos
Suplentes de deputados estaduais – PSD (12)	
Francisco Jacob Gayoso e Almendra	3.324 votos
Álvaro Rodrigues de Araújo	3.178 votos
Odilon Carvalho de Almendra Freitas	3.176 votos
Cleanto Jales de Carvalho	3.152 votos
Caio Coelho Damasceno	2.881 votos
Antônio dos Santos Rocha	2.729 votos
Epaminondas Castelo Branco	2.466 votos
Vitalino de Alencar Bezerra	2.343 votos
Edson Martins da Rocha	2.202 votos
Augusto Nogueira Paranaguá	2.190 votos
Francisco Aires de Morais	1.172 votos
José Liberato Boavista	120 votos
Deputados estaduais eleitos – UDN (9)	
Helvídio Nunes de Barros	4.881 votos
Djalma Martins Veloso	3.801 votos
Raimundo Vaz da Costa Neto	3.618 votos
José Ferreira de Alencar Mota	3.600 votos
Paulo da Silva Ferraz	3.596 votos
Deusdedit de Albuquerque Cavalcante	3.559 votos
Milton de Aguiar	3.449 votos
José Nazareno Soares de Araújo	3.285 votos
Orlando Barbosa de Carvalho	3.242 votos
Suplentes de deputados estaduais – UDN (10)	
Waldemar de Castro Macedo	3.213 votos
Antônio de Deus Carvalho	2.746 votos
Benjamin Lustosa Nogueira de Araújo	2.690 votos
Roberto Couto Raulino	2.630 votos
José Mendes de Moraes	2.264 votos
Wenceslau de Sampaio	2.170 votos
Carlos do Rêgo Monteiro	2.153 votos
João Emílio Falcão Costa	1.330 votos

João Leite Sobrinho	1.087 votos
José Nelson de Carvalho	308 votos
Deputados estaduais eleitos – PTB (7)	
Alberto Bessa Luz	3.839 votos
João Ribeiro de Carvalho	3.701 votos
Thiago José da Silva	3.258 votos
José Carvalho do Bonfim	3.130 votos
Manoel Nogueira Lima	2.903 votos
Filadelfo Freire de Castro	2.828 votos
Álvaro de Carvalho Melo	2.716 votos
Suplentes de deputados estaduais – PTB (14)	
Themístocles de Sampaio Pereira	2.707 votos
Severo Maria Eulálio	2.652 votos
Raimundo de Castro Paixão	2.095 votos
Milton Costa Cardoso	1.883 votos
Ocílio Pereira do Lago	1.723 votos
Raimundo Olanda Sobrinho	1.639 votos
Alcenor Candeira Rodrigues	1.593 votos
Josípio da Silva Lustosa	1.449 votos
Gonçalo de Castro Lima	1.323 votos
Samuel Tupinambá	1.279 votos
Antônio Ribeiro Dias	1.211 votos
Bernardo Batista Leão	1.071 votos
Honorato Gomes Martins	991 votos
Simplicio Coelho de Rezende	873 votos
Deputados estaduais eleitos PSP/PR/PRP (3)	
Cândido Fernandes de Oliveira	4.697 votos
José Lourenço de Araújo Mourão	3.955 votos
Alberto de Moura Monteiro	2.786 votos
Suplentes de deputados estaduais PSP/PR/PRP (6)	
Aluísio Soares Ribeiro	2.226 votos
Hugo Bastos	1.819 votos
José Severiano da Costa Andrade	1.476 votos
Vicente de Paula Silva	878 votos
Maria Guadalupe Lopes Lima	159 votos
Francisco José Fontenele	34 votos
Suplente de deputado estadual (partido não informado)	
Vicente Miguel da Silva	5 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Governo Chagas Rodrigues

Tinha paixão pelo seu trabalho e considerava a atividade política como uma das mais nobres, senão a mais nobre que o ser humano podia desempenhar – trabalhar pelo bem de todos, pois era assim que entendia a ação política.

Almira Rodrigues

Embates iniciais

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, aos 36 anos de idade, assumiu, em 31 de janeiro de 1959, o governo do Piauí, abalando as estruturas arcaicas existentes. Provocou um baque enorme no principal partido político do Estado até aquele momento, o PSD. Governou dando prioridade à economia e buscando a aproximação com as massas, a exemplo dos operários e das Ligas Camponesas, e com personagens políticas alinhadas com a esquerda, como Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul (25/3/1959 – 25/3/1963), e Miguel Arraes, que seria governador de Pernambuco, pelo PST, com apoio do PCB, de 1963 a 1964, quando foi cassado pelo governo militar e exilou-se na Argélia.



Posse de Chagas Rodrigues, sob os olhares atentos de Ezequias Costa e Tibério Nunes à direita; ao lado esquerdo, o professor Valter Alencar.

Embora sem muito conhecimento sobre as lideranças políticas locais, o que iria complicar sua ação no decorrer da administração, Chagas Rodrigues forma uma equipe do mais alto nível, recrutando os melhores quadros da UDN e do PTB e, é claro, do seu círculo de amizade e familiar, como podemos ver no quadro a seguir.

Gabinete Civil: chefe – Dr. Raimundo de Brito Melo; subchefe – Audir Fortes Rebelo; oficiais de Gabinete – Drs. Rosmarino do Rêgo Monteiro e Breno Coelho Machado; secretário particular – Dr. Reginaldo Santos Furtado; secretário de imprensa – Dr. Ofélio das Chagas Leitão (depois Valdemar Sandes); consultor jurídico – Dr. Benjamin do Rêgo Monteiro Neto; assessor econômico e diretor da CODESE – professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana; assessor técnico – Dr. Raimundo Martins de Sousa (Pereirinha). Paes Landim, que era presidente da Frente Nacionalista e redator da Folha da Manhã, também fazia parte da equipe, assim como Nicolau Waquim.

Casa Militar: chefe – coronel Antônio Diogo Lustosa; ajudante de ordens – major Manoel Ribeiro Soares; comandante do contingente do Palácio de Karnak – tenente César Pereira de Albuquerque.

Polícia Militar: comandante – coronel Pedro Borges da Silva Filho.

Secretariado: secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública – Dr. Valter Alencar (depois Dr. Djalma Martins Veloso); secretário da Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio – Dr. José Mariotte de Lima Rebelo; secretário da Educação e Saúde – Dr. Ezequias Gonçalves Costa (depois, interinamente, Valter Alencar, deputado estadual Paulo Ferraz e, em seguida, professor Afrânio Nunes); secretário de Finanças – Dr. José Tobias Duarte (depois José Nilo de Pádua Fortes e Edson Ferreira).

Autarquias: diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e, interinamente, diretor do Instituto de Águas e Energia Elétrica – Dr. José da Silva Thé (depois Dr. Francisco Ferreira de Castro, que havia ocupado o cargo de vice-governador no governo Jacob Manoel Gayoso e Almendra); presidente do Instituto de Assistência Hospitalar – Dr. Gerardo Magela Fortes Vasconcelos; presidente da Caixa Beneficente dos Servidores do Estado – Raimundo Ney Baumann.

Sociedades de Economia Mista: presidente do Frigorífico do Piauí S. A. – Dr. Lauro de Andrade Correia; diretores – Nelson Coutinho, Ivon Pacheco (irmão de Cláudio e Sigefredo Pacheco) e Nilo Oliveira (ambos de Campo Maior); contador – Dr. José Lopes dos Santos; presidente do Banco Agrícola e Comercial do Piauí S. A. – Raul Serrano; gerente – José Custódio Cordeiro Neto.

A primeira baixa na equipe de Governo dá-se porque em União, dona Alaíde, por estar passando necessidade, pede ao deputado estadual Álvaro de Carvalho Melo (PTB) que consiga para ela o cargo de zeladora em um colégio estadual da cidade. Dona Alaíde frequentava a casa do deputado, que era tio de Valdemar Felinto de Melo, casado com dona Terezinha Rodrigues, irmã do governador Chagas Rodrigues.

O governador Chagas Rodrigues recebe o pedido e, após averiguar o estado de pobreza de dona Alaíde, resolve nomeá-la zeladora, sem o aval do secretário de Educação e Saúde, Ezequias Gonçalves Costa. Encaminha, então, o decreto para o secretário, que se recusa a assiná-lo, por ser um ato administrativo em prejuízo da UDN e que só atenderia interesses de membros do PTB de União, um dos seus principais redutos eleitorais. Sentindo-se contrariado em seus interesses políticos, o secretário deixa a Secretaria da Educação e Saúde no dia 17 de maio de 1959, com pouco menos de cinco meses de gestão.

Embora lamentando o pedido de exoneração de Dr. Ezequias Gonçalves Costa, o governador Chagas Rodrigues mantém a nomeação de dona Alaíde e

designa o professor Valter Alencar para responder, interinamente, pela pasta. Sua posse se dá às 10 horas do dia 20 de maio de 1959.

No dia 1º de julho, os dirigentes locais da UDN, sob a presidência de Petrônio Portella, reuniram-se para escolher o nome que iria, de maneira efetiva, ocupar o cargo. O deputado Milton de Aguiar sugeriu o nome do deputado estadual Paulo Ferraz, em segundo mandato, reeleito com expressiva votação em Teresina. No dia seguinte, saiu o decreto de sua nomeação, conforme informa Valter Alencar Rebelo, neto de Valter Alencar, em depoimento dado ao autor em 26 de novembro de 2009.

A escolha do professor Valter Alencar se deu porque, com o seu dinamismo, a sua honestidade e o seu elevado espírito público, em pouco tempo de trabalho sacudiu a emperrada máquina administrativa da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, reformulando a legislação policial, modernizando métodos e sistemas, com especial atenção à valorização do agente policial. Construiu a Central de Polícia, que até então funcionava na Rua 13 de Maio, próximo à Rua São Pedro, atual Instituto Médico Legal – IML, oferecendo melhores condições de segurança à população piauiense. Antes da Central de Polícia, todo preso era levado para a Delegacia da Piçarra, que tinha o curioso apelido de “Boca de Pau”. Ele reformulou também a legislação policial, em processo amplo de modernização do sistema, valorizando inclusive o servidor, o agente. O professor Valter Alencar, pela dedicação total ao trabalho, no decorrer do governo Chagas Rodrigues, foi nomeado, ainda, interinamente, para as pastas da Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio e Gabinete Civil (abril de 1962). É bom lembrar que o professor Valter Alencar vinha de uma experiência anterior como secretário-geral do Estado, cargo hoje equivalente ao de secretário de Governo, e, nessa condição, chegou a governar o Piauí como interventor federal interino, no período de 8 de julho a 3 de setembro de 1946, quando sucedeu o amigo José Vitorino Correia.

Haveria novas baixas na equipe de Governo. O professor petebista Valter Alencar vivia às turras com o udenista Paulo Ferraz e não se conformava com a interferência dele na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública. Para atingi-lo, penalizou, com suspensão, o professor Olímpio Castro, que exercia cargo de delegado de polícia em Teresina e era ligado ao deputado estadual e secretário Paulo Ferraz. Inconformado, o professor Olímpio Castro pediu exoneração.

Jogador inveterado, o deputado Paulo Ferraz tinha como parceiro de mesa Moisés Caddah, que pediu a indicação para o primo José Caddah, que, apesar de formado pela Faculdade de Direito do Piauí em 1954, trabalhava com o pai, Miguel Dib Caddah, na loja Irmãos Caddah, localizada na Praça Rio Branco, entre as Ruas Simplício Mendes e Areolino de Abreu. Em reunião no dia 10 de maio de 1960, a direção da UDN ratificou o pedido, por 16 a 5.

Confiante no prestígio que adquirira com o governador Chagas Rodrigues, o professor Valter Alencar anunciou que em nenhuma hipótese assinaria a nomeação de José Caddah, pois, embora desfrutasse da amizade da família Caddah, não teria sob o seu comando outra pessoa de confiança do deputado Paulo Ferraz.



Multidão em frente ao Palácio de Karnak, na posse de Chagas Rodrigues.

A direção da UDN, ainda ressentida por conta da saída de Ezequias Costa da Secretaria da Educação e Saúde e alegando quebra de acordo político pelo governador Chagas Rodrigues, exigiu a exoneração do professor Valter Alencar.

Tentando evitar uma nova crise, o governador Chagas Rodrigues mandou chamar José Caddah em seu gabinete, em caráter de urgência. Numa reunião que começou às 15 e terminou às 18 horas, foram oferecidos para José Caddah, em troca de ele não aceitar a indicação feita pelo deputado Paulo Ferraz, os cargos de diretor do Hospital Areolino de Abreu ou de fiscal de Rendas do Estado.

Como José Caddah não deu resposta de imediato, o governador Chagas Rodrigues disse que ele poderia ficar à vontade para responder com calma. Agradecendo a gentileza e a atenção dispensadas pelo governador, José Caddah disse que não aceitaria a troca do cargo para o qual fora indicado sem antes ouvir o deputado Paulo Ferraz. Pediu licença e retirou-se. Na saída do Palácio de Karnak, ao atravessar o portão principal, diversas pessoas o abordaram, já com conhecimento de causa sobre o assunto, que havia sido tratado apenas por ele e o governador Chagas Rodrigues.

Ao chegar à sua residência, José Caddah encontrou o deputado Paulo Ferraz esperando-o. Após relatar a conversa que teve com o governador Chagas Rodrigues, ouviu dele que não aceitasse nenhuma outra indicação, pois não iria ficar desmoralizado perante a classe política nem junto aos seus familiares.

No outro dia, Pereirinha (Raimundo Pereira de Sousa), assessor de confiança do governador Chagas Rodrigues, foi cedo à *Inovação Tecidos*, outra loja da família de Caddah, localizada na Rua Coelho Rodrigues, 1.129, onde hoje está instalada a *Toc-Toc Calçados*, para dizer a José Caddah que o governador Chagas Rodrigues queria vê-lo com urgência, e que estava ali para acompanhá-lo. Ao chegar ao Palácio de Karnak, o governador, que ainda estava de pijama, perguntou qual a resposta final dele sobre o caso em pauta. José Caddah disse que, após se entender com o deputado Paulo Ferraz, não poderia aceitar nenhuma outra indicação a não ser a de delegado de Polícia da Capital. E, segundo depoimento dado ao autor em 2005 pelo próprio José Caddah, enfatizou: “Eu não sou político, não vou viver de política, e não vou ofender o deputado Paulo Ferraz, traindo a sua confiança; portanto, nossa conversa se encerra aqui”.

Ainda segundo José Caddah, o governador Chagas Rodrigues, coçando muito a cabeça, em sinal de grande preocupação, disse-lhe: “Com esta sua atitude, Dr. José Caddah, terei, com certeza, uma grave crise política no meu governo, porque não vejo alternativa a não ser exonerar os dois secretários, o deputado Paulo Ferraz e o professor Valter Alencar que, além da amizade pessoal, muito representa para a minha administração. Compreendo que, não sendo político, não possa alcançar a dimensão desta sua recusa em aceitar outro cargo no meu governo. Mas, respeito e admiro a sua fidelidade ao deputado Paulo Ferraz, uma atitude rara hoje em dia”.

Após a saída de José Caddah de sua sala, no Palácio de Karnak, o governador Chagas Rodrigues passou urgente telegrama para o senador Matias Olímpio de Melo, chamando-o ao Piauí, para que ele interferisse na questão e apontasse, logo, uma solução para o caso.

Por essa época, o vice-governador Tibério Nunes e o deputado estadual Nazareno Araújo, ambos de Floriano, hospedavam-se no Hotel Piauí, hoje Luxor Hotel, na Praça Marechal Deodoro, atual Praça da Bandeira, onde também ficava a Assembleia Legislativa do Estado e atualmente fica a Secretaria da Cultura do Piauí.

Estavam lá, em confabulações, quando ouviram insistentes batidas à porta do apartamento. Nazareno Araújo, bastante irritado, foi abri-la, dando de cara com o deputado federal Heitor de Albuquerque Cavalcanti que, de semblante carregado, disse à queima-roupa: “Tibério, prepare-se para assumir o governo”. E, antes que o espantado Tibério Nunes esboçasse qualquer reação, perguntou: “O Chagas não nos garantiu, ontem, que iria exonerar o professor Valter Alencar?” Diante da afirmativa de Tibério Nunes, concluiu: “Pois agora ele veio com a história de que ainda precisa ouvir o senador Matias Olímpio de Melo e que já passou um telegrama para o Rio de Janeiro, chamando-o aqui. Se ele está pensando em desmoralizar a UDN, está enganado, porque eu vou mandar matá-lo”.

Na tarde do dia seguinte, o governador Chagas Rodrigues resolveu aconselhar-se com o ex-governador Leônidas Mello, indo até à sua residência, na Avenida Frei Serafim, acompanhado de Tibério Nunes, Heitor Cavalcanti e

do diretor do Hospital Getúlio Vargas, Dr. Gerardo Vasconcelos. Próximo já da residência de Leônidas Mello, Tibério Nunes disse ao governador Chagas Rodrigues, em tom ameaçador: “Olhe, Chagas, se você não atender ao nosso partido, poderá ser assassinado”. “Será, Tibério, que alguém da UDN tem coragem de me matar?” “Tem, sim! O Heitor me disse que mandará matá-lo. Disse ou não disse, Heitor?”

Pego de surpresa e sem jeito, Heitor Cavalcanti não teve outra saída senão confirmar a irrefletida ameaça, conforme relato do ex-governador Helvídio Nunes de Barros (BARROS, 1996, p. 13).

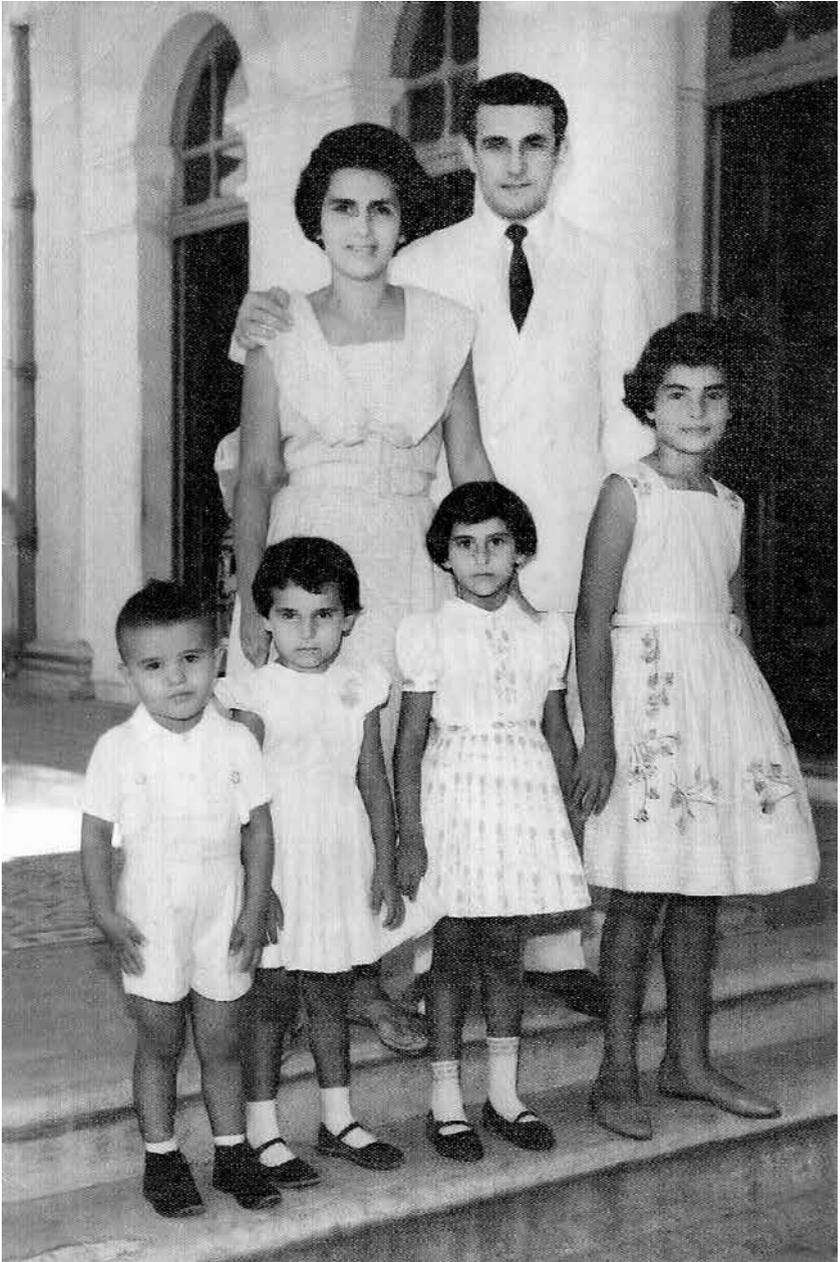
Em 19 de maio de 1960, o *Jornal do Piauí*, em primeira página, publica carta de Paulo Ferraz, destinada ao governador Chagas Rodrigues, pedindo exoneração da Secretaria da Educação e Saúde. Para substituí-lo, foi convidado o também udenista Afrânio Nunes, que, em depoimento dado ao autor em 2005, relata:

Eu era professor da Escola Normal. O diretor era o professor Oscar Cavalcante, que tirou licença de seis meses. Fui convidado a substituí-lo. Estava nessa condição quando, um dia, o jornalista José Lopes dos Santos solicitou uma entrevista. Estranhei, porque não havia nada de especial para merecer a atenção de tão importante figura. Fui buscá-lo à porta do gabinete. Assim que ele me viu, foi logo me dando os parabéns. Eu acabara de ser nomeado, interinamente, secretário da Educação e Saúde. Soube por ele, naquele momento. Dias depois fui efetivado. O que eu posso dizer é que toda essa situação, que gerou a exoneração do professor Valter Alencar e do deputado Paulo Ferraz, foi tramada por Petrônio Portella, prefeito de Teresina, já rompido com o governador Chagas Rodrigues, porque queria um racha no governo dele, pois já estava pensando em sucedê-lo no Palácio de Karnak, como, de fato, aconteceu. Petrônio Portella agia como uma raposa política. Nada do que acontecia na sede do governo estadual lhe era estranho. Ele sabia de todos os passos do governador, dos seus auxiliares e de quem dele se aproximava. Ficava de tocaia, para na hora certa dar o bote certeiro. E fazia isso sem aparecer, embora todo mundo soubesse que ele era quem estava orientando tudo.

Com o título “Valter na planície”, o professor A. Tito Filho publica, na página 6 do *Jornal do Piauí*, de 2 de junho de 1960, a informação da queda do professor Valter Alencar na manhã do dia anterior como vitória da parte da UDN ligada ao grupo do deputado estadual Paulo Ferraz. Curioso é o decreto publicado no Diário Oficial do Estado:

O governador do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido formulado pela União Democrática Nacional, resolve exonerar o prof. Valter Alencar das funções do cargo de secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Estado do Piauí.

O governador Chagas Rodrigues, demonstrando o apreço que tinha pelo professor Valter Alencar e querendo-o ligado ao seu governo, indica-o para o cargo de gerente da *Rádio Clube de Teresina*, até então sob a responsabilidade de Anchieta Correia.



Governador Chagas Rodrigues, Maria do Carmo e filhos José Alexandre, Conceição, Almira e Teresa, em frente ao Palácio de Karnak, em Teresina.



Governador Chagas Rodrigues e irmãs Paula Frassinetti, Terezinha de Jesus, José Alexandre, Maria da Conceição e Inês, em frente ao Palácio de Karnak, em Teresina.

No dia 20 de fevereiro de 1961, o Dr. Djalma Veloso faz distribuir à imprensa a sua nomeação para o cargo de secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública. O professor Valter Alencar o saudou, dizendo que sentia como se ele próprio estivesse no cargo, por conta da grande amizade que os unia. Por fim, elogiou a competência, a honestidade e o bom trânsito que o Dr. Djalma Veloso mantinha com todos os secretários e lideranças partidárias. Dr. Djalma Veloso, por toda a vida, guardou forte amizade com o professor Valter Alencar e sua família. Fui intermediário e testemunha da doação que ele fez para Henrique Rebelo, neto do professor Valter Alencar, das ações de que dispunha da *Rádio TV Clube*, poucos dias antes de seu falecimento, a 8 de maio de 2007, em Teresina.

O professor A. Tito Filho, um dos mais críticos opositores do governador Chagas Rodrigues, escreveu diversos comentários nos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí* sobre o embate entre Paulo Ferraz e Valter Alencar. No dia 22 de maio de 1960, na página 8 do *Jornal do Piauí*, na coluna “Impressões do momento”, ele ironiza: “Caddah hoje é nome nacional. Não foi nomeado e derrubou um secretário. Caso seja nomeado, derribará outro secretário. Força extraordinária. No meu modo de entender, ninguém derribará mais dois coelhos com uma só cajadada, mas com uma caddahzada”.

À noite, o professor A. Tito Filho bebericava seu uísque no *Clube dos Diários*, como de costume, quando José Caddah se aproximou e disse que ele estava enganado ao falar de apenas dois coelhos, porque, além da derribada do deputado Paulo Ferraz, da Secretaria da Educação e Saúde, e do professor Valter Alencar, da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, derribaria, também, o deputado estadual João Clímaco D’Almeida, o popular Joqueira, que não seria reeleito 1º secretário da Assembleia Legislativa. “Aguarde para ver”, instigou José Caddah. Mas quem se enganaria seria ele próprio, porque Joqueira, que ocupava o cargo de 1º secretário da Mesa-Diretora da Assembleia Legislativa na legislatura de 1955 a 1959, foi reeleito para o período de 1959 a 1963, mesmo remando contra os ventos soprados pelo governador Chagas Rodrigues.

Marco na história político-administrativa do Piauí

Chagas Rodrigues adotou o planejamento e a ação efetiva do Estado em favor do desenvolvimento. Trabalhista e social-democrata, desenvolveu significativo programa na área das políticas sociais.

Em sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, a 1º de junho de 1960, o governador Chagas Rodrigues afirmava que sua preocupação básica “seria lutar, tenazmente, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria, ou seja, contra o secular subdesenvolvimento piauiense, para o que se fazia e se faz necessário um clima de ordem e tranquilidade, compreensão e tolerância”. Dizia, ainda, o governador que,

no quadro do Nordeste – região subdesenvolvida por excelência –, o Piauí era a área mais atrasada, habitada por um povo cujas condições de vida eram as mais deploráveis. Nossas populações, mormente as do sul do Piauí, viviam em tal estado de penúria e pauperismo que seria difícil descrevê-lo. Em meio às grandes propriedades latifundiárias, dormentes na improdutividade, vagueiam essas populações, subnutridas e andrajosas, sem trabalho certo, doentes, sem assistência médica e hospitalar, sem escolas e sem terras.

Até Chagas Rodrigues, segundo Angenor de Sousa Martins, “os governadores que administraram o Estado do Piauí priorizaram a contratação de pessoal (função administrativa), para o bom funcionamento da máquina (funções burocráticas), e com essas contratações configurar os apoios políticos nas eleições (funções políticas)” (MARTINS et al., 2002, p. 113).



Governador Chagas Rodrigues na V Reunião de Governadores, com o presidente Jânio Quadros, em São Luís (MA), em 27/7/1961.

Ao tomar posse em 1959, o Estado tinha um orçamento deficitário para o ano de 1959, com CR\$ 310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de cruzeiros) de receita e uma despesa prevista de CR\$ 375.000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros), o que, à época, correspondia, por exemplo, a menos da metade do orçamento da Reitoria da Universidade do Recife.

Para mudar essa situação caótica, cuidou de dotar o Estado de uma estrutura político-administrativa condizente com as suas reais necessidades. A Secretaria das Finanças foi instalada em novo e moderno edifício de dois pavimentos, comprado em seu governo. A escrita do Estado, que era manual, foi mecanizada, mediante a aquisição de máquinas adequadas. Foi instituí-

do o sorteio popular “Seu talão vale milhão” (Lei nº 1.995, de 10 de outubro de 1960), que contribuiu para o aumento da receita, e o Serviço de Loteria Estadual, cuja renda era destinada ao Instituto de Assistência Hospitalar. Era o primeiro esforço no sentido de engajar o povo no combate aos sonegadores, objetivando melhorar a receita própria do Estado.

A bem da verdade, a experiência de planejamento no Piauí teve início no governo Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959), por meio da Lei nº 1.451, de 30 de dezembro de 1956, que criou a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado – CODESE, integrada pelas Secretarias Estaduais e pelo Departamento de Estradas de Rodagens do Piauí, funcionando como órgão de assessoria do governador. Eram os objetivos da CODESE: 1) elaborar planos a longo prazo para a administração do Estado, em particular no que disser respeito às aplicações de capital; 2) estudar e propor providências legislativas necessárias ao financiamento desses planos; 3) estudar diretrizes econômicas, financeiras e administrativas para a elaboração do orçamento estadual; 4) discutir a proposta orçamentária geral, depois de coordenadas as propostas das unidades administrativas; 5) acompanhar a execução orçamentária e o cumprimento dos programas e trabalhos, a cargo das unidades administrativas; 6) propor as providências econômico-financeiras que se revelarem indicáveis em face da execução orçamentária; e 7) estudar providências tendentes a estimular e amparar a produção (Lei nº 1.451, de 30 de novembro de 1956, publicada no Diário Oficial do Estado, em Teresina, a 15 de dezembro de 1956).

No Governo Chagas Rodrigues, foi dada nova estrutura à CODESE, tendo sido criada a Secretaria Executiva (Lei nº 1.810, de 5/10/1959), entregue ao professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana, que chamou para a sua chefia de gabinete a professora Ausair Adélia Chaib e dois idealistas como ele, para compor a sua equipe de trabalho: Oswaldo Nascimento e Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira, este último recrutado na Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, onde atuou primeiramente como chefe do Instituto de Criminalística do Estado e, passados poucos meses, como titular da Delegacia Geral de Capturas e Investigações, levado pelas mãos do secretário Valter Alencar, muito amigo de sua família.

O professor Monteiro de Santana, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará (1946), eleito aos 26 anos de idade, vinha de uma administração vitoriosa como prefeito de sua cidade natal, Campo Maior (UDN, 1951 a 1955).

A reestruturação da CODESE pelo governador Chagas Rodrigues teve como base de inspiração as ideias defendidas pelo economista Celso Furtado, criador da Sudene (Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959), entidade de fomento econômico desenvolvimentista brasileira destinada a promover soluções socioeconômicas na região nordestina, periodicamente afetada por estiagens e com populações com baixo poder aquisitivo e pouca instrução. O primeiro Plano Diretor da Sudene (1961-1963) tratava de investimentos em infraestrutura de transporte (rodovias e portos), energia elétrica, em estudos

de hidrologia e hidrogeologia, aproveitamento do artesanato, das bacias dos açudes existentes, modernização da indústria têxtil, da pesca, investimentos em saúde pública e educação de base, entre outros.

Para o senador Cristóvão Buarque,

a Sudene é uma das maiores criações intelectuais e políticas da história brasileira, fruto da força democrática de Juscelino e da imaginação competente de Celso Furtado. Graças ao primeiro, Juscelino, foi tomada a primeira decisão concreta de agir na correção da profunda desigualdade regional existente no País. Quando a ideia de desenvolvimento regional ainda estava nascendo em outras partes, foi Celso Furtado quem imaginou a criativa estratégia do planejamento regional e dos incentivos fiscais para resolver o secular problema da desigualdade entre as regiões, por meio da Sudene. Foi uma solução política e tecnicamente brasileira. Na forma concebida por Celso Furtado, o governo usaria o novo órgão como elemento de planejamento e de administração dos recursos públicos, na busca de promover o desenvolvimento, financiando projetos que induziriam o crescimento econômico e corrigiriam a desigualdade²³.

O professor R. N. Monteiro de Santana, antes de chamar Oswaldo Nascimento e Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira para a sua equipe de trabalho, primeiro os enviou para um curso ministrado, em Recife, pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU), com sede em Santiago, Chile. Logo após sua criação, passou a ser dirigida pelo economista argentino Raul Prebisch, que redigiu o documento seminal “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, o qual, posteriormente, ficou conhecido como o Manifesto da CEPAL. A entidade foi criada em decorrência do amplo movimento em favor da autodeterminação no campo da economia. Sua missão era monitorar as políticas destinadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área entre si e com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Seu modelo era dual: buscava-se promover um amplo setor econômico modernizado, que conviveria com o setor agrícola tradicional. Pode-se dizer que o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960) foi que mais próximo chegou da aplicação das teses cepalinas, pois recorreu largamente à presença estatal (construção de Brasília e das BR), acelerou a política de “substituição das exportações”, atraiu as montadoras de automóvel e promoveu, simultaneamente, a presença do capital estrangeiro e o crescimento da indústria nacional.

²³ Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/c_buarque/id070501.htm>. Acesso em: 5 fev. 2018.



Governador Chagas Rodrigues, tendo ao lado Maria do Carmo (à esquerda), discursando em Concentração de 1º de Maio de 1962, em Teresina.

Em depoimento ao autor em 2012, Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira relata:

Fomos para o Recife absorver aquelas ideias, porque a teoria desenvolvimentista que embalou Celso Furtado, o governador Chagas Rodrigues, o professor Santana e a equipe da CODESE está toda centrada na CEPAL. Quando retornamos foi que passamos a fazer parte da CODESE, que recebeu novos profissionais, como Conceição Machado, Leonildes Alves Filho, Oswaldo Nascimento e Francisco Gayoso, entre outros. Nos outros estados nordestinos foram criados órgãos similares, como a CODEMA, no Maranhão, a CODEPE, em Pernambuco. Aqui, no Piauí, era para ser CODEPI, mas, não sei a razão, ficou sendo CODESE mesmo. Em Recife, tivemos sempre o apoio do Dr. Paulo de Tarso Moraes Souza, assessor jurídico, do Dr. Stanley Fortes Batista, superintendente-adjunto, e do próprio general Euler Bentes Monteiro, superintendente da Sudene, cargo que ocupou até 1968. Na Sudene, um grande piauiense não pode ser esquecido, o Dr. Delile Guerra de Macedo, chefe da Assessoria Técnica, condição em que ajudava o seu Estado no que podia. Delile era irmão do grande médico que foi Secretário da Saúde no Governo Helvídio Nunes, Carlyle Guerra de Macedo. Por questões políticas, ainda no governo Chagas Rodrigues, o professor Santana teve que deixar a CODESE. Foi substituído por Leonildes Alves Filho. No governo Tibério Nunes, foi Oswaldo Nascimento quem dirigiu a CODESE. No governo Petrônio Portella, o professor Santana voltou ao cargo e permaneceu nele no governo seguinte, de Helvídio Nunes. Neste, por questões técnicas, o professor Santana teve que deixar o cargo. Eu fui convidado para substituí-lo. Fiquei, ainda, no governo do João Clímaco D'Almeida, mesmo não sendo do agrado dos militares de então. No governo Alberto Silva, foi con-

vidado Pádua Ramos. Pela Lei Delegada nº 69, de 26 de novembro de 1971, a CODESE foi transformada em Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAN. Em seguida veio o Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, CEPRO²⁴, grande reduto da intelectualidade piauiense.

Para cumprir ainda melhor as funções para as quais foi criada, a CODESE teve, pela Lei nº 2.772, de 14 de dezembro de 1966, sua elevação ao *status* de Secretaria. O titular da CODESE era nomeado como secretário do Planejamento. Seria, finalmente, transformada em Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN pela Lei Delegada nº 69, de 26 de novembro de 1971, que regulariza o Sistema de Planejamento, reestrutura a CODESE e dá outras providências. O Decreto nº 1.379, de 7 de dezembro de 1971, aprovou o Regimento da SEPLAN. Com a sua implantação oficial, em 1972, nasceu uma nova fase da história do planejamento estatal.

Pela Lei nº 3.320, de 4 de abril de 1975, foi dada nova estrutura ao Sistema Estadual de Planejamento, nas seguintes entidades vinculadas: Fundação Regional de Produtividade do Piauí – CEPRO, Instituto de Planejamento e Administrativo Municipal – IPAM, e Empresa de Processamento de Dados do Piauí – PROCED.

O Decreto nº 2.008, de 15 de abril de 1975, dispõe sobre a reestruturação da SEPLAN e dá outras providências. A história da SEPLAN está contada no livro *Estrutura do Sistema de Planejamento do Estado*, dos economistas Marcílio de Sousa Machado e Ademar Dias Pinheiro, publicado pela SEPLAN, em 1975.

Chagas Rodrigues criou várias sociedades de economia mista, numa conjugação de capital e trabalho do setor privado e público em prol do desenvolvimento do Piauí. Criou a COHEBE – Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança; a AGRINPISA – Agroindústria do Piauí S. A. que, vinculada à Secretaria de Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio e com 60% de participação do Estado, visava ao fomento da agricultura e da agroindústria, e

²⁴ A Fundação Regional de Produtividade do Piauí – CEPRO, criada pela Lei 3.127, de 6 de dezembro de 1971, tinha como objetivo dar mais dinâmica à pesquisa e ao planejamento do Estado. Presidiram a CEPRO: José Carlos Ribeiro Castelo Branco (16/3/1972 a 3/9/1973), João Agostinho Teles (4/9/1973 a 28/3/1977), Raimundo Nonato Leite Caminha (3/10/1974 a 14/3/1975, como substituto), Robert Alves de Araújo (28/3/1977 a 27/4/1977), Antônio César Fortes Cruz (28/4/1977 a 9/5/1979), Agenor de Sousa Martins (10/5/1979 a 4/10/1979), William Jorge Bandeira (5/10/1979 a 15/3/1983), Antônio Adala Carnib (17/3/1983 a 19/5/1986), José Edson Arruda (20/5/1986 a 15/3/1987), Manuel Domingos Neto (15/3/1987 a 15/3/1988), Gilberto Tobias Celestino Bezerra (16/3/1988 a 5/5/1989), Gerson Portela Lima (6/5/1989 a 15/3/1991), Antônio Adala Carnib (30/3/1991 a 31/12/1994), Antônio de Pádua Alves Pinto (1/1/1995 a 31/12/1998), Antônio César Cruz Fortes (1/2/1999 a 27/10/1999), Larissa Basto Silva (28/10/1999 a 19/11/2001), Agatângelo Neiva Luz (6/12/2001 a 31/12/2002), Marcelino de Oliveira Fonteles (1/1/2003 a 30/11/2004), Oscar de Barros Sousa (30/11/2004 a 31/12/2010), Raimundo Cardoso Brito Filho (1/1/2011 a 9/1/2013), Antônio César Cruz Fortes (2/1/2013 a 2/6/2013), Magno Pires Alves Filho (3/6/2013 a 31/3/2014), Antônio César Cruz Fortes (1/1/2015 a 3/12/2015) e Adolfo Martins de Moraes (3/12/2015 a 18/1/2016). No ano de publicação deste livro (2018), estava presidindo a Fundação CEPRO o professor Antônio José Castelo Branco Medeiros, ex-vereador de Teresina, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-secretário de Estado da Educação do Piauí.

foi dirigida pelo engenheiro José Mariotti Pires Rebelo; a CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S. A. (Lei nº 1.948/1959), a AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S. A. (Lei nº 2.060/1960), e oficializou o FRIPISA – Frigorífico do Piauí S. A., que, dirigido por Lauro de Andrade Correia, teve o capital elevado de 30 para 40 milhões de cruzeiros e a participação do Estado aumentada de 33 para 60%. Essa ampliação ensejou o início da construção de 14 edifícios industriais do matadouro frigorífico de Campo Maior e a abertura de estradas pioneiras, como a rodovia no Sul do Piauí, que liga Oeiras a Simplício Mendes.

O Banco Comercial e Agrícola do Piauí S/A teve o capital elevado de 3 para 10 milhões de cruzeiros. De banco deficitário em CR\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil cruzeiros), em 1958, passou, já em 1960, a pagar dividendos de 12% e, em 1961, de 16%, tendo à frente da instituição o ex-bancário do Banco do Brasil, José Cordeiro Neto, que vinha de uma excelente administração no Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE).

Realizações do governo Chagas Rodrigues

Transporte

Foram construídas pontes de concreto armado sobre os rios Marataoan (96 m), Longá (275 m, entre Barras e Batalha), Gurgueia (105 m, entre Jerumenha e Bertolinia), Berlingas (entre Valença e Várzea Grande, 196 m), Jenipapo (40 m, entre Campo Maior e Castelo).

No que tange às estradas, a Oeiras – Simplício Mendes, construída por administração direta do DER-PI, tendo à frente da execução o engenheiro Henry Wall de Carvalho, foi sucesso, pois com seus 104 km saiu mais barata que uma pequena ponte construída no perímetro urbano de Oeiras, sobre o Riacho Mocha. Também no sul do Estado foi feito o estudo, o projeto e o início da difícil rodovia Gilbués – Santa Filomena.

Em 1958, apenas 9 km das estradas do estado eram pavimentadas, e 697 km, piçarradas. Em 1961, já havia 39 km pavimentados e 1.020 km piçarrados, sendo de se ressaltar que, no final da gestão, já estavam totalmente concluídas as estradas de Luiz Correia a Parnaíba e Buriti dos Lopes, em pavimentação poliédrica. Entre Piracuruca e Buriti dos Lopes foram concluídos os primeiros 10 km, com asfalto.

Em Teresina, o prédio do DER, no cruzamento das Avenidas Frei Serafim e Miguel Rosa, de concepção modernista e semelhanças arquitetônicas com os edifícios das superquadras de Brasília, foi projetado por Maurício Sued. Iniciado pelo diretor Petrarca Rocha Sá no governo de Jacob Manoel Gayoso Almendra, foi concluído com 4 pavimentos, e inaugurado pelo diretor José da Silva Thé, com as presenças do governador Chagas Rodrigues, do ex-governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra e do secretário de Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio José Mariotti Pires Rebelo.

Energia

Foi elaborado o Projeto da Barragem de Boa Esperança pelo professor Casemiro Munarski, posto à disposição do governo do Piauí pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Ele, que passou a trabalhar no Projeto também no DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, deu um grande impulso ao sonho da construção da Hidrelétrica de Boa Esperança, iniciada no governo Juscelino Kubitschek e paralisada no de Jânio Quadros. Na reunião dos governadores com o presidente Jânio Quadros, realizada em 27 de julho de 1961, em São Luís, atendendo a pedido do governador do Piauí, Chagas Rodrigues, o presidente Jânio Quadros determinou tocar a obra. Mesmo depois da renúncia de Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, o ritmo foi acelerado, por ordem do presidente João Goulart. Na mesma época, foi realizada a reforma e a primeira ampliação da Rede Elétrica de Teresina. A Usina Termoelétrica, de 4.200 kw desde 1950, passou a dispor de mais 2.500 kw, num total de 6.700 kw.

Saúde

Chagas Rodrigues transformou a Caixa Beneficente, dirigida por Raimundo Ney Baumann, em Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí – IAPEP, com aprovação da Assembleia Legislativa do Estado (Mensagem nº 64, de 28 de outubro de 1961). Criou a Escola de Enfermagem e ampliou o serviço de saúde pública. Criou serviços dentários nos centros de saúde de Teresina, Parnaíba, no Hospital Miguel Couto, em Floriano, e no hospital de São Raimundo Nonato. Criou, nos centros de saúde de Teresina, o Serviço de Oftalmologia. Instituiu o Serviço Odontossanitário nos grupos escolares da Capital. Concluiu e equipou os postos mistos de saúde de Pedro II e São João do Piauí, iniciados em 1948. Concluiu, em Jaicós, o posto de saúde, que passou a funcionar como hospital-maternidade, com 10 leitos. Reparou o Instituto Costa Alvarenga, único laboratório oficial do Estado. Concluiu, equipou e inaugurou, em 1961, com a presença do prefeito José de Castro Dias e outras autoridades e convidados, o hospital de São Raimundo Nonato (que receberia o nome de dona Maria do Carmo), o primeiro do extremo sul do Piauí, com 30 leitos, tendo contado com o empenho do secretário Dr. Oto Soares e a supervisão do presidente do Instituto de Assistência Hospitalar – IAH, Dr. Gerardo Majela Fortes Vasconcelos. Concluiu, equipou e inaugurou, em 1962, a Maternidade de Barras, que foi iniciada com recursos do Serviço Cooperativo e passou a ser dirigida por Dr. José Lages. Construiu, equipou e inaugurou o hospital de Piripiri, com 30 leitos, ainda hoje uma referência médica na região.

Comunicações

Com a reativação da Rádio do Karnak, que funcionava somente em CW, a Polícia Militar montou estações radiotelegráficas para atender suas neces-

sidades no âmbito da Segurança. A Fazenda também instalou serviço de rádio em Parnaíba, Floriano, São Raimundo Nonato, Corrente, Santa Filomena e nos postos fiscais de Alto Alegre. Restaurou completamente a estação de Canabrava, que tinha sido destruída por um incêndio; com equipamentos adquiridos na Europa, o novo prédio passou a sediar a Telefônica que foi, posteriormente, graças aos esforços do presidente do Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE), José Cordeiro Neto, transformada na TELEPISA – Telefones do Piauí S/A, empresa da qual o Estado passou a participar com 60% das ações.

A Imprensa Oficial foi reaparelhada, e o Diário Oficial voltou a circular. A Secretaria de Imprensa foi criada e passou a funcionar sob o comando de Ofélio das Chagas Leitão, bacharel em Direito pela Faculdade do Maranhão (1940), jornalista combativo e professor de Geografia, História e Francês do Liceu Piauiense.

Educação

Em convênio com o INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no governo de Chagas Rodrigues foram equipados e inaugurados os primeiros pavilhões de Artes Industriais do Piauí (três em Teresina e um em Parnaíba). As matrículas nas escolas públicas primárias passaram de 42.553, em 1958, para 54.004, em 1961. Em 1958, o Estado, que dispunha de 785 normalistas e de 56 regentes de ensino portadores de curso normal regional ou curso ginásial, em junho de 1962, passou a ter, em seu corpo docente, 929 normalistas e 315 regentes de ensino. Havia apenas uma escola normal oficial, a de Teresina. Foram oficializadas a escola normal de Parnaíba e a de Oeiras, e criada a de Floriano. Foram também oficializados o Colégio Parnaibano, atualmente Colégio Estadual Lima Rebelo, em homenagem ao velho professor Lima Rebelo, e o Ginásio Picoense. Foi criado um ginásio anexo à escola normal de Parnaíba, e outro anexo à escola normal de Floriano, depois transformado em Colégio Estadual. Foi autorizado o funcionamento das primeiras escolas normais do Sul, a de São Raimundo Nonato e a de Corrente, mantidas por entidades privadas. Quanto ao ensino superior, foram criadas as primeiras escolas públicas estaduais, a de Enfermagem e a de Serviço Social, ambas em Teresina. Foi também desencadeada, em 64 cidades, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. O Serviço de Inspeção do Ensino e a carreira de Técnico em Educação foram reestruturados e foi criado o Serviço de Orientação do Ensino.

Justiça e Segurança Pública

Chagas Rodrigues fez a reforma judiciária do Estado (Lei nº 2.239, de 11 de dezembro de 1961). Criou mais varas nas comarcas de Teresina e Parnaíba, com novos juízes de Direito adjuntos, atendendo a reivindicações do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Robert Wall Barbosa de Carvalho. Nessa oportunidade, foi criada a Advocacia Geral do Estado, sob orientação

do procurador Benjamin do Rêgo Monteiro Neto, e o Serviço de Assistência Judiciária, destinado às pessoas carentes, mais tarde transformado na atual Defensoria Pública.

A Constituição de 1947, no seu art. 125, assegurava a efetividade dos direitos e garantias individuais reconhecidos pela Constituição Federal, em dispositivo semelhante ao art. 119, da Constituição Estadual de 1934. A Constituição Federal, no art. 141, § 35, garantia a assistência judiciária aos necessitados: “O Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”. A Defensoria Pública, em seus primórdios, no Piauí, surgiu como Assistência Judiciária do Estado, exercida por advogados de ofício, instituída pelos arts. 119 a 128 da Lei Estadual nº 2.239, de 11/12/1961, que dispunha “sobre a Organização Judiciária do Estado”. Por esse dispositivo e sem prejuízo da escolha da parte ou da nomeação pela Ordem dos Advogados do Brasil, foram criados cargos isolados de advogados de ofício, nomeados pelo Chefe do Executivo, entre os que houvessem prestado concurso de provas e títulos de advogado de ofício, na forma e condições exigidas para ingresso na carreira do Ministério Público, conforme informação de Nelson Nery Costa, defensor público e ex-presidente da OAB – PI.

As carreiras de juiz, promotor, delegado auxiliar e professor primário, bem como o quadro de servidores do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado foram reestruturadas.

Na área da Segurança Pública, foram criados o Serviço de Polícia Interestadual e o Departamento de Presídios. Foi construído o prédio da Central de Polícia na Capital e os primeiros Distritos Policiais nos bairros periféricos de Teresina. Na gestão do secretário Valter Alencar e sob direção de Matias Melo, foi criado o Departamento Estadual de Trânsito, setor que já se fazia necessário em razão do crescimento do número de veículos no Estado.

A Polícia Militar, cujo efetivo era de 977 homens, passou a contar, em junho de 1962, com 1.322 homens, e os praças passaram a receber remuneração não inferior ao salário mínimo e a ter permissão de se casar; os oficiais passaram a perceber remuneração correspondente a 2/3 (dois terços) dos pagos ao Exército Nacional.

Funcionalismo

Pela primeira vez o governo do estado do Piauí pagou aos mais modestos servidores remuneração não inferior ao salário mínimo e foi concedida pensão vitalícia às viúvas dos servidores públicos. No segundo mês da administração, o pagamento do funcionalismo foi posto em dia. Por lei de iniciativa de Chagas Rodrigues, foi criada a gratificação para os professores primários em exercício e para os médicos e dentistas que servissem no interior. Em 1961, mais uma vez, concedeu-se aumento geral aos servidores, ativos e inativos, e aos pensionistas. Foi extinto o expediente aos sábados. Foi sancionada lei, também de sua iniciativa, dispondo sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, que assegurou novos direitos ao servidor, inclusive aposentadoria

integral aos 30 anos de serviço. Chagas Rodrigues foi o primeiro governador a pagar salário mínimo aos trabalhadores da Usina Elétrica e do DER.

Trabalhadores

Chagas Rodrigues deu apoio total à criação da Casa dos Sindicatos, instalada na Rua Desembargador Freitas, 1808, beneficiando, entre outros, o sindicato dos jornalistas, dos comerciários, dos bancários, dos professores (Lei nº 1.909, de 28/11/1959). Para o 1º Congresso Piauiense de Operários e Camponeses, realizado em Teresina, de 28 de abril a 1º de maio de 1961, liberou CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros); cedeu as instalações do Colégio Estadual do Piauí (Liceu Piauiense) e presidiu as solenidades de abertura e encerramento do evento, que representou passo decisivo na luta pela organização do povo para solução de seus problemas. As terras devolutas do estado passaram a ser cedidas exclusivamente a trabalhadores rurais sem-terra, sem cobrança de taxa, aluguel ou renda. O deputado estadual Deusdedith Mendes Ribeiro era um dos entusiastas dessa política. Com o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, por sua atuação, teve o mandato cassado, foi preso e custodiado no prédio da Assembleia Legislativa. Era considerado um dos mais aguerridos esquerdistas da época.



Governador Chagas Rodrigues e primeira dama Maria do Carmo entregam equipamentos a camponeses, em 8/11/1961.

O *Jornal do Comércio*, nº 1.545, na página 6 da edição de 2 de fevereiro de 1960, informava, sob o título Audiências Públicas:

O senhor Chagas Rodrigues, presidente em exercício do PTB piauiense, na última reunião do partido, comunicou aos membros da comissão executiva que tomara a decisão de dar audiências na sede partidária pelo menos uma vez por semana. Assim, determinou que fossem tomadas providências, pela secretaria, no sentido de fazer instalar o gabinete do presidente do PTB, a fim de que, tão logo regresso do Rio, possa iniciar as audiências semanais, nas quais pretende ouvir os seus correligionários.

Fato de grande importância política na biografia de Chagas Rodrigues foi o apoio que deu à eleição do primeiro líder operário negro do Piauí, o parnaibano Thiago José da Silva. Nas eleições de 1954, pelo PTB, ele havia obtido 1.750 votos, ficando na terceira suplência do partido, sendo convocado, assim como o foram os dois primeiros suplentes, Themístocles de Sampaio Pereira (1.997 votos) e Joaquim Gomes Calado (1.970 votos). Nas eleições de 1958, com a força do candidato a deputado federal e a governador Chagas Rodrigues, Thiago José da Silva foi o terceiro mais votado do PTB, com 3.258 votos, ficando abaixo apenas de Alberto Bessa Luz, o primeiro, com 3.839 votos, e de João Ribeiro de Carvalho, o segundo, com 3.791 votos.

Operação Piauí

No dia 30 de novembro de 1959, o *Jornal do Brasil* publicava, como manchete: “Piauí quer que revertam a ele dólares dos produtos seus e construção de porto”. O governador Chagas Rodrigues foi ao jornal falar da Operação Piauí, que objetivava a reversão, em benefício do Estado, da receita dos dólares produzidos com a exportação dos seus produtos, e a construção do Porto de Luiz Correia. Disse ainda que, para estabelecer indústrias, deveria cogitar-se, antes de tudo, da navegabilidade do Rio Parnaíba e do aproveitamento de suas águas para a produção de energia elétrica. Na visita ao *Jornal do Brasil*, Chagas Rodrigues foi recebido pela condessa Pereira Carneiro, proprietária do jornal. Fazia-se acompanhar pelo senador Joaquim Santos Parente, pelo deputado federal Clidenor de Freitas Santos (vice-líder do governo João Goulart na Câmara dos Deputados), pelos doutores Júlio Romão da Silva e Fenelon Silva – encarregados pelo governo Chagas Rodrigues dos delineamentos gerais da Operação Piauí –, pelo Dr. Araújo Cavalcante (presidente do SENAM – Serviço Nacional de Municípios), pelo Dr. Osório Nunes (presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios), e por Carlos Gomes, prefeito de uma cidade piauiense.

A Mãe dos Pobres: criação do Serviço de Assistência Social

“A lembrança de nosso pai, juntamente com a de nossa mãe, Maria do Carmo, é de uma profunda indignação com a miséria e a marginalização social e, paralelamente, de uma intensa celebração da vida, em suas lutas, conquistas, esperanças e sonhos de um Piauí cada vez mais desenvolvido, de um

Brasil digno e de um mundo de paz e acolhimento,” ressaltou, emocionada, Almira Rodrigues, no dia 31 de agosto de 2009, na solenidade de inauguração do novo prédio da Câmara Municipal de Teresina, que recebeu a denominação de Edifício Senador Chagas Rodrigues.

Para combater a miséria e a marginalização social no estado, Chagas Rodrigues instituiu (Decreto nº 292, de 31 de janeiro de 1960) uma entidade de assistência, estudos e planejamento dos problemas sociais do Piauí, o Serviço Social do Estado – SERSE, presidido pela esposa, Maria do Carmo Correia de Caldas Rodrigues, que não recebia remuneração alguma pelo serviço que prestava. A equipe do SERSE era formada por Amália Nunes, Teresinha Eckart e Marlene Carvalho, entre outras auxiliares.

O SERSE foi um marco verdadeiramente revolucionário da administração Chagas Rodrigues não apenas pelo pioneirismo da ação social no estado, mas, principalmente, pela operosidade de sua presidência em atender, com devotamento e objetividade, a classe mais fragilizada e carente do nosso estado.



Chagas Rodrigues e Maria do Carmo na inauguração do abrigo São Francisco, para tuberculosos, em Teresina, no dia 11 de março de 1961.

Entre muitas outras realizações do SERSE, destacam-se a construção do abrigo São Francisco, para atendimento a 40 tuberculosos; a dos abrigos Santa Teresinha e São Vicente, ambos para idosos carentes da capital; a estadualização do abrigo São José, em Parnaíba, para atendimento a 40 idosos; a instituição do Serviço de Corte e Costura de urgência, e de cinco postos de costura nos bairros de Teresina; a criação de cinco postos de alimentação diária da “sopa do pobre”, em Teresina; a distribuição semanal de víveres e pequenos auxílios financeiros aos mais necessitados. Na sede, foi criado e equipado um ambulatório médico para atendimentos de pouca complexidade, que também fornecia medicamentos.

O SERSE realizou o “Natal dos pobres”, contemplando velhos, gestantes, inválidos, mendigos e crianças nos anos de 1959 (2.300 pessoas), 1960 (3.700 pessoas) e 1961 (4.500 pessoas). Distribuiu instrumentos de trabalho (foices, pás, facões e enxadas) a camponeses e participou dos “Comandos Rurais”, que prestavam assistência social, técnica, médica e odontológica aos trabalhadores da Zona Rural, em parceria com os Departamentos de Saúde (Dr. Oto Soares) e de Agricultura (Dr. Fernando Pires Leal). Estabeleceu ainda uma pensão vitalícia (1/2 salário mínimo) aos egressos da Colônia do Carpina (hansenianos), já sem perigo de transmissão da doença, mas geralmente com algumas sequelas físicas que lhes impossibilitavam a ressocialização.

É importante lembrar ainda a atuação do governo do Estado e do SERSE por ocasião de uma enchente, uma das piores a atingir o Piauí. Diante do quadro desolador, o governador Chagas Rodrigues, por meio do Código Morse, pediu ajuda ao presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, que rapidamente enviou aviões da Força Aérea Americana abarrotados de colchões, lençóis, medicamentos e mantimentos. Em retribuição, o governador o homenageou, designando Presidente Kennedy uma das avenidas mais importantes da Zona Leste de Teresina. Depois, foi construído ali o Edifício Presidente Kennedy. No centro de Teresina, na Praça Pedro II, há anos funciona o Salão Presidente Kennedy, para corte de cabelo, barba e serviços de manicure.

Nessa enchente, que alagou, entre outros bairros, o Mafrense e o Poti com mais intensidade, a primeira-dama Maria do Carmo foi de casa em casa, de barco, levar conforto e mantimentos para os moradores e os desabrigados. Por conta de seu incansável trabalho, que muito contribuiu para amenizar o sofrimento daquele povo, a primeira-dama passou a ser chamada “Mãe dos pobres”.

Idealização da *Rádio Clube de Teresina*

Quando Chagas Rodrigues assumiu o governo do Piauí, a 31 de janeiro de 1959, a única rádio de Teresina era a *Rádio Difusora*²⁵, que nasceu em 1946, com cunho nitidamente político, para combater o governo Rocha Furtado, eleito pela UDN (28 de abril de 1947 a 31 de janeiro de 1951), derrotando o coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra, do PSD.

A *Rádio Difusora de Teresina*, até então um canal oficial, com a posse de Chagas Rodrigues, que era estranho às hostes partidárias dos proprietários – os irmãos Cláudio e Sigefredo Pacheco –, passou a atacá-lo com violência, difundindo em seus programas a imagem de um político demagogo e sem planos para o crescimento econômico do Estado.

Chagas Rodrigues, desde o primeiro dia de administração, fez um governo do agrado da classe trabalhadora. O seu jeito independente de administrar alimentava mais ainda o ódio dos adversários. Inteligente, ousado e

²⁵ Para mais informações sobre emissoras de Teresina, ver o anexo 4, *Rádio Difusora e Rádio Clube de Teresina*.

com grande capacidade de comunicação, sentiu necessidade de ter um veículo para se contrapor aos ataques dos adversários na capital. Em sua cidade natal, já contava com a defesa da *Rádio Educadora da Parnaíba*. Idealizou, então, juntamente com o sogro Zeca Correia e o irmão José Alexandre Caldas Rodrigues, prefeito de Parnaíba, a criação da *Rádio Clube de Teresina*.

A *Rádio Difusora* mantinha o “Grande Jornal Q-3”, o programa de maior prestígio na capital e no interior. De caráter informativo e noticioso, seu formato se adequava aos padrões da época, assim como o “Repórter Esso”, irradiado, desde 1941, pela *Rádio Nacional do Rio de Janeiro*, com o slogan “Testemunha ocular da história”, que lhe referenciava a importância na transmissão de notícias. O “Grande Jornal Q-3” era horário sagrado. Qualquer roda de bate-papo silenciava quando o programa entrava no ar. Os encontros eram marcados para antes e depois de sua apresentação.



Chagas Rodrigues participa da inauguração da Rádio Clube de Teresina.

Com a inauguração da *Rádio Clube de Teresina*, em janeiro de 1960, “O Grande Jornal Q-3”, da *Difusora*, passou a ter como concorrente o programa “Falando com o povo”, apresentado todas as quartas-feiras, às 19 horas, por Chagas Rodrigues. Pelos microfones da *Rádio Clube*, em longas conversas, o governador dava conta de suas ações administrativas e respondia às cartas dos ouvintes, acatando as sugestões recebidas, prendendo a atenção de todos, que ficavam contentes em ser atendidos, na hora, pelo próprio governador. Essa nova maneira de governar embasbacava os adversários e até correligionários, que nunca tinham visto algo parecido no Piauí.

Para se ter uma ideia da audiência do programa “Falando ao povo”, o jornal *Folha da Manhã*, nº 1.179, de 1961, página 6, publica a seguinte matéria, em forma de crítica: “na noite de ontem, o governador Chagas Rodrigues mais uma vez ocupou o microfone da gigantesca cadeia de emissoras piauienses, paga com o dinheiro do povo. Muita gente deixou de ir ao espetáculo do Circo Norte-Africano, ora nesta cidade, para preferir permanecer em suas residências, com receptores ligados”. A polêmica entre Chagas Rodrigues e o desembargador Simplício de Sousa Mendes, anticomunista ferrenho, era um dos assuntos mais comentados da cidade.

Em 1961, a *Rádio Clube de Teresina* aderiu à “Rede da Legalidade”, quando o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, utilizou a *Rádio Farroupilha* para assegurar a posse do cunhado, João Goulart, provocada pela renúncia de Jânio Quadros, a 25 de agosto.

No dia 6 de julho de 1962, Chagas Rodrigues deixa o governo para se candidatar ao Senado e à Câmara dos Deputados, como a lei da época permitia. Além da *Rádio Clube de Teresina*, passa a ter outro veículo no comando da sua campanha, pois arrenda até 1963 o jornal *O Dia* das mãos de Raimundo Leão Monteiro, o Mundico Santídio ou Mundico Mão de Paca, e entrega a redação a jornalistas de sua inteira confiança.

Outros destaques da administração de Chagas Rodrigues

Liberação de CR\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) para o 1º Congresso Eucarístico de Teresina, realizado de 26 a 30 de outubro de 1960. Liberação de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para o 3º Conselho Estadual dos Estudantes Secundários do Piauí. Criação da Prelazia de São Raimundo Nonato pelo Papa João XXIII (*Bula Cum Venerabilis*, de 17/12/1960). Criação dos municípios de Francisco Santos (Lei nº 1.993, de 9/9/1960), Ipiranga do Piauí (Lei nº 2.061, de 7/12/1960), Joaquim Pires (Lei nº 2.054, de 6/12/1960), São Julião (Lei nº 2.042, de 1/12/1960), Avelino Lopes (Lei nº 2.206, de 10/1/1961), Francinópolis (Lei nº 2.112, de 12/6/1961), Nossa Senhora dos Remédios (Lei nº 2.221, de 28/11/1961), Rio Grande do Piauí (Lei nº 2.110, de 12/6/1961), Várzea Grande (Lei nº 2.113, de 12/6/1961), Marcos Parente (Lei nº 2.351, de 5/12/1962), Novo Oriente do Piauí (Lei nº 2.205, de 10/11/1961), e Aroazes (Lei nº 2.255, de 1/1/1962).

A Assembleia Legislativa no governo Chagas Rodrigues

4ª LEGISLATURA

31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963

“Na Assembleia Legislativa, em princípio, houve empate entre as bancadas governista e oposicionista, 16 a 16. No entanto, a UDN diminuiu e o PTB cresceu e, no final da legislatura, a unidade da base aliada, que dava sustentação

ao governador Chagas Rodrigues, foi completamente destruída pela sua total inabilidade política”, anota Wilson Nunes Brandão (2006, p. 47).

A composição da Assembleia Legislativa ficou assim:

PSD: João Clímaco D’Almeida (Joqueira – 5.143 votos); Antônio Barroso de Carvalho (4.644); Antônio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco (4.176); Benoni Portela Leal (4.106); Manoel da Silva Dias (4.076); Alfredo Alberto Leal Nunes (3.831); Clóvis Melo (3.793); Sebastião Rocha Leal (3.650); Humberto Reis da Silveira (3.627); Aristeu Tupinambá Rodrigues (3.592); Constantino Pereira de Sousa (3.574); Abdon Portela Nunes (3.535) e Waldeck Bona (3.528). Suplentes – PSD: Francisco Jacob Gayoso e Almendra (3.324); Álvaro Rodrigues de Araújo (3.178); Odilon Carvalho de Almendra Freitas (3.176) e Cleanto Jales de Carvalho (3.152).

UDN: Helvídio Nunes de Barros (4.881); Djalma Martins Veloso (3.801); Raimundo Vaz da Costa Neto (3.618); José Ferreira de Alencar Mota (3.600); Paulo da Silva Ferraz (3.596); Deusdedit de Albuquerque Cavalcante (3.659); Milton de Aguiar (3.449); José Nazareno Soares de Araújo (3.285) e Orlando Barbosa de Carvalho (3.242). Suplentes – UDN: Waldemar de Castro Macedo (3.213); Antônio de Deus Carvalho (2.747); Benjamim Lustosa Nogueira de Araújo (2.690) e Roberto Couto Raulino (2.630).

PTB: Alberto Bessa Luz (3.839); João Ribeiro de Carvalho (3.701); Thiago José da Silva (3.258); José Carvalho do Bonfim (3.130); Manuel Nogueira Lima (2.903); Filadelfo Freire de Castro (2.828) e Álvaro de Carvalho Melo (2.716). Suplentes – PTB: Themístocles de Sampaio Pereira (2.706); Severo Maria Eulálio (2.652); Raimundo de Castro Paixão (2.095) e Milton Costa Cardoso (1.883).

PSP/PR/PRP: Cândido Fernandes de Oliveira (4.697); José Lourenço de Araújo Mourão (3.955) e Alberto de Moura Monteiro (2.786). Suplentes – PSP/PR/PRP: Aluísio Soares Ribeiro (2.226); Hugo Bastos (1.819) e José Severiano da Costa Andrade (1.476).

Por licença dos titulares, alguns dos suplentes assumiram mandato.

Alguns acontecimentos de destaque na Assembleia

MESA DIRETORA

Presidente – vice-governador Tibério Barbosa Nunes; 1º vice-presidente – João Ribeiro Carvalho; 2º vice-presidente – Orlando Barbosa de Carvalho; 1º secretário – João Clímaco D’Almeida; 2º secretário – Milton de Aguiar.

Sessão de 2 de fevereiro de 1959 – Posse do Governador

Em sessão solene na Assembleia Legislativa do Estado, prestou compromisso constitucional e assinou termo de posse o vice-governador eleito Tibério Barbosa Nunes, que também assumiu a presidência da Casa e fez pronunciamento ressaltando o compromisso e a importância daquele Poder. Logo após, foi introduzido no plenário o governador eleito Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, que prestou compromisso constitucional e assinou o termo de pos-

se, pronunciando, em seguida, discurso no qual declarou que sentia o drama e a miséria da população e, tendo formação de deputado, acreditava na democracia e estava ali para governar o Piauí em favor dos menos favorecidos.

Sessão de 2 de fevereiro de 1959 – Operação Nordeste

O deputado Sebastião da Rocha Leal (PSD) discorreu sobre a *Operação Nordeste*, cujo objetivo era o desenvolvimento econômico da região, afirmando não restar dúvida “de que se trata de uma corajosa e oportuna iniciativa do senhor presidente da República, desejando criar condições favoráveis à mais rápida recuperação econômica do Nordeste”. Para melhor inteirar-se dos problemas que afetavam mais profundamente a região, o presidente Juscelino Kubitschek convocou os governadores dos estados do Nordeste e, com eles, traçou os planos mais importantes para uma imediata tomada de posição, porque também dependia deles o êxito da operação, e criou um grupo de trabalho, chefiado pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o economista Celso Furtado, para iniciar o planejamento e execução da *Operação Nordeste*. Por fim, o deputado declarou a convicção e a esperança de que os nordestinos, dentro em breve, teriam “maiores possibilidades de trabalhar em prol do progresso e prosperidade econômica do Brasil”.

Sessão de 10 de abril de 1959 – O exemplo do PTB

O deputado João Clímaco D’Almeida (PSD) elogiou o PTB, que, por intermédio do seu Órgão Central, resolveu destituir das funções públicas membros infiéis do estado. afirmou o parlamentar que “neste particular, o PSD vem se batendo para implantar idêntica política de substituir os que nada fazem por aqueles que realmente desejam trabalhar e desempenhar à altura o cargo para o qual foram nomeados”.

Sessão de 8 de maio de 1959 – Integridade física

O deputado Alfredo Nunes (PSD) declarou-se ameaçado na sua integridade física pelo sargento de polícia de Amarante, nomeado para o cargo, segundo ele, pelo governador Chagas Rodrigues, com o propósito de perseguição. Foram respondidas as acusações pelo deputado Themístocles Sampaio (PTB), que as considerou um “ataque áspero e insultuoso ao governador do Estado”, afirmando ser costume do PSD, sempre que derrotado em eleições, “fazer alarde de pequenas ocorrências, criando ondas de terror”.

Sessão de 23 de maio de 1959 – Demissões

O deputado Constantino Pereira (PSD) acusou o governo de hostilizar e demitir funcionários públicos efetivos ligados ao seu partido, e afirmou que “o PSD não recuaria diante da luta para a qual estava sendo levado, arrastado pelos homens dos partidos situacionistas, UDN e PTB, que, com essa política, não poderia o governo se firmar ou merecer a confiança do povo”. O deputado Nazareno Araújo (UDN) declarou que a atitude do governo, demitindo os adversários políticos, era uma lição aprendida com o PSD, que governou o Estado durante oito anos. afirmou ainda que, em nível federal, o PSD também podia

demitir, pois enviou uma lista de 33 nomes ao presidente da República, solicitando exoneração dos ocupantes de cargos colocados à sua disposição. Por último, acentuou que aceitava a luta e apelava ao governador para aumentar o número de demissões de adversários políticos e dos funcionários sem estabilidade, seguindo o exemplo de outros estados.

Sessão de 24 de setembro de 1959 – Barragem pioneira

O deputado Sebastião Leal (PSD) disse haver lido “A barragem pioneira do Parnaíba”, em que o engenheiro José Alves Cavalcante argumenta a viabilidade de sua construção para a instalação de uma usina hidrelétrica no Rio Parnaíba, que poderia situar-se em locais como o Boqueirão da Catingueira, no município de Uruçuí, ou no Boqueirão da Boa Esperança, no município de Guadalupe. Salientou ainda o deputado que a usina Hidrelétrica, uma vez implantada, geraria energia elétrica para os estados do Piauí, Ceará e Maranhão, devendo, por isso, o assunto merecer atenção do governo e entidades interessadas, pois daria ao Piauí condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento do país.

Sessão de 7 de junho de 1960 – Apoio a João Goulart

O deputado Lourenço Mourão (PSP) pronunciou-se a respeito de comício realizado em Teresina, na Praça Pedro II, estranhando o apoio dado pelo PSD à candidatura de João Goulart a vice-presidente da República, e comentou o apoio dos deputados federais Dyrno Pires e Laurentino Pereira ao referido candidato, na condição de que fossem solucionados certos problemas políticos no Piauí. Por último, declarou que seu partido, o PSP, apesar de coligado com o PSD, na Assembleia Legislativa, não apoiaria o candidato do PTB, João Goulart, de modo prematuro, como fez o PSD.

Sessão de 3 de agosto de 1960 – Palácio Anísio de Abreu

Apresentado pelo deputado Alfredo Nunes (PSD) Projeto de Lei denominando “Palácio Legislativo Anísio de Abreu” o prédio da Assembleia Legislativa. O parlamentar justificou o projeto, discorrendo sobre a vida pública de Anísio de Abreu nas funções de promotor público, chefe de Polícia, deputado na Assembleia Constituinte Estadual de 1892, deputado federal, governador do Piauí e senador, sendo, por isso, merecedor da homenagem.

Sessão de 8 de agosto de 1960 – Desrespeito ao candidato a presidente

O deputado Constantino Pereira (PSD) protestou, com veemência, contra a leitura do primeiro secretário Milton de Aguiar (UDN) de um escrito insultuoso à candidatura do Marechal Lott à presidência da República. O deputado Milton de Aguiar disse que fora tomado de surpresa ao constatar que procedera à leitura de um escrito anônimo e que iria apurar as responsabilidades. A explicação não convenceu Constantino Pereira, que continuou protestando.

Sessão de 20 de outubro de 1960 – Intervenção federal

O deputado Constantino Pereira (PSD) congratulou-se com o Tribunal de Justiça do Estado por ter solicitado ao Supremo Tribunal de Justiça inter-

venção federal no governo do estado do Piauí, que desobedecera a decisões do Tribunal. Acusando o governador de abuso de poder, afirmou que há muito aguardava tal decisão.

Sessão de 21 de outubro de 1960

O deputado Waldemar Macedo (UDN) considerou o pedido inoportuno e recebeu a desmoralização de um dos poderes constituídos. Por isso, sugeriu moderação nos ânimos, de modo que não houvesse intranquilidade no estado, principalmente porque se estava preparando o 1º Congresso Eucarístico do Piauí, que seria realizado de 28 de abril a 1º de maio de 1961, em Teresina, com intensa participação popular.

Sessão de 14 de novembro de 1960

Decorrido o incidente, o deputado Nazareno Araújo (UDN), reportando-se às declarações do líder da oposição Constantino Pereira, disse que tudo terminou bem e que não houve vencido, nem vencedores.

Sessão de 17 de janeiro de 1961 – A Barragem de Boa Esperança

O deputado Alfredo Nunes (PSD) requereu à Mesa do Poder Legislativo que fosse emitido telegrama ao diretor do DNOCS solicitando nova concorrência e contratação de outra firma para continuar a construção da Barragem de Boa Esperança, onde seria instalada uma Usina Hidrelétrica. O deputado Helvídio Nunes (UDN) ressaltou que a imprensa noticiou ter havido intervenção do deputado federal piauiense Heitor Cavalcanti no Tribunal de Contas para que fosse impugnado o registro da que ganhou a primeira concorrência para a construção da Barragem. Disse o orador que o deputado Heitor Cavalcanti, numa atitude honesta, tentou adiar a assinatura de um contrato com cláusulas destoantes do Edital de Concorrência e prejudiciais aos interesses piauienses. Helvídio Nunes denunciou a manobra desonesta contra os interesses do Estado e acentuou serem muitos os “escândalos escabrosos” no governo da República. Por fim, declarou ser prudente esperar a posse do presidente Jânio Quadros, “para que se instalasse no país um governo honesto”, que, inclusive, já havia se comprometido com o povo piauiense a construir a barragem do Médio Parnaíba.

MESA-DIRETORA DE 1961

Presidente – vice-governador Tibério Barbosa Nunes; 1º vice-presidente – José Ferreira Alencar Mota; 2º vice-presidente – Milton de Aguiar; 1º Secretário – Humberto Reis da Silveira; 2º Secretário – Alberto de Moura Monteiro; 1º Suplente – Sebastião da Rocha Leal; 2º Suplente – José Nazareno Soares de Araújo.

Sessão de 5 de julho de 1962 – O presidente João Goulart

O deputado Severo Maria Eulálio (PTB) comentou as renúncias do presidente Jânio Quadros e do 1º ministro Auro Moura Andrade, o regime parlamentarista, sob o qual estava governando o país o presidente João Goulart. Criticou as forças reacionárias, que tentavam impor Ministérios “divorciados

da vontade popular”, e elogiou João Goulart, por rebelar-se contra essas forças, ressaltando, em seguida, o apoio oportuno dado ao presidente pelas Forças Armadas, operários e estudantes. Declarou solidariedade ao presidente em nome do Diretório Regional do PTB – PI. O deputado Lourenço Mourão, da Coligação Democrática Piauiense, criticou o presidente por não se habituar às mudanças de gabinete tão normais no regime parlamentarista e por se recusar a enviar os nomes dos ministros a serem apreciados pelo Congresso. O deputado Constantino Pereira (PSD) declarou-se solidário com o presidente João Goulart e elogiou a ação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do general Machado Lopes, pelo movimento que empreenderam para que ele assumisse o poder, após a renúncia de Jânio Quadros.

Sessão de 5 de julho de 1962 – A Classe Operária

O deputado Thiago da Silva (PTB) rebateu críticas feitas aos sindicatos de classe pelo deputado Lourenço Mourão (PDP), que afirmou entrarem os sindicatos em greve por influência de elementos estranhos à classe trabalhadora. Em seguida, o parlamentar denunciou a crise por que passava a classe operária em razão da não implantação das reformas de base que iriam atender as necessidades do operariado e criticou o fato de serem tachados de comunistas todos aqueles que as defendiam, bem como a regulamentação da lei de greve, a participação dos trabalhadores no lucro das empresas e outras mudanças que contribuiriam para a independência econômica do povo brasileiro.

Sessão de 6 de julho de 1962 – Renúncia do governador Chagas Rodrigues

O deputado Milton de Aguiar (UDN) salientou que, “no Piauí, desde a República Velha aos nossos dias, o governador Chagas Rodrigues era o primeiro chefe do Executivo a renunciar ao cargo para candidatar-se a cargo eletivo” e que, também, “pela primeira vez um vice-governador tomava posse, em caráter definitivo”. Chagas Rodrigues atendia ao art. 139, IV, da Constituição Federal de 1946. O deputado Helvídio Nunes (UDN) acusou Chagas Rodrigues de atitudes demagógicas, desmandos na administração e de ter deixado vazios os cofres do Estado e atrasados os vencimentos do funcionalismo, além de transferir para o sucessor, o vice-governador Tibério Nunes, a “tarefa sobre-humana de restaurar a moral do Estado e de fazer funcionar normalmente a máquina administrativa”. O deputado Alfredo Nunes (PSD) acentuou que gostaria que o governador Chagas Rodrigues permanecesse no cargo para, pessoalmente, comandar, nas eleições próximas, “a mais espetacular das derrotas de um governo que a história do Piauí vai registrar”. O deputado Álvaro Melo (PTB) rebateu dizendo que Chagas Rodrigues renunciava com a certeza do dever cumprido.

Sessão de 6 de julho de 1962 – Posse do governador Tibério Nunes

Com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e militares e outros convidados, Tibério Barbosa Nunes, até então vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa, prestou compromisso constitucional e assinou termo de posse no governo do Estado do Piauí.

Logo após a renúncia de Chagas Rodrigues, em 9 de julho de 1962, a Assembleia aprovou a Lei nº 2.773, elevando o número de deputados de 32 para 42:

Lei nº 2.773, de 9 de julho de 1962

Eleva o número dos Deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Tendo em vista o resultado oficial do recenseamento de 1962, fica elevado de trinta e dois (32) para quarenta e dois (42) o número dos deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Parágrafo único. A elevação se efetuará a partir da eleição de 3 de outubro de 1962.

Art. 2º Publicada a presente lei, a Mesa da Assembleia Legislativa remeterá um exemplar dela, oficialmente, ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, 9 de julho de 1962.

Manoel da Silva Dias – Presidente

Promulgada a presente lei nesta Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em Teresina, aos nove dias do mês de julho de 1962.

José de Araújo Mesquita – Diretor Geral

Em artigo publicado originalmente no jornal *O Dia* e, posteriormente, no livro *Marcas da ditadura no Piauí*, o jornalista Deoclécio Dantas relata como Chagas Rodrigues, perto de renunciar ao governo do Piauí e de iniciar sua campanha para a Câmara Federal, teve a coragem de, em nome da ética, confrontar a Assembleia Legislativa, com todos os riscos que isso representaria para seu futuro político:

A ética punida

O Piauí tem a história marcada por episódios merecedores de destaque nos tempos atuais, quando ingênuos falam de um passado de práticas políticas sempre apoiadas no interesse público. Nada mais equivocado.

Os escândalos e privilégios deste século apenas repetem práticas escandalosas comuns nos tempos dos nossos pais e avós.

No ano de 1962, quatro dias antes de renunciar ao cargo de governador para disputar vaga no Senado Federal e na Câmara Federal – prática permitida pela legislação de então –, o governador Chagas Rodrigues, contrariando os interesses dos 32 parlamentares estaduais e de dezenas de suplentes, vetou

o projeto de lei que elevava para 42 o número de deputados à Assembleia Legislativa do Piauí.

O famigerado projeto era defendido por todas as correntes políticas, inclusive pelo PTB, liderado pelo próprio Chagas.

Contrariar tantos e tais interesses, diziam os amigos do governador, era demais para um político que pretendia chegar ao Senado ou voltar à Câmara Federal, onde exercera três mandatos antes de assumir o governo do Piauí, em 31 de janeiro de 1959.

De fato, a reação ao veto não ficou apenas nos insultos, ofensas morais, discursos e artigos atingindo a sua administração, uma das melhores de que se tem notícia na história do Piauí.

Apesar da grande popularidade, Chagas Rodrigues perdeu para o pouco conhecido Sigefredo Pacheco a vaga no Senado, e conquistou, na condição de segundo menos votado, com 13.054 votos, uma das oito vagas para a Câmara Federal. Na última posição, escapou o general e ex-governador Gayoso e Almendra, com um total de 12.707 votos.

E não ficou apenas nisso. Em 1969, vítima dos ressentimentos de velhos adversários da época em que fora governador, teve cassado o mandato de deputado federal, que conquistara em 1966.

No dia 18 de fevereiro de 2008, em conversa que tive com um coronel de larga atuação no período da ditadura militar, fiquei sabendo que o processo de cassação do parlamentar parnaibano não tivera origem na Guarnição Federal de Teresina.

Daquele diálogo tirei a conclusão de que contemporâneos de Chagas Rodrigues na política do Piauí, com forte influência no alto comando da ditadura militar, forçaram a cassação do seu mandato e a suspensão, por dez anos, dos seus direitos políticos.

Pagou caro pela coragem de combater “inchaço” escandaloso no número de deputados na Assembleia Legislativa do Piauí (DANTAS, 2008, p. 45).

O fenômeno Petrônio Portella

Filho de Eustáquio Portella Nunes e de Maria Ferreira de Deus Nunes, Petrônio Portella Nunes, o sexto dos 12 filhos do casal, nasceu a 12 de setembro de 1925, em Valença, na região centro-sul do Estado, a 210 quilômetros de Teresina. Desde cedo era muito apegado aos livros. Fez o primário com o mestre José Francisco Ferreira da Silva.

Em 1937, aos 12 anos de idade, iniciou os estudos de humanidades no Colégio São Francisco de Sales, o famoso Diocesano, fundado em 1906 pelo primeiro bispo do Piauí, dom Joaquim Antônio de Almeida. Estudavam ali, também, entre outros, o irmão Lucídio Portella Nunes, Djalma Martins Veloso, Afrânio Nunes, Sebastião Leal e Espedito Resende. Todos, com exceção do último, teriam destaque na política partidária. Espedito Resende seguiu carreira no Itamaraty, servindo no Vaticano, tendo sido responsável pela vinda do papa João Paulo II a Teresina, a 8 de julho de 1980.

O Diocesano era dirigido pelo monsenhor Cícero Portella Nunes, tio de Petrônio Portella, que, vendo nele uma liderança nata e muito responsável nas ações e obrigações, confiou-lhe o cargo de bedel (prefeito) do educandário. Do Diocesano, foi para o Liceu (Colégio Estadual Zacarias de Góes), onde concluiu o ginásio.

Em 1941, aos 16 anos de idade, estudante do científico, passou a lecionar Português, Matemática e História e a exercer o cargo de secretário do Colégio Demóstenes Avelino, a convite do diretor, o professor Felismino Freitas Weser.

Em 1944, aos 19 anos de idade, segue para o Rio de Janeiro, matriculando-se no Instituto Rabelo, no Bairro da Tijuca, onde concluiu o 2º grau, hoje ensino médio. Para se manter, empregou-se nos Correios e Telégrafos. Começou a militar na vida estudantil, talvez por influência de outro piauiense, o estudante de medicina Tibério Nunes, presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME) e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em 1947, aos 22 anos de idade, ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se destacou como um dos líderes mais atuantes do *Reforma*, o mais ativo partido universitário carioca, que, fundado naquele ano, disputava o cobiçado Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, juntamente com o grupo *Ala*. Ali estudava também o picoense Helvídio Nunes de Barros, que mais tarde seria um dos seus mais fiéis correligionários.

Comunicativo e persuasivo, Petrônio Portella assumiu o cargo de diretor do jornal *A Crítica*, editado pelo Centro Acadêmico Cândido Oliveira (Caco), e de diretor de publicidade da UNE, na gestão do presidente Roberto Gusmão. Também passou a fazer parte do Departamento Estudantil da União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1945, e participou das suas convenções nacionais.



Chagas Rodrigues, governador do Piauí, e Petrônio Portella, prefeito de Teresina.

Com o fim da ditadura Vargas, o Brasil respirava os novos ares democráticos. O pai de Petrônio Portella, Eustáquio Portella, era prefeito de Valença pela segunda vez, depois de ter sido vereador e presidente da Câmara da cidade. Petrônio Portella veio a Teresina e lançou-se candidato a deputado estadual, nas eleições de 3 de outubro de 1950. Sem recursos, sem bases eleitorais e sem o apoio efetivo do pai, ficou na terceira suplência, com 1.993 votos, abaixo de Hélio das Chagas Leitão, 2.086 votos, e Clóvis Lopes dos Reis, 2.006 votos. Convocado várias vezes, distinguiu-se tanto que foi eleito líder do partido.

Nessa época, ficou famoso por fazer oposição ao governador Pedro Freitas (PSD – 1951 a 1955) durante o dia, na Assembleia Legislativa, e à noite namorar-lhe a filha Iracema, com quem se casaria a 19 de maio de 1954, e teria os filhos Petrônio, Patrícia e Sônia.

Mas a sua fama cresceu mesmo foi quando, na condição de advogado de acusação, participou do julgamento do fazendeiro José de Arêa Leão (Zezé Leão), homem que, pelos seus atos, era temido pelo povo. Na verdade, Zezé Leão era pessedista dos mais exaltados e, destemido, era quem tomava as dores do partido e agia em sua defesa, indo até às últimas consequências.

Na madrugada do dia 23 de outubro de 1946, Zezé Leão, Evaristo, Bartolomeu, Chico Preto, Baia, Minas e mais um outro invadiram o jornal *O Piauí*, localizado na Rua Coelho Rodrigues, nas proximidades do Cine Royal, e destruíram tudo o que encontraram pela frente. Além de empastelarem o jornal (misturar os tipos), órgão da UDN fundado em 1945 pelo comandante Helvécio Coelho Rodrigues e dirigido pelo ex-governador Eurípides de Aguiar, quebraram móveis e outros equipamentos, espancaram barbaramente o auxi-

liar de vigia Raimundo Pio e mataram o vigia Miguel Pedro de Sousa, cujo enterro foi transformado em palanque político, um dos maiores já realizados no Estado, pois simbolizava a resistência aos atos da ditadura Vargas. À beira da sepultura, os políticos da UDN fizeram discursos inflamados, transformando o vigia Miguel Pedro de Sousa “em herói da democracia e mártir da liberdade”. Passado o momento, o jornal *O Piauí* foi recomposto, o candidato Rocha Furtado ganhou as eleições, mas o crime ficou na impunidade e a família das vítimas na miséria.

No dia 1º de outubro de 1953, Zezé Leão, ao ser provocado, matou, com três tiros, o capitão da PM reformado Francisco das Chagas Batista Wanderley, dentro do Bar Imperial, de seu Cazuzu, na Rua Paissandu, onde hoje é o Cartório Djalma Veloso.

Durante o julgamento, transmitido ao vivo pela *Rádio Difusora de Teresina*, emissora dos Diários Associados, a cidade praticamente parou por dois dias. Petrônio Portella, aceitando acusá-lo, quando outros correram da raia, passou a ser a atração da capital e, principalmente, do interior. Todos queriam saber quem era aquele jovem advogado que tinha a audácia de acusar Zezé Leão. Petrônio Portella, revelando excelente presença de espírito, ironizava os advogados de defesa, o professor A. Tito Filho (filho do desembargador José de Arimathéa Tito, um dos ícones do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí) e Santos Rocha.

Petrônio Portella não conseguiu levá-lo à pena máxima, mas obteve condenação de 15 anos de prisão, o suficiente para dar-lhe a aura de advogado corajoso, que não temia as consequências de acusar aquele que havia sido, durante todo o tempo, protegido pelas oligarquias e que vivera na impunidade.

No dia 28 de outubro de 1956, aos 55 anos, Zezé Leão foi assassinado pelo sargento Milão, em Água Branca. Dona Olinda, que ficara impressionada com a destemida atuação de Petrônio Portella quando do julgamento do marido pela morte do capitão Wanderley, convidou-o para atuar contra o matador, mas ele não chegou a trabalhar no caso.

Nas eleições de 3 de outubro de 1954, aproveitando os ventos da fama, Petrônio Portella candidata-se, novamente, a uma vaga na Assembleia Legislativa. Dessa vez, pela *Aliança Democrática* Progressista – ADP, formada pela coligação UDN – PSP. Recebia o apoio de José Cândido Ferraz (UDN), considerado seu padrinho político, e de Octávio Miranda, que previu que ele seria um homem de destaque na República. Lucídio Portella lembra o fato:

Petrônio se revelou com tanto talento que um belo dia eu fui procurado por um cidadão que me disse o seguinte: “Eu sou deputado do PSD, o seu irmão é da UDN, mas pode ficar certo que o seu irmão é o mais talentoso deputado da Assembleia Legislativa. Eu prevejo um grande futuro para esse rapaz. Eu vou largar a política, não vou mais ser candidato. Sou um homem de posse e sei que o mal dele é falta de recursos. Eu quero oferecer espontaneamente auxílio substancial para a próxima eleição dele”. Esse homem chamava-se Octávio Miranda, diretor do jornal *O Dia*. Ele o adquiriu principalmente para dar apoio a Petrônio. Na época da eleição, ele foi ao meu escritório e,

num envelope, levou uma quantia razoável. Naquela época, foi uma ajuda muito boa. Ele tornou a me dizer que Petrônio se destacaria na República por ser um homem muito talentoso (NUNES, 1993, p. 153-154).

No mesmo ano de 1954, Petrônio Portella casou-se com Iracema, filha de Pedro Freitas, governador do Piauí de 1950 a 1954. Assim, além do apadrinhamento de José Cândido Ferraz, do dinheiro e das bases políticas de Octávio Miranda, Petrônio Portella passou a contar também com o apoio da família Freitas. Daí para frente ninguém mais o seguraria na sua brilhante trajetória política.

As eleições do dia 3 de outubro de 1958 foram marcadas por surpresas e improvisos. Da mesma forma que o candidato a governador foi mudado de última hora, entrando Chagas Rodrigues por conta do falecimento de Demerval Lobão, houve mudança, também, na candidatura a prefeito de Teresina. De última hora, Petrônio Portella surge candidato à sucessão de Agenor Barbosa de Almeida, do PSD, em razão da desistência de Valter Alencar, que exercia a função de professor interino da Faculdade de Direito do Piauí, e a legislação não permitia que se afastasse com as vantagens do cargo. Perdê-las seria sacrificar a renda familiar. Por isso, não se candidatou.

Petrônio Portella, em disputa com Chrysippo Aguiar, elege-se prefeito de Teresina, ao conseguir romper a coligação existente no Piauí entre o PSD e o PTB, atraindo o PTB para uma aliança com a UDN, a qual garantiria, também, a eleição de Chagas Rodrigues, do PTB, para o governo do Piauí, contra a candidatura do seu próprio cunhado, José Gayoso de Almendra Freitas, do PSD.

Petrônio Portella tomou posse no cargo de prefeito de Teresina no dia 31 de janeiro de 1959, levado pelo amigo Afrânio Nunes, num Chevrolet C10. Era seu vice Inácio Soares da Silva.

Eficiente e preocupado com o social, logo ganhou fama junto à população carente da cidade. Adquiriu áreas, como a do atual Bairro Monte Castelo, pertencente à Polícia Militar, para lotear e distribuir aos pobres. Fez uma série de beneficiamentos, como pavimentação e construção de escolas, tudo com os recursos da época, que não eram lá essas coisas. Governando com constante falta de dinheiro em caixa, ia superando os entraves com criatividade e honestidade.

Segundo Lucídio Portella Nunes, “ele conseguia muitos recursos. Lutava e conseguia. Foi um excelente prefeito. Ele foi precursor da COHAB, quando criou a fundação contra a casa de palha. Ele substituiu, praticamente, todos os tetos de casas de palha daqui de Teresina, e conseguiu recursos federais para isso” (NUNES, 1993, p. 154).

Por conta da chamada “Lei Moraes”, que beneficiava a firma Moraes Correia com isenção de impostos e outras regalias, houve atrito entre a UDN e o PTB. A UDN passou a manter convivência com os antigos líderes do PSD, consolidando entre UDN e PSD uma aliança considerada quase impossível, na maioria dos estados brasileiros, que resultaria na candidatura de Petrônio Portella ao governo do Piauí, nas eleições de 7 de outubro de 1962.

Petrônio Portella percorreu todo o estado na condição de comandante da candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, que tinha como vice-presidente Milton Campos.

A chapa concorrente era formada pelo marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, da coligação PSD/PTB/PST/PSB, de forte apelo nacionalista, que tinha como vice-presidente João Goulart, herdeiro político do trabalhismo de Getúlio Vargas.

Concorria também à presidência, pelo PSP, o ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, o homem da “caixinha”.

Jânio Quadros, carismático, com discurso e comportamento populistas, apresentava-se como um candidato acima dos partidos. Venceu a eleição, com 5.636.623 votos, o equivalente a 48,8% dos votos válidos, a maior votação até então atingida por um político brasileiro. O marechal Lott obteve 3.846.825 votos (30,6%). Adhemar de Barros obteve 2.195.709 votos (17,4%). Das 26 unidades da Federação, Jânio venceu em 16 e o marechal Lott em 10, incluindo o Piauí. Estavam aptos a votar 14.856.248 eleitores.

Na disputa pela vice-presidência, João Goulart obteve 4.547.010 votos (36,1%), vencendo Milton Campos, que recebeu 4.237.719 votos (33,7%), e Fernando Ferrari, candidato independente, que obteve 2.137.382 votos (17,0%). Na época, o voto para presidente e vice-presidente era desvinculado, ou seja, o eleitor podia votar em candidatos de chapas diferentes para cada um dos cargos.

Jânio Quadros assumiu a presidência da República a 31 de janeiro de 1961 e renunciou sete meses depois, a 25 de agosto. João Goulart, o sucessor legal e presidente do PTB, depois de vencer algumas barreiras, tomou posse na presidência da República.

Na mudança de administração, Petrônio Portella sofreu terrível desgaste político e financeiro, pois muitos dos correligionários foram simplesmente exonerados das posições mais importantes do governo federal. Além disso, para atrapalhar ainda mais sua administração e sua vida política, entre novembro de 1961 e maio de 1962, um câncer o obrigou a se operar no Rio de Janeiro, quando lhe foi retirado um terço de um dos pulmões.

Eleições de 7 de outubro de 1962

Renúncia de Chagas Rodrigues ao governo do Piauí

O governador Chagas Rodrigues, para efeito de desincompatibilização, de acordo com o art. 139, IV, da Constituição Federal de 1946, enviou, no dia 6 de julho de 1962, à Assembleia Legislativa, o comunicado de sua renúncia, para pleitear as candidaturas, simultâneas, ao Senado e à Câmara dos Deputados, como a lei permitia naquele tempo. Pela primeira vez, no Piauí, desde a República Velha, um governador renunciava para candidatar-se a um cargo eletivo, e um vice assumia em caráter definitivo, até o término do mandato, em 31 de janeiro de 1963.

Até então, as eleições eram realizadas em 3 de outubro, qualquer que fosse o dia da semana, decretando-se feriado se caísse em dia útil. Em virtude do atraso na votação da lei que a regulamentava, a de 1962 só pôde ser marcada para 7 de outubro. Foi a primeira a usar cédula única para mandatos proporcionais.



Chagas Rodrigues em Concentração de 1º de Maio de 1962, em Teresina.

Ao assumir o governo do Estado, Tibério Nunes²⁶, político udenista com base de atuação na cidade de Florianópolis, conhecida como a Princesa do Sul, em

²⁶No governo Tibério Nunes, a cidade de Florianópolis passou a ser, praticamente, a segunda sede do governo, já que, em todos os fins de semana, o governador regressava à cidade, onde continuou

emocionado discurso da sacada do Palácio de Karnak, na despedida de Chagas Rodrigues, teria dito: “Vai, Chagas, segue teu caminho brilhante. A trajetória de tua vida sempre foi coroada de êxitos. Ficas certo, como eu sempre tenho dito para ti, que aqui fica este amigo fiel, este escudeiro de tantas e tantas batalhas, para defender o teu nome e zelar por tudo que tu fizeste por este Estado. Tu, Chagas, continuarás com todo o prestígio no meu governo”.

Três dias depois, por meio do Decreto nº 467, de 9 de julho de 1962, o governador Tibério Nunes exonerou mais de mil pessoas ligadas ao ex-governador Chagas Rodrigues. Entre os demitidos estavam funcionários da Recebedoria de Renda que, além de gordo salário, recebiam gratificações altíssimas a cada aumento na arrecadação dos impostos. As exonerações geraram uma onda de protestos contra Chagas Rodrigues, que, impotente, via, a cada instante, seus votos minguarem.

Os analistas políticos, desde então, falam da “traição” de Tibério Nunes a Chagas Rodrigues, mas vejamos o que o ex-governador disse sobre isso em entrevista concedida a João Cláudio Moreno na *TV Cidade Verde*, em novembro de 2002.

JCM – Com a volta do PSD, que depois da sua eleição, depois do seu governo, foi eleito um candidato da UDN, apoiado pelo PSD. É o surgimento de Petrônio Portela. O que o senhor achava de Petrônio? Já pressentia nele a grande estrela política?

CR – Sim. Nós fomos aliados. Nós fomos do mesmo partido. Depois, fui para outro partido, ele continuou na UDN. Tanto assim que a UDN e ele me apoiaram para governador. Nós éramos adversários, mas não inimigos. Quando Petrônio se elegeu prefeito, eu me elegi governador. Fizemos campanhas juntos. Ele, prefeito de Teresina. Eu, governador. Ele era o meu candidato a governador. Eu queria que ele me sucedesse.

JCM – Como candidato da UDN apoiado pelo PTB?

CR – Eu queria que fosse assim. Como a UDN havia me apoiado, eu achava justo que...

JCM – O que deu errado?

CR – Deu errado porque é a tal coisa, em política. Se até no Supremo Tribunal Federal os ministros divergem quanto aos votos e divergem honestamente. Em política também. O senador Matias Olímpio, que era o presidente do nosso partido e por quem eu tinha grande respeito e admiração, foi contra. Ele achava que nós devíamos fortalecer o partido. Eu disse assim: eu não vou

a residir. Entretanto, quando assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), Tibério Nunes mudou-se definitivamente para Teresina, onde reabriu consultório médico, na Rua Gabriel Ferreira. A data do decreto de nomeação de Tibério Nunes para o TCE – PI é a mesma da posse de Petrônio Portella Nunes no governo do Estado, 31 de janeiro de 1963. Sua admissão no TCE – PI foi no dia 20 de fevereiro de 1963. Tibério Nunes mantinha o desejo de pleitear o cargo de senador da República tão logo se aposentasse do TCE – PI. Isso, contudo, ficou apenas na vontade. A curta vida não lhe permitiu realizar esse sonho: faleceu em 19 de julho de 1974, aos 51 anos de idade, em acidente de carro, na rodovia Teresina – Floriano, no hoje município Jardim do Mulato. No local, o amigo João Eufráasio dos Santos construiu um monumento em sua memória.

sair do partido político por isso. Mas o pessoal do Petrônio ainda me convidou para deixar o partido e sair candidato ao Senado. Eu disse: não mudo de partido para ser candidato a nada.

Em 1986, em conversa informal com o deputado Luciano Nunes, Chagas Rodrigues afirmou: “Tibério Nunes nunca me traiu e nem eu poderia esperar nada dele, como meu sucessor. O quadro político já estava definido. A UDN já tinha uma chapa formada e eu estava do outro lado. Tibério agiu politicamente de maneira correta” (NUNES, 2012, p. 61). Henrique José de Carvalho Nunes informa que o pai, Tibério Nunes, um ano antes de receber o governo das mãos de Chagas Rodrigues, numa solenidade em Florianópolis, com a presença do governador, lançou a candidatura de Petrônio Portella ao governo do estado e disse que seria seu eleitor.

Articulações

Quando Chagas Rodrigues assumiu o governo do estado, o jornal *O Dia*, que tinha em seus quadros A. Tito Filho, Cunha e Silva e Deoclécio Dantas, entre outros, fazia campanha aberta contra a sua administração. A direção era do jornalista Raimundo Leão Monteiro, o Mundico Santídio, de apelido Mão de Paca.

Entre maio e outubro de 1962, por conta das eleições do dia 7 de outubro, Chagas Rodrigues arrendou o jornal *O Dia* para fazer sua campanha à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, bem como as campanhas de seus candidatos como Constantino Pereira, do PSD dissidente, lançado ao governo do Estado. O expediente do jornal ficou assim composto: Valter Alencar, diretor administrativo; Olympio Costa, diretor executivo; Deoclécio Dantas, jornalista; colaboradores Júlio Martins Vieira, João Bastos Filho e Simplício Araújo. Circulava geralmente com quatro páginas às terças, quintas e aos domingos. Na edição de 19 de julho, aparece o nome de Reginaldo Santos Furtado como diretor e de Raimundo Basílio como secretário.²⁷

Na noite do dia 13 de fevereiro de 1962, o ex-governador Jacob Gayoso e Almendra abriu as portas de sua residência para um grupo de pessedistas definir o nome que iria disputar o governo do Estado pela sigla. Compareceram o deputado federal Laurentino Pereira Neto e seu irmão Constantino Pereira de Sousa, Adalberto Santos, Antônio Barroso de Carvalho, Augusto Nogueira Paranaguá, Antônio Carvalho, Alcides Nunes, Antônio dos Santos Rocha,

²⁷ A partir de novembro de 1963, o jornal *O Dia* retorna às mãos do Mundico Mão de Paca, que continua a fazer severas críticas a Chagas Rodrigues. Na redação, estavam, entre outros, A. Tito Filho, Deoclécio Dantas, Petrarca Sá, Iracema dos Santos Rocha e Silva e Eulino Martins. Em agosto, o jornal *O Dia* é adquirido pela empresa *Folha da Manhã*. Em outubro passa às mãos do coronel Octávio Miranda, que dedicou a sua vida e investiu grande soma em dinheiro em prol da modernização da imprensa piauiense.

Álvaro Rodrigues de Araújo, Cloves Melo, Caio Damasceno, Edison Ferreira, Francisco Pires Gayoso e Almendra, João Moura Santos, Lauro Cordeiro, Milton Lima, Osvaldo da Costa e Silva, Sigefredo Pacheco, Waldeck Bona e Abdon Portela. Em seguida, uma comissão composta pelos deputados Laurentino Pereira Neto, Antônio dos Santos Rocha, primeiro secretário do Diretório Regional do PSD, e Augusto Nogueira Paranaguá levou à executiva do PTB uma lista de 20 nomes para que fosse escolhido o candidato ao governo, ficando o PTB com a indicação do vice-governador.

A reunião e a lista causaram conflito no seio do PSD. O ex-governador Pedro de Almendra Freitas, Antônio de Almeida Freitas e Sebastião Leal, entre outros, criticaram a posição do grupo por não terem sido convidados para a reunião e por não constarem na lista enviada à executiva do PTB.

Ignorando a reação dos descontentes, uma comissão de notáveis do PTB, em reunião com o governador Chagas Rodrigues, no Palácio de Karnak, escolheu os nomes de Constantino Pereira de Sousa (PSD) e de Valter Alencar (PTB) como candidatos, respectivamente, a governador e a vice-governador do Estado.

Houve também descontentamento no PTB. O presidente do partido, senador Matias Olímpio de Melo, foi o primeiro a se indispor, no que foi seguido pelo deputado Themístocles Sampaio Pereira, líder dos trabalhistas na Assembleia Legislativa do Estado. A partir de então, duas alas se formaram na agremiação: uma, chefiada pelo governador Chagas Rodrigues e seu irmão José Alexandre Caldas Rodrigues, prefeito da Parnaíba, com o apoio do Diretório Municipal de Teresina, à frente do qual se encontrava o deputado estadual José Ribamar de Castro Lima; e outra, composta pelos senadores Matias Olímpio de Melo, João Mendes Olímpio de Melo e Leônidas de Castro Mello, pelo deputado federal Clidenor de Freitas Santos e por Joaquim Lustosa Sobrinho.

De início havia certa indecisão em torno da candidatura de Petrônio Portella (UDN), então prefeito de Teresina, ao governo do Estado. Temendo que fosse lançado outro candidato, lideranças do PDC (Partido Democrata Cristão) entraram em campo e resolveram adiantar o lançamento do seu nome à Prefeitura da Capital. Foi realizada uma reunião na residência de Elias João Tajra, pai do então jovem bacharel em Direito, Jesus Elias Tajra, para discutir e aprovar a decisão. Segundo depoimento do Dr. Celso Barros Coelho, uma das lideranças do partido, foram então à residência de Petrônio Portella para comunicar a decisão que haviam tomado na reunião. Petrônio Portella ficou muito emocionado e agradeceu o gesto, dizendo que iriam marchar juntos para dar início a uma nova política no Piauí.

Na composição da chapa, ficou assentado que Darcy Fontenele de Araújo seria o candidato do PDC a deputado federal e que os deputados estaduais seriam o Dr. Celso Barros Coelho, Francisco Ribeiro Magalhães, Almir Reis e Raimundo da Costa Ribeiro. Jesus Elias Tajra, que residia em São Paulo, não aceitou ser candidato, oferecendo-se, para, na oportunidade, ajudar na campanha. Apenas o Dr. Celso Barros foi eleito.

Aproveitando toda essa confusão, Petrônio Portella foi à luta e conseguiu o apoio do vice-governador Tibério Nunes (UDN), juntou parte do PSD, liderado pelo ex-governador Pedro de Almendra Freitas e seu irmão Antônio de Almendra Freitas, reuniu dissidentes do PTB e de 11 das 13 legendas existentes, como o PDC (Partido Democrata Cristão), liderado pelo professor Darcy Fontenele de Araújo, PST (Partido Social Trabalhista), PTR (Partido Trabalhista Renovador) e PR (Partido da República).

O governador Tibério Nunes entrou de corpo e alma na campanha. E a demonstração cabal de seu engajamento veio com a publicação, no Diário Oficial do Estado, do Decreto nº 467, de 9 de julho de 1962, por meio do qual tornava sem efeito todas as nomeações, substituições e contratos de funcionários e servidores assinados por Chagas Rodrigues, a partir de 1º de janeiro de 1962.

O deputado federal Clidenor de Freitas Santos, do grupo compacto do PTB e de posições progressistas, por não ter tido o aval do governador Chagas Rodrigues para a candidatura à sua sucessão, divulga longa e agressiva carta rompendo com ele, e termina por se aliar a Petrônio Portella, na sucessão estadual.

O PSD, que vinha de uma derrota fragorosa nas eleições de 3 de outubro de 1958, vendo uma brecha para chegar ao poder, por dois terços de suas principais lideranças, delibera aliar-se a Petrônio Portella. Assim, de maneira inteligente, ousada, sagaz e ágil, Petrônio Portella pegou o apoio da UDN, liderada pelo governador Tibério Nunes; juntou parte do PSD liderada pelo ex-governador Pedro Freitas, seu sogro e maior adversário político até então; reuniu dissidentes do PTB e de partidos menores e formou uma coligação com a qual venceu o candidato Constantino Pereira de Sousa, do PSD dissidente, apoiado pelo PTB de Matias Olímpio de Melo e de Chagas Rodrigues, conforme conta Wilson Nunes Brandão (BRANDÃO, 2006, p. 47).

Para vencer a disputa, Petrônio Portella não se deixou abater pelas adversidades do clima nem pelas condições lastimáveis das estradas. Desobedecendo aos conselhos médicos de evitar esforços físicos, Petrônio Portella percorreu quilômetros em carro desconfortável, lotado por companheiros de jornada, fazendo comícios nas mais diferentes e incômodas horas, às vezes sob o sol escaldante do meio-dia, outras vezes em plena madrugada, em locais distantes.

Foi em pleno regime parlamentarista, instituído pela Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, revogada, após *referendum* popular, pela Emenda Constitucional nº 6, de 23 de janeiro de 1963 – que Petrônio Portella se elegeu governador do Piauí. Obteve 112.285 votos contra os 72.742 dados a Constantino Pereira de Sousa. João Clímaco D’Almeida (Joqueira), do PSD, foi eleito vice-governador, com 110.472, contra os 74.000 dados ao professor Valter Alencar, do PTB. Nascia, a partir daí, um esquema poderoso, com Petrônio Portella líder no Estado.

Chagas Rodrigues, diante dessas manobras, e por ser fiel aos princípios éticos que sempre o nortearam, acabou perdendo a eleição para o Senado. Obteve 88.923 votos, contra 119.842, de José Cândido Ferraz – UDN, apoiado pelo PSD, e 99.770 de Sigefredo Pacheco – PSD, ambos com mandato de oito

anos. E por pouco não perdia também para a Câmara dos Deputados: reelegeu-se, na penúltima posição, com 13.054 votos, para o mandato de 1963 a 1967. O PTB elegeu também para a Câmara Federal João Mendes Olímpio de Melo, com 14.155 votos, e Jacob Manoel Gayoso e Almendra, com 12.707 votos.

Piauí: resultado das eleições de 1962

Governador	
Petrônio Portella (UDN) – eleito	112.285 votos
Constantino Pereira (PSD – PTB)	72.742 votos
Vice-governador	
João Clímaco D’Almeida (PSD) – eleito	110.472 votos
Valter Alencar (PTB)	68.871 votos
Senadores	
José Cândido Ferraz (UDN) – eleito	119.842 votos
Sigefredo Pacheco (PDS) – eleito	99.770 votos
Chagas Rodrigues (PTB)	88.923 votos
Waldemar de Moura Santos (PTB)	57.901 votos
Suplentes de senadores	
Manuel da Silva Dias (UDN)	119.842 votos
Cláudio Pacheco Brasil (PSD)	97.770 votos
Alcides Nunes (PTB)	88.923 votos
Augusto Martins Nogueira Paranaguá (PTB)	57.901 votos
Deputados federais eleitos – PTB (3)	
João Mendes Olímpio de Melo	14.155 votos
Chagas Rodrigues	13.054 votos
Jacob Manoel Gayoso e Almendra	12.707 votos
Suplentes de deputados federais – PTB (7)	
Laurentino Pereira Neto	10.987 votos
Edison Dias Ferreira	9.386 votos
Alberto Bessa Luz	9.122 votos
Vinício Oliveira Vaz	887 votos
Brigadeiro do Ar Sinval de Castro	337 votos
Breno Coelho Machado	86 votos
Reginaldo Santos Furtado	20 votos
Deputados federais eleitos – UDN/PSD/PDC (5)	
Manoel de Sousa Santos – PSD	23.589 votos
Heitor de Albuquerque Cavalcanti – UDN	19.844 votos

Dyrno Jurandir Pires Ferreira – PSD	19.289 votos
João de Moura Santos – PSD	13.497 votos
Ezequias Gonçalves Costa – UD	13.365 votos
Suplentes de deputados federais – UDN/PSD/PDC (5)	
Tertuliano Milton Brandão	13.318 votos
Ciidenor de Freitas Santos	12.006 votos
Joaquim Lustosa Sobrinho	9.158 votos
Alberto Tavares Silva	6.753 votos
Darcy Araújo de Fontenele	2.927 votos
Deputados estaduais eleitos – PTB (16)	
Severo Maria Eulálio	5.873 votos
José Alexandre Caldas Rodrigues	4.843 votos
Pedro Borges da Silva Filho	4.501 votos
Filadelfo Freire de Castro	4.430 votos
Manoel Nogueira Filho	3.636 votos
Antônio Machado Melo	3.526 votos
Caio Coelho Damasceno	3.515 votos
Álvaro de Carvalho Melo	3.362 votos
Antônio Barroso de Carvalho	3.351 votos
Themistocles de Sampaio Pereira	2.994 votos
Raimundo de Castro Paixão	2.837 votos
Padre Solon Correia de Aragão	2.723 votos
João Ribeiro de Carvalho (Amarante)	2.597 votos
David Paulo Alves	2.409 votos
José Martins Nunes	2.396 votos
Deusdedit Mendes Ribeiro	2.251 votos
Suplentes de deputados estaduais – PTB (18)	
José Gil Barbosa	2.121 votos
Joaquim Gomes Calado	2.020 votos
Milton Costa Cardoso	1.942 votos
Antônio Ubiratan Carvalho	1.812 votos
Raimundo Holanda Sobrinho	1.549 votos
Oscar Castelo Branco Filho	1.471 votos
João Batista Barbosa de Deus	1.399 votos
Reginaldo Santos Furtado	1.327 votos
Thiago José da Silva	1.309 votos
Augusto Nogueira Paranaguá	1.168 votos
Antônio de Araújo Chaves	969 votos
José Luiz Martins de Carvalho	886 votos
Leônidas Alves da Silva Filho	698 votos
Raimundo Ney Baumann	585 votos
Honorato Gomes Martins	560 votos

Adalberto de Moura Santos	519 votos
Floriano Gomes Leite	144 votos
Aristeu Tupinambá	49 votos
Deputados estaduais eleitos – UDN (13)	
Helvídio Nunes de Barros	6.718 votos
João Lobo	5.542 votos
Roberto Raulino	3.749 votos
Djalma Martins Veloso	3.597 votos
Nelson de Moura Fé	3.541 votos
Deusdedit Albuquerque	3.379 votos
José Odon Maia Alencar	3.257 votos
João Ribeiro de Carvalho (Oeiras)	2.891 votos
Benjamin Lustosa Nogueira de Araújo	2.853 votos
Paulo da Silva Ferraz	2.849 votos
Waldemar de Castro Macedo	2.755 votos
Wenceslau de Sampaio	2.710 votos
José Raimundo Bona Medeiros	2.677 votos
Suplentes de deputados estaduais – UDN (15)	
Inácio Soares da Silva	2.505 votos
José Olímpio da Paz	2.176 votos
Milton de Aguiar	1.894 votos
Antônio Martins Soares Primo	1.831 votos
José de Araújo Chaves	1.723 votos
José Nazareno Soares	1.712 votos
José Francisco Paes Landim	1.707 votos
Francisco Xavier de Almeida	1.079 votos
Raldir Cavalcanti Bastos	914 votos
Gumercindo Paz Saraiva Ribeiro	638 votos
João Leite Sobrinho	625 votos
Antônio de Brito Melo	510 votos
Eliezer de Sousa Teixeira	341 votos
João da Cruz Sena	288 votos
Alberto Tavares e Silva	5 votos
Deputados estaduais eleitos – PSD (8)	
Alfredo Nunes	4.471 votos
Humberto Reis	4.458 votos
Benoni Portela Leal	4.069 votos
Sebastião Rocha Leal	4.023 votos
Odilon Freitas	3.696 votos
Antônio Manoel Gayoso Castelo Branco	3.478 votos
Wilson Parente	3.399 votos
Edson Martins da Rocha	2.809 votos

Suplentes de deputados estaduais – PSD (14)	
Francisco José de Carvalho	2.470 votos
José Dias de Castro	2.289 votos
José Francisco da Paz	1.899 votos
José Oscar de Freitas	1.381 votos
Elpidio Cronenberg Filho	1.072 votos
Francisco Aires de Morais	1.067 votos
Pio Mendes	677 votos
José dos Santos Veras	243 votos
Álvaro Rodrigues de Araújo	7 votos
Elísio Rodrigues de Araújo	6 votos
Waldeck Bona	2 votos
Aderson Alves Ferreira	2 votos
Antônio de Sousa Filho	0 voto
Epaminondas Castelo Branco	0 voto
Deputados estaduais eleitos – PSP/PST/PRT (4)	
Pedro Portela	3.607 votos
Aloísio de Araújo Costa	2.824 votos
Tertuliano Solon Brandão	2.670 votos
Aloísio Soares Ribeiro	2.370 votos
Suplentes de deputados estaduais – PSP/PST/PRT (12)	
Alberto de Moura Monteiro	2.339 votos
Altamiro de Arêa Leão	1.178 votos
Vicente de Paula e Silva	1.145 votos
José Eduardo Pereira	1.002 votos
Geraldo Magela de Resende	872 votos
José Carlos Olímpio de Melo	690 votos
Dorileu de Castro Veloso	669 votos
Manoel Alfredo Martins Rocha	464 votos
Djalma Martins Gomes	53 votos
José de Castro Cunha	28 votos
José de Arimathéa Tito Filho	7 votos
Conrado Simplício de Araújo	5 votos
Deputado estadual eleito – PDC (1)	
Celso Barros Coelho	2.835 votos
Suplente de deputado estadual – PDC (1)	
Ribeiro Magalhães	2.377 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Eleições de 1966

Eleição indireta para o governo do Piauí

As eleições estaduais no Piauí, em 1966, foram realizadas em duas fases como parte das eleições gerais em 22 estados brasileiros e nos territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima, que elegeram apenas deputados federais.

Em 3 de setembro houve a eleição indireta do governador Helvídio Nunes e do vice-governador João Clímaco d'Almeida e, em 15 de novembro, a Arena repetiu o ocorrido na etapa anterior elegendo Petrônio Portella para senador e fez as maiores bancadas entre os oito deputados federais e quarenta e dois estaduais.

Após a vitória de adversários do Regime Militar na Guanabara e Minas Gerais, em 1965, o governo federal baixou o Ato Institucional nº 3, em 5 de fevereiro de 1966, que determinava a eleição indireta de doze governadores, inclusive em Alagoas.

O candidato mais votado não obteve a maioria dos votos válidos conforme previa a Emenda Constitucional nº 13, de 8 de abril de 1965; daí, após nomear um interventor, o poder militar designou o novo governador. E assim os piauienses viram seu governador subir ao poder indiretamente pela primeira vez desde o interventor Valdir Gonçalves em 1947, que governou o estado entre 17 de março e 28 de abril daquele ano, quando entregou o cargo a José da Rocha Furtado, eleito diretamente em 19 de janeiro.

Quando da eleição indireta do governador e do vice-governador, o Executivo estava nas mãos de José Odon Maia Alencar, presidente da Assembleia Legislativa, pois os titulares tinham renunciado para concorrer ao pleito. Assim, a Arena levou ao Palácio de Karnak Helvídio Nunes de Barros e João Clímaco d'Almeida, que assumiram em 12 de setembro de 1966.

Registre-se que, além da Guanabara e Minas Gerais, houve eleição direta para governador, em 1965, nos estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Em 1966 houve eleição indireta para governador no Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

No dia do pleito para governador, o deputado estadual Helvídio Nunes preferiu não votar em si mesmo e recebeu 31 votos da Arena. Os 8 deputados estaduais do MDB também se abstiveram. O Regime Militar de 1964 cassara os mandatos de Celso Barros e Themístocles Sampaio.

Advogado formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o governador Helvídio Nunes vinha da UDN. Fora eleito prefeito de Picos em 1954 e deputado estadual em 1958 e 1962, tendo se licenciado para compor o secretariado de Petrônio Portella a quem seguiu ao entrar na Arena. Graças a um ardid da legislação, Helvídio Nunes retornou ao cargo que exercera no governo

Petrônio Portella, após vencer as eleições de 1962, sendo premiado, na prática, com uma reeleição.

O vice-governador João Clímaco d'Almeida, natural de Teresina, foi eleito vereador pelo PSD em 1948 e deputado estadual em 1950, 1954 e 1958, antes de ser eleito vice-governador de Petrônio Portella em 1962, cargo ao qual renunciou pouco antes de ser reconduzido a ele por via indireta.

Em 15 de novembro de 1966, Petrônio Portella venceu o padre Solon Correia de Aragão e foi eleito senador formando bancada com José Cândido Ferraz e Sigefredo Pacheco, cujos mandatos vigiam. Foram candidatos a suplentes Benoni Leal (Arena) e Pedro Borges Filho (MDB). Outrora membro da UDN e agora filiado à Arena, o advogado Petrônio Portella era natural de Valença do Piauí e formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Genro de Pedro Freitas, o novo representante piauiense foi eleito deputado estadual em 1954, prefeito de Teresina em 1958, governador do Piauí em 1962, e senador ao suceder Joaquim Parente, que abdicou da reeleição e obteve uma vaga na Câmara dos Deputados.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, na eleição para senador, houve 19.047 votos em branco (7,95%) e 10.238 votos nulos (4,28), calculados sobre o comparecimento dos eleitores.

Nas eleições proporcionais, a Arena elegeu sete deputados federais e trinta e quatro deputados estaduais enquanto o MDB elegeu um deputado federal e oito estaduais. Ressalte-se que os votos em branco eram considerados válidos para fins de cálculo do quociente eleitoral nas disputas proporcionais até 1997, quando essa anomalia foi banida de nossa legislação.

Por ocasião das eleições, 113 municípios do Piauí escolheram prefeitos, vice-prefeitos e vereadores enquanto em Teresina, devido ao Ato Institucional nº 3, foram eleitos apenas vereadores.

Piauí: resultado das eleições de 1966

Governador	
Helvídio Nunes – eleito indiretamente*	
Vice-governador	
João Clímaco d'Almeida – eleito indiretamente	
Senadores	
Petrônio Portella (Arena) – eleito	136.054 votos
Solon Aragão (MDB)	74 065 votos
Suplentes de senadores	
Benoni Leal (Arena)	
Pedro Borges Filho (MDB)	

Deputados federais eleitos (Arena)	
Fausto Gayoso	27.046 votos
Heitor Cavalcanti	23.092 votos
Milton Brandão	22.447 votos
Paulo Ferraz	17.492 votos
Joaquim Parente	17.146 votos
Ezequias Costa	14.993 votos
Sousa Santos	14.123 votos
Deputado federal eleito (MDB)	
Chagas Rodrigues*	17.742 votos
Deputados estaduais eleitos (Arena)	
Ribeiro Magalhães	5.623 votos
Jesus Tajra	5.126 votos
Sebastião Leal	4.685 votos
Wilson Parente	4.381 votos
Humberto Silveira	4.145 votos
Alfredo Nunes**	4.131 votos
Waldemar Macedo	4.080 votos
Djalma Veloso	4.075 votos
José de Castro	3.961 votos
Isaac Carvalho	3.957 votos
Antônio Gayoso	3.799 votos
Deusdedit Cavalcanti	3.757 votos
João Lobo	3.750 votos
Carvalho e Silva	3.714 votos
Afrânio Nunes	3.711 votos
Wilson Brandão	3.655 votos
Edson Martins	3.647 votos
Bona Medeiros	3.504 votos
Solon Brandão	3.490 votos
Roberto Raulino	3.446 votos
Cassio Damasceno	3.418 votos
Vaz da Costa	3.260 votos
Nazareno Araújo	3.231 votos
Aluísio Ribeiro	3.228 votos
Wenceslau Sampaio	3.129 votos
Odilon Freitas	3.114 votos
José Ferreira de Alencar Mota	3.105 votos
Antônio Monteiro Alves	3.020 votos
Juarez Tapety	2.990 votos
José Barbosa	2.942 votos

Pedro Portela	2.941 votos
Alberto Monteiro	2.920 votos
Joaquim Bezerra	2.881 votos
Raimundo Holanda	2.877 votos
Deputados estaduais eleitos (MDB)	
Severo Maria Eulálio	4.883 votos
Filadelfo de Castro	4.355 votos
Edson Ferreira	3.521 votos
Nogueira Filho	3.478 votos
José Francisco da Paz	3.470 votos
Constantino Pereira	3.349 votos
Raimundo Urtiga	3.073 votos
Abdon Nunes	2.546 votos
Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.	
* Chagas Rodrigues foi cassado por força do Ato Institucional nº 5, em 29 de abril de 1969, tendo sido proibida a efetivação de João Mendes Olímpio de Melo. A página oficial da Câmara dos Deputados informa que o suplente Dirno Pires foi convocado durante a legislatura, embora não informe em lugar de quem.	
** Alfredo Nunes teve o mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5, em 14 de janeiro de 1969, tendo sido proibida a efetivação de Nelson de Moura Fé.	

De 1966-1971, o vice-governador João Clímaco d'Almeida presidiu a Assembleia Legislativa, tendo como vice-presidentes Aluísio Soares Ribeiro (1966-1970) e Djalma Veloso (1970-1971). O placar das bancadas apontava 34 Arena x 8 MDB, ou seja, o governo detinha mais de 80% das vagas.

Durante o governo Helvídio Nunes o município de Teresina foi administrado por Jofre Castelo Branco e Bona Medeiros. Nos demais municípios, a Arena fez 107 prefeitos contra 6 do MDB.

Chagas Rodrigues, estrangeiro na própria pátria

O Ato Institucional nº 5

O deputado federal Márcio Moreira Alves pronuncia, a 2 de setembro de 1968, no *Pinga-Fogo* da Câmara dos Deputados, discurso que não chamou a atenção de ninguém, nem mesmo dos jornalistas que faziam a cobertura da Casa. Dias depois, serviços especializados o pinçam das páginas do *Diário Oficial* e, tido como altamente injurioso às forças armadas, provoca exacerbação dos meios militares, que clamam por um desagravo a seus chefes. Os ministros do Exército (general Aurélio de Lyra Tavares), Marinha (almirante Augusto Rademaker) e Aeronáutica (marechal do ar Márcio de Sousa e Melo) endossam a indignação das casernas, e a cabeça do deputado é pedida à própria Câmara que, por maioria, nega a licença, com votos dos próprios partidários da situação. O resultado era 216 votos contra, 136 favoráveis, 12 em branco e 24 abstenções.

Foi o quanto bastou para que o presidente Costa e Silva (1967 a 1969), com o governo já marcado pela violência contra os estudantes, a Igreja, as liberdades públicas e contra todas as esperanças sugeridas pela imagem que dele chegaram a ensaiar os manipuladores da sua unção, acionasse o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, ex-reitor da USP, e decretasse, a 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, o mais terrível instrumento de força lançado pelo regime militar. O Ato conferiu ao presidente da República poderes totais para reprimir e perseguir as oposições, fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, legislar em todas as matérias durante o fechamento dos órgãos parlamentares, intervir nos Estados e Municípios sem as limitações previstas na Constituição, suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, demitir, aposentar, remover funcionários públicos, restringir as liberdades individuais e suspender a garantia de *habeas corpus*. Ei-lo, na íntegra:

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo,

na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos antirrevolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país, comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de Março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º – São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º – O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo presidente da República.

§ 1º – Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e a exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º – Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º – Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º – O presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único – Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos governadores ou prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º – No interesse de preservar a Revolução, o presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único – Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º – A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
 - a) liberdade vigiada;
 - b) proibição de frequentar determinados lugares;
 - c) domicílio determinado.

§ 1º – O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º – As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º – Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º – O presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias

referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens, proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º – O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º – O presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º – O presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único – Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º – O presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas “d” e “e” do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 – O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA; Luís Antônio da Gama e Silva; Augusto Hamann Rademaker Grünewald; Aurélio de Lyra Tavares; José de Magalhães Pinto; Antônio Delfim Netto; Mário David Andreazza; Ivo Arzua Pereira; Tarso Dutra; Jarbas G. Passarinho; Márcio de Souza e Mello; Leonel Miranda; José Costa Cavalcanti; Edmundo de Macedo Soares; Hélio Beltrão; Afonso A. Lima e Carlos F. de Simas (BRASIL, 1968, p. 10.801).

Cassação dos direitos políticos de Chagas Rodrigues

Eleito deputado federal para o mandato de 1963 a 1966 e reeleito para o mandato de 1967 a 1970, Chagas Rodrigues foi cassado, em 1969, e teve os direitos políticos suspensos por dez anos, com base no AI-5, sob a acusação de ter pronunciado, na tribuna da Câmara dos Deputados, discurso considerado ofensivo às Forças Armadas.

Em 30 de abril de 1969, foi publicado no Diário Oficial o decreto de 29 de abril, cassando os mandatos eletivos e suspendendo os direitos políticos de Chagas Rodrigues e mais 14 deputados federais e suplentes de deputados federais: Hélio Gueiros (Pará), Chagas Rodrigues (Piauí), Clodomir Leite (Pernambuco), Souto Maior (Pernambuco), Andrade Lima Filho (Pernambuco), Bezerra Leite, (Pernambuco), Oseas Cardoso Paes (Alagoas), Machado Rollemberg Mendonça (Sergipe), Gastão Pedreira (Bahia), Glênio Martins (Rio de Janeiro), José de Castro Ferreira (Minas Gerais), Antônio Luciano Pereira Filho (Minas Gerais), Almir Turisco de Araújo (Goiás), Feliciano de Figueiredo (Mato Grosso) e Floriceno Paixão (Rio Grande do Sul) (BRASIL, 1969, p. 3.661).

Consultando os anais da Câmara dos Deputados, encontramos outra pista para a cassação. No dia 15 de abril de 1964, o marechal Castelo Branco – que estudou no Liceu Piauiense, em Teresina -, num processo conduzido pelo general Costa e Silva, que se designou ministro da Guerra, foi submetido aos votos do Congresso Nacional, como forma de legitimá-lo. Chagas Rodrigues foi um dos poucos parlamentares a não votar em Castelo Branco. Desde então passou a ter os passos vigiados pelos militares.

Para o jornalista Deoclécio Dantas, a cassação de Chagas Rodrigues teve relação com ressentimentos políticos de velhos adversários da época em que ele era governador, que tinham forte influência no alto comando da ditadura militar.

Chagas Rodrigues foi o primeiro parnaibano eleito deputado federal, governador, senador e também o único a ser cassado, na área federal. Perdeu os direitos políticos por dez anos e foi proibido de ir ao Piauí. Por essa razão, não pôde ir ao enterro do pai, Poncion Rodrigues, que faleceu em Parnaíba, em 5 de agosto de 1978. Pouco depois, sua mãe adoeceu gravemente. Não sabia o que fazer, quando lhe chegou ajuda providencial. O Dr. Djalma Veloso, que havia sido o seu secretário de Interior, Justiça e Segurança Pública, era governador do Piauí (14/8/1978 a 15/3/1979) e, ao ser informado desse fato, imediatamente ligou para o general Sérgio de Ary Pires, comandante do 4º Exército, sediado em Recife, relatou o estado de saúde de dona Ignésia, e intercedeu para que Chagas Rodrigues pudesse ir ao Piauí.

Eis o depoimento dado por Djalma Veloso ao autor em 2005:

Eu perguntei ao general Sérgio de Ary Pires como eu seria visto por ele se recebesse, no Piauí, o ex-governador Chagas Rodrigues. O general me respondeu: “No meu mais alto conceito, pelo gesto humano de Vossa Excelência. Diga ao ex-governador Chagas Rodrigues que lamento muito a perda do pai e a gravidade da saúde de sua mãe. Quanto ao senhor, não haverá nenhuma retaliação dos militares, fique tranquilo”. Chagas Rodrigues veio ao Piauí. Fui recebê-lo no aeroporto e coloquei toda a estrutura do governo à sua disposição, prontamente recusada por ele, que agia assim com receio de causar algum contratempo ao meu governo. Fiquei feliz quando ele disse: “Djalma, só esta atitude de interceder por mim, neste momento, já me basta para saber o quanto você é um leal amigo. Eu me considero servido por seu governo, mesmo não podendo aceitar a estrutura que você me pôe à disposição. Não lhe quero causar nenhum embaraço”. Notei que ele estava visivelmente emocionado.

Dona Ignésia falece em 30 de dezembro de 1980. O enterro acontece no cemitério da Parnaíba, com a presença de Chagas Rodrigues, sem qualquer constrangimento.

O general Sérgio de Ary Pires, tempos depois, ao ser homenageado em Caxias (MA) pela Prefeitura da cidade e pelo governo do estado do Maranhão, fez questão da presença do governador do Piauí, Djalma Veloso, na comitiva oficial.

Com o mandato cassado, Chagas Rodrigues, para sustentar a família, passou a advogar no foro da Capital Federal e a lecionar, em uma faculdade particular, o Centro Universitário de Brasília (CEUB), a disciplina Direito Comercial.

Em depoimento dado ao autor em 7 de novembro de 2012, Chico Wilson relata: “Durante as aulas no CEUB, tio Chagas Rodrigues chegou a perceber claramente a presença de agentes do governo, infiltrados na condição de alunos, a lhe fazerem perguntas embaraçosas e que fugiam da disciplina, com o intuito claro de comprometé-lo de alguma forma. Ao que ele respondia sorrindo: ‘Nossa matéria, jovens, é de Direito Comercial, e não de Direito Constitucional, e assim foi se equilibrando’”.

Não podendo visitar a terra natal, como acontecia com outras lideranças políticas, amigos seus, como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola e Miguel Arraes, demonstra todo o seu estado de espírito no poema “Estrangeiro na própria pátria”:

Ouve, amiga,
deve ser triste viver em terra alheia.
Longe da pátria,
longe da família,
longe dos amigos.
Porém, ainda mais triste,
é viver como estrangeiro
na própria pátria,
com o mandato eletivo cassado,
com os direitos políticos suspensos,
e proibido de rever
a cidade natal,
o Estado querido
e o povo amado.
Brasília, novembro de 1976.

Durante o período em que esteve cassado (1969 a 1979), Chagas Rodrigues comparecia anonimamente às galerias da Câmara Federal para assistir às seções. Um dia, ele foi educadamente abordado por um cidadão, presumivelmente um agente de segurança da própria Casa, avisando-lhe que, infelizmente, por sua condição de cassado, não poderia permanecer naquele local, assistindo às seções legislativas. Chagas Rodrigues só retornou novamente à Casa na condição de parlamentar.

Outro baque para Chagas Rodrigues foi saber que o sobrinho Eudóxio Rodrigues de Abreu, engenheiro civil da Petrobras, filho da irmã Inês, ficara preso durante oito meses em uma unidade da Polícia Militar do Rio de Janeiro, sob a acusação de agitação política.

O líder estudantil Honestino Monteiro Guimarães, que caiu na clandestinidade quando era presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), ficou escondido no apartamento de Chagas Rodrigues, em Brasília, durante vários dias. Esse fato só se tornou conhecido do público porque foi narrado no documentário produzido pela Embrafilme sobre o estudante.

Honestino Guimarães nasceu em Itaboraí (RJ), a 28 de março de 1947. Seus pais se mudaram para a capital federal em 1960. Dois anos depois, ele já militava no movimento secundarista, no Centro de Ensino Médio de Brasília, o chamado Elefante Branco ou mesmo Elefante Vermelho – denominação que a escola acabou merecendo pela notória mobilização política tanto dos alunos quanto dos professores, em defesa do ensino público, contra o aumento das passagens de ônibus, e por democracia. De militante, passou a dirigente estudantil em 1964, quando cursava o terceiro ano do Científico, no Colégio Integrado de Ensino Médio, anexo à UnB, o Ciem. Na mesma época, ingressou na Ação Popular (AP). Muito exposto, foi preso duas vezes. Longe de se intimidar, reforçou a convicção ideológica, disposto a trabalhar cada vez mais para a derrubada do governo militar. Quando, no dia 28 de março de 1968, a polícia do Rio de Janeiro matou o estudante Edson Luís, durante mais uma das manifestações da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC) contra o aumento do preço da refeição, que consideravam abusivo, e pela melhoria e conclusão das obras do restaurante, Honestino Guimarães comandou protestos na UNB que chegaram a reunir 10 mil pessoas. Para o regime militar, nada mais que um grande e inadmissível pandemônio, ainda mais na capital da República, ícone de poder e força. O movimento, fartamente documentado por fotos e filmes, condenou-o à clandestinidade. A repressão estava nos seus calcanhares. Foi preso em outubro de 1973, no Rio de Janeiro, e levado para Brasília, de onde não tardou muito a ser levado para outro destino (MORAES, 2008, p. 134-135).

Em novembro de 2002, Chagas Rodrigues, em entrevista a João Cláudio Moreno no programa “EntreNomes”, da *TV Cidade Verde*, fala sobre a proteção que deu a Honestino Guimarães:

JCM – O senhor foi citado no episódio da prisão do líder estudantil Honestino Guimarães. Recentemente a Embrafilme lançou um documentário sobre uma obra dele em que ele conta que foi protegido e que ficou escondido no seu apartamento, em Brasília. O senhor se lembra desse episódio?

CR – Lembro-me. Lembro-me perfeitamente. Eu sempre fui contra ditaduras, todas as ditaduras, principalmente no Brasil. E sempre procurei ajudar os perseguidos, porque eu fui um perseguido político. Passei maus momentos. Perdi o meu mandato, sai da minha vida pública. Eu era um político e não pude reassumir o cargo que conquistara através de concurso público...

JCM – Ele o procurou, o Honestino?

CR – Ele prontamente chegou a mim através de pessoas amigas, parentes. Eu disse: pode vir que aqui terá acolhida e nós o protegeremos.

JCM – Ninguém sabia que ele estava lá?

CR – Não, ninguém sabia. Tanto tempo e estava correndo o risco de ser preso por ser subversivo e perder o mandato.

JCM – Quanto tempo ele ficou lá?

CR – Olha, agora estou em dúvida se eu já tinha perdido o mandato. Eu não me lembro bem a época, mas o que é fundamental é que, se não tinha perdido o mandato, eu estava arriscando o meu mandato. Ele ficou lá algum tempo. Depois ele saiu. O tempo que ele precisou ficar, ficou.

Chagas Rodrigues passou dez anos com os direitos políticos cassados e, quando houve a anistia, em 1979, já tinha cumprido a pena que lhe tinha sido imputada.



Parte 3

Segunda etapa da trajetória política

O processo de abertura democrática

A Constituição foi rasgada. O mandato outorgado pelo povo, através da Justiça Eleitoral que o expediu, foi anulado, sr. presidente, pela ponta das baionetas sediciosas, com a conivência do presidente do Senado. Um governo ilegal e ilegítimo se instaurou na pátria brasileira.

Chagas Rodrigues, em discurso nas primeiras horas de abril de 1964.

Entre 1978 e 1979, o processo de abertura política é consolidado. O AI-5 é revogado em 13 de outubro de 1978, a censura é suspensa, e a Lei da Anistia (Lei nº 6.683) é promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, permitindo a volta dos “insurgentes” à vida pública. Leonel de Moura Brizola, Miguel Arraes de Alencar e Luís Carlos Prestes, entre outros, podem retornar ao país. Setores da esquerda, entretanto, não gostaram de os torturadores serem, de certa forma, inocentados dos crimes que cometeram a serviço da ditadura.

O ano de 1979 é especialmente agitado. O movimento sindical – com Lula à frente – havia se fortalecido, realizando greves por todo o país. Uma, no ABC Paulista, mobiliza 180 mil manifestantes. A UNE (União Nacional dos Estudantes) reorganiza-se. Extingue-se o bipartidarismo, o que força uma reforma partidária. Dessa forma, surgiram o PDS (Partido Democrático Social), herdeiro da antiga Arena; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), composto por políticos do antigo MDB; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), controlado por Ivete Vargas (filha de Getúlio Vargas) e formado por setores da antiga Arena; o PDT (Partido Democrático Trabalhista), fundado por Leonel Brizola, e o PT (Partido dos Trabalhadores), com propostas socialistas e em fase de construção. Hável articulação política garantiu que a Arena, agora PDS, se mantivesse praticamente intacta, ao passo que a oposição se fragmentou.

Apesar da intensa mobilização social, o presidente Ernesto Geisel consegue impor o nome do general João Batista Figueiredo como seu sucessor, consagrando mais uma etapa no “lento e gradual processo” de abertura.

O passo seguinte seria a manutenção da base parlamentar para que o regime militar elegeesse o próximo presidente.

Com a crescente mobilização popular ditando o ritmo da transição do regime, foram realizadas as primeiras eleições diretas para governador após a instauração do regime militar. O pleito envolveu também a renovação de um terço do Senado, da Câmara Federal, das Assembleias Legislativas, de prefeitos e vereadores.

As eleições traziam, naquele ano, uma novidade. O Tribunal Superior Eleitoral decidiu informatizar, pela primeira vez, a fase final da apuração, isto é, o somatório dos mapas produzidos manualmente pelas juntas de apuração em cada zona eleitoral.

Na maioria dos estados brasileiros, o responsável pela apuração foi o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), uma empresa estatal.

No Rio de Janeiro, para realizar o processamento eletrônico dos dados, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) contratou a Proconsult. Muitos veículos de comunicação resolveram montar um esquema próprio – paralelo à apuração do TRE – para realizar a totalização dos votos. O jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, foi um deles. O objetivo era divulgar os resultados das urnas com rapidez e se antecipar aos números oficiais. Mas na pressa de dar o chamado “furo” houve muita contradição, inclusive tentativa de manipulação dos votos.

Nesse pleito valeu o “voto vinculado”. O Poder Central, para salvar alguns governos estaduais, criou essa estratégia do voto vinculado, obrigando o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido, sob pena de ter o voto anulado. O assunto dominante passou a ser a fusão do PP com o PMDB.

Eleições de 15 de novembro de 1982

Articulações políticas

De volta à vida pública, Chagas Rodrigues filia-se ao PMDB e participa intensamente das mobilizações sociais em favor do restabelecimento da ordem democrática.

Em 4 de janeiro de 1982, como presidente do PMDB no Piauí, chegou a Teresina, para participar da reunião da Comissão Executiva Regional do Partido, e declarou que o senador Alberto Silva, presidente do PP piauiense, se manteria coerente como político opositorista, descartando a possibilidade de se filiar ao PDS. Declarou, ainda, acreditar na incorporação do PP ao PMDB, porque, segundo ele, até o presidente da República João Batista Figueiredo, ao institucionalizar a nova lei de inelegibilidades, respeitou a incorporação e deixou inalterado o artigo que a assegurava, e respeitou também o dispositivo que garantia o processo de integração partidária dos dois partidos. Para ele, a união do PP com o PMDB era decisão da maioria, que deveria ser respeitada pelas minorias.

Na Convenção do PMDB, realizada das 9 às 21 horas de domingo, 18 de janeiro de 1982, no plenário da Assembleia Legislativa, com grande número de pessoas dentro e fora do recinto, foi formado o novo Diretório Regional do partido, ficando a presidência com Alberto Silva, a vice-presidência com Chagas Rodrigues, a segunda vice-presidência com Francílio Ribeiro de Almeida, a secretaria geral com João Mendes Nepomuceno, a secretaria com Antônio Mendes de Carvalho Neto, a tesouraria com Themístocles Sampaio Pereira, tendo como vogais os deputados federais José Pinheiro Machado e Carlos Augusto de Oliveira e como suplentes Francisco das Chagas Ribeiro Magalhães Manoel Lopes Veloso e Deoclécio Dantas.

No dia 20 de janeiro, a cúpula do PMDB aguardava, na sede do partido, na Avenida Miguel Rosa, 2.026, em Teresina, a chegada do senador Alberto Silva, para irem para o Clube das Classes Produtoras onde, às 10 horas, haveria reunião de todos os diretórios municipais do PP para discutir, principalmente, a incorporação ao PMDB. Se não houvesse a incorporação, era ideia do senador Alberto Silva, (re)criar o PTB no Piauí.

A proposta de Tancredo Neves, presidente do PP, era a fusão de todas as correntes opositoristas em uma só legenda, prontamente aceita pela maioria do PMDB e do PP. A justificativa é que a oposição se fortaleceria e abriria caminho para a vitória na sucessão presidencial seguinte. O PDS, assim como o governo, tentou, de todas as maneiras, impedir que os dois partidos se unissem, porém a habilidade política do mineiro Tancredo Neves falou mais alto. A fusão do PP com o PMDB foi oficializada em fevereiro de 1982.

No Piauí, seria a primeira eleição, após muitos embates políticos, sem a presença do senador Petrônio Portella, falecido em Brasília, a 6 de janeiro de

1980, no cargo de ministro da Justiça, e com chance de se tornar candidato e primeiro presidente civil depois do Golpe Civil Militar de 1º de abril de 1964. Com sua morte, assumiu, definitivamente, o seu lugar o suplente Bernardino Soares Viana.

O governador do Piauí era o irmão de Petrônio Portella, Lucídio Portella, que ficou no governo até o final do mandato, para não passar o cargo ao vice-governador, Waldemar Macedo, com quem se desentendera. Com isso, deixou de se candidatar ao cargo de senador, para o qual seria eleito facilmente.

Os candidatos palacianos mais cotados para o governo do estado eram o senador Bernardino Soares Viana, o empresário Ary Magalhães (secretário da Fazenda) e o professor José Camilo da Silveira Filho (reitor da Universidade Federal do Piauí – UFPI), que deixaram os cargos por força da lei de desincompatibilização. Correndo por fora, mas contando com o apoio do ex-governador e então secretário de Governo Djalma Martins Veloso e das principais lideranças da região valenciana, estava o deputado Hugo Napoleão do Rêgo Neto, com duas legislaturas na Câmara dos Deputados, que terminou sendo o escolhido na Convenção do partido, realizada no dia 25 de junho de 1982, sábado, no Centro de Convenções de Teresina, tendo como companheiro de chapa o ex-prefeito da capital, José Raimundo Bona Medeiros (23 de março de 1979 a 14 de maio de 1982).

Na reunião realizada no dia 20 de julho, no Palácio do Comércio, a Comissão Executiva do PMDB definiu a chapa majoritária do partido. O senador Alberto Silva, da Parnaíba, norte do estado, e o médico Waldir Ribeiro Dias, de São Raimundo Nonato, sul do estado, seriam os candidatos a governador e a vice-governador, respectivamente. O candidato ao Senado seria o ex-governador e vice-presidente regional do partido, Chagas Rodrigues. Ao médico Francílio Almeida foi assegurada a sublegenda para o Senado. Em entrevista no dia seguinte para o jornal *O Dia*, Deoclécio Dantas declarou que a existência da sublegenda não criava dificuldades para o ex-governador Chagas Rodrigues, pois ele se mostrou satisfeito com o resultado a que chegou o partido como forma de preencher todos os espaços da campanha. Assim, tudo seria confirmado na Convenção, que seria realizada a partir das 15 horas do dia 23, no Clube das Classes Produtoras, com a participação de 110 municípios onde o PMDB tinha diretórios formados. Alberto Silva e Waldir Ribeiro Dias receberam 132 votos. Chagas Rodrigues, 63; Francílio Almeida, 37; e Walmor Carvalho, 32. Foram lançados para deputados federais Pinheiro Machado, Carlos Augusto de Oliveira, natos, Ciro Nogueira Lima, Dalvaceli Cavalcanti, Elias Ximenes do Prado Júnior, Heráclito Fortes, José da Costa Rabelo, Murilo Rezende, Francisco de Assis Santana de Carvalho, Wall Ferraz e Pedro da Silva Dias. Para deputados estaduais, Elias Ximenes do Prado, Themístocles Sampaio, Oscar Eulálio, Deoclécio Dantas, natos, Antônio Mendes de Carvalho Neto, Paulo Tavares Silva, Bernardo Pinto, Cacá Rezende, João de Deus Torres, Paulo dos Santos Rocha, Aquiles Nogueira, Tomaz Teixeira, Renato Lopes, Gentil Eulálio Filho, Francisco Romão da Silva, Abdon Porto

Mousinho, Luciano Santos, Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues (Chico de Júlio), Sá Urtiga, José Reis Pereira, Marcelo Costa e Castro, João Batista de Castro Dias, Inácio Paz, Kleber Montezuma, Ubiraci Carvalho, Francisco Negreiros, Francisco Machado e Raimundo da Silva Dias. Foram lançados, ainda, 57 nomes para a Câmara de Teresina. À noite, foi realizado comício do partido na Praça do Marquês.

Em 1982, o Partido dos Trabalhadores, fundado em 8 de outubro de 1980, estava organizado em 26 municípios piauienses, compondo comissões provisórias em Teresina, Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Barras, Barro Duro, Beneditinos, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Esperantina, Floriano, Luzilândia, Miguel Alves, Nossa Senhora dos Remédios, Palmeirais, Parnaíba, Pimenteiras, Piracuruca, Piripiri, Porto, Regeneração, São João do Piauí, União e Valença do Piauí.

No dia 10 de janeiro de 1982, o PT realizou encontro municipal para escolher novos candidatos ou confirmar nomes de representantes das comunidades de base para disputar os cargos de deputado e vereador nas eleições de 15 de novembro.

No II Encontro Estadual realizado nos dias 16 e 17 de janeiro, no Clube dos Diários, com 140 delegados, representantes de 19 diretórios municipais foi sugerido o nome do ex-assessor da Comissão de Desenvolvimento do Estado – CODESE no governo Chagas Rodrigues (1959 a 1962), o economista Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira, que estava ali como convidado por sua participação no movimento de sindicalização rural e na luta pelas reformas de base, motivos de sua prisão pelos militares em 1964. Não era filiado ao PT. Alegando compromissos profissionais, ele não aceitou o convite. Escolheram, então, o advogado José Ribamar Lopes, 54 anos, de Campo Maior, mas residente em Brasília, antigo militante das Ligas Camponesas e articulador da organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais piauienses e ex-delegado do Instituto de Reforma Agrária (atual INCRA). José Ribamar Lopes era irmão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, Luís Edwiges. No encontro, foram escolhidos os nomes do professor Manuel Antônio Nunes Meireles e do funcionário público Francisco Leite para a Assembleia Legislativa. O sociólogo e vice-presidente do partido, Antônio José Medeiros, seria o nome para a Câmara Federal. Os nomes para o Senado Federal seriam escolhidos depois do Encontro Nacional do PT, em Brasília.

Tudo corria bem na campanha petista quando, às duas horas da madrugada de sexta-feira, dia 29 de janeiro, na casa do sociólogo Antônio José Medeiros, o candidato José Ribamar Lopes sofreu aneurisma cerebral. Foi levado, já em estado de coma, às 11 horas da manhã, para o Centro de Emergência do Hospital Getúlio Vargas. Às 16 horas, foi submetido a uma série de cirurgias coordenadas pelo neurocirurgião Carlos Pádua Júnior. Do HGV, foi levado para a Unidade de Tratamento Intensivo – UTI da Casa Mater, onde já se encontrava, bastante nervosa e chorando muito, a esposa, Guiomar Lopes, grávida há cinco meses. Seus outros dois filhos haviam chegado de Brasília às

16 horas e 30 minutos daquele mesmo dia em voo da VASP. Infelizmente, quatro dias depois, a 2 de fevereiro, às 9 horas e 20 minutos, José Ribamar Lopes veio a óbito, na UTI da Casa Mater. O boletim médico registrava: hematoma intercerebral por rompimento de malformação arteriovenosa, o mesmo diagnóstico divulgado como *causa mortis* do senador Dirceu Mendes Arcoverde, a 16 de março de 1979, em Brasília. Segundo o médico, desde criança José Ribamar Lopes teria o problema, que se torna grave somente quando há rompimento da artéria, geralmente provocado por hipertensão.

Às 14 horas, o corpo de José Ribamar Lopes chegou, em um Opala Caravan da Funerária Pax União, à sede do PT, na Rua Lizandro Nogueira. Ali, num caixão simples, de pinho, revestido por discreto verniz, foi velado pela família, amigos, presidentes de sindicatos rurais e urbanos, militantes do PT, participantes de comunidades de base e por diversos advogados, como Manoel Veloso, um dos ícones da OAB – PI. Às 16 horas, seguiu para Campo Maior. Às 12 horas e 30 minutos, na sede do PT local, o padre Cortez Rufino celebrou missa de corpo presente, assistida por cerca de 100 pessoas. Participaram da cerimônia religiosa o presidente da OAB – PI, Reginaldo Furtado, o diretor da Associação dos Professores do Estado do Piauí – APEP, Olímpio Castro, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí – FETAG, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina, José Valério, entre outros. O enterro foi nos Matins, na redondeza de Campo Maior. A mãe havia morrido dia 17 de janeiro, naquela cidade.

Depois, numa reunião realizada na sede do partido, no dia 14 de fevereiro, cerca de 50 militantes decidiram indicar o nome de Antônio José Medeiros para o cargo de governador e de José Ribamar Santos para senador. Entretanto, numa reunião posterior, com 100 militantes petistas, foi levantado o argumento de que Antônio José Medeiros estava bem cotado para a Câmara dos Deputados, com chance de ser eleito; portanto, o partido deveria escolher outro nome para disputar o governo do Estado. Ainda foi ventilada a possibilidade de Antônio José Medeiros ser candidato a prefeito de União, sua cidade natal, mas ele descartou essa candidatura, reafirmando seu propósito firme se candidatar à Câmara Federal.

Após a reunião na sede do PT, houve almoço, no bairro do Saci, na casa de dona Zita, irmã de José Leão, tesoureiro da FETAG e muito ligada aos movimentos sociais. Na oportunidade, o agricultor José Ribamar dos Santos, que trabalhava na FETAG, entidade que ajudou a fundar, foi indicado para disputar o governo do estado. Impôs apenas a condição de que o seu vice fosse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, Luís Edwiges, com quem mantinha estreitas relações de amizade e pela forte presença que ele tinha no meio rural. Às quatro horas da tarde, foi realizada reunião na sede do PT, quando, após novos debates, foi formalizada a chapa José Ribamar dos Santos, governador, e Luís Edwiges, vice-governador. Para senador, foi indicado Josué Lustosa Costa; para deputados federais, Antônio José Medeiros e Raimundo da Costa Lima; para deputados estaduais, José

Pereira da Silva, João Gualberto dos Santos Soares, José Neuburgo de Oliveira, Raimundo Ferreira de Sousa e Adalberto Pereira de Sousa.

No dia 18 de julho de 1982, em convenção municipal do PT na Câmara de Teresina, com 250 integrantes, foram escolhidos os nomes que disputariam cadeiras de vereador em Teresina: José Valério da Silva, Merlong Solano Nogueira, José Augusto Fortes, Eulálio Vieira de Sales, Maria Hortência Mendes de Sousa, Francisco Assaí Gomes Campelo, Delson Amaro dos Santos, Raimundo Nonato Rodrigues dos Santos e Manoel Gomes de Melo Neto.

No dia 20 de agosto, Lula chegou a Teresina às 9h30, seguindo para a cidade de Altos, onde fez comício, às 10h30. À tarde, se encontrou com dirigentes, candidatos e militantes do partido. Às 18 horas, teve encontro com jornalistas, no tradicional Restaurante Acadêmico, de Pedro Quirino, na Praça Pedro II, no centro de Teresina. Era nesse restaurante que Petrônio Portella, quando estudante na capital, fazia refeições. Às 20 horas, foi realizado comício na praça do Verdão. Acompanhando Lula estava o sociólogo Francisco Weffort, membro da comissão nacional do PT.

Resultados gerais

Abertas as urnas, foram eleitos, pelo PDS, os governadores Divaldo Suruagy (e José Tavares), Alagoas; João Durval (e Edvaldo Flores), Bahia; Gonzaga Mota (e Adauto Bezerra), Ceará; Luís Rocha (e João Rodolfo), Maranhão; Júlio Campos (e Wilmar Peres), Mato Grosso; Wilson Braga (e Silva Júnior), Paraíba; Hugo Napoleão (e José Raimundo Bona Medeiros), Piauí; José Agripino Maia (e Radir Araújo), Rio Grande do Norte; Jair Soares (e Cláudio Strassburger), Rio Grande do Sul; Espiridião Amin (e Victor Fontana), Santa Catarina, e João Alves Filho (e Antônio Carlos Valadares), Sergipe.

O PMDB elegeu Nabor Júnior (e Iolanda Fleming), Acre; Gilberto Mestrinho (e Manoel Ribeiro), Amazonas; Gérson Camata (e José Moraes), Espírito Santo; Iris Rezende (e Onofre Quinan), Goiás; Wilson Martins (e Ramez Tebet), Mato Grosso do Sul; Tancredo Neves (e Hélio Garcia), Minas Gerais; Jader Barbalho (e Laércio Franco), Pará; José Richa (e Ferraz de Campos), Paraná; e Franco Montoro (e Orestes Quércia), São Paulo.

O PDT elegeu Leonel Brizola (e Darcy Ribeiro), Rio de Janeiro.

No Piauí, a disputa ao Senado, por uma das três cadeiras, teve o seguinte resultado: Chagas Rodrigues (PMDB) recebeu 217.862 votos; João Lobo (PDS), 194.526; Bernardino Soares Viana (PDS), 174.930; João Clímaco D'Almeida -Joqueira (PDS), 41.474 votos; Francílio Almeida (PMDB), 25.722; Walmor Carvalho (PMDB), 13.501; Josué Lustosa Costa (PT), 5.642.

Mesmo tendo sido o mais votado, Chagas Rodrigues perdeu a vaga para João Lobo, porque a legislação em vigor considerava a soma do total de candidatos de cada partido (sublegendas), e não apenas a votação individual. Ou

seja, a soma dos votos de João Lobo e Bernardino Viana representava a legenda do partido e, por conseguinte, o resultado final. Nessa situação, venceu o mais votado dentro do partido (no caso, João lobo).

Na Câmara Federal, a maior bancada coube ao PDS, que ocupou 235 dos 479 assentos e elegeu representantes em todas as unidades federativas; veio a seguir o PMDB, com 200 vagas. Completam o escore o PDT, com 23 deputados; o PTB, com 13 parlamentares, graças ao cabedal político de Leonel Brizola, e o PT, com 8 integrantes. Percentualmente, o governo conquistou 49% das vagas, o que o impediu a alcançar a maioria. Coube também ao PDS levar ao parlamento os deputados mais votados do país: a maior votação nominal coube a Paulo Maluf, e a maior votação proporcional a Augusto Franco. Além do mais, levou à Câmara dos Deputados nomes como Manoel Novaes, que obteve o décimo segundo mandato, e Fernando Collor, futuro presidente da República. Nas fileiras do PMDB estavam Dante de Oliveira e Ulysses Guimarães, referências da campanha pelo voto direto para presidente da República. Nos demais partidos, elegeram-se figuras ligadas ao meio artístico, como Agnaldo Timóteo (PDT – RJ), Moacir Franco (PTB – SP) e Bete Mendes (PT – SP). Ao todo, nove entre os eleitos tornaram-se prefeitos de capitais de Estados, em 1985; em 1986, cinco foram eleitos governadores e quinze triunfaram para senador.

No Piauí, a chapa governista fez seis dos nove deputados federais. O PMDB fez três deputados federais: Wall Ferraz, o major Carlos Augusto de Oliveira e Ciro Nogueira Lima.

Antônio José Medeiros foi o mais votado do PT para deputado federal, com 4.867 votos, mas não se elegeu. Em depoimento dado ao autor em 7 de novembro de 2012, José Ribamar dos Santos afirmou que houve clara evidência de fraude na votação.

Depois da apuração, que naquele tempo levava dias, porque a contagem dos votos era manual e se dava em vários lugares, como o Verdão (Ginásio de Esporte Dirceu Arcoverde), o Centro de Convenções de Teresina e o SESC do Bairro Ilhotas, foi descoberto que mais de 268 votos dados a Antônio José Medeiros foram declarados nulos. Além disto, dezenas de votos foram computados para o candidato Antônio José de Moraes Souza, do PDS. Brigamos, mas nada adiantou. Ele foi garfado descaradamente.

O PDS fez 17 dos 27 deputados estaduais.

O PMDB fez 10 deputados estaduais, um terço da casa.

O PT, ainda em fase de construção, teve o seguinte resultado: José Pereira da Silva, 1.717 votos; João Gualberto dos Santos Soares, 1.130, e José Neuburgo de Oliveira, 855, Manuel Antônio Nunes Meireles, 607, e Adalberto Pereira de Sousa, 425. Nenhum candidato foi eleito.

O PDS fez 102 dos 115 prefeitos; o PMDB elegeu 11.

O PSD fez 774 dos 971 vereadores dos 115 municípios.

A diplomação de todos os eleitos foi realizada no Centro de Convenções, no dia 30 de dezembro de 1982, em sessão especial do Tribunal Regional Eleitoral, presidida pelo des. Manfredo Mendes de Cerqueira. A posse de Hugo

Napoleão, governador, e de José Raimundo Bona Medeiros, vice-governador, se deu no dia 15 de março de 1983.

O governador Hugo Napoleão nomeou o primo Freitas Neto, eleito deputado federal com 87.816 votos, 1º lugar da sua bancada, prefeito de Teresina (de 21 de março de 1983 a 31 de dezembro de 1985), e manteve o prefeito de Guadalupe, Júlio César de Carvalho Lima, que já vinha exercendo o mandato desde os governos Djalma Veloso (14 de agosto de 1978 a 15 de março de 1979) e Lucídio Portella (15 de março de 1979 a 15 de março de 1983).

No dia 14 de maio de 1986, Hugo Napoleão passou o governo para o vice José Raimundo Bona Medeiros, que ficou no cargo até o dia 15 de março de 1987.

Tomaz Teixeira, um dos candidatos da época, relata que

a campanha pela televisão mostrava apenas as fotografias dos candidatos. Não se faziam filmes e muito menos campanha ao vivo ou gravada. Colocava-se a foto do candidato do partido e o número. Coisa do regime de exceção. Alberto Silva perderia assim a sua segunda disputa para o sistema político que dominava o Estado há mais de meio século. Mas, a derrota de Alberto Silva significou o avanço do seu esquema político no Piauí. Ele conseguiu eleger três deputados federais: o major Carlos Augusto de Oliveira; Wall Ferraz, oriundo da Arena 1 como Alberto Silva, e Ciro Nogueira Lima, oriundos do MDB e aliados com a fusão. Na Assembleia Legislativa, das 30 cadeiras, Alberto Silva conseguiu arrebatar 10, um terço da Casa; nunca o antigo MDB tinha conseguido essa façanha. Com a fusão, o PMDB passaria a ter uma bancada forte na AL, no antigo prédio Anísio de Abreu, na Praça da Bandeira. Foram eleitos pelo PMDB: Deoclécio Dantas e Tomaz Teixeira, os mais votados na capital; Paulo Santos Rocha, Batista Dias, Aquiles Nogueira, Marcelo Castro, Ribeiro Magalhães, Luciano Nunes, Warton Santos e Kleber Eulálio. Na Câmara Municipal foi uma loucura. Das 19 cadeiras, o PMDB elegeu 15 vereadores, graças à vinculação do voto na capital. Se no interior foi fatal para o candidato a governador, na capital, para vereador caiu a sopa no mel. Nunca a oposição tinha feito um marco tão positivo. O PMDB arrasou. Mas, como tinha mandato de oito anos como senador da República, Alberto Silva voltava para Brasília para continuar o restante do mandato. Agora, as atenções estavam voltadas para a eleição de 1985, para as prefeituras das capitais (TEIXEIRA, 2010, p. 168-170).

Piauí: resultados do pleito de 1982

Governador e vice-governador	
Hugo Napoleão (PFL) – eleito José Raimundo Bona Medeiros	393.818 votos
Alberto Silva (PMDB) Waldir Ribeiro Dias	217.274 votos
José Ribamar dos Santos (PT) Luís José Ribamar Ozório Lopes	5.814 votos

Senadores	
Chagas Rodrigues (PMDB) – não eleito	217.862 votos
João Lobo (PDS) – eleito	194.526 votos
Bernardino Soares Viana (PDS) – não eleito	174.930 votos
João Clímaco D’Almeida (PDS) – não eleito	41.474 votos
Francilio Almeida (PMDB) – não eleito	25.722 votos
Walmor Carvalho (PMDB) – não eleito	13.501 votos
Josué Lustosa Costa (PT) – não eleito	5.642 votos
Deputados federais eleitos – PDS (6)	
Freitas Neto (nomeado prefeito de Teresina)	87.816 votos
José Luís Martins Maia	84.955 votos
Jônathas de Barros Nunes	46.951 votos
Milton Brandão (faleceu no mandato)	44.321 votos
Ludgero Raulino da Silva Neto	39.019 votos
Tapety Júnior	32.016 votos
Suplentes de deputados federais – PDS (4)	
Celso Barros Coelho – efetivado	27.230 votos
Adalberto Correia Lima	22.792 votos
Joel da Silva Ribeiro	13.118 votos
Tiago Mendes Vieira	4.914 votos
Deputados federais eleitos – PMDB (4)	
Ciro Nogueira Lima	54.869 votos
Wall Ferraz (eleito prefeito de Teresina)	53.226 votos
Heráclito Fortes	42.430 votos
José Pinheiro Machado	38.983 votos
Suplentes de deputados federais – PMDB (5)	
Carlos Augusto de Oliveira – efetivado	24.095 votos
Murilo Ferreira de Rezende	21.409 votos
Elias Ximenes do Prado Júnior	10.591 votos
José da Costa Rabelo	365 votos
Dalvaceli Cavalcanti Mendes de Carvalho	197 votos
Deputados federais não eleitos – PT (2)	
Antônio José Medeiros	4.867 votos
Raimundo da Costa Lima	475 votos
Deputados estaduais eleitos – PDS (17)	
Sebastião Rocha Leal	25.624 votos
Marcelo Coelho	25.288 votos
Waldemar de Castro Macedo	22.344 votos
Barros Araújo	21.138 votos

José do Rêgo Lobão	20.015 votos
Jesualdo Cavalcanti Barros	19.168 votos
Xavier Neto	18.351 votos
Juraci Leite	17.246 votos
Humberto Reis da Silveira	17.147 votos
Wilson de Andrade Brandão	16.300 votos
Luiz Gonzaga Paes Landim	16.181 votos
Maurício Melo	15.753 votos
Sabino Paulo	15.578 votos
Wilson Parente	15.408 votos
Juarez Tapety	15.099 votos
Antônio José de Moraes Souza	14.965 votos
Ildefonso Vieira Dias	14.546 votos
Suplentes de deputados Estaduais – PDS (14)	
Homero Castelo Branco – convocado	13.064 votos
Antônio Rufino Sobrinho – convocado	12.566 votos
Luís Ferraz – convocado	12.559 votos
Ídilio de Macedo Lima – convocado	12.069 votos
Valdemir do Rêgo Mota	11.541 votos
Carlos Augusto de Araújo Lima	10.915 votos
Juarez Avelino Leitão	8.767 votos
Antônio Lopes Batista	2.897 votos
Genival Tavares Cavalcante	2.703 votos
Joaquim de Alencar Bezerra	2.074 votos
Eulálio de Paiva Gomes	1.920 votos
Evangelista Pessoa de Carvalho	998 votos
João José Basto Lapa	592 votos
Afrânio Nunes	235 votos
Deputados estaduais eleitos – PMDB (10)	
Deoclécio Dantas	27.059 votos
Marcelo Castro	18.662 votos
Elias Ximenes do Prado	16.784 votos
Luciano Nunes	15.725 votos
Paulo Silva	13.979 votos
Aquiles Nogueira Lima	13.299 votos
Ribeiro Magalhães	13.161 votos
Tomaz Teixeira	12.540 votos
João Batista de Castro Dias	12.348 votos
Paulo Barbosa dos Santos Rocha	12.238 votos
Suplentes de deputados estaduais – PMDB (17)	
Kleber Eulálio – efetivado	11.238 votos

Raimundo de Sá Urtiga – convocado	11.109 votos
José Reis Pereira – convocado	11.011 votos
Themístocles de Sampaio Pereira	9.911 votos
Cacá Rezende	7.815 votos
João de Deus Torres	6.991 votos
Bernardo da Silva Pinto	6.323 votos
Renato de Sousa Lopes	5.317 votos
Francisco Figueiredo de Mesquita	3.661 votos
Kleber Montezuma	3.028 votos
Francisco das Chagas Machado Queiroz	3.006 votos
Inácio José Neiva Luz	1.611 votos
Antônio Mendes de Carvalho Neto	1.503 votos
Ubiraci Soares Cavalcante	942 votos
Francisco Romão da Silva	792 votos
José Sepúlveda Almeida Filho	550 votos
Francisco de Assis Negreiros	408 votos
Deputados estaduais não eleitos – PT (6)	
José Pereira da Silva	1.717 votos
João Gualberto dos Santos Soares	1.130 votos
José Neuburgo de Oliveira	855 votos
Manuel Antônio Nunes Meireles	607 votos
Raimundo Ferreira de Sousa	438 votos
Adalberto Pereira de Sousa	425 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

O movimento das *Diretas já*

PEC Dante de Oliveira

No dia 29 de agosto de 1979, o presidente João Batista Figueiredo promulgou a Lei da anistia, permitindo a volta dos insurgentes.

No dia 2 de março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB – MT) apresenta na Câmara dos Deputados Proposta de Emenda Constitucional (PEC) propondo o restabelecimento das eleições diretas no país.

No dia 15 de junho, em Goiânia, a direção nacional do PMDB lança oficialmente a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas, na presença de cinco mil pessoas.

No dia 26, Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, participa em frente ao Palácio de Karnak, em Teresina, de ato público da campanha pelas diretas.

No dia 29, inicia-se, no Rio de Janeiro, a formação de uma frente supra-partidária que reúne, no Palácio da Guanabara, o governador Franco Montoro (SP), o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e o governador fluminense, Leonel Brizola. “Essa campanha não é para 85 ou 86. É para ontem ou para amanhã”, diz Lula.

Em novembro, mesmo sem haver voto direto para presidente, o PT iniciou campanha presidencial.

No dia 27 de junho, apoiado pelo PMDB, PDT e diversas entidades, o PT reuniu 15 mil pessoas no Pacaembu (SP) e em várias outras cidades para pressionar o Congresso a aprovar a Emenda Dante de Oliveira. Deu-se início às maiores manifestações já vistas em toda a história do Brasil. Era o movimento das *Diretas já*.

Campanha pelas *Diretas já!* no Piauí

Em 13 de fevereiro de 1984, na Praça do Marquês, em Teresina, 25 mil pessoas se reuniram no comício pelas *Diretas já*. Em cima de um velho caminhão Mercedes-Benz falaram Ulysses Guimarães, Doutel de Andrade, Lula, Freitas Nobre, Alberto Silva, Chagas Rodrigues, Wall Ferraz e outras lideranças locais. O vereador Deusdeth Nunes (PMDB), o popular Garrincha, foi um dos destaques do evento com sua literatura de cordel. Ao terminar, sentenciou: “Fé na gente e pau nas indiretas”. O povo vibrou!

Na sessão do dia 12 de abril de 1984, o deputado estadual Marcelo Castro (PMDB) apresentou requerimento, assinado por outros deputados, para dirigir aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às lideranças partidárias nas duas Casas e a todos os deputados federais e senadores piauienses uma moção de apoio à campanha das *Diretas já*. Recebeu apoio dos deputados pedessistas Homero Castelo Branco, Luiz Ferraz, Antônio Rufino, Sabino Paulo, Barros Araújo e Paes Landim.

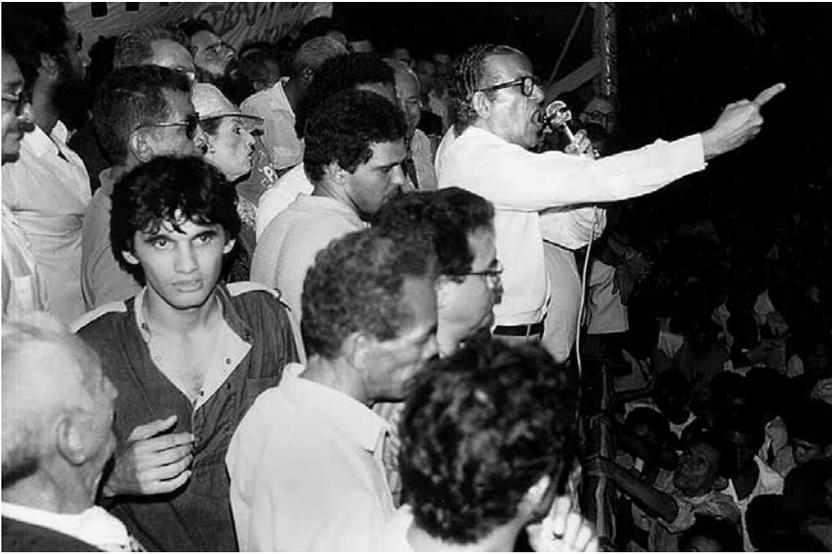
Ainda por proposta do deputado Marcelo Castro, foi incluída nos anais da Assembleia Legislativa do Piauí carta do jurista emérito Sobral Pinto, dirigida ao chefe de gabinete do presidente da República, publicada no *Jornal do Brasil* de 22 de abril de 1984, que dizia, em determinado trecho: “milhares de brasileiros estão lutando, desinteressadamente, para tirar o Brasil da falência a que o levaram 20 anos de ditadura incompetente e irresponsável”.

O deputado Deoclécio Dantas (PMDB) comentou a repercussão nacional do movimento pelas eleições diretas, sendo aparteadado pelos deputados Tomaz Teixeira, Paulo Barbosa dos Santos Rocha, Luciano Nunes, do PMDB, e Xavier Neto e Luiz Gonzaga Paes Landim, do PDS. A maioria da Assembleia Legislativa aprovava o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República e governadores estaduais como forma de retomada do processo democrático interrompido pelo golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

Na noite do dia 17 de abril, ao receber a imprensa no Palácio de Karnak, o governador Hugo Napoleão reiterou continuar favorável ao restabelecimento

das eleições diretas na sucessão do presidente João Batista Figueiredo e disse que não iria fazer patrulhamento ideológico junto à representação do Piauí, por entender que cada parlamentar deveria votar de acordo com a consciência.

Na sessão do dia 23 de abril, o deputado Tomaz Teixeira criticou o governador Hugo Napoleão por se dizer favorável às eleições diretas, mas não comandar a bancada federal do Piauí no Congresso Nacional para que votasse a favor da emenda Dante de Oliveira.



Chagas Rodrigues discursa no comício pelas Diretas Já em 13 de fevereiro de 1984, na Praça do Marquês, em Teresina.

O deputado federal Ciro Nogueira Lima, sua esposa Eliane Nogueira e a amiga Genu Moraes passaram a vender camisetas das *Diretas já* na Praça Pedro II, para angariar recursos para o movimento. Além disto, Ciro Nogueira Lima fundou o jornal *Correio do Povo*, nos anos 70, precisamente ainda em meados do primeiro governo Alberto Silva (1971 a 1975), dirigido pelo então deputado estadual Nogueira Filho, do MDB. Trabalharam no jornal: Vanderlei Barbosa, que à época era correspondente do Jornal do Brasil; Alberoni Lemos Filho, correspondente do Estadão; Arimatea Azevedo, correspondente de *O Povo* (Ceará), Herculano Moraes, José Olímpio Leite de Castro, Raimundo Rosa, o Cazé, Nilson Sá, Pedro Alcântara do Nascimento, Eduardo de Moraes Lopes, Antônio de Pádua Sousa e Silva. Herculano Moraes era editor (substituiu o Nogueirinha – Manoel Nogueira Filho). José Olímpio Leite de Castro foi secretário de redação e diretor comercial. Tinha também uma coluna no jornal sobre negócios. Neste último cargo, substituiu o Nilson Sá. Vanderlei Barbosa era o editorialista, com a prestimosa assessoria de José Estrela, que, contudo,

não aparecia por sua profunda ligação com o governo. Vanderlei Barbosa passou a ser ameaçado de morte, o que fez o *Jornal do Brasil* levá-lo para Brasília. Pedro Alcântara do Nascimento fazia esportes. Por volta de 1975, ficou célebre a manchete “Dirceu e Helvídio perdidos no espaço”, numa referência insólita ao fato de o então governador Dirceu Mendes Arcoverde e o senador Helvídio Nunes terem se perdido no espaço aéreo da cidade de Uruçuí. Ciro Nogueira Lima só interferiu no jornal quando foi para fechá-lo, depois de reaberto após o incêndio criminoso que sofreu, por sua atuação contundente na luta pelo Estado Democrático.

No dia 24 de abril, foi realizada passeata, com saída às 17 horas, da Praça Saraiva, percorrendo as ruas centrais da cidade, com encerramento na Praça do Liceu Piauiense, onde foi realizado comício pró-eleições diretas. Muitos ficaram em vigília no bar *Nós e Elis*, de propriedade de Elias Ximenes do Prado Júnior, que seria inaugurado no dia seguinte, quando a emenda Dante de Oliveira seria votada. Prado Júnior foi o incansável senhor das *Diretas já* no Piauí.

No dia 25 de abril, no plenário da Câmara, a emenda que defendia eleições diretas para presidente, uma das bandeiras do PT na sua origem, depois de mais de 15 horas de sessão, foi rejeitada: 298 parlamentares votaram a favor (55 deles do PDS), 65 contra, três se abstiveram e 112 não compareceram. Eram necessários 320 votos para a aprovação. O público, dentro e fora do Congresso, de mãos dadas, entoou, em lágrimas, o Hino Nacional. O resultado foi decepcionante para milhões de brasileiros e, em particular, para os piauienses, que assim viram a atuação dos seus representantes: a favor das *Diretas já*, votaram Ciro Nogueira Lima (PMDB), Heráclito Fortes (PMDB), Jônathas Nunes (PDS) e Wall Ferraz (PMDB). Votaram contra: Milton Brandão (PDS) e Tapety Júnior (PDS). Ausentaram-se da votação: Celso Barros Coelho (PDS), José Luiz Martins Maia (PDS) e Ludgero Raulino (PDS).

A eleição presidencial de 1985 seria indireta, por meio de um Colégio Eleitoral, sob a égide da Constituição de 1969 e na forma do art. 1º, da Lei Complementar nº 47, de 22 de outubro de 1984.

Estratégia de luta da oposição

Os derrotados não se deram por vencidos. Havia ainda uma tênue esperança de que a democracia fosse restaurada, elegendo um presidente da oposição, com o fim definitivo do regime ditatorial.

José Sarney, Aureliano Chaves – que já havia apoiado publicamente a Emenda Dante de Oliveira – e Marco Maciel passaram a liderar, então, a *Frente Liberal*, um bloco político composto pelos dissidentes, entre eles os governadores nordestinos Antônio Carlos Magalhães (Bahia), Roberto Magalhães (Pernambuco) e Hugo Napoleão (Piauí), dispostos a defender a indicação de um candidato opositor. Dois nomes eram muito cogitados: Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, e Leonel Brizola, do PDT, mas, considerados radicais demais, não eram bem vistos pelos governistas. Tancredo Neves, que na mesma semana da rejeição da Emenda Dante de Oliveira, após

uma reunião da Sudene, em Recife, havia recebido o apoio de oito dos treze governadores do PDS para sua candidatura à presidência da República, teve o nome fortalecido por ter um bom relacionamento com vários integrantes do PDS e por seu reconhecido temperamento pacífico e conciliador. Com o apoio especial de Ulysses Guimarães, oficializado no dia 29 de junho, a candidatura de Tancredo Neves foi lançada.

O PDS divide-se, com três candidatos: o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, que, percebendo logo a pouca chance que tinha, retira a candidatura; o coronel gaúcho Mário Andreazza, ex-ministro dos Transportes do governo Médici (com o ex-governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, para vice-presidente) e o deputado federal Paulo Maluf (com o deputado federal pelo Ceará, Flávio Marcílio, para vice-presidente). No dia 11 de agosto, Paulo Maluf, com o apoio do ideólogo do regime militar, general Golbery do Couto e Silva, derrota o coronel Mário Andreazza, na eleição primária do partido, habilitando-se à sucessão presidencial. É uma vitória de Pirro, porque sua enorme rejeição praticamente desfez a maioria do PDS no Colégio Eleitoral. O partido do governo contava com 356 membros votantes, contra 330 de toda a oposição. Agora, já não era mais assim. Novos dissidentes manifestaram apoio à candidatura de Tancredo Neves. Para o cargo de vice, a ser indicado pela Frente Liberal, o preferido era Marco Maciel, mas Aureliano Chaves convenceu Tancredo Neves de que José Sarney, por ter sido presidente do PDS, tinha influência muito grande entre os membros do Colégio Eleitoral. Tancredo Neves chamou Sarney a Minas Gerais e, num jantar em Belo Horizonte, fechou o acordo.

No dia 12 de agosto, o PMDB realizou a sua convenção, homologando a chapa da *Aliança Democrática*, Tancredo Neves e José Sarney.

No dia 14 de agosto, Tancredo Neves desincompatibilizou-se do cargo de governador de Minas Gerais. Sua candidatura ao Planalto estava oficializada. Nos discursos, continuou investindo no tom conciliatório, moderado e antirrevanchista, numa estratégia intencional que convenceria os aliados de suas boas intenções e conquistaria o maior número de dissidentes possíveis do PDS.

Para evitar a derrota, os governistas tentaram, sem êxito, interferir na eleição dos delegados – que se integrariam ao Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985 – feitas pelas Assembleias Estaduais, defendendo a votação secreta e promovendo visíveis ações de coação, o que só aumentou o índice de rejeição à candidatura de Paulo Maluf dentro do PDS e fortaleceu a chapa da *Aliança Democrática*.

No Piauí, a Assembleia Legislativa, por influência direta do governador Hugo Napoleão, foi a primeira do Brasil a eleger, com respeito aos critérios da legislação da época, os seus representantes ao Colégio Eleitoral. Foi armado um forte esquema para que a eleição dos delegados e suplentes da Assembleia Legislativa do Piauí recaísse em nomes comprometidos com a candidatura da *Aliança Democrática*, o que incluía chamar deputados como Jesualdo Cavalcanti Barros, titular da Secretaria da Cultura, Desportos e Turismo, de volta à Casa para votar, caso os suplentes fugissem à orientação do governador Hugo Napoleão.



Chagas Rodrigues discursando no 1º Encontro Nacional dos Presidentes do PMDB, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1984.

Na sessão do dia 10 de abril de 1984, por ser legenda majoritária, coube ao PDS proceder à votação, sendo eleitos os deputados Wilson de Andrade Brandão, Sabino Paulo Alves Neto, Ildefonso Vieira Dias, Sebastião Rocha Leal, Waldemar de Castro Macedo e José do Rego Lobão. Ficaram como suplentes Luiz Gonzaga Paes Landim e Marcelo do Egito Coelho.

Em razão da atuação em favor da *Aliança Democrática*, a situação do governador Hugo Napoleão, que não era boa financeiramente, piorou, com o fechamento da torneira do governo central, e o caldo só não entornou de vez porque os governos de Minas Gerais, por conta de Tancredo Neves, e de Pernambuco, a cargo de Roberto Magalhães, o ajudaram a pagar o funcionalismo e credores do Estado.

Além do governador Hugo Napoleão e de Chagas Rodrigues, nomes importantes da política piauiense, como o vice-governador José Raimundo Bona Medeiros, o prefeito de Teresina, professor Wall Ferraz, os deputados federais Ciro Nogueira Lima e Celso Barros Coelho, além de Themístocles Sampaio Pereira deram apoio à chapa da *Aliança Democrática*.

O ex-governador Lucídio Portella, no entanto, preferiu apoiar Paulo Maluf, o candidato oficial do PDS. Com isso, o esquema inaugurado por Petrônio Portella, em 1962, perdeu um de seus mais valorosos líderes – justamente o irmão de Petrônio, Lucídio Portella.

No dia 15 de outubro, três meses exatos antes da eleição, Hugo Napoleão foi recebido no Palácio do Planalto pelo presidente João Batista Figueiredo, que ouviu do governador piauiense a declaração de que iria apoiar a candidatura de

Tancredo Neves. A decisão não foi divulgada ao público, a pedido do presidente Figueiredo. Mas logo todos saberiam como ele iria se posicionar.

Paulo Maluf, para pressionar o governador Hugo Napoleão, visitou-o no Palácio de Karnak no dia seguinte. Na saída, a um grupo de jornalistas que estava na porta do gabinete, disse: “o governador Hugo Napoleão é um grande brasileiro. Tenho certeza que estaremos juntos”. Ao ser abordado sobre o assunto, Hugo Napoleão respondeu: “infelizmente não poderei acompanhar o deputado Paulo Maluf”. Foi dada, então, segundo os jornais, uma vaia enorme a Paulo Maluf. Nesse mesmo dia, em reunião com a bancada do PDS, no Palácio de Karnak, o governador oficializou o apoio à candidatura de Tancredo Neves à presidência da República.

No dia 19 de outubro, entidades de classe, políticos e militantes políticos realizaram, no Teatro de Arena, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, a chamada Praça da Bandeira, o que chamaram de “Assembleia do Povo”, em apoio à candidatura de Tancredo Neves pela *Aliança Democrática*. Louvores foram dados ao governador Hugo Napoleão pela decisão de apoiar Tancredo Neves.

No dia 31 de outubro, Tancredo Neves, acompanhado de várias lideranças nacionais, como Ulysses Guimarães, Fernando Lira, Egídio Ferreira Lima, Roberto Cardoso Alves, Waber Guimarães, Epitácio Cafeteira, Sara Kubitschek – esposa de Juscelino Kubitschek –, José Sarney, Wellington Moreira Franco, Alberto Silva e Chagas Rodrigues, veio a Teresina e se hospedou na residência do deputado federal Ciro Nogueira Lima (PMDB). Chagas Rodrigues, como sempre, ficou hospedado na casa da irmã Terezinha. A comitiva visitou a Assembleia Legislativa, ciceroneada pelo governador Hugo Napoleão, pelo vice-governador José Raimundo Bona Medeiros, entre outros políticos de expressão nacional e local. Alberto Silva ficou à distância dos acontecimentos e recebeu Tancredo Neves e comitiva na sede do PMDB, no Palácio do Comércio. Havia um banquete preparado pela dissidência do PDS para Tancredo Neves, mas ele pediu que fosse cancelado, alegando não poder comparecer devido a compromissos em Brasília. Às 18 horas do dia 31 de outubro, houve uma grande concentração no adro da Igreja de São Benedito tanto em comemoração ao aniversário do governador Hugo Napoleão quanto à sua adesão ao candidato da *Aliança Democrática*, Tancredo Neves. Ulysses Guimarães não compareceu, preferindo ficar em contato com os correligionários. Depois da grande festa, com a presença de artistas piauienses, o governador Hugo Napoleão ofereceu um jantar em sua residência, porém Ulysses Guimarães e mais alguns políticos ligados ao PMDB não foram convidados. Tancredo Neves compareceu, mas apenas cumprimentou os presentes e de lá saiu para a viagem de retorno a Brasília.

O deputado estadual Deoclécio Dantas, indignado com o tratamento dispensado a Ulysses Guimarães, sugeriu que ele retornasse a Teresina, para ser homenageado como devia, por ser um grande estadista e por suas lutas pelas eleições diretas, acreditando na Emenda Dante de Oliveira, mobilizando a sociedade brasileira de forma inédita e dividindo o PDS, o que deu origem à Frente Liberal e à candidatura de Tancredo Neves à presidência da República.

Vitória da *Aliança Democrática*

No dia 15, o Colégio Eleitoral reuniu-se, e Tancredo Neves foi eleito presidente da República, para um mandato de 6 anos, com 480 votos (72,4%) contra 180 dados a Paulo Maluf (27,3%). Houve 17 abstenções e 9 ausências. O voto de ouro foi dado pelo deputado federal João Cunha, do PMDB de São Paulo. Ele foi o 344º parlamentar a votar a favor da *Aliança Democrática*, no auditório do Senado Federal, registrando, com veemência, o último voto necessário à vitória de Tancredo Neves e José Sarney. Foi bem recompensado. Recebeu de Risoleta Neves, esposa de Tancredo Neves, um estalado beijo e da maioria dos brasileiros que assistiam ao evento sorrisos e aplausos.

A *Aliança Democrática* venceu com o apoio do PDT e dissidentes do PDS e do PT. Os deputados petistas Airton Soares, de São Paulo, José Eudes e Beth Mendes, ambos do Rio de Janeiro, votaram na chapa da *Aliança Democrática*. Receberam duras críticas dos companheiros de partido e tiveram que pedir desligamento do PT, antes de serem expulsos formalmente.

Tancredo Neves seria o primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar, mas, à véspera da posse, a 14 de março de 1985, foi internado no Hospital de Base de Brasília, com fortes dores abdominais. Depois de sete cirurgias – duas em Brasília e cinco em São Paulo – não resistiu e faleceu a 21 de abril, Dia de Tiradentes.

No meio da grande comoção que se estendeu por todo o país, assumiu a presidência, de forma plena, o vice-presidente José Sarney, que governou o país de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990. Era o mesmo homem que, no dia 25 de abril de 1984, comandara a rejeição da emenda das *Diretas já*. Pura ironia do destino!

O Dr. Reginaldo Santos Furtado, ex-secretário particular do governador Chagas Rodrigues, à época presidente da OAB-PI e presidente do Comitê pró-diretas já no Piauí, publicou no jornal *Diário do Povo*, de Teresina, o seguinte texto:

O movimento cívico que tomou conta do país em 1984, *Diretas já!*, foi uma campanha que extravasou os limites partidários e empolgou a população, que já estava cansada de tantos anos de arbítrio e violência.

Inicialmente, o deputado federal Dante de Oliveira (PMDB – MT) apresentou um projeto de emenda constitucional, a PEC nº 5, à Câmara Federal (pois os anteriores não foram renovados) e, enquanto este tramitava, sem grande perspectiva de aprovação, algumas lideranças do PMDB de São Paulo se reuniram para levar a matéria ao Diretório Nacional do Partido, a fim de que este desse o apoio político necessário para uma grande campanha a favor das *Diretas já*.

As grandes lideranças, em 1983, apoiavam, mas não acreditavam com entusiasmo no movimento que, em pouco tempo, empolgaria toda a nação e abreviaria a queda da ditadura militar instalada pelo golpe de 1964.

A sociedade civil organizada também se envolvia no movimento, cada setor dentro da sua área específica. A OAB, a CNBB, o IAB, a ABI, a UNE, a SBPC, os Sindicatos, a CUT e outras agremiações também iam se movimentando.

A OAB, à época sob o comando do presidente nacional Mário Sérgio Duarte Garcia, e de conformidade com seu estatuto (Lei 4.215/63), que inseria entre suas atribuições a obrigação de “defender a ordem jurídica e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas”, adotou-a mediante decisão unânime do Conselho Federal, após apreciar os votos do relator Paulo Henrique Blas, e do membro honorário vitalício, ministro Miguel Seabra Fagundes (sessão de 20/12/1983), que recomendou a todas as Seccionais da OAB que apoiassem o movimento das *Diretas já!*

À época, no Piauí, eu era o presidente da OAB, e logo iniciamos o movimento. Inicialmente com palestras e reuniões que passamos a promover, juntamente com lideranças universitárias e jovens políticos progressistas, na capital e nas principais cidades no interior do Estado. Figuras como Luís Carlos Puskas, Manuel Domingos Neto, Wall Ferraz, Eurivan Sales Ribeiro, Kleber Montezuma, Ocílio Lago Jr., Roberto Veloso, Kenard Krue, Themístocles Filho, Sá Batista, Lourdes Melo, Hortência Mendes, Deoclécio Dantas, José Reis Pereira, Osmar Júnior, Deusdeth Nunes dos Santos (Garrincha), Ciro Nogueira Lima, Marcos Lopes Vasconcelos, Herculano Moraes, Prado Jr., Acilino Ribeiro, Simplicio Mário (Piripiri), Ozildo Barros (Picos), Airtton Alves (Parnaíba) e tantos outros, participavam com muito entusiasmo e pouca colaboração das direções partidárias.

Iniciava-se, portanto, uma caminhada que, juntamente com a campanha da Constituinte, iria abrir as primeiras veredas na difícil estrada da redemocratização do País, naquela década de 1980. Mas voltemos às reminiscências. No plano nacional, em 2 de março de 1983, Dante de Oliveira apresentou a PEC, que foi assinada por 176 deputados e 23 senadores (as PECs de Teodoro Mendes, Marcos Freire e Orestes Quércia não tinham sido reapresentadas). Dentre os 176 deputados, do Piauí, somente dois subscreveram a Emenda: Wall Ferraz e Ciro Nogueira.

A maioria não acreditava no sucesso da Emenda Dante de Oliveira, mas, aos poucos, lenta e gradualmente, como se deu com a abertura de Geisel e Figueiredo, o entusiasmo de Domingos Leonelle e Freitas Nobre fez com que, na reunião de 4 de março de 1983, propusessem, timidamente, que o movimento deveria ser apresentado ao Diretório Nacional do PMDB, para que o partido encampasse a mobilização. Nesta mesma reunião, ficou designada uma comissão de elaboração e planejamento da campanha, composta por Carlos Mosconi, Roberto Freire, Flávio Bierrenbach, Ibsen Pinheiro, Domingos Leonelle e o próprio Dante de Oliveira. Após levarem a ideia a Ulysses Guimarães, que a apoiou inicialmente sem grande entusiasmo, notaram, com satisfação, que várias outras lideranças foram se arregimentando, apesar das dificuldades existentes.

Com o desenrolar do movimento, vão se apresentando ou eram apresentadas as candidaturas naturais à presidência da República, como Ulysses, Tancredo, Brizola e Lula, fato este que, estrategicamente, no momento constituía um erro crasso, dificultando a unificação de todas as forças vivas da nacionalidade. Afastado esse e outros equívocos, abandonaram os nomes e marcharam para a consolidação do movimento, sem candidaturas e com apoio total da sociedade civil e até dos descontentes da própria situação, que paulatinamente foram aceitando as *Diretas já!* Os primeiros movimentos em praça pública foram realizados com poucos frequentadores, pois o povo temia a retaliação dos militares. Dia 27 de março de 1983, no recém emancipado município de Abreu e

Lima, em Pernambuco, com 100 pessoas; dia 15 de junho, em Goiânia, 5 mil; dia 26 de junho, em Teresina, em frente ao Palácio de Karnak, com a presença de Ulysses Guimarães, 3 mil; 12 de agosto, em várias cidades de Pernambuco; dia 27, no Pacaembu, em São Paulo, abriu com 15 mil pessoas, um emocionante encontro em face da morte, naquela data, em Maceió, de Teotônio Vilela, o *Menestrel das Alagoas*; a 9 de dezembro, em Ponta Grossa, Paraná, 1 mil.

Em 5 de janeiro de 1984, o PT organizou comício em Olinda (PE) – Pernambuco, com 15 mil manifestantes; dia 12 de janeiro, em Curitiba – Paraná, o movimento já contou com mais de 50 mil pessoas; dia 15, em Camboriú – Santa Catarina, 5 mil; dia 20, em Salvador – Bahia, 15 mil; dia 21, em Vitória – Espírito Santo, 10 mil; dia 21, em Campinas – São Paulo, 12 mil; dia 25, na Praça da Sé, em São Paulo, 300 mil; dia 26, em João Pessoa – Paraíba, 10 mil; dia 27, em Olinda – Pernambuco, 30 mil, e dia 29, em Maceió – Alagoas, 20 mil.

Em 13 de fevereiro, na Praça do Marquês, em Teresina, 25 mil pessoas se reuniram no comício pelas *Diretas já*; neste dia, Ricardo Kotscho, o *Repórter das Diretas*, em seu livro *Explode um novo Brasil*, relata o seguinte: “Eu não posso ir porque já estou com a agenda tomada. Mas estamos na mesma luta”. Esta foi a resposta dada pelo vice-presidente Aureliano Chaves ao ser convidado para participar do comício pelas eleições Diretas, ontem à noite em Teresina, que reuniu mais de 25 mil pessoas, na Praça do Marquês de Paranaguá. O convite foi feito oficialmente em nome do Comitê estadual pró-eleições diretas do Piauí, pelo presidente da OAB local, Reginaldo Furtado, assim que Aureliano Chaves desembarcou ontem de manhã no Aeroporto Santos Dumont. O comício com Ulysses, Doutel de Andrade, Lula, Freitas Nobre, Alberto Silva, Wall Ferraz, Chagas Rodrigues e outras lideranças locais foi um sucesso absoluto, pois 25 ou 30 mil pessoas, sem a participação de artistas, representavam 10% da população da Capital, o mesmo que um milhão de pessoas em São Paulo à época. O vereador Deusdeth Nunes, o *Garrincha*, foi um dos destaques do comício, com sua literatura de cordel, que ao terminar sentenciou: “Fé na gente e pau nas inDiretas. O povo vibrou!”. Dia 14, São Luís – Maranhão, 25 mil participantes e muitos ataques à oligarquia Sarney; dia 15, numa quarta-feira, no Amapá, 10 mil pessoas – quase 10% da população de Macapá fizeram questão de demonstrar publicamente seu desejo de votar para presidente da República; dia 16, no Rio de Janeiro, 60 mil; no mesmo dia, em Belém – Pará, 50 a 60 mil pessoas, entre populares, políticos e artistas, comparecem a comício considerado o maior da capital paraense; dia 17, em Recife – Pernambuco, 12 mil; dia 18, Manaus – Amazonas, 6 mil; dia 19, Capão da Canoa – litoral norte do Rio Grande do Sul, 50 mil; no mesmo dia, em Osasco – São Paulo, 25 mil; Rio Branco – Acre, 7 mil; dia 20, 15 mil pessoas comparecem a comício pró-diretas em Cuiabá – Mato Grosso, com as presenças de Ulysses Guimarães, Doutel de Andrade, Orestes Quércia e Ruth Escobar (PMDB – SP), além de políticos locais; dia 24, Belo Horizonte – Minas Gerais, 400 mil participantes, a maior manifestação cívica do Estado, como proclamou Franco Montoro em discurso ao lado de Tancredo Neves, que se continha, ainda com sua discrição, à mineira; no mesmo dia foi realizada passeata de duas mil mulheres no centro de São Paulo, com a presença de Luci Montoro, da escritora Lygia Fagundes Telles e da deputada Irma Passoni (PT – SP), entre outras; dia 25, foi realizada a primeira manifestação pelas eleições diretas de Brasília, na cidade satélite de Taguatinga, com quatro mil pessoas e sem a presença de artistas e políticos de renome; dia 26, São Paulo, 300 municípios participaram de passeatas e comí-

cios; dia 26, Aracaju – Sergipe, 30 mil pessoas para aplaudir Ulysses, Lula e Mário Juruna (deputado índio do PDT – RJ); no mesmo dia, em Juiz de Fora – Minas Gerais, 30 mil aqueceram o clima frio da terra de Itamar Franco. Registramos, ainda, que dez mil pessoas compareceram às ruas de Macapá, para manifestar apoio ao movimento.

Em março continuou a vibração popular com grandes concentrações: dia 8, em Anapólis – Goiás, com 20 mil; dia 21, passeata no Rio de Janeiro, com 200 mil; dia 22, em Campinas – São Paulo, com 20 mil; dia 23, em Uberlândia – Minas Gerais, com 40 mil; no mesmo dia foram realizadas manifestações pró-diretas em São Bernardo do Campo – São Paulo, com 20 mil pessoas e discurso de Lula, com ausências de Ulysses Guimarães e Franco Montoro; dia 24, em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, com 40 mil; dia 26, em Campina Grande – Paraíba, milhares de pessoas assistiram, entusiasmadas, Franco Montoro, Miguel Arraes e o economista Celso Furtado; dia 29, em Florianópolis – Santa Catarina, com 20 mil.

Em abril, destacamos: dia 2, em Londrina – Paraná, com 50 mil; dia 5, em Recife – Pernambuco, com 80 mil. A ditadura começa a reagir: Moacir Dalla, presidente do Senado Federal (1983 – 1985), proíbe manifestações, debates e reuniões no Congresso Nacional até 30 de abril; dia 6, em Natal – Rio Grande do Norte, com 50 mil; dia 7, em Petrolina – Pernambuco, com 30 mil; dia 10, sob o comando de Leonel Brizola e participação das mais importantes lideranças nacionais, inclusive a maioria dos governadores de oposição, realizou-se o maior comício da história política do Rio de Janeiro, com mais de um milhão de participantes, sendo os mais aplaudidos Miguel Arraes, Mário Juruna, Brizola e o jurista Sobral Pinto. Segundo o deputado Alcides Franciscato, em Marrocos, na comitiva do presidente, Figueiredo teria dito que, se estivesse na cidade, seria a milionésima primeira pessoa a participar do comício das *Diretas já*. Depois Franciscato foi compelido a desmentir o que teria dito, mas não adiantou mais nada; a notícia já se espalhara por todo o País; dia 12, em Goiânia – Goiás, com 300 mil; dia 13, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com 200 mil, aplaudindo Brizola, Ulysses, Alceu Colares e Osmar Santos, entre outros. E, encerrando a campanha, dia 16, em São Paulo realizou-se a maior manifestação das *Diretas já*, com um milhão e meio de brasileiros e o entusiasmo do jogador Sócrates, dos artistas Mário Lago, Ruth Escobar, Beth Carvalho, Valter Franco, Fafá de Belém, entre outros. Com a participação de Brizola, Tancredo, Franco Montoro, Mário Covas, Lula e Doutel de Andrade, o grande homenageado foi Teotônio Vilela. Às 21 horas, novamente sob o comando de Osmar Santos, o *gran finale*: todos cantaram o hino nacional.

No dia 25 de abril de 1985, no Congresso Nacional, sob muita pressão governamental e emoção na votação, o resultado foi decepcionante para milhões de brasileiros e para os piauienses também, pois muito dos nossos representantes não suportaram a pressão, cujo quadro foi o seguinte: a favor das *Diretas Já*, votaram: PMDB: Ciro Nogueira, Heráclito Fortes e Wall Ferraz. PDS: Jônathas Nunes. Votaram contra: PDS: Milton Brandão e Tapety Júnior. E se ausentaram da votação: PDS: Celso Barros Coelho, José Luiz Martins Maia e Ludgero Raulino.

A pressão, igualmente, nos demais parlamentares acarretou a derrota da Emenda das Diretas por apenas 22 votos. Faltaram os votos, mas não faltaram, ao final da votação, as prisões e espancamentos de estudantes e populares que aguardavam em torno do Congresso o resultado da votação. O

general NINI (Newton Cruz), Chefe do CMP (Comando Militar do Planalto) e comandante da repressão na Capital, também soltou seus cães pastores contra o povo derrotado na votação, mas vencedor no movimento que, mesmo com Tancredo Neves tendo se submetido ao colégio eleitoral, derrotou Paulo Maluf (candidato do PDS) e tornou-se Presidente da República. Tancredo Neves morreu na véspera da posse, assumiu o vice José Sarney (adesista), depois veio Collor de Mello, aqui já por eleição direta, mas, cassado posteriormente pelo Congresso Nacional, sendo substituído por Itamar Franco. Vindo depois FHC e, em seguida, Lula e Dilma, esta também cassada pelo Congresso Nacional, mas em situação diferente, não foi apresentada culpa no Cartório. A quadrilha tomou o País de assalto. Com Executivo, Legislativo, Judiciário sendo farinha do mesmo saco!

Esta a História que foi precedida pela maior campanha cívica já desfraldada no Brasil: *Diretas Já! Para Presidente*.

Em 7 de novembro de 2007, em depoimento ao autor, o poeta Neto Sambaíba, que acompanhou Chagas Rodrigues nos comícios das *Diretas já* por quase todo o país, contou que,

em Teresina, no comício da Praça do Marquês, dona Maria do Carmo, muito cansada, pediu uma cadeira, que fui buscar na casa da minha sogra, Maria José, ali perto. Mal ela sentou-se, ouviu a voz do marido, pelo microfone, perguntando por ela e dizendo que, quando ela não estava perto dele, era um homem sem inspiração. Ela subiu no caminhão, deu um beijo carinhoso nele e colocou a mão em seu ombro, dizendo que, por ele, faria todo o sacrifício do mundo. A multidão aplaudiu. Só então perceberam que o microfone estava aberto e que toda a conversa foi ouvida pelo povo. Sem perder o embalo, Chagas Rodrigues fez um dos mais emocionantes e aplaudidos discursos da noite. Quando terminou, Ayrton Alves, o locutor oficial, teve que esperar uns bons minutos para anunciar o outro orador, porque as palmas não cessavam.

Também em depoimento dado ao autor em 2012, o Dr. Celso Barros Coelho, que se tornou titular em face do falecimento do deputado Milton Brandão, em 1º de junho de 1985, assim justifica a ausência na votação das *Diretas já*:

A Campanha das Eleições Diretas tomou como ponto de referência a Emenda Constitucional das Diretas apresentada nos primeiros dias da legislatura pelo Deputado Dante de Oliveira, no dia 2 de março de 1983 (PMDB - MT). Passou ela a ser a bandeira da campanha. Era, porém, uma emenda inviável naquela fase da política nacional, pois rompia, bruscamente, com o sistema político dominante.

Sendo eu suplente de Deputado, só cheguei à Câmara nos últimos dias de março, após haver o titular, Freitas Neto, assumido o cargo de prefeito de Teresina, resultando daí minha convocação e posse.

Assim, quando cheguei à Câmara Federal, em 1983, a Emenda Dante de Oliveira já fazia muito barulho e conquistava adesões. Havia, em torno dela, grande pressão popular no sentido de que a Emenda fosse aprovada. Havia, porém, no Congresso Nacional, forte resistência em sentido contrário. No calor dos debates que aí se travavam, tomei a iniciativa de apresentar outra Proposta de Emenda Constitucional, na qual se conciliassem os interesses

divergentes. Era uma Emenda ajustada à realidade nacional e que atendia ao clamor popular pelas *Diretas já*. Servi-me do modelo adotado na Argentina. Era o seguinte: realizada a eleição direta para presidente da República, com os candidatos apresentados pelos partidos, os dois mais votados seriam submetidos à decisão do Congresso Nacional (Câmara e Senado), sem se excluírem da votação os senadores biônicos. Dos dois candidatos, o mais votado seria o eleito. Proposta lógica, viável, coerente, sem a mácula da demagogia. Levadas à votação as duas Emendas, foi rejeitada e arquivada a Emenda Dante de Oliveira. Em face dessa rejeição, minha Emenda ficou prejudicada, já que a aprovação não interessava ao sistema político dominante.

Dante de Oliveira recebeu os aplausos do perdedor que explorava o sentimento do povo com seu projeto. É claro que eu, autor de outra emenda, a segunda posta em votação, não iria votar numa Emenda que concorria com a minha. Esta foi julgada prejudicada. Essa é a realidade que mostram os Anais do Congresso Nacional. Fui um aliado do movimento *Diretas já*, só que em outra vertente. Por ela, lutei.

Defendi as eleições diretas em toda a sua plenitude e em todas as fases de sua discussão. Apenas não podia eu aderir a uma Emenda à qual a minha se contrapunha, mas ambas procurando o mesmo objetivo – a liquidação do domínio político dos militares.

Cheguei a ser acusado, em um artigo de jornal, em Teresina, de que fora eu omissos na campanha das *Diretas já*.

Minha coerência política, desde o primeiro momento, não foi quebrada. Pelo contrário. Basta ler um a um os meus inúmeros discursos para constatar que jamais me acumpliciei com o regime militar, só pelo fato de não dizer *sim* à Emenda Dante de Oliveira, o que seria dizer *não* à minha própria Emenda.

Todo e qualquer movimento que se organizasse para combater ou enfraquecer o regime militar contou com minha solidariedade, minha participação e meu apoio.

Jamais me absteve de colocar-me na vanguarda dos combatentes, sem cometer injustiça, sem sentir os impulsos da paixão e sem render minhas homenagens aos que eram dignos do nosso reconhecimento, como foi o caso de Petrônio Portela.

Aderindo ao regime militar, soube Petrônio Portella distinguir o que nele era positivo e negativo e trabalhou, silenciosamente, para ajudar a restauração democrática do País. Sem o seu eficiente trabalho, talvez os dias do regime fossem mais longos e mais danosos.

Secretário do Trabalho do Distrito Federal

Embora tenha sido o candidato a senador pelo Piauí mais votado nas eleições de 1982, Chagas Rodrigues não foi eleito porque a legislação vigente considerava não só a votação individual de cada candidato, mas a soma do total de candidatos de cada partido. Entretanto, seu nome foi lembrado para vários cargos de relevo, conforme informa o jornal *O Dia*, na edição de 18 de janeiro de 1985, página 3:

O nome do ex-governador Chagas Rodrigues, que por mais de uma vez tem figurado entre os prováveis futuros governadores de Brasília, está, também, entre os apontados para o Ministério da Justiça do governo Tancredo Neves. Em sua edição de ontem, o jornal *Estado de São Paulo* incluiu o nome entre os de Valdir Pires, Bahia, Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, Thales Ramalho e Jorge Bornhansen. Já o jornal *Correio Brasiliense*, também em sua edição de ontem, insiste em colocar Chagas Rodrigues entre os quatro mais cotados para o Palácio Buriti. Os outros são Israel Pinheiro Filho, o jornalista Pompeu de Sousa, o ex-prefeito de Recife Jorge Cavalcante e o advogado Osmar Alves Melo.

Em 1985, ao ser escolhido pelo presidente José Sarney para governar Brasília (1985 a 1988), José Aparecido de Oliveira convida Chagas Rodrigues para assessor especial do Trabalho, com prerrogativas de secretário, com o desafio de criar a secretaria e implantar uma política progressista e participativa, o que ele realizou com base no diálogo com as lideranças sindicais de Brasília. De seu esforço resultou a criação da Secretaria do Trabalho. Chagas Rodrigues participou de vários eventos que reuniram as Secretarias do Trabalho de todo o país, visando à formulação de uma política para a área e à troca de experiências.

No dia 15 de novembro de 1985, foram realizadas eleições diretas para prefeitos das capitais. Em Teresina, foram eleitos Wall Ferraz (PMDB) e Deoclécio Dantas (PMDB), prefeito e vice-prefeito, respectivamente. Wall Ferraz, deputado federal, renunciou ao cargo, sendo efetivado, na Câmara Federal, o major Carlos Augusto de Oliveira, que já vinha exercendo o mandato em decorrência do falecimento do deputado José Pinheiro Machado, vítima de ataque cardíaco, a 21 de novembro de 1982. Deoclécio Dantas, deputado estadual, renunciou ao cargo, sendo efetivado Kleber Eulálio, que já vinha exercendo o mandato como suplente convocado.

Eleições de 15 de novembro de 1986

Assembleia Nacional Constituinte

As eleições realizadas em 15 de novembro de 1986, um sábado, mobilizaram cerca de 60 milhões de eleitores, num pleito disputado em meio à euforia causada pelo Plano Cruzado, que, editado pelo presidente José Sarney, teve, no início, efeito na contenção dos preços e no aumento do poder aquisitivo da população. Milhares de consumidores passaram a fiscalizar os preços no comércio e a denunciar as remarcações, ficando conhecidos como “Fiscais do Sarney”.

A adoção de uma série de medidas para conter a inflação os levou às ruas e deu ao PMDB a eleição de 22 governadores dos 23 estados da Federação, excetuando-se Sergipe, onde ganhou o PFL, parceiro da coalizão governamental; 44 senadores, 487 deputados federais e o maior número dos 953 deputados estaduais. Essa eleição teve como novidade a obrigatoriedade do 2º turno nos municípios acima de 200 mil habitantes (caso de Teresina). Pela primeira vez, o Distrito Federal elegeu sua representação política.

Segundo o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 10 de maio de 1985, seriam eleitos três senadores e oito deputados federais. Embora alguns setores defendessem a formação de Assembleia constituída por representantes eleitos com a finalidade exclusiva de elaborar a nova Constituição, prevaleceu a tese do Congresso Constituinte: os senadores e deputados eleitos, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, comporiam a 48ª legislatura (1987-1991), fariam responsáveis pela elaboração da Constituição e, concluída a nova Carta, passariam a exercer as atividades parlamentares ordinárias.

Articulações políticas no Piauí

No Piauí, o PFL, em consequência da cisão de 1984, partiu desfalcao para a disputa ao governo do Estado, tendo como candidato a governador o economista Freitas Neto e a vice-governador o jornalista Deoclécio Dantas (ex-vereador de Teresina, ex-deputado estadual, ex-vice-prefeito de Teresina), que representava o PDT.

Para o Senado Federal, a chapa pefelista era formada por Hugo Napoleão do Rêgo Neto e Ciro Nogueira Lima, dois pesos pesados da política piauiense.

A coligação PFL/PDT contava com o apoio do governador Bona Medeiros, da quase totalidade dos prefeitos (99 dos 115) e da ampla maioria da Assembleia Legislativa e da Câmara Federal.

Na oposição estavam como candidatos Nazareno Fonteles (PT) e José Pereira da Silva (PT); o ex-governador Alberto Silva (15/3/1971 a 15/3/1975) e o ex-governador Lucídio Portella (15/3/1979 a 15/3/1983), que chefiava o que

restara do PDS e contava com o apoio de dois outros ex-governadores, Chagas Rodrigues (31/1/1959 a 3/7/1962 – PMDB) e Helvídio Nunes (12/9/1966 a 14/5/1970 – PDS). Alberto Silva recebeu ainda o apoio do prefeito de Teresina, professor Wall Ferraz. Juntos, formaram uma coligação de quatro partidos (PMDB, PDS, PCB e PCdoB).

Os ex-governadores Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes disputavam vagas no Senado Federal.

Uma banda do PMDB se articulou para apoiar o candidato governista Freitas Neto, por não concordar com a aliança formada entre os ex-governadores Alberto Silva, Chagas Rodrigues, Lucídio Portella e Helvídio Nunes. Entre esses “desertores” estavam Heráclito Fortes, Deoclécio Dantas, Ciro Nogueira Lima e o irmão, Aquiles Nogueira Lima. Todos foram para a aliança pefelista. Heráclito Fortes, o incentivador, resolveu, porém, de última hora, ficar no partido.

A costura do acordo político entre Lucídio Portella e Alberto Silva foi feita pelo empresário Aerton Fernandes (dono da Babylândia, falecido a 7 de julho de 2010), que emprestou a casa para a reunião. Lucídio Portella teria exigido de Alberto Silva que ele fosse acompanhado pelo jornalista Tomaz Teixeira e pelo médico Francílio Almeida, dois de seus mais fiéis amigos, e inimigos mortais dele, Lucídio Portella. Alberto Silva chamou-os para uma conversa em seu apartamento e, com toda habilidade política, dobrou-os e os levou ao encontro com Lucídio Portella.

Tomaz Teixeira reproduz aquele momento da seguinte maneira:

Sáimos, finalmente, em direção à casa de Aerton Fernandes. No caminho, um diálogo sorridente, para sabermos quem entraria primeiro. Eu dizia: “O Francílio deve ser o primeiro a apertar a mão do Lucidão”. Gargalhadas! E Francílio dizia: “Não, deve ser o Tomaz, que tem ofendido o Lucidão mais do que eu na Assembleia e nos jornais”. Novas gargalhadas! Entretanto, enquanto sorriamos das coisas que a política nos prega, também concordávamos que, se saísse o acordo, a eleição estava ganha, pois com o bloco do Dr. Lucídio, o Freitas não resistiria à força da união dos dois ex-governadores. Ao chegarmos à casa de Aerton Fernandes, ficamos numa sala da entrada e ouvíamos as vozes de Lucídio e de José Luiz Martins, amigo e companheiro fiel do PDS. A voz forte de Aerton anunciou: “Os homens chegaram, vamos recebê-los”. É claro que os diálogos no carro eram só brincadeiras, pois quem deveria entrar primeiro era o ex-governador e senador Alberto Silva, o carro-chefe de nossa campanha. Depois fui chamado pelo Dr. Alberto Silva: “Vem cá, Tomaz, cumprimente aqui o Dr. Lucídio”. Em seguida, Dr. Alberto disse: “E, por último, o outro fiel companheiro Francílio, para confirmar a seriedade do nosso compromisso”. Dr. Lucídio, calmo, tranquilo, disse: “Olá, Tomaz, como vai, tudo bem?” E ao Francílio deu um abraço firme e forte assim como quem diz: “Acabou tudo, agora somos aliados, e para vencer”. Risos, muitos risos, satisfação generalizada na sala. Estava começando ali a grande aliança de 1986, que daria a vitória ao governador Alberto Silva. Com aquele encontro na casa do Aerton, regado a bom *whisky* e a uma boa cerveja gelada, com refinados canapés, estava consolidada a aliança para a eleição de 1986. Ao final, selado o compromisso, estávamos autorizados a dar entrevistas e anunciar a aliança entre o PDS de Lucídio Portella e o PMDB de Alberto Silva e Wall Ferraz (TEIXEIRA, 2010, p. 195-196).



Jesus Tajra, Miriam Portella, Chagas Rodrigues, Maria do Carmo e Átila Lira, no ato de assinatura da Constituição Brasileira, em Brasília, 1988.

A Convenção do PMDB foi realizada às 15 horas de 30 de junho de 1986. Às 17 horas, Lucídio Portella entra com o seu pessoal no recinto e é ovacionado. Todos passaram a gritar “Lucidão, Lucidão, Lucidão”, incessantemente, numa euforia que empolgou os militantes das coligações presentes, representadas pelos líderes Alberto Silva, Lucídio Portella, Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes.

O entusiasmo era tanto que o empresário Assis Fortes, presidente do Grupo Servi-San, montou, na sua fábrica de plásticos, um estúdio onde seriam preparados todos os programas da campanha, que foi embalada pelo refrão do *jingle* de um cearense, que dizia assim: “Ô Karnak desgarrado / e sem administração / vou votar em Alberto Silva / no dia da eleição. / É o povo querendo Alberto / é Alberto querendo o povo / é o povo querendo Alberto / para governar de novo”.

O cantor e compositor João Cecílio Lopes, conhecido como *My Brother*, também compôs *jingle* muito tocado na campanha, cujo refrão dizia: “Mas como é o nome dele? / É Alberto Silva!” Em seguida, falava das grandes obras do seu primeiro governo.

Alberto Silva, para o segundo governo, prometia construir a Potycabana como área de lazer para os pobres, fazer o saneamento básico de Teresina, implementar o pré-metrô (trens que fariam a interligação entre os bairros), fabricar máquinas de arrancar tocos para facilitar o trabalho dos agricultores, imple-

mentar roças de vermiculita (mineral que torna o solo mais areado e é veículo e contentor de nutrientes e de água), instalar uma fábrica de alimentos igual à da Nestlé, recuperar o Hotel Rio Parnaíba em Parnaíba, construir um novo grande hotel para Luiz Correia, tornar o Rio Parnaíba navegável novamente, entre outras obras. Algumas foram cumpridas; outras não.

Os governistas estavam sem a principal referência de seu esquema, que era o ministro Petrônio Portella, falecido a 6 de janeiro de 1980, em Brasília. Não podiam invocar seu nome para angariar votos porque o irmão, Lucídio Portella, como vice-governador de Alberto Silva, agora fazia parte da oposição.

A oposição também estava desfalcada de um grande orador, o jornalista Deoclécio Dantas, que saiu do PMDB para ingressar no PDT como vice-governador de Freitas Neto. Ficaram, contudo, os três “pistoleiros do verbo”: Tomaz Teixeira, Francisco Figueiredo e Carlos Augusto de Araújo Lima.

Em depoimento dado ao autor em 7 de novembro de 2012, Deoclécio Dantas explica a sua saída do PMDB:

Eu não podia estar na coligação com Lucídio Portella, que me enquadrou na Lei de Segurança Nacional, me demitiu da *Rádio Pioneira*, demitiu meu irmão Oscar da COMEPI – Companhia Editora do Piauí (hoje extinta) e prejudicou minha cunhada, Nice Lourdes Ferreira de Sousa, quando da aprovação dela em concurso para juíza de Direito. Classificada em boa colocação, foi preterida na lista triplíce enviada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, des. Vicente Ribeiro Gonçalves, ao governador Lucídio Portella, que nomeou o tenente Müller, um dos últimos colocados. Minha cunhada, de tão decepcionada, foi embora do Piauí. Por tudo isso, como forma de continuar olhando, com dignidade, para meus eleitores e, principalmente, para minha família, busquei novos espaços políticos. Eu disso nunca me arrependi. E nem teria razão para me arrepender.

Com relação a ter sido o candidato a vice-governador escolhido na chapa de Freitas Neto, acrescenta Deoclécio Dantas:

Freitas Neto era prefeito de Teresina, aliás o último nomeado pelo governador do Estado. Não havia o cargo de vice-prefeito. Até então, o substituto do prefeito era o chefe de gabinete. Em 1985, fui eleito vice-prefeito na chapa do professor Wall Ferraz, o primeiro prefeito eleito desde 1964. Devo lembrar que a minha indicação para vice-prefeito na chapa do professor Wall Ferraz atravessou engasgada em sua garganta, pois o nome de sua preferência era Themístocles Filho. Acontece que, no meio da campanha, as pesquisas mostravam que Átila Lira vinha num crescente. Era preciso fazer algo. Para desespero da oposição, Wall Ferraz adoece. O deputado Ciro Nogueira, coordenador da bancada em Brasília, faz uma reunião em seu gabinete, quando há a decisão de que eu seja o escolhido, para dar mais consistência à disputa, já que puxava votos e Themístocles Filho, não. Agora, quem não queria era eu. Fui insistentemente procurado e sempre dando não como resposta. Porém, como fizeram um apelo muito forte, no dia 26 de julho de 1985, confirmei meu nome na chapa. Praticamente toquei a campanha nas costas, porque o professor Wall Ferraz teve que se internar, em São Paulo. Mesmo assim, fomos eleitos. A convivência entre nós nunca foi das melhores. O professor Wall Ferraz evitava falar comigo, inclusive deixava de me passar o cargo quando viajava. O nosso rompimento foi, portanto, inevitável. Voltando um pouco, Freitas Neto, quan-

do ainda prefeito (1983 a 1986), de maneira gentil e preocupado com minha instalação em gabinete próprio, tomou para si a tarefa de conseguir um bom espaço para que eu pudesse despachar. O local escolhido foi o Edifício Andrei, na Rua Álvaro Mendes, 2.268, perto do Ministério Público Estadual, na redondeza do jornal *O Dia*, onde ele também alugou salas para seu escritório político. Passamos a nos falar quase que diariamente. Já éramos amigos desde o tempo em que o pai dele, Odilon Carvalho de Almendra Freitas, trabalhou comigo na COMEPI. Ele, diretor comercial, e eu, presidente do órgão, no governo do Dr. Dirceu Mendes Arcoverde. Freitas Neto ia sempre visitar o pai e, de quando em quando, aparecia no meu gabinete, para bater papo. Curioso como sempre foi, queria saber das últimas dos bastidores, ao mesmo tempo em que, bem informado, me passava também informações quantíssimas. Quando surgiu o período das candidaturas ao governo do Estado, sabendo da minha situação atravessada em meu partido, o PMDB, Freitas Neto me convidou para ser o vice, na chapa dele. Aceitei, de imediato. Eu deixei o PMDB e ingressei no PDT. Montamos coligação e fomos para a luta, que sabíamos que iria ser dura, árdua... Não seria fácil, como não foi, enfrentar uma coligação formada por quatro ex-governadores – Alberto Silva, Lucídio Portella, Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes. Perdemos. Porém, não me deixei traír em minha consciência. Era o que eu tinha que fazer, e fiz, com consciência limpa, e nunca me arrependi do passo que dei.

A campanha de 1986 foi marcada por xingamentos, agressões e denúncias as mais variadas. O ex-deputado José de Castro, pai do deputado federal Marcelo Castro, andava com uma grande chave inglesa, denominada “desmontadora da máquina da oligarquia”, enquanto o jornalista Tomaz Teixeira continuou usando o símbolo da ratoeira, fazendo sucesso por onde passava a caravana.

Próximo do pleito, um fato que mereceu destaque foi a adesão do deputado Luiz Gonzaga Paes Landim, do PFL, a Alberto Silva, em memorável comício no Bairro Vermelha. Conforme ressalta Wilson Nunes Brandão,

Política e psicologicamente, a repercussão foi péssima para o PFL, pois, além de motivar o grupo de Alberto Silva, gerou um clima negativo e de pessimismo nos partidários de Freitas Neto. Para muitos, essa adesão foi a reviravolta que faltava para a vitória de Alberto Silva, quando comparada a força eleitoral do deputado Luiz Gonzaga Paes Landim e o apertado resultado da eleição (BRANDÃO, 2006, p. 118-119).

Eis, na íntegra, o discurso do deputado Luiz Gonzaga Paes Landim:

Nos braços da esperança Piauiense! Tomei a grave decisão de, auscultando a consciência de meu povo, sufragar, a 15 de novembro, o nome do senador Alberto Silva ao governo do Estado.

E não o fiz por imposição de um realismo político que, no caso, o aponta como franco favorito no pleito próximo.

Fi-lo com a consciência tranquila dos que nada receiam de mal ou muito menos esperam de bens ou vantagens pessoais pela decisão tomada.

De pé, enfrento a história e o julgamento de meus concidadãos, na certeza de que estou prestando um serviço aos pósteros ao redefinir, com minha decisão, os rumos do quadro político piauiense.

Por dois anos, fui líder do Governo Hugo Napoleão na Assembleia Legislativa, durante os quais sempre procurei ser sereno no trato dos problemas e das pessoas.

E desafio aquele ilustre homem, de quem continuo amigo, a denunciar à opinião pública se, alguma vez, no exercício da liderança, lhe fiz algum pedido ou solicitação com prejuízo do interesse público.

Todo governo é intenso, extenso e complexo, e, dessa complexidade, aproveitam-se intrigantes, os criadores de problemas, para venderem facilidades e, com isso, sabotarem a minha atuação.

Veio a eleição dos delegados ao Colégio Eleitoral e aí a conspirata aberta e desenfreada infligiu-me a humilhação de uma derrota na hora da votação.

Seguiu-se a eleição da Mesa Diretora da Assembleia e aí, mais uma vez, contra todas as expectativas, interesses estranhos ao partido e à vontade da maioria parlamentar, fizeram prevalecer os caprichos da confraria da intriga, da cizânia e do desserviço.

A autoridade do Governo e da liderança foi mais uma vez abortada, quando do episódio de minha frustrada indicação para a Secretaria de Cultura.

Mas, em nome da unidade e da lealdade partidárias, fiz vista grossa disso tudo. A indicação de meu irmão, Francisco Antônio Paes Landim Filho, para a Secretaria de Administração, por haver eu declinado do convite, foi mais um episódio de acomodação do insaciável apetite de um dos mandantes do partido.

E tanto isso é verdade que, em favor dele, deixei a liderança do governo.

Mas tudo pude suportar, quando o atingido era o deputado Luiz Gonzaga Paes Landim. Porém, eu não poderia suportar, sem um travo de indignação, concessões de toda ordem aos meus opositores, nas bases municipais, com o propósito inescandível de desestabilizar a minha ação política.

E, em nenhum desses momentos, consegui obter o empenho do candidato governista para a solução desses graves conflitos políticos, limitando-se o deputado Freitas Neto, nessas ocasiões, a me prestar pálida solidariedade de gabinete.

Dentro desse quadro, pontilhado de interesses contraditórios, percebi, com muita clareza que, se permanecesse nele, continuaria a ser instrumento do poder a serviço de um grupo dominante.

Fora dos gabinetes, percebi, também, e com toda nitidez, que um movimento popular, por mudanças políticas, econômicas e sociais varre o Piauí, de ponta a ponta, capitaneado pelas Oposições Coligadas.

Por isso, fiel às minhas origens e à vocação popular do meu mandato, resolvi juntar a minha voz à voz do povo, que não é outra senão a de votar no senador Alberto Silva para Governador do Estado. E na Oposição hoje me encontro, conduzido pelas mãos da esperança popular de que o Piauí, com Alberto Silva, corrigirá os erros do passado para oferecer ao seu povo melhores condições de vida no futuro.

Nesta convicção, mudei, com coragem, de posição política, na certeza de que, como disse Petrônio Portela, só não muda quem se demitiu do direito de pensar.

Teresina, 24 de outubro de 1986 (LANDIM, 1989, p. 17-18).

Piauí: resultados das eleições

Desde o início da campanha, o candidato Alberto Silva sempre aparecia em primeiro lugar nas pesquisas. O IBOPE, em várias consultas divulgadas pela Rede Globo, apontava 43% x 26%; 43% x 34%, e 43% x 35%. Essa marca de 43% de Alberto Silva foi muito comentada, por se manter inalterada ao longo de todo o processo eleitoral. “Nesta eleição, precisamente, as pesquisas eleitorais representaram fator determinante para a definição dos resultados. Assim, se pesquisas foram manipuladas, o objetivo foi alcançado, pois seguiu o crescimento e a euforia da candidatura Freitas Neto” (BRANDÃO, 2006, p. 118). E destaca:

Naquela época, com apuração lenta, contando voto a voto e com os mais variados pedidos de impugnação, estabeleceu-se um clima de grande expectativa. Um candidato dormia eleito e acordava derrotado. No dia seguinte a história já era outra. E, sob essa tensão, o sofrimento perdurou por aproximadamente dez dias, quando Freitas Neto reconheceu, publicamente, a derrota. Com uma diferença de apenas 1,44%, Alberto vence Freitas, com uma maioria de 14.728 votos (BRANDÃO, 2006, p. 119).

Em um universo de 1.087.921 eleitores, Alberto Silva obteve 440.218; Freitas Neto, 425.490; e Nazareno Fonteles, 22.791 votos. A diferença entre os dois primeiros foi de apenas 14.728 votos.

O próprio Alberto Silva não acreditava na vitória, tanto que, no dia da posse, a 15 de março de 1987, mandou celebrar missa na Igreja do Bairro Vermelha, famosa pelas esculturas do Mestre Dezinho, para agradecer o milagre da sua eleição.

No dia seguinte, Alberto Silva publicou, nos jornais, uma convocação cívica, com o título “Tempo de Justiça e Paz”, em que prometia sanear as finanças do Estado, combater as ilegalidades de qualquer natureza, principalmente no que dizia respeito a admissões, acumulações de cargos, enriquecimento ilícito, peculato, falta de exatidão no cumprimento do dever, dilapidação do patrimônio público, abuso de autoridade, cerceamento da liberdade, notadamente da imprensa, entre outras coisas do gênero.

A luta pelas duas vagas no Senado Federal também se deu em clima de acirrada disputa, com Hugo Napoleão e Ciro Nogueira, pelo PFL, e Chagas Rodrigues e Helvídio Nunes, pela coligação PMDB/PDS. O resultado evidencia o equilíbrio entre os candidatos: Hugo Napoleão obteve 430.300 votos; Chagas Rodrigues, 417.330; Helvídio Nunes, 394.629; e Ciro Nogueira, 393.057.

O PFL, apesar da derrota para o governo do Estado, demonstrou força, elegendo, além do senador Hugo Napoleão, 5 dos 10 deputados federais e 16 dos 30 deputados estaduais.

O PMDB, além do senador Chagas Rodrigues, elegeu 2 deputados federais e 8 deputados estaduais.

O PDS elegeu 3 deputados federais e 6 estaduais.

Conforme lembra Brandão (2006, p. 119),

Vários fatos merecem registro nesse pleito. Inicialmente, um fato histórico: a eleição da primeira mulher a exercer um mandato de deputada federal pelo Piauí, a senhora Miriam Nogueira Portella Nunes. O segundo, a presença de dois irmãos com mandatos de deputado estadual. Mesmo rompidos politicamente e inimigos naquela época, Waldemar e Newton Macedo foram parlamentares nessa legislatura. O terceiro, a indicação para o Ministério da Educação do governo Sarney do senador Hugo Napoleão, que acumulou, durante algum tempo, o Ministério da Cultura, abrindo, em consequência, a vaga no Senado para o 1º suplente, Álvaro Pacheco, piauiense radicado no Rio de Janeiro. Finalmente, a morte do deputado estadual Abraão Gomes (suplente convocado), que foi assassinado, em frente à sua residência, no Planalto Ininga, Zona Leste, a 29 de agosto de 1989, quando retornava da Assembleia Legislativa.

Na Assembleia Legislativa, a composição de forças, que estava empatada (15 a 15), foi alterada com o rompimento do deputado pefelista Wilson de Andrade Brandão. No sexto mandato e fiel a seu esquema político em 24 anos de atividade parlamentar, Wilson Brandão achava-se merecedor de encerrar a carreira política como presidente do Poder Legislativo, mas seu partido não lhe deu apoio. Contrariado, declarou: “Se eu não sirvo para ser presidente, indicado pelo meu partido, também não sirvo para votar em nenhum deles. Voto no outro candidato indicado pelo governador”. Conforme relembra Brandão (2006, p. 120),

a correria foi grande entre as lideranças do PFL, porque ninguém acreditava que o deputado Wilson Brandão, disciplinado como era, ousasse tomar essa decisão. Mas sua posição foi firme. Votou em Luciano Nunes para presidente, sendo eleito para o cargo de 1º vice-presidente. A partir desse incidente, o deputado Wilson Brandão passou a dar apoio parlamentar ao governador Alberto Silva, sendo o fiel da balança na Assembleia, apesar de continuar filiado ao PFL, de onde nunca saiu.

Na tabela a seguir, o resultado das eleições de 1986 no Piauí.

Governador	
Alberto Tavares Silva (PMDB) – eleito	440.218 votos
Freitas Neto (PFL)	425.490 votos
Nazareno Fonteles (PT)	22.791 votos
Senadores	
Hugo Napoleão (PFL) – eleito	430.300 votos
Álvaro Pacheco (1º suplente) – convocado*	
Chagas Rodrigues (PMDB) – eleito	417.330 votos
Helvídio Nunes de Barros (PDS)	394.629 votos
Ciro Nogueira (PFL)	393.057 votos
Manuel Antônio Nunes Meireles (PT)	28.021 votos
Josué Lustosa Costa (PT)	24.813 votos

Deputados federais eleitos – PFL (5)	
Átila Lira	85.186 votos
Mussa Demes	55.240 votos
Jesus Elias Tajra	41.358 votos
Jesuvaldo Cavalcanti Barros	39.208 votos
José Francisco Paes Landim	36.589 votos
Suplentes de deputados federais – PFL (5)	
José Nogueira Tapety Júnior	26.451 votos
Jônathas de Barros Nunes	25.058 votos
Hélio de Carvalho Matos	20.694 votos
Celso Barros Coelho	17.073 votos
Magno Pires Alves Filho	5.655 votos
Deputados federais eleitos – PMDB (2)	
Heráclito Fortes	91.730 votos
Paulo Silva	60.345 votos
Suplentes de deputados federais – PMDB (2)	
Manuel Domingos Neto – efetivado	16.706 votos
Paulo Barbosa Santos Rocha	10.909 votos
Deputados federais eleitos – PDS (3)	
José Luiz Martins Maia	52.180 votos
Miriam Portella	27.490 votos
Felipe Mendes	19.766 votos
Suplentes de deputados federais – PDS (2)	
Mão Santa	16.706 votos
Ludgero Raulino da Silva Neto	12.959 votos
Deputados estaduais eleitos – PFL (16)	
Sebastião Rocha Leal	22.813 votos
Waldemar de Castro Macedo	22.607 votos
Xavier Neto	21.726 votos
Francisco de Paula Gonçalves Costa	20.180 votos
Robert Freitas	19.231 votos
Sabino Paulo	19.196 votos
Maurício Melo	18.330 votos
Juraci Leite	18.315 votos
Barros Araújo	18.063 votos
Humberto Reis da Silveira	15.631 votos
Juarez Tapety	15.474 votos
Antônio José de Moraes Souza	14.961 votos

Wilson de Andrade Brandão	13.577 votos
Antônio Rufino Sobrinho	12.937 votos
Luiz Gonzaga Paes Landim	12.381 votos
Fernando Monteiro	12.080 votos
Suplentes de deputados estaduais – PFL (5)	
Abraão Gomes – convocado	11.143 votos
Homero Castelo Branco – convocado	10.391 votos
Aquiles Nogueira – convocado	10.338 votos
Luís Ferraz – convocado	9.068 votos
Vicente Ribeiro Gonçalves Júnior	8.316 votos
Deputados estaduais eleitos – PMDB (8)	
Marcelo Castro	26.708 votos
Warton Santos	20.797 votos
Luciano Nunes	11.749 votos
João Silva Neto	11.725 votos
Kleber Eulálio	11.355 votos
José Reis Pereira	10.033 votos
Themístocles Filho	9.781 votos
Francisco Figueiredo de Mesquita	8.904 votos
Suplentes de deputados Estaduais – PMDB (5)	
Francílio Almeida – convocado	7.506 votos
Tomaz Teixeira – convocado	7.502 votos
Milton Lustosa Nogueira de Araújo	7.380 votos
João Batista de Castro Dias	6.933 votos
Olésio Coutinho Filho	6.822 votos
Deputados estaduais eleitos – PDS (6)	
Marcelo Coelho	15.630 votos
Ademar Pereira da Silva	12.381 votos
Gerson Mourão	9.942 votos
Adolfo Nunes	9.620 votos
Guilherme Melo	8.710 votos
Newton Macedo	8.560 votos
Suplentes de deputados estaduais – PDS (2)	
Carlos Luís Nunes de Barros	7.482 votos
Francisco Mardônio da Paz Souza	5.153 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

* Hugo Napoleão do Rêgo Neto foi convocado pelo presidente José Sarney para ser ministro da Educação e pelo presidente Itamar Franco para ser ministro das Comunicações. Álvaro Pacheco, primeiro suplente, o substituiu nestes dois períodos.

Chagas Rodrigues, constituinte nota 10



Chagas Rodrigues assinando a Constituição, no Senado Federal, em Brasília - 1988.

Em conversa informal com o jornalista José Lopes dos Santos, Lucídio Portella afirmou que Chagas Rodrigues estava incluído entre os melhores representantes brasileiros com assento no Senado, e concluiu:

Atento aos seus deveres de senador, tem profundo conhecimento de todas as matérias que tramitam no parlamento. Combativo e dinâmico, é um dos primeiros a chegar e dos últimos a sair, realizando intenso trabalho nas comissões e no plenário e fazendo-se respeitar pelo conhecimento e pela palavra abalizada (SANTOS, 1991, p. 452-453).

No ofício nº 25/88, Brasília, 1º de setembro de 1988, o deputado federal Arthur da Távola, líder do PSDB na Constituinte, comunica ao deputado federal Ulysses, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, a indicação do senador Chagas Rodrigues como um dos vice-líderes.

Em ofício, sem data, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB no Senado Federal, comunica ao presidente do Senado Federal Humberto Lucena a indicação do nome do senador Chagas Rodrigues como vice-líder do PSDB no Senado Federal.

No ofício nº 003/88, Brasília, 14 de setembro de 1988, o deputado federal Cid Carvalho, presidente da Comissão Mista de Orçamento indica o senador Chagas Rodrigues para relator do anexo referente ao Ministério do Interior – Sudene, dentro da Proposta Orçamentária para 1989.

Na Constituinte de 1988, Chagas Rodrigues foi titular da Comissão de Constituição e Justiça. Devido à sua excepcional atuação, foi o único parlamentar piauiense a merecer a nota 10 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), figurando, em seu Quadro de Honra, como Constituinte Nota 10 (ver Jornal do DIAP, ano III, n. 25, abril de 1988).

Desligamento do PMDB e fundação do PSDB

No dia 28 de junho de 1988, o senador Chagas Rodrigues (PMDB), juntamente com os senadores Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Mário Covas e José Paulo Bisol, nos termos do Regimento da Casa, comunica ao presidente do Senado, Humberto Lucena, o seu desligamento do partido. Em seguida, faz o seguinte pronunciamento:

Sr. Presidente, srs. Constituintes,

tive a oportunidade de visitar V. Exa. e comunicar a decisão de me desligar do PMDB, partido do qual tive a honra de ser um dos fundadores, ainda na primeira fase, como MDB, na companhia ilustre de V. Exa.

Hoje levo ao conhecimento dos ilustres Constituintes que estive em meu Estado, o Piauí, e pela última vez presidi a Comissão Executiva Regional do PMDB.

Visitei o sr. governador do Estado, o sr. prefeito de Teresina, o presidente da Assembleia Legislativa e, na reunião da Comissão Executiva Regional, que tive a honra de presidir, agradei a todos, renunciei à presidência e me desliguei do Partido.

Agora, quero renovar as minhas homenagens a V. Exa., sr. presidente, a todos os companheiros que deixo no PMDB, e congratular-me com os políticos que lutam pelo fortalecimento de suas agremiações.

A democracia tem que se consolidar e para isso os partidos precisam cada vez mais tomar consciência de seu papel histórico para atingir seus objetivos. Como um dos fundadores do PSDB, continuo defendendo a bandeira do parlamentarismo e das grandes reformas sociais, em um Partido identificado com os princípios da social-democracia, mas quero, sr. presidente, mais uma vez, prestar a V. Exa., ilustre comandante, as homenagens que bem merece pela luta que travou pela restauração da democracia durante duas décadas. E todos juntos poderemos continuar lutando pelos princípios do parlamentarismo neste país (BRASIL, 1988, p. 11.826).



Senador Chagas Rodrigues, Wall Ferraz, Augusto Basilio, Tarso Jereissati e José Reis Pereira, no encontro de dirigentes estaduais do PSDB, em Brasília, em outubro de 1991.

O senador Ulysses Guimarães assim se manifestou:

Sr. Presidente,

Desejo fazer referência à comunicação do eminente ex-governador do Piauí, ex-deputado federal, hoje senador Chagas Rodrigues. Temos, desde São Paulo, tendo S. Exa. se formado lá, na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, temos estreitos laços de amizade. Mesmo na época em que estava fora da vida pública, tendo sido cassado, o Constituinte Chagas Rodrigues prestou à nossa luta inestimável serviço, com muita bravura, muita dignidade e muita seriedade.

Evidentemente – repito o que já disse anteriormente – nós o perdemos do convívio de nosso Partido, mas não o perdemos do convívio democrático. A democracia é a convivência, inclusive, dos contrários.

De forma que, lamentando a atitude de S. Exa. – e a respeitando – estou certo de que iremos contar com a inestimável colaboração de seu talento político (BRASIL, 1988, p. 11.826).

Na ata da reunião de fundação do PSDB nacional, realizada nos dias 24 e 25 de junho de 1988, consta ali o nome de Chagas Rodrigues. Isso quer dizer que sua saída do PMDB já estava programada há algum tempo. Outro piauiense que faz parte da fundação nacional do PSDB é o deputado federal Paulo Tavares Silva.

Eis a lista completa dos fundadores nacionais do PSDB: Almir José de Oliveira Gabriel (PA), André Franco Montoro (SP), Célio de Castro (MG), João Gaspar Rosa (SC), Pompeu de Sousa (DF), Ricardo Furlan Rodrigues (SP), Luiz Eduardo Caminha (SC), José Freitas Nobre (SP), Luiz Carlos Bresser Pereira (SP), Neylor José Toscan (PR), Fábio Feldmann (SP), Guiomar Namó de Mello (SP), Renildo Soares Vilar (MG), Ronaldo de Azevedo Carvalho (MG), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (PI), Paulo de Tarso Tavares Silva (PI), Cláudio de Sena Martins (SP), Antônio Perosa (SP), Sérgio Longman (PE), José Cruz Macedo (DF), Geraldo Alckmin Filho (SP), Luiz Benedicto Máximo (SP), Ester Monteiro da Silva (RJ), Dirce Tutu Quadros (SP), Antônio Rubens Costa de Lara (SP), Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa (SP), Saulo Queiroz (MS), Vanderlei Macris (SP), Ruth Corrêa Leite Cardoso (SP), Ziza Valadares (MG), Waldir Alceu Trigo (SP), Camillo Calazans de Magalhães (DF), Nelton Friedrich (RS), Afonso Arinos de Melo Franco (RJ), José Lucena Dantas (DF), Robson Marinho (SP), Antônio Carlos Tonca Falseti (SP), Therezinha Marcolin Scalco (PR), Rose de Freitas (ES), José Ignácio Ferreira (ES), José Carlos Grecco (SP), Koyu Iha (SP), Carlos Cotta (MG), Cássio Gonçalves (MG), Artur da Távola (RJ), Sílvio Abreu (MG), Paulo Lacerda (DF), Deni Lineu Schwartz (PR), Fernando Leça (SP), Vera Lucia Barreto Moreira (DF), Euclides Girolamo Scalco (PR), Mauro Campos (MG), Vicente Joaquim Bogo (RS), Vasco Alves (ES), Caio Pompeu de Toledo (SP), Hermes Zaneti (RS), Moema São Thiago (CE), João Bastos Soares (SP), Maria da Glória da Veiga Moura (DF), José Guedes (RO), José Oliveira Costa (AL), Virgildásio de Senna (BA), Maria de Lourdes Abadia (DF), Jayme Santana (MA), Joaquim dos Santos Andrade (SP), Carlos Mosconi (MG), Anna Maria Rattes (RJ), Volnei Garrafa (DF), Octávio Elisio Alves de Brito (MG), Sérgio Roberto Vieira da Motta (SP), Eduardo Jorge Caldas Pereira (DF), José Richa (PR), José Roberto Magalhães Teixeira (SP), Maria Delith Balaban (DF), Cristina Tavares (PE), Eliézer Rizzo de Oliveira (SP), Sérgio de Otero Ribeiro (DF), Pimenta da Veiga (MG), Amarílio Proença de Macêdo (CE), Francisco Mariano da Rocha de Souza Lima (DF), Fernando Henrique Cardoso (SP), Clóvis de Barros Carvalho (SP), Valter Rodrigues Veloso (DF), Mário Covas Júnior (SP), José Maria Guimarães Monteiro (SP), José Aristides de Moraes Filho (DF), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (DF), José

Paulo Bisol (RS), Odaísa Fernandes Ferreira (RO), João Gilberto Lucas Coelho (RS), José Edgard Amorim Pereira (MG), Ecléa Terezinha Fernandes (RS), José Serra (SP), Raymundo Theodoro Carvalho de Oliveira (RJ), Geraldo Campos (DF), José Afonso da Silva (SP), Heloneida Studart Soares (RJ), Tomaz Gilian Deluca Wonghon (RS), Francisco de Assis Küster (SC), Maria Laura de Souza Carneiro (RJ), José Duval Guedes Freitas (RJ), Ronaldo Cezar Coelho (RJ), José Roberto Bassul Campos (DF), Maria Sílvia Elias Lauandos (SP), Beth Azize (AM), Juarez Marques Batista (MS), Tercília Maria M. Xavier (RS), Vilson Luiz de Souza (SC), Leonardo Nunes da Cunha (MS), Renan Calheiros (AL), Carlos Heitor Pioli (MG), Carlos Antônio Costa Brandão (BA), Humberto Costa Brandão (BA), Carmelito Barbosa Alves (BA).

Como parte dos atos de fundação do PSDB, foi constituída a Comissão Diretora Nacional Provisória, integrada por 11 membros, que decidiu adotar sistema de rodízio para a presidência do partido. O primeiro tucano escolhido para ocupar o cargo de presidente foi o senador Mário Covas, seguido pelo senador José Richa, senador Fernando Henrique Cardoso e pelo ex-governador Franco Montoro. Para o posto de 1º secretário-geral, foi escolhido o deputado Euclides Scalco. Para o de tesoureiro, o deputado federal Jayme Santana.

Na mesma ocasião foi aprovada a constituição de Comissões Diretoras Regionais Provisórias em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco, Paraíba e Distrito Federal¹.

¹ Disponível em: <<http://www.psdb.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2018.



Chagas Rodrigues em frente ao Congresso Nacional – DF.

União pelo Piauí

Crise financeira e política

Nesse segundo governo (15 de março de 1987 a 15 de março de 1991), dada a experiência administrativa, a extraordinária inteligência, o amor ao Piauí, e por contar com o apoio de três ex-governadores, todos esperavam que Alberto Silva fosse realizar uma administração igual ou melhor do que a primeira, em proveito do desenvolvimento do Estado. Ele próprio estava confiante, tanto que assumiu prometendo que iria sair do Palácio de Karnak, em 1991, como o maior e melhor governante de todos os tempos. Mas a grave crise econômica pela qual passava o país provocou uma série de sucessivas greves nas áreas da saúde e da educação, tendo a área de saúde ficado um ano com as atividades paralisadas.

No dia 1º de agosto de 1989, em solenidade de reinauguração do Liceu Piauiense, os professores da rede pública estadual fizeram manifestação contra o governo do Estado. Eram Secretários de Educação e de Segurança de Alberto Silva João Henrique de Almeida Sousa e o deputado Xavier Neto, respectivamente. Alegando que os professores, liderados pelo presidente da Associação dos Professores do Estado – APEP, João de Deus, teriam vaiado a bandeira nacional, foi determinado que a polícia marchasse sobre os manifestantes, no episódio que ficou conhecido como “Massacre da Praça do Liceu”, em referência ao “Massacre da Praça da Paz Celestial”, na China. O presidente da APEP, João de Deus, e eu, Kenard Krueel, que na época era presidente do Sindicato dos Jornalistas no Estado do Piauí, fomos presos na Delegacia do DOPS. O primeiro teve todos os dedos das mãos quebrados e eu, a perna direita. Foram também presos os professores Maria Moura, Lourdes Melo e Sá Batista, que foi arrastado pelo chão até o carro da polícia, Lujan Miranda e Francisca Nascimento, que foram algemadas e levadas presas, sem a mínima condição de defesa. A professora Tailândia, ao ser perseguida por policiais, entrou numa residência e, quando o dono da casa tentou socorrê-la, foi recebido com um soco na boca, desferido por um policial, que lhe quebrou um dente.

No final do governo, o BEP – Banco do Estado do Piauí S. A. foi fechado, assim como outros órgãos governamentais (EMATER, CODIPI, CIDAPI, Fundação CEPRO etc.). Mas o fato mais grave foi o atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos estaduais por três meses consecutivos.

Para superar a crise financeira e política, Alberto Silva tentou fazer o que ele chamou de “União pelo Piauí”: a junção do PMDB, PDS, PFL, PSDB e até do PT para governar, de maneira mais tranquila, e concluir as obras que buscava realizar. Não teve, porém, sucesso.

O líder do governo na Assembleia, Tomaz Teixeira, estava no lugar do titular, Francisco Figueiredo, afastado por licença médica. Quando este retornou

à Casa, Tomaz teve que deixar o cargo, a 5 de julho de 1987, ficando Alberto Silva sem porta-voz naquele Poder.

Alberto Silva, em companhia do deputado Paes Landim, procurou o líder maior do PFL, Hugo Napoleão, com quem teve encontro na noite de terça-feira do dia 4 de julho de 1989, na sede do PFL (26º andar do Anexo I do Congresso Nacional). A conversa durou 90 minutos, das 18 às 19h30. Estiveram presentes, além de Hugo Napoleão, Jesualdo Cavalcanti, Jesus Tajra e o ex-deputado Tapety Júnior. Não foram Mussa Demes, Átila Lira e João Lôbo. Em depoimento dado ao autor em 7 de novembro de 2012, Paes Landim contou: “Alberto Silva depois foi ao Freitas Neto, presidente do partido, ao Átila Lira, que era coordenador da bancada do PFL na Câmara dos Deputados, visitando até mesmo o prefeito Heráclito Fortes, entre outras lideranças partidárias”.

Luciano Nunes, Francílio Almeida e João Silva Neto, deputados do PMDB, não viam com bons olhos o acordo que Alberto Silva estava propondo. Cada um tinha suas dificuldades nas bases e, em fim de mandato, tudo se torna mais difícil. Não houve acordo, e o governo continuou levando taca e enfrentando dificuldades.

No caso de Chagas Rodrigues, o rompimento com Alberto Silva aconteceu antes mesmo da posse. É que Alberto Silva pedira ao senador Chagas Rodrigues que indicasse nomes para o governo, dentro de sua cota política. Ele indicou o nome do sobrinho Poncion Rodrigues, médico, para o Instituto de Assistência e Previdência Privada do Estado do Piauí – IAPEP, e o do seu fiel escudeiro e amigo particular, Raimundo Martins de Sousa, o popular Pereirinha, para a Superintendência da Pesca. Alberto Silva não só não nomeou os indicados como nem convite expediu para Chagas Rodrigues assistir à posse. Rompido desde o início do governo com Alberto Silva, ao ser indagado sobre a proposta da “União pelo Piauí”, Chagas Rodrigues aproveitou para dar o troco em entrevista dada à *TV Clube*, em 13 de julho de 1989: “O governo Alberto Silva está no fim. União em favor de um país, de um Estado, se faz no começo do governo. Para mim, aquela união pelo Piauí morreu na posse. Mas eu faço votos para que outras uniões tenham melhor êxito”.

Realizações do governo Alberto Silva

Apesar dos entraves financeiros e políticos, Alberto Silva conseguiu realizar diversas obras, entre elas: implantação do metrô de Teresina (construção de nove viadutos, 10 estações para atendimento aos usuários e aquisição de 5 trens húngaros); construção ou reforma e ampliação de um grande número de unidades de saúde no interior (Palmeirais, Dermeval Lobão, Agricolândia, Hugo Napoleão, São Pedro do Piauí, Regeneração, Joaquim Pires, Piracuruca, José de Freitas, Buriti dos Lopes, Corrente, Jaicós, Itaueira, Porto, Batalha, Água Branca, Agricolândia, Angical, Esperantina); em Teresina, construção do segundo pavimento do HDIC (Hospital de Doenças Infectocontagiosas);

construção da Unidade de Terapia Intensiva e da Unidade de Queimados do Hospital Getúlio Vargas, única do Nordeste; construção do edifício-sede da 48ª Regional de Saúde, do Centro de Perinatologia do Piauí (Casa de Saúde ao lado da Maternidade), do Laboratório de Citopatologia; Implantação da Fadep (depois Universidade Estadual do Piauí); reforma de 155 escolas; reforma do Zobotânico; reforma do Theatro 4 de Setembro; reforma do Palácio de Karnak; reforma e reconstrução do Hotel Rio Parnaíba; construção do grande Hotel de Atalaia, em substituição ao Motel Atalaia; reconstrução das estradas asfaltadas da grande PI-4 – Gilbués / Elizeu Martins / Canto do Buriti / Itaueira / Floriano; construção de mais de 400 km de asfalto; construção de dois navios que levantaram a carta náutica do Rio Parnaíba como início do programa de governo para restaurar a sua navegabilidade; construção do barco turístico Antares para dar início à exploração do turismo no Delta do Rio Parnaíba; difusão pela PIEMTUR, das potencialidades turísticas do Piauí, especialmente entre turistas franceses, visando voos *charters* Paris – Piauí; recuperação da pista e da cerca do aeroporto de Parnaíba, abandonado pelas autoridades do setor aeronáutico; construção das passarelas da ponte ferroviária que liga o centro de Teresina ao Bairro Dirceu Arcoverde (antigo Itararé); construção de mais 5.500 casas e apartamentos pela COHAB-PI; construção da fábrica de roupas; construção da fábrica de alimentos; construção do Parque Potycabana – o que possibilitou, mais tarde, a construção do *shopping Riverside Walk*, em 1996 (do Grupo Meio Norte – Paulo Guimarães) e do Teresina *shopping*, em 1997 (do Grupo João Claudino Fernandes), ambos com lojas de departamentos, supermercados, cinemas, praça de alimentação e de eventos, bancos, salão de jogos e amplos estacionamentos; os dois grupos contribuíram, sobremaneira, para a mudança de hábitos da população em relação ao lazer e ao consumo; implantação dos Globinhos Escolares (instalações dedicadas à educação infantil); implantação do Projeto Casa Escola com atendimento a mais de 100 mil crianças na capital e interior; construção da barragem no Rio Piracuruca; consolidação e aprovação das roças de vermiculita, com apoio do governo federal; implantação do programa de plantio de verão, com aproveitamento de vazantes; distribuição racional de sementes, proporcionando, no primeiro ano de governo, um milhão de toneladas de grãos; implantação de 1.800 km de rede elétrica urbana e rural; implantação do Centro Nacional de Pesquisas Agropecuárias da Embrapa em Parnaíba; atendimento ao pequeno produtor rural, via Programa PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, em diversos municípios piauienses, em convênio SEPLAN – EMATER – Banco Mundial; programa de implantação de creches e de centros de convivência de idosos, com apoio da LBA e realização do SERSE; fabricação de máquinas de arrancar tocos (não distribuída por falta de recursos, devido aos cortes do governo federal); construção de mais de 600 poços tubulares (COMDEPI/CIDAPI); construção de dezenas de poços cacimbões e casas de farinha; distribuição de milhares de cestas básicas aos pobres atingidos pela seca; construção de ponte sobre o Rio Piracuruca; construção de ponte sobre o Rio Guaribas, em Picos; reforma e

ampliação do Parque de Exposição Dirceu Arcoverde em Teresina; distribuição de 1.200 módulos de irrigação de 2 a 4 hectares para diversos municípios piauienses; implantação do Propesca – Projeto de Apoio ao Setor Pesqueiro do Estado, com apoio do governo japonês; construção de novos reservatórios de água, estação de tratamento e implantação de 350 km de rede de distribuição de água para Teresina, o que aumentou em 120% a capacidade de atendimento; implantação de 450 km de rede de esgoto, com bacia de tratamento, para sanear a cidade e os Rios Parnaíba e Poti; implantação definitiva da TV Educativa; mais de 140 convênios com prefeituras do Piauí e entidades sociais para atendimento de melhorias urbanísticas em diversos municípios piauienses; construção e recuperação de estradas vicinais nos diversos municípios piauienses; projeto, estudo e análise para a construção da barragem de Castelo; construção da estrada vicinal Lagoa Alegre – Cupins, no município de União; construção da estação de tratamento de água de Corrente; construção da estação de tratamento de água de Jaicós; construção da estação de tratamento de água de União; construção da Regional da AGESPISA, em Água Branca; construção de diversos prédios para implantação de regionais da Fazenda; construção do Grande Centro de Atendimento Social do SERSE (Serviço Social do Estado) em Parnaíba; apoio ao Salão Internacional de Humor do Piauí como incentivo à cultura piauiense, nacional e internacional.

Durante o governo Alberto Silva, o Salão Internacional de Humor do Piauí – instituído no governo Lucídio Portella, na gestão do deputado Wilson de Andrade Brandão na Secretaria da Cultura, por minha iniciativa como assessor de comunicação do secretário e sob a coordenação de Albert Piauí, Kenard Kruel, Airton Martins e José Elias Martins de Arêa Leão – foi bastante prestigiado e trouxe para Teresina os maiores nomes do humorismo nacional e internacional, como Appe, Ares (Cuba), Angeli, Amorim, Borjalo, Biratan Porto, Cláudio Oliveira, Cleriston, Chico Caruso, Érico, Fortuna, Jô Oliveira, Hilda, Lapi, Mino, Millôr Fernandes, Z, pseudônimo da cartunista Márcia Braga, Mariano, Lailson, Jorge de Sales, Jayme Leão, Lor, Laerte, Otta, Paulo Caruso, Reinaldo, SanThiago, Samuca Andrade, Sinfrônio, Veríssimo, Zivaldo, Zélio Alves Pinto, entre outros.

O governador Alberto Silva, sempre muito gentil, levava os cartunistas para a residência oficial, quando aproveitava para se exercitar ao piano, maravilhando a todos, ao lado da esposa Florisa e dos filhos Susana, Paulo e Marcos Silva.

Eleições de 3 de outubro de 1994

Candidatos à presidência

No dia 3 de outubro de 1994, foram realizadas eleições para presidente, governadores, deputados estaduais, federais e dois terços de senadores. Após obter grande aceitação popular, devido ao sucesso do Plano Real, o ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, se candidatou à presidência da República pelo PSDB, com apoio do presidente, tendo como vice Marco Maciel. Seu principal concorrente, o petista Luís Inácio Lula da Silva, reconhecido como liderança incontestável da esquerda brasileira, tinha como vice Aloízio Mercadante. Outros candidatos que também disputaram a eleição foram Enéas Carneiro (PRONA, com Roberto Gama e Silva como vice, PRONA), Orestes Quércia (PMDB, com Iris de Araújo como vice, PMDB), Leonel Brizola (PDT, com Darcy Ribeiro como vice, PDT), Esperidião Amin (PPR, com Maria Gardênia como vice, PPR), Carlos Antônio Gomes (PRN, com Dilton Cardoso Salomoni como vice, PRN) e Hernani Fontoura (PSC, com Vitor Jorge Abdala Nösseis como vice, PSC). O tucano Fernando Henrique Cardoso, eleito logo no primeiro turno, com 55% dos votos válidos, contra 27% de Lula, tomou posse no dia 1º de janeiro de 1995. Era a segunda vez que tínhamos eleições livres, após o regime militar.

Articulações políticas no Piauí

No Piauí, estava no governo Guilherme Cavalcante de Melo, vice-governador, que assumiu a 30 de março de 1994 e permaneceu no cargo até o dia 1º de janeiro de 1995, em face da renúncia de Freitas Neto, que saiu para disputar vaga no Senado, pelo PFL. Os senadores Hugo Napoleão do Rêgo Neto (PFL) e Chagas Rodrigues (PSDB) pretendiam a reeleição. Além deles, disputavam vaga Celso Barros Coelho (PMDB), Antônio Pereira dos Santos e Geraldo Tibúrcio Dantas, ambos do PT.

Freitas Neto havia planejado um governo desenvolvimentista igual ao do cearense Tasso Jereissati. Governando com mão-de-ferro, atingiu diretamente muitas reivindicações, frustrou a realização de obras, serviços e vantagens pessoais, porém organizou o Estado administrativamente, equacionou sua dívida com a União e fez com que as ações governamentais fluíssem dentro da normalidade. Apesar da maneira dura e fria de administrar, montou um poderoso grupo político. A coligação anterior foi mantida entre PFL e PPR (antigo PDS). Os prefeitos, à exceção de pouquíssimos, votavam no esquema dominante, formado por Freitas Neto e Hugo Napoleão do Rêgo Neto, ambos do PFL, e Lucídio Portella, do PPR.



Chagas Rodrigues com o presidente Fernando Henrique Cardoso, 1994.

Três nomes apareciam fortes para o governo do estado, pelo esquema governista. O senador Hugo Napoleão e os deputados federais Jesus Elias Tajra e Átila Lira, que estava no comando da Secretaria da Educação, órgão famoso na fabricação de candidatos, e figurava como o nome mais certo para a disputa eleitoral. Hugo Napoleão do Rêgo Neto, urubu-rei, como seu avô Hugo Napoleão, seria a bola da vez se o candidato da oposição fosse o professor Wall Ferraz, prefeito de Teresina.

Os analistas oficiais achavam que somente Hugo Napoleão do Rêgo Neto poderia enfrentar e derrotar Wall Ferraz, nome forte na política da Capital, mas com deficiência no interior do Estado. O professor Wall Ferraz, contudo, decidiu não se lançar candidato.

O esquema governista, então, optou pela candidatura de Átila Lira. Restava agora saber quem seria o companheiro de chapa como vice-governador. Foi aí que apareceu a figura do médico Francisco de Assis de Moraes Souza, o popular Mão Santa, ex-prefeito de Parnaíba (1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992), substituído por José Hamilton Furtado Castello Branco, eleito com seu apoio. A administração de Mão Santa à frente da municipalidade parnaibana foi marcada por muitas realizações.

Depois de sair da Prefeitura, Mão Santa passou dois anos na Santa Casa de Misericórdia e começou, ali, a planejar a trajetória para ser governador do Estado, sonho que acalentava há anos.

Na sua postulação ao governo do estado, Mão Santa teve que enfrentar vários problemas internos em seu partido, o PPR, que não aceitava a sua candidatura, alegando que o “cabeça da chapa” seria nome do PFL, para que se pudesse dar continuidade a uma aliança vitoriosa. Mas poderia ser, quem sabe, o vice-governador na coligação, se obtivesse o aval de Lucídio Portella, na época senador da República e liderança maior do PPR no Estado. Mão Santa foi, então, ao encontro de Guilherme Melo, vice-governador do Estado, e um dos maiores interlocutores de Lucídio Portella: “Guilherme, antes você era um general, mas como vai assumir, em breve, o governo do Estado, já está nomeado, por mim, marechal, e, nesta condição, vim a você pedir o seu apoio para a minha candidatura a vice-governador da coligação. O que você me diz?” Guilherme Melo, polido, respondeu: “É merecida esta legítima reivindicação sua. O senhor sempre esteve conosco em todos os momentos. Quando estivemos no esquema do PFL, o senhor estava conosco. Quando rompemos e fomos aliados de Alberto Silva, o senhor esteve conosco. Olha, o Dr. Lucídio Portella chega toda quinta-feira à noite. Às sextas-feiras ele vem aqui, para a vice-governadoria, conversar comigo e receber amigos e correligionários. Venha, pela manhã cedo, que eu vou conversar com ele para recebê-lo em reunião privada. Mas, antes de tudo, quero dizer que estou fechado com o senhor, em gênero, grau e número”.

Guilherme Melo, neto de Matias Olímpio de Melo, raposa política de quatro costados, aprendeu com ele que, antes de qualquer reunião, deve-se, primeiro, aparar todas as arestas, para que ela flua conforme desejado. “Nunca vá para uma reunião se não acertar tudo antes”, dizia Matias Olímpio de Melo. Com essa lição em dia, Guilherme Melo teve longa conversa com Lucídio Portella sobre a pretensão de Mão Santa. “Senador, o Mão Santa esteve comigo ontem e, como o senhor é o comandante do nosso partido, quero dizer que ele vem conversar com o senhor amanhã, aqui, na vice-governadoria. Como o senhor o receberá?” No que Lucídio Portella respondeu: “Tranquilo. O Mão Santa é um companheiro, aliado nosso de todos os momentos. Um nome excelente. Vem do Norte. Vou recebê-lo muito bem”.

Na sexta-feira bem cedo, Mão Santa chega ao gabinete de Guilherme Melo. Já o esperava Lucídio Portella, que o recebe com um sorriso nos lábios e forte aperto de mão. Ambos médicos, dispensavam tratamento cerimonioso. “Bom-dia, Mão Santa!” “Bom-dia, Lucídio!” E foi logo entrando no objetivo da conversa. “Lucídio, estou aqui em pleito da vaga de vice-governador da coligação. O que me diz?” “Olha, Mão Santa, eu vejo com muito carinho esse seu pleito. É justo, você merece. O Guilherme, aqui, vai tratar de todos os pormenores com você. Já tem o meu aval.”

Quando tudo parecia acertado, Mão Santa, já de saída, volta-se e, de maneira enfática, diz para Lucídio Portella: “Não aceito ser vice do americano. O meu horóscopo não combina com o do americano. Ele é um traidor. Traí-me descaradamente”. “O que foi que houve, Mão Santa?”, perguntou Lucídio Portella. “Lucídio, em 1982, você elegeu este americano. E este americano me chamou e me convidou para ser o secretário da Saúde do Estado do Piauí. Eu

aceitei, pela invicta Parnaíba. Porém, sem qualquer conversa comigo, ele bota o coleguinha de brincadeira dele, Anfrísio Neto. Então, ele me traiu. Qual o voto que Anfrísio Neto tinha? O americano é um traidor e com ele não marcho como vice-governador. Estamos conversados!” Nisto, Guilherme Melo sai de seu espanto e exclama: “Vixe Maria, meu Deus!” Já saindo, Mão Santa diz: “Pois tá, tá bom, Lucídio!” “Está, está bom, Mão Santa”.

Quando a porta se fechou de vez, Lucídio Portella vira-se para Guilherme Melo e fala, categoricamente: “Meu querido, este aí não vai ser vice coisa alguma, porque, com este rapaz deste jeito sendo vice, nós vamos perder o poder. Em uma semana, ele briga com o governador. Como podemos botar um vice que vai brigar com o governador, se ele é quem será o nosso interlocutor, como você está sendo no governo Freitas Neto? Não, deste jeito Mão Santa não vai ser vice-governador”. Guilherme Melo, então, pergunta: “Dr. Lucídio, e os votos dele, da Parnaíba, do Norte, como ficam?” “Não se preocupe, meu filho, Mão Santa é conhecido apenas de Parnaíba até Piracuruca”.

Dias depois, Lucídio Portella informa a Mão Santa a decisão final: ele estava despachado como candidato a vice-governador. Mão Santa, então, saiu à procura de uma sigla partidária que lhe desse a oportunidade de sair candidato a vice ou mesmo a governador do Estado. Procurou falar com o professor Wall Ferraz, prefeito de Teresina. O encontro foi intermediado por mim e pelo jornalista Nilson Sá. Pedi ao professor Kleber Montezuma, irmão de um dos mais próximos secretários do prefeito Wall Ferraz, que fizesse a ponte entre o prefeito Wall Ferraz e Mão Santa. A conversa se deu numa tarde de domingo, a portas fechadas, num escritório que o professor Wall Ferraz mantinha próximo ao jornal *O Dia*, onde hoje é a Clínica de Olhos Marcos Guedes, na Rua Coelho Rodrigues, 2.289. Mão Santa ainda postulou a indicação de vice-governador na chapa do professor Wall Ferraz. Só que este, irredutível, não aceitou ser candidato. Ele disse, sem muitos rodeios, para Mão Santa: “Olha, eu fui derrotado em 1990 porque me faltou estrutura tanto partidária quanto financeira. Agora, a situação é quase a mesma. Eu não vou deixar a Prefeitura de Teresina para me meter em aventura. Desta forma, não serei candidato. Você procure entrar no PMDB, que é um partido forte, viabilize a sua candidatura por lá, que prometo dar o candidato a vice-governador”. Além disto, o prefeito Wall Ferraz havia sido revascularizado em São Paulo, e não estava bem, tudo por conta de um colesterol maligno incontrolável, que lhe dificultava a circulação sanguínea. Os médicos paulistas haviam recomendado que não fizesse nenhum tipo de esforço, pois não se responsabilizariam pelo que podia acontecer. A recomendação foi cumprida ao pé da letra. Wall Ferraz tudo fazia para não piorar de saúde. Sua alimentação, quando fora de casa, nas viagens, era supervisionada pelo secretário e amigo Kleber Montezuma. O cardápio era quase sempre peito de frango grelhado e verduras. Evitava refrigerantes e bebida alcoólica.

O deputado federal B. Sá (PP) procurou Alberto Silva para ingressar no PMDB e sair como cabeça de chapa, mas o seu nome foi vetado por João Henrique de Almeida Sousa, Tomaz Teixeira e também pelo prefeito Wall

Ferraz. Ele havia iniciado sua carreira política pelo PMDB, elegendendo-se prefeito de Oeiras, em 1982. Depois, foi nomeado secretário da Saúde pelo prefeito Heráclito Fortes (1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992). Em 1990, foi eleito deputado federal pelo PDS, sendo reeleito em 1994 pelo PP.

Mão Santa não perdeu tempo, foi atrás de B. Sá para que os dois formassem uma chapa, com ele na cabeça e B. Sá na vice, mas este recusou a proposta. Ou seria cabeça de chapa ou ficaria na Câmara.

Mão Santa vai então ao deputado federal João Henrique de Almeida Sousa, homem forte do PMDB à época, que foi, de fato, quem o levou para o partido e viabilizou sua candidatura ao governo do Estado. Eis o relato de João Henrique de Almeida Sousa em depoimento dado ao autor em 7 de novembro de 2012:

Eu era Secretário da Educação e, nessa condição, fui participar da inauguração da Diretoria da Regional em Parnaíba. Nela estava Mão Santa. Eu fiquei impressionado quando o vi, na solenidade, falando com todo mundo, do porteiro à mais alta autoridade, sempre bem cumprimentado. Depois, no outro dia, na praia, o vi novamente no meio da multidão, cumprimentando os barraqueiros, os turistas, todo mundo que passava à sua frente. Aquilo me chamou a atenção. Eu estava diante de uma pessoa popular, que o povo adorava. Ao me encontrar com o Dr. Alberto Silva, falei a ele da minha impressão, no que ele concordou, dizendo que Mão Santa era um perigo no meio do povo. Era da escola teatral de Jânio Quadros, de Petrônio Portella, e, com as devidas vênias, do professor Wall Ferraz. Os três sabiam manipular a massa como ninguém. Depois destas observações, o Dr. Alberto Silva deu o aval para que eu negociasse a vinda de Mão Santa para o partido. Inicialmente, ficou acertado que viria como vice, pois ainda tínhamos a esperança de contar com a candidatura do professor Wall Ferraz. Acertadas as bases, fui levar a documentação de filiação de Mão Santa para o cartório. Lá me disseram que teria que ser abonada pelo presidente municipal do partido, em Parnaíba. Eu fui lá, no litoral, falar com o presidente, o Dr. João Silva Filho, mas este, embora tio de Mão Santa, porque casado com sua tia Almira de Moraes Correia, irmã de dona Jeanete de Moraes Souza, era seu adversário político, e se recusou a abonar a ficha. Acontece que era o último dia de filiação, de acordo com o prazo eleitoral. Sem saber o que fazer, saí da residência de Dr. João Silva Filho e encontrei o seu filho, João Silva Neto, que, por sorte, estava no exercício da presidência, porque o pai estava licenciado. Ao saber da história, ele disse que, mesmo contrariando o seu pai, abonaria a ficha de Mão Santa. Feito isso, retornei a Teresina. Aqui, por coincidência, estava Luiz Henrique, presidente nacional do PMDB, em campanha pró-Orestes Quércia, candidato à presidência da República. Luiz Henrique foi ao cartório comigo e fizemos a filiação de Mão Santa, que agendou grande comício no Bairro Guarita, em Parnaíba, para anunciar a sua entrada no partido. Estava dado o primeiro grande passo para sua vitória ao governo do Estado, como de fato ocorreu.

Tomaz Teixeira conta, em seu livro sobre Alberto Silva, como descascou o abacaxi da entrada de Mão Santa no PMDB. Alberto Silva o chama para uma conversa e, direto, trata do assunto, delicadíssimo para ele. O irmão, João Silva Filho, estava uma arara por conta da filiação de Mão Santa ao PMDB, sem seu aval:

Tomaz, vamos para o motivo de sua vinda até aqui. Hoje à noite, Mão Santa vai fazer um comício na Guarita e vai oficializar o ingresso no PMDB, mas eu não posso enfrentar o João agora (João Silva, irmão de Alberto e inimigo de Mão Santa) e você, como meu amigo e fiel escudeiro, tem que estar no palanque, pois ninguém melhor do que você para me representar nessa festa do Mão Santa. Estou convidando outros companheiros: virão Warton, João Henrique, mas eu quero que você, agora, vá até a casa de Mão Santa e diga desse nosso encontro e da missão que lhe confiei (TEIXEIRA, 2010, p. 308-309).

Tomaz Teixeira, acompanhado de Etevaldo Carneiro, amigo de juventude de Adalgisa de Moraes Souza, foi cumprir com a missão.

Na casa de Mão Santa, fui recebido por dona Adalgisa, pois ele não se encontrava, estava na cidade. Foi quando lhe comuniquei a missão e que Alberto Silva estaria no palanque dele em outra ocasião e que lá estaria representando o partido e o Dr. Alberto Silva, juntamente com outros companheiros que estavam chegando para aquela missão. E assim aconteceu. Mão Santa, que tinha o nome vetado pela oligarquia para ser vice de Átila Lira, pois a preferência seria pelo deputado Marcelo Coelho, causando indignação do ex-prefeito da Parnaíba, que deixava o PPR e se filiaria ao PMDB. Estava iniciado o primeiro grande momento das eleições de 1994 (TEIXEIRA, 2010, p. 309).

Mão Santa, após o comício no Bairro Guarita, em Parnaíba, veio para Teresina, num velho Opala preto. Como a ordem do PMDB era propagar sua adesão como o grande acontecimento do ano, por ser uma das principais lideranças do Norte, foi-lhe franqueada a *Rádio Difusora*, que era controlada por um grupo de amigos de Alberto Silva: Tomaz Teixeira, sócio proprietário; Francisco Martins Jurity, diretor geral; Gilvan Barbosa, diretor administrativo e de Jornalismo; Gil Sobreira, locutor; Deusdeth Nunes dos Santos (Garrincha), que participava do programa “Nas garras da polícia” radiodrama no estilo das radionovelas, apresentado ao meio dia por Gilvan Barbosa, com participação ainda de Gil Sobreira e de Vera Leite. A jornalista Carmem Lúcia era produtora e redatora dos noticiários. Os efeitos sonoros eram ao vivo, com Carlos Feitosa imitando o estilo de Luiz Carlos Alborghetti, do Paraná, que ensinou Ratinho. Desta escola vieram Donizett Adalto e Carlos Moraes. O Ademar Bastos levou Carlos Feitosa para a *TV Meio Norte*. Quando ele faleceu, foi substituído por Silas Freire, que imitava o Gil Gomes. Em seguida vem o Beto Rêgo. Todos no estilo lançado por Gilvan Barbosa na *Rádio Difusora*. O esporte era comandado pelo Jorge Audi e seus filhos. De forma que a *Rádio Difusora* era muito popular e era disto que Mão Santa precisava.

Consolidado seu nome para governador, Mão Santa buscou fazer do presidente da Câmara de Teresina, engenheiro Edson Melo, o companheiro de chapa. A conversa entre os dois foi intermediada por mim (na época, eu era assessor de comunicação da Câmara) e pelo jornalista Nilson Sá, muito ligado a Mão Santa.

O vereador Edson Melo aceitou se reunir com Mão Santa numa tarde de domingo, em seu gabinete, apenas com os assessores mais próximos. Tudo

acertado, disse que iria marchar com ele na campanha. Ato contínuo, mandou fazer um comunicado para ser distribuído, na segunda-feira, ao povo do Piauí. Contudo, o prefeito Wall Ferraz vetou a sua candidatura, justificando para Mão Santa da seguinte maneira: “Mão Santa, você é do Norte. Em Teresina cuido eu de sua campanha. Você deve procurar um vice que seja do Sul do Estado. Fechamos, assim, o Estado e teremos chances de vitória”.

O escolhido para vice foi Filermon Nogueira, de família tradicional de Corrente, líder religioso da Igreja Batista e ex-prefeito da cidade. Na época, seu filho, Filermonzinho, era prefeito de Corrente, pelo PSDB. Filermon Nogueira saiu de Corrente para a Convenção em Teresina, com esse propósito. No meio do caminho, porém, desistiu e retornou sem explicação alguma. Sem se dar por vencido, Mão Santa procurou novamente o prefeito Wall Ferraz que indicou o nome do sindicalista Osmar Araújo, um candidato que, disputando vaga de vereador em Picos, sua cidade natal, tivera pouquíssimos votos. Mão Santa, sabendo desse detalhe, queria recusar a indicação, mas foi convencido de que Osmar Araújo, como presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, poderia abrir as portas dos Sindicatos Rurais em cada município piauiense. Com o vice escolhido, Mão Santa rumou para a Convenção do partido, que se realizou no dia 29 de maio, no Centro de Convenções de Teresina. Ali foi formalizada a chapa: Mão Santa (PMDB), candidato a governador, e Osmar Araújo (PSDB), a vice-governador. Juntos formaram a coligação “Resistência Popular”, (PMDB/PSDB/PDT/PPS/PMN/PCdoB). Apoiando Mão Santa estavam Alberto Silva (PMDB – ex-governador do Estado no período 1987-1991), Wall Ferraz (PSDB – prefeito de Teresina), Chagas Rodrigues (PSDB – ex-governador no período 1959-1962 e senador no período 1987-1994) e mais meia dúzia de deputados estaduais e dois federais. Poucos acreditavam nele. Mesmo assim, ele dizia que ganharia folgadoamente.

A chapa da situação ficou formada por Átila Lira (PFL), governador, e Marcelo Coelho (PPR), vice-governador. Na chamada coligação “Vontade do Povo”, estava a força eleitoral do PFL, o apoio dos prefeitos do interior, do governador Guilherme Melo (PPR), de Lucídio Portella (PPR) e dos senadores eleitos Hugo Napoleão e Freitas Neto, ambos do PFL, além do PTB, do PP e do PL.

O Partido dos Trabalhadores (PT) teve registro provisório no TSE no dia 1º de dezembro de 1980 e o definitivo no dia 11 de fevereiro de 1982. Fundado por sindicalistas, intelectuais e esquerdistas, em 1994, estava com 700 mil filiados, 120 mil militantes, 2.304 diretórios municipais, 1 senador, 36 deputados federais, 77 deputados estaduais, 56 prefeituras, sendo quatro de capitais: Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Rio Branco, sem dizer dos 1.400 vereadores. No ano de 1994, o PT apresenta candidato à presidência da República com a maior intenção de voto, o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, conforme pesquisa realizada pelo Ibope.

No Piauí, em 1994, o PT contava com o apoio de 8.500 filiados, 1.300 militantes, 60 diretórios, além de diversas comissões provisórias. Tinha 3 vereadores (Teresina, Esperantina e Passagem Franca do Piauí) e 1 deputado estadual

candidato a governador do Estado, o médico ortopedista e professor universitário Nazareno Fonteles, lançado no dia 29 de maio, em Convenção regional do partido. O PSB, coligado, apresentou o vice-governador, o desenhista publicitário Francisco Negreiros. Para o Senado, foram lançados Antônio Pereira e Geraldo Dantas Eulálio, ambos militantes do PT.

Como candidatos a deputados federais foram lançados sete nomes do PT: José Fernandes Maia, Flora Izabel, Manuel Antônio Nunes Meireles, Marcelino Fonteles, Nonato Santos, José Ricardo e João Neto, e três do PSB: o presidente da Executiva regional, professor Luís Ribamar do Nascimento (Lula do Piauí), o médico Newton Nunes e Joaquim Saraiva, ex-candidato a prefeito de Floriano.

Para a Assembleia Estadual, o PT lançou Antônio Neto, Carlos Matos, Cantídio Filho, Frank Silva, Arimatéa Dantas, João de Deus, Wellington Dias, Zé Libório, João Bispo, Lujan Miranda, Luiz Balbino, Luiz Soares Brandão, Bacellar, Nascimento e Olavo Rebelo.

A coligação PT/PSB recebeu o nome de “Frente Piauí popular”, que inovou, com suas Caravanas da Cidadania piauiense. Além de debater o programa de governo da coligação, era uma maneira de conhecer a realidade do Estado. A aceitação era tanta que, em algumas cidades, lideranças de outros partidos aderiram à Frente.

O PRN lançou Marciano de Paula Silveira Neto ao governo do Estado. Tinha como vice Aníbal Magalhães da Costa Feitosa, PRN.

Piauí: resultados das eleições de 1994

Para o governo do estado, realizadas as primeiras pesquisas, tudo levava a crer na vitória da coligação “Vontade do Povo” (PFL/PPR/PL/PTB/PP). Mas, com o desenrolar da campanha, os números mostravam grande crescimento de Mão Santa, de tal forma que logo se chegou à conclusão de que haveria segundo turno. Isso porque, enquanto Átila Lira perdia tempo – que sempre é pouco em qualquer eleição – administrando conflitos internos, Mão Santa saía Piauí a fora, no corpo a corpo, sem compromissos políticos, administrativos e financeiros, conquistando espaços importantes. Suas paradas se davam, estrategicamente, nas sedes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ou nas igrejas das cidades visitadas, por estarem sempre com as portas abertas. O povo, entretanto, via nisto um ato de grande religiosidade, o que era incentivado pelo candidato.

O mote da campanha de Mão Santa era: “Com fé em Deus e o seu voto, sou o próximo governador do Piauí”. Abertas as urnas, no dia 3 de outubro, Átila Lira obteve 378.947 votos, contra 316.200 de Mão Santa. Nazareno Fonteles, 128.054 votos, e Marciano Silveira, 21.590 votos. Estavam aptos a votar 1 milhão e 724 mil eleitores, segundo o TRE. Apesar da diferença de mais de 62 mil votos entre Átila Lira e Mão Santa, como nenhum candidato recebeu a maioria dos votos válidos, houve segundo turno, a 15 de novembro, entre os dois mais votados, Átila Lira e Mão Santa, ambos egressos do PSD e da ARENA, e aliados na eleição anterior.

Vale salientar que a boa *performance* do petista Nazareno Fonteles, que, em 1986, havia obtido apenas 22.791, contra os 128.054 de agora, provocou a realização do segundo turno.

Iniciada a nova campanha, crescia, a cada dia, a candidatura de Mão Santa. Apurados os votos do segundo turno, a constatação: Mão Santa era o governador, com uma maioria de mais de 128 mil votos. Obteve 615.945 votos, contra 487.635 sufrágios de Átila Lira.

O que tinha tudo para ser uma vitória pefelista fácil, transformou-se em derrota para o partido, marcado, a partir dali, por três insucessos eleitorais consecutivos.

O governador Mão Santa, no início da administração, teve dificuldades para aprovar as matérias encaminhadas à apreciação da Assembleia Legislativa. Mas logo o peso da caneta se fez sentir e os deputados se ajustaram ao novo governo.

A coligação de Mão Santa elegeu dois deputados federais e seis estaduais. Os situacionistas, liderados pelo PFL, elegeram dois senadores, oito deputados federais e 22 estaduais.

O PT conquistou duas vagas na Assembleia Legislativa. Entre os 30 eleitos para ocupar assento no Palácio Petrônio Portella estavam Wellington Dias e Wilson Martins, futuros governadores do Piauí.

No pleito para o Senado, havia duas vagas em disputa. O resultado apontou a vitória de Hugo Napoleão, com 500.336 votos, e de Freitas Neto, com 435.665 votos. Foi a primeira vez desde 1970 que um mesmo partido elegeu dois senadores por voto direto. O senador Lucídio Portella tinha, ainda, metade do mandato a cumprir. Chagas Rodrigues obteve 277.870 votos. Sem se abater, continuou a vida frequentando reuniões do PSDB e em apartamentos dos amigos e dedicando grande parte do tempo às leituras de revistas e jornais para estar sempre atento à situação do país e do mundo.

Na tabela a seguir, o resultado das eleições de 1994 no Piauí.

Governador – 1º turno	
Átila de Freitas Lira – PFL	378.947 votos
Mão Santa – PMDB	316.200 votos
Nazareno Fonteles – PT	128.054 votos
Marciano de Paula Silveira Neto – PRN	21.590 votos
Governador – 2º turno	
Mão Santa – PMDB	615.945 votos
Átila de Freitas Lira – PFL	487.635 votos
Senadores	
Hugo Napoleão do Rêgo Neto – PFL – eleito	500.479 votos
Freitas Neto – PFL – eleito	435.801 votos
Chagas Rodrigues – PSDB	277.870 votos

Celso Barros Coelho – PMDB	203.213 votos
Antônio Pereira de Sousa – PT	96.409 votos
Geraldo Tibúrcio Dantas – PT	96.343 votos
Deputados federais eleitos (PFL/PPR/PL/PTB/PP)	
Ary Magalhães – PPR	76.198 votos
Benedito Sá (B. Sá) – PP	74.983 votos
Júlio César de Carvalho Lima – PFL	68.426 votos
Heráclito Fortes – PFL	60.975 votos
Mussa Demes – PFL	56.240 votos
Felipe Mendes de Oliveira – PPR	54.260 votos
José Francisco Paes Landim – PFL	52.570 votos
Ciro Nogueira Lima Filho – PFL	46.938 votos
Suplentes de deputados federais (PFL/PPR/PL/PTB/PP)	
Waldir Ribeiro Dias – PPR	26.828 votos
Chagas Rodrigues – PTB	11.350 votos
Macário Galdino de Oliveira – PTB	6.228 votos
Deputados federais eleitos (PMDB/PSDB/PDT/PPS/PMN/PCdoB)	
Alberto Tavares Silva – PMDB	65.067 votos
João Henrique de Almeida Sousa – PMDB	34.522 votos
Suplentes de deputados federais (PMDB/PSDB/PDT/PPS/PMN/PCdoB)	
Themístocles de Sampaio Pereira – PMDB	18.747 votos
Tomaz Teixeira – PMDB	14.637 votos
Osmar Júnior – PCdoB	14.446 votos
Paulo Tavares Silva – PSDB	8.579 votos
Deputados federais (PT/PSB) – não eleitos	
Flora Izabel – PT	18.900 votos
Marcelino Fonteles – PT	8.822 votos
Deputados estaduais eleitos (PFL/PPR/PLP/PL/PTB/PP)	
Robert Freitas – PFL	27.566 votos
José Nery de Sousa – PPR	26.045 votos
Matias Olímpio Pires de Melo – PPR	24.673 votos
Sebastião Rocha Leal Júnior – PFL	23.669 votos
Ismar Aguiar Marques – PFL	23.273 votos
Fernando Alberto de Brito Monteiro – PFL	23.242 votos
Francisco de Sousa Martins Neto – PFL	22.503 votos
Antônio José de Moraes Souza – PFL	22.413 votos
Adolfo Júnior de Alencar Nunes – PPR	21.216 votos
Wilson Nunes Brandão – PFL	21.011 votos
Pompílio Evaristo Cardoso – PTB	20.452 votos
Juraci Leite – PFL	19.946 votos

José Ferreira Paes Landim Neto – PFL	19.884 votos
Luís Cavalcante e Menezes – PPR	18.782 votos
Cezar Ribeiro Melo – PFL	18.088 votos
Eurimar Nunes de Miranda – PPR	17.893 votos
Xavier Neto – PL	17.498 votos
Paulo Henrique Paes Landim – PFL	17.256 votos
Joaquim Kennedy Nogueira Barros – PFL	16.936 votos
Tadeu Maia – PPR	14.429 votos
José Raimundo Bona Medeiros – PFL	14.328 votos
Humberto Reis da Silveira – PFL	13.793 votos
Suplentes de deputados estaduais (PFL/PPR/PLP/PL/PTB/PP)	
Homero Castelo Branco – PFL – convocado	13.811 votos
Moisés Reis – PF – convocado	13.333 votos
José Leão Azevedo de Carvalho – PFL – convocado	12.740 votos
José Isaias da Silva – PFL – convocado	12.710 votos
Pedro Borges de Sousa – PPR – convocado	11.829 votos
Ubiratan Martins dos Santos – PTB	11.308 votos
Antônio Uchôa de Oliveira – PTB	10.880 votos
Mirócles Campos Vêras Neto – PPR	9.858 votos
Roncalli Paulo – PFL	9.726 votos
Antônio Crisanto de Sousa Neto – PPR	9.620 votos
Estelita Guerra de Macedo – PTB	8.147 votos
Juarez Tapety – PL	8.110 votos
Deputados estaduais eleitos (PMDB/PSDB/PDT/PPS/PMN/PCdoB)	
Francisco Filho – PMDB	16.575 votos
Wilson Nunes Martins – PSDB	14.513 votos
Warton Santos – PMDB	13.868 votos
Raimundo Nonato Bona (Carboreto) – PMDB	13.751 votos
Kleber Dantas Eulálio – PMDB	13.610 votos
Suplentes de deputados estaduais (PMDB/PSDB/PDT/PPS/PMN/PCdoB)	
Themístocles Filho – PMDB – convocado	11.904 votos
Paulo Eudes Carneiro – PSDB – convocado	11.846 votos
Carlos Augusto de Araújo Lima – PSDB – convocado	9.409 votos
Walke Prado – PSDB	8.686 votos
João Silva Neto – PMDB	8.492 votos
Marcos Vitor – PSDB	8.180 votos
Deputados estaduais eleitos (PT/PSB)	
Wellington Dias – PT	13.140 votos
Olavo Rebelo – PT	5.507 votos

Suplentes de deputados estaduais (PT/PSB)	
Manoel do Nascimento Rocha – PT	4.828 votos
José de Arimatéia Dantas Lacerda – PT	4.697 votos
João de Deus Sousa – PT	3.552 votos

Fonte: tabela elaborada com base nos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE-PI.

Chagas Rodrigues: fim da carreira política

Em 1996, já se aproximavam as convenções eleitorais para escolha dos candidatos a prefeito, e o PSDB de Teresina, ainda sentindo a orfandade pelo falecimento do professor Wall Ferraz, a 22 de março de 1995, em São Paulo, se debatia para escolher o candidato, já que os nomes postos não decolavam nas pesquisas.



Chagas Rodrigues em frente ao Congresso Nacional.

Por sugestão de Myriam Portela, uma comitiva, composta pelo então prefeito Chico Gerardo, vereadores Miranda Dantas, Augusto Basílio e Edson Melo, secretários Ubiraci Carvalho, da Administração, Myriam Portella, da Criança, e Firmino Filho, das Finanças, foi a Brasília convidar Chagas Rodrigues para

ser o candidato do Partido. Ele os recebeu muito bem, em sua residência, onde ofereceu farto almoço, conversou muito, mas agradeceu e recusou o convite, justificando que já estava com vida organizada em Brasília e não tinha mais idade para embates dessa envergadura.

Em 2007, dois anos antes de sua morte, quando já estava com problemas graves de saúde, Chagas Rodrigues recebeu indenização pelas perseguições sofridas durante o período militar. Uma reparação pequena para quem, tendo sido eleito deputado federal por quatro vezes, governador do Piauí e senador em duas legislaturas, foi obrigado a viver por dez anos excluído do que mais amava: a vida pública.

Inicialmente, o nome do grupo palaciano era o de Ubiraci Carvalho, mas as pesquisas lhe eram desfavoráveis. Era um tremendo articulador político, mas não era de rua, de enfrentamento com o eleitor. Buscaram o secretário da Educação e tucano histórico, José Reis Pereira, que não se sentiu capaz de tocar a campanha.

O prefeito Chico Gerardo sugeriu o nome de Carlos Augusto de Araújo Lima mas, por não ser identificado com a turma palaciana e sim com PSD, ARENA e PFL, foi combatido pelos secretários.

Por fora, o presidente da Empresa Teresinense de Serviços Urbanos – ETURB, que fazia as vezes de secretário de Obras, arquiteto Joao Alberto Monteiro, tentava ser o candidato, com o incentivo do presidente da Câmara, Djalma da Costa e Silva Filho, e de alguns vereadores, entre eles Olésio Coutinho. O presidente João Alberto impressionava pela quantidade de obras e pelo relacionamento com as lideranças dos bairros.

O secretário das Finanças, Firmino Filho, articulava para que seu nome fosse escolhido. Inovando, fez da Secretaria lugar de bate-papo com os colegas e políticos palacianos, após o expediente. Antes e depois ninguém mais conseguiu este feito. Com o prefeito Wall Ferraz, a sala escolhida era a da Comunicação, que tinha na direção o competente e habilidoso jornalista Zózimo Tavares. Depois de Firmino Filho voltou a ser a sala do chefe de Gabinete.

Na Convenção do partido, o grupo palaciano venceu os vereadores. Deu Firmino Filho na cabeça. Um jovem desconhecido da população, mas considerado um gênio administrativo e político, que obteve o terceiro lugar no concorrido concurso nacional para o Tribunal de Contas da União e primeiro lugar no concurso para professor de Economia da Universidade Federal do Piauí, Além de ter sido aprovado para o Senado Federal, Tribunal de Contas do Estado do Piauí e para a Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí.

Djalma da Costa e Silva Filho, que comandava os vereadores, sequer conseguiu que seu nome fosse colocado na lista para a reeleição. Como Firmino Filho precisava dos vereadores, negociou com eles a indicação do vice, que acabou sendo o vereador Miranda Dantas. Era uma candidatura de risco. Iriam disputar com Alberto Silva (PMDB), uma legenda da política piauiense, que tinha como vice Henrique Rebelo (PPB). Disputariam também com Nazareno Fonteles (PT) e Wellington Dias, vice (PT), Leal Júnior (PFL) e Moisés Reis,

vice (PFL), desembargador Paulo Freitas (PTB) e Ruthnéia Costa, vice (PRP), Osmar Júnior (PCdoB) e Aluizio Leitão, vice (PMN), Xavier Neto (PL) e Luís Alvino Pereira, vice (PL) e Gervásio Santos (PSTU) e Célia Maria Oliveira, vice (PSTU). Era a primeira vez que uma eleição municipal se decidiria em dois turnos. No primeiro, ficaram Firmino Filho, com 94.207 votos, e Alberto Silva, com 89.167. No segundo, venceu Firmino Filho, com 127.686 votos, contra 111.888 dados a Alberto Silva.





Parte 4

Chagas Rodrigues na imprensa piauiense

***Inovação* entrevista o deputado Chagas Rodrigues**

Parte I

Jornal *Inovação*, ano I, n. 14, edição de 11 de janeiro de 1979.

Chagas Rodrigues nasceu em Parnaíba, no Estado do Piauí. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. O povo piauiense, através de eleições livres e diretas, elegeu-o 5 vezes deputado federal e uma, governador do Estado do Piauí. O movimento de 64 cassou seu mandato e seus direitos políticos sem apresentar publicamente as razões desse ato, há dez anos passados.

A equipe do *Inovação*, sabendo que este homem público, após dez anos, voltou de Brasília para sua terra natal, reuniu-se e foi entrevistá-lo, principalmente para que a normalista e professora pobre desta cidade, que estuda e que estudou na Escola Normal gratuita devido a ato de Chagas Rodrigues, que os estudantes humildes do Colégio Estadual Lima Rebelo possam ouvir a voz do homem que estadualizou seu Colégio, que o estudante universitário do CAMPUS REIS VELOSO sinta a personalidade, a formação política e a coerência de ação em favor do seu povo, do deputado que através de emenda de sua autoria, hoje, a Faculdade de Administração pertence à Universidade do Piauí e está fixada em Parnaíba (isto é importante), que a juventude desta cidade inicie uma longa convivência com um líder que sempre se identificou com os problemas e os sofrimentos do seu povo e não com seus interesses pessoais.

INOVAÇÃO – Como político e como homem, quem é Chagas Rodrigues?

É um político que foi político desde o Ginásio; foi orador da turma. Foi político na Faculdade de Direito de São Paulo. Não quis nunca ser comerciante. Meu pai é comerciante próspero aqui. Não quis nunca ser industrial. Meu sogro me convidou para ser industrial com ele numa grande indústria da Guanabara. Fechei meu escritório de advocacia para ser só político. Passei 20 anos só na política. Saí da política endividado. Cassado por 10 anos. E agora, podendo, não exijo nada do povo, porque o povo que elege alguém 5 (cinco) vezes deputado federal e ainda governador só merece agradecimento. Então, fui um político que procurou ser coerente a vida toda.

INOVAÇÃO – Você passou dez anos afastado do Piauí. O que viu...

Eu encontrei, por exemplo, um gesto assim de muita cordialidade para comigo. Encontrei uma luta terrível, tremenda que houve aqui, na área do Senado. Uma Arena contra outra Arena; uma dissidência contra a direção do partido. Eu fui bem recebido por todos. Os jornais têm suas várias tendências,

boa vontade. Elementos do partido, todos me receberam muito bem. Então, isso me gratifica muito.

INOVAÇÃO – E o atual governador?

O atual governador trabalhou conosco, na nossa administração. Foi me visitar. E eu vim aqui... Minha ideia não é combater ninguém. Não é atacar ninguém. Nós não temos luta contra pessoas. Nós defendemos ideias. Nós combatemos ideias.

INOVAÇÃO – E o desenvolvimento?

Houve progresso no Piauí, evidente que houve. Mas, o grande problema do país... Sob certos aspectos, houve melhoria. Sob certos aspectos, não houve. Por exemplo, a Estrada de Ferro desaparecendo. Eu venho por terra. Sempre cheguei aqui de avião. Tomava avião em Teresina e baixava aqui. Então, a gente nota que o progresso não foi totalmente completo. Agora eu vejo, noto o Piauí, na área da iniciativa privada, na área do governo, aqui mesmo, vocês estão vendo, a Universidade está se ampliando. Isto é progresso. Mas, de um modo geral – esse é o grande problema – nós temos que lutar no Brasil contra as disparidades, contra as grandes diferenças. Então, eu noto que o nosso progresso não acompanhou o progresso das grandes regiões. Ora, a Sudene já surgiu com essa ideia. Então, essas regiões subdesenvolvidas – Norte, Nordeste –, precisam se aproximar das desenvolvidas. Isso não houve. As regiões desenvolvidas continuam se desenvolvendo a um ritmo maior. Do jeito que as coisas vão, eu acho que só daqui a uns 400 anos [...] Nós temos que lutar contra as disparidades regionais. Nós temos que lutar contra as disparidades de rendas. No Brasil, nós não temos só regiões altamente desenvolvidas, sobretudo no interior. Teresina, Parnaíba, nós temos alguma coisa, mas em muitas áreas do interior quase... Depois da concentração. Nas estatísticas, o número dos milionários, dos muito ricos, não está se reduzindo e a participação deles na renda nacional aumentando, enquanto a participação dos pobres na renda nacional está caindo.

INOVAÇÃO – Os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

É a velha história. Eu me lembro de um discurso de Eduardo Gomes, naquele tempo. Ele dizia: “é preciso que os ricos fiquem menos ricos e os pobres menos pobres”.

INOVAÇÃO – O presidente Geisel disse pela televisão que o povo está comprando eletrodomésticos, aparelhos de TV...

O presidente Médici disse: “o país está rico, mas o povo está pobre.” E então, nós notamos ainda... Então, contra esta concentração, nós temos que lutar. Nós temos que lutar contra essa concentração de progresso no sentido de reduzir as dis-pa-ri-da-des.

INOVAÇÃO – O que o senhor acha desse novo presidente eleito?

Olha, eu vou citar uma frase do presidente Ulysses Guimarães. Eu estou fora da política há dez anos. O presidente Ulysses Guimarães é o presidente do partido. Ele disse: “Se me perguntarem sobre o presidente da França, o primeiro-ministro do Canadá, eu sei dizer muito bem quais são as suas ideias, o seu partido, o seu programa. Mas sobre o presidente Figueiredo, eu não conhe-

ço ainda, porque ele nunca foi político e está afastado das Forças Armadas, da tropa”. Ele foi chefe da Casa Militar, depois foi chefe do SNI. Uma das virtudes dos Serviços de Inteligência, em todos os países do mundo, é recrutar os calados. Quando se quer uma pessoa para ser chefe de Serviço de Inteligência, tem que falar pouco, né? [...] Agora, há as declarações, os discursos que ele está fazendo, a candidatura do general Euler fez também com que ele fizesse muitas declarações. Ele fala em abertura. Fala em novas reformas democráticas. Diante desses compromissos, é natural que o povo espere novas providências.

INOVAÇÃO – O senhor acredita?

Eu, em princípio, gosto de acreditar. Eu sou da velha Escola do Direito Penal. Todo homem é inocente, até que provem o contrário.

INOVAÇÃO – Deputado, e a ideologia, a sua formação?

Eu sempre fui liberal, democrata. Nós lutávamos contra a Ditadura. Achávamos que a Ditadura tinha pontos positivos, mas nós entendíamos que o progresso social do país podia e se devia fazer com a participação do povo. E então entendíamos que a primeira coisa era lutar pela restauração da Democracia. Quando nós tivemos cisão dentro da UND, a UDN já começava, naquela época, a parecer uma Arena de hoje – que a Arena surgiu, também, como uma coligação, como o MDB. Então, aconteceu justamente isso, a UDN lutava pela restauração da Democracia. A UDN depois se esvaziou, se esgotou. Ela não levantava mais aquela bandeira de reivindicações populares, bandeira nacionalista. Então, naquela época, surgiu a Frente. Eu era presidente da Frente Parlamentar Nacionalista. Nós começamos a ter necessidade e os partidos não atendiam a isso. Todos os grandes líderes da UDN foram deixando o partido. A UDN perdeu a sua razão de ser. Depois, ela passou a ser um partido conservador e até mesmo aquele espírito liberal dos udenistas foi muito arranhado. Agora, com o movimento de 64, que alguns aceitaram o movimento partindo de pressupostos de que nós poderíamos conquistar, de que nós poderíamos questionar [...] mas, dentro da própria história, dentro do próprio Movimento Revolucionário. O Movimento Revolucionário, há duas fases diferentes, que são a que vai de 64 até Médici... Alguns podem ver: 64, o Movimento. Alguns, bem intencionados, alguns, mal-intencionados, alguns que se lançavam porque não tinham mais possibilidade alguma de chegar ao poder, senão através da força, da violência. Outros, que não participavam do Movimento, mas aderiram em seguida. Outros, bem intencionados, que logo foram se afastando do Movimento. Então, o certo é que chegamos, depois ao AI-2, que já causou muitos protestos. Mas o AI-2 baixado pelo presidente Castelo Branco – ele era um daqueles que afirmava seus compromissos com a Democracia – procurou deixar o país, até certo modo, reconstitucionalizado, e aí nós caminhamos para a Constituição de 1967.

INOVAÇÃO – Deputado, nós perguntamos qual a formação ideológica do senhor.

Minha formação ideológica foi essa. Vindo da UDN. [...] São Paulo foi o único Estado do Brasil que não houve uma união de todos aqueles que eram

brigadeiristas. Em São Paulo, eu não me filiei à UDN. Em São Paulo, eu lutava, fiz comícios. Em São Paulo, nós sabíamos desde o início que a UDN ia ser bem dirigida. Por exemplo, nós, que tínhamos uma liderança dentro da Faculdade de Direito, nós compreendíamos que se fôssemos para a UDN, nós iríamos ser liderados por aqueles que eram liderados por nós na Faculdade. Então, Adhemar de Barros, por exemplo, era brigadeirista, mas ele não teve condições de entrar para a UDN. Então, ele fundou o partido dele, o PSP, que era um partido de natureza popular, um partido de muita força em São Paulo. E a UDN foi muito fraca, enquanto que nos outros Estados – como aqui, políticos como Eurípides de Aguiar e Matias Olímpio, que eram adversários, eles se uniram. Era uma união justamente contra o sistema ditatorial. De modo que a nossa Revolução foi essa. Democracia, luta contra a Ditadura e depois, então, vindo para o Piauí. Agora, a visão de Getúlio Vargas foi muito grande. Ele compreendeu que o Partido Social Democrata iria ser um partido conservador, e que ele, tendo feito aquele movimento, esperava que aquilo crescesse, que se desenvolvesse... A UDN estava tomando característica... o PTB já era um partido de massa, o partido dos grandes centros industriais. A UDN era o partido da classe média, de comerciantes. O PSD era um partido mais de agricultores, de criadores. Era um partido também de classe média. E era um partido com força mais na área rural.

INOVAÇÃO – E o PTB.

O PTB era um partido de força, mas nos grandes centros, nas áreas industriais. Tinha também o apoio de alguns elementos da área rural. Ele foi cada vez mais se firmando, doutrinária e ideologicamente, e se libertando de certas coisas que eram mais defeitos da nossa sociedade do que propriamente dos partidos políticos. Agora, no PTB, o PTB tinha sua esquerda trabalhista e tinha assim uma espécie de ser trabalhista. Tinha uma direita trabalhista. Eu, por exemplo, não era da esquerda trabalhista, inclusive porque a esquerda trabalhista se firmou mais quando eu fui eleito governador. Aí começou a surgir propriamente uma esquerda trabalhista avançada. Em 50, eu fui candidato pela UDN.

INOVAÇÃO – A sua atitude política era de vanguarda?

Eu fui do Partido Libertador. Era um partido mais forte. Nós tínhamos, nesta época, o Partido Conservador, o Partido Libertador, e a Frente Acadêmica da Democracia. A Frente Acadêmica era um partido mais radical contra a política de então. O Partido Libertador, um partido de massa. Tanto que eu pertencia ao Partido Libertador na prévia à indicação para orador da Assembleia 11 de Agosto. Perdi porque passei três meses estagiando em Londrina. Tinha feito CPOR, de modo que era na Faculdade de São Paulo o único lugar onde havia campanha eleitoral. Naquelas ruas, cartazes, fotografias, passeatas, tudo isso [...] Havia chopadas. Então, eu disputei a prévia. Antes de disputar a prévia, houve uma crise no Partido Conservador, e o candidato a presidente me disse que a ala liberal do partido me apoiaria se eu fosse vitorioso na prévia do Partido Libertador. E o outro partido, a Frente Acadêmica da Democracia, que

dada a minha posição na Assembleia 11 de Agosto – eles me convidaram para ser o candidato da Frente sem disputar a prévia. Então, se eu tivesse divergido do Partido Libertador, e tivesse me lançado como candidato avulso a orador do 11 de Agosto, eu teria tido o apoio dos meus amigos do Partido Liberal, teria tido o apoio da ala liberal. Mas eu disputei, perdi e o candidato a presidente do 11, um rapaz da Bahia, que depois foi deputado federal pelo Partido Socialista, ele me pediu: “Chagas, não saia, não dispute como candidato avulso, você vai enfraquecer a chapa do Partido Libertador”. Então, eu fui depois nomeado diretor do Departamento Pan-americano. [...] Não fui orador do “11 de Agosto”, mas fui diretor. E houve mais. Por exemplo, nesta gestão do “11 de Agosto”, quando houve, em São Paulo, um grande movimento comemorativo da libertação de Paris, em 45, eu fui designado pelo presidente do “11 de Agosto” para falar em nome dos estudantes. Eu falei da sacada da Faculdade de Direito de São Paulo. [...] Naquela época, eu saí da Faculdade de Recife, fiz o 1º e 2º anos lá, indo para São Paulo, onde fiz o 3º ano na Faculdade de São Paulo. Hoje não, muitos alunos estudaram naquela Escola e, por sinal, se tornaram famosos. Na área literária – Castro Alves, Álvares de Azevedo, como também na área política, Rio Branco, Rui, eles estudaram nas duas Escolas, de Direito do Recife e de São Paulo. Quase sempre começaram no Recife, e terminaram lá, em São Paulo. Então, são as duas Escolas mais antigas. Fundadas na mesma época, comemoraram agora o Sesquicentenário. A coisa mais difícil era se conseguir uma transferência para São Paulo. [...] São Paulo é um mundo, gente de todas as raças, gente de todos os estados do Brasil, nordestinos, sulistas e pessoas de todas as nacionalidades. Então, em São Paulo ocorreu um fenômeno que aqui talvez não exista, não só na área das realidades étnicas; você vê, por exemplo, deputados federais ligados a pessoas oriundas de determinado país; você vê muito isso. Você vê, por exemplo, um deputado negro eleito por negros. Você vê deputado – caso único no mundo – japonês de primeira geração. Espíritas elegem deputado espírita. Havia deputados eleitos por nordestinos. Agora, por outro lado, preconceitos sempre existiram. Determinados elementos em São Paulo falam dos paulistas de 400 anos, e os paulistas de 400 anos, os mais tradicionais de São Paulo, das famílias mais tradicionais, nem todos, alguns, não viam com bons olhos aqueles filhos de imigrantes.

Parte II

Jornal *Inovação*, ano I, n. 15, edição de 31 de janeiro de 1979.

Nossa equipe, sabendo da visita deste homem público à nossa terra, depois de 10 anos, foi até à residência onde ficou hospedado, com a finalidade de entrevistá-lo.

Trabalhista autêntico, líder piauiense de visão e tato políticos.

Nesta segunda parte desta entrevista, registramos sua opinião sobre o momento nacional, alguns dados sobre os feitos no governo do Piauí, e o que nossa cidade ganhou quando teve em Chagas Rodrigues um representante lúcido e ativo. Vamos à entrevista.

INOVAÇÃO – Deputado, no seu governo, o que foi feito em Parnaíba?

Eu tenho uma grande satisfação em ter concorrido decisivamente para o progresso da educação aqui em nossa cidade. Hoje nós temos essa unidade da Universidade, essa Faculdade em decorrência de emenda que eu apresentei. Mas, essas coisas passam e talvez muitos dos alunos mesmo não saibam que a Faculdade de Administração, a integração dela na Universidade resultou de uma emenda de minha autoria. Por essa e por aquelas dificuldades, porque no momento eu pedi que se apressasse no Ministério da Educação o processo; que eles autorizassem [...]. O relator tinha viajado, estava ausente, não era possível dar o parecer e o Conselho aprovar, mas, com a colaboração de todos, nós tivemos a aprovação da emenda. As emendas foram aprovadas, inclusive esta. E, por isso, a Escola de Administração passou a integrar a Universidade Federal do Piauí. Agora, voltando ao meu governo. No meu governo, além do salário mínimo, nós criamos o Serviço Social do Estado, nós criamos escolas normais e ginásios, que isto era o primeiro passo para uma Universidade. Não era possível ter uma Universidade no Piauí, com um ensino médio oficial só em Teresina. Em Teresina, nós criamos o curso noturno na Escola Normal. A Escola Normal era uma escola de moças ricas. Não havia curso noturno. Aquelas que trabalhavam durante o dia não tinham a possibilidade de estudar. Comerciantes, bancárias, garçonetes, este pessoal não estudava em escola normal, mas porque não havia curso noturno. Nós introduzimos o curso noturno. Criamos uma série de sociedades de economia mista: CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S.A., TELEPISA, organizamos o planejamento do Piauí. Lançamos as bases da Secretaria Permanente de Planejamento para planejar todos os problemas do Estado.

INOVAÇÃO – E na parte da energia...

Eu fui o primeiro governador que falou em Boa Esperança. Alguém diz: “secular aspiração”. Secular coisa alguma. Eu fui o primeiro candidato a governador que falou em Boa Esperança. Eu fui o primeiro governador que falou em barrar o Parnaíba. Eu fui o primeiro governador, nas mensagens, a tratar disso. Muita gente achava que era uma loucura. Na Comissão de Orçamentos na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro ainda, eu fui o primeiro deputado a apresentar emenda para estudos e início de obras de barragem do Parnaíba. No orçamento de 1957. Depois outros deputados batalharam e eu vim para o governo, inclusive Milton Brandão trabalhou muito. Mas, nas minhas mensagens, nos meus estudos, eu sempre trabalhei por isso.

INOVAÇÃO – Quem era o presidente da República nesta época?

Quando me elegi governador, em 58, o presidente era Juscelino, que era apoiado pelo PTB e PSD. Depois, foi eleito o presidente Jânio Quadros, que foi apoiado pela UDN porque ele fez questão de não ser lançado pela UDN. Ele era do PTN, e era deputado pelo PTB, eleito pelo Paraná, porque naquele

tempo era possível também isso. Ele não quis sair do governo. Alguns governadores me apresentaram essa proposta – eu ficaria no governo e seria eleito por um estado vizinho. Eu não aceitei, achei que aquilo não era correto, sem crítica nenhuma a quem aceitou, a quem concordou com isso. De modo que o nosso governo foi assim. Foi um Governo de sentido. O nosso governo criou, foi responsável pela primeira lei que concedia pensão às esposas dos funcionários. Funcionário morria [...] Então, na área da Previdência, na área salarial. Quando houve aí uma greve de bancários – é interessante que vocês leiam a minha última mensagem em 62, quando houve a greve dos bancários no Brasil, eu atendi imediatamente. Foi o segundo caso no Brasil. O meu governo era acusado pelo modo com que prestigiava as associações rurais, que eram as sociedades dos proprietários rurais. Eu ajudava, apoiava.

INOVAÇÃO – Voltando ao assunto, o que mais foi feito em Parnaíba?
 Oficializamos os estabelecimentos, criamos aqui outro sentido social de governo, com a criação da Assistência Judiciária, Defensoria Pública, advogado de ofício – advogado criado pelo Estado para defender essas causas. Aqui, nós iniciamos uma política de grande ajuda ao desenvolvimento industrial. Nós tínhamos uma política de ajuda à industrialização, indústrias novas. Lutamos para que todos os exportadores de cera de carnaúba procurassem exportar a cera. Nós conseguimos o primeiro financiamento da Sudene para a construção do Frigorífico do Piauí. Isso é olhar para o problema do desemprego. Nós fizemos a primeira estrada pavimentada no Piauí, de pavimentação poliédrica, Parnaíba – Buriti dos Lopes. Poliédrica por quê? Porque resolvia o problema. Era uma estrada pavimentada. Dava muito emprego para o pessoal trabalhar e ainda saía uma estrada a custo muito mais reduzido. Foi a primeira estrada que o Estado construiu.

INOVAÇÃO – Com que recursos?

Naquela ocasião, não havia ajuda externa nenhuma. Naquela ocasião, a ajuda externa era mínima. Os recursos eram mínimos. Nós não tínhamos recursos. Não tínhamos empréstimos. Ao longo de todo meu governo, o empréstimo foi de 50 milhões de cruzeiros, que hoje significam 50 mil cruzeiros. Foi a dívida que eu deixei aos governos futuros.

INOVAÇÃO – Voltando aos temas da atualidade nacional, o senhor acredita na volta de Leonel Brizola, no sentido de enfraquecer a oposição atual?

De maneira nenhuma. Eu fui colega na Câmara, fui colega de partido, fui colega como governador. O Leonel Brizola é um idealista, um homem honrado, um homem corretíssimo, um homem de origem humilde, simples, um homem que foi engraxate. De modo que ele não seria capaz de nenhuma barganha nesse sentido. O que ocorre com o ex-governador Leonel Brizola é o seguinte: ele hoje é líder nacional, vocês estão vendo nos jornais. Muito bem recebido por aqueles que estão no governo na Áustria, na Inglaterra, estão no governo de Portugal, Espanha etc. Ele é um homem que há 15 anos está ausente. Eu estava ausente há 10 anos do Piauí, e meu desejo de vir ao Piauí era grande. Quem está ausente do Brasil há tanto tempo deve ter uma vontade muito grande de voltar. [...]

INOVAÇÃO – O senhor concorda com a tese de Ulysses Guimarães de que o MDB não deve se dividir até enquanto não venham as liberdades?

Não parece correta esta tese. Eu acho que nós devemos lutar até a normalização, até a reconstitucionalização do país. Esse é o meu ponto de vista. Quando o país estiver com a sua situação normalizada, então será natural que se reorganizem e se constituam os partidos de acordo com as várias tendências.

INOVAÇÃO – Qual seria, então, a diferença de um PTB futuro e um PTB passado?

Vamos tomar o Partido Trabalhista inglês. Os partidos nestes países, eles têm 100 anos, eles têm décadas e décadas. [...] Quer dizer, o partido vai se renovando. Ele vai enfrentando a realidade. Mas ele sempre é fiel a um princípio. Quantos líderes trabalhistas foram sacrificados não só na área política, como nas lideranças sindicais? Outros líderes trabalhistas eram acusados de tendências comunistas. O PTB era acusado de se deixar infiltrar por esses líderes operários comunistas. Não havia pelegos, como hoje há pelegos, sempre haverá pelegos. Tanto na política quanto na profissão há os bons e há os elementos carreiristas, oportunistas etc. Mas o Movimento serviu inclusive para mostrar aqueles que realmente eram fiéis ao trabalhismo, fiéis ao socialismo, fiéis ao liberalismo, e assim por diante [...]. Nós podemos ter dois partidos trabalhistas, depende. Agora, acho que a luta não deve ser em termos de pessoas, deve ser uma luta em torno de ideias. E o trabalhismo é isso. Nós éramos acusados de defender salários altos, de demagogia. Nós éramos acusados de conceder uma série de vantagens aos trabalhadores. Eu me lembro que já na fase mais do fim do governo Goulart se acusava que os sindicatos tinham mais prestígio que os deputados. Então, o pensamento trabalhista básico para mim é o trabalho. Trabalho é uma projeção da personalidade humana, da dignidade humana. Trabalho tem que ser prestigiado. O trabalho tem uma grande expressão [...]

INOVAÇÃO – O senhor é a favor da legalização do Partido Comunista no Brasil?

Eu defendo o pluripartidarismo e acho que todos os partidos, qualquer que seja a sua tendência, inclusive o Comunista, desde que cada um queira. Por exemplo, eu sou trabalhista. Nós, trabalhistas, queremos organizar o nosso partido. Muito bem. Amanhã, eu não sei se os antigos Democratas Cristãos vão querer organizar o partido. Se quiserem, problema deles. Nós não podemos ser contra. Se nós defendemos um partido para nós, o nosso partido, nós não podemos ser contra. Na medida em que nós somos favoráveis a um partido, que seja um veículo das nossas ideias, nós não podemos ser contrários [...]

INOVAÇÃO – Como é que o MDB vai se mostrar firme nesta Frente, com tanta gente moderada, autênticos, não neo-autênticos, trabalhistas, democratas cristãos...?

Será possível, como foi possível assim, agora, na medida em que as defesas de certas conquistas, de certos princípios, na medida em que esta luta estiver progredindo, e não tiver chegado ao fim, há uma necessidade...

INOVAÇÃO – Mas o senhor reconhece que até agora estava todo mundo atrás da moita?

Não! Pelo contrário! Olhe, veja bem: o MDB vem lutando por aquilo que é básico. Nós queremos LEGALIDADE, nós queremos CONSTITUIÇÃO, nós queremos PLURIPARTIDARISMO, nós queremos LIBERDADE SINDICAL, nós queremos, na área política, reconstitucionalizar o país, regime de legalidade para todos; governos e governados. Ora, já é um pressuposto. Se nós queremos a reconstitucionalização do país, se nós queremos um regime de legalidade, quem quer a constitucionalização, quer através da lei básica, e a nação se pronuncie. Para a nação se pronunciar é preciso que haja ANISTIA. Anistia para termos uma Constituinte que realmente traduza o pensamento, porque a Constituição é a síntese do pensamento de uma nação. É uma lei básica, uma lei fundamental. E toda Constituição, não apenas na nossa história, mas na história dos povos, e até recentemente, o que há é que uma Constituição tem que ser PRO-MUL-GA-DA por uma Assembleia Nacional Constituinte.

INOVAÇÃO – O senhor acha que a largada já começou?

Não. A meu ver começaram as conversas. Marcaram os entendimentos, mas eu ignoro que já tenham iniciado concretamente a fundação, a organização de novos partidos. [...] Todos que querem fazer uma política de oposição têm de ir ao MDB.

INOVAÇÃO – A partir de 1º de maio, o que o senhor pretende fazer na política?

A partir de 1º de maio, não. Eu comecei agora uma conversa com os políticos para, a partir de 1º de maio, então...

INOVAÇÃO – Se filiar ao MDB?

É o que pretendo. Agora, a política é uma coisa muito dinâmica. Nós não sabemos o que poderá acontecer daqui até lá.

INOVAÇÃO – O senhor postula a presidência do partido aqui?

Não, eu não postulo nada.

INOVAÇÃO – Mas, se o senhor fosse convocado, o senhor aceitaria a presidência do partido?

É uma maneira de dizer: eu quero ser soldado.

INOVAÇÃO – Se o senhor voltasse para governar o Estado, quais seriam suas metas prioritárias?

Minhas metas seriam as metas do trabalhismo. Completa valorização do trabalho, educação, saúde. Ah! Eu não falei a vocês que no meu governo nós tivemos o primeiro hospital do Norte. Tivemos o primeiro hospital do Sul. Então, essa seria a preocupação. A defesa da saúde do povo, educação para o povo, valorização do trabalho [...]

INOVAÇÃO – Como o senhor encara, agora, a política do Piauí?

A política do Piauí é o que vocês viram. É o único Estado que não vai mandar um representante à Câmara. Isso deixa bem a Arena. Isso deixa muito mal o nosso Estado, em termos, aqui falando, dentro de uma visão acima dos partidos, suprapartidária, digamos assim.

INOVAÇÃO – O senhor moraria em Brasília ou Teresina?

Eu pretendo continuar morando em Brasília, mas tudo isso pode ser alterado.

TV Rádio Clube entrevista Chagas Caldas Rodrigues: Chagas Caldas Rodrigues quer um governo austero para o Piauí

TV Rádio Clube, 13 de julho de 1989.

Na série de entrevistas que os órgãos de comunicação de Teresina vêm realizando em torno da proposta do governador Alberto Silva, de *União pelo Piauí*, o senador Chagas Rodrigues foi ouvido no programa *Bom-Dia, Piauí* da TV Rádio Clube, em 13/7/89. O senador Chagas Rodrigues tomou uma posição. Saiu do PMDB e filiou-se ao PSDB, o partido que apoia o senador Mário Covas, senador de São Paulo, como candidato à presidência da República. Chagas Rodrigues está aqui no *Bom-Dia, Piauí* e vai falar sobre a campanha de Mário Covas e, também, sobre a política do Piauí.

TVC – Dr. Chagas, o governador Alberto Silva, o senhor, Helvídio Nunes e Lucídio Portella, que foram governadores, fizeram um acordo pelo Piauí em 1986. Agora já se fala em outro acordo pelo Piauí. Qual é a visão que o senhor tem dessa questão da política piauiense?

CR – Realmente nós estamos, neste ano, empenhados sobretudo na campanha sucessória nacional. E o nosso candidato é o senador Mário Covas, do PSDB, partido dos *tucanos*. Há outros candidatos também, de modo geral bons, mas nós acreditamos na candidatura de Mário Covas, ao nosso modo de ver o melhor para o País.

TVC – Vamos a um voo mais curto, senador, ou mais baixo, na política piauiense. O que é que o senhor acha dessa proposta do governador Alberto Silva, de União pelo Piauí, juntando nesse acordo PMDB, PDS, PFL e até PT, se quiser?

CR – O nosso partido, o PSDB, até agora não teve, por seus líderes, nenhum contato sobre isso. Mas eu tenho uma experiência pessoal. Fui adversário do governador, do político Alberto Silva, durante 28 anos. Adversário, sim, porque eu não tenho inimigos na política piauiense. Nós nos reunimos, quatro ex-governadores e, pela primeira vez, ganhamos uma eleição difícil. Mas os fatos me levaram a não assistir à posse do governador. Para mim, aquela união pelo Piauí...

TVC – ... Morreu na posse.

CR – Morreu na posse do governador. Mas eu faço votos para que outras uniões tenham melhor êxito.

TVC – Pelo senhor, pelo PSDB, o governador está despachado nesse acordo...

CR – Não. Nós estamos sempre abertos para trabalhar pelo povo piauiense, para trabalhar pelo povo brasileiro, sem necessidade de acordo. Não temos

nenhuma vinculação com o governo federal e, no entanto, votamos aquilo que é em favor do povo brasileiro. Aqui no Piauí...

TVC – Criou problemas contra o povo piauiense?

CR – Nenhum. A pergunta me faz lembrar o então governador Petrônio Portella, quando eu ainda era deputado federal, vice-líder. Não lhe criamos nenhuma dificuldade, nenhum problema, como, de resto, não criamos dificuldades a nenhum governo quando ele realmente se volta para o bem do povo, para o progresso do Estado.

TVC – O governador Alberto Silva diz que propõe essa União pelo Piauí para dar continuidade e conclusão às obras que o governo do Estado realiza. Mas há quem veja nesse seu gesto que ele está também de olho na sucessão de 90. Qual é a avaliação que o senhor faz das verdadeiras intenções do governador?

CR – Não faço nenhuma avaliação. O que eu vejo é que, no ano que vem, nós já teremos eleições para o governo do estado. E dessas eleições nós, do PSDB, só trataremos no próximo ano, depois da sucessão nacional. Aqui já está no fim. O governador Alberto Silva já está no fim. União em favor de um país, em favor de um estado, se faz no começo do governo. Então...

TVC – Senador, a questão nacional... O senhor está engajado na campanha do senador Mário Covas. No Piauí, como é que vai essa campanha?

CR – Eu quero dizer a vocês o seguinte: há um fato novo. É fato, não é simples apreciação, não é subjetivismo. É fato. As últimas pesquisas demonstram que o candidato que vinha crescendo de pesquisa em pesquisa não apenas deixou de crescer, mas caiu quatro pontos. E Mário Covas está crescendo. Nós tivemos o apoio do ex-governador de Pernambuco. Estamos recebendo o apoio de um senador do Pará. Vamos ter o apoio de alguns governadores. De forma que Mário Covas é um desses candidatos que merecem o respeito e a estima do povo brasileiro.

TVC – Senador, o senhor falou no apoio de Roberto Magalhães, que é o candidato a vice de Mário Covas. Mas há informação de que em Pernambuco o PSDB foi muito atingido por essa adesão. Esse problema foi contornado ou se agravou?

CR – Foi contornado na nossa Convenção. Eu devia ter vindo passar todo este mês no Piauí, mas tive que ir à Convenção no dia 8. Agora vou ficar no Piauí e só voltarei no dia 1º de agosto para Brasília. Eu quero dizer a vocês o seguinte: a deputada de Pernambuco, Cristina Tavares, ficou contra no começo, mas fez o seu discurso dizendo que retrocedia em favor do Brasil. Este, sim, é um alto entendimento, porque nós precisamos – no momento em que o país vive a pior crise de sua história – precisamos unir esforços de todos os homens de boa vontade, homens honestos, sérios, para resolver os problemas do povo. O país está numa situação humilhante, o povo vivendo de salários de fome, e eu me lembro que fui o primeiro governador do Piauí a pagar o salário mínimo. Dizia-se, na época: “o Piauí não pode pagar salário mínimo”. Pode! Quando o governo é austero, quando o governo não está a serviço de grupos, mas está a serviço do povo, pode e deve pagar salário mínimo. Pode fazer muito, criando serviços sociais, hospitais no Sul e no Norte. Isso quando se trata de um gover-

no que quer trabalhar. Agora, quando os governos não querem trabalhar pelo povo, mas só participar de grupos, aí nada se faz.

TVC – É o caso do governador Alberto Silva, que não está pagando nem a metade do salário mínimo aos servidores estaduais?

CR – Isso é uma miséria. Eu levo a vocês todos, servidores, a minha mais profunda solidariedade. Mas o Piauí ainda vai ter governo para resolver todos esses problemas.

TVC – O senhor será candidato a governador novamente?

CR – Não. Eu não penso nisso. Eu já fui governador, já prestei os meus serviços, não tenho ambições, não tenho ideia fixa de governar, o que eu quero é que o Piauí tenha um governo que pague, pelo menos, o salário mínimo aos trabalhadores, que resolva os nossos problemas. O Piauí está isolado do Norte, do Sul, e isso é muito triste. Sim, é uma tristeza. O Piauí vive nessa situação que todo mundo vê. Pior do que a situação do Brasil é a situação do Piauí.

TVC – Senador, essa proposta de União pelo Piauí que está sendo formulada é necessária para tirar o Estado dessa crise, desse caos que o senhor está identificando?

CR – Já se disse: “os grandes governos têm grandes oposições”, no plano federal, no plano estadual, no plano internacional. Mas este governo não tem nem oposição! Então, o que é necessário é termos um governo que governe, com uma oposição que fiscalize esse governo. Porque o político ajuda o governo, como oposição ou se solidarizando, mas sempre procurando corrigir as coisas erradas. O que está errado tem que ser corrigido. O Piauí hoje está na imprensa nacional pela violência, pela corrupção. Eu leio o *Diário Oficial* todos os dias. O presidente da República baixa decretos considerando áreas prioritárias de reforma agrária, desapropriando terras, isso no Maranhão, no Ceará, em Pernambuco, na Bahia, só não no Piauí. No Piauí, não se desapropria terra para a reforma agrária. Por quê?

TVC – Falta interesse do governo do Estado?

CR – Acredito que sim. Aliás, isso me foi dito. Mandeí um dos meus auxiliares ao Ministério da Agricultura saber por que se dava aquilo. Eu ia fazer um discurso no Senado tratando do assunto, e ele me mandou dizer: “é porque o governador do estado não se interessa!”

História e fatos de um tempo – A. Tito Filho

Jornal *O Dia*, 1º de fevereiro de 1990.

Era o ano de 1951. Dia 31 de janeiro, Pedro Freitas assumiu o cargo de governador do Piauí, eleito pelo antigo Partido Social Democrático (PSD). Na eleição realizada no ano anterior, venceu ele nas urnas, por maioria de seiscentos e poucos votos, o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Eurípides Clementino de Aguiar, que já havia sido chefe do Poder Executivo no quadriênio 1916-1920.

UDN e PSD eram ferrenhos e odientos adversários desde o ano em que foram criados no país, 1945. No Piauí, em festa de udenista, pessedista não punha os pés. Viviam os dois partidos em permanente furdunço de descomposturas recíprocas, pelos jornais.

Demais de tudo, Rocha Furtado, eleito pela UDN para governar de 1947 a 1951, havia feito muitas perseguições aos pessedistas, tanto na capital quanto no mais distante arraial de Pau Fincado ou Pindura Saia.

Também os derrotados por Pedro Freitas alegavam que a maioria de votos para Eurípides teria sido prebenda do Tribunal Regional Eleitoral.

Tais circunstâncias mais acirravam as odiosidades comuns. Os udenistas, apeados do poder, preparavam-se para campanha severa e ruidosa contra o novo governante. De sua vez, os pessedistas, quatro anos debaixo de taca, e muita taca, lambiam os beições na prelibação da vingança.

Nesse clima, assumiu o governo Pedro Freitas (31/1/1951). E nesse clima surgiu *O Dia* (1/2/1951), fundado por Raimundo Leão Monteiro, mais conhecido como Mundico Santídio, de apelido Mão de Paca. Tipo baixo, gorducho, pança grande, de faces vermelhonas. Defeituoso da mão direita, daí a alcunha que lhe deram, havia anos. Homem de muita inteligência prática. Foi professor do ensino médio. Viajado, conheceu a Alemanha. Não resta dúvida de que era hábil mecânico. Mulherengo. No jornal, fazia tudo, menos escrever. Sabia compor em linotipo, paginar, imprimir, trabalhos que realizava com maestria. Tinha o vício do palavrão. Dizia-se ateu. Em roda dele, dez, doze colaboradores espontâneos, que dinheiro algum recebiam.

A verdade é que esse homem, temido por muitos, incorporou-se à história do jornalismo piauiense. O jornal *O Dia* era lido e apreciado.

Na primeira fase, a folha do saudoso Mão de Paca teve como redator-chefe o competente Orisvaldo Bugyja Britto, conhecedor, estudioso, de memória invejável, linguagem asseada. Passados 27 anos, Bugyja ainda está, entre nós, lembrando os tempos principiantes do órgão de imprensa que ele ajudou a criar, a engatinhar e a crescer.

No começo, *O Dia* apresentou-se de tamanho pequeno. Quando ingresamos, por volta de 1952, no corpo de colaboradores, havia aumentado alguns centímetros. Circulava dias de quinta-feira e domingo, manhã cedo. Oficinas

no fundo do quintal da casa de residência do diretor e proprietário, num galpão, na Rua Lisandro Nogueira. Dele participamos na qualidade de colaborador, da mesma forma que Pedro Conde, Valdemar Sandes, Olímpio Costa e outros, cada qual no seu devido tempo. Mundico Santídio publicava os artigos com pseudônimo. A gente fornecia os comentários sem assinatura, mas circulavam com nomes esquisitos (Desidério Quaresma), alatinados (Petrus Mauricius), à moda russa (Edgaroff) e de maneiras outras da invenção de Mundico.

Quando assumimos o lugar de diretor do Colégio Estadual do Piauí (hoje Colégio Estadual Zacarias de Góis), em 1954, por falta de tempo nos afastamos da atividade jornalística, a ela voltando em 1959, no mesmo jornal *O Dia*, com artigos de vários assuntos, publicados com a responsabilidade de nossa assinatura. Movemos intensa campanha contra o governo Chagas Rodrigues (UDN – PTB). Jornalismo vibrante, higiênico, estilo elevado, críticas de bom gosto. O jornal teve tiragem dobrada. Edições esgotavam-se rapidamente. E recordamos o fato como circunstância de justiça: Mundico Santídio em ocasião alguma cortou uma linha de nossos escritos e nunca nos pediu que poupássemos as figuras governamentais, que, inclusive, lhe forneciam publicidade. Costumava dizer: artigo assinado, assinado está, logo...

Pelas colunas do jornal, fizemos campanhas memoráveis, entre as quais destacamos três: a dos professores injustamente exonerados por Chagas Rodrigues, e para eles ganhamos mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal; a defesa dos deputados Dyrno Pires Ferreira e João Clímaco D’Almeida, acusados do roubo de linotipos do IBGE. As máquinas haviam sido apreendidas por ordem de Chagas Rodrigues. Foram devolvidas. Finalmente, aquela em favor das prerrogativas do Tribunal de Justiça, sob a presidência de um homem corajoso, sem medo e sem mácula, Robert Wall de Carvalho, que pediu intervenção federal no Estado, com a finalidade de fazer com que o governo cumprisse mandado de segurança concedido ao advogado Raimundo Richard. Não se verificou a intervenção porque Chagas Rodrigues cumpriu a ordem.

Escrevemos hoje estas linhas sem nenhuma mágoa de Chagas Rodrigues, o jovem governador do Piauí, no período 1959-1962, que tanto fez por sua terra e por sua gente, como chefe do Executivo e na qualidade de deputado federal mais de duas vezes. Era homem de visão. Bem-intencionado e sincero com o povo.

Mil novecentos e sessenta e dois. Ano de campanha eleitoral. Chagas Rodrigues arrendou *O Dia*, confiando a redação a jornalistas de sua escolha. Mais uma vez deixávamos de ser colaborador do órgão criado por Mundico Santídio.

Nosso caminho diário para o Liceu passava pela frente da residência de Raimundo Leão Monteiro, que, a esta altura, 1963, estava novamente dirigindo o jornal, encerrando o contrato com Chagas Rodrigues. Certo dia do mês de abril, pouco depois da morte de meu pai, manhãzinha, seguíamos no rumo das aulas. Mundico, na calçada de sua residência, chamou-nos. Fez-nos crer que a autoria dos artigos contra nós, publicados noutro jornal da terra, pertenciam a um ilustrado médico de Teresina, contra quem nos pediu que escrevêssemos

um artighão de críticas impiedosas. Encomenda feita, encomenda realizada. O escrito saiu com pseudônimo. Mas o digno médico interpelou Mundico Santídio, por intermédio da Justiça, e Mundico não quis guardar segredo de redação nem assumir responsabilidade. Resultado: fomos aos bancos dos réus. Praticamos a própria defesa, com critério e ponderação. Expusemos que a responsabilidade de artigos sem assinatura sempre coube à direção do jornal, mas não fugimos ao critério moral de afirmar que éramos o autor material do artigo. Nosso acusador foi o saudoso amigo Celso Pinheiro Filho. Fomos absolvidos pela unanimidade dos jurados. Perdemos a amizade do médico, injustamente ofendido, e ainda hoje a consciência nos diz que obramos mal, escrevendo para satisfação de malquerenças alheias. Não ficamos agastados com Mundico Santídio. Dentro em nós, soubemos desculpá-lo. Ao menos reclamamos contra a sua atitude. Apenas nos afastamos do jornal.

A memória não nos acode agora, para que registremos o ano em que a valente folha passou a pertencer a Octávio Miranda, comprada a Mundico Santídio. Sabemos que o *O Dia* teve redação e oficinas num antigo templo protestante da Rua Areolino de Abreu, prédio de esquina, no cruzamento com a Rua Sete de Setembro. Orientou-o a cultivada inteligência e grande capacidade de trabalho de José Lopes dos Santos. Em maio ou junho de 1966, porém, comandava-lhe a redação o ilustre e corajoso Deoclécio Dantas, que nos fez convite para a escritura de artigos de fundo, orientadores da opinião pública. Armamos ali tenda noturna de trabalho. E diariamente escrevíamos os chamados editoriais do jornal.

Convivemos com Octávio Miranda por dois anos, mais ou menos, em *O Dia*. Havia entre nós, de vez em quando, divergências. Mais de uma ocasião deixamos a tenda e mais de uma ocasião a ela voltamos. Tínhamos e temos muito amor ao jornal, que circulava diariamente e constituía obrigatória leitura nossa. Diariamente *O Dia* se modificava para melhor. Intimamente, gostávamos de Octávio. Admirávamos a sua persistência em dotar Teresina de um bom jornal. O homem tinha qualidades invejáveis. Uma delas era sentar o rabo na rapadura e da rapadura não arredar pé.

Conhecemos Octávio Miranda como militar, cioso da farda. Depois, como deputado estadual, entre 1947 e 1951.

No jornal, procurávamos examiná-lo nas atitudes e nos gestos. Superficialmente, parecia arrogante. Tinha fala forte, autoritária. Gostava de reunir a equipe para combinar orientações e definir serviços.

Por dentro, entretanto, outra individualidade. Boníssimo sujeito. Caridoso, de caridade cristã. Dava-se ao próximo e ao próximo se dá sem querer recompensa ou agradecimento. Operário doente, jornalista necessitado – lá está ele com a ajuda, com o gesto de conforto. Em 1966, tomamos avião aqui para casa-mento no Rio. Octávio não nos faltou com a cooperação financeira.

Homem fora de série, emprega milhões para dar a Teresina um jornal moderno. A seu lado, a equipe inteligente, trabalhadora, dedicada, que sabe fazer jornal, do operário ao editor.

Tem Octávio Miranda um coração pleno de bondade. Idealista, objetivo, sempre imaginou fazer cousas bem feitas. E assim vem realizando com *O Dia*, uma obra humana de que ele se orgulha, de que nós todos nos orgulhamos, diariamente, quando o jornal sai com as notícias e o bom-bocado dos artigos de interpretação e o excelente repasto das notáveis reportagens. Condimenta-o ainda o saldo de um humorismo fino, elegante, caprichado, nos dias de domingo.

Nele se destaca o sujeito de iniciativa, de visão ampliada, de largos horizontes para conceber e realizar. Quando viu Teresina espremida entre os dois rios, inventou o Jóquei Clube. E do Jóquei nasceu uma cidade, uma boniteza. Se ainda vivo quando Octávio morrer, haveremos de lutar para que o Jóquei Clube passe a chamar-se Octávio Miranda – gesto de justiça muito nobre.

Hoje, 1^o de fevereiro, *O Dia* faz 39 anos de serviços a Teresina, que está de festas, aplaudindo o jornal que já se integrou à paisagem espiritual da cidade fundada por Saraiva.

Continua hoje orientado por Octávio, com a ajuda desse dinâmico Valmir Miranda. Editor, José Fortes, jornalista até debaixo d'água, consciencioso, redator de boa linguagem, argumentador sem medo. E muita gente boa, humilde, do meu tope, humilde, mas audaciosa.

Porrada de Cego – Deoclécio Dantas

***Diário do Povo*, 5 de abril de 1998.**

A história se repete. João Goulart, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, assumira a presidência da República, com a renúncia de Jânio Quadros.

Com o homem do PTB no comando do país, os teóricos da política piauiense diziam que Chagas Rodrigues, então deputado federal, eleito pelo mesmo partido, seria homem forte nas grandes decisões nacionais. Nada disso. Com o andar da carruagem, Chagas Rodrigues teve que dizer aos amigos e pedintes, numa reunião na residência do cunhado Waldemar Felinto, que o homem forte do Piauí, junto ao presidente da República, era o deputado federal Heitor Cavalcanti¹, da velha UDN, que matara Getúlio Vargas, patrono de João Goulart.

¹Heitor de Albuquerque Cavalcanti, filho de Elpídio José Cavalcanti e de Petronila de Albuquerque Cavalcanti, nasceu em Paulistana, a 7 de outubro de 1924. Formado em Farmácia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) em 1949, presidiu a Associação dos Farmacêuticos Piauienses. Foi diretor (1957) e redator do jornal *A Voz do Povo* em Teresina e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí. Foi deputado estadual de 1955 a 1958. Candidato a deputado federal em 1958, ficou como suplente, mas assumiu o cargo após Chagas Rodrigues renunciar para assumir o governo do Piauí. Elegeu-se deputado federal em 1962, 1966 e 1970. Nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí em 1975, presidiu aquela corte de 1985 a 1995. Faleceu em Teresina, a 27 de novembro de 2010.

Boa Esperança completa 30 anos – Deoclécio Dantas

Diário do Povo, 7 de abril de 2000.

Faz 30 anos, hoje, que o Piauí, apoiado nos esforços de alguns de seus homens públicos, venceu a luta voltada para a construção de uma usina geradora de energia elétrica à altura das necessidades do Estado.

A primeira dificuldade entre as muitas vencidas na realização deste notável empreendimento residia na falta de diálogo entre o almirante Amaral Peixoto, ministro da Viação e Obras Públicas, e o engenheiro José Cândido Pessoa, diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, este solidário aos interesses do Piauí no combate às resistências da Sudene à realização da grande obra, escorada no argumento de que a hidrelétrica não ofereceria retorno financeiro. Celso Furtado comandava a Sudene.

Estimulado pela vontade de José Cândido Pessoa, o então governador Chagas Rodrigues executou uma obra de engenharia política para viabilizar o projeto indispensável à realização da nossa barragem.

Ele próprio, na sua mensagem à Assembleia Legislativa, lida no dia 1º de junho de 1960, registra esse episódio: “De comum acordo com a direção-geral do DNOCS, solicitei ao engenheiro Leonel Brizola, eminente governador do Rio Grande do Sul, que o professor Casemiro José Munarsky, mundialmente conhecido, renomado técnico do Instituto Tecnológico daquele Estado, fosse, com sua equipe, posto à disposição do governador do Piauí, a fim de ultimar os estudos e elaborar o projeto da grande barragem”.

Em trecho daquela mensagem, o governador Chagas Rodrigues destaca o seguinte: “Foi emissário do meu pedido junto ao governador rio-grandense o engenheiro José Mariotti Pires Rebelo, tendo logrado completo êxito em sua missão. O professor Munarsky e sua equipe, postos à disposição do governo do Piauí, já entraram em contato com a direção-geral do DNOCS e deram início aos trabalhos. Ao eminente governador Leonel Brizola, ao professor Munarsky e seus técnicos, ao DNOCS, aos representantes piauienses e ao engenheiro José Mariotti expressamos, aqui, nossos melhores agradecimentos, em nome do governo e dos piauienses”.

Não havendo diálogo entre o ministro Amaral Peixoto e seu subordinado José Cândido Pessoa, tornou-se indispensável esta obra de engenharia política para que os técnicos do Rio Grande do Sul fossem colocados à disposição do governo do Piauí, que em seguida os encaminhou à direção geral do DNOCS. O pedido de disposição desse pessoal não seria nunca feito pelo então ministro da Viação e Obras Públicas, também adversário de Brizola.

Chagas Rodrigues ainda enfrentou campanha do governo do Maranhão no sentido de que a barragem fosse construída no Rio Itapecuru, além da anu-

lação, por imposição do presidente Jânio Quadros, da concorrência pública realizada pelo governo JK.

Vencido esse último desafio, ocorreu a renúncia de Jânio, mas o projeto não foi atropelado, na sua execução, pelo governo João Goulart, e muito menos pelo golpe militar que o derrubou.

Da sucessão do governador Chagas Rodrigues até a inauguração da maior obra já realizada em terras piauienses, o Estado do Piauí foi governado por Petrônio Portella e Helvídio Nunes, que também ofereceram notável contribuição à execução do empreendimento, concluído nos governos dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici.

Influente em alguns períodos do regime militar, o piauiense Reis Veloso usou seu prestígio para consolidar o grande empreendimento, que teve na Câmara Federal, através de Milton Brandão, outro apoio importante.

Sob a presidência do general Médici, exatamente no dia 7 de abril de 1970, ocorreu a solenidade de inauguração da Barragem da Boa Esperança. Na manhã do mesmo dia, em palanque armado na entrada de Timon, o presidente Médici inaugurou a rodovia asfaltada ligando aquela cidade à capital do Maranhão, enquanto o Piauí também ganhava o trecho (parecia um tapete) ligando Teresina à divisa com Pernambuco, passando pela cidade de Picos.

Cassado pelo regime militar, Chagas Rodrigues não foi nem citado na inauguração da Barragem da Boa Esperança, mas não perde a condição de autor das primeiras medidas concretas que transformaram em realidade esse empreendimento que nos libertou das usinas que queimavam óleo e lenha, no precário fornecimento de energia elétrica ao Piauí.

Tendo recuperado seus direitos políticos, arbitrariamente cassados por 10 anos, Chagas Rodrigues disputou mandato de senador, em 1982, mas foi derrotado, nas urnas, pelo povo piauiense. Vitorioso numa outra disputa, sofreu nova derrota no pleito de 1994, mas é encarado com respeito por todos quanto conhecem a sua honrada vida pública.

Chagas Rodrigues, um democrata ao extremo – Cláudio Barros

Jornal Meio Norte, 15 de janeiro de 2001.

Durante dez anos, de 1969 a 1979, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues foi um exilado na própria pátria. O ex-governador e ex-senador fora cassado pela ditadura militar. Perdeu os direitos políticos e o emprego de procurador da Fazenda Nacional, mas o que mais o deixaria triste era a proibição expressa de que não voltasse ao Piauí, que governou entre 1958 e 1962, e onde lançou as bases de algumas das ideias que depois se tornariam quase que uma obrigação no discurso político de qualquer espectro ideológico.

Chagas se elegeu numa situação inusitada. Ele era candidato a um terceiro mandato de deputado federal, numa aliança que reunia a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O candidato a governador era outro reformista como Chagas, Demerval Lobão Vêras. Só que um acidente tirou a vida de Demerval e do candidato ao Senado, Marcos Parente. “Escapei milagrosamente, porque eu também iria viajar com eles, mas me atrasei e eles seguiram sem mim”, diz o senador.

A morte de Demerval, que Chagas achava ser o homem certo para tocar um projeto de renovação do Estado, fê-lo candidato a governador, por proposição do então senador José Cândido Ferraz. Em 1958, aos 36 anos, tornou-se o mais jovem piauiense a eleger-se governador. E com suas ideias reformistas faria uma administração marcada por preocupações sociais.

No governo, criou o embrião do sistema estadual de planejamento e deu início à expansão do ensino, criando escolas públicas para a formação de professores em Floriano, Parnaíba e Oeiras. Foi o primeiro governante do estado a pagar o salário mínimo aos servidores, depois de sanear as finanças públicas e produzir um *superávit* orçamentário. “Sempre achei que o governo deveria gastar menos do que arrecadava. Considero o equilíbrio das finanças públicas a chave do sucesso de um governante”, diz o ex-governador.

Chagas Rodrigues fez obras públicas grandes: pontes, estradas, escolas, prédios para o serviço público. Uma dessas obras, o edifício-sede do DER, é um marco arquitetônico da cidade, porque é o primeiro com *pilotis*. Entretanto, são as ideias dele que são um legado mais importante ao Estado. “O planejamento para mim sempre foi essencial ao governo, porque pode até haver uma mudança nas ideias, mas nunca no rumo da administração pública, que deverá sempre buscar o bem-estar das pessoas”, ensina.

Depois de governar o estado, perdeu a disputa política, em 1962, para Petrônio Portella. O candidato dele a governador, Constantino Pereira, sucumbiu ante a aliança costurada por Petrônio, reunindo União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrata (PSD) – que eram forças políti-

cas conservadoras. Chagas, candidato ao Senado, foi derrotado, mas elegeu-se deputado federal, mudando-se para Brasília (DF). “Moro desde 1963 no mesmo apartamento”, informa o ex-governador, que se reelegeria deputado federal em 1966 e seria cassado três anos depois, uma semana depois que seu amigo Mário Covas teve os direitos políticos suspensos. Covas era o líder do MDB – Movimento Democrático Brasileiro – e Chagas o vice-líder.

Acometido de uma doença neurológica, Chagas está mais uma vez proibido de vir ao Piauí. Desta vez, não é a insensatez política que o impede, mas os riscos que oferecem uma viagem aérea. Vive em Brasília ao lado da mulher, dona Maria do Carmo, que também foi pioneira, como o marido. Antes dela, mulher de governador era mais dada a chás com senhoras da alta sociedade. Maria do Carmo arregaçou as mangas e fez-se uma primeira-dama que prestou enorme serviço à comunidade.

Com Getúlio, mas sempre contra qualquer ditadura – As ideias reformistas foram quem empurraram Chagas para o trabalhismo, forjado no governo Vargas. Em 1950, ele estava na frente de partidos que se opunham ao ex-ditador. “Matias Olímpio, que era o nosso líder e foi eleito senador, dizia que se tínhamos ideias reformistas tínhamos que deixar o partido”, conta.

Matias foi convidado por Getúlio a filiar-se ao PTB, e com ele seguiram Chagas e Demerval Lobão.

O jovem deputado federal, que tanto combatera o ditador Vargas, não foi sem protestar. “Eu disse ao senador Matias: mas, senador, como posso estar ao lado de um homem que era um ditador, a quem eu sempre combati?” E Matias respondeu: “Chagas, ele agora é o presidente constitucionalmente eleito do país. Além do mais, Getúlio passa, mas o trabalhismo fica”. “E assim me filiei ao PTB e iniciamos uma longa jornada”, revela o ex-governador. A longa jornada o faria duas vezes deputado federal, governador e senador. Mas nunca o afastaria das ideias dissociadas do liberalismo tão em voga atualmente, mesmo em seu Partido da Social Democracia Brasileira. “A democracia social ainda está evoluindo no Brasil. Veja como nos últimos dez anos melhorou a educação, caiu o número de analfabetos, aumentaram as universidades e a inflação foi debelada. E essa é uma conquista do PSDB: o fim da inflação, que é o mais perverso dos impostos contra os pobres”, diz.

Chagas está certo de que “a luta pela democracia deve ser permanente, não se encerra nunca”. Essa luta, ensina, “não se faz apenas na arena política, mas também na busca de melhor educação, de saúde com maior qualidade para todos, no bom funcionamento do Judiciário e do Ministério Público, como instrumentos de produção de justiça e não de negação dela aos mais pobres”.

Com Covas e FHC, Chagas foi fundador do PSDB – Chagas afirma que desde sempre foi parlamentarista, daí a sua saída do PMDB, em 1989, para criar, junto com Covas, Fernando Henrique, Euclides Scalco, Franco Montoro e outros, o PSDB. Presidente da Comissão de Ética do partido, foi também líder no Senado, sucedendo Covas e sendo sucedido por Fernando Henrique.

“O PSDB é um partido parlamentarista e social-democrata com o qual eu me identifiquei muito, porque acredito que a democracia com preocupações

sociais ainda é o melhor sistema político. Nunca tolerarei ditaduras, fossem elas de esquerda ou de direita. Ditaduras são crimes, e como tal se igualam na torpeza criminosa, se equivalem sejam quais forem as suas motivações de natureza ideológica”, afirma um convicto Chagas Rodrigues.

Ele fez oposição a Vargas, mas depois tornou-se aliado dele. “Eu até apreciava o aspecto trabalhista do governo Vargas, mas acho que se consegue tudo com a democracia”. Para Chagas, Getúlio Vargas estava à frente de uma “ditadura de bacharéis”, enquanto em 1964 havia uma “ditadura de generais”.

A despeito de sua profunda profissão de fé nos ideais democráticos, Chagas não considera que sejam os governos ditatoriais totalmente ruins. “Não há político 100% ruim ou 100% bom. Assim, o ditador pode ter seu aspecto positivo, mas não conseguirá jamais ser um governante tão bom quanto o pior governante eleito pelo voto direto, que sempre defendi como um direito sagrado do povo”.

Devoto de São Francisco, ele perdoou um ditador – Cassado por ordem do general Costa e Silva, proibido de vir ao Piauí e até de entrar nas dependências do Congresso Nacional, Chagas, porém, não carrega um pingão de mágoa. “Perdoei o ditador porque quem tem convicções democráticas não pode carregar o ódio no peito. Além do mais, meu padroeiro é São Francisco, que prega o amor e o respeito ao ser humano”, diz Chagas Rodrigues, “católico não praticante, mas com profundas convicções religiosas”.

Pai de quatro filhos, Teresinha (psicóloga), Almira (socióloga), Conceição (pintora) e José Alexandre (contador), o ex-senador, de 78 anos, fala da família como o maior de seus patrimônios, porque nunca foi homem de acumular riqueza, já que a política o deixou com menos dinheiro do que quando iniciou. “Um de meus netos, Fabiano, filho de Almira, está fazendo doutorado nos Estados Unidos”, conta, orgulhoso.

A dor no nervo facial lhe impôs uma rotina mais espartana do que ele já tinha. O remédio prejudicou a memória e o fez parar de dirigir o próprio carro. “Já até pensei em escrever minhas memórias, mas ainda não me dispus a isso com toda a convicção do mundo”.

Quando estiver disposto a escrever, Chagas Rodrigues terá muito o que contar para gerações inteiras que não o conheceram ou que sabem mais da sua existência porque ele dá nome a uma avenida em sua Parnaíba natal. Terá histórias como o seu pedido pessoal a Juscelino Kubitschek para que fosse feito o projeto da barragem de Boa Esperança ou a reunião em que apelou a Jânio Quadros para que não suspendesse a obra.

João Cláudio Moreno entrevista Chagas Rodrigues

Brasília, novembro de 2002.

Ele acaba de completar oitenta anos, cercado pelo carinho da família e admiração dos piauienses. O político mais popular de sua época. Trabalhista e reformador, foi responsável por um dos períodos mais promissores na administração do Piauí.

João Cláudio Moreno conversa hoje com o ex-governador e ex-senador Chagas Rodrigues.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em Parnaíba, em 8 de novembro de 1922. Filho de Poncion de Queiroz Rodrigues e Ignésia de Caldas Rodrigues. Advogado, com formação dividida entre a Faculdade de Direito do Recife e a Universidade de São Paulo, onde se especializaria em Filosofia do Direito. Tentou uma carreira militar. Foi funcionário público e, com 28 anos de idade, elegeu-se deputado federal pelo PTB, partido de Getúlio Vargas, feito que repetiu quatro vezes mais.

Em 4 de setembro de 1958, em plena campanha para mais um mandato na Câmara Federal, um acidente automobilístico mudou-lhe a vida e a história do Piauí. Naquele ano, inesperadamente substituiu a candidatura de Demerval Lobão, morto tragicamente em acidente, elegendando-se governador do Piauí.

Chegando ao poder aos 36 anos de idade, Chagas Rodrigues fez um governo popular e reformador. Seu período administrativo coincidiu com o surto desenvolvimentista do governo do presidente Juscelino Kubitschek. Em sua época, o Estado teve pela primeira vez um direcionamento rumo à economia e foram implantadas as primeiras políticas sociais. Acusado pelos adversários de populista e apontado pelos historiadores como o grande protótipo de estadista, Chagas Rodrigues aproveitou o poder dos meios de comunicação, principalmente o rádio, para tornar-se o grande líder de massas, até hoje copiado pelos políticos que o sucederam.

Cassado pelo Regime Militar de 1964, perdeu os direitos políticos por 10 anos. Perseguido pelo regime, exerceu a profissão de professor universitário, em Brasília. Voltou aos palanques com a redemocratização do país, em 1982. Elegeu-se senador em 1986, tendo sido um dos parlamentares mais ativos, alcançando a nota 10 do Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, por ter votado favoravelmente em todas as matérias de interesse da classe trabalhadora.

A conversa com João Cláudio Moreno deu-se no *hall* do Hotel Nacional, em Brasília, em novembro de 2002.

Luiza Gonçalves.

JCM – O sr. está completando 80 anos. Então, o senhor tem uma vida, uma história muito bonita, uma história muito marcante. O senhor deve então parar assim... e foram muito festejados esses 80 anos... deve parar assim e fazer uma retrospectiva, um cinema. O que o senhor se lembra dessa vida que ficou para trás?

CR – Bem, eu agradeço a Deus ter chegado aos 80 anos, não é?, com os filhos, os amigos... e tenho recordações, recordações boas. Eu acho que Deus foi muito generoso comigo... e o meu povo, e os meus parentes e amigos, todos foram muito generosos.

JCM – O senhor se lembra da infância em Parnaíba?

CR – Lembro. Passei minha infância em Parnaíba. Fiz lá o curso primário, fiz o curso ginásial e só saí, justamente, em 38. Terminei o ginásial com 16 anos e fui fazer o pré-jurídico...

JCM – Velho Ginásio Parnaibano!

CR – Velho Ginásio Parnaibano! Deixei, e fui para Pernambuco fazer o pré-jurídico e ingressar na Faculdade de Direito.

JCM – E depois para São Paulo?

CR – Depois me transferi para São Paulo, onde fiz os últimos três anos. Depois, eu fui para a capital da República. Submeti-me a um concurso. Procurei o DASP. Assistente jurídico do Ministério da Fazenda. Mais uma vez, fui ajudado. Disputando sete vagas, obtive o 2º lugar.

JCM – Quando o senhor saiu do Piauí? Na década de 30, ainda, não?

CR – Saí do Piauí quando terminei o ginásio. Terminei o ginásio em 1938. Saí em janeiro de 1939.

JCM – O senhor já tinha convicções políticas? Já tinha uma consciência política?

CR – Já. Tanto que fui o orador da turma. Ninguém é orador de uma turma se não tiver alguma sensibilidade política.

JCM – O que o senhor discursou nesse dia?

CR – Ah! Sempre acreditando no futuro, em melhores dias, justamente para os mais necessitados, prestigiando a cultura, não?, defendendo o ensino tanto quanto possível gratuito. Tanto que realizei tudo isso na minha vida. O próprio Ginásio Parnaibano. Antes, só havia estabelecimento oficial em Teresina. Era o Liceu, o antigo Liceu, que eu mudei de nome, e a Escola Normal. Eu então oficializei e criei ginásios e escolas normais no interior: Parnaíba, Oeiras, Floriano etc.

JCM – Eu acho que, para um jovem profissional liberal tomar a decisão de uma carreira política, principalmente naquele tempo, porque a vida parecia mais promissora para a elite formada, para os intelectuais, agora, para quem tinha uma carreira de advogado brilhante, formado, recém-chegado ao Sul, era uma decisão um pouco difícil, porque a família do político... Como é que nasce um político?

CR – Olha, o político pode ser levado à política por vários motivos. Primeiro, por gostar da vida pública, querer defender os interesses nacionais e os interesses do povo, das camadas mais necessitadas. Outros vão para a po-

lítica, isso está nos jornais e nos livros, na esperança de ter poder, mandar. Outros, de conquistar fortunas, influir, e assim por diante. Para mim – meu pai não era político – foi questão de vocação. Eu fui um vocacionado e procurei fazer da vida pública, na medida do possível, um sacerdócio. Quando eu sou eleito deputado federal pela primeira vez, em 1950, eu deixo meu escritório de advocacia.

JMC – O senhor advogava em Teresina?

CR – Não, advogava no Rio de Janeiro. Eu tinha me formado em São Paulo, e tinha ido para o Rio. Lá, fiz o concurso para o DASP e, através do DASP, me liguei a piauienses, no escritório de advocacia. Fui convidado...

JCM – Quem o convidou?

CR – Israel Correia e outros amigos.

JCM – Quando o senhor tomou a decisão de ser candidato a deputado federal foi um atrevimento, não?

CR – É. Foi uma surpresa, porque, em primeiro lugar, eu rompi uma tradição. Normalmente, desde o Império, se começa sendo candidato a deputado estadual, a prefeito. Eu comecei candidato a deputado federal. E depois, rompendo uma tradição na minha Parnaíba querida. Nunca um parnaibano havia conseguido eleger-se deputado federal.

JCM – O senhor acha que, naquele tempo, estão configurados os partidos, o PSD, o PTB e a UDN?

CR – É, os partidos ligados à ditadura e os partidos ligados à oposição. E, nos partidos ligados à ditadura, até certo ponto, o PTB. Mas o PTB sempre também foi vocacionado para as lutas sociais.

JCM – Agora, a UDN foi um terremoto, digamos assim!

CR – A UDN era oposição. Era uma união. Todos os oposicionistas foram para a UDN. Depois da restauração democrática, surgiram as tendências, os partidos conservadores, os liberais, os esquerdistas moderados, e assim por diante. Eu sempre fui considerado um esquerdistas moderado, um socialista democrata.

JCM – Como era a Parnaíba do seu tempo de juventude? Eu sei que Parnaíba era a principal cidade do Estado. Era uma cidade próspera, preconceituosa, um pouco aristocrática. Que lembranças o senhor tem? Quem era a figura exponencial, assim, de Parnaíba?

CR – Não havia uma figura exponencial. Havia nomes de vários setores. Eu me lembro de Aldir Mentor, um grande líder político comunista de Parnaíba. Havia Epaminondas Castelo Branco, Mirócles Vêras, ligado ao Partido Conservador, e assim por diante. Então, Parnaíba tinha os seus vultos políticos. Os grandes industriais da época, os grandes comerciantes eram parnaibanos.

JCM – E José Narciso? José Narciso era uma espécie de benemérito?

CR – O José Narciso, o pessoal do Moraes, José de Moraes Correia, a firma do meu pai. A firma do meu pai chegou a figurar como o quinto contribuinte de impostos estaduais.

JCM – *Naquele tempo, já havia o Colégio São Luiz Gonzaga?*

CR – Já havia. Havia o Colégio São Luiz Gonzaga e o tradicional Colégio Parnaibano que, quando governador, eu o oficializei para que os alunos estudassem gratuitamente, e o homenageei, dando ao estabelecimento o nome de um grande mestre nosso, de minha geração, que foi o professor José Pires de Lima Rebelo. Hoje é o Colégio Estadual Lima Rebelo.

JCM – *O senhor conviveu com ele?*

CR – Ele foi meu professor.

JCM – *Poeta*

CR – Ele e outros.

JCM – *O senhor escreveu versos. Agora, completando 80 anos, publicou um livro de versos e me confidencia que já escrevia. Por que nunca mostrou os seus poemas? Acha que os versos poderiam prejudicar o político?*

CR – Não. Não sei. Eu preferia fazer os meus poemas para mim, para os meus filhos e para os meus pais. Aliás, comecei no ginásio, alguns eu ainda publiquei no tempo que fui ginasião. Publiquei no *O Ateneu*, jornal do Centro Estudantil Parnaibano. Mas, depois, fui para Pernambuco. Escrevi versos em Pernambuco, escrevi em São Paulo, escrevi no Rio.

JCM – *Geralmente sobre o quê? Poemas líricos?*

CR – Não, nem sempre. Claro que sentimento lírico, sentimental, romântico, mas também com sentido social.

JCM – *Tem algum verso que lembre aí?*

CR – Tenho um livro para entregar ao amigo.

JCM – *Não tem nenhum de cabeça?*

CR – Não, eu raramente... não procuro gravar.

JCM – *E os seus poetas preferidos?*

CR – Olha, eu até tinha a mania de não ler muitos poetas para não me deixar influenciar, porque às vezes aquilo fica no subconsciente e a gente repete imagens. Então, pouco eu lia. Li um pouco de Castro Alves, um pouco dos piauienses... Da Costa e Silva, alguma coisa, mas agora que estou...

JCM – *O senhor teve conhecimento do grande parnaibano, contemporâneo nosso, o Assis Brasil?*

CR – Sim, tenho inclusive os livros dele, que fui lê-los muito tempo depois.

JCM – *Aquela época que ele descreve é mais ou menos a sua época.*

CR – Grande romancista.

JCM – *Fica aquela lembrança, a influência de Humberto de Campos.*

CR – Eu era ginasião. O cajueiro de Humberto de Campos está lá, em Parnaíba, nas memórias muito lidas. E, como ligado ao Centro Estudantil Parnaibano, eu fiz discursos no cajueiro de Humberto de Campos.

JCM – *Agora, diz o Mão Santa que o homem foi feito para a guerra e a mulher para o descanso do guerreiro. Como o senhor foi encontrar essa companheira de tantos anos, que precisa ser muito forte para acompanhar a trajetória de um político?*

CR – Maria do Carmo, uma pessoa extraordinária, teve uma grande importância na minha vida. Ela antes, na empresa do pai, já era responsável

pelo setor social, pela assistência social. Quando governador, nós criamos o Serviço Social do Estado. Ela foi a primeira esposa de governador a presidi-lo. Continua com o mesmo nome e a mesma tradição. Maria do Carmo trabalhou e fez questão de não receber nenhuma remuneração, dizendo que aquele dinheiro era, para mais ainda, ajudar os pobres. Então, ela me ajudou muito, em todos os meus cargos. Na Câmara e no Senado, ela ia diariamente. No governo, e assim por diante. Devo muito a ela.

JCM – O senhor criou a primeira política social do Estado. Foi o primeiro governador do PTB, e o PTB era sinônimo de getulismo. Fazendo uma auto-crítica, nós podemos dizer que, com todos esses avanços com assistencialismo, o trabalhismo poderia ser confundido, podia ser caracterizado pelo populismo?

CR – Não. É preciso distinguir da pessoa de Getúlio. Eu fui contra a ditadura de Vargas, porque sempre fui contra toda e qualquer ditadura. Admito o socialismo democrático, a política social democrática, mas nada de ditadura, nem de esquerda, nem de direita. Nós éramos da UDN porque a UDN se formou para lutar pela restauração da democracia. Restaurada a democracia, então os partidos tinham que ter as suas tendências. Matias Olímpio era um homem da esquerda, Demerval Lobão também, eu. Nós não podíamos continuar num partido onde a metade era a favor da reforma agrária e a metade era contra. Então, a UDN cumprira a sua missão e tínhamos que procurar um partido de esquerda. Nós não podíamos ir para o Partido Comunista, porque ainda tinha muita influência stalinista. O Socialismo espantava muita gente. Então, o senador Matias e os outros companheiros acharam que devíamos ir para o Partido Trabalhista, tendo em vista que o Partido Trabalhista, através de Getúlio, fora o responsável pela implantação da legislação trabalhista de Getúlio no Brasil. Eu até ponderei: mas como? Eu era contra a ditadura de Vargas o tempo todo. “Não, você foi contra a ditadura. Getúlio Vargas, hoje presidente constitucional, está nos convidando. Todos os partidos estão nos convidando, e Getúlio passa. O trabalhismo continua na Inglaterra. A social-democracia continua, na Alemanha”. Então, fui com ele, e com Demerval Lobão, para o Partido Trabalhista. Quando a ditadura extinguiu os partidos, eu fui um dos fundadores do MDB, o único partido de oposição. Covas, eu e muitos companheiros.

JCM – Montoro?

CR – Sim. Covas e eu terminamos com o mandato cassado e direitos políticos suspensos por 10 anos, em 1969. E até proibido fui de visitar o Piauí, durante 10 anos.

JCM – Quando o senhor foi governador, além dessa política social começou, então, uma época de planejamento do Estado. O que nós vamos chamar de tecnicismo. Até então não era possível planejar o Estado. Mas houve uma aproximação das massas populares com programas de rádio em que o senhor lia cartas, respondia, falava diretamente... uma espécie do que o Sarney usou como “Conversa ao pé do rádio”. Como foi essa experiência?

CR – Bem, quem governa voltado para o povo faz isso. Eu, então, fui o primeiro governador do Piauí a dar audiência pública. Todo fim de semana, durante todo o dia, eu recebia as pessoas que quisessem falar comigo.

JCM – No Karnak?

CR – Havia pessoas que vinham do Extremo-Sul. Algumas diziam: “eu vim cumprimentar o senhor, não tenho nada a pedir”.

JCM – Isso não existia antes?

CR – Não. Eu fui o primeiro governador a dar audiência pública.

JCM – Isso não era populismo?

CR – Uns achavam que era populismo. Mas eu achava que era ouvir o povo, porque o povo diz o que está errado...

JCM – Mas isso, então, foi uma nova maneira de administrar...

CR – Pois bem, cada um é livre para ter as suas ideias. Agora, cada um é livre para não acompanhar e ser fiel à sua consciência.

JCM – O seu adversário na campanha era o filho do governador Pedro Freitas, Dr. José Gayoso...

CR – Do ex-governador

JCM – Qual era o perfil dele, desse adversário?

CR – Era um rapaz tido como honesto, mas de ideias conservadoras. Como nós temos grandes políticos conservadores no Partido Conservador da Austrália e da Inglaterra. Cada um tem o direito de ter ideias.

JCM – Como foi assumir o governo, Dr. Chagas. Era uma oposição cerrada?

CR – Não. Eu tive algum combate, durante algum tempo. Mas eles também me respeitavam, porque perceberam que eu estava ali para servir à coletividade. Fui o primeiro governador a olhar para o Sul. Fiz as primeiras obras, as primeiras estradas, as primeiras escolas. O Sul era inteiramente ignorado.

JCM – Não havia estradas, não é?

CR – Quase não havia estradas. Eu cheguei, como deputado federal, a dizer que o Piauí estava destinado a se dividir em dois Estados. Apresentei as razões históricas e as razões geográficas. Eu disse isso antes da divisão de Mato Grosso e antes da divisão de Goiás. Não faz uns quatro anos, eu li uma grande reportagem que dizia: “A divisão do Piauí está voltando, a velha ideia de Chagas Rodrigues...”

JCM – O que o senhor acha da ideia de dividir o Estado e de criar o Estado do Gurgueia?

CR – Acho uma grande ideia. Talvez não seja boa para aqueles políticos que se elegem com votos do Sul e do Norte, que querem continuar eleitos. Mas do ponto de vista da ciência política, da racionalidade, do benefício às populações... no dia que tivermos o estado do Sul e o estado do Norte, teremos o progresso. O Tocantins, aqui está, se não tivesse sido dividido, o Goiás não tinha se desenvolvido.

JCM – Não seria o caso de dividir pobreza?

CR – Não. Muitos dizem isso, mas é o contrário, os governadores iriam se concentrar naquela região. Não haveria mais Teresina, Parnaíba, Campo Maior, Piri-piri. Então, o Sul sempre foi esquecido... Eu fui considerado o primeiro governador a olhar para o Sul...

JCM – O senhor tinha que conciliar expectativas com as possibilidades, porque Parnaíba esperava muito do primeiro governador.

CR – Pois é. Eu realmente fiz alguma coisa. As estradas no Norte, colégios, hospitais.

JCM – *Agora, como é que era um parnaibano, estreando no governo, o primeiro vindo de Parnaíba, se aliar no meio das raposas pedessistas em Teresina?*

CR – Não, em primeiro lugar, eu não vinha propriamente de Parnaíba. Eu vinha da Faculdade de Direito do Recife, da Faculdade de Direito de São Paulo. E vinha da capital da República, com toda essa experiência. Eu só vivi em Parnaíba até a conclusão do curso ginasial. E, com essa mentalidade que eu já tinha, não é?, de olhar o Brasil, olhar o Piauí todo, ser contrário à discriminação contra o Nordeste, e assim por diante. Com essa mentalidade foi que eu governei o Piauí e fui pioneiro em muitas coisas, e, se não fui pioneiro, como na educação, porque já encontrei uma Escola Normal, um colégio, pelo menos criei colégios, intensifiquei colégios. Fui pioneiro porque criei no litoral e criei no interior.

JCM – *Diante de um governo, que foi tão importante, porque foi um divisor de águas e da sua trajetória como democrata, o senhor acha que podia ter feito mais na política, podia ter liderado por mais tempo?*

CR – Não, eu fui político por muito tempo. Poucos políticos foram eleitos tantas vezes... Eu fui deputado federal em 50.

JCM – *O senhor foi prejudicado pela suspensão dos direitos políticos?*

CR – É. Fui reeleito em 54, em 58, em 62.

JCM – *Foi o mais votado em 82 e perdeu a eleição.*

CR – É, fui o mais votado para o Senado em 82.

JCM – *Mas ficou fora do Senado por 8 anos.*

CR – É, mas em 86 eu fui eleito.

JCM – *O que aconteceu, que o senhor saiu do governo e perdeu a eleição para senador?*

CR – São essas coisas. Eu saí do governo, mas saí pobre. Não tinha dinheiro para gastar com campanha.

JCM – *Quer dizer, já naquele tempo era assim?*

CR – É. E, por outro lado, eu fui eleito com expressão nos grandes centros, Teresina e Parnaíba. Eu lutei muito pela alfabetização do Piauí. Fiz muito, mas não pude fazer tudo.

JCM – *Com a volta do PSD, que depois da sua eleição, depois do seu governo, foi eleito um candidato da UDN, apoiado pelo PSD. É o surgimento de Petrônio Portela. O que o senhor achava do Petrônio? Já pressentia nele a grande estrela política?*

CR – Sim. Nós fomos aliados. Nós fomos do mesmo partido. Depois, fui para outro partido, ele continuou na UDN. Tanto assim que a UDN e ele me apoiaram para governador. Nós éramos adversários, mas não inimigos. Quando Petrônio se elegeu prefeito, eu me elegi governador. Fizemos campanhas juntos. Ele, prefeito de Teresina. Eu, governador. Ele era o meu candidato a governador. Eu queria que ele me sucedesse.

JCM – *Como candidato da UDN apoiado pelo PTB?*

CR – Eu queria que fosse assim. Como a UDN havia me apoiado, eu achava justo que...

JCM – O que deu errado?

CR – Deu errado porque é a tal coisa, em política. Se até no Supremo Tribunal Federal os ministros divergem quanto aos votos e divergem honestamente. Em política também. O senador Matias Olímpio, que era o presidente do nosso partido, por quem eu tinha grande respeito e admiração, ele foi contra. Ele achava que nós devíamos fortalecer o partido. Eu disse assim: “eu não vou sair do partido político por isso”. Mas o pessoal do Petrônio ainda me convidou para deixar o partido e sair candidato ao Senado. Eu disse: “não mudo de partido para ser candidato a nada”.

JCM – Eu quero falar agora da sua experiência no Senado Federal.

CR – Minha experiência no Senado, para mim, foi benéfica. O Senado é uma grande escola política. Eu tive a satisfação e a honra de ter grandes companheiros lá. No Senado, fui um dos fundadores do PSDB, com Mário Covas, Fernando Henrique e outros companheiros. E elegemos Fernando Henrique senador e líder da bancada. E ele fez questão de me apontar como o seu primeiro vice-líder. A bancada aceitou. Depois que ele foi ser ministro, eu fui eleito líder. Fiquei só um ano. Fiz questão de mostrar que o candidato natural era Mário Covas que, inclusive, precisava ser eleito governador de São Paulo, como foi. Eu até queria que fosse antes, mas foi o próprio Mário Covas que disse que eu devia ficar na liderança até o fim da sessão, pelo menos. E, então, depois da minha liderança, veio a liderança de Covas. E os companheiros do Senado foram também muito generosos, me indicaram para o maior posto da bancada, o de primeiro vice-presidente do Senado. E a Convenção do PSDB me elegeu presidente do Conselho Nacional de Ética do partido. Uma missão um pouco ingrata, porque tinha que julgar alguns companheiros.

JCM – O senhor tem perfil mais de Legislativo do que de Executivo?

CR – Não. É porque passei mais tempo no Legislativo. Mas gostei. Não pretendia ser reeleito, nem era possível na época.

JCM – Agora vou voltar o enfoque para os dias atuais. O que está acontecendo no Brasil? O que acontece no Piauí? Nós acabamos de eleger um operário e elegemos uma pessoa também de classe média baixa, um funcionário público, que não tem uma tradição na política, nem pertence a nenhuma família, nem tem resquícios dessa família, de famílias tradicionais do Estado. O que nós podemos esperar? Nós realmente estamos vendo um novo Brasil surgindo ou estamos apenas enfrentando uma fase passageira, um momento na política brasileira?

CR – No mundo inteiro há uma grande tendência. O progresso social e o progresso moral, inclusive na política. Os políticos tradicionalmente foram sempre considerados... Nos Estados Unidos, em pesquisa, eles lá consideraram as profissões com maior número de desonestos: a política, o jornalismo e a advocacia. Pois bem, isso está mudando no Brasil. Pela primeira vez, nós tivemos um presidente que foi afastado. Tivemos senadores, deputados sendo julgados. Ex-prefeitos, ex-governadores. Então, está havendo um progresso moral e um progresso social.

JCM – *No Piauí, é uma oportunidade única. O presidente do mesmo partido, com canal direto com o governador. O governador, que entra legitimado por uma grande maioria, sem compromisso partidário. Se o senhor pudesse dar uma receita ou dar uma opinião, sugeriria o quê?*

CR – Não. Ele é competente. Fazer política é isso: trabalhar pelo povo, trabalhar honestamente, não admitir que ninguém seja desonesto. O desonesto deve ser afastado. E ele, por exemplo, tem uma oportunidade de contar com um correligionário na presidência da República, que poderá ajudar o Piauí e ajudar o governador do Piauí. Então, eu acredito que, com a nova mentalidade que está surgindo, os interesses nacionais acima de tudo, os interesses estaduais, municipais... Não é a política partidária que vai impedir isso. Então, eu acho que os outros candidatos todos devem colaborar.

JCM – *Eu sei que o senhor é a favor da divisão do Estado, da criação do Gurgueia.*

CR – Eu sempre disse que eu sou do Norte. Uma vez me pediram para liderar essa luta no Piauí. Eu não posso liderar. Eu sou do extremo Norte. Agora, o que eu acho é que nós, no Piauí, devemos fazer como os goianos, devemos respeitar a vontade da outra parte. No Goiás, a parte do Norte. Então, nós, os Nortistas, devemos respeitar isso. Os Sulistas é que vão decidir isso. Se eles quiserem criar o Estado, devem ter o nosso apoio.

JCM – *Eu perguntei aos produtores de soja lá na região do cerrado o que eles esperavam do novo governador: incentivos fiscais, energia elétrica. O da família Bertolucci, que é o pioneiro, gaúcho, disse: “Nós precisamos de três coisas: estradas, estradas, estradas”. Quer dizer, não seria, talvez, tão necessário dividir, mas que houvesse um projeto para o Sul do Estado, que parece ser a redenção econômica da região.*

CR – Eu inaugurei a primeira estrada de Oeiras a Simplício Mendes. Construí e inaugurei. Eu completei a estrada de Gilbués a Corrente. Eu iniciei uma estrada indo de Floriano até Jerumenha...

JCM – *Nós somos o último Estado a ser colonizado, o último a ter uma moeda, o último a ter políticos – os nossos primeiros governadores eram de fora – nós somos ainda o Estado com maior índice de analfabetismo. Em alguns lugares, não existem estradas, ainda estão sendo feitas. Agora, a população do Piauí toda é quase igual à de Fortaleza. O que o senhor acha; o que tem atrapalhado tanto o nosso desenvolvimento, por que está demorando tanto a chegar?*

CR – Primeiro lugar, a mentalidade dos governantes. É preciso que prefeito e governador trabalhem pelo progresso, pelo desenvolvimento social, que atraiam empresários para que realizem obras, e que tenham algum prestígio, consigam se impor ao presidente da República. Os senadores, deputados federais, governadores, todos devem lutar para conseguir recursos. Eu fui o primeiro congressista a conseguir recursos para a Barragem de Boa Esperança. Eu fui o primeiro congressista do Piauí a conseguir verbas para o início das obras do porto marinho.

JCM – *Essa questão do porto, por exemplo.*

CR – O porto trará um grande progresso ao Piauí, mas fazem é rir.

JCM – Mas é possível ainda?

CR – Claro. Todo Estado, todo país marítimo, todo Estado marítimo tem porto. É o desenvolvimento que faz com o Piauí... O Ceará agora já tem um segundo porto. Pernambuco, um segundo. Nós não temos porto. É uma tristeza.

JCM – Também tem um pouco de culpa da nossa classe política, não?

CR – Eu não quero falar...

JCM – Mas eu queria uma opinião sincera...

CR – Estou dizendo que fui o primeiro congressista, entre senadores e deputados, a incluir no orçamento verbas para projetos, estudos, pesquisas e início de obras do porto marítimo. Depois, houve um equívoco, um governador, talvez de boa-fé, acredito, abriu concorrência, uma firma do Ceará ganhou, mas, até hoje, não colocou uma pedra no porto. E, o que é estranho, não houve a rescisão do contrato, nem até hoje ela foi acionada para responder pelos prejuízos. Nós devemos, imediatamente – eu estou fora da política – rescindir este contrato, para que os deputados possam continuar conseguindo verbas orçamentárias para as obras do porto.

JCM – Bom, 80 anos de idade, 50 dedicados à política. Mais de 50 anos. O senhor vê as mudanças, olhando para o Congresso, morando na capital federal, olhando para a perspectiva de mudança no Estado, o que é a nostalgia de um político que abandonou a carreira?

CR – Não, abandonei porque tudo tem tempo, chegou o momento. Eu achei que o momento de começar fosse aquele. Muitos acharam que foi cedo demais. Eu acho que agora, em janeiro de 95, eu terminei. Sobretudo, por motivos de saúde. Não tinha mais condições de...

JCM – É uma decisão dura?

CR – Não. Não. Aceitei as coisas. A gente tem que aceitar as coisas, os fatos, a realidade. Eu já havia trabalhado muito. Poucos políticos passaram tanto tempo, foram eleitos tantas vezes... O que é que eu ainda queria mais? Então, deixei. Graças a Deus, olho para trás e deixei alguma coisa, algum exemplo...

JCM – O senhor foi citado no episódio da prisão do líder estudantil Honestino Guimarães. Recentemente, a Embrafilme lançou um documentário sobre uma obra dele em que ele conta que foi protegido e que ficou escondido no seu apartamento, em Brasília. O senhor se lembra desse episódio?

CR – Lembro-me. Lembro-me perfeitamente. Eu sempre fui contra ditaduras, todas as ditaduras, principalmente no Brasil. E sempre procurei ajudar os perseguidos, porque eu fui um perseguido político. Passei maus momentos. Perdi o meu mandato, sai da minha vida pública. Eu era um político e não pude reassumir o cargo que conquistara através de concurso público...

JCM – Ele o procurou, o Honestino?

CR – Ele prontamente chegou a mim através de pessoas amigas, parentes. Eu disse: pode vir que aqui terá acolhida, e nós o protegeremos.

JCM – Ninguém sabia que ele estava lá?

CR – Não, ninguém sabia. Tanto tempo e estava correndo o risco de ser preso por ser subversivo, perder o mandato.

JCM – Quanto tempo ele ficou lá?

CR – Olha, agora estou em dúvida se eu já tinha perdido o mandato. Eu não me lembro bem a época, mas o que é fundamental é que, se não tinha perdido o mandato, eu estava arriscando o meu mandato. Ele ficou lá algum tempo. Depois ele saiu. O tempo que ele precisou ficar, ficou.

JCM – Esse episódio ficou conhecido. Esse foi um momento mais difícil da história do Brasil, não?

CR – Foi uma ditadura terrível, mas já estamos livres e confiamos que o país não voltará mais a ter esses tempos duros.

JCM – Já está em processo da redemocratização do país.

CR – O país está tomando consciência. As universidades cada vez com número maior de alunos. O jornalismo se desenvolvendo. Os índices sociais no Brasil estão melhorando, não tanto quanto precisaria, mas estão melhorando.

JCM – Nós temos um país melhor?

CR – Um país melhor. O número de analfabetos é cada vez menor, a mortalidade infantil é cada vez menor, os índices de mortalidade materna, e assim por diante.

JCM – Mas o desemprego, a violência, a globalização?

CR – A violência hoje e a globalização são desenvolvimentos negativos. Isso você vê em toda parte. Em toda grande cidade é uma tristeza, mas o governo tem que reagir e tem que lutar contra isso.

JCM – A humanidade caminha para uma solução?

CR – Eu acredito que sim. Acredito que os índices são positivos, a perspectiva é positiva.

JCM – Obrigado!

CR – Eu que te agradeço.

JCM – O senhor, hein! Parabéns pelos 80 anos de idade.

A caderneta de Chagas – Carlos Augusto de Araújo Lima

Diário do Povo, 28 de maio de 2007.

Chagas Rodrigues, governador do Piauí, de 1959 a 1962, costumava carregar consigo, nas andanças pelo interior, uma caderneta com anotações de nomes de chefes políticos. Como foi cassado e perdeu os direitos políticos por 10 anos, a caderneta tinha se desatualizado, de modo que quase nenhum dos anotados existia mais. Em cada cidade por onde andava, quando voltou à atividade política, indagava sobre os nomes das suas anotações. Informado de que alguns já tinham morrido, colocava uma cruz ao lado do nome. No final da campanha, a caderneta estava cheia de cruces.

Chagas Rodrigues é o primeiro político indenizado do Piauí – Luciano Coêlho

Diário do Povo, 2 de julho de 2007.

O Estado possui sete políticos que foram cassados e perseguidos pela ditadura militar.

O ex-governador e ex-senador Chagas Rodrigues foi o primeiro piauiense, de sete políticos perseguidos e cassados pela ditadura militar, a ser indenizado pela Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. O valor pago a Chagas Rodrigues não foi revelado. A família do ex-governador informou que o valor foi pago de uma única vez e serviu para custear o tratamento dele. A filha de Chagas Rodrigues, a socióloga Almira Rodrigues, informou que o valor não é um reconforto pela violência e pelo constrangimento que passou o pai, mas serviu como ajuda agora, que ele está doente. Segundo Almira, o valor serviu para recompor algumas coisas. Ela disse que o pai passou dez anos com os direitos políticos cassados e, quando houve a anistia, em 1979, o seu pai já tinha cumprido a pena imputada.

Hoje, Chagas Rodrigues vive em Brasília com os filhos. No final deste mês, o ex-governador vem ao Piauí fazer uma visita a seus familiares, em Teresina e em Parnaíba.

Chagas Rodrigues foi governador do Piauí de 1958 a 1962. Ele deixou o cargo para ser candidato a deputado federal seis meses antes. Chagas Rodrigues foi eleito em 62 e assumiu o mandato em 63. Ele foi reeleito em 1966 e em 1969 foi cassado pelo AI-5, como subversivo.

Em 1982, Chagas Rodrigues foi candidato, mas não conseguiu ser eleito senador pelo Piauí.

Em 1986, ele foi eleito senador e participou do Congresso Constituinte.

Em 1994, ele tentou se reeleger, mas não obteve êxito. Depois desse constrangimento, segundo a filha Almira Rodrigues, Chagas Rodrigues não pôde assumir o seu emprego, cargo concursado no Ministério da Fazenda, porque teve os direitos políticos cassados. Não podia fazer o que mais gostava, que era a política. Para sobreviver, Chagas Rodrigues foi convidado a dar aulas numa faculdade particular. “Foram dez anos difíceis, sobretudo do ponto de vista financeiro. Tivemos muitos problemas. O papai sofreu muito com isso”, comentou Almira. Quanto ao pagamento da indenização, a socióloga informou que foi demorada, em relação a outros que foram indenizados, bem como os valores foram menores. É tanto que pediram um reajuste dos valores.

“Isso foi bom para a família, para custear o tratamento dele. Mas houve muito constrangimento e violência no que fizeram com ele. Ele passou anos segregado e longe do seu estado. Foi muito sofrimento. Como disse, este valor não paga, mas é um reconforto”, assinalou Almira Rodrigues.

A esposa de Chagas Rodrigues, Maria do Carmo Correia Rodrigues, morreu em 12 de novembro de 2006, quatro dias depois do aniversário do marido. Ela tinha câncer no cérebro e morreu de forma fulminante.

O aniversário de Chagas Rodrigues é no dia 8 de novembro. Ele teve que acompanhar todos os rituais do velório e sepultamento da esposa. Na época, ele já tinha tido um acidente vascular cerebral e tinha lapsos de memória, agravados pelo mal de Alzheimer.

Às vezes, Chagas Rodrigues se esquecia do falecimento de Dona Ducarmo e perguntava por ela, depois lembrava que ela já tinha morrido. Com o agravamento da doença, os filhos se achegaram mais ao pai. Hoje, três filhos estão morando com ele em Brasília e outro mora no Rio de Janeiro. Ele está programando uma viagem para Teresina e Parnaíba entre os dias 28 de julho e 6 de agosto. Chagas Rodrigues deve passar três dias com a irmã Terezinha, e uns quatro ou cinco dias em Parnaíba, a sua cidade natal.

Neile Castelo Branco entrevista Chagas Rodrigues

TV Assembleia, canal 16, 5 de novembro de 2007.

O parnaibano Francisco das Chagas Caldas Rodrigues vai completar 85 anos de idade em 8 de novembro de 2007. Advogado e professor, ele foi deputado federal por quatro vezes. Conseguiu um novo mandato eletivo de senador, que cumpriu de 1987 a 1995. Em 1959, Chagas Rodrigues tentava a reeleição para deputado federal. Um acidente ceifou a vida do então candidato a governador Demerval Lobão. Chagas Rodrigues assumiu a candidatura pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Neile Castelo Branco – O senhor achava mais fácil a reeleição ou a eleição para governador?

Chagas Rodrigues – A reeleição seria muito mais fácil. O meu desejo era de continuar, mas o pessoal apelou para mim, achando que, se eu não fosse candidato, nós poderíamos ser derrotados. Então, eu fui candidato, por insistência e a pedido dos companheiros.

Neile Castelo Branco – Do período de governo do senhor, o senhor se lembra de quais obras, de quais ações que o senhor realizou, como governador, de importância para o Estado?

Chagas Rodrigues – Eu criei o Serviço Social do Estado. Eu procurei melhorar as ligações rodoviárias de Parnaíba com Teresina, Teresina a Floriano e Oeiras.

Neile Castelo Branco – A Agespisa, a Cepisa, são empresas criadas sob a administração do senhor?

Chagas Rodrigues – Acredito que sim.

Neile Castelo Branco – Sobre a barragem de Boa Esperança, o senhor teve participação, como governador, de que forma?

Chagas Rodrigues – Também continuei lutando junto ao governo para mandar mensagens, verbas. Eu achava que a Barragem de Boa Esperança ia ter muita importância no progresso do Estado.

Neile Castelo Branco – O que foi mais difícil para o senhor, como governador?

Chagas Rodrigues – Sempre tive poucos recursos financeiros para fazer as ligações do Sul com o extremo Norte.

Neile Castelo Branco – Existe na Câmara dos Deputados um projeto propondo a divisão do Estado do Piauí. O senhor sabe desse projeto? Já tem um pensamento sobre ele?

Chagas Rodrigues – Em primeiro lugar, nós devemos ouvir o povo. Em segundo lugar, é que poderíamos tomar outra qualquer decisão. Motivada.

Mas, primeiro, devemos ouvir o povo. Não se pode dividir um Município, um Estado, sem ouvir o povo.

Neile Castelo Branco – Na opinião do senhor, qual o cargo mais difícil de ser ocupado por um homem público? De deputado federal, que o senhor exerceu? De senador ou de governador?

Chagas Rodrigues – O cargo mais difícil é de governador. Continua sendo.

Neile Castelo Branco – O que mais pesa sobre os ombros de um governador, quando ele assume o governo e vê uma população inteira dependendo da ação dele?

Chagas Rodrigues – Ele quer fazer, em primeiro lugar, ele quer cumprir o programa que ele se propôs realizar, para conseguir os recursos...

Neile Castelo Branco – O senhor tem acompanhado o desenrolar da política nacional. Como o senhor analisa esses últimos fatos de homens públicos envolvidos em corrupção, desrespeitando, digamos assim, o eleitorado que o elegeu?

Chagas Rodrigues – Eu acho terrivelmente triste e deve ser combatido sempre. Homem público não é para se aproveitar do dinheiro público, que é do povo, para benefício próprio. Eu fui político a vida toda. Nunca fui rico. Nunca quis saber de riqueza. Quem quiser ser rico que vá para as atividades econômicas, financeiras, industriais. A vida pública é para os que querem pensar, em primeiro lugar, no povo, e se voltar para os interesses do povo.

Neile Castelo Branco – Nesse passeio que o senhor deu por Teresina, notou uma diferença muito grande da Teresina que o senhor conheceu como governador, há tempos atrás?

Chagas Rodrigues – Não, não, Teresina é sempre a Teresina, terra de um grande povo.

Neile Castelo Branco – Sente saudade lá de Parnaíba?

Chagas Rodrigues – Sinto, muito. Sinto imensa saudade. Foi a cidade onde eu nasci. Da minha infância. Das minhas primeiras escolas. É natural que eu fique sempre recordando minha cidade.

Vai, Chagas! – Carlos Augusto de Araújo Lima

Diário do Povo, 7 de abril de 2008.

Ainda hoje ecoa o emocionado discurso de Tibério Barbosa Nunes da sacada do Palácio de Karnak, na despedida de Chagas Rodrigues. Durante muito tempo, foi lembrada a célebre frase por ele pronunciada: “Vai, Chagas! Aqui fica um amigo”. Mal o ex-governador atravessou os portões do Palácio, Tibério chamou o professor Camilo Filho, com o decreto que demitiu mais de mil pessoas nomeadas por Chagas.

Tibério, político de Floriano, assumiu o governo por 10 meses, com a renúncia de Chagas para se candidatar a senador e deputado federal. Apoiou Petrônio Portella para o Governo. Chagas elegeu-se para a Câmara Federal. Os senadores eleitos foram Sigefredo Pacheco e José Cândido Ferraz.

A doença de Chagas – Poncion Rodrigues

Diário do Povo, 14 de fevereiro de 2009.

Chagas Rodrigues já era, desde muito jovem, um homem doente. A sua enfermidade haveria de mais tarde selar sua decapitação política promovida pela famigerada ditadura militar que, no seu apetite voraz pela perpetuação do poder ilegítimo, perpetrou os crimes que já fazem parte da história do país.

Chagas fora eleito governador do Piauí aos 36 anos de idade. Construiu o ordenamento administrativo do Estado, antes “tocado” como uma fazenda de oligarquias rurais. Expôs sem pudor a sua temida doença: a honestidade; a honestidade de intenções e de conduta; a inaceitável e perigosa honestidade, uma enfermidade não tolerada na prática política brasileira que haveria de lhe carrear poderosos inimigos e sabotar a sua vida de democrata puro e afeito ao bom combate.

Antes da cassação do seu mandato de deputado federal, escreveu, em carta à irmã Terezinha, minha mãe: “Sinto vergonha de não haver sido cassado ainda”. Todos os homens dignos do Congresso haviam sido defenestrados daquela Casa pela arrogância violenta dos marginais que haviam se apossado do Brasil. Chagas Rodrigues nunca sofreu processo por corrupção ou subversão, acusações dirigidas aos parlamentares cujos mandatos, em sequência contínua, eram tomados.

Ele foi cassado por “inconveniência verbal”, já que martelava com sua eloquência brilhante a ridícula opereta bufa em que se transformara a ditadura militar.

Em uma reunião dirigida com muita sisudez e mediocridade, foi posta a necessidade de afastar aquele deputado do Piauí cuja popularidade atrapalhava no seu Estado as atividades dos “soldados da revolução”, como se autodenominavam os políticos adesistas, alguns ainda vivos, que devem sofrer com o peso inconveniente da bagagem de suas histórias de vida.

A partir da sua cassação, Chagas Rodrigues foi sistematicamente perseguido, perdendo, além do mandato, o emprego federal conquistado em concurso público, sendo também proibido de ensinar em universidade pública. Não podia deixar Brasília sem a permissão das autoridades “revolucionárias”. Com os filhos vigiados, a vida particular devassada e a alma democrata calada, Chagas sufocou Chagas. Ele então escrevia poemas e crônicas repletos de amor pelo Piauí, tendo como única leitora a sua gigantesca Maria do Carmo.

Esse homem acaba de morrer. O nosso Estado deve muito ao seu melhor político, e as novas gerações, por uma questão de justiça, deveriam conhecer a história nobre de sua vida.

Quando da reinstalação da democracia, Chagas Rodrigues voltou. Sem dinheiro e com discurso antigo, elegeu-se, em segunda tentativa, senador da República. Na primeira vez, apesar de haver sido o mais votado entre os candi-

dados, não foi vencedor, em razão da marota malandragem da legislação eleitoral brasileira.

Cumpriu com dignidade o seu mandato, impregnado da jamais tolerada “doença de Chagas”, sua inconveniente e sempre combatida honestidade. Agora, o guerreiro repousa. O Piauí de hoje nem faz ideia de quem acaba de perder. Afinal, são outros tempos, outros valores.

Chagas Rodrigues – Paes Landim, deputado federal

Diário do Povo, 15 de fevereiro de 2009.

“A Constituição foi rasgada. O mandato outorgado pelo povo, através da Justiça Eleitoral que o expediu, foi anulado, sr. presidente, pela ponta das baionetas sediciosas, com a conivência do presidente do Senado. Um governo ilegal e ilegítimo se instaurou na Pátria brasileira”. Esse discurso foi pronunciado nas primeiras horas de abril de 1964 pelo deputado Chagas Rodrigues, protestando contra a deposição do presidente João Goulart.

O discurso é o retrato do homem combativo que foi Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, deputado federal por cinco mandatos, senador da República e ex-governador do Piauí.

Estudante na Faculdade de Direito de Recife, Chagas Rodrigues concluiu o curso de Direito na Universidade de São Paulo, o que mostra a sua percepção de busca de maior conhecimento jurídico e de conhecer o centro modernizado do país.

Eleito, pela primeira vez, deputado federal, em 1950, traçou sua atuação na Câmara dos Deputados na discussão dos problemas estruturais do Brasil e do Piauí e, mesmo como governador, jamais se deixou levar pelo paroquialismo político.

Foi um político de grandeza humana, e somente “fulanizava” o debate político para responder eventuais invectivas contra sua pessoa. Chagas Rodrigues era um homem civilizado por excelência.

Conforme eu assinalei da tribuna da Câmara, no dia seguinte ao seu velório, a BR 020 (Fortaleza – Brasília), a Hidrelétrica da Boa Esperança, o Porto de Luiz Correia, a Estação de Ferro do Piauí, a criação da Universidade Federal do Piauí, entre outros assuntos, foram temas recorrentes da sua rica atuação parlamentar.

Sobre a Universidade Federal do Piauí, para exemplificar, em discurso pronunciado em 8 de março de 1966, já reiterava ao ministro da Educação de então, deputado Pedro Aleixo, dizendo que havia feito vários apelos em vão, a outros ministros, dizendo da injustiça que se estava cometendo contra o Piauí, posto ser o único estado do Nordeste a não ter a sua Universidade. Chagas Rodrigues foi um parnaibano acima de seu tempo, porque pensava o Piauí como um todo e transcendeu as fronteiras do estado, mercê de sua cultura jurídica e de sua vibrante oratória em favor das causas dos trabalhadores e dos interesses maiores do Estado.

Como governador, foi o primeiro homem público a introduzir a ideia de planejamento econômico no Piauí, escolhendo pessoas do nível de Raimundo Santana e Leonildes Alves Filho para pensar um projeto de desenvolvimento do Estado.

Cassado pelo AI-5, em 1969, Chagas Rodrigues se autoexilou em Brasília, como protesto contra a estupidez do ato atribiliário dos militares, que em 1964, via Guarnição Militar, já havia coagido a Assembleia Legislativa a cassar o mandato de seu irmão, José Alexandre.

O Piauí perdeu um grande homem público. Chagas Rodrigues, como disse com muita justiça o governador Wellington Dias à beira do seu túmulo, pautou toda a sua vida pública pelos princípios da ética.

Governador Caldas Rodrigues – Fonseca Neto

Diário do Povo, 16 de fevereiro de 2009.

“Cumpriu com dignidade o seu mandato, impregnado da jamais tolerada ‘doença de Chagas’, sua inconveniente e sempre combatida honestidade. Agora, o guerreiro repousa. O Piauí de hoje nem faz ideia de quem acaba de perder. Afinal, são outros tempos, outros valores”.

Começo esta nota com esse parágrafo de Poncion Rodrigues, com o qual encerra texto sobre seu tio, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Assim também penso.

“O Piauí de hoje nem faz ideia de quem acaba de perder”: faz mesmo não; e não faz porque, afinal, “são outros tempos, outros valores” – há uma sensação de piora do que comumente se chama de “vida política”.

Por que estes outros tempos, e nossos, adotaram outros valores, traduzíveis pelo esquecimento, seletivo, da trajetória e exemplo de figuras da estatura de Chagas?

Por que ser honesto, idealista e ético tornou-se algo antigo, ideia e atitude fora do lugar?

Chagas foi perseguido por uma ditadura obscurantista por ser um sinal de mudança política. Ditadura apoiada pelas mais retrógradas forças oligárquicas do Brasil, aliançadas com um projeto de reiteração da subjugação do país aos interesses estrangeiros, centrados nos Estados Unidos do Norte.

Governou ele sofrendo cruéis violências e sabotagens das frações dessas oligarquias baseadas no Piauí. Sua ascensão ao governo estadual fora um lampejo de circunstâncias muito especiais na vida política estadual. Veio de Parnaíba, sob vários aspectos um lugar menos permeado pelo “Piauí agrário” e politicamente hegemônico.

No governo, sob tais ataques do oligarquismo arraigado, Chagas Rodrigues colocou em andamento projetos ousados objetivando planejar o Estado e conferir a suas políticas um sentido de progresso e contemporaneidade.

Dois obras estruturantes que a ditadura viabilizaria depois têm a marca do governo dele (informação sempre sonogada pelo conservadorismo opositor): Boa Esperança e UFPI (Universidade Federal do Piauí). Desta, deputado federal (MDB), foi o relator do projeto de lei que a criou, em comissão mista que Petrônio Portella, senador (Arena), presidiu. Tinha apego ao ensino superior, chegando a criar, em seu governo, duas faculdades.

Outro conteúdo inovador de sua gestão são as chamadas políticas públicas de assistência social. De par com a esposa, Maria do Carmo Correia, em articulação com o arcebispo Avelar Brandão Vilela, implantou uma rede de proteção aos fragilizados sociais.

Por pautar o planejamento estatal e aconchegar os pobres, foi sistematicamente atacado de “comunista”, “vermelho”, “chefe de camarilha...”. Olhar

jornais da época (da chamada “guerra fria”) dá enjoo, tal o baixo nível de como era atacado pela oligarquia, com manchetes escandalosas.

Um trabalhista, nada mais, na linha de ação partidária urbana do varguismo. Nada de esquerda; um democrata social radical, pode-se dizer dele. Sua atuação antioligárquica, assim, mais avançada, de certa forma retoma os ímpetos, por exemplo, do interventor Landri Sales, lá nos anos 30.

Chagas Rodrigues e Maria do Carmo não podem ser esquecidos; a ética não fenecerá.

(A propósito, lembro que, no final de seu exílio brasiliense, dirigente do DCE-UFPI, articulei trazê-lo de volta ao Piauí, em 1979, para uma conversa com universitários. Nessa tarefa, com Acilino Ribeiro, Kleber Montezuma, Marcília Barreto...).

Chagas Rodrigues: um marco histórico – Magno Pires Alves Filho

*Diário do Povo*²

Meu pai era líder político em Batalha. Prefeito desse município pelo período de 10 anos no governo Vargas. Filiado à UDN – União Democrática Nacional, agremiação que galvanizava com o PSD – Partido Social Democrático, a liderança partidária brasileira. O PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, possivelmente o terceiro partido nacional, não tinha a mesma projeção da UDN e do PSD.

O ex-governador e ex-senador Chagas Rodrigues, parnaibano de nascimento, foi filiado à UDN. Mas, posteriormente, integrou-se ao PTB, devido a dissensões intrapartidárias ocorridas. Contudo, ainda, elegeu-se deputado federal, tendo exercido o mandato de 1951-1955, pela velha UDN.

Eu era jovem, contando apenas 15 anos, quando ouvia atentamente os acalorados e empolgados pronunciamentos e discursos do líder Chagas Rodrigues pelo rádio. E, emocionado, falava: coestaduanos!... era o início. As palavras saíam fluentemente. Não tergiversava. Era claro. Também não titubeava. Evidenciava os assuntos e problemas com muita clarividência para entendimento de todos aqueles que o ouviam. O verdadeiro líder não deixa dúvidas ao falar, justamente porque não usa termos maquiavélicos.

Também, como jovem, presenciei as visitas que os líderes políticos Chagas Rodrigues, Lustosa Sobrinho, Petrônio Portella e José Cândido Ferraz fizeram ao meu pai, na década de 50, quando morávamos na Rua Olavo Bilac, em Teresina. Todos foram pedir apoio às suas candidaturas na eleição que se aproximava. Todos três muito delicados e jeitosos ao abordarem o papai. Se política fosse apenas aquele jogo diplomático de cidadãos educados, percucientes, tudo ótimo, sem problemas. Só que não é assim.

Lembro-me que o ex-governador Chagas Rodrigues, que detinha a simpatia integral de Sula, minha irmã (já com meio caminho andado), ponderava: “Seu Magno! O senhor receberá Petrônio, Lustosa Sobrinho e José Cândido”, enumerando nos dedos da mão esquerda. “Sei, também, do seu apreço pelo Dr. Lustosa Sobrinho. Porém, gostaria que me colocasse no 2º lugar, destinando-me alguns votos no colégio eleitoral de Batalha”.

A abordagem de todos impressionava, mas o ex-deputado federal Chagas Rodrigues e o ex-governador Portella detinham algo diferente na forma de falar e de pedir apoio.

² Artigo publicado originalmente no jornal *Diário do Povo* e posteriormente compilado no livro *Contemplando...* (ALVES FILHO, 2009, p. 249-251).

A administração de Chagas Rodrigues, no Executivo piauiense, foi revolucionária e inovadora. Foi “um marco na história político-administrativa do Piauí”, como bem colocado pelo advogado Reginaldo Furtado. Abriu estradas, construiu colégios, hospitais e pontes... Impulsionou o sonho da construção da hidroelétrica da Boa Esperança, cujas obras foram iniciadas no governo Juscelino Kubitschek, mas paralisadas e reiniciadas no governo Jânio Quadros. Chagas Rodrigues pediu apoio ao líder Brizola para realizar a construção da referida barragem.

O ex-governador Chagas Rodrigues inovou a administração pública piauiense, embora com as intensas dificuldades da época. Lançou o Piauí no cenário nacional. Foi cassado pelo golpe de 64 justamente porque representava um desafio para os adversários no estado, jamais por corrupção, pois foi um político honrado e honesto. Fez a diferença.



Parte 5

Chagas Rodrigues: depoimentos e estudos acadêmicos

Eleições de 1958: um acontecimento que abalou o Piauí – José Gayoso Freitas^{1 2}

O quadro político

Não costumo falar de mim mesmo, mas achei por bem atender à oportuna solicitação do historiador Manuel Domingos Neto, no sentido de fazer um depoimento sobre fatos marcantes da história do Piauí, que envolveram a fatalidade da morte de Demerval Lobão e a eleição do governador Chagas Rodrigues, em 1958, após campanha eleitoral de que também participei intensamente como um dos candidatos ao governo do Estado.

A narrativa não é fruto de pesquisa. Vem da memória e de minha interpretação dos acontecimentos.

Corria o ano de 1958 e as eleições estavam marcadas para o dia 3 de outubro. A UDN, aliada ao PTB, convergiu, desde janeiro, para um candidato opositorista a governador do Estado. Era o Dr. Demerval Lobão, que percorria a capital e o interior buscando apoio das lideranças locais. Estávamos em fins de abril e o partido do governo – PSD – não havia ainda escolhido o candidato.

O então governador do Estado, Jacob Manoel Gayoso e Almendra, que havia sido eleito por uma coligação do PSD com o PTB, já não contava, no final do governo, com o apoio deste último partido e, por isso mesmo, encontrou facilidade de coligar-se com a UDN, engrossando as correntes da oposição e apoiando a candidatura de Demerval. O PTB era, diga-se de passagem, na sua maioria, integrado por um grupo de origem udenista, chefiado pelo senhor Matias Olímpio, ex-governador.

Embora com o afastamento dos petebistas, o governo Gayoso e Almendra ainda tinha razoável apoio político no interior e na Assembleia Legislativa, pois os pequenos partidos – PSB, PR etc., ao lado do PSD – ofereciam-lhe sustentação na tramitação das matérias do interesse comum. Eram sólidos os vínculos com as bases partidárias.

¹ José Pires Gayoso de Almendra Freitas nasceu em José de Freitas, a 13 de abril de 1919. Filho de Pedro de Almendra Freitas (ex-governador do Piauí – 1951 a 1955) e de Carolina Pires Gayoso de Almendra Freitas. Lecionou Inglês nos principais colégios de Teresina. Presidente do Conselho Estadual de Educação do Piauí, em vários mandatos. Secretário particular do governador do Piauí (1951), chefe do Gabinete Civil do Governador do Estado (1963). Secretário de Estado do Governo (1964 a 1966). Secretário Estadual da Educação e Cultura e Assessor Especial da Reitoria da Universidade Federal do Piauí. Deputado estadual (1954 a 1959). Primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Primeiro presidente do Jornal do Piauí. Redator do jornal *O Dia* (Teresina). Membro do Conselho Editorial da Revista Educação.

² FREITAS, José Gayoso. Eleições de 1958: um acontecimento que abalou o Piauí. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, 60. ed., p. 41-43, 1985.

Ao longo de abril de 1958, portanto, o que mais preocupava a cúpula do PSD era a seleção dos candidatos que iriam disputar os postos eletivos nas eleições de outubro. E o ponto central desse problema era a escolha do candidato a governador, que estava sempre esbarrando em interesses conflitantes. Os adversários procuravam tirar vantagens dessa demora.

Candidatos do PSD

No PSD, a estrutura de poder se desdobrava em faixas tradicionais de influências, que incluíam as lideranças do senador Leônidas Melo e dos deputados Sigefredo Pacheco, Hugo Napoleão do Rêgo e Vitorino Correia, bem como a do governador, que recebia ainda o suporte da família Almendra Freitas. Os dois primeiros – Leônidas e Sigefredo –, com marcante projeção no todo partidário, eliminavam-se mutuamente como possíveis candidatos a governador, de vez que, por várias vezes, um negara fortemente apoio ao outro nos momentos em que esse assunto foi discutido no âmbito partidário. O deputado Vitorino Correia, que já se estava ausentando da política estadual, terminou ingressando nas oposições como simples candidato a suplente de senador, pois os colégios eleitorais que o apoiavam permaneceram no PSD.

Outros nomes eram igualmente falados como prováveis candidatos, dentre os quais o meu próprio e o do desembargador Edgard Nogueira. Ele, naquele momento, o mais viável, tinha o apoio do governador e havia sido político de grande atuação, antes de ingressar na magistratura. De minha parte, sempre descartei essa possibilidade, considerando que seria fator de desgaste o estreito vínculo de parentesco que me ligava ao governador Gayoso e Almendra (meu tio) e ao seu antecessor Pedro Freitas (meu pai). Por outro lado, cogitava-se com interesse da candidatura de Hugo Napoleão ao Senado. E tratava-se de um tio por afinidade, que muito merecia o nosso apoio, pelo destaque de sua atuação. Por tudo isso, eu preparava a minha reeleição para a Assembleia Legislativa, sem outra aspiração, enquanto os adversários procuravam criar, na opinião geral, a imagem de uma oligarquia nos postos-chaves do Estado.

As coisas marchavam nessa fase de debates e negociações – e o tempo contra nós – quando, ainda em abril, Edgard Nogueira me procura para dizer mais ou menos o seguinte: “Já refleti bastante e cheguei à conclusão de que não devo ser candidato a governador. Não vou deixar a magistratura.” E acrescentou: “Tive contatos com todos os deputados e alguns membros do Diretório, fazendo sondagens. O nome que tem mais receptividade para candidato, em todas as áreas, é o seu. Vou agora dizer isto ao governador”. É claro que a nossa conversa não parou aí. Teve aprofundamento. Trocamos muitas ideias, agradeci-lhe a atenção, mas reafirmei os meus propósitos de não aceitar tal indicação. Edgar não aceitou minhas negativas e foi levar o meu nome ao chefe do governo, que acompanhava de perto o problema sucessório. Espalhou-se rapidamente a notícia e fui logo procurado por numerosos partidários. Devo dizer, sem falsa modéstia, que não me surpreendi com a receptividade alcançada entre os

correligionários. Sempre tive o melhor relacionamento com todos nas diversas funções exercidas como deputado. Mas continuava disposto a permanecer como deputado estadual, pelos motivos antes expostos.

Os candidatos em campanha eleitoral

Ocorreram, todavia, no dia 10 de maio, acontecimentos decisivos para a mudança do meu propósito. As lideranças mais expressivas do PSD, PTB, PR e PL realizaram reunião conjunta e decidiram formalizar um acordo com vista à eleição de outubro. Dirigiram-se à residência do governador e, de lá, em companhia deste, foram à minha casa, onde me foi solicitado, veementemente, que aceitasse o lançamento de minha candidatura, em chapa que teria a seguinte composição: para governador e vice-governador – José Gayoso Freitas (PSD) e Agenor Barbosa de Almeida (PSD), respectivamente. Para senador e suplente – José de Mendonça Clark (PR) e Sigefredo Pacheco (PSD). Para prefeito da capital – Antônio Chrysippo de Aguiar (PR), originário da UDN. O grupo que esteve em minha casa era composto de dezoito pessoas. Lá estavam, além dos nomes já citados na chapa proposta, Pedro de Almendra Freitas, Antônio de Almendra Freitas, Santos Rocha, Clóvis Melo, Constantino Pereira, Gonçalo Nunes, Patrício Franco, Costa Andrade e outros que escaparam à memória.

Pode verificar-se que nem o PSD nem os outros partidos, inclusive da oposição, isoladamente, tinham possibilidade de vitória. Havia necessidade de coligações e a consequente divisão de postos eletivos. Era uma das características da época entre nós.

Diante de tal realidade, julguei não haver outra saída honrosa senão aceitar o desafio. Aceitei o lançamento de minha candidatura e as atividades de campanha foram iniciadas com as negociações e inquietudes que se pode imaginar, incluindo a realização de expressiva Convenção, em junho, no Theatro 4 de setembro.

Em nenhuma das campanhas eleitorais anteriores, os candidatos a cargos majoritários percorreram tanto o Estado. A observação também é válida no que diz respeito aos opositoristas Demerval Lobão (PTB), Tibério Nunes (UDN) e Marcos Parente (UDN), candidatos, respectivamente, a governador, vice-governador e senador. Mesmo com muitas tentativas de conquista de votos de ambas as partes, nossas estatísticas nos demonstravam franca possibilidade de vitória eleitoral, embora sem grande diferença. Terminávamos assim o mês de agosto, sem esperar mudanças substanciais nesse quadro.

A morte trágica de Demerval

Todavia, no começo de setembro, uns vinte dias antes das eleições de 3 de outubro, um fato absolutamente inesperado e imprevisível ocorreu, verdadeira fatalidade, que viria mudar o rumo dos acontecimentos. Chocaram-se dois veículos, andando em sentido contrário e em alta velocidade, nas proximidades

do povoado de Morrinhos (uns cinquenta quilômetros de Teresina). Um automóvel conduzia Demerval Lobão, Marcos Parente, José de Ribamar Pacheco (jornalista), Rubens Perlingeiro (médico carioca) e José Raimundo (chofer). Todos morreram instantaneamente. O outro era um caminhão que conduzia alguns trabalhadores em serviço na própria estrada. Ninguém sobreviveu ao desastre impressionante.

É de se imaginar o impacto emocional que o acidente terrível espalhou pelo Piauí inteiro. As manifestações sentimentais transcenderam as fronteiras partidárias, abrangeram a população toda em cerimônia de velório, enterro, missa de sétimo dia etc. É de ser imaginada, igualmente, a repercussão que transbordou desse fato para a campanha eleitoral, em benefício das forças oposicionistas e seus representantes. O assunto (infelizmente) tornou-se tema palpitante da oratória política.

Candidatura de Chagas Rodrigues

O então deputado Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, logo escolhido para ocupar o lugar de Demerval Lobão como candidato a governador, foi, naturalmente, o beneficiário principal do clima reinante. Em seguida, o senhor Joaquim Parente, que ocupou a posição deixada pelo falecido irmão Marcos Parente como candidato a senador. Joaquim saíra jovem ainda do Piauí para trabalhar no setor privado, no Rio de Janeiro. Era desconhecido no Estado, mas foi eleito senador, em poucos dias de campanha. Era boa figura humana. Desempenhou, com interesse, além deste, o mandato de deputado federal. Entretanto, o ingresso na vida pública foi resultante do impacto emocional daquele desastre fatal.

Diga-se, de passagem, que o novo candidato a governador – Chagas Rodrigues – além de integrar-se no circuito emocional do momento, trazia conhecido suporte econômico e vinculações com famílias bem situadas na indústria e no comércio piauienses, enquanto Demerval, assim como nós do PSD, já vínhamos sofrendo o desgaste de uma campanha longa, que exigia despesas vultosas com viagens, propaganda, concentrações públicas e outras atividades.

Vitória da oposição

Os resultados das eleições de 3 de outubro vieram, então, francamente favoráveis à coligação PTB – UDN, que elegeu todos os candidatos majoritários – governador, vice-governador, senador e prefeito da capital, nas pessoas de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Tibério Barbosa Nunes, Joaquim Parente e Petrônio Portella Nunes. Vale acrescentar que, em comício das oposições, de 17 de setembro, o senador Leônidas de Castro Mello fez pronunciamento abandonando o PSD e apoiando os adversários, mas convém dizer que os deputados estaduais que seguiram sua orientação permaneceram integrados ao PSD. O desfalque não foi eleitoralmente expressivo.

Mensagem dos candidatos

Ao longo da campanha eleitoral de 1958, todos os problemas de interesse do Estado foram, sem dúvida, ventilados e discutidos pelos participantes em geral.

Torna-se, porém, interessante destacar o que chamaríamos a linguagem ou a mensagem de cada candidato ao governo, como característica de sua imagem própria. Trata-se da ênfase que cada um emprestava a certos assuntos.

Demerval Lobão era tido como pessoalmente honesto, forte, coerente e combativo. Inspirava confiança aos amigos, mas tinha pouca comunicabilidade popular. Criara fama de autoritário e mesmo violento, quando exercera as funções de secretário da Fazenda e de diretor do Liceu Piauiense. Seus pronunciamentos estavam ligados ao moralismo político e administrativo – sinais da origem udenista – e aos ataques à chamada oligarquia.

Chagas Rodrigues não trazia experiência administrativa. Seus aspectos mais fortes eram, a nosso ver, a boa comunicabilidade, a oratória populista e certa influência econômica nos últimos momentos da campanha. Usando aquela linguagem populista, enfatizou temas que estavam sensibilizando áreas nordestinas, como a reforma agrária. Procurou difundir uma imagem renovadora e fez apelos aos sentimentos emocionais do povo, ainda chocado com os efeitos do desastre recente. Antes, não possuía densidade política para chegar ao governo, mas, nas circunstâncias reinantes e com sua capacidade de comunicação, conseguiu atrair a atenção de muita gente. Durante dois mandatos de deputado federal, não criara incompatibilidades profundas na política estadual, a não ser em pequenos setores, localizados em Parnaíba. Batia, também, frequentemente, na velha tecla da oligarquia no poder.

De nossa parte, procurávamos focalizar temas relacionados ao desenvolvimento econômico, preferencialmente, apontando projetos já iniciados no governo Gayoso e Almendra, como o Banco do Estado, o Frigorífico do Piauí, o problema energético etc. Falávamos do nosso bom relacionamento político e experiência para promover convergência de ações em torno de tais projetos, que dependiam de decisões maiores do governo federal.

Quanto à falada oligarquia, tentávamos demonstrar a inexistência de um espírito oligárquico em nosso Estado. Negávamos o nepotismo ou o “familismo” que pretendiam combater. Famílias numerosas, por serem mais antigas no Piauí, eram entrelaçadas, e muitos dos seus membros, de real competência, estavam no exercício de altas funções públicas. Isto havia ocorrido sempre. Era uma realidade que não dependia de nós, individualmente.

De forma simplificada, estas são as nossas impressões pessoais dos acontecimentos narrados, depois de 26 anos. Tentamos ser tão objetivos quanto possível, pois já se disse que a objetividade total é impossível quando estamos envolvidos nos fatos. Resta uma palavra de agradecimento aos que nos deram a oportunidade de relembra-los ocorrências tão expressivas da história do Piauí.

O populismo no poder – Raimundo Wall Ferraz³ 4

A tentativa de imposição de mais um nome da família Freitas para substituir o governo Gayoso e Almendra faz com que a oposição se arregimente e vá tecendo, vagarosamente, uma forma de união entre os udenistas, à frente José Cândido Ferraz, com os petebistas de Matias Olímpio, que apoiam o governo. Esta aglutinação das forças oposicionistas resultaria num acordo para livrar o Piauí do domínio da família que já governava há oito anos e pretendia fazê-lo por mais quatro.

A figura central do movimento era o advogado Demerval Lobão Vêras, que exercera várias funções no Estado: inspetor de ensino, diretor do departamento da Fazenda, deputado federal, presidente da Ordem dos Advogados, em plena ditadura, entre outras.

Demerval era uma figura conhecidíssima pela retidão do caráter, pela dureza, por sua forma de coordenar os assuntos políticos. Fazia aquilo que chamamos de “política com os pés no chão”.

Assim, impôs-se como único líder do grupo oposicionista capaz de enfrentar o domínio oligárquico, viabilizando o acordo entre as forças da UDN e do PTB, que, antagonicos no contexto nacional, se uniram nos Estados mais atrasados, onde o problema de posições ideológicas ou convicções políticas é esquecido na hora da disputa pelos cargos. Isso ocorre entre nós desde 1930 até hoje. A ambição do poder fica acima dos ideais políticos, dos programas partidários.

Gayoso e Almendra era um homem criativo, de grandes iniciativas no setor privado. Latifundiário, possuía grandes plantações de laranjas e criação de gado, além de uma cerâmica. Enquanto viveu, o general revelou-se um lutador e mostrou boas iniciativas nos assuntos particulares. Mas, no governo, atuou como um homem totalmente manietado pela conjuntura, que anulou o seu espírito criativo, embora conservador. Ele era, no fundo, um tradicionalista, que tinha vasta leitura e boa formação intelectual.

A campanha para a sucessão do general Gayoso está no auge quando aconteceu um acidente que iria mudar a história. O candidato a governador pelo

³Raimundo Wall Ferraz nasceu em Teresina a 14 de março de 1932. Formado em Direito e História. Secretário de Estado da Educação (1971 a 1975) do Piauí. Vereador de Teresina (1955 a 1959). Vice-prefeito e presidente da Câmara Municipal de Teresina. Nomeado prefeito de Teresina em 1975. Deputado federal (1982 a 1986). Prefeito de Teresina novamente, de 1986 a 1989, e de 1992 a 1996. Faleceu no exercício do mandato de prefeito de Teresina em São Paulo, a 22 de março de 1995.

⁴FERRAZ, Raimundo Wall. O populismo no poder. In: _____. *45 anos depois: tudo que vi, li e ouvi*. Teresina: Plug Gravação, Sonorização e Publicidade Ltda, 1992. p. 80-87.

PTB, Demerval Lobão, junto com o candidato a senador, engenheiro Marcos Parente (recém-chegado na política como deputado federal e que aqui montara o jornal *Folha da Manhã*, com bom feito gráfico e grande circulação), realizava uma viagem para a região Sul do Estado, quando, nas proximidades do povoado de Morrinhos, o carro em que andava se chocou com uma caçamba da construtora que fazia a estrada. No acidente, morreram Demerval Lobão e Marcos Parente, o jornalista José Ribamar Pacheco, o motorista José Raimundo, e o médico e secretário particular do candidato, Rubens Perlingeiro.

A tragédia caiu como uma bomba nos meios políticos piauienses, porque desfalcava a oposição de seus principais trunfos contra a oligarquia. Mais uma vez, aparece José Cândido Ferraz, que ratifica o acordo com Matias Olímpio e, com o apoio até de Leônidas Mello, conseguem as forças oposicionistas manter a coligação e recrutam dois candidatos para substituírem os sinistrados no acidente de Morrinhos.

Para disputar o governo escolhem um deputado federal de Parnaíba, pertencente à família de comerciantes locais, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues que, ainda muito novo, é chamado para o exercício governamental. Assim, pela primeira vez na história republicana do Estado, o governo seria dirigido por um parnaibano, sendo o vice-governador um político de Floriano. Entretanto, para concorrer à vaga do Senado, foi convocado um comerciante que residia no Rio de Janeiro, Joaquim Parente, que tinha como único mérito ser irmão de Marcos Parente. Afinal, era preciso aproveitar a comoção geral dos piauienses com a tragédia recente dos candidatos. É nesta circunstância que Joaquim Parente, apesar de sua bondade e simplicidade, é trazido para o Piauí, como se traz um boi para o matadouro. Enfrenta algumas intrigas de bastidores, mas acaba vencendo-as, da mesma forma como a coligação PTB/UDN derrota o candidato do PSD, de forma brilhante.

José Gayoso Freitas, o candidato do PSD, era filho do ex-governador Pedro Freitas e sobrinho do então governador Gayoso e Almendra.

Esta vitória desfaz o sistema oligárquico e novos rumos se apresentam ao Piauí, com a era de Chagas Rodrigues.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues era fruto da política populista de Getúlio Vargas. Preocupado com as ideias trabalhistas e ainda vivendo o clima emocional da morte daquele que governara o país por 15 anos, Chagas chega ao governo com a mentalidade de um burguês progressista, pregando a mudança das estruturas existentes e a luta contra o imperialismo norte-americano.

Bastante instruído na arte da manipulação das massas, faz com que elas se aproximem do poder, para dar sustentação política aos seus ideais trabalhistas.

Como era um deputado de Parnaíba e foi chamado às pressas para disputar o governo, após eleito, Chagas vem para Teresina sem muito conhecimento sobre as lideranças políticas locais. Mesmo assim, procura recrutar entre ude-nistas e petebistas aqueles que formariam a equipe governamental e que, com ele, inaugurariam no Piauí um novo estilo de administração. Não resta dúvida de que sua ação governamental foi marcante, pois chegou como um pequeno terremoto que abalou as estruturas arcaicas existentes no Estado.

A esperteza e o estilo populista do jovem governante foram demonstrados logo no início, ao procurar manter um diálogo com o povo, através da *Rádio Clube de Teresina*, por ele recém-criada, num programa que ia ao ar semanalmente. Com longos discursos e respostas a cartas que lhe eram enviadas pelos ouvintes, Chagas vai acatando as sugestões administrativas e prendendo a atenção do povo. Era uma nova maneira de governar, que embasbacava os adversários e até correligionários, que nunca tinham visto algo parecido. Mas, contraditoriamente, logo se viu isolado no Karnak, em razão do pouco contato que tinha com a burguesia dominante local.

Havia alguns sindicatos, ainda da época de Vargas, e Chagas procurou estimulá-los e renová-los. Criou uma sede para abrigá-los – a Casa dos Sindicatos, que ainda hoje existe, na Rua Desembargador Freitas – e tentou forjar uma mentalidade diferente nos trabalhadores, especialmente nos da capital e de Parnaíba. Mas cometeu um erro, ao supor que aquilo que vinha sendo praticado com êxito em Estados do Sul – Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde os trabalhistas tinham muita força através dos sindicatos – poderia ser feito no Piauí. Aqui, a conversa era outra, porque a classe trabalhadora era alienada politicamente e não entendia o seu papel na sociedade e muito menos no governo, sendo, portanto, incapaz de aproveitar a oportunidade que Chagas Rodrigues procurava lhe dar. Simplesmente achava aquilo bonito: via no governador alguém que falava pelos trabalhadores. Também é verdade que nas poucas categorias de trabalhadores piauienses não havia uma liderança capaz de influenciar as demais, despertando-lhes alguma consciência política.

A administração de Chagas Rodrigues procurou implementar uma ação social, notadamente em Teresina e Parnaíba, através do SERSE – Serviço Social do Estado, que atendia a pobres, leprosos e velhos. Fez desaparecer os mendigos das ruas, colocando-os em asilos ou fornecendo-lhes alimentos; estimulou o artesanato e não perdeu a oportunidade de praticar o seu populismo, dando assistência pessoal aos flagelados das enchentes da capital, com abrigos e alimentação. Ele não se furtava de caminhar em meio ao lamaçal e chegar às casas dos mais humildes. Esse estilo de governo de Chagas Rodrigues empolgava enormemente as massas, que lhe faziam as maiores reverências, julgando-o como “o pai dos pobres”, um salvador de suas misérias. Foi assim que se instalou o populismo no Piauí, com o rótulo de trabalhismo.

Analisando com mais profundidade a ação governamental de Chagas Rodrigues, vamos encontrar, entretanto, uma preocupação com a formação de uma jovem equipe de profissionais que tinha como objetivo principal o desenvolvimento do estado. Para isto, reestruturou a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE), que mais tarde se transformaria na Secretaria de Planejamento. Foi através da CODESE que o Piauí começou a ser reformulado e estudado. Criou-se um projeto de desenvolvimento para o estado. Seus problemas foram analisados mais profundamente e realizadas pesquisas históricas. Dirigindo a CODESE encontrava-se o professor Raimundo Santana e outros egressos da CEPAL. Homens com mentalidade desenvolvimentista que procu-

raram introduzir no Piauí o tecnicismo que não existia, a fim de que o estado pudesse crescer e expandir-se economicamente.

Com isto, vem a reformulação administrativa e ainda hoje são mantidos na máquina órgãos criados na administração Chagas Rodrigues, como a AGESPISA e a CEPISA, que foram desmembradas do Instituto de Águas e Energia Elétrica. Foi implantada também a AGRINPISA, para cuidar do desenvolvimento agrícola, aproveitando a ideia do governador anterior. Outra ação digna de elogio foi a aquisição do Banco Comercial e Agrícola do Piauí, uma entidade de crédito particular que se transformaria mais tarde no nosso Banco do Estado do Piauí – BEP.

Chagas Rodrigues ainda deve ser considerado como o governador do ensino secundário. Construiu a Escola Normal de Parnaíba e instalou a de Picos. Ginásios em União, Floriano e São Raimundo Nonato, disseminando o ensino em pontos estratégicos do Estado. Construiu ainda algumas estradas, visando ao novo Piauí que queria implantar.

Mostrava-se o governante um homem afável, atencioso, educado no velho estilo parnaibano, sem pronunciar qualquer palavra que pudesse ser interpretada como grosseria. Aberto ao diálogo, ouvia demoradamente a todos, sem discriminação de classes ou posições. Tinha uma conduta retilínea. Em verdade, também trazia consigo uma ingenuidade para com as raposas da política piauiense. Achava que o convencimento através da sua retórica poderia mudar o rumo político do Estado.

Mas não sabia Chagas Rodrigues que sua política se chocava com o conservadorismo existente nas hostes udenistas, que repelia ações inovadoras. Seu desconhecimento das lideranças da capital provoca choques e sua imagem se desgasta junto aos chefes políticos da cidade e do interior. Tudo isso faz com que ele seja obrigado a candidatar-se ao Senado e à Câmara Federal – na época eram permitidas candidaturas simultâneas –, pois temia não obter êxito como senador, como de fato ocorreu; mas foi eleito para a Câmara Federal. Entretanto, o seu candidato ao governo foi derrotado por uma aliança inversa à que o elegeu. A UDN coliga-se com o PSD, e a oligarquia retorna ao poder, sob a égide de um novo nome, que iria marcar profundamente a história do Piauí, Petrônio Portella.

Significado das eleições de 1958 – Antônio José Medeiros^{5 6}

No imaginário político brasileiro, a palavra *oligarquia*, mais que à dominação de qualquer grupo minoritário, está associada à permanência da dominação política de uma mesma família. Ora, o cenário político do Piauí de 1958 apresentava uma dessas “situações oligárquicas típicas”: o coronel Pedro Freitas governara o Estado de 1950 a 1954; foi eleito como seu sucessor, em 1954, o seu cunhado, general Gayoso e Almendra; agora, José Gayoso Freitas – filho do primeiro e sobrinho do segundo – era candidato a governador. Foi fácil para os adversários pegarem o mote: “demolição da inepta oligarquia instalada no poder” (FOLHA DA MANHÃ, 18/1/1958)⁷.

Mas o PSD governista, apesar do desgaste de dois mandatos consecutivos, ainda mantinha sólidas posições político-eleitorais. O “combate à oligarquia” teria talvez se esgotado como retórica oposicionista se outros fatores não tivessem interferido na conjuntura eleitoral.

O PTB, que ocupava a vice-governadoria, em aliança com o PSD, sabia-se cada vez mais fiel da balança nas disputas eleitorais: estavam os petebistas “convencidos de que a decisão eleitoral em favor do situacionismo ou da oposição achava-se em suas mãos” e, por isso, reafirmavam “o ponto de vista de só firmar acordo para coligação partidária com os partidos que atribuíssem ao PTB o direito de indicar o candidato ao governo estadual” (JORNAL DO COMÉRCIO, 15/1/1958).

A UDN, por sua vez, vivenciava nacionalmente a fase de “aposta democrática”: apresenta-se como oposição intransigente e “ao mesmo tempo, como o partido da renovação, realista e pragmático, sensível às necessidades de barganha e compromissos interpartidários”; “inaugura uma nova política de acordos e coligações estaduais, como única fórmula de vitória ‘sem sacrifício da linha

⁵ Antônio José Castelo Branco Medeiros (União – PI, 16/5/1950) formou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Piauí, em 1971. Fez mestrado em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Ciências Sociais pela PUC de São Paulo, em 1994. Foi um dos fundadores do PT nacional e piauiense. Um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores. Um dos fundadores do Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC. Foi Secretário de Estado da Educação.

⁶ MEDEIROS, Antônio José. Significado das eleições de 1958. In: _____. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996. p. 64-76.

⁷ A polêmica perpassa toda a campanha. O jornalista José Rêgo diz que “a oligarquia, prática sem dúvida condenável, é uma fatalidade de nosso povoamento... O Estado foi povoado por poucas famílias, que dificuldades de comunicação obrigavam à prática da endogamia. Assim, muito dificilmente se pode escolher um governador para o Piauí... que não se encontre (nos célebres livros genealógicos de algumas famílias)” (FOLHA DA MANHÃ, 18/1/1958).

estratégica partidária’, como acentuava Juraci Magalhães, defensor convicto dos acordos, obedecendo às realidades locais, onde as coligações são inevitáveis. Os acordos são feitos para se evitar as derrotas gloriosas!” (BENEVIDES, 1981, p. 102-105). Assim, em 10 dos 11 estados onde havia eleições para governador em 1958, a UDN faz coligações; em quatro deles, com a participação do PTB. Evidentemente, o que estava na base dessa postura era o enfrentamento do dinamismo econômico do governo Kubitschek, inclusive com abertura ao capital estrangeiro, desafiando a UDN a formular um projeto alternativo. A UDN piauiense se alinhava justamente nessa postura mais pragmática do partido.⁸ *Combinavam-se, pois, fatores locais de rearranjo entre as três forças políticas mais fortes do Estado⁹ com fatores nacionais que impulsionavam os partidos à renovação.*

O clima era desfavorável à “oligarquia”, e as forças oposicionistas saem na frente na disputa eleitoral. Já em janeiro de 1958, a aliança se formalizava quando nota conjunta dos presidentes dos dois partidos – Matias Olímpio (PTB) e Lustosa Sobrinho (UDN) – torna oficiais os entendimentos. A UDN explicita que o acordo estaria “condicionado a soluções adequadas de casos municipais”¹⁰ (FOLHA DA MANHÃ, 18/1/1958, 21/1/1958; JORNAL DO COMÉRCIO, 23/1/1958). A chapa das *Oposições Coligadas* ficou então constituída: governador – Demerval Lobão, (PTB); vice – Tibério Nunes (UDN); senador – Marcos Parente (UDN); prefeito de Teresina – Petrônio Portella (UDN); vice – Inácio Soares (PL).

As forças governistas encontravam dificuldades em concluir os acordos em torno do nome já escolhido para governador. Somente em abril, a *Coligação Democrática Piauiense* define a chapa: governador – José Gayoso Freitas (PSD); vice – Agenor Almeida (PSP); senador – José Mendonça Clark (PR); não houve coligação para prefeito de Teresina (O DIA, 20/4/1958; JORNAL DO COMÉRCIO, 11/5/1958). Às vésperas das convenções oficiais, o quadro se torna ainda mais difícil para o PSD. O senador do partido, ex-interventor Leônidas Mello, rompe com a coligação governista e, após as eleições, se filiará ao PTB (FOLHA DA MANHÃ, 5/6/1958; JORNAL DO COMÉRCIO, 9/6/1958, 29/10/1958).¹¹

⁸O deputado José Cândido Ferraz, um dos principais líderes da UDN, no Piauí, era tido como do grupo “chapa branca” da UDN – grupo sempre aberto a acordos e concessões aos governos pessedistas, em troca de favores políticos. Significativamente, após as eleições, José Cândido Ferraz lança Juracy Magalhães para a presidência da República (FOLHA DA MANHÃ, 1958c).

⁹O PTB alegava também, como motivo de seu rompimento, que o PSD estava descumprindo acordo feito, ainda em 1954, de que a aliança se manteria em 1958, porém com candidato a governador do PTB e vice do PSD.

¹⁰O único caso problemático ocorreu em Parnaíba, onde o diretório municipal da UDN não aceitou a coligação com o PTB e sofreu intervenção do diretório regional (JORNAL DO COMÉRCIO, 24/8/1958).

¹¹Para a cobertura das convenções, ver *Folha da Manhã* (19/6/1958), *Jornal do Comércio* (19/6/1958), *Jornal do Piauí* (6/7/1958) e *Decisão* (6/7/1958).

Demerval Lobão¹², candidato a governador, integrava o grupo político liderado pelo senador Matias Olímpio, que participara da UDN, em 1945, e se transferira para o PTB, em 1950. Ocupou a chefia de diversos órgãos públicos federais e, uma vez no PTB, ligou-se à burocracia sindical-previdenciária. Tinha um perfil trabalhista mais tradicional que reformista: getulista, nacionalista, corporativista, conciliador; ver Delgado (1989, p. 58). Seu discurso a dirigentes sindicais de Teresina, Parnaíba, Floriano e Campo Maior é paradigmático: “integração do trabalhador na política nacional não é apenas um imperativo da época; é o reconhecimento da grandeza de seus esforços pela independência econômica do país”. “Vossa atuação nos comícios políticos é fator de equilíbrio social porque importa na incorporação das massas organizadas em torno de seus sindicatos na composição dos órgãos dirigentes”. E anuncia o propósito de empenhar-se pela construção de hospitais e de grupos residenciais, pelo ensino médio profissional, pela unificação dos planos assistenciais, pela Federação dos Trabalhadores do Piauí, além de lutar pela valorização das atividades industriais do Estado e pelo aproveitamento dos produtos naturais de exportação (FOLHA DO MANHÃ, 29/4/1958; JORNAL DO COMÉRCIO, 20/4/1958). Na convenção que oficializou seu nome, Demerval Lobão apresenta sua plataforma, combinando retórica trabalhista e as tradicionais bandeiras dos diferentes setores das classes dominantes piauienses: “O Piauí, no quadro da Federação, oferece o triste aspecto de um corpo que vinha sendo anestesiado para as solicitações da conjuntura brasileira”. Propõe: dinamização às atividades pastoris, fomento à agricultura, porto marítimo, atenção à instrução e saúde públicas, ensino profissional, melhor organização fazendária e aperfeiçoamento da máquina administrativa. Seu plano de trabalho será executado “em consonância com os organismos de classe”, pois “vivemos o mais torpe dos equívocos: um regime democrático onde se nega ao povo o direito de uma existência digna” (FOLHA DA MANHÃ, 28/6/1958).

Marcos Parente, candidato udenista a senador na coligação oposicionista, em seu discurso programático da convenção, também se posiciona, propugnando um “nacionalismo sadio”, que defenda as riquezas do subsolo, o petróleo, os minerais atômicos, que promova a siderurgia e o aparelhamento ferroviário, e se compromete a lutar pela inclusão de um percentual fixo no orçamento da República para aplicação no Vale do Parnaíba.

Do lado governista, o candidato a governador José Gayoso adota o lema “pacificação política e desenvolvimento econômico”, defendendo obras de infraestrutura (energia, abastecimento d’água, telefone, estradas, prédios esco-

¹²Demerval Lobão Vêras, nascido em Campo Maior, então com 43 anos, era advogado, formado na Bahia. Foi presidente da seção estadual da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 1940/1950. Ocupou diversas chefias de órgãos federais: Inspetor de Ensino Secundário, Delegado Regional do Recenseamento de 1940, Diretor do IAPTEC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas) e, em 1958, era Delegado do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários). Juiz do Tribunal de Contas (1946). Diretor da Fazenda, no governo udenista de Rocha Furtado (1948/1950) e deputado federal, pelo PTB, de 1950/1954, não conseguiu se reeleger.

lares), barragem no Rio Poti, Frigorífico e valorização do Banco do Estado (JORNAL DO COMÉRCIO, 27/7/1958). O candidato a senador Mendonça Clark também faz sua “profissão de fé nacionalista”: defende modificações no sistema da região Sul do Estado e advoga que só a revitalização da exportação extrativa iria criar fontes de financiamento para a industrialização (O DIA, 26/6/1958, 6/7/1958, 24/6/1958; CASTRO, 1960, p. 30).

Os temas em debate já apontam para os dilemas que estarão presentes em todo o período: assume-se uma ideologia desenvolvimentista-industrializante, mas continua-se a propor a revitalização ou racionalização da pecuária e do extrativismo.

Já no final da campanha eleitoral, a 4 de setembro – portanto, a praticamente um mês das eleições – um fato inesperado: a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente em desastre automobilístico. Passado o choque, as Oposições Coligadas, que vinham na ofensiva, incorporam agora um componente emocional em sua campanha. As articulações políticas foram rápidas; diversos nomes são cogitados para substituir os candidatos mortos, mas os de Chagas Rodrigues (PTB) para governador e de Joaquim Parente (UDN), irmão do falecido Marcos Parente, logo se impõem; a 14 de setembro, os novos nomes são oficialmente anunciados (JORNAL DO PIAUÍ, 7/9/1958; O DIA, 7/9/1958, 11/9/1958; JORNAL DO COMÉRCIO, 11/9/1958; FOLHA DA MANHÃ, 13/9/1958, 14/9/1958). A solução no PTB baseou-se em critérios políticos bastante delineados na conjuntura: Chagas Rodrigues¹³ era um dos nomes da nova geração de petebistas de maior destaque; a alternativa a seu nome seria a volta do velho líder Matias Olímpio. A solução da UDN, provavelmente diante de impasses políticos internos, foi diversa. O “estranho” Joaquim Parente – há muito residente no Rio de Janeiro, onde se dedicava a atividades comerciais – dificilmente seria candidato a cargo de importância de uma senatoria, em outras circunstâncias. Os últimos dias de campanha se desenvolveram em clima de quase consagração dos herdeiros políticos dos “mártires da renovação política e moral do Piauí”.

As Oposições Coligadas venceram o pleito para os cargos majoritários. Dos votos para governador da coligação PTB – UDN, 30% vieram das quatro cidades maiores – Teresina, Parnaíba, Florianópolis e Picos; em Teresina, as oposições tiveram 15.532 votos contra 5.074 das forças governistas e, em Parnaíba, 7.880 contra 4.227. Nas cidades menores, a votação refletia muito mais o prestígio de chefes políticos locais. Ilustrativa é a votação de José de Freitas, terra

¹³Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, nascido em Parnaíba, era advogado formado em São Paulo, em 1945, tendo antes estudado na Faculdade de Recife. Participa do movimento estudantil em Recife e São Paulo, na fase de redemocratização. Procurador concursado do Ministério da Fazenda, passa a residir no Rio de Janeiro, onde se torna também advogado do SESI (Serviço Social da Indústria). Casado com a filha do industrial José de Moraes Correia, aos 28 anos, em 1950, com apoio do sogro e defendendo claramente interesses industrializantes, foi eleito deputado federal pela UDN. Transferiu-se para o PTB, em 1954, tendo sido reeleito deputado federal. Agora, disputava, mais uma vez, a reeleição, quando, aos 36 anos, se tornou candidato a governador, nas circunstâncias descritas.

natal do candidato governista, onde ele obteve 1.835 votos contra 130 da oposição (CASTRO, 1960, p. 37).

Mas o resultado para o legislativo federal e estadual mostrou que as forças políticas estaduais continuavam cada vez mais equilibradas, embora as tendências de perda de espaço pelo PSD, de crescimento do PTB, de certa estabilidade da UDN e de dispersão de votos em partidos menores se mantivessem (ver quadro I).

Quadro I

Piauí: desempenho partidário para o legislativo

Senador						
	1945	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	xx	1 (b)	1	1 (d)	xx	1 (d)
UDN	2	1	xx	xx	1	1 (d)
PTB	xx	xx	xx	1 (d)	(f)	xx
Deputado federal						
PSD	3	(c)	3	3 (d)	2 (d)	2 (d)
UDN	4		4	2 (e)	2 (e)	3 (d)
PTB	xx		xx	1 (d)	2 (e)	3
PSP	xx		xx	1 (e)	1 (d)	xx
Deputado estadual						
PSD	(a)	17	14	15	13	8
UDN		14	15	12 (e)	9	13
PTB		1	2	4	7	16
PSP		xx	1	1 (e)	3 (g)	4+1 (h)

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – Dados estatísticos. 7 vols. (a) Não houve eleição para a Assembleia Legislativa. (b) Foi eleito um 2º senador, devido ao falecimento de um dos eleitos em 1945. (c) Não houve eleição para a Câmara Federal. (d) Coligados entre si. (e) Coligados entre si. (f) Coligados com a UDN. (g) Coligados com o PR e o PRP. Dois dos eleitos eram do PR. (h) Coligados com o PST e o PRP; não foi possível identificar o partido de cada eleito. O outro deputado foi eleito pelo PDC.

O processo de desintegração do PSD era mais claro: o senador Leônidas Mello se sentia marginalizado; Hugo Napoleão, que via nessas eleições sua última chance, a perderia, ao ser preterido para candidato a senador; o mesmo acontecera a Sigefredo Pacheco (O DIA, 2/11/1958; FOLHA DA MANHÃ, 12/11/1958). Em todos os partidos, na realidade, a “geração de 45” assumia o comando, em substituição aos líderes que vinham da República Velha ou da Ditadura Vargas: Eurípedes de Aguiar, da UDN, falecera; Matias Olímpio, do PTB, considerava sua carreira política se encerrando. Uma mudança geracional coincidia com transformações sociais e político-culturais mais amplas na vida do país. As eleições de 1958 bem o sinalizavam.

A eleição de Chagas Rodrigues pode ser vista como tendo justamente essa significação, que vai além de uma trajetória pessoal ou geracional. Chagas iniciara a carreira política dividido entre o udenismo e o petebismo – formas distintas da mesma diferenciação com relação às oligarquias rurais. O caráter de suas bases sociais e eleitorais – a burguesia industrial e comercial e o sindicalismo urbano de Parnaíba, sua cidade natal – o levaram para o PTB. Se, nas circunstâncias políticas e no clima emocional de sua rápida campanha, se apresentava como “o herdeiro das bandeiras de Demerval Lobão”, na verdade era muito menos comprometido com o grupo político liderado por Matias Olímpio, que carregava as ambiguidades de uma liderança política anterior a 1930. Tinha, pois, Chagas Rodrigues relações mais explícitas com determinada base social e maior abertura para o reformismo que o PTB nacional vinha assumindo após a morte de Vargas, como consequência da própria dinâmica da democracia populista, dos impasses da industrialização brasileira e de maior mobilização social urbana (DELGADO, 1989, p. 155).

Das oligarquias aos governos modernizantes

Na crise da democracia populista, *dois objetivos* de modernização do Brasil estiveram em disputa: um projeto nacional reformista como desdobramento do próprio populismo e um projeto de associação ao capital internacional, que incorporava reformas e oscilava entre liberalismo e autoritarismo. Significativamente, os dois últimos governadores do Piauí, na fase pré-1964, serão representantes típicos dessa alternativa: Chagas Rodrigues, do PTB (1958 – 1962), representará a alternativa reformista-nacionalista, e Petrônio Portella, da UDN, representará um reformismo democratizante, na primeira fase do seu governo (1962 – 1964), e aderirá ao reformismo autoritário, na última fase (1964 – 1966). As semelhanças e diferenças dos dois projetos – modos de rompimento com a dominação oligárquico-coronelista tradicional – talvez expliquem por que, num primeiro momento (1958) os dois estejam aliados e depois, entrem em disputa (1962) e, enfim, sigam caminhos diversos (1964).

O Governo Chagas Rodrigues

a) O cenário político

O governo Chagas Rodrigues começa num clima de dinamismo. Sua instalação coincide com a criação do Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) e com o grande debate que a questão nordestina provocou, em níveis regional e nacional. E a administração estadual consegue capitalizar e encarnar com grande força as *ideias reformistas*: populismo, desenvolvimentismo-industrialismo, nacionalismo.

E mais: Chagas Rodrigues definiu um *estilo de governo* antes desconhecido no Piauí, com mobilização popular e forte utilização da mídia. Apoiou a

instalação da *Rádio Clube* e ali mantinha o programa semanal “Falando com o povo”; recebia sindicatos e associações no palácio de governo; instituiu audiências populares aos sábados (ESTADO DO PIAUÍ, 31/1/1960); recebia a imprensa semanalmente e concedia longas entrevistas coletivas, transmitidas ao vivo pelo rádio, quando retornava de viagens mais demoradas¹⁴ (JORNAL DO COMÉRCIO, 1/5/1959); chegou mesmo a promover uma concentração popular, após seis meses de governo, para “prestar contas” (O DIA, 28/6/1959); programações do governo eram organizadas em promoção conjunta com sindicatos (ESTADO DO PIAUÍ, 31/1/1960). Sobretudo, o governo era uma “fábrica de ideias” que, na maioria das vezes, não passaram de ideias, mas que alimentaram sonhos de um Piauí novo e melhor.

A coligação com a UDN não impediu que essas características fossem bem ressaltadas. Na composição do secretariado, por exemplo, a UDN ficou com as secretarias de Interior, Justiça e Segurança Pública e de Educação e Cultura; e o PTB com a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio. As secretarias do PTB foram preenchidas por dois técnicos, convocados da administração federal: José Tobias Duarte, do Ministério da Fazenda, e o engenheiro José Mariotti Pires Rebelo, do DNOCS, o que foi interpretado, por forças oposicionistas, como “o alijamento premeditado do grupo do senador Matias Olímpio”, líder tradicional do PTB (JORNAL DO PIAUÍ, 12/2/1959; O DIA, 1/3/1959).

Enquanto durou a coligação com a UDN, o governo sempre esteve na ofensiva política, embora os enfrentamentos de natureza mais social tenham começado quando ele assumiu uma posição mais aberta a favor da reforma agrária. Mesmo quando o Tribunal de Justiça pediu intervenção federal no Estado não houve maiores repercussões. O motivo fora simplesmente o não cumprimento da decisão de reintegrar um funcionário demitido no início do governo. Contudo, a solidariedade de 10 sindicatos de Teresina e 23 de Parnaíba foi pronta¹⁵ (FOLHA DA MANHÃ, 23/10/1960, 25/10/1960; JORNAL DO PIAUÍ, 23/10/1960; ESTADO PIAUÍ, 6/11/1960).

As posições diferentes do PTB e da UDN na campanha presidencial de 1960 também não criaram maiores transtornos à coligação. No início da campanha, o governador declara que o fato “não constitui empecilho a que conti-

¹⁴ As viagens do governador são constantes ao Rio de Janeiro. Ele as explica como exigência do dinamismo que imprimia à administração. A oposição apela à ridicularização: “Sua Exa. regressou ao Rio!” ou “Governador rumo a Copacabana!” (O DIA, 9/4/1959, 16/7/1959).

¹⁵ A lista dos sindicatos que prestam solidariedade ao governador aponta quais os setores profissionais organizados no Estado. Os sindicatos de Teresina são: 1) comerciários; 2) fiação e tecelagem; 3) indústrias gráficas; 4) panificação; 5) construção civil; 6) calçados; 7) oficinas mecânicas; 8) arrumadores; 9) lustradores de calçados; 10) transportes de volumes. Os de Parnaíba são: 1) federação dos transportes fluviais; 2) federação dos trabalhadores na indústria; 3) estivadores; 4) arrumadores; 5) contabilistas; 6) comerciários; 7) condutores de veículos; 8) carne e derivados; 9) óleos; 10) construção civil; 11) mecânicos; 12) panificação; 13) arraiais e mestres; 14) maquinistas fluviais; 15) foguistas; 16) contramestres; 17) carpintaria; 18) trabalhadores rurais; 19) músicos; 20) veículos urbanos; 21) calafates; 22) apontadores.

nue no Estado a política de entendimento, de união e de coligação entre PTB e UDN” (O DIA, 9/3/1960); e volta a reafirmar, ao final: “a coligação PTB - UDN no Piauí está hoje mais forte do que nunca. Muito em breve, esse sistema estará ainda mais fortalecido, o que vale dizer, com a invencibilidade plenamente assegurada” (FOLHA DA MANHÃ, 20/11/1960). Manifesta mesmo a posição de que a coligação continue e anuncia que “será candidato à Câmara ou Senado, dependendo do PTB, e tentará manter o acordo com a UDN” (JORNAL DO COMÉRCIO, 8/1/1961).

O processo sucessório, entretanto, é que vai provocar a ruptura da coligação governista. De um lado, havia problemas internos no PTB, com vários pretendentes, com destaque para o deputado federal Clidenor de Freitas Santos (JORNAL DO COMÉRCIO, 9/2/1961, 25/3/1961, 23/4/1961). De outro lado, a UDN reivindicava apresentar o candidato a governador, caso a coligação se mantivesse, e o nome consensual no partido era Petrônio Portella. A eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa em junho de 1961 – com mandato até o fim da legislatura – foi a ocasião em que os conflitos se manifestaram. É que, em caso de renúncia do governador e do vice para candidaturas, o presidente da Assembleia seria o governador substituto, exatamente durante a campanha eleitoral. Estava em jogo, ali, um elemento importante na sucessão que ocorreria em 1962. As conversações já em andamento entre a UDN e o PSD alijaram o governador do processo. O governador tomou, então, a iniciativa de rompimento da coligação governista que incluía a UDN (FOLHA DA MANHÃ, 3/6/1961). Petrônio Portella lança Carta Aberta a Chagas Rodrigues: “Aceito o seu desafio... Árdua será a nossa caminhada... Não escondo meu pensamento e não faço jogo indigno para atingir o poder... Saberei enfrentar a campanha que seu personalismo precipitou” (FOLHA DA MANHÃ, 8/6/1961). A 10 de junho, em concentração popular, era pré-lançada a candidatura de Petrônio a governador, e líderes do PSD anunciam que levariam seu nome à convenção do partido, no ano seguinte (FOLHA DA MANHÃ, 10/6/1961, 9/8/1961).

Ressalte-se que, no momento, o que estava em jogo era a rearrumação do quebra-cabeça entre as três forças cada vez mais equilibradas da política estadual; qualquer aliança entre duas delas significava a derrota da terceira. A guinada da UDN para posições mais conservadoras e que vai aproximá-las do PSD, em termos nacionais, só acontece mais tarde, depois da posse de Goulart; ver Bandeira (1978). *O quadro se modificava pela dinâmica da própria política estadual. E, desde então, o governo vai, pouco a pouco, perdendo a ofensiva política em que se mantivera.*

No episódio da renúncia de Jânio e do veto ao nome de Goulart pelos militares, Chagas tentara uma solução conciliatória, embora mantivesse sua posição de defesa da Constituição. Encontrava-se no eixo Rio – São Paulo, onde manteve entendimento com o governador Carvalho Pinto. “De minha iniciativa foi a carta que defendeu a tese de retorno do presidente ao seu posto, todavia, improficua, porque Jânio declarou irreversível sua renúncia. Ainda assim, os governadores telegrafaram ao Congresso apelando para que não fosse consi-

derada a renúncia. Consumados os fatos, o Piauí não aceita nenhuma solução extralegal e defenderá a Constituição e a legalidade democrática”. Ao chegar a Teresina, ainda em meio à crise, declara: “Há possibilidade de uma revolução, mas ainda há esperança de solução para a crise... Se houver renúncia (também de Jango), deve haver novas eleições”. E, ao mesmo tempo em que anuncia a possibilidade de greve geral e que se reúne com os comandantes da Guarnição Federal, do 25º BC, do 2º BEC e da PMPi, sugere a formação de “uma comissão de cardeais e bispos para trazer sob o manto da Igreja o novo presidente da República” (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/8/1961).

Ora, desde maio de 1960, talvez desiludido com as perspectivas de atuação mais imediata e impactante da Sudene no Piauí, Chagas Rodrigues passara a assumir um discurso mais radical.

Nas comemorações de 10 de maio de 1960, o governador se posiciona com veemência: “1) deve ser construído um mundo novo sobre o mundo velho do atraso e do pauperismo; 2) o homem não será mais explorado pelo próprio homem; 3) havemos de forjar um mundo onde o sol brilhe para todos; 4) o capitalismo é um mal e o mundo capitalista se esboroa; 5) estamos no século das nacionalidades para sacudir o jugo do colonialismo e combater o subdesenvolvimento; 6) pretendo imprimir novo sentido à política agrária, no sentido de que as terras sejam postas à disposição dos trabalhadores e suas famílias; 7) tudo farei contra o latifúndio para desapropriar terras e entregá-las aos trabalhadores e suas famílias” (resumo feito pelo jornalista A. Tito Filho, em O DIA, 5/5/1960).

Entretanto, mesmo os conflitos com latifundiários, provocados por essas declarações, eram neutralizados pela vigência da coligação com a UDN. A retórica e as iniciativas reformistas do governador, numa evolução de sua postura desenvolvimentista-nacionalista, só vão repercutir na nova conjuntura do segundo semestre de 1961. Rompida a coligação estadual e tendo Goulart assumido o governo, a disputa política estadual vai ganhar forte componente de polarização ideológica.

A reação ante a mobilização dos funcionários contra a recusa da Assembleia Legislativa de aprovar a criação do IAPEP (Instituto de Aposentadoria e Pensões do Estado do Piauí) e do SERSE (Serviço Social do Estado) é sintomática. Diz o jornal da UDN: “o secretário da CODESE promove movimento subversivo, insuflando o funcionalismo estadual contra o Poder Legislativo. Urge séria providência da Secretaria de Segurança e do Comando da Guarnição Federal. – Comunismo à Vista!” (FOLHA DA MANHÃ, 5/1/1962, 7/1/1962). Isso no início de 1962... É que a UDN e o PSD – agora formando lado a lado na oposição – não só se opõem aos projetos governamentais como desencadeiam uma campanha ideológica contra “o bem-amado, socialista da escola fidelista de Chico Julião”, que “fala de terceira força, mas não sabe o que é” (FOLHA DA MANHÃ, 5/1/1962, 7/1/1962). As críticas misturam um tom alarmista com a ironia. Se alertam contra “o agitador Chagas” (JORNAL DO PIAUÍ, 21/1/1962), ironizam o “socialismo de araque” do SERSE, que apenas distribui sopa para

os pobres (FOLHA DA MANHÃ, 25/2/1962); se falam em “pregações subversivas” (FOLHA DA MANHÃ, 18/3/1962) e “destempero na linguagem no rádio, de sentido subversivo” (FOLHA DA MANHÃ, 27/10/1961), desfazem da “bondade vermelha”, pois do “crescido número de comunistas rotulados de ‘nacionalistas’ e ‘trabalhistas’, 99,5% são funcionários do palácio do governo” (JORNAL DO PIAUÍ, 18/1/1962).

A participação de Chagas Rodrigues em comício de protesto contra o atentado à sede da UNE, no Rio de Janeiro, desencadeará nova batalha, a um tempo de disputa eleitoral e polarização ideológica. O jornal da UDN destaca em manchete: “Confirmado: Chagas é comunista!” (FOLHA DA MANHÃ, 11/1/1962). E o jornal do PSD comenta: “abandonando os deveres do cargo que deslustra, imiscuiu-se com conhecidos vermelhos para levar a nação à intranquilidade” (JORNAL DO PIAUÍ, 9/1/1962).

Os estudantes, através da UEE (União Estadual dos Estudantes) e da UPES (União Piauiense de Estudantes Secundários) se manifestam em solidariedade à UNE e em desagravo ao governador, em notas oficiais (JORNAL DO COMÉRCIO; FOLHA DA MANHÃ, 12/1/1962).

O desembargador Simplício Mendes, ligado à UDN e uma das vozes conservadoras mais presentes na conjuntura, em sua coluna diária nos jornais ataca: “Traindo o mandato que o nosso povo de índole eminentemente cristã lhe confiou, o sr. Chagas ‘Che’ Rodrigues resvala para um terreno que a formação profundamente religiosa de nossa gente sempre repugnou”. “Estranhamos que o Diretório Acadêmico da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí assim se manifeste em defesa de Juliões *et caterva*”. E não falta o apelo autoritário: “E para isso chamamos a atenção do sr. arcebispo metropolitano, como chamamos a atenção do comando da Guarnição Federal” (FOLHA DA MANHÃ, 13/1/1962). Os governistas contra-atacam: “Então, a dois passos de nós, em pleno paço governamental, se esconde o olho de Moscou? Será o Karnak um pequeno Kremlin em terras mafrenses? Será que o Dr. Chagas, longe de pensar na sucessão governamental, vive a prelibar, a antegozar, a premanjar os ricos latifúndios do Dr. Nei Ferraz e dos Gayosos?... E agora, como responsabilizá-lo? Denunciá-lo ao chefe de polícia? à UDN? ao Tribunal de Justiça?” (JORNAL DO COMÉRCIO, 14/1/1962). “Espírito liberal aliado a uma mentalidade arejada, o governador Chagas Rodrigues não tem sido compreendido pelos que defendem a política de aldeia, de achincalhe, de humilhação do povo, de despolitização” (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/2/1962).

As comemorações do 3º aniversário serão realizadas nesse clima. A programação é realizada conjuntamente com os sindicatos e, além de suas obras de modernização institucional e infraestrutura, o governo faz questão de ressaltar que “criou estímulos à reforma agrária, com a valorização do homem do campo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/2/1962). A oposição critica o “aluguel de caminhões para trazer caboclos, agora apelidados de camponeses, à moda comunista” e a pregação e agitação em torno da “reforma agrária violenta, subversiva, desmoralizadora da ordem social democrática e da propriedade privada” (FOLHA DA MANHÃ, 31/1/1962).

Chagas ficava mais isolado porque as lideranças do PTB não se manifestavam. O senador Matias Olímpio permanecia em Brasília, afastando-se da política; o deputado federal João Mendes Olímpio, filho do senador, tinha posições conservadoras e não se afirmara como herdeiro político do pai (FOLHA DA MANHÃ, 8/3/1962); o deputado federal Clidenor Freitas, do “grupo compacto” do PTB e de posições progressistas, afasta-se cada vez mais de Chagas, por divergências na sucessão, uma vez que reivindicava o apoio deste à sua candidatura a governador (FOLHA DA MANHÃ, 10/3/1962; JORNAL DO PIAUÍ, 26/4/1962). Clidenor era defensor das reformas de base: “Fiquei surpreendido com a evolução dos meus conterrâneos, hoje conscientes dos seus direitos fundamentais. Isso está acontecendo em todo o Brasil. Nossos ministros militares estão certos, apoiando a Reforma Agrária” (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/2/1962). Mas rompe com Chagas Rodrigues, divulgando uma longa e agressiva carta, terminando por se aliar a Petrônio, na sucessão estadual.

O governador, entretanto, prossegue em seu discurso reformista até o final do mandato: “O Nordeste marchará para a revolução com operários e camponeses... O nordestino não sendo ajudado, deve solicitar auxílio a quem queira ajudar... Sem reforma agrária, haverá revolução” (FOLHA DA MANHÃ, 16/3/1962). Na reunião dos governadores em Araxá, último evento de que participará como governador, Chagas declara: “No meu Estado, não se pode mais esperar a revolução, porque ela está nas ruas” (FOLHA DO NORDESTE, 21/6/1962).

Em 6 de julho de 1962, Chagas deixa o governo para ser candidato a senador e a deputado federal.

b) Política econômica e social

A preocupação desenvolvimentista do governo se traduzia no industrialismo, no planejamento e na modernização institucional da administração pública, além da intervenção do Estado na economia.

Chagas Rodrigues critica “a falta de espírito pioneirista em nossas elites sociais” (O DIA, 3/5/1959) e promete “libertar as elites dinâmicas do desânimo e da rotina” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1/5/1959). “O Nordeste será mais cedo ou mais tarde integrado no ritmo da economia e da grandeza do Brasil. Deixará de ser zona colonial de controle da indústria do Centro Sul” (ESTADO DO PIAUÍ, 15/3/1959). Antes de assumir, declara como meta principal a industrialização, tanto favorecendo a indústria local, como atraindo capitais de fora. “Tudo farei para industrializar o Piauí, arrastando para ali capitais construtivos” (O DIA, 7/12/1958). Faz “apelo a industriais do Sul e europeus (italianos)” (ESTADO DO PIAUÍ, 22/1/1959). Após a visita a Carvalho Pinto, à Assembleia Legislativa e a industriais paulistas, anuncia: “Estará visitando o Piauí uma comissão de homens de empresa de São Paulo, que estudará *in loco* a posição do Estado no tocante à implantação de indústrias de aproveitamento integral de produtos extrativos” (ESTADO DO PIAUÍ, 1/5/1959; O DIA,

3/5/1959). Apesar de toda a campanha industrialista, os investimentos industriais externos inexistiram. E os incentivos canalizados pela SUDENE, de início, beneficiaram apenas algumas poucas indústrias locais do Piauí.

Na prática, contando com os próprios recursos, o governo estadual tomou a iniciativa da Lei nº 1.886, de 27/11/1959 – Isenção do IVC a Indústria Pioneira, que prorrogava as isenções tributárias para um período posterior aos cinco primeiros anos de funcionamento das empresas. Diante do reduzido parque industrial piauiense, as firmas Moraes (do sogro do governador) e Gecosa – Gervásio Costa S/A (da família do deputado federal Ezequias Costa, da UDN) se tornaram as principais beneficiárias da nova lei. O fato, inclusive, é explorado politicamente, sendo a lei chamada de “Lei Moraes” (JORNAL DO PIAUÍ, 29/9/1959). A firma Moraes sai em sua defesa, em matéria paga nos jornais. A lei é “para evitar o dilema: continuar no Piauí ou se transferir para outros Estados; beneficia apenas quem já tiver pago três incidências de imposto (município de origem, comerciante e industrial) não mais no produto industrializado... É colocar as indústrias piauienses em igualdade de condições com os outros Estados... para enfrentar concorrência de paulistas e cariocas”. A lei segue as diretrizes da SUDENE, que é a “intensificação dos incentivos industriais visando a criar, no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira”... “Se o incentivo é só de cinco anos, a empresa procura tirar o máximo em cinco anos; algum industrial vai aumentar seu parque? Teremos que ir atrás de outras plagas” (O DIA; JORNAL DO COMÉRCIO, 25/10/1959). Decorridos três anos de governo, com pequeno avanço na atração de capitais, Chagas anuncia que “estaria inclinado a procurar recursos nos países do bloco socialista” (FOLHA DO NORDESTE; O DIA, 18/2/1962).

Maior sucesso o governo teve na modernização institucional. Logo depois da posse, contrata firma do Rio de Janeiro – “a organização, que fez trabalho idêntico para Leonel Brizola, quando candidato ao governo do Rio Grande do Sul, e para o deputado Virgílio Távora, quando disputou o governo do Ceará” (O DIA, 28/6/1958) – para projetar a modernização do sistema tributário e definir um modelo de planejamento para o Estado. A quantidade de órgãos criados e medidas implementadas bem ilustra a ação governamental: Lei nº 1.825, de 14/7/1959 – Loteria Estadual do Piauí (LOTEPI); Lei nº 1.840, de 17/8/1959 – Assessoria Econômica do Governo; Lei nº 1.870, de 5/10/1959 – Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE); Lei nº 1.884, de 12/11/1959 – Fundo de Desenvolvimento do Estado; Lei nº 1.906, de 27/11/1959 – Agroindustrial do Piauí S/A (AGRINPISA); Lei nº 1.948, de 1/12/1959 – Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA); Lei nº 1.964, de 4/12/59 – Expansão das Coletorias; Lei nº 1.961, de 4/12/1959 – Fiscalização de Minério; Lei nº 2.060, de 7/12/1960 – Telefone do Piauí S/A (TELEPISA); o Banco Comercial e Agrícola do Piauí é encampado, transformando-se em Banco do Estado do Piauí S/A (BEP). Foram também instaladas novas agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste; instalaram-se as primeiras agências do Banco da Amazônia e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), além de agência de bancos privados.

Também na área de infraestrutura, muitos foram os investimentos diretos do governo federal ou por meio de repasses ao governo estadual. “É o orçamento federal que... destina ao Piauí, dotações de tal volume que impressiona a qualquer observador. Nunca o Piauí foi tão beneficiado na sua história” (JORNAL DO COMÉRCIO, 14/2/1962). O V Encontro do presidente da República com os governadores, promovido por Jânio Quadros, em São Luís, de 27 a 29 de julho de 1961, é visto nessa perspectiva. O governo incentiva uma verdadeira campanha em torno da reunião: “O Piauí confia em Jânio” (O DIA, 23/7/1961). “De Todo o Piauí o grito alvissareiro: Jânio é a solução” (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/7/1961). É como uma revanche em relação à SUDENE, apesar de os técnicos da SUDENE e do BNDE terem auxiliado na preparação dos 11 volumes, contendo as 147 reivindicações apresentadas ao presidente. Foram solicitados 7 bilhões;¹⁶ as liberações somariam mais de 15 bilhões, incluindo recursos do Plano Diretor da SUDENE, do Plano Rodoviário e do Plano de Eletrificação (CIDADE DE TERESINA, 6/8/1961). Para se ter uma ideia do que isso significa, o orçamento do Estado para 1961 previa 575,4 milhões de cruzeiros de arrecadação, tendo sido contabilizada, ao final do ano, uma despesa realizada de 922,6 milhões de cruzeiros (Mensagem de 1962 à Assembleia Legislativa). O montante solicitado para quatro anos representava, para cada ano, quase duas vezes o orçamento do Estado. Os 15 bilhões prometidos representariam, para cada ano, quase quatro vezes o orçamento estadual.¹⁷ Os resultados da reunião são considerados satisfatórios. “Jânio Quadros atende às reivindicações do Piauí”, “Piauí obteve vitória que não pensou alcançar” (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/7/1961, 9/8/1961). Mas, logo depois Jânio renunciaria.

As obras que efetivamente foram realizadas – com recursos próprios ou com transferências federais – concentram-se na infraestrutura econômico-social das cidades maiores e médias do Piauí: usinas e redes elétricas, abastecimentos d’água, asfaltamento dos aeroportos de Teresina e Parnaíba, estradas estaduais (mais de 4.000 km construídos, embora poucos asfaltados). Além das grandes obras federais, como a continuidade de obras do porto de Luiz Correia e a barragem de Boa Esperança, cuja licitação foi assinada no final do governo Chagas Rodrigues e recebida como “redenção econômica” e sinal de “nova

¹⁶ Três “grandes problemas” são destacados: o porto de Luiz Correia, a barragem de Boa Esperança e a estrada Floriano – Corrente. E mais: 2.000 salas de aula; mais um pavimento no Hospital Getúlio Vargas, pronto-socorro, hospital dos psicopatas, maternidade, hospital em São Raimundo Nonato, irrigação dos açudes Caldeirão e Cajazeiras, usinas elétricas em Teresina, Parnaíba e Floriano, construção de sedes de sindicatos em Teresina, Parnaíba e Floriano, casas populares, um guindaste para o sindicato dos portuários (CIDADE DE TERESINA, 16/7/1961; JORNAL DO COMÉRCIO, 14/7/1961, 16/7/1961). O total das solicitações, somando 7,6 bilhões de cruzeiros, para aplicação em quatro anos, era assim distribuído: Ministério da Aviação – 3,1 bilhões; Saúde – 1,7 bilhão; Minas e Energia – 1,0 bilhão; Educação – 800 milhões; Agricultura – 369 milhões; Trabalho – 424 milhões.

¹⁷ O Maranhão solicitara 21 bilhões. Jânio “ficou impressionado com a modéstia das reivindicações do Piauí”.

era de progresso” para o Piauí (FOLHA DA MANHÃ, 13/6/1962; FOLHA DO NORDESTE; O DIA, 14/6/1962).

Inúmeras são as obras que ficaram apenas no anúncio entusiasmado ou nas “sugestões criativas”: esgoto – via Ponto 4 dos Estados Unidos, em Teresina, Parnaíba e Floriano; Companhia Mista de Pesca Marítima, Mineração, Balneário, em Luiz Correia, fazendas-modelo; irrigação, navegabilidade do Rio Parnaíba; Operação Vale do Gurgueia, com frentes de colonização.

O governo procurava, expressamente, implementar uma política social: a instalação do SERSE, com assistência aos mendigos, inclusive a “sopa dos pobres”, atingindo 160 famílias (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/6/1960; ESTADO DO PIAUÍ, 24/11/1960); pensão para os hansenianos inválidos; 20% de matrículas nos ginásios públicos para estudantes pobres; cooperativas de operários e camponeses (ESTADO DO PIAUÍ, 11/12/1960); oficialização da Faculdade de Odontologia (mensagem nº 5, de 29/1/1961); criação da Escola de Enfermagem e da Escola de Serviço Social (Leis nºs 2.016 e 2.017, de 25/11/1960), que não chegaram a funcionar; Casa do estudante pobre; garantia do salário mínimo para os funcionários municipais (Lei nº 1.803, de 3/6/1959); licença-prêmio (Lei nº 1.913, de 28/11/63); efetivação com um ano de serviço (Lei nº 1.963, de 4/12/1963); doação de prédio para a Casa dos Sindicatos (Lei nº 1.909, de 28/11/1959); apoio ao 1º Congresso de trabalhadores e camponeses (ESTADO DO PIAUÍ, 11/12/1960).

Referências

- BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BENEVIDES, Maria Victoria M. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CASTRO, Francisco Ferreira de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8, p. 20-38, abr. 1960.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

Um governo comunista – Marylu Alves de Oliveira¹⁸ ¹⁹

Em 1959 é eleito governador do Piauí Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, candidato da oposição pela coligação PTB – UDN. Chegou ao poder devido a uma fatalidade, a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente, candidatos a governador e senador pela oposição, em 4 de setembro de 1958. O acidente automobilístico que tirou a vida dos dois políticos, que viajavam para fazer um comício na cidade de Água Branca, ficou conhecido como Desastre da Cruz do Cassaco, e provocou comoção na população piauiense. Porém, o clima foi bem explorado pelas lideranças oposicionistas encabeçadas por José Cândido Ferraz e Matias Olímpio, que, para substituir o candidato a governador que morrera, indicaram o parnaibano Chagas Rodrigues (TAVARES, 2000, p. 67).

Chagas Rodrigues governou de 1959 a 1962. Em sua administração, organizou a economia estatal que, até aquele momento, tinha apenas funções burocráticas, administrativas e políticas²⁰. Entretanto, uma das iniciativas mais polêmicas do governo foi o apoio do governador às chamadas Ligas Camponesas:

Um congresso sindical de trabalhadores e camponeses em fins de abril deste ano, no Piauí, constituiu, no estado, as Ligas Camponesas, que já estão confortavelmente instaladas no próprio Palácio de Governo. O senhor Chagas Rodrigues, governador do Estado, é o patrocinador das Ligas Camponesas que, por causa disso, estão em melhores condições de que todas as ramificações da instituição espalhadas no Nordeste, embora não contem com a popularidade das Ligas de Pernambuco (CABRAL, 1961, p. 6).

O jornalista, ao noticiar a criação das Ligas Camponesas no Estado, fez questão de ressaltar que elas estão em melhores condições que as Ligas Camponesas de outros estados, até mesmo do que as de Pernambuco, fundadas seis anos antes.

¹⁸ Marylu Alves de Oliveira é mestre em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI); membro da Comissão Científica do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural e pesquisadora para instituições privadas de Teresina (PI). E-mail: marylu.oliveira@gmail.com

¹⁹ OLIVEIRA, Marylu Alves de. Um governo comunista. In: _____. *Contra a foice e o martelo: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959 – 1969: uma análise a partir do jornal O Dia*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

²⁰ Até aquele momento, os governadores que administraram o Estado do Piauí priorizaram a contratação de pessoal (função administrativa) para o bom funcionamento da máquina (função burocrática) e com essas contratações configurar os apoios políticos nas eleições (funções políticas).

O jornalista chama a atenção para a ligação entre o governo e os trabalhadores rurais. Em Pernambuco, esse apoio foi efetivado em 1962, quando assumiu Miguel Arraes.

A intenção do jornalista era demonstrar que o governo do Estado estava cedendo espaços significativos para as organizações populares, evidenciando que o local de “instalação das Ligas Camponesas no estado” era o próprio palácio governamental.

Desde a República Velha, qualquer intenção de organização popular era imediatamente associada aos ideais comunistas e, por conta do apoio concedido às Ligas Camponesas no estado, Chagas Rodrigues muitas vezes foi acusado de comunista. Toma esse sentido a seguinte reportagem:

O governador do Piauí, sr. Francisco das Chagas Rodrigues, está entrosado nesse plano (um plano esquerdista de subversão da ordem política e social); consciente ou inconsciente, o certo é que anda metido nessa agitação socialista, toda em atividade para de qualquer maneira transplantar o comunismo cubano para o Brasil. Pelo menos com regime de República – contra as tradições liberais e políticas do povo brasileiro (MENDES, 1962, p. 4).

Os jornais oposicionistas não cansavam de fazer observações sobre as atitudes do governador do Piauí, chegando a apelidá-lo de “Juliãozinho do Piauí”, em referência ao deputado do PTB, Francisco Julião, de Pernambuco, que apoiou e fundou a primeira Liga Camponesa, nascida nesse estado, no ano de 1955. Como exemplo, citamos a seguinte reportagem:

Ele, que está sendo um Juliãozinho do Piauí, tem dois fins: por um lado, jogando e fazendo uma fezinha comunista para o que der e vier e, por outro, tirar proveitos eleitorais com o populismo, enquanto seja preciso fingir-se de democrata e de líder regional do trabalhismo no regime constitucional representativo (FOLHA DO NORDESTE, 1962, p. 4).

A acusação que pesava sobre o então governador do Estado tinha como pano de fundo as ideais que já circulavam no plano federal: as Reformas de Base. Dentre as várias reformas propostas, a mais polêmica e que por vários meses encheu os jornais de artigos, com opiniões contrárias ou favoráveis, foi a reforma agrária. Sendo o governador Chagas Rodrigues do mesmo partido do presidente da República, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), evidencia-se que a atitude tomada pelo governo seria a de apoiar as iniciativas federais.

No entanto, as críticas feitas ao então governador do Estado podem ser colocadas a partir de três fatores, visualizados na situação política piauiense naquele momento: o primeiro foi a derrota eleitoral do principal partido político do estado, até aquele momento, o Partido Social Democrático (PSD). Com a derrota eleitoral, os pessedistas e aliados procuraram criar fatos que provocassem o desgaste da imagem política do governador. Os proprietários de jornais, que no geral teciam esses apoios políticos, utilizavam as notícias para divulgar o discurso anticomunista. O segundo fator foi a forma de governar de Chagas Rodrigues, que diferia da de seus antecessores, por priorizar a economia do

Estado e buscar aproximação com as massas – exemplo disso foi a iniciativa das Ligas Camponesas no estado –, o que provocou imediata reação nos políticos conservadores, fato que pode ser percebido na rápida ruptura da coligação PTB – UDN, que elegeu Chagas Rodrigues governador do Estado. E o terceiro fator se definiu pelas relações políticas do governador com personagens políticos alinhados ideologicamente com a esquerda, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, também chamados de comunistas nos jornais locais, justificando, dessa forma, a imagem passada por eles do governador como propagador do comunismo no estado. Isso foi tão marcante em seu governo que, mesmo após o golpe civil-militar de 1964, o ex-governador Chagas Rodrigues e os que o acompanharam eram relacionados à praga comunista, que se alastrou no Piauí. Dizia-se: “gafanhotos devoradores dos carnaubais do patrimônio público [...] Vorazes, devoram tudo, alimentando até a praga comunista dos honoratos e esperdiões das Ligas Camponesas daquele ensaio nos arredores de Teresina” (O DIA, 1964, n. 1208, p. 3).

E sua cabeça, após o golpe, foi por diversas vezes pedida, como o fez Simplício Mendes em um artigo que, em princípio, não tinha nenhuma ligação com aspectos comunistas – tratava sobre uma estrada ligando União e Miguel Alves. Porém, como a estrada tinha sido construída no período do governo de Chagas, o professor aproveitou o ensejo e indagou:

E o sr. Chagas Rodrigues ainda não teve seu mandato cassado?

No governo do Estado, promoveu o *comunismo*, Ligas Camponesas e cercouse de comunistas – estes mesmos que agora se acham presos e de mandato cassado.

E ele – elemento de ligação da China comunista, que fez ele, Chagas, para escapar de uma justa punição?

Deixa, assim, sós, gramando prisões, o Honorato, o Esperidião e outros *comunas* – camaradas de sua ação comunizante, à custa de magros cofres estaduais?²¹

Por quê? (MENDES, 1964, p. 3, grifos do autor.)

O fato de ter sido visto como um subversivo, apoiador das Ligas Camponesas e suposto comunista, imagem que mesmo após o seu governo continuou vigorando, ajudou na cassação de seu mandato logo após a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968.

O discurso anticomunista no estado já existia bem antes do apoio do governador àquela organização camponesa. No entanto, é a partir da adesão à causa dos agricultores, determinada também pela conjuntura nacional, que o discurso anticomunista se intensificou no estado, num primeiro momento encarnado na figura do então governador Chagas Rodrigues.

²¹ Sobre críticas feitas ao governador Chagas Rodrigues pelo professor Simplício Mendes, ver Mendes (1964, p. 3).

Referências

- CABRAL, Sérgio. Liga do Piauí têm apoio do governo e da igreja. *Estado do Piauí*, Teresina, n. 353, p. 6, 26 out. 1961.
- FOLHA DO NORDESTE, Teresina, n. 72, p. 4, 20 abr. 1962.
- MENDES, Simplício de Sousa. *Folha do Nordeste*, Teresina, p. 4, 3 dez. 1962.
- _____. As fontes de subversão. *O Dia*, Teresina, n. 1.250, p. 3, 28 maio 1964.
- TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século 20*. Teresina: Halley, 2000.

Quem tem medo da Revolução Camponesa? O anticomunismo piauiense e a questão agrária na década de 1960 – Marylu Alves de Oliveira^{22 23}

Resumo: O objetivo do presente texto é analisar as representações anticomunistas construídas no Piauí na década de 1960. A análise das representações demonstrou a existência de três vertentes: a conservadora, a religiosa e a da propriedade privada. No entanto, este artigo pretende compreender as representações anticomunistas acerca da propriedade privada, especialmente relacionada à questão agrária. Ao analisar essa vertente, podemos perceber como sua constituição foi enfatizada, defendida e, acima de tudo, determinante para a construção das demais representações anticomunistas. Devido à conjuntura instável da década de 1960, parcela do estado e da Igreja Católica tomaram posições frente ao dilema agrário e, diante do apoio de segmentos destas instituições às organizações camponesas, muitos sujeitos foram acusados de serem comunistas. Nesse sentido, o trabalho está dividido entre a atuação da Igreja Católica frente aos movimentos sindicais e o apoio do estado do Piauí às ligas camponesas.

Palavras-chave: Anticomunismo. Questão Agrária. Piauí. Década de 1960.

Abstract: The purpose of this text is analyzing the anti-communists representations constructed in the 1960's decade in Piauí. The analysis of representations showed the existence of three parts: the conservative, religious and private property. However, this article aims to understand the anti-communists representations on private property, particularly related to the agrarian question. In considering this aspect, we can see how their formation was emphasized, defended and, above all, decisive for the construction of other anti-communists representations. Due to the unstable situation in the 1960's decade, part of the state and the Catholic Church took their positions in front of the dilemma agriculture, and in front of the support of segments of these institutions to peasant organizations many people were accused of being communists. In that sense, the work is divided between the Catholic Church in

²² Marylu Oliveira é mestre em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI); membro da Comissão Científica do Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural e pesquisadora para instituições privadas de Teresina (PI). E-mail: marylu.oliveira@gmail.com

²³ OLIVEIRA, Marylu Alves de. Quem tem medo da Revolução Camponesa?: o anticomunismo piauiense e a questão agrária na década de 1960. *Revista Labor*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 117-130, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6653>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

front of the trade union movement and support of the state of Piauí to Peasant Leagues.

Keywords: Anti-communism. Agrarian question. Piauí. The 1960's decade.

Introdução

Ao analisar as representações anticomunistas na década de 1960, no Piauí, percebemos a existência de vários discursos concorrentes, elegendo o comunismo como o principal fator de crise para os acontecimentos políticos e sociais, também essencial na construção da cultura política (CARNEIRO, 1999, p. 227) brasileira durante a maior parte do século XX.

Alguns grupos da Igreja Católica, na política nacional e local, em parte da corporação militar, no meio rural e em parcelas da sociedade civil organizada, representaram o comunismo como um mal que precisava ser contido. Cada grupo recusou-o como uma possibilidade de regime econômico e político para o Brasil, no entanto, cada segmento enfatizava o aspecto negativo mais importante no seu combate. Apesar da multiplicidade de interesses que cada grupo possuía nas formulações das representações, estabeleceu-se na memória coletiva (HALBWACHS, 2006) uma espécie de “homogeneidade” negativa sobre o comunismo.

Um dos motivos para esse estabelecimento remete às “lutas de representações” em que os grupos lutam para impor, ou tentar impor, a sua concepção de mundo, os seus valores e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 16). Nesse sentido, e apesar da multiplicidade de aspectos que caracterizaram o discurso anticomunista, conseguimos visualizar que as representações anticomunistas que prevaleceram, no estado do Piauí, giraram em torno de três vertentes: a conservadora, a religiosa e a da propriedade privada.

O objetivo do presente artigo é visualizar como a vertente da propriedade privada foi, no período de 1961 a 1964, a mais enfatizada, defendida e, acima de tudo, determinante para a construção das demais representações anticomunistas no Estado do Piauí. Contudo, é necessário fazer a ressalva de que as representações anticomunistas que se constituíram em torno da vertente propriedade privada estavam, na grande maioria, relacionadas a duas questões: Reforma Agrária e estatização de bens. Nos jornais locais, a Reforma Agrária teve maior destaque porque reflete não só o contexto histórico que o Brasil atravessava, mergulhado no debate das Reformas de Base, mas também pelas particularidades do Piauí, pois este Estado teve como princípio colonizador os grandes latifúndios para a criação de gado. Era o discurso cidadão que se fazia sobre o campo, porque a cidade, sendo o ímã catalisador de gente, novidades e avanços técnicos, era supostamente superior àquele outro segmento, e produziu um discurso sobre o que era bom e mau para o campo. Se, por um lado, os donos de terras argumentavam que o campo deveria continuar como sempre esteve, e a desordem que estava ocorrendo era resultado da penetração

de forças estranhas ao meio agrário, motivadas pelos comunistas, por outro, havia uma tentativa de ajudar os trabalhadores rurais a terem uma condição de vida melhor, e é por conta desse apoio que parte da Igreja Católica, membros do governo do Estado e alguns reformistas vão ser acusados, publicamente, de serem comunistas.

Quem é Deus e o Diabo na terra do sol? A questão da propriedade privada e o anticomunismo na década de 1960



Figura 1 – Fonte: O DIA, Teresina, 6 out., 1964, nº 1.354, p. 1.

A *charge* acima remete a uma preocupação dos anticomunistas da década de 1960: a tentativa dos comunistas de iludirem o homem do campo. Esta *charge* se apresenta de maneira educativa, ilustrando o papel dos comunistas. No primeiro quadro, uma figura que podemos apresentar como Fidel Castro, desenhado como se fosse um grande homem, mostra a alguém onde encontrar um sistema sem miséria. O pequeno camponês, sugerido assim pelo chapéu de palha (em nossa opinião, talvez essa representação esteja mais relacionada com o trabalhador rural da América Central que com o agricultor brasileiro) segue a direção apontada por Fidel Castro, mas não acreditando totalmente nas palavras ditas, uma vez que, no segundo quadro sobre o camponês, é desenhado um ponto de interrogação. No terceiro quadro, o camponês vê uma figura em estado sonolento, supostamente Che Guevara, mostrando placas que remetiam a uma situação oposta à anunciada por Fidel Castro. O camponês ironiza, dizendo, a sorrir: não há nada!

A *charge* apresentada ilustra como a introdução de militantes comunistas na orientação do homem do campo, na década de 1960, era uma preocupação do momento. Nesse sentido, percebemos que uma grande quantidade de indivíduos se posicionou contrária ao comunismo, levantando como bandeira de luta a preservação da propriedade privada, em especial a rural.

Em 1961, a questão agrária estava em voga no Brasil. No Nordeste, as Ligas Camponesas²⁴, em 1955, no engenho Galileia, município de Vitória do Santo

²⁴ A fundação e organização das Ligas Camponesas pelo Partido Comunista remete à década de 1940. Sobre as Ligas Camponesas ver Dabat (2006).

Antão, a 60 quilômetros de Recife, mobilizavam os trabalhadores rurais contra a exploração pelos latifundiários. Com o apoio do Partido Comunista, os trabalhadores organizaram a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP), que contava com o apoio do deputado federal Francisco Julião. O movimento incentivou o nascimento de outras organizações camponesas, em outros estados, com o mesmo nome de Ligas Camponesas, inclusive no estado do Piauí. Reunidos e mobilizados, os camponeses começaram a lutar pela Reforma Agrária.

É nesse mesmo momento, e diante de uma conjuntura instável nacionalmente, que ocupa o cargo de governador do estado do Piauí Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962)²⁵. Sua postura era a de aproximação com os movimentos populares, conduzindo o governo de forma distinta das promovidas até aquele momento no estado do Piauí.

No ano de 1961, a decisão de apoio do governador às Ligas Camponesas no estado foi uma das iniciativas mais polêmicas de sua administração. O Piauí, desde a colonização, possuiu uma elite detentora da maior parte das propriedades rurais. Em tempos mais recentes, em geral esses latifundiários se agregavam em um ou outro partido político. As práticas de coronelismo, nas décadas de 1940 e 1950, ainda eram muito comuns no interior do estado, como relata Marcos Igreja, comunista na década de 1960:

o meu pai, [...] foi morar no interior, [...] ele ocupou a Ilha Grande da Conceição pra fazer uma roça, e o coronel Gervásio Costa, que era dono das terras, das terras do outro lado do Maranhão, se achava também dono da ilha, e aí foi lá com os jagunços pra botar meu pai pra fora, aí meu pai jogou na cara dele a autorização da Capitania dos Portos. Esse homem ficou com uma raiva, [...] porque nas terras de Gervásio Costa o que prevalecia era a ordem dele, se dava chicotada em caboclo desobediente, comprava o coco pela metade do que os vizinhos compravam, não se pegava em dinheiro, ele dava um valezinho. Você ia, levava dez quilos de coco, que digamos valessem dez reais, você consumia de mercadoria cinco reais, aí recebia vale de cinco reais [...] Os caboclos chamavam (o vale) de '*sunguelo*', depois ele evoluiu e cunhou uma moeda, acho que ainda hoje tem, ele, o Gervásio Costa, era tão, era um coronel tão forte que cunhou duas moedas lá nas terras dele; do lado do Piauí valia o Gonçalves Dias, 5 Gonçalves Dias, 10 Gonçalves Dias, 15 Gonçalves Dias, e do lado do Maranhão era o Novo Nilo, 10 Novos Nilos, 20 Novos Nilos. Não tinha o cruzeiro, que era moeda da época, só se pegava em cruzeiro quando vinha pra capital, e tinha que justificar perante o capataz dele, que era muito mais um feitor, às vezes justificar porque queriam, iriam

²⁵ Em 1959, é eleito governador do Piauí Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, candidato da oposição pela coligação PTB - UDN. Chegou ao poder devido a uma fatalidade (a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente, candidatos a governador e senador pela oposição, em 4 de setembro de 1958). O acidente automobilístico que tirou a vida dos dois políticos que viajavam para fazer comício na cidade de Água Branca ficou conhecido como *Desastre da Cruz do Cassaco*, e a morte dos candidatos provocou uma comoção na população piauiense, clima bem explorado pelas lideranças opositoristas, José Cândido Ferraz e Matias Olímpio, que, para substituir o candidato a governador que morrera, indicaram o parnaibano Chagas Rodrigues. Sobre o assunto, ver Medeiros (1996) e Tavares (2000).

precisar daquele dinheiro, porque o Novo Nilo não valia nem em União, a moeda chamada Novo Nilo não valia nem em União e nem em Teresina, então tinham que vir com o cruzeiro, mas era essa opressão econômica. Se fosse hoje viveriam, estavam aí nesse negócio de trabalho escravo. Então, meu pai se insurgiu contra o Gervásio Costa, e também teve que vir embora de lá.²⁶

Essa narrativa ilustra a situação da posse de terra no Piauí. Alguns latifundiários não se achavam donos apenas da terra, mas também da vida dos que nela moravam, como agregados. O quadro narrado por um filho de agricultor reflete a questão da posse de terra em um período recente, que está sendo analisado neste trabalho. É possível pensar em um quadro completamente diferente deste em apenas uma década? A situação agrária no estado do Piauí tinha tradição histórica. Nesse sentido, ao apoiar as ligas camponesas e, sobretudo a Reforma Agrária, o governador Chagas Rodrigues nitidamente propôs uma ruptura com uma tradição piauiense.

Apesar do desgosto dos latifundiários com as declarações do governador, os ânimos eram aplacados devido à coligação do partido do governador, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com a UDN (União Democrática Nacional). No entanto, esse jogo político durou pouco, pois logo após João Goulart assumir a Presidência da República, a UDN rompe com o PTB, em nível local. Os principais motivos foram o jogo eleitoral previsto para o ano seguinte e o apoio aberto do governador à Reforma Agrária, sendo este aspecto o acelerador do processo de ruptura da coligação.

A determinação inovadora do governador e suas alianças políticas vão gerar problemas para sua administração e, posteriormente, para sua sucessão, pois a pecha de comunista lhe foi lançada. De certa forma, isto foi tão marcante em seu governo que, mesmo após o golpe militar-civil de 1964, o ex-governador Chagas Rodrigues e os que o acompanharam eram relacionados à “praga comunista” que havia se alastrado no Piauí. O discurso anticomunista no Estado já existia bem antes do apoio do governador àquela organização camponesa. No entanto, é a partir da adesão à causa dos agricultores, determinada também pela conjuntura nacional, que o discurso anticomunista, articulado pelos defensores da propriedade privada, intensificou-se no Piauí, num primeiro momento encarnado na figura do então governador Chagas Rodrigues.

Contudo, a década de 1960 também foi um momento de reflexão e de mudanças profundas não apenas para o campo. Na Igreja Católica, as mudanças se fizeram sentir de forma avassaladora. Deve-se ressaltar que a Igreja Católica nunca foi uma instituição homogênea, no entanto, no Brasil, é evidente a tendência a dividir a postura política da Igreja na década de 1960: no primeiro momento, como apoiadora do golpe civil-militar de 1964; no segundo momento, próxima aos movimentos contrários à ditadura, sendo ela, nesse segundo momento, um grande ímã de junção de diversos grupos. No nosso entender,

²⁶ Entrevista de Marcos de Paiva Igreja concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Marylu Alves de Oliveira, em Teresina, no ano de 2005.

a Igreja Católica foi uma instituição determinante em todos os movimentos políticos da década de 1960.

Mesmo com as tentativas do Vaticano de impor uma postura única ao cristão católico, nunca houve entre os membros da Igreja Católica uma homogeneidade de pensamento. Este aspecto torna-se claro na década de 1960, principalmente na questão da terra. Assim como em 26 de julho de 1960, em São Paulo, foi fundada a TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade), instituição que, desde a origem, se intitulava anticomunista e favorável à propriedade privada, no mesmo período dom Helder Câmara, bispo denominado progressista, ia às televisões anunciar o apoio à Reforma Agrária. Mesmo não tendo uma posição única, o que é visível, neste momento, é que a Igreja Católica começava a uniformizar uma preocupação com o campo.

É nesse mesmo período, de nítidas divisões de posicionamento no seio da Igreja, que chegou ao Piauí dom Avelar Brandão Vilela. Prelado reconhecido nacionalmente, formulador de vários projetos de ações sociais para o Piauí, dom Avelar Brandão Vilela também foi um dos defensores da organização dos sindicatos agrícolas no Estado. Essa postura adotada pela Igreja Católica no território piauiense fez surgir “uma nova realidade, que despontava com a criação dos sindicatos, desagradando consideravelmente as elites agrárias piauienses, que chegaram a sugerir a dom Avelar que mandasse suspender aquelas atividades no campo” (CARVALHO, 2006, p. 75).

A proposta de junção de forças entre camponeses e donos das terras para a construção de uma situação mais humana e digna no campo confronta-se com a proposta de “luta de classes”, divulgada pelos comunistas. Entretanto, mesmo com posições contrárias ao comunismo, dom Avelar foi acusado de compactuar com as ideias comunistas. “A Igreja Católica teve a imagem associada ao comunismo pelas elites e por um grupo católico mais conservador, pois o discurso e a prática social em defesa dos oprimidos coincidiram com aquela defendida pelos grupos de esquerda do país” (CARVALHO, 2006, p. 56).

Em meio a tentativas de organizações rurais e às propostas de Reformas de Base, surgiram acusações, veladas e explícitas, ao arcebispo da capital piauiense e ao governador do Estado, de serem ou de apoiarem os comunistas. Essas representações anticomunistas, construídas pelos grandes proprietários de terras, que de forma geral se encontravam nas fileiras da política partidária, deram a tônica ao que denominamos de vertente anticomunista relacionada à propriedade privada. Muitos dos anticomunistas da vertente da propriedade privada tinham lugar privilegiado nos espaços midiáticos piauienses. Os jornais escritos, em grande maioria, principalmente entre os anos de 1960 – 1964, noticiavam sobre a questão agrária. Percebemos que muitos dos que escreviam nesses jornais ou eram donos de terras, como o professor Simplício de Sousa Mendes, que herdou dos pais muitas terras na região de União ou, simplesmente, apoiadores, em decorrência da linha editorial do noticioso de que faziam parte, como foi o caso de José Lopes dos Santos, famoso editor de jornais escritos e radiofônicos no Piauí daquela década. E era principalmente através dos

meios de comunicação que as representações anticomunistas eram propagadas, aspecto que será analisado a seguir.

* * *

Karl Marx, ao propor a supressão da propriedade privada, analisou um mundo urbano e industrial (MARX; ENGELS, 1998, p. 21)²⁷. A cidade era o cenário da revolução comunista. No entanto, empenhados por ideais socializantes, os comunistas estabeleceram um regime socialista em países que não possuíam as estruturas industriais propícias para a implantação do regime proposto por Karl Marx. Estes países se transformaram no palco do socialismo real no século XX. De forma geral, como no caso russo, havia o predomínio de uma cultura rural. A teoria marxiana deixou traçada a forma de condução do regime comunista em países industriais. Como, então, poderia ser a condução do regime em países rurais, em que Marx não havia imaginado uma revolução? A situação das populações foi o que sobrou aos outros países como exemplo, principalmente aos países anticomunistas.

Em decorrência das transcrições de reportagens nacionais sobre a situação da União Soviética e a revolução cubana, a ideia de uma “revolução comunista” tornava-se mais próxima. O interessante das reportagens do período é o caráter denunciador. Comparava-se a situação da Rússia antes da Revolução de Outubro de 1917, a de Cuba no período do ditador Fulgêncio Batista e a conjuntura brasileira naquele momento, visando a prevenir as autoridades da possibilidade de acontecer no país uma revolução comunista. Estas “medidas preventivas” eram difundidas pelo território nacional, de maneira que, no Piauí, pode-se verificar, nos jornais escritos, notas que alertavam para o perigo da “onda vermelha”, que se alastrava pelo mundo através da revolução comunista. Olímpio Costa, cronista na década de 1960, publicou o “alerta vermelho”, como aponta o trecho abaixo:

Assim, a Revolução russa originou-se das exorbitâncias da aristocracia, em detrimento do equilíbrio popular; também a Revolução cubana foi gerada pelos desmandos de um continuísmo, prejudicando o povo. [...] A República dos Estados Unidos do Brasil, contrariamente ao que ocorre nos Estados Unidos da América do Norte, se não surgirem providências extremamente necessárias de parte dos responsáveis pelo governo, será atingida, dentro de pouco tempo, por uma situação capaz de provocar uma revolução de consequências imprevisíveis, mais perigosa que a russa e mais sangrenta que a cubana (COSTA, 1962, p. 1).

Vários foram os artigos e crônicas nos jornais do Piauí que denunciavam a situação de miséria da população camponesa dos países comunistas,

²⁷ Segundo Karl Marx, para que o proletariado conseguisse derrubar o domínio burguês, era necessário suprimir a propriedade privada. Na teoria marxiana, o que caracterizava a luta comunista não era apenas a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa. Mais contundente, assegurou Karl Marx: “Neste sentido, os comunistas podem resumir a sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 1998, p. 21).

em especial da União Soviética. As organizações camponesas, como as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais²⁸, que começaram a se organizar no início da década de 1960 no Piauí, dão a tônica para a preocupação da implantação do comunismo no estado. É fácil vislumbrar essa reação nos jornais, mostrando como o processo estava se dando da mesma forma como havia ocorrido na Rússia e em Cuba:

Congresso de Operários e Camponeses, no Piauí: – ao que nos parece, só para compor a expressão – “Operários e Camponeses”, tal qual se deu na Rússia, onde, ao tempo da revolução, também não existia operariado, porque aquele, o país do Leninismo, não era, nem de longe, industrializado, mas de agricultores e pequenas fábricas, sem vulto econômico e industrial (MENDES, 1961, p. 4).

As comparações continuavam a acontecer e mostravam quão privilegiados eram os brasileiros. Como fez o senador, pelo estado do Piauí, Sigefredo Pacheco, depois de retornar de uma viagem da Europa, com escalas em países comunistas:

Se compararmos o que ganha o operário russo com o salário pago ao operário brasileiro, mesmo tomando-se por base o salário mínimo vigente no Piauí, que é o menor do país, chegamos à conclusão de que o nosso mal pago trabalhador é melhor remunerado do que o russo. Basta dizer que um trabalhador piauiense, com 9 mil cruzeiros mensais, pode adquirir 25 quilos de carne, ao preço atual, que é dos mais altos, enquanto o russo apenas adquirirá 15 quilos com os 60 rublos que recebe mensalmente. Por outro lado, se levarmos em conta as diferenças de vida na Rússia, com excessivo frio no inverno, em relação ao ameno clima brasileiro, chegamos à conclusão evidente de que o nosso homem do campo tem muito melhor condição de vida (PACHECO, 1963, p. 1).

O discurso do senador Sigefredo Pacheco, antes de propor alterações para a conjuntura socioeconômica brasileira dos anos de 1960, reclamava por sua conservação, visto que uma mudança de regime seria inútil, pois a situação do trabalhador brasileiro, segundo o ponto de vista do senador, era melhor que a situação dos russos, após a revolução.

O medo do comunismo se implantar no Brasil, e no Piauí, era uma constante nos jornais que circulavam na cidade de Teresina, no período entre 1961 e 1964. Marx era o teórico mais citado nestes periódicos, e o fim da propriedade, relacionado à implantação do comunismo, era o tema preferido. Mesmo citado por intelectuais, ou por cronistas eventuais, nunca houve uma reflexão sobre as propostas comunistas com relação ao campo. O que havia era um amontoado de acusações, e os exemplos da Rússia, China e Cuba como lugares terríveis para a humanidade.

²⁸ A fundação e organização das Ligas Camponesas pelo Partido Comunista remete à década de 1940. Sobre as Ligas Camponesas, ver Dabat (2004).

O campo, no início da década de 1960, como já visto antes, era assunto tanto do Estado quanto da Igreja e de movimentos interessados na Reforma Agrária. Para os defensores dos latifúndios, a culpa dessa mobilização camponesa se encontrava na educação, dirigida aos setores pobres da sociedade, como reflete o seguinte texto:

Mas ninguém se apercebia que o perigo de uma nação subdesenvolvida consiste, essencialmente, na alfabetização do povo, que, através das leituras, reconhece os seus direitos, passando a encarar a situação em que vive sob um aspecto diverso: o que antes era comum e normal passa a se constituir objeto de estudo, de pesquisas, nascendo confrontos perigosos, em que ressaltam as injustiças, as concepções errôneas, os esbulhos sofridos (O DIA, 1961, p. 1).

Quem levava as orientações aos camponeses? Na visão dos anticomunistas, eram os comunistas! Se os camponeses agora olhavam para a terra como um problema, era porque havia uma orientação nesse sentido. Tendo consciência de sua situação, os trabalhadores rurais passavam a ver as melhores condições dos habitantes da cidade e até dos trabalhadores urbanos e, de certa forma, viam-se como uma parcela inferior. O homem do campo era inocente, puro e ingênuo, sujeito fácil de ser persuadido pela lábia do comunista esperto e aproveitador, segundo esses observadores. O acesso ao conhecimento mudaria essa situação de ingenuidade, segundo os anticomunistas, e faria com que os camponeses tivessem acesso às informações e, com a ajuda dos “aproveitadores comunistas”, fizessem comparações entre a sua situação do Piauí e a da Rússia, antes da Revolução. Nesse sentido, a educação do homem do campo era perigosa. O homem campesino, com qualidades passivas, como o do Estado do Piauí, só conseguiria pensar em ocupar terras alheias com a ajuda dos promotores da desordem, como sugere o texto de José Lopes dos Santos, editor de jornais e radialista no período:

No auge da propaganda subversiva que, então, se fazia, tentando preparar o caboclo pacato do sertão para tomar conta da terra que, no dizer dos pregadores e promotores da anarquia e da desordem, era bem comum e a todos devia pertencer, como a água, a luz e o sol, desaparecendo, assim, o instituto da propriedade privada; no auge dessa propaganda, que ainda ecoa nos nossos ouvidos, e através da qual se pretendia transformar o Brasil num satélite de Moscou, ou de Cuba, ou da China Vermelha, tive de envolver-me em uma séria luta profissional, como advogado, visando à defesa de constituintes ameaçados e esbulhados no seu direito de propriedade (SANTOS, 1972, p. 133).

Essas palavras são de um editor de um grande jornal de Teresina, que, em seus editoriais, empenhava-se em convocar os proprietários de terra a defender o seu patrimônio contra os comunistas.

Os movimentos que lutavam pela Reforma Agrária, nesse momento, tinham recebido o nome de organizações comunistas pela maior parte de anticomunistas ligados à propriedade privada. A Reforma Agrária, nesse momento,

parecia uma desculpa para a implantação de um novo regime, como aponta o jornalista:

O fim é aproveitar-se da ignorância popular – para jogar o povo obscurecido contra a propriedade privada, o patrimônio particular, a começar pela propriedade de terra. O fim não é dar terra ao caboclo, ao agricultor braçal, não; isto é engodo, é o meio de enganar o pobre trabalhador, lançá-lo, criminosamente, contra os patrões e protetores, no sentido e nos rumos do comunismo sem moral, sem Deus, subversivo e tirano (MENDES, 1962, p. 6).

Prevaleceram as representações do comunismo como um mal. Nesse sentido, havia os constantes exemplos, nos jornais locais, da precária situação dos indivíduos que habitavam países comunistas, principalmente os trabalhadores do campo. Houve também preocupação com a educação do homem do campo, puro, ingênuo, sendo orientado a invadir terras alheias pelas mentes perversas dos comunistas da cidade. Mas de todas as representações construídas em torno do comunismo para impedir uma Reforma Agrária no Brasil, chamou mais atenção a posição tomada pelo senador Sigefredo Pacheco. Em meio à discussão da Reforma Agrária, o senador falou sobre a situação do campo nos países comunistas que visitou:

Em seguida, o nosso entrevistado informa que o camponês soviético não pode possuir mais do que meio hectare de terra onde construir sua casa. Nessa pequena área, pode lavar a terra e dispor livremente de seu produto. E pode possuir uma vaca. Apenas uma.

Perguntei ao presidente da Karkov – declara textualmente o representante do Piauí no Senado da República – “O possuidor de uma vaca, daqui a dez anos, certamente já disporá de dez vacas”. A resposta foi rápida: “Todos os produtos da vaca são vendidos ao Governo. E, ao cabo de dez anos, o camponês continua apenas com uma vaca”.

Face a essa situação argumenta o doutor Sigefredo:

“Se considerarmos a situação do agregado brasileiro, que além de usufruir a terra como bem entende, pagando ao proprietário somente um quinto da produção, e ainda podendo criar o seu gado bovino, ovino e caprino etc, sem que ninguém lhe reclame direito, ficamos sem compreender por que no Brasil se faz tanta celeuma em torno das Ligas Camponesas, Sindicatos e outros organismos de fonte duvidosa, que giram em torno da Reforma Agrária, num país onde dois terços da terra continuam despovoados (PACHECO, 1963, p. 1).

A situação dos países comunistas, bem como a de seus trabalhadores rurais, segundo o senador Sigefredo Pacheco, não poderia ser exemplo para os trabalhadores brasileiros, já que a condição do agregado no Brasil era muito mais favorável do que a de um pequeno proprietário de terra em um país comunista. Essas organizações rurais, para o senador, nem precisavam fazer alvoroço, já que o Brasil era praticamente um país despovoado. Esse exemplo, dado por Sigefredo Pacheco, é a representação do que seria a vida do camponês brasileiro caso o comunismo fosse implantado no país.

Considerações finais

A questão agrária no Piauí, assim como no Brasil, foi fator de disputas políticas e ideológicas, principalmente no período de 1961 a 1964. As representações anticomunistas que se constituíram em torno da vertente da propriedade privada estavam diretamente relacionadas à discussão da Reforma Agrária. Por estarem dispostos a apoiarem os movimentos do campo, como as Ligas Camponesas e os sindicatos agrícolas, parte da Igreja Católica e do Estado, foram tachados de ser ou de apoiar comunistas. Os discursos que circulavam nos jornais locais pregavam um clima de tensão, que deveria ser acalmado por ameaça de acontecer aqui o que já havia acontecido em países como Rússia, Cuba e China. O espaço do campo deveria se dobrar ao saber da cidade. O campo foi visto sempre como um espaço de ingenuidade e passividade, não podendo cair nas mãos dos comunistas da cidade. O comunismo, certamente, era percebido como um mal, e essa representação é a que vai rondar todas as representações anticomunistas durante vários anos.

Referências

CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política cultural, política e antropologia. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *História e repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre Igreja Católica e o regime militar em Teresina*. Teresina: UFPI, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Olímpio. A origem das revoluções. *O Dia*, Teresina, n. 957, p. 1, 11 mar. 1962.

DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”: ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22, p. 149-188, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MENDES, Simplicio de Sousa. Congresso de operários e camponeses. *Folha da Manhã*, Teresina, n. 964, p. 4, 30 abr. 1961.

_____. Quem cultiva colhe. *Folha da Manhã*, Teresina, n. 1.209, p. 6, 21 mar. 1962.

O DIA. Brasil, asfalto e comunismo. *O Dia*, Teresina, n. 928, p. 1, 26 nov. 1961.

_____. Charge. *O Dia*, Teresina, n. 1.354, p. 1, 6 out. 1964.

PACHECO, Sigefredo. Sigefredo Pacheco fala a O Dia sobre União Soviética. *O Dia*, Teresina, n. 1.143, p. 121, nov. 1963.

SANTOS, José Lopes. *Votos e discursos*. Teresina: Cannes Publicidade, 1972.

TAVARES, Zózimo. *100 fatos do Piauí no século 20*. Teresina: Halley, 2000.

Lutas pela memória: a construção do ideal trabalhista no Piauí (1959-1962) – Flávia de Sousa Lima²⁹ ³⁰

Trataremos aqui de um espaço social onde houve a formação de estratégias de governo para criar, junto às massas populares, um ideal de melhorias para o estado do Piauí.

O apoio popular e a construção de uma memória coletiva, baseada no apoio aos trabalhadores rurais e sindicatos, nos estimulam a considerar a história oral uma fonte importante para a investigação do debate entre aqueles que disputam um lugar de poder no Governo piauiense de 1959-1962.

Considerando que “memória só teria sentido em relação a um grupo e que o eu só seria relevante enquanto parte de uma comunidade afetiva de um meio efervescente” (PINHEIRO, 2002, p. 17), os dizeres dos personagens demarcam a arena em torno da memória, nos revelando assim que a coletividade também se submete a transformação e mudanças constantes.

Também nos ajudam a compreender um período demarcado por tentativas de transformações econômicas que serviram de base para o surgimento da ideia nascente de esperança em torno de um personagem político que usa de estratégias discursivas para tornar-se o responsável por tais expectativas de crescimento junto à população.

Por isso, a partir de agora, vamos conhecer esse significativo momento da história política do Piauí e, assim, entender as técnicas articuladas de poder.

O Getulismo no Meio-norte e um “Juliãozinho do Piauí”

Em 1956, começou o redirecionamento da economia piauiense, provocado pelo processo de integração regional-nacional, que se intensificava. Durante o período de 1958 a 1964, no setor público, no que se refere ao aparelho burocrático, houve um crescimento gradativo e um esforço de modernização institucional. Ocorreu a expansão dos serviços sociais públicos nos setores de educação, saúde, previdência e assistência social, dentre outros. O investimento em estradas, energia elétrica, abastecimento de água, telefonia, prédios escolares e

²⁹ Flávia de Sousa Lima é graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestre em História Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem formação técnica em Artes Plásticas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Atua como professora de Ciência Política e Teoria Geral do Estado.

³⁰ LIMA, Flávia de Sousa. Lutas pela memória: a construção do ideal trabalhista no Piauí (1959-1962). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270513982_ARQUIVO_Artigo-EncontroHist.Oral.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2018.

hospitais foi importante como garantia daquele desenvolvimento. Naquele momento desenvolvimentista, se destacou o ano de 1959, quando se deu a integração estadual interna, sobretudo no governo de Chagas Rodrigues.

A integração do Piauí no mercado nordestino e nacional se deu, basicamente, pela comercialização de produtos agrícolas, por meio de uma agricultura tradicional (MEDEIROS, 1996, p. 30). O estado, assim, se integrava mais internamente e se inseria no mercado regional; naquele instante sofria os efeitos da integração econômica e participava dos debates sociais, políticos e culturais da conjuntura nacional.

No final dos anos 50 e início dos 60 do século passado, os discursos dos candidatos ao governo piauiense centravam-se em temas que consideravam fundamentais a uma política desenvolvimentista para o Estado. Em artigo escrito para a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, especificamente no que tangia à campanha eleitoral de 1958, Castro (1960) escreveu acerca dos programas de governo. Para ele, aqueles discursos se propunham:

nas suas plataformas, trabalhar pela valorização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, pela industrialização integral do babaçu, pela maior elasticidade de crédito para a agricultura e a pecuária, incentivando estas atividades econômicas básicas no Piauí através de financiamentos a serem realizados pelo Banco do Estado, em organização, e uma companhia organizadora de frigoríficos e rede de armazéns e silos (CASTRO, 1960, p. 31).

Notamos, portanto, que a campanha política para a sucessão estadual, no ano de 1958, ocorreu num clima de debates públicos, valorizando aspectos ligados à política desenvolvimentista da economia, que, para os políticos locais, era algo que o Piauí exigia e a conjuntura nacional impunha. O eleitorado viu, em meio às promessas, as esperanças renovadas.

O discurso era da necessidade de mudança e renovação dos quadros políticos e administrativos do Estado, com ênfase na ideia de luta contra a oligarquia, que se perpetuava no poder desde os primórdios do processo colonizador da região. Com base nesses discursos, os candidatos oposicionistas, em especial os do PTB, sacudiram a velha estrutura política tradicional piauiense.

O cenário político do Piauí de 1958 apresentava uma situação oligárquica típica: o coronel Pedro Freitas governara o Estado de 1950 a 1954; José Gayoso Freitas, filho do coronel Freitas, era candidato ao governo; portanto, a oligarquia estava instalada no poder. Mesmo assim, naquele momento, o clima era desfavorável aos partidos tradicionais, porque as forças oposicionistas saíram na frente da disputa eleitoral. A chapa das “Oposições coligadas” ficou assim constituída: para governador, Demerval Lobão (PTB); para vice-governador, Tibério Nunes (UDN); para senador, Marcos Parente (UDN); para prefeito de Teresina, Petrônio Portella (UDN); para vice-prefeito, Inácio Soares (PL). Em abril do mesmo ano, a “Coligação democrática piauiense” definiu sua chapa: José Gayoso Freitas, para governador; para vice-governador, Agenor Almeida (PSD); para senador, Mendonça Clark (PR); não houve coligação para prefeito de Teresina.

A ascensão de Chagas Rodrigues ao Executivo piauiense não foi nada tranquila. De início, o candidato udeno-trabalhista era o advogado Demerval Lobão (1915-1958), que acabou morrendo em acidente automobilístico faltando aproximadamente um mês para as eleições. Só então o nome do deputado Chagas foi indicado para a disputa eleitoral. Sua candidatura pelo PTB, com apoio da UDN, constituiu a agremiação partidária de oposição a José Gayoso Freitas, candidato aliado ao então governador Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1899-1976) do PSD, partido que nunca havia perdido uma eleição majoritária no Piauí desde a sua fundação.

Portanto, o clima da campanha eleitoral era tenso, o que refletiu nas eleições realizadas em outubro de 1958, com denúncias de fraudes de ambas as frentes partidárias. Os udeno-trabalhistas saíram vitoriosos. Era a primeira derrota sofrida pelo PSD no Estado do Piauí. Assim, Chagas Rodrigues elegeu-se simultaneamente para os cargos de deputado federal e governador do Estado, optando pela chefia do Poder Executivo Estadual, cargo que assumiu em 31 de janeiro de 1959.

O ponto marcante da oposição antitrabalhista dizia respeito à suposta ligação do candidato com tendências socialistas do seu partido.

O governador do Piauí, Sr. Francisco das Chagas Rodrigues, está entrosado nesse plano (“um plano esquerdista de subversão da ordem política e social”, no dizer do próprio Simplício Mendes); – consciente ou inconsciente – certo é que anda metido nessa agitação socialista, toda em atividade para de qualquer maneira transplantar o comunismo cubano para o Brasil. Pelo menos com regime de República, contra as tradições liberais e políticas do povo brasileiro (FOLHA DO NORDESTE, 1962b, p. 4).

Apesar da forte oposição e da delicada situação da política nacional, o governador empreendeu uma política pautada na criação de uma infraestrutura para o estado. Foi um governo representativo do modelo getulista de administração, herdeiro do modelo desenvolvimentista nacionalista, repercutido apenas na conjuntura política do segundo semestre de 1961.

A preocupação de desenvolvimento se traduzia no industrialismo, no planejamento e na modernização institucional da administração pública, além da intervenção do Estado na economia. O Governo do Piauí teve maior sucesso na modernização institucional e também na área de infraestrutura. O presidente Jânio Quadros, em 1961, ajudara e atendera a reivindicações do Piauí. Obras federais, como a Barragem de Boa Esperança, trouxeram perspectivas desenvolvimentistas para o estado em 1962, isso durante o Governo Jango.

Nesse primeiro momento de breve contexto político das décadas de 50 e 60, tornam-se claras as estratégias continuadas de um getulismo com forte tendência ao trabalhismo no Estado piauiense, além de uma ação de aproximação às massas populares.

Então, vamos apontar, no próximo tópico, pontos relevantes das relações políticas e administrativas desse período governamental no Piauí. Verificar os feitos cooperativos do governador e o debate entre trabalhistas e antitrabalhistas nos discursos da imprensa.

Alianças e conchavos políticos

Em meio à campanha eleitoral, combinaram-se rearranjos entre as três forças políticas do estado – PSD, UDN e PTB – com fatores nacionais que impulsionaram os partidos à renovação. O discurso político era o da necessidade do Piauí sair do atraso, pois, segundo os líderes partidários locais, era tempo de mudança e isso se refletia nas propostas dos candidatos. Os temas em debate, principalmente para a oposição petebista, assumiam uma ideologia desenvolvimentista industrializante.

A incoerência partidária em meio às alianças e aos acordos políticos no Piauí foram visíveis ao longo das disputas pelo poder nas eleições de 1958. A imprensa divulga nota oficial na qual o Partido Social Democrático declarava que não cederia ao PTB para um acordo, pois se achava em condições de disputar as eleições sem aliança partidária (JORNAL DO COMÉRCIO, 1958, p. 1). Decorridos poucos meses, estando próximo às eleições e com receio da derrota eleitoral, o PSD mudou a posição inicial e ofereceu a senatoria e a vice-governança a partidos de pequena expressão eleitoral, como PR, PSP, PRP e PL. Essa atitude dos chefes pessedistas foi interpretada como evidente desarticulação no organismo partidário. Certo disso, o PTB alegava também, como motivo de seu rompimento, que o PSD estava descumprindo o acordo, feito em 1954, de que a aliança se manteria em 1958, porém, com candidato a governador do PTB e vice do PSD.

A fraqueza, se assim se pode considerar, cometida pelos pessedistas, trouxe à tona o clima desfavorável à “oligarquia” e as forças oposicionistas saíram na frente na disputa eleitoral. O acordo PTB-PSD seria a garantia de vitória, mas o PSD sonhou com a possibilidade de ganhar as eleições sem os votos indispensáveis da coligação.

Por que motivo o PSD fechou as portas ao PTB e proporcionou à UDN o ensejo de estabelecer a coligação que levaria o candidato Demerval Lobão ao cargo de governador do Piauí? Com base nessa indagação, se pode perceber o clima tenso da campanha, principalmente quando se tornava visível a derrota de um partido conservador.

O anúncio do nome de Chagas Rodrigues ao governo causou certa mística à campanha eleitoral nos últimos 15 dias. “Os mortos passaram a comandar os vivos” (CASTRO, 1960, p. 31). A afirmação parece compatível com o perfil e as propostas de Demerval Lobão, pois era tido como trabalhista tradicional, getulista e nacionalista. Reafirmava seus propósitos de trabalhar, sem descanso, pelas reivindicações dos operários e trabalhadores piauienses. Defendia a bandeira trabalhista brasileira e com ela carregava a sagrada missão, outorgada por Getúlio Vargas. Agora, Chagas Rodrigues se destacava como “o herdeiro das bandeiras políticas de Demerval Lobão” (MEDEIROS, 1996, p. 30).

Castro (1960, p. 31) afirma que

Na pessoa do Dr. Chagas Rodrigues, como candidato ao governo do estado em substituição ao pranteado e valoroso Dr. Demerval Lobão Veras, casa-

ram-se muito bem aquele sentido mudancista e renovador da campanha eleitoral, com a programação de luta contra o subdesenvolvimento que anima a facção trabalhista no Piauí.

Então, podemos perceber que o candidato Chagas Rodrigues seria o representante da nova geração petebista de maior destaque e com a responsabilidade de tirar o Piauí do que os políticos consideravam atraso e subdesenvolvimento. Desde que o governador tomou posse, em 31 de janeiro de 1959, que a sua proposta política foi a de lutar, em todas as frentes, contra o atraso, o pauperismo e a miséria. Vejamos os relatos de seu discurso à Assembleia Legislativa, em 1961:

Olhando para frente, e com fé em Deus, e confiança em nosso povo, temos conclamado todos os piauienses de boa vontade para o ataque, sem tréguas, ao atraso, à estagnação, ao pauperismo e à miséria, à subnutrição e à fome, ao analfabetismo e às enfermidades, que são, realmente, nossos grandes e terríveis inimigos.³¹

Assim, o governador proporia medidas que julgava necessárias e oportunas ao progresso do Piauí e ao bem-estar do povo. A partir daquele momento o governante apresentaria solução alternativa, que pode ser considerada reformista-nacionalista no estado, o que fez com que o governo começasse num clima que o grupo político considerava marcado por dinamismo. O novo governador eleito definiu um estilo de governo, para ele e seus partidários, desconhecido até então no Piauí, marcado por uma forte mobilização popular e utilização da mídia.

Os traços de sua administração pública e a preocupação constante com a memória a ser construída em torno de sua passagem pelo Executivo Estadual serão discutidos logo em seguida.

A construção da imagem pública de Chagas Rodrigues

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues foi militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chegando a vice-líder e presidente da Convenção Nacional do partido, em 1964. Eleito deputado federal pela UDN em 1950, migrou para o PTB, sendo reeleito em 1954 e em 1958; todavia, um fato excepcional o impediu de assumir aquele que seria o terceiro mandato na Câmara dos Deputados: no dia 4 de setembro de 1958, um acidente automobilístico, em Morrinhos, povoado próximo a Teresina, ceifou as vidas de Demerval Lobão e de Marcos Parente, naquela que ficou conhecida como a “Tragédia da Cruz do Cassaco”.

Apesar da comoção e das adversidades típicas de situações desse tipo, ambos foram vitoriosos, sendo que, graças à legislação vigente à época, o candidato Chagas Rodrigues foi eleito tanto para governador quanto para deputado federal. Mas ele optou pelo primeiro cargo.

³¹ Mensagem do Governador, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, à Assembleia Legislativa, em 1/6/1961 (caixa 11 – envelope 125 – duplicada), Arquivo Público do Piauí.

Todavia, esse político renunciou ao governo do estado em 1962 e empreendeu uma dupla candidatura, sendo derrotado na eleição para senador e eleito para o terceiro mandato de deputado federal, chegando a presidir a Convenção Nacional do PTB, em 1965. Contudo, a extinção dos partidos políticos, determinada pelos militares, o fez ingressar no MDB, partido pelo qual foi reeleito em 1966, chegando ao posto de primeiro vice-líder da bancada.

Sua carreira política foi interrompida em 29 de abril de 1969, por força do AI-5, e seus direitos políticos foram suspensos por dez anos. Ante sua “inatividade compulsória”, passou a lecionar no Centro de Ensino Universitário de Brasília. Decretada a anistia, em agosto de 1979, retornou à atividade política e ensaiou reestruturar o PTB no estado, porém ingressou no PMDB, com vistas ao pleito de 1982.

Desde a posse do governador no Executivo estadual piauiense, em 1959, as críticas ao seu modo de governar foram presentes. Elas eram veiculadas por vários meios, mas a ênfase maior foi em jornais da época. O governo trabalhista de Chagas Rodrigues sofreu devido à sua ideologia político-partidária. O professor Simplício Mendes (1882-1971), colunista do jornal *Folha do Nordeste*, tornou-se o porta-voz da crítica antitrabalhista piauiense. Com um discurso entusiasmado e provocante, ele não economizava palavras ao que chamava de “Chaguismo”.

Os contemporâneos do governo expressavam uma preocupação constante com a memória que estariam construindo em torno da administração de Chagas. Se, por um lado, o chefe do Executivo fazia questão de deixar seu nome fixado em obras que empreendia, por outro os adversários procuravam tornar cômicas a identidade e a imagem do político.

Veja em que termos a imprensa manifestava a preocupação em torno da luta pela memória.

Os antitrabalhistas: ‘Veja bem o Sr. Chagas Rodrigues o que faz, porque do contrário o seu governo ficará na memória dos piauienses como o que ocupa apenas as páginas negras da História’ (QUARESMA, 1960, p. 1).

E mais:

Já os trabalhistas: ‘Somente a história futura, destituída de paixão ou de fanatismo, poderá julgar os atos do Sr. Chagas Rodrigues à frente do estado. Acreditamos, porém, que a mesma saberá fazer justiça a esse governante, que tem dado inegavelmente o melhor dos seus esforços pela redenção econômica da terra piauiense’ (CURY, 1961, p. 6).

Apesar da forte oposição e da delicada situação política nacional, o governo empreendeu uma política pautada na criação de uma infraestrutura para o estado. A CEPISA (Centrais Elétricas Piauí Sociedade Anônima), a AGESPISA (Água e Esgotos Piauí Sociedade Anônima), o FRIPISA (Frigorífico Piauí Sociedade Anônima) e a COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança) são obras implantadas por seu governo, bem como o SERSE (Serviço Social do Estado).

A imprensa divulgava, em jornais da época, as críticas de estudantes que, em forma de trote, tentavam manifestar reações aos atos de realizações do governador.

Vejamos o letreiro empunhado pelos universitários durante a brincadeira.

Realização do governador:

Chagas Rodrigues – Ponte

Chagas Rodrigues – Hospital

Chagas Rodrigues – Edifício

Chagas Rodrigues – Aeroporto

Chagas Rodrigues – Barragem

Chagas Rodrigues – Nomeações

(FOLHA DO NORDESTE, 1962b, p. 1).

O governador tinha o costume de nomear as obras realizadas com o próprio nome. Exemplo disso é o prédio “Chagas Rodrigues”, sede do DER (Departamento de Estradas de Rodagens), órgão implantado durante o Governo. Percebemos que se trata de um homem com visão futurista, preocupado em construir a própria memória.

O DER, órgão de criação e fomento à infraestrutura no setor rodoviário, cujo primeiro diretor foi José da Silva Thé, engenheiro de projeção e habilidoso articulador político, foi marco da administração. No entanto, mal tinha assumido o cargo, as primeiras denúncias de corrupção afloraram, e Silva Thé, quando da sucessão governamental, foi acusado de permanecer com Chagas, “levando o que ele tem de melhor: CR\$”.

Lendo as mensagens do governador à Assembleia Legislativa³², podemos considerar que em seu governo a prioridade estava pautada no desenvolvimento do estado. Além do trabalho no gabinete, frequentemente o político visitava as repartições e inspecionava obras e serviços. Empreendia viagens a várias regiões do território piauiense, com o propósito de inaugurar realizações do seu governo. As idas à capital da República e a outros estados do Brasil tinham por objetivo conseguir junto às autoridades federais recursos para a adoção de medidas que fomentassem as obras públicas do Piauí. Em 1962, o jornalista Simplício Mendes fez uma crítica:

Das comemorações do Sr. Governador Francisco das Chagas Rodrigues ao seu nefasto triênio de governo desorientado, a impressão que ficou na sociedade democrática e conservadora, na alma popular e na consciência de todo mundo foi, sem dúvida, a de que esbanjou muitos milhões de um estado pobre e sacrificado, simplesmente para exibir-se, para mostrar-se por meio de uma propaganda do comunismo infiltrado na reforma agrária, para subversão da ordem social e política (MENDES, 1962, p. 3).

³² Mensagem do governador Chagas Rodrigues à Assembleia, em 1/6/1961 [caixa 11 - envelope 125 - duplicada], Arquivo Público do Piauí.

Para o jornalista, o governador não tinha convicção própria e aceitava tudo que lhe fosse vantagem pessoal. Dizia que Chagas aliciava os sindicatos livres, trabalhadores de lavoura, festejando-se a si próprio com o dinheiro público, por métodos e processos comunistas. Não foi à toa que ficou conhecido como “a esquerda subversiva” no Piauí e o “Juliãozinho piauiense”.

Na sua administração, as terras do Estado passaram a ser cedidas exclusivamente a trabalhadores rurais, sem a cobrança de qualquer taxa, aluguel ou renda. O “movimento operário” e o “movimento rural” recebiam a solidariedade e a ajuda do governo, por melhores condições de vida e de trabalho, pela implementação de uma ordem econômica social mais justa para todos. Iniciativas como essas fizeram surgir a imagem de um governador “subversivo e comunista”, para a elite mais tradicional do estado.

A amizade que Chagas Rodrigues tinha com a liderança camponesa, principalmente com Chico Julião, tornou-o, segundo a imprensa, “um discípulo de Chico Julião”.

De certa forma, o governador era um daqueles políticos articuladores, dotado de uma singular sensibilidade negociativa. O comando da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Piauí era ocupado por Valter Alencar (1913-1972), dono da emissora *Rádio Clube de Teresina*, onde o chefe do Executivo apresentava, às quintas-feiras, o programa “Falando ao Povo”. O “populismo” trabalhista de Chagas era evidente e usufruía de uma propaganda suntuosa, por meio daquela emissora de rádio e do jornal *O Dia* por ele arrendado, em 1962. Segundo Tito Filho (1960, p. 6) havia “uma troca de gentilezas” entre Valter Alencar e o governador.

Por isso, é possível que as ideias reformistas definam um estilo de governo antes desconhecido no Piauí, com mobilização popular e forte utilização da imprensa. O serviço de rádio instalado no Palácio de Karnak mantinha contato diário com as principais capitais, inclusive com o Palácio do Planalto, por meio da estação de rádio do Exército. Em seu gabinete recebia sindicatos, associações e instituiu audiências populares aos sábados, para atender às reivindicações. O Serviço Social do Estado mostrou-se interessado em ajudar as pessoas mais necessitadas. Em 1961, distribuiu 1.500 uniformes a alunos dos grupos escolares e deu sopa àqueles que não tinham o que comer.

No período de 1959 a 1961, o governo de Chagas Rodrigues trouxe um discurso de empreendimento. A sua administração julgava necessário e oportuno o discurso do progresso do Piauí. Quando se começou a estudar o ano de 1961 e 1962, vimos um novo discurso, algo comum a qualquer governante que buscava mostrar resultados e realizações fazendo comparações com outros governos da história piauiense. Era necessária a construção de sua memória como chefe do Executivo.

Considerações finais

Percebemos que no Governo de Chagas Rodrigues havia característica originária de representantes do passado: a figura de Getúlio Vargas tornava-se

visível na estratégia continuada de um getulismo com forte tendência ao trabalhismo no estado.

Outras ações do governador evidenciaram algo propício ao populismo, também característico do período getulista. A aventura do trabalhismo varguista, no Piauí, deixou uma marca registrada na sua administração, que sofreu duras críticas a sua ideologia político-partidária.

Mesmo marcado por um humor castigante, representado principalmente pela imprensa jornalística, o governador não deixou de disputar o seu lugar no Palácio de Karnak. Com isso indagamos: por que, ao contrário dos adversários, o chefe do Executivo que pautava a sua política na infraestrutura, preocupou-se tanto em construir a sua memória? Sabe-se que, de certa forma, Chagas Rodrigues era um político de visão futurista e gostava de marcar com o próprio nome suas criações. Esse, talvez, tenha sido um meio estratégico que o governador utilizou para tornar-se memorável aos contemporâneos, já que os seus adversários procuravam destituí-lo de identidade própria.

Referências

- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6. ed. Lisboa: Publicação Europa, 1982.
- CARVALHO, Orlando M. Os partidos nacionais e as eleições parlamentares em 1958. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.
- CASTRO, Francisco Ferreira de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 8, p. 31, abr. 1960.
- CURY, Camal. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 909, p. 6, 10 set. 1961.
- FOLHA DO NORDESTE, Teresina, ano 1, n. 31, p. 1, 21 fev. 1962a.
- FOLHA DO NORDESTE, Teresina, ano 1, n. 16, p. 4, 3 dez. 1962b.
- GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado*. Teresina: Halley, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JORNAL DO COMÉRCIO, [S.l.], ano 11, n. 1.380, p. 1, 8 maio 1958.
- MEDEIROS, Antônio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.
- MENDES, Simplício. *Folha do Nordeste*, Teresina, ano 1, n. 15, p. 3, 2 fev. 1962.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. *Notas sobre história, memória e biografia*. Teresina: EDUFPI/DGH, 2002. (Publicações avulsas).
- QUARESMA, Desidério. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 743, p. 1, 4 fev. 1960.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1990.
- TITO FILHO, A. *O Dia*, Teresina, ano 10, n. 744, p. 6, 7 fev. 1960.



Parte 6

Chagas Rodrigues nas histórias do povo

Chumbo grosso em Chagas Rodrigues

José Vieira Chaves, fiscal de rendas do IAPEP, teve o salário rebaixado ao menor da repartição por ser da oposição ao governo Chagas Rodrigues. Anos depois, já no comando do *Jornal do Piauí*, ocorreu, a 29 de abril de 1969, por força do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado a 13 de dezembro de 1968, pelo presidente Costa e Silva (1967 a 1969), a cassação de Chagas Rodrigues, que teve, ainda, os direitos políticos suspensos por dez anos. Chagas Rodrigues estava em baixa. José Vieira Chaves, por cima da carne seca, ouvia da mulher Maria Eunice Diniz a cobrança diária para que tacasse chumbo em Chagas Rodrigues. José Vieira Chaves dizia que, apesar dos motivos para fazer isso, assim não procedia, porque o tinha em alta conta e um assunto pessoal não iria interferir em seu julgamento. O ex-governador Chagas Rodrigues era um grande homem público e como tal devia ser respeitado. O jornalista e escritor Paulo Chaves, filho de José Vieira Chaves, disse que o pai, até o último dia de vida, nunca deixou que, em seu jornal, alguém escrevesse contra Chagas Rodrigues.

No açude do Bezerra

Na visita que fez ao Açude do Bezerra, durante seu governo (1959 a 1962), Chagas Rodrigues, ao ser saudado pelas autoridades locais, teve que ouvir do vereador Amadeu de Sena Barros um discurso para lá de sem sentido, que terminava assim: “Na profundidade dessas águas oceânicas habitam feras e panteras submarinas e avestruzes do ar. Debaixo de um pé de Brahma, seu governador, eu bebo até das verdes”.

Chagas Rodrigues virou-se para o coronel Diogo Lustosa, chefe da Casa Militar, e disse: “Esse é um dos seus, não é coronel?”

Segundo o jornalista Deoclécio Dantas, naquele tempo a cerveja Brahma era vendida em garrafas de cores verde e preta, sendo esta última a mais pedida, porque não chocava. A de cor verde refletia a luz do sol, o que fazia a cerveja ficar choca. E só era pedida quando não havia mais a de cor preta.

Essa história foi contada pelo delegado aposentado Lua (Cesil Gonçalves Soares), com a cumplicidade de Deoclécio Dantas, durante tarde do dia 1º de dezembro de 2010, na praça de alimentação do *Riverside*.

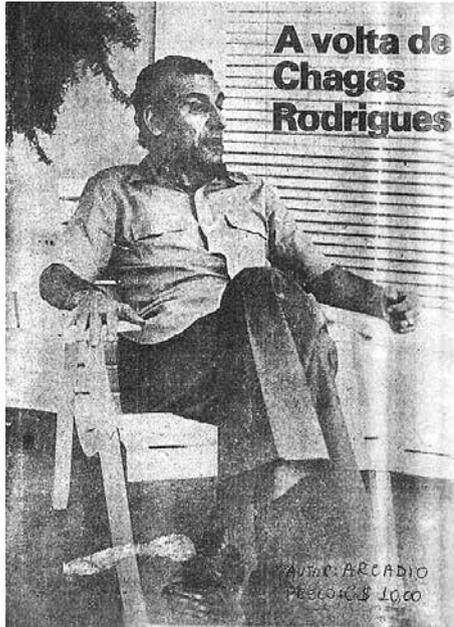
O arroteo do coronel

Na festa de posse do governador Chagas Rodrigues, ele é recebido, com comitiva, na fazenda de Sigefredo Pacheco, em Campo Maior, para farto almoço, regado a muita Brahma preta. Terminada a boca livre, o coronel João Henrique, sem qualquer cerimônia, deu um arroteo de se fazer ouvir na capital. Todo mundo olhou para ele, que olhou para o governador Chagas Rodrigues, e disse, na maior seriedade: “governador, eu gosto da minha mulher e gosto também do senhor, mas eu gosto mais ainda da cerveja preta, pelo arroteo”.

Jacaré engomado

O jornalista José Vieira Chaves, do *Jornal do Piauí*, ligado ao PSD, foi quem colocou em Chagas Rodrigues o apelido de “Jacaré engomado”, porque ele sempre andava de terno de linho branco, muito limpo e passado no ponto, cabelo sempre bem penteado, com ajuda de um gel, andar elegante, cadenciado, num ritmo todo próprio. Chagas Rodrigues sabia do apelido, mas não dava demonstração de saber. Era a maneira educada que encontrava para não se indispor com os amigos.

A volta de Chagas Rodrigues – Arcadio



Cordel A volta de Chagas Rodrigues.

Livre de sua cassação
pela revolução de março
retorna um líder nos braços
do povo que o consagrou
para melhorar a vida
do homem trabalhador

Pelo PTB ele foi
governador do Estado
elegeu-se deputado
para nos representar
nunca se soube o porquê
da sua voz se calar

Comportamento exemplar
teve esse líder cassado
e só veio ao Piauí
em dezembro do ano passado
para rever os parentes
de quem vivia afastado

Era época de apuração
e já se via o resultado
com a Arena vencendo
e o MDB derrotado
foi duro para esse líder
reconhecer o tal quadro

Além da grande derrota
imposta ao seu partido
o líder ainda constatou
o MDB dividido
mas não se desesperou
e voltou mais destemido

Silenciou por uns dias
analisando a conjuntura
viu o sistema da Arena
apresentando a ruptura
mas não se fez de aliado
nem proclamou impostura

Não viu ele com bons olhos
a dissidência arenista
e nem expulsou do templo
os colegas adesistas
preferiu dar tempo ao tempo
em busca de outra conquista

Chegava o mês de abril
com um saldo positivo
os horizontes políticos
abriam-se em definitivo
embora o eleitorado
vivesse um quadro aflitivo

De luto o povo chorava
a morte de um senador
a oposição com respeito
à Arena se aproximou
somando a sua lágrima
àquele pranto de dor

Foi preciso que um morresse
para que o outro escapasse
pois o pobre MDB
por mais que se esforçasse
tinha sempre um albertista
na oposição por disfarce

Mal enterraram Dirceu
o Alberto já lá estava
recebendo o que era seu
embora sem triunfar
deixando a oposição
sem chance de se virar

Sem líderes de cabeceira
com quatro nomes derrotados
Bruno, Celso, Figueiredo
e Nogueira Filho, cansado
estava o MDB, num beco
muito bem encurralado

Mas Chagas fez uma pausa
com o dom da sabedoria
para contemplar quem chorava
pelo senador que morria
sem esquecer da torcida
do suplente que assumia

Duas massas eleitorais
frustradas num mesmo instante
uma pelo líder morto
a outra pelo inconstante
as duas formando o núcleo
de Chagas, o perseverante

Assim viu o Piauí
Chagas Rodrigues, na volta
novo governo no Estado
gente nova em sua escolta
estava fechado o cerco
faltava um guarda na porta

Lançou logo o desafio
na primeira ocasião
“oito anos de Senado
já tinha Alberto na mão
tudo o que sobrou aqui
vai virar oposição”

Com Alberto no Senado
surge uma interrogação
ele foi beneficiado
com os votos da oposição?
a resposta é afirmativa
só os cegos dizem não

Por isso mesmo é que Chagas
no seu papel antagônico
não poderá silenciar
para depois dialogar
com dois ilustres suplentes
e um senador biônico

Um suplente e um biônico
é a representação do Piauí
no Senado da República
e vejam bem isso aqui
um senador “obitônico”
que o povo chama aqui

Nesse quadro melancólico
brada o senador Alberto
num misto de oposição
e arenista discreto
como só se os seus planos
no Piauí fossem certos

Vem Bernardino Viana
falar em agricultura
seguindo à risca Petrônio
que lhe garante a postura
deixando o pobre Helvídio
com “água pela cintura”

Só Chagas acredita
no processo de abertura
os outros somente o aplaudem
com cantos de cintura
para não dizer que estão contra
as vigas da estrutura

Acreditar no futuro
é lançar-se à aventura
defender ideias novas
com argumentação segura
como quem busca a picada
na mata, em noite escura

Ser dissidente arenista
somente no Piauí
como disse Alberto Silva
no momento de assumir
a cadeira de Dirceu
é dose pra boi dormir

Quem sofre na carne, aqui
a escassez do salário
se viajar pra Brasília
deixará sofrendo a família
cairá numa armadilha
e não passará de um otário

Portanto, um senador
que é Deus lá e o Diabo aqui
não tem nos ossos o tutano
da carnaúba e do piqui
quer nos levar no engano
do eterno consentir

Por que combater Petrônio
e defender Figueiredo
se um é que apoia o outro
que em tudo mete o dedo?
A oposição de Alberto
é de quem tem muito é medo

Chagas, como político
não fala em oligarquia
defende regime aberto
com direitos e franquias
para que o Piauí do país
não seja só uma fatia

Alberto, que chegou ontem
pra governar o Estado
sem ir à boca da urna
para poder ser testado
fala como se representasse
a oposição no Estado

A oposição que se espera
não será só a Petrônio
que afinal, nesse país,
não é deus nem é demônio
mas apenas um político
que se tornou patrimônio

Combatê-lo poderá Chagas
com ideias democráticas
mas dentro de um programa
com suas linhas pragmáticas
sem resvalar pro terreno
da teoria sem prática

Chagas volta preparado
pra reforçar um partido
seja ele o PTB
ou o MDB sofrido
enquanto que Alberto Silva
não tem como ser seguido

Aceito pela oposição
na disputa pelo Senado
Alberto perdeu o pleito
embora muito bem votado
depois ficou satisfeito
com o seu mandato herdado

Alberto combater Petrônio
sem nenhuma filosofia
já se tornou enfadonho
pra quem de longe aprecia
é mesmo que pôr açúcar
em água de melancia

A bandeira trabalhista
que Chagas volta a empunhar
não é lençol de turista
que a poucos pode embrulhar
é base para as conquistas
de quem luta para escapar

Seu trabalho interrompido
antes da revolução
ainda hoje tem sentido
no mundo e nesta nação
é uma ação reconhecida
por todo o mundo cristão

Só Petrônio governou
depois do governo Chagas
pelo processo direto
de eleições nestas plagas
os outros foram empurrados
como remédio que amarga

Durante esses governos
de tudo se experimentou
do turismo à mordomia
do futebol ao xangô
porém ninguém teve pena
do homem trabalhador

Projetos de artesanato
para cá foram trazidos
tirando o homem do campo
para viver iludido
trabalhando sem contrato
e da previdência esquecido

O turismo mal concebido
viveu às custas do Estado
não mostrou mais que o reisado
em nome de um “Piauí Novo”
hoje está debilitado
e mal visto pelo povo

O Chagas que está voltando
nunca foi homem odiento
durante a sua cassação
teve bom comportamento
e vai voltar à política
num delicado momento

O povo já está descrente
do sistema ultrapassado
de mandato por presente
a governador nomeado
a ordem é pleito direto
pro governo do Estado

Chagas será a saída
para toda a oposição
fala-se em novos partidos
e até em prorrogação
mas o grande desafio
será a próxima eleição

O eleitorado de Alberto
já está desanimado
votou no homem, brigando
e hoje o tem acomodado
e continua esperando
a sua ação no Senado

Também não estão satisfeitos
os eleitores de Petrônio
porque ele está na “Justiça”
que nunca passará de um sonho
enquanto a nossa realidade
vai aumentando o tamanho

Helvídio Nunes de Barros
por mais que seja dinâmico
não aliciará ninguém
porém provocou o pânico
aceitando ser nomeado
para senador biônico

Fausto não mete coragem
no momento em que vivemos
elegeu-se, foi embora
a ele não devemos
que ele viva feliz
é o muito que queremos

O Bernardino Viana
não tem posição segura
está no lugar de Petrônio
tapando uma rachadura
no meio de uma multidão
é uma simples criatura

Lutar sempre foi o desejo
dos que ficam marginalizados
e isso nós vemos muito
em todo esse grande Estado
Se Chagas fosse vaqueiro
esse seria o seu gado

A divergência doméstica
da Arena no Piauí
vai acabar contribuindo
para a oposição subir
os exemplos mais deprimentes
são destacados aqui

Quando Dirceu tomou posse
no Palácio de Karnak
Alberto saiu zangado
mais ligeiro do que um craque
pra comandar uma charanga
com cantos e atabaques

Faltou decência em Alberto
sobrou prudência em Dirceu
este manteve-se humilde
até o dia em que morreu
embora isso não ocorresse
com certos amigos seus

Com a morte de Dirceu
esperou-se tudo acalmar
mas isso não aconteceu
e haja ódio a jorrar
Alberto já blasfemava
antes do pranto cessar

Estava acirrado o ódio
na missa de sétimo dia
entrevista de Alberto
nos jornais era o que se lia
atacando os seus colegas
falando em “oligarquia”

Lucídio, o governador
desembarcava, acessível
dizia para a imprensa
num otimismo visível
que o mandato de Alberto
era assunto discutível

Finalmente tudo estava
como antes começara
as brigas dentro da Arena
e a vida sempre mais cara
a política, um descalabro
e o consenso, coisa rara

Assim, seu Chagas Rodrigues
via tudo sem comentar
homem polido, fino trato
discreto até no trajar
disposto a entrar na luta
sem a ninguém difamar

Foi assim que ele venceu
antes de ser cassado
defendendo grandes causas
como governador ou deputado
sem perder a compostura
do político refinado

É este homem que volta
temperado no ostracismo
fiel às suas origens
como crente ao catecismo
pra salvar uma política
que está à beira do abismo

Custou, mas veio, afinal,
conviver com sua gente
que tem sofrido na carne
a força dos prepotentes
preocupados em si mesmos
a todos indiferentes

Sem indústria e sem trabalho
vive o estado de esmola
os ricos com a mão na seda
os pobres com os pés na sola
sofrendo e passando fome
pra pôr os filhos na escola

A juventude esquecida
na sua ânsia de ver
melhores dias de vida
pra trabalhar e crescer
assiste a tudo estarecida
sem nada poder fazer

Sem as portas do diálogo
no rádio e na televisão
não há mocidade que agente
o rolo da compressão
de ouvir tudo calada
sem dar uma opinião

Com Chagas muitos irão
pra esse ou aquele partido
sem ódio, sem frustração
conscientes e decididos
é esta a ocasião
pois nem tudo está perdido

Vamos agora falar
de outros políticos renomados
que como Chagas tiveram
os seus mandatos cassados
todos eles a serviço
da grandeza do Estado

Clidenor de Freitas Santos
ex-deputado federal
fundador do Meduna
hoje forte industrial
membro da Academia
grande intelectual

Celso Barros, advogado
nascido no Maranhão
pela Assembleia foi cassado
depois ganhou outra eleição
hoje vive sem mandato
pois não logrou recondução

Deusdedith Mendes, do PTB
irmão de Pedro Ribeiro
esse foi um dos primeiros
cassados do Piauí
excelente advogado
nunca ausentou-se daqui

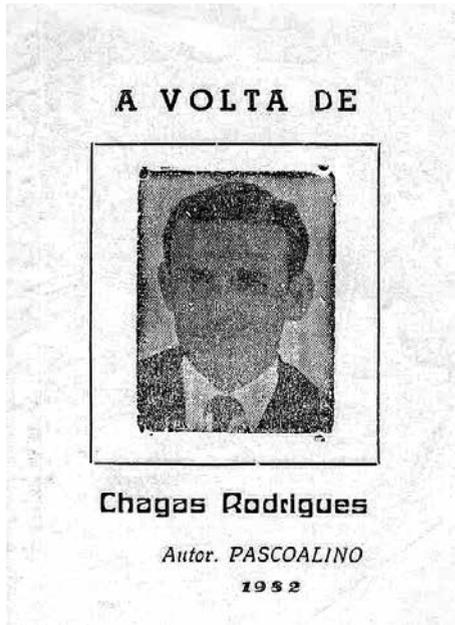
José Alexandre Caldas
irmão de Chagas, parnaibano
homem de negócios, grande líder
educado e muito humano
trabalhista empedernido
sustentáculo do seu mano

Themístocles Sampaio Pereira
atualmente deputado
pelo PTB foi cassado
mas voltou a atuar
não arreda o pé da tribuna
e tem sempre o que abordar

Jesualdo Cavalcanti
cassado como vereador
entrou depois para a Arena
elegeu-se deputado
e nunca mais protestou

Alfredo Nunes, Antônio Dias
e também Alberto Luz
fizeram um “credo em cruz”
pra não falar em eleição
os dois primeiros vivem aqui
o outro está no sertão.

A volta de Chagas Rodrigues – Pascoalino



Cordel A volta de Chagas Rodrigues.

Conheci Chagas Rodrigues
trinta e três anos atrás
quando ele aqui chegou
um jovem e belo rapaz
pra mostrar ao Piauí
de quanto era capaz

Parnaibano da gema
Filho de Ignésia e Poncion
casal que tinha por lema
ser prudente e ser bom
virtudes estas tão raras
mas para eles era um dom

Chagas Rodrigues voltava
lá do Rio de Janeiro
onde cursara Direito
e era sempre o primeiro
fazendo da advocacia
seu ideal verdadeiro

Parnaíba o chamara
para ajudar o Piauí
na campanha que havia
para fazer ressurgir
o direito de votar
e ser votado aqui

Chagas aceitou o convite
entrou com força total
e logo se elegeu
deputado federal
com votação estrondosa
até hoje sem igual

Lá na Câmara Federal
uma voz se levantou
em favor do Piauí
era quem mais trabalhava
do povo não esquecia
a seu lado sempre estava

Conseguia muita verba
para o governo aplicar
em estradas, obras outras
que vinha a necessitar
entidades e escolas
não deixava de ajudar

Por isso todas as vezes
era sempre reeleito
uma, duas, três, quatro
em democrático pleito
o povo o consagrava
como seu líder perfeito

Até agora não houve
quem o ultrapasse
em liderança e talento
de lidar com toda classe
É um homem de valor
e dele não há quem passe

Reconhecendo-lhe a visão
o Piauí o chamou
para disputar outro cargo
para seu governador
e na eleição direta
o deputado ganhou

Aí nosso Estado teve
nova era de progresso
o homem modificou
tudo, com muito sucesso
estradas, hospitais, escolas
muita coisa, lhe confesso

Todo o nosso Piauí
foi muito beneficiado
seu trabalho atingia
de norte a sul do Estado
o torrão piauiense
ele queria ligado

O ensino em seu governo
era meta principal
aqui, nesta Parnaíba,
não há exemplo igual
Colégio Parnaibano
tornou-o estadual

Com isso abriu as portas
do ensino a muita gente
deu boa oportunidade
à juventude carente
de estudar sem pagar
o povo ficou contente

Ninguém pode imaginar
que a estadualização
de um colégio modelo
representou ao torrão
pois a mocidade estuda
sem lhe pagar um tostão

Chagas deixou o governo
saiu nos braços do povo
reconhecido e grato
a quem lhe deu sangue novo
era o rico, era o pobre
o velho, a criança, o jovem
do humilde ao mais nobre

Enquanto ele empreendia
trabalho excepcional
sua esposa – todos sabem
dava-lhe força total
dirigindo muito bem
o Serviço Social

Aos pobres, aos desvalidos
esta senhora olhava
com sua equipe atuante
pra eles nada faltava
dava-lhes roupa e comida
tudo o que necessitava

Seu nome ficou na história
do Piauí agradecido
dona Maria do Carmo
é sempre um nome querido
o povo não a esquece
pelo seu dever cumprido

Deixando o governo, Chagas
disputou nova eleição
deputado federal
outra vitória na mão
continuou seu trabalho
com muita dedicação

Veio o golpe militar
e, num momento azado,
proibiu-lhe de votar
e também de ser votado
cassando-lhe o mandato
de um fiel deputado

O povo piauiense
todo se entristeceu
lamentando que uma voz
todo o Piauí perdeu
tirando-lhe um direito
um direito que era seu

Cassaram o seu mandato
tiraram-lhe os direitos
mas não tiraram os ideais
que sempre lhe foram afeitos
de lutar com galhardia
pelo pão de cada dia

O homem continuou
dentro da sua solidão
a luta silenciosa
pra despertar a nação
do engano cometido
por uma revolução

Dez, doze anos passaram
veio agora a abertura
Chagas reassume o direito
e tem toda cobertura
do povo agradecido
por seus atos de lisura

Voltou à vida política
com o mesmo ideal
de trabalhar pelo povo
que lhe foi sempre leal
voltou o grande líder
com uma força total

Vemos na face do povo
um ar de satisfação
por uma volta oportuna
esperada desde então
daquele que a todos estende
sua benfazeja mão

Dr. Chagas bem vindo seja
aqui é o seu lugar
vamos todos de mãos dadas
com o senhor trabalhar
Pra Parnaíba e o Piauí
crescerem, e não parar

Este nosso conterrâneo
que foi nosso condutor
é candidato em potencial
ao cargo de senador
e ganhar com fé em deus
e o voto do eleitor

Hosana, todos cantemos
pela volta triunfal
do homem que nós queremos
no Senado Federal
pra fazer do Piauí
um Estado Colossal

Justiça de Deus não falta
ela teria que vir
pra mostrar que um homem
que tem por lema SERVIR
tem de voltar ao lugar certo
e do anonimato sair

Ao concluir estes versos
me ufano de falar
Chagas Rodrigues voltou
e desta vez pra ficar
para alegria de todos
que nele devem votar...

Nos bastidores da política – Aluízio Costa Santiago



Cordel Nos Bastidores da Política.

Leitores, muita atenção!
em tudo que vou contar
creio não ter coração
quem resiste sem chorar
é exata a discrição
de tudo que vou narrar

Quero falar aos leitores
sem me afastar da verdade
neste romance de dores
de sangue e calamidade
que só se ver os horrores
da viuvez e orfandade

Há quatro anos passados
teve grande confusão
de setembro para outubro
na época de eleição
houve greve tremenda
no Estado do Maranhão

Eu mesmo sou vítima
de um caso bem conhecido
no município de Coelho Neto
assaltado por bandido
destinado a me matar
mas o plano não foi certo
me levaram coagido

No dia vinte e nove
do mês de setembro
às dez horas da noite
é verdade ainda me lembro
Na posse de Eugênio Barros
na capital do Maranhão
como governador do Estado
ouve grande aglomeração
na Praça João Lisboa
do povo da oposição

Por toda esta capital
era tremenda a agonia
o povo não tinha sossego
nem de noite nem de dia
o pessoal não dormia
com o barulho que havia

Eu mesmo estava na praça
em uma porta recostado
quando vinha a polícia
atirando pra todo lado
veio uma bala esbagaçou
a cabeça de um a meu lado

Este que foi alvejado
por um soldado malvado
caiu por morto no chão
com o crânio esbagaçado
esta sua denominação
era José Ribamar Prado

Portanto daqui por diante
cousas piores se ver
muitos matam de malvados
e outros matam pra não morrer
e assim o pobre vive
neste mundo para sofrer

Hoje para se dar o voto
é preciso a gente escolher
um candidato amoroso
que conheça do pobre o sofrer
lutando pela liberdade
do povo para viver

Portanto eleitor amigo
preste bem atenção!
nestes versos que faço
sem haver alteração
com a expressão da verdade
de nossa situação
As eleições de hoje em dia
não são como as dos tempos atrás
que tudo era democracia
o povo folgado vivia
levando sua vida em paz

Agora tudo mudou
democracia se acabou
o povo se rebelou
e o rico se aproveitou
consideração se acabou
e o pobre perdeu o valor

Portanto, caros leitores,
repare o próximo passado
os ataques de horrores
que se deram por este Estado
que só se viam clamores
do pobre aperriado

Parnaíba também sofreu
do caso próximo passado
que a pobreza vivia
de coração sobressaltado
seis horas estavam dormindo
para não serem espancados

E muitas vezes os pobres
já se acham recolhidos
nas suas alcovas deitados
pensando estarem escondidos
de repente eram atacados
por soldados eram invadidos

Assim vivia o pobre
com o juízo atribulado
não tinha tempo, coitado,
de viver sossegado
porque estava sujeito
a qualquer hora ser massacrado

Certos candidatos
antes de serem eleitos
a deputados ou prefeitos
fingem ao pobre ser bom
depois de estar apossados
haja mostrar os defeitos

O defeito está na vista
para todo mundo ver
por isso ninguém se engane
dê seu voto ao PTB
não procure partido infame
que é melhor pra você

Chagas Rodrigues, deputado
do partido que não defrauda,
eu aconselho que dê seu voto
sem compromisso e mais nada
para ter vida sossegada
ao José Alexandre Caldas

José Alexandre Caldas
está visto, é homem demais
por prova nesta cidade
é homem que tem cartaz
de braço com a pobreza
ele a todos satisfaz

E o deputado Chagas Rodrigues
está sempre a trabalhar
outro homem de fibra
em que se pode confiar
que a bem do trabalhador
ele está sempre a lutar

Leitor; salve José Alexandre
e Chagas Rodrigues também
salve o partido PTB
e Getúlio Vargas ainda além
salve também as eleições
que a três de outubro aí vêm

Eu tenho pena dos eleitores
que outro partido acompanhar
iludido por não saber
no fim o que vai pegar
com certeza vai sofrer
se outro partido ganhar

José Correia Filho é o maior
nas indústrias é demais
em bondade é ele só
da grande firma Moraes
nas eleições é procurado
pra proteger ele é capaz

Já está mais do que visto
como se deve proceder
pois a verdade eu não insisto
votem no PTB
que outro partido é durico
é certo que vai sofrer

Caros leitores, eu aviso
mais uma vez pra vocês
não vão votar no escuro
que está aproximando o mês
de reservar o futuro
em outubro no dia três

Seja um eleitor consciente
não dê seu golpe errado
banque o homem decente
para poder ser honrado
votando no PTB
que é um partido elevado

Eleitor seja animado
dando teu voto ao PTB
que será recompensado
mostrando bem proceder
honrando a tua terra
cumprindo o teu dever

O meu voto é do PTB
haja lá o que houver
nem que tenha despeitado
se morda quem quiser
com este eu estou afirmando
tanto eu quanto a mulher

É isso, trabalhadores
do Estado do Piauí
dê seu voto a José Alexandre
que é o candidato daqui
pra ser eleito a prefeito
pra cidade dirigir

Agora, caros eleitores,
levanto meu pensar
usando de franqueza
inspiração vou narrar
zelando pela pobreza
imaginando a certeza
ouvindo para contar

Compreendendo o dever
observando o que há
sabendo tudo afinal
todo tempo a meditar
a quem possa me ajudar

Sabedoria não tenho
ainda, querendo não acho
não tenho inteligência
tenho tática e não relaxo
instruindo em reverência
ainda o PTB
garantindo a existência
onda que não escracho
agora, caros leitores,
a todos quero falar
vós queiram desculpar
as faltas que encontrar
neste folheto primeiro

Fim.



Anexos

Anexo 1 – Ginásio Parnaibano e Escola Normal da Parnaíba

O Ginásio Parnaibano e a Escola Normal da Parnaíba, fundados a 11 de junho de 1927, funcionavam juntos na Rua Afonso Vizeu, depois Avenida João Pessoa, hoje Getúlio Vargas, em majestoso prédio de linhas clássicas, onde outrora funcionara a Unidade Escolar Miranda Osório. Lá funcionou, também, a Faculdade de Direito da UESPI, hoje anexo do Juizado Especial Civil e Criminal.

O grupo fundador dos dois estabelecimentos era formado pelo intendente José Narciso da Rocha Filho, grande entusiasta da educação, considerado o reformador da instrução municipal; Mirócles Campos Véras, o idealizador; professor José de Lima Couto, mestre de Inglês, o arauto, o grande batalhador; Luís Galhononi, didata, mestre paulista; Ademar Véras, lente de Inglês e musicista de fina sensibilidade; Edson da Paz Cunha e João Batista Campos, ambos mestres de Língua Portuguesa.

Em 1949, assume a direção dos dois estabelecimentos o professor José de Lima Couto, cuja administração se estendeu até 1960.

No dia 11 de junho de 1952, comemorou-se o Jubileu de Prata (25 anos) dos dois estabelecimentos. Foi criado o curso científico no Ginásio Parnaibano, que passou a chamar-se Colégio Parnaibano.

No dia 21 de novembro de 1959, pela Lei nº 1.892, o governador Chagas Rodrigues estadualizou os dois estabelecimentos para permitir que os alunos estudassem gratuitamente, como parte do seu projeto de criar uma universidade no Estado. Em entrevistas concedidas ao *Jornal Inovação* (ano I, n. 14, de 11 de janeiro de 1979, e n. 15, de 31 de janeiro de 1979), Chagas Rodrigues declarou:

Não era possível ter uma universidade no Piauí com ensino médio oficial só em Teresina. No meu governo, nós criamos escolas normais e ginásios, que isso era o primeiro passo para uma Universidade. Talvez muitos alunos mesmo não saibam que a integração da Faculdade de Administração na Universidade Federal do Piauí resultou de uma emenda de minha autoria, quando deputado federal.

Com a estadualização, os dois estabelecimentos receberam novas denominações: Colégio Estadual Lima Rebelo, em homenagem ao grande mestre de Chagas Rodrigues e de várias gerações, e Escola Normal Francisco Correia, em homenagem ao grande intelectual e jornalista, que militava na educação parnaibana.

Em 1961, os dois estabelecimentos se desmembraram. A Escola Normal foi transferida para o prédio onde hoje funciona a Unidade Escolar Cândido

Oliveira, na Avenida Chagas Rodrigues. No ano seguinte, a Escola Normal, ainda dirigida pelo professor José de Lima Couto, tendo como vice-diretora a professora Maria Celeste de Jesus, instalou o Curso Ginásial Estadual e passou a funcionar então com os cursos pré-primário, primário, ginásial e pedagógico.

Anexo 2 – PTB: de Chagas a João Vicente

Deoclécio Dantas

(I)

Diário do Povo. Opinião, 10 de outubro de 2007.

Quando o empresário João Claudino Fernandes inaugurou a primeira loja do Armazém Paraíba em Teresina, em julho de 1958, o Piauí vibrava com a campanha eleitoral que levaria o filho de empresário da cidade de Parnaíba ao governo do Estado. Era o início de coincidências envolvendo os setores empresarial e político, que relatarei neste espaço.

O eleito foi Chagas Rodrigues, com apenas 36 anos de idade, já no exercício do segundo mandato de deputado federal, líder do PTB, e filho do empresário Poncio Rodrigues, este pai também do deputado estadual José Alexandre Caldas Rodrigues.

O Partido vitorioso em 1958 elegeu dez deputados estaduais, três federais, três vereadores em Teresina, além de dezenas de prefeitos e centenas de vereadores. Era o PTB forte, mas logo enfraquecido por brigas internas e pelo surpreendente apoio do trabalhista e presidente João Goulart aos principais líderes da UDN no Piauí, entre eles Petrônio Portella (governador), José Cândido Ferraz (senador) e Heitor Cavalcanti (deputado federal).

A derrocada do Partido agravou-se com o golpe militar de 1964, quando foram cassados o vereador Jesualdo Cavalcanti e os deputados estaduais Themístocles Sampaio, Deusdedith Ribeiro, José Alexandre e, em 1969, o próprio Chagas, no exercício do seu terceiro mandato de deputado federal.

A ditadura militar também cassou suplentes do trabalhismo com grande potencial de votos no Piauí, entre eles Ubiratan Carvalho e José Francisco Paes Landim, este, hoje, no exercício do quinto mandato de deputado federal.

Com a redemocratização do país, Leonel Brizola, um dos fundadores do PTB, e que amargara 15 anos no exílio, tentou resgatar a sigla partidária de sua paixão, mas foi derrotado por Ivete Vargas, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), graças a uma manobra comandada pelo poderoso general Golbery.

Desfigurado, o trabalhismo caiu no ridículo quando aceitou a presidência da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), para apoiar o “Centrão”, capitaneado pelo deputado federal Roberto Cardoso Alves, o Robertão, aquele do “é dando que se recebe”.

Com a alcunha de “PTB da Cobal”, o partido chegou a lançar candidato ao cargo de prefeito de Teresina, em 1985, mas abandonou a disputa na metade da campanha.

Decorridos 22 anos do pleito de 1985, veio a reconstrução do Partido fundado por Getúlio Vargas, iniciada pouco antes da espetacular vitória do senador João Vicente, filho do empresário João Claudino, na memorável eleição de 2006.

A que se deve o crescimento do PTB no Piauí? É o que veremos no próximo artigo desta série.

(II)

Diário do Povo, Opinião, 17 de outubro de 2007.

Nos festejos do padroeiro da cidade de Uruçuí, em janeiro de 1970, tive o primeiro contato com o empresário João Claudino Fernandes, que ali estava, a convite do deputado Sebastião Leal e de outras lideranças da região, mas já vinha de várias incursões ao interior do Estado, cuidando da expansão dos negócios do Armazém Paraíba, que então operava com o sistema “Loja Volante”.

São quase 50 anos de atuação empresarial no Piauí, com inevitável envolvimento político, fortalecido pela geração de 20 mil empregos diretos e indiretos, e a realização, com o patrocínio do Armazém Paraíba, de centenas de eventos esportivos e culturais, na maioria das cidades piauienses, alguns gigantescos, como a memorável participação da Esquadilha da Fumaça, sem esquecer o patrocínio de megabingos, animados por bandas de prestígio internacional.

A força da mídia desse grupo, que evoluiu do comércio para a indústria, em diferentes ramos, chegou aos canais nacionais de TV e conferiu, aos proprietários dessa empresa, nível de popularidade suficiente para a consolidação de um projeto político que transformou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na mais forte agremiação dos últimos tempos no Piauí, provocando reações que tentam desfigurar as reais causas desse crescimento.

Há mais de duas décadas, analistas políticos de Teresina falam sobre a existência da “Bancada do Seu João” na Assembleia Legislativa do Piauí, bem como das afinidades dele e do filho João Vicente com dezenas de prefeitos municipais, muitos dos quais eleitos e reeleitos com forte supremacia sobre os adversários.

Vem daí – e o senador João Vicente Claudino muito ajudou na construção dessa obra de engenharia política – o tão comentado crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro no Piauí, que leva muitos dos observadores políticos à conclusão de que, sem profundas mudanças no atual quadro, as eleições de 2008 e 2010 poderão resultar na formação de um PTB semelhante àquele dos anos 50 e início dos anos 60, então sob a liderança do ex-deputado federal, ex-governador e ex-senador Chagas Rodrigues.

Dos principais partidos políticos de antes da ditadura militar (1964 – 1985) – PTB, UDN, PSD e PDC –, o único que chegou aos dias de hoje, com

a mesma denominação, foi o Partido Trabalhista Brasileiro, agora, como em 1958, com forte liderança exercida por filho de empresário.

(III)

Diário do Povo, Opinião, 24 de outubro de 2007.

É do período de 31 de janeiro de 1959 a 6 de julho de 1962 a presença mais forte do empresariado na vida pública piauiense, curiosamente abrigado no Partido Trabalhista Brasileiro, que oferecia sombra à esquerda liderada pelo então presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de março de 1964.

Chagas Rodrigues, governador daquele período, é filho do empresário Poncion Rodrigues, e sua mulher, senhora Maria do Carmo, recentemente falecida, filha do empresário José de Moraes Correia, titular de empresa que, usando navios próprios, exportava produtos piauienses – cera de carnaúba e babaçu à frente – e importava artigos produzidos na Europa e Estados Unidos, que abasteciam o Piauí.

A história registra que ambos, filhos da elite parnaibana, realizaram ações notáveis na vida pública do Estado, ele comandando a modernização administrativa e construindo obras importantes, entre as quais, escolas, hospitais, estradas e pontes, enquanto ela, à frente do Serviço Social, cuidava dos necessitados.

Quando muitos discursavam pedindo a construção de uma usina hidrelétrica no Piauí, o governador parnaibano tomava providências concretas com tal objetivo.

A pedido de Chagas Rodrigues, o engenheiro Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, colocou o professor Casemiro José Munarsky, do Instituto Tecnológico daquele Estado, à disposição do governo do Piauí, a fim de elaborar projeto para a construção da barragem do Rio Parnaíba, ação essa desenvolvida com a participação da equipe do DNOCS.

É daquela época, quando o Piauí tinha apenas 93 municípios, o 1º Encontro Estadual do Bem-Estar Social, anos depois rebatizado com o nome de Feira dos Municípios, e realizado, em 1961, com grande presença de público, na Praça da Bandeira.

Chagas Rodrigues e Maria do Carmo criaram e executaram projetos de apoio aos deficientes físicos, crianças excepcionais, menores abandonados, além de pensão vitalícia aos portadores de hanseníase.

Em galpão montado no quintal de prédio público, ao lado do Estádio Lindolfo Monteiro, instalaram o projeto Sopa do Pobre, que distribuía cestas básicas nas áreas mais distantes do centro. Nos períodos de seca e enchentes, lá estava a primeira-dama, na periferia de Teresina e no interior do Estado, comandando as equipes que ofereciam assistência aos flagelados.

Desconhecidos do povo de Teresina antes da chegada de ambos ao governo do Estado, em pouco mais de um ano Chagas Rodrigues e Maria do Carmo conquistaram extraordinária popularidade junto às camadas mais pobres do Piauí, fato que conferiu grande prestígio ao PTB de então.

O PTB dos nossos dias, sob a liderança do empresário e senador João Vicente Claudino, já abrigando 80 prefeitos, certamente pretende conquistar o comando do Piauí e, se chegar a tanto, terá a oportunidade de repetir as ações daqueles que fizeram a glória dessa organização política no período de 31 de janeiro de 1959 a 6 de julho de 1962.

(IV)

Diário do Povo, Opinião, 31 de outubro de 2007.

Os episódios políticos que resultaram no suicídio do presidente Getúlio Vargas (gaúcho, 1883-1954), em 24 de agosto de 1954, tiveram origem nos discursos inflamados de Carlos Lacerda (carioca, 1914-1977) e Afonso Arinos (mineiro, 1905-1990), líderes da “Banda de Música” da União Democrática Nacional (UDN).

Vargas, que criara o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), deixou herdeiros sem ódio, tanto que, em 1958, aconteceu no Piauí surpreendente aliança política.

Uma outra, em nível nacional, mostrando do que muitos políticos são capazes, foi celebrada entre o líder comunista Luís Carlos Prestes (gaúcho, 1898-1990) e o ex-ditador Getúlio Vargas, que entregara Olga Benário (alemã, 1908-1942), mulher do primeiro, que estava grávida, a um campo de concentração nazista.

No caso do Piauí, muitos observadores políticos davam como impossível uma aliança da UDN, acusada de levar Vargas ao suicídio, com o PTB, mas ela terminou ocorrendo, com a formação da chapa vitoriosa para o governo do Estado, na eleição de 1958, menos de quatro anos após a violenta campanha de Lacerda e Arinos contra o fundador do trabalhismo.

Venceram aquela disputa o petebista Chagas Rodrigues, candidato ao governo, e Tibério Nunes, udenista, candidato ao cargo de vice-governador, numa campanha que tinha no mesmo palanque o udenista José Cândido Ferraz, eleito senador, e seu correligionário Petrônio Portella, eleito prefeito de Teresina.

Tempo que passa – exatos 48 anos –, o PTB da surpreendente coligação com seus ferozes adversários de 1958 ressurgiu das cinzas, em 2006, para, sob a liderança do jovem e vitorioso empresário João Vicente Claudino, celebrar a não menos surpreendente coligação com o petista e governador Wellington Dias.

Tanto quanto em 1958, não eram poucos, em Teresina e nos principais centros urbanos do Estado, os analistas que não acreditavam na celebração de um acordo, amplamente vitorioso nas urnas, entre um empresário e as lideranças sindicais comandadas por Wellington Dias, até então contrários a coligações com grupos por eles chamados de conservadores.

Todos, pelo visto, levaram a sério a lição deixada pelo ex-ditador e ex-presidente Getúlio Vargas: “Não há adversário com o qual não possa me compor nem aliado com o qual não possa romper”.

(V)

Diário do Povo, Opinião, 7 de novembro de 2007.

Quando escrevi sobre o governo Chagas Rodrigues, iniciado em 31 de janeiro de 1959 e encerrado em 6 de julho de 1962, deixei de citar uma de suas principais realizações: a criação da Defensoria Pública.

Ele e a primeira-dama Maria do Carmo Rodrigues, que cuidaram com tanto carinho das camadas mais sofridas da população, oferecendo apoio às crianças excepcionais, deficientes físicos, famélicos e hansenianos, também garantiram assistência jurídica aos necessitados.

Faço esse reparo apoiado em informação da defensora pública Elisabeth Aguiar, responsável pela organização de arquivo com o que existe de mais importante na história dessa instituição piauiense, criada, com o nome de Assistência Judiciária, pela Lei nº 2.239, de 11/12/1961.

Procurador, por concurso público, do Ministério da Fazenda, Chagas Rodrigues chegou ao governo do Piauí com apenas 36 anos de idade, conhecendo as imensas dificuldades das pessoas pobres envolvidas em diferentes tipos de demandas judiciais.

Faço outro reparo, agora sobre o texto IV desta série, no qual citei que José Cândido Ferraz fora eleito senador no pleito de 1958 pela coligação do PTB com a UDN.

Lembra Jesualdo Cavalcanti que Ferraz estava no palanque daquela coligação disputando mandato de deputado federal. O candidato à vaga de senador era o empresário piauiense Joaquim Parente, havia muito radicado no Rio de Janeiro, e que viera para substituir o irmão Marcos, falecido em acidente rodoviário, no dia 4 de setembro de 1958.

Por conta daquele grave desastre, com várias vítimas fatais, Demerval Lobão, candidato da coligação ao governo do Estado, foi substituído por Chagas Rodrigues, que então exercia mandato de deputado federal.

Pois bem, o Partido Trabalhista Brasileiro dos nossos dias, sob o comando do senador João Vicente Claudino, enquanto é assediado pelo PT de Teresina para uma composição no pleito de 2008, avança no fortalecimento de suas ba-

ses no interior do Estado, com o propósito de disputar a sucessão do governador Wellington Dias.

Os resultados das eleições municipais do próximo ano dirão das reais possibilidades do PTB em relação ao pleito majoritário de 2010, quando deverá indicar candidato ao governo do Estado.

O PTB da era Chagas Rodrigues chegou a eleger, em 1962, dez deputados estaduais. Eram eles: Themístocles Sampaio, Deusdedith Ribeiro, Solon Aragão, Thiago José da Silva, José Alexandre, Machado Melo, Severo Eulálio, David Paulo, Nogueira Filho e Filadelfo Castro.

Anexo 3 – Um triste episódio: Moraes Correia versus Casa Ingleza¹

Moraes Correia, firma de importação/exportação, era presidida por José de Moraes Correia, seu Zeca Correia, do clã dos Moraes Correia, com duas usinas industriais na Parnaíba, uma no Bairro Coroa e outra no Bairro Tucuns, hoje Bairro São José. Desde 1949 era a única firma industrial do Piauí autorizada pela Fiscalização Bancária – FIBAN a exportar cera de carnaúba extraída de borra obtida por processo químico e que, no começo dos anos cinquenta, passou a produzir em larga escala na Usina do Bairro Coroa.

No dia 10 de fevereiro de 1953, a firma apresentou ao Banco do Brasil, em Parnaíba, os documentos necessários para registrar a venda de 300 toneladas de cera para Nova Iorque: 50 toneladas de cera flor (a de mais alta qualidade e de maior preço) e 250 toneladas de cera produto de borra (em inglês, *dark*) a que o processo químico da Moraes Correia dava melhor aparência (clarificada), tornando-a mais aproveitável na fabricação de alguns produtos industriais. E a Moraes Correia passou a exportar mais cera do que a Casa Ingleza, presidida por Septimus Clark.

No dia 23 de março do mesmo ano, a Moraes Correia apresentou ao Banco do Brasil pedido de guia de embarque e encaminhou à Recebedoria do Estado a petição para permissão do embarque da cera, afirmando comprometer-se a, dentro do prazo legal, apresentar os despachos de exportação e efetuar o pagamento do imposto de vendas e consignações. Entregues à Alfândega a guia bancária, com a designação do tipo de cera a ser exportado, e os certificados oficiais de classificação, nos quais se designava “cera produto de borra”, foi dada a permissão final de embarque das 250 toneladas nas alvarengas Salinas, Tutoia e Cajueiro, que seriam rebocadas para o porto de Tutoia, cidade maranhense a 123 km de distância de Parnaíba, por via terrestre, onde passariam para o navio norte-americano Mormacreed, que deveria zarpar a 26 do mês em curso para Nova Iorque.

Porém, no dia 24, uma denúncia anônima informa ao Banco do Brasil que a cera de carnaúba que a Moraes Correia estava embarcando era falsificada. Imagine-se o impacto dessa notícia em uma cidade pequena como Parnaíba,

¹ A sequência dos fatos e as datas deste texto foram redigidas com base na exposição de Moraes S/A, publicada no jornal *O Piauí*, Teresina, em 12 de julho de 1953. Outros dados, de caráter histórico, foram colhidos no *Almanaque da Parnaíba*, 1954, no jornal *Aljava*, edições 22 e 24, de 1950, e em artigo de Benjamim Santos, publicado no jornal *O Bombém*, também disponível em: <<http://blogdogarocha.blogspot.com.br/2016/05/helder-fontenele-1-h-moraes-x-casa.html>>. Acesso em: 28 fev. 2018. Chagas Rodrigues entrou na política pelo sogro que precisava de uma voz no Congresso para se defender do adversário José Mendonça Clark, que comprou suplência de senador do senador Matias Olímpio de Melo. Portanto, tem relevância para nós, do Piauí, compreender essa história.

na época com apenas vinte mil habitantes e uma única emissora de rádio². A identidade do denunciante jamais foi revelada, mas toda a cidade comentava que se tratava de gente da Casa Ingleza.

Faltando apenas meia hora para zarpar, as 250 toneladas que estavam no Porto Salgado, em Parnaíba, foram apreendidas pela Alfândega. Zeca Moraes comparece à sede da Alfândega, acompanhado pelo advogado Edison Cunha, e recebe do inspetor Francisco Florindo Pires de Castro a seguinte explicação: “quando uma mercadoria é apresentada a despacho e sua qualidade não corresponde à sua classificação, está sujeita à apreensão e processo”. Zeca Correia convidou, então, as autoridades para irem ao laboratório da Usina, no Bairro Coroa, ali perto, onde, diante de todos, faria demonstração de que aquela cera era realmente produto de borra. Após verificarem com os próprios olhos, o inspetor, o gerente do Banco do Brasil, Totonho Meneses e o chefe da FIBAN, José Maria Braun – filho de seu Jerfeson Braun, cearense que, na década de vinte para trinta, tinha trabalhado na Casa Ingleza – liberaram as 250 toneladas para embarque. Na mesma tarde, as três alvarengas partiram para Tutoia.

Pressionado pelo denunciante anônimo, o chefe da FIBAN oficializou a Alfândega para que as 250 toneladas de cera não partissem de Tutoia, com retorno ao Porto Salgado, em Parnaíba.

No dia 5 de abril, o inspetor da Alfândega comunicou ao presidente Zeca Correia ter recebido instruções da Diretoria de Rendas Aduaneiras para “desembarcar” a cera, desde que a FIBAN e o Serviço Oficial de Classificação não embargassem. Ora, os grandes do comércio exportador da Parnaíba – os Moraes Correia, os Clark, Corinto Trindade, Roland Jacob, Pedro Machado, Bem-Hur Vêras – sempre haviam demonstrado boas relações sociais e cordialidade nos planos comercial e social. Se não se visitavam, frequentavam os bailes do Cassino 24 de Janeiro, as reuniões do Rotary, eventos da cidade, embora os Clark, mais discretos e fechados, fossem menos visíveis. A cidade comentava. Seu Septimus Clark, fazendo ou permitindo denúncia anônima? Seu Zeca Correia fazendo contrabando?

No dia 7 do mês de abril, o Serviço Oficial de Classificação considerou a cera completamente “desembaraçada”. Dois dias depois, entretanto, o chefe da FIBAN-Parnaíba, José Maria Braun, por instruções da FIBAN-Rio de Janeiro, cujo diretor, Dr. Cadaval, era homem muito ligado a José de Mendonça Clark, tido como pivô de toda a denúncia, solicitou novas amostras para serem examinadas na capital do país. Na mesma noite, Mário Alberto Cardoso da Silva, poeta e fotógrafo, funcionário do Banco do Brasil, viajou ao Rio de Janeiro levando as amostras. O diretor da FIBAN-Rio de Janeiro, Dr. Cadaval, a pedido, declarou ao presidente da Moraes Correia que não havia recebido denúncia escrita sobre a falsificação da cera e que o chefe da FIBAN-Parnaíba, José Maria Braun, havia apreendido a cera apenas por informações de “ouvido”. O

² *Rádio Educadora*, fundada no dia 13 de maio de 1940 e considerada a pioneira de todo o Estado do Piauí.

Ministério da Fazenda resolveu que iria averiguar, apurar e fazer as próprias análises da cera. Mas foi do Ministério da Agricultura que, no dia 13, chegou à Parnaíba uma comissão composta por Lino Rodrigues Castelo Branco e Teobaldo Parente, que anulou as análises do Serviço Oficial de Classificação, retirou outras amostras da cera e, no laboratório da Usina da Moraes Correia, no Bairro Coroa, assistiu a outra demonstração industrial da extração da cera de borra. Após, passou telegrama ao diretor do Serviço de Economia Rural, no Rio de Janeiro, atestando que a firma Moraes Correia estava devidamente aparelhada para produzir cera recuperada da borra e que, examinada a olho nu, a mesma tinha boa aparência e se assemelhava à cera natural.

No dia 18, chegaram à Parnaíba os doutores Leopoldo Vasconcelos e Geraldo Brochado Dias Carneiro, emissários do Ministério da Fazenda, com missão especial de efetuar novas averiguações do caso, agora já entregue à decisão final daquela Pasta. Receberam toda a documentação das mãos do presidente da Moraes Correia, que também fez nova demonstração do processo em sua Usina no Bairro Coroa, estando presentes, ainda, o inspetor da Alfândega e outras autoridades aduaneiras.

No dia 20, os emissários do Ministério da Fazenda retiraram novas amostras da cera apreendida e as levaram para o Rio de Janeiro.

No dia 30, saiu relatório: a Moraes Correia estava habilitada a produzir, em larga escala, cera de carnaúba extraída de borra; estava aparelhada para clarificar o produto, dando-lhe aparência de cera parda-corda; que a compra de cera borra foi em quantidade que justificava a produção da cera a exportar e, por fim, que foi injusta a apreensão das 250 toneladas de cera, pois não se tratava de contrabando. Ordem do Ministério da Fazenda determinava que a mercadoria fosse imediatamente “desembaraçada”.

No dia 2 de maio, Alberto de Moraes Correia, um dos diretores da Moraes Correia, da área industrial, irmão de Zeca Correia, quando retornava para Parnaíba, faleceu no Aeroporto de Recife. Foi o coração. Tinham sido 44 dias de tensão, desde a apreensão da carga que, finalmente, zarpou, do Porto Salgado, para Nova Iorque, no dia 8. Numa manhã de domingo, exausto pelas forças da pressão, José Maria Braun, chefe da FIBAN-Parnaíba, suicidou-se (ou “foi suicidado”). Para completar esse desenlace trágico, numa manhã de domingo, na Praça da Graça, em frente onde hoje é a Caixa Econômica Federal, que ficava coalhado de gente, Flávio Caracas, da Moraes Correia, bate boca com Bruce Clark, filho de seu Septimus Clark, da Casa Inglesa. Bruce Clark, um gigante diante de Flávio Caracas, que era bem magrinho, gritou que ia dar um murro na cara dele. Flávio Caracas, que sempre andava armado, deu um tiro que pegou de raspão na boca do Bruce Clark, que foi levado às pressas para a Maternidade do Dr. Edgar Vêras. Tudo isto no primeiro semestre de 1953, quando a cidade já se preparava para receber, em outubro, a gloriosa visita da Imagem Peregrina Nossa Senhora de Fátima.

E tudo terminou com a declaração oficial e definitiva de que a cera do Moraes era legítima sem que, por todo o tempo do litígio, jamais aparecesse

prova de que as denúncias e pressões tivessem saído da Casa Inglesa. Na boca do povo ficou a certeza final de que o Moraes não falsificava cera e que a denúncia havia sido coisa dos Clark. De resto, tudo acabou deixando o triste saldo de um ferimento a tiro e duas mortes.

Anexo 4 – *Rádio Difusora e Rádio Clube de Teresina*

A *Rádio Difusora de Teresina* foi fundada no dia 13 de julho de 1946, mas só foi colocada no ar em 18 de julho de 1948, operando em ondas largas (ZYQ-3) e, em 5 de junho de 1949, em ondas curtas (ZYU-8). Ficava localizada na esquina da Rua Areolino de Abreu com a Rua Barroso, onde, depois, se instalaria a *Livraria e Papelaria Moderna*, de Gilberto Mendes. Atualmente, funciona na Avenida Valter Alencar, 2.233.

Eram cotistas da sociedade limitada os irmãos Cláudio Pacheco, Sigefredo Pacheco, políticos ligados ao PSD, e Alzira Torres de Sampaio Pacheco Ramos, esposa de Waldemar Ramos Leal. Cláudio Pacheco Brasil havia sido deputado estadual (28 de março de 1935 a 28 de abril de 1945) e suplente do irmão, senador Sigefredo Pacheco (1º de fevereiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967), que fora deputado federal em três mandatos 1946 a 1951; 1951 a 1955 e 1955 a 1959).

Sucedendo ao governador Rocha Furtado (UDN – 1947-1951), que a *Rádio Difusora* nascera para combater, foi eleito Pedro de Almendra Freitas (31/1/1951 a 31/1/1955), que fez seu secretário-geral (hoje secretário de governo) e sucessor o coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra, seu primo e cunhado. Pedro Freitas e Jacob Manoel Gayoso e Almendra ainda quiseram eleger governador do Estado José Pires Gayoso de Almendra Freitas, filho do primeiro e sobrinho do segundo, mas ele foi derrotado por Chagas Rodrigues.

Em 1951, chega a Teresina José Lopes dos Santos, nascido a 20 de setembro de 1919, em Itapueiras (CE). Ingressou na *Rádio Difusora de Teresina*, permanecendo como diretor-administrativo e diretor dos jornais falados, como o “Grande Jornal Q-3”, o programa de maior prestígio na capital e no interior durante 30 anos.

Em 1952, com a compra da *Rádio Difusora de Teresina* pelos *Diários Associados*, do jornalista Assis Chateaubriand, vem para a gerência da emissora o jornalista José Eduardo Pereira, trazendo na bagagem as experiências vitoriosas nas *Rádios Tabajaras*, da Paraíba, e *Tamandaré*, de Recife. Sem mexer no que estava dando certo, montou um novo quadro de programação, atribuindo-lhe uma feição radiofônica e revivendo a sua importância para o Estado.

Por ocasião das eleições de 1994, a *Rádio Difusora* já havia sido comprada do jornalista Paulo Henrique de Araújo Lima, que herdara do sogro, deputado Abraão Gomes. Depois ela foi vendida para o empresário de Campo Maior, Antônio Machado Lima, grande exportador de cera de carnaúba e irmão de Joaquim Mamede Lima, ex-prefeito daquela cidade e fundador da Associação dos Prefeitos do Piauí – APPM. Em 2006, foi vendida para os irmãos Marcélio Régio da Costa Soares e Mário Rogério Soares, este último jornalista e diretor da emissora.

Idealizada por Chagas Rodrigues para se contrapor aos ataques que sofria por parte da *Rádio Difusora*, a *Rádio Clube de Teresina LTDA* foi inaugurada a 21 de janeiro de 1960, com as presenças do governador Chagas Rodrigues, do prefeito de Teresina, Petrônio Portella Nunes, do deputado federal Clidenor de Freitas Santos, do comandante da Guarnição Federal de Teresina, coronel Francisco Mascarenhas Façanha, do cônego Benedito Cantuária de Almeida e Souza, do advogado Reginaldo Santos Furtado, secretário particular do governador Chagas Rodrigues, do empresário Antonio e da esposa Genu Moraes, José de Anchieta Correia e Raimundo Emerson Machado Bacelar, do Grupo Bacelar, entre outros convidados.

As ações da *Rádio Clube de Teresina* foram divididas entre Maria Genoveva de Aguiar Moraes Correia (Genu Moraes) (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros); a *Rádio Difusora* do Maranhão, representada pelo seu diretor-gerente Raimundo Emerson Machado Bacelar, do Grupo Bacelar (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros); José de Anchieta Santos Correia (hum milhão de cruzeiros) e Benedito Raimundo Alves Pereira (hum milhão de cruzeiros).

A gerência geral ficou sob responsabilidade de José de Anchieta Santos Correia, sobrinho de Zeca Correia (sogro de Chagas Rodrigues) e de Antonio e Genu Moraes. Além da sede em Teresina, localizada na Rua Álvaro Mendes, 1.383, de propriedade de Genu Moraes, a *Rádio Clube de Teresina* mantinha escritório comercial em São Luís, sob sua administração e gerência.

À direção da *Rádio Difusora do Maranhão* cabia a supervisão da parte artística e técnica da empresa, com consulta à gerência geral, quando da admissão de pessoal para os vários departamentos, de acordo com o estabelecido no Contrato Social, assinado no dia 20 de novembro de 1959. Além disso, a *Rádio Difusora* do Maranhão era a concessionária pelo prazo de dez anos, com contratos firmados com o Ministério da Viação e Obras Públicas, conforme Decretos-leis nº 43.575, de 26 de abril de 1958, e nº 46.003, de 15 de maio de 1959, publicados no Diário Oficial da União, de 3 de setembro de 1959, que permitiam instalar, em Teresina e em Floriano, estações de ondas tropicais e médias, nas frequências de 3.385 KC e 1.430 KC, respectivamente. Com a associação que fez com o grupo político do governador Chagas Rodrigues, a pedido de Antonio e Genu Moraes, apenas foi antecipado seu funcionamento.

O governador Chagas Rodrigues e o irmão José Alexandre Caldas Rodrigues, que não podiam constar em nenhum documento oficial de constituição da emissora, faziam-se representar pelo engenheiro Benedito Raimundo Alves Pereira.

Fundadores da *Rádio Clube de Teresina*: Maria Genoveva de Aguiar Moraes Correia, José de Anchieta Santos Correia, Benedito Raimundo Alves Pereira (representante de Chagas Rodrigues e do seu irmão José Alexandre Caldas Rodrigues), Raimundo Emerson Machado Bacelar, do Grupo Bacelar, do Maranhão. Passaram a fazer parte da história da *Rádio* e *TV Clube de Teresina*, Lauro de Andrade Correia, Leonildes Alves da Silva Filho, Jorge Azar Chaib, Terezinha Omatti Chaib, Manoel Nogueira Filho, coronel Pedro Borges da Silva Filho, Maria Regina Borges, Valter Alencar, Maria do Amparo Ferreira

Alencar, jornalista Jim Borralho Boavista, R. Damásio, Mauro Bezerra, jornalista Pompílio Santos, jornalista Elvira Raulino, jornalista Carlos Augusto de Araújo Lima, jornalista Paulo Henrique de Araújo Lima, Antônio Ayres, José da Costa Sobrinho, Luís de Sousa Carvalho, Osvaldo Lemos, os irmãos Djalina, Djalмира e Djalmir, Alexandre Carvalho, Dr. Heli da Rocha Nunes e o filho Torquato Neto.

Os primeiros locutores da *Rádio Clube de Teresina* foram Murilo Campelo, Conrado de Oliveira, responsáveis pela transmissão inicial da Rádio, Osmar Probo, Pedro Mendes Ribeiro, Djalina Elístia, Antônio Cruz, Theddy Ribeiro e Jackson Moreira.

Era diretor de Radiojornalismo da *Rádio Clube de Teresina* o jornalista Andocides Borges de Lemos (filho de Júlia e Antônio Lemos, o Semana, primo do historiador Geraldo Borges e tio do jornalista Alberoni Lemos Filho).

Nessa época, foi feito teste para repórter. O jornalista Raimundo Ribeiro e Silva (Theddy Ribeiro) foi aprovado e admitido, com carteira assinada. Talvez tenha sido o primeiro e único jornalista a fazer teste para repórter de uma emissora de rádio do Piauí.

Com o decorrer dos anos, o jornalista Theddy Ribeiro passou a redator. Com a saída de Andocides Borges Lemos, foi alçado à condição de diretor de Radiojornalismo da *Rádio Clube de Teresina* e, por consequência, diretor do jornal falado “A Voz da Notícia”, de extraordinária audiência na capital e em muitas cidades do interior do Estado, sobretudo as localizadas no sul do Piauí. Trabalhavam com ele – sob sua segura direção – os repórteres Carlos Augusto de Araújo Lima, Osmar Probo e João Malta Filho, entre outros.

Com a entrada do grupo do PTB na *Rádio Clube de Teresina*, Jesualdo Cavalcanti tornou-se redator do noticioso “A Voz da Notícia”, sob a direção do jornalista Theddy Ribeiro. Com isso, ganhou cartão de identidade assinado pelo diretor da emissora, Raimundo Martins de Sousa (Pereirinha), e credencial expedida pelo jornalista José de Araújo Mesquita, diretor geral da Assembleia Legislativa, assegurando-lhe acesso às dependências do Palácio Anísio Auto de Abreu, na Praça Marechal Deodoro. Além da *Rádio Clube de Teresina*, Jesualdo Cavalcanti escrevia, aqui e ali, em alguns jornais, quase sempre com o pseudônimo Ieso Barca.

Theddy Ribeiro e Carlos Augusto fizeram sensacional e histórica cobertura jornalística quando da solenidade do desvio das águas do Rio Parnaíba, em Guadalupe, para a construção da Barragem de Boa Esperança. A transmissão se deu por rádio amador, pois Carlos Augusto trabalhava nessa área no Batalhão de Engenharia de Construção de Teresina (BEC). Foi uma transmissão tensa, em razão das pressões que receberam da segurança do então general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em pleno regime militar. A missão, porém, foi cumprida com êxito.

Em 1963, o programa de maior audiência no rádio piauiense era o “Almanaque no ar”, que tinha como apresentador a figura carismática de Francisco Figueiredo de Mesquita que, de maneira simples e ao alcance de todos, discutia problemas sociais que atingiam a sociedade e que, em sua opinião,

não recebiam a devida atenção dos governantes. Por conta disso, foi Figueiredo preso, e o programa, considerado subversivo pelos militares, teve que ser retirado do ar.

Ainda em 1963, passam a figurar no quadro de acionistas da *Rádio Clube de Teresina* o professor e advogado Jorge Azar Chaib, o ex-deputado estadual Manoel Nogueira Filho, o coronel Pedro Borges da Silva Filho (Pedrinho), comandante da Polícia Militar e ex-deputado estadual, e o Dr. Valter Alencar, advogado e professor da Faculdade de Direito do Piauí. Os irmãos Bacellar, por intermédio da *Rádio Difusora* do Maranhão, permaneceram quase até o final dos anos 60 com participação nas ações da *Rádio Clube*, posteriormente adquiridas pelo professor Valter Alencar.

Por conta da alteração societária, no dia 3 de março de 1964, às vésperas do golpe civil-militar (1º de abril), a *Rádio Clube* foi transformada de Limitada em Sociedade Anônima, sob o capital social de CR\$ 20.000 (20 mil cruzeiros). Era composta, efetivamente por, além do coronel Pedrinho Borges da Silva Filho, Manoel Nogueira Filho, Jorge Azar Chaib e Valter Alencar, pela senhora Maria do Carmo Correia de Caldas Rodrigues – que representava o marido, Chagas Rodrigues – e por Raimundo Emerson Machado Bacellar. Os dois últimos foram representados no processo por Valdemar Felinto de Melo. Dessa nova constituição resultou a escolha para a presidência e vice-presidência, respectivamente, de Valter Alencar e Jorge Azar Chaib. Para o Conselho Fiscal, foram indicados Afonso de Paiva Elvas, Raul Serrano de Andrade e Antônio Diogo Lustosa.

A partir de 1964, foram lançadas, à venda, e bem aceitas, as ações patrimoniais e ordinárias da *TV Rádio Clube de Teresina S/A*. Com o dinheiro arrecadado, começou a ser construído o majestoso prédio localizado na atual Avenida Valter Alencar, 2.120, do Bairro Monte Castelo, na época um dos pontos mais elevados da cidade, sem acesso por ruas ou avenidas.

O terreno onde foi edificada a sede da televisão pertencia a Mário Raulino, expressiva figura política de Altos e pai da jornalista Elvira Raulino, que, juntamente com o jornalista Theddy Ribeiro, diretor de jornalismo da *Rádio Clube*, lançaram a pedra fundamental. Tudo veio depois da construção do chamado “Colosso do Monte Castelo”, região conhecida por Linha de Tiro da Força Policial, local escolhido por ser o mais indicado para a instalação de antenas receptoras e transmissores. Eis por que todas as emissoras de TV (*Clube, Cidade Verde, Meio Norte, Antena 10 e Educativa*) têm ali suas torres. O “Colosso do Monte Castelo” passou a denominar-se “Edifício Presidente Médiçi”, “em cujo governo (1969 a 1974), por meio da portaria do ministro das Comunicações, coronel do Exército Higino Corsetti, concretizou-se o sonho” (NUNES, 2012, p. 61).

A *Rádio Clube* funcionava, na época do lançamento das ações da TV, na esquina da Rua Barroso com Félix Pacheco, na Praça Saraiva. Havia uma equipe comercial formada por Jim Borrvalho Boavista que, entre outras atividades ligadas ao jornalismo, vendia ações; Pompílio Santos, que fazia um programa chamado “Pompílio Santos informa em primeira mão”, e Rufino Damásio

(dono, hoje, da R. Damásio, revendedora de peças de bicicletas e motos, do jornal *Diário do Povo* e do *Metropolitan Hotel*) que, além das cobranças, vendia ações e espaços publicitários. A tesoureira era Djalina Elístia; o diretor-financeiro, o professor Jorge Azar Chaib.

Compunha também a equipe José Sobrinho, que fazia a ligação entre o comercial e o financeiro e muito se empenhava para que não faltasse material para a construção da sede da empresa no Monte Castelo. José Sobrinho, pai da promotora de Justiça Clotildes Carvalho, faleceu de uma descarga elétrica, que o lançou do segundo andar do prédio em construção, quando fazia visita de inspeção. Mauro Bezerra, ex-secretário de governo do prefeito Jackson Lago, de São Luís, era o diretor-administrativo. O professor Pedro Mendes Ribeiro era o diretor-geral (depois das vendas das ações para o professor Valter Alencar, assumiu a diretoria de esportes). O defensor público Heli da Rocha Nunes, pai do poeta Torquato Neto, fazia o programa “Esperanto, língua da humanidade”. Torquato Neto também trabalhou na *Rádio Clube*. Dona Salomé Nunes, esposa de Heli da Rocha Nunes e mãe de Torquato Neto, que trabalhava na Secretaria da Justiça e Segurança Pública, foi secretária do professor Valter Alencar, quando ele foi titular da pasta, no governo Chagas Rodrigues.

Entre 1966 e 1967, a *TV Difusora do Maranhão* fez instalar, em Teresina, uma repetidora do seu sinal, bastante irregular, entrando no ar dia sim, outros não. Ainda assim, foi de imensurável importância para a afirmação da *TV Clube*.

Em 1967, foi dada a entrada na primeira documentação da *TV Clube* no Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL, órgão do governo federal encarregado de conceder os canais de rádio e TV. Entretanto, políticos ligados ao esquema do governador Petrônio Portella tudo faziam para impedir que fosse aprovada a licença para o funcionamento, por temor de que o poderoso instrumento fosse utilizado contra seus interesses.

O professor Valter Alencar, vencendo uma de suas maiores ojerizas – viajar de avião –, chegou a se deslocar até a sede do CONTEL, no Rio de Janeiro, para saber do andamento do processo, tendo ali a informação de que ele havia desaparecido. Depois de muita insistência na procura, foi localizado, mas, logo em seguida, viu-se engavetado. Dessa vez, foi o professor Jorge Azar Chaib quem foi ao Rio de Janeiro saber o que havia acontecido. Conversando aqui e ali, soube que o deputado José Cândido Ferraz estava interessado em figurar no quadro de proprietários da primeira estação de TV piauiense, e por isso, colocou “uma pedra no meio do caminho” da tramitação para sua liberação.

Entre 1967 e 1968, o professor Valter Alencar comprou as ações do professor Jorge Chaib. Este último, procurador do INPS – Instituto Nacional da Previdência Social, fora nomeado superintendente do órgão no Piauí, com impedimento de figurar numa empresa concessionária do governo federal, uma vez que ela estaria na linha de sua fiscalização. Permaneceram na sociedade Manoel Nogueira Filho e o coronel Pedrinho Borges, com apenas 20% das ações.

Vencidos vários entraves, em 1970 acreditava-se estar próxima a liberação do canal teresinense de TV. O CONTEL homologara a concorrência, atribuindo o canal 4 para Teresina, tanto que até foi contratado como superintendente da *TV Rádio Clube* o experiente Elias Oliveira Júnior (com passagem por grandes emissoras do Sul do país, como Globo e Nacional), mas a demora no processo de liberação da concessão seguia um desenrolar amargo.

Segundo depoimento dado ao autor por Djalma Martins Veloso em 2005,

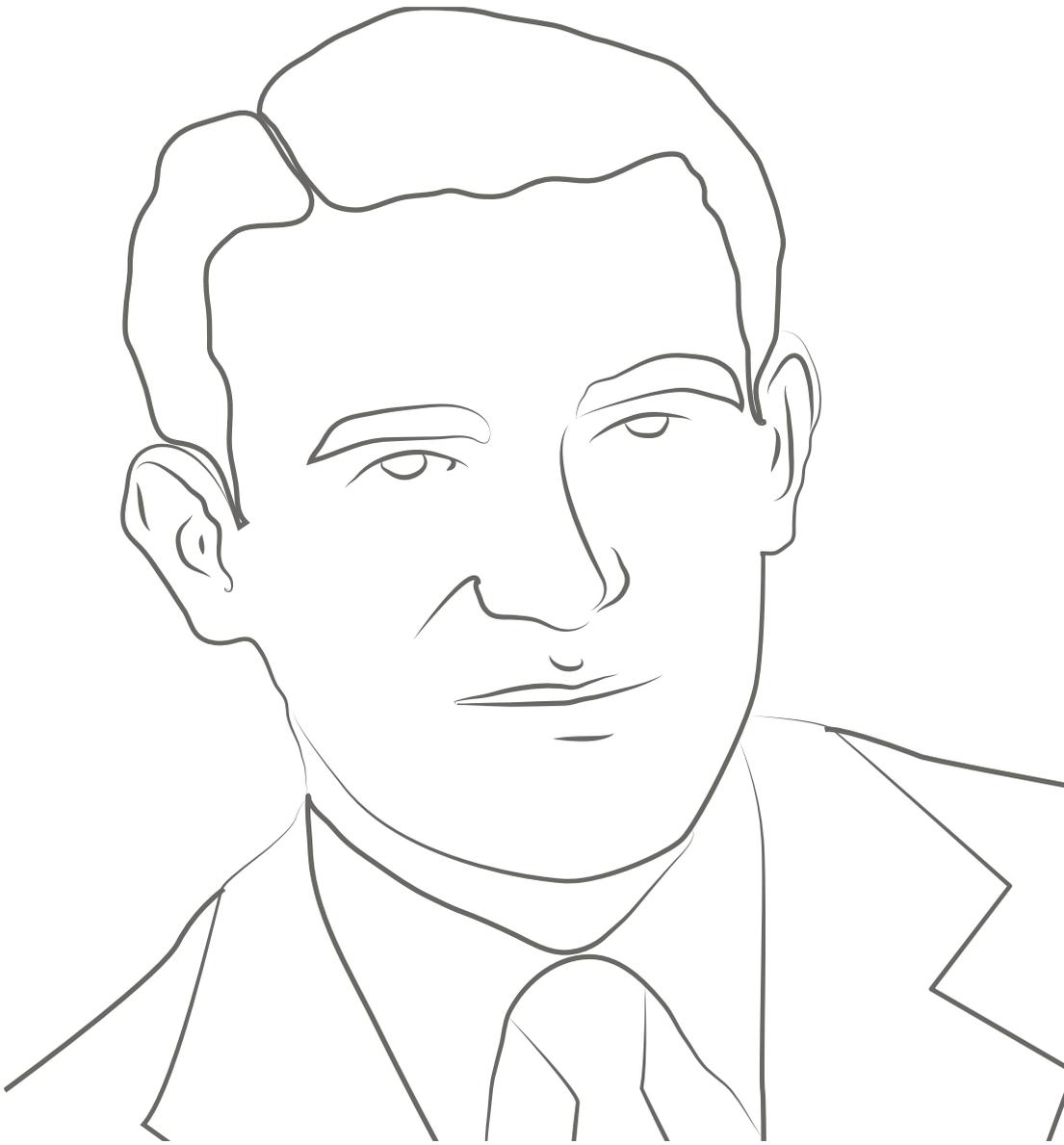
todos os entraves se davam porque a figura do professor Valter Alencar era muito associada à de Chagas Rodrigues, embora este já estivesse fora da apresentação política por força do AI-5, que lhe cassou o mandato de deputado federal, perdendo os direitos políticos por dez anos. Chagas Rodrigues era parnaibano, aparentado de Alberto Silva que, naquelas alturas, era considerado também uma ameaça ao esquema de Petrônio Portella, por ser ligado aos coronéis cearenses – Virgílio Távora, César Carls e Mário Ramos, uma vez que o primeiro era casado com Luiza Correia, filha de Luiz de Moraes Correia, casado com Esmerina Silva, irmã de João Tavares de Carvalho e Silva, pai de Alberto Silva que, por sua vez, tinha a filha Juliana Silva casada com o deputado federal Carlos Virgílio, filho de Virgílio Távora. Nesta linha familiar, veremos, ainda, que Chagas Rodrigues era casado com Maria do Carmo Correia, filha de José de Moraes Correia, irmão de Almira de Moraes Correia, casada com João Silva Filho, irmão de Alberto Silva. Tudo era uma aparentada só. E Alberto Silva estava na disputa pelo governo do Estado, enfrentando o esquema político de Petrônio Portella, que não queria a sua candidatura. Foi a partir daí que foram criados os grupos *petronistas* e *albertistas*. Na disputa, Alberto Silva saiu-se melhor e conquistou o Palácio de Karnak. Era isto que Petrônio Portella temia, a construção de um novo grupo político em território que ele considerava plenamente seu. O que ele conseguira fazer, quando mexeu os pauzinhos para a cassação de Chagas Rodrigues, em 1969, não conseguiu com Alberto Silva (Arena), quando este foi indicado governador em 1970, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, numa ação onde foram preteridos o coronel Stanley Baptista e Bernardino Viana, este último vinculado a Petrônio Portella, porque Alberto Silva contava com o apoio de Virgílio Távora, que tinha grande influência na Guarnição do 4º Exército, com base em Recife, comandada por Justino Alves de Bastos, e era amigo fraternal do coronel Costa Cavalcante, ministro das Minas e Energias do governo Costa e Silva e ministro do Interior no governo Médici. Costa Cavalcante, cearense de origem, mas ligado politicamente a Pernambuco, em atenção especial ao amigo Virgílio Távora, se transformou no maior cabo eleitoral de Alberto Silva. Outra grande base de apoio de Alberto Silva foi também o ministro parnaibano João Paulo dos Reis Veloso, que tinha muito prestígio em Brasília. É preciso saber disso para entender a razão da demora na liberação da concessão da *TV Clube*. Quando Chagas Rodrigues veio aqui, em 1979, e eu era governador, fui recebê-lo no aeroporto e dei a ele todo o apoio durante sua estada no Estado. Em uma de nossas conversas, ele me disse que, sabendo que um dos entraves na liberação da concessão da *TV Clube* era ele, trabalhou, discretamente, para que o seu grupo político se afastasse da empresa, uma vez que não queria atrapalhar a concretização do que ele considerava um grande progresso para o Piauí. Este era Chagas Rodrigues, um homem que pensava mais nos outros do que nele mesmo e que amava o Piauí acima de tudo.

Para ilustrar o que se afirma, certa feita, o professor Valter Alencar foi convocado a apresentar-se à Guarnição Federal, onde, após longo interrogatório e leitura de sua ficha, ouviu do comandante militar: “É, doutor Valter Alencar, seu único defeito é ser amigo desse Chagas Rodrigues” (REBELO, 2009, p. 63-64).

Para que Petrônio Portella superasse as divergências com o professor Valter Alencar foi preciso, entre outras ações, a participação efetiva do amigo comum Pedro Cavalcante, proprietário de uma loja especializada em vidro, localizada na Rua Barroso. Pedro Cavalcante, que era uma espécie de confidente, conselheiro, secretário informal e estimulador do professor Valter Alencar, durante baile de carnaval no *Jockey Club*, dirigiu-se à mesa de Petrônio Portella, que estava acompanhado do irmão Lucídio Portella, entre outras figuras de destaque, disse que estava com o professor Valter Alencar e pediu que os dois conversassem a respeito da *TV Clube*. Dois dias depois de findo o carnaval de 1972, Petrônio Portella enviou o irmão Lucídio Portella para dizer ao professor Valter Alencar que fosse a Brasília levando, com urgência, a documentação da *TV Clube*, para que se ultimasse a liberação.

Para colocar toda a documentação em dia e, principalmente, por dificuldades financeiras, apenas em julho foi que Raimundo Cavalcante, emissário do professor Valter Alencar, foi ao Ministério das Comunicações, em Brasília. Neste ínterim, o professor Valter Alencar adquiriu as ações de Manoel Nogueira Filho e do coronel Pedrinho Borges, que representavam, juntas, algo em torno de 20% do total. Vale esclarecer que essas ações provinham da Rádio e não da *TV Clube S. A.*, aquelas comercializadas pela NORTEL (antes CCI), que tinha por titular o senhor Atualpa Albuquerque Lima.

No dia 17 de outubro, data em que o professor Valter Alencar completava 59 anos de idade, a *TV Clube* foi sintonizada em caráter experimental. No dia 3 de dezembro, entrava no ar, em caráter definitivo, a *TV Rádio Clube de Teresina* – canal 4, prefixo ZYD-350. Dessa vez, o presente era para a esposa do professor Valter Alencar, dona Maria do Amparo Ferreira Alencar, que aniversariava naquele dia. Do programa de inauguração, constou o corte simbólico da fita por dona Eunice Bona, viúva do campomaiorense Antônio Bona, e missa celebrada pelo arcebispo dom Avelar Brandão Vilela, no auditório da *TV Clube*. Estava no ar “a força de um ideal”.



Referências

Referências

- ALVES FILHO, Magno Pires. *Contemplando...* [Teresina?: s.n.], 2009.
- BARROS, Helvídio Nunes de. *Tempo de política*. Teresina: Alínea Publicações, 1996.
- BARROS, Jesualdo Cavalcanti. *Tempo de contar: o que vi e sofri nos idos de 1964*. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.
- BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.
- BRASIL. Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição... *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 dez. 1968.
- _____. Decreto de 29 de abril de 1969. Cassação dos mandatos eletivos e suspensão dos Direitos Políticos de Parlamentares. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 abr. 1969.
- _____. Assembleia Nacional Constituinte, Ata da 299ª Sessão, em 30 de junho de 1988. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, Brasília, 1º jul. 1988. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/274anc-01jul1988.pdf#page=>>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- CAMPOS, Humberto. *Memórias e memórias inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009.
- CHAIB, Jorge Azar. *Bon marché: viagem pelos caminhos do meu passado II*. Teresina: Halley, 2003.
- DANTAS, Deoclécio. *Marcas da ditadura no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JORNAL 180 GRAUS. W. Dias, Silvio e Hamilton decretam luto: morte de Chagas Rodrigues. *Jornal 180 Graus*, Teresina, 8 fev. 2009. Disponível em: <<https://180graus.com/politica/wdias-silvio-e-hamilton-decretam-lutomorte-de-chagas-rodrigues-85225.html>>. Acesso em: 7 fev. 2018.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2014. v. 2.

LANDIM, Luiz Gonzaga Paes. *Chega de pobreza*. Teresina: Comepi, 1989.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002. (Estudos Diversos, v. 33).

MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho*. Teresina: Comepi, 1976.

MORAES, Taís. *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

NAPOLEÃO, Aluízio. *Um lutador: Hugo Napoleão e sua época*. Brasília: Senado Federal, 1992.

NUNES, Luciano. *Um resgate da verdade*. Teresina: Halley, 2012. (Coleção Florianenses).

NUNES, Lucídio Portella. Período de exceção – Petrônio Portella, “o mais importante dos políticos piauienses”. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do et al. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993. p. 153-154.

NUNES, Odilon. Casos e cousas da historiografia piauiense. *Revista Presença*, Teresina, ano 4, n. 9, p. 12-16, out./dez. 1983.

REBELO, Valter Alencar. *Valter Alencar e a história da televisão no Piauí*. Teresina: Halley, 2009.

SANTOS, José Lopes dos. *Política e outros temas*. Teresina: Gráfica Mendes, 1991.

TEIXEIRA, Francisco Tomaz. *Alberto Silva, o mito e o político: o que eu vi, ouvi e aprendi (depoimento)*. Teresina: [s.n.], 2010.

“A Constituição foi rasgada. O mandato outorgado pelo povo, através da Justiça Eleitoral que o expediu, foi anulado, sr. presidente, pela ponta das baionetas sediciosas, com a conivência do presidente do Senado. Um governo ilegal e ilegítimo se instaurou na Pátria brasileira’. Esse discurso foi pronunciado nas primeiras horas de abril de 1964 pelo deputado Chagas Rodrigues, protestando contra a deposição do presidente João Goulart. O discurso é o retrato do homem combativo que foi Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, deputado federal por cinco mandatos, senador da República e ex-governador do Piauí.”

Deputado federal Paes Landim

A narrativa de Kenard Krueel cobre não só a biografia e a irrepreensível trajetória de Chagas Rodrigues, mas também cerca de meio século de história política brasileira, período em que o país transitou entre regimes autoritários e movimentos de luta pela democracia. Defensor da liberdade e da justiça social, o político piauiense foi cassado em 1969: perdeu o mandato de deputado federal, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, foi compulsoriamente aposentado de seu cargo de assessor jurídico no Ministério da Fazenda e proibido de visitar seu estado natal. Nada disso, porém, foi suficiente para afastá-lo de sua real vocação: a política. Com energia e disposição para pensar os problemas do país, retornou à vida pública no período da Constituinte e terminou sua carreira como senador da República. Nas palavras de sua filha, Almira Rodrigues, “tinha paixão pelo seu trabalho e considerava a atividade política como uma das mais nobres, senão a mais nobre que o ser humano podia desempenhar – trabalhar pelo bem de todos, pois era assim que entendia a ação política”.

